JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do
Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 5
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 8
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 9
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 151
Prefeitura Municipal de Araguaiana ..... 151
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 151
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 152
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 155
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 157
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 157
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 158
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 162
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 164
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 164
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 167
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 169
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 169
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 171
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 171
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 173
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 174
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 174
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 174
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 175
Prefeitura Municipal de Confresa ..... 176
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 176
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 198
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 214
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 216
Prefeitura Municipal de Feliz Natal ..... 217
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste ..... 217
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 222
Prefeitura Municipal de Indiavaí ..... 227
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte ..... 227
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 234
Prefeitura Municipal de Jaciara ..... 236
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 237
Prefeitura Municipal de Juara ..... 238
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 273
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 273
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 273
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 274
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 293
Prefeitura Municipal de Nortelândia ..... 293
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 295
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 297
Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 299
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 301
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 302
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 312
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 313

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 315
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã ..... 324
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 328
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 329
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 330
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 337
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 337
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra ..... 337
Prefeitura Municipal de Poconé ..... 337
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 338
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda ..... 338
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos ..... 341
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 351
Prefeitura Municipal de Querência ..... 351
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 355
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 355
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho ..... 356
Prefeitura Municipal de Rio Branco ..... 356
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 356
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste ..... 357
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 358
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 358
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 362
Prefeitura Municipal de Santo Afonso ..... 363
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 364
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 368
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 375
Prefeitura Municipal de São José do Povo ..... 376
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 382
Prefeitura Municipal de São José do Xingu ..... 382
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos ..... 387
Prefeitura Municipal de Sapezal ..... 387
Prefeitura Municipal de Sinop ..... 388
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 389
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 413
Prefeitura Municipal de Tesouro ..... 414
Prefeitura Municipal de Torixoréu ..... 414
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 414
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 414
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 424
Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 425

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

**Presidente de Honra:** Ondanir Bortolini

**Presidente:** Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

**Primeiro Vice-Presidente:** Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

**Segundo Vice-Presidente:** Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

**Terceiro Vice-Presidente:** Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

**Quarto Vice-Presidente:** Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

**Quinto Vice-Presidente:** José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

**Secretário Geral:** Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

**Primeiro Secretário:** Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

**Segundo Secretário:** Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

**Tesoureiro Geral:** Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

**Primeiro Tesoureiro:** Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

**Segundo Tesoureiro:** João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

### CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

### PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
### PUBLICAÇÃO

O Município de Água Boa - MT através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados que torna sem efeito a Publicação que circulou no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, Quinta-Feira, dia 31 de Agosto de 2015, Ano X, nº 2.289, página 269, por a mesma ter sido equivocada.

### PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
### ERRATA

Termo de Apostilamento 001/2016.

Contrato 107/2015

Proc. Administrativo nº. 057/2015.

Celebrado: Município de Água Boa e Claudir Wagner - Comércio.

Modalidade: Tomada de Preço nº 011/2015.

Objeto: objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de execução de mão de obra especializada na rede elétrica nos imóveis da Prefeitura Municipal.

**NO APOSTILAMENTO ACIMA ONDE SE LÊ:**

| DOTAÇÃO CONTRATUAL | DOTAÇÃO APOSTILAMENTO |
|---|---|
| R$ 22.500,79 | R$ 20.000,00 |
| Órgão: Secretaria de Educação | Órgão: Secretaria de Educação |
| Unidade: Cultura | Unidade: Esporte |
| Projeto/Atividade: 2080 | Projeto/Atividade: 2083 |
| Elemento Despesa: 220 – 3.3.90.39 | Elemento Despesa: 327 -3.3.90.39 |
| R$ 33.739,20 | R$ 20.000,00 |
| Órgão: Secretaria de Infraestrutura | Órgão: Secretaria de Educação |
| Unidade: DEMAE | Unidade: Esporte |
| Projeto/Atividade: 2064 | Projeto/Atividade: 2083 |
| Elemento Despesa: 280 – 3.3.90.39 | Elemento Despesa: 327 – 3.3.90.39 |

**LEIA-SE:**

| DOTAÇÃO CONTRATUAL | DOTAÇÃO APOSTILAMENTO |
|---|---|
| R$ 67.502,36 | R$ 20.000,00 |
| Órgão: Secretaria de Educação | Órgão: Secretaria de Educação |
| Unidade: 25% | Unidade: Esporte |
| Projeto/Atividade: 2063 | Projeto/Atividade: 2083 |
| Elemento Despesa: 160 – 3.3.90.39 | Elemento Despesa: 327 -3.3.90.39 |
| R$ 22.500,79 | R$ 20.000,00 |
| Órgão: Secretaria de Educação | Órgão: Secretaria de Educação |
| Unidade: DEMAIS | Unidade: Esporte |
| Projeto/Atividade: 2078 | Projeto/Atividade: 2083 |
| Elemento Despesa: 206 – 3.3.90.39 | Elemento Despesa: 327 – 3.3.90.39 |

Água Boa, 02 de junho 2.016.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
### EXTRATO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 008/2016

Contrato n°. 114/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada: CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA EPP

Objeto: Acréscimo e decréscimo de valor do contrato originário.

Alteração: Fica **DECRESCIDO** da planilha original o valor de R$ 14.259,07 (Quatorze mil duzentos e cinquenta e nove reais e sete centavos).

Data: 02 de Junho 2.016.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

### PLANEJAMENTO E FINANCAS
### ERRATA

**ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2016.**

Processo Licitatório: 052/2016

Pregão Presencial: 022/2016

Objeto: o Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de pedra britada.

**ONDE SÊ LÊ:**

No item 6.1.D – a.6) **- DOCUMENTAÇÃO QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

a.6) Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de

Escrituração Digital – Sped;

IV. Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

V. Termo de Autenticação da Junta Comercial.

**LEIA-SE:**

No item 6.1.D – a.6) **- DOCUMENTAÇÃO QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

a.6) Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de

Escrituração Digital – Sped;

Água Boa, 03 de junho de 2016.

**Marcos da Silva**

Pregoeiro Oficial

### PLANEJAMENTO E FINANCAS
### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 020/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.921/2016; torna público o resultado da sessão

que se realizou na data de 03/06/2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 020/2016, que teve como vencedora dos itens a empresa: NERI PARODE 50384546072, CNPJ: 13347886/0001-96.

Água Boa, 03 de junho de 2016.

***Marcos da Silva***

Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA**
**PUBLICAÇÃO**

O Município de Água Boa - MT através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público para conhecimento dos interessados que torna sem efeito a Publicação que circulou no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, Sexta-Feira, dia 31 de Julho de 2015, Ano X, nº 2.280, página 351, por a mesma ter sido equivocada.

**PLANEJAMENTO E FINANCAS**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

**MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 016/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.921/2016; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 02/06/2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 016/2016, que teve como vencedora dos itens a empresa: CLEBER JOSE DA SILVA E DIAS –ME, CNPJ: 01.413.794/0001-88.

Água Boa, 03 de junho de 2016.

***Marcos da Silva***

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL № 1067, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**"DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO, REFERENTE À TRANSFERÊNCIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA E REABILITAÇÃO E SINALIZAÇÃO NA AVENIDA VEREADOR BENEDITO FERREIRA MOURA NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeit**o** Municipal de Alto Garças – Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, com base na Lei Federal nº 4. 320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e publica a seguinte lei**:**

**Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no exercício orçamentário e financeiro corrente, um crédito adicional especial por excesso com recurso vinculado, para Sinalização na Avenida Vereador Benedito Ferreira de Moura no Município de Alto Garças,** no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

**05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras**

**04 –Manutenção do Departamento de Trânsito**

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0144 – Manutenção do Transporte Rodoviário

**Projeto/Atividade: 2.109 –** Sinalização de Vias Públicas

**Elementos de Despesa:**

4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações..... R$ 100.000,00

**Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no exercício orçamentário e financeiro corrente, um crédito adicional especial por excesso com recurso vinculado, para Reforma e Adequação da Unidade Descentralizada e Reabilitação no Município de Alto Garças,** no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

**07 – Secretaria Municipal Saúde**

**01 –Fundo Municipal de Saúde**

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0134 – Investimento

**Projeto/Atividade: 1.134 –** Reforma e Adequação da Unidade Descentralizada de Reabilitação do Município de Alto Garças

**Elementos de Despesa:**

4.4.90.51.00.00.00.00.0042 – Obras e Instalações..... R$ 150.000,00

**Art. 3º** Os créditos adicionais especiais por excesso de que trata o artigo Primeiro e artigo Segundo serão custeados através de **TRANSFERÊNCIA ENTRE SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID E FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES E O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS – MATO GROSSO.**

**Art. 4º** Os créditos adicionais de que trata a presente lei, serão incorporados no Plano Plurianual PPA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO e Orçamento Vigente, no Projeto Atividade, Elemento de despesa, nas respectivas unidades orçamentárias.

**Art. 5o** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT**, em 03 de Junho de 2016.

***CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR***

***Prefeito Municipal***

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 094, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**CONSTITUI A COMISSÃO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT.**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso, VI e X da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 32º, e o anexo III da Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.**

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Constitui a Comissão de Inventário Patrimonial da Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT.

**Parágrafo Único** – A comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes membros:

**ROSICLER APARECIDA DE OLIVEIRA – Presidente**

CPF Nº 843.704.081-72

RG nº 001091488 SSP/MS

**I – ONIRIO DE MORAES - Membro**

CPF nº. 880.109.451-53

RG nº. 768 323 SSP/MT

**II – ALEXANDER PINTO FRAGA – Membro**

**CREA:** MT 022885-D

CPF nº. 015.321.441-48

RG nº. 16964276 SSP/MT

**Art. 2º** - A comissão contará com o apoio total de todos os secretários, chefes de setores e funcionários da Prefeitura, bem como dos materiais de expediente, funcionários e veículos que sejam necessários para o bom andamento dos trabalhos.

**Art.3º -** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 095, DE 01 DE JUNHO DE 2016**

**NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATO**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,**

**Considerando as necessidades administrativas da secretaria municipal de saúde,**

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º:** Nomear a servidora pública municipal Vanessa Oliveira Paes, Enfermeira, para fiscal de contrato dos Serviços médicos do Pronto Atendimento.

**Artigo 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças - MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 090, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE OBRA.**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º**: Designar a servidora Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Engenheira Civil, como fiscal de obras do município de Alto Garças – MT.

**Artigo 2º:** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 091, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE OBRA**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º**: Nomear comissão para o recebimento da obra de reforma e ampliação da Creche Municipal "Clemência Mendes de Oliveira" no município de Alto Garças – MT, referente ao Convênio nº 010/2013, celebrado entre Prefeitura Municipal **de Alto Garças e o Governo Estadual por intermédio da secretaria de estado das cidades - SECID, conf. projetos, planilha orçamentária, especificações e normas técnicas constantes dos anexos desta tomada de preços, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global, conforme contrato administrativo nº 074/2014.**

**Artigo 2º: A** comissão mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro – Engenheira Civil

Roselene Cesar L'astorina – Secretaria Municipal de Educação

Andreia Cassol – Secretária Municipal de Administração

Eliane Bergoli – Fiscal do Contrato

Sérgio Navarro Vieira – Engenheiro Civil Consultor

**Art. 3º:** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 092, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE OBRA**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

**R E S O L V E:**

Artigo 1º: Nomear comissão para o recebimento da obra **reforma e ampliação da creche municipal "Clemência Mendes De Oliveira" (lavanderia e sala), no município de Alto Garças, conf. projetos, planilha orçamentária, especificações e normas técnicas constantes dos anexos desta tomada de preços, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global, conforme contrato administrativo nº 044/2015.**

**Artigo 2º: A** comissão mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro – Engenheira Civil

Roselene Cesar L'astorina – Secretaria Municipal de Educação

Andreia Cassol – Secretária Municipal de Administração

Eliane Bergoli – Fiscal do Contrato

Sérgio Navarro Vieira – Engenheiro Civil Consultor

**Art. 3º:** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 093, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE OBRA**

**O Prefeito Municipal** de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º**: Nomear comissão para o recebimento da obra de **reforma e ampliação da escola municipal "Carlos de Almeida Couto" (cozinha e refeitório), conf. projeto, planilha orçamentária, especificações e normas técnicas constantes dos anexos desta tomada de preços, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global, conforme contrato administrativo 092/2015.**

**Artigo 2º: A** comissão mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro – Engenheira Civil

Roselene Cesar L'astorina – Secretaria Municipal de Educação

Andreia Cassol – Secretária Municipal de Administração

Clair Peres de Oliveira – Fiscal do Contrato

Sérgio Navarro Vieira – Engenheiro Civil Consultor

**Art. 3º:** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças - MT**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI Nº MUNICIPAL 1066, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**"DISPÕE SOBRE A INCORPORAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA ENTRE ATRAVÉS DO CONTRATO Nº CONTRATO Nº 1029347-42/2016, ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeit**o** Municipal de Alto Garças – Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, com base na Lei Federal nº 4. 320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e publica a seguinte:

**Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no exercício orçamentário e financeiro corrente, um crédito adicional especial por excesso com recurso vinculado.** O valor global do convênio firmado é de **R$ 394.200,00 (trezentos e noventa e quatro mil, duzentos reais)** para pavimentação asfáltica e drenagem superficial, **para atender a seguinte dotação orçamentária:**

**05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras**

**01 –Secretaria Mun. De Infraestrutura e Obras**

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0004 – Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana

**Projeto/Atividade: 1.017 –** Pavimentação, Restauração e Conservação Vias Públicas

**Elementos de Despesa:**

4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações..... R$ 394.200,00

**Art. 2º** O credito adicional especial por excesso de que trata o artigo Primeiro será oriundo deTRANSFERÊNCIA ENTRE ATRAVÉS DO CONTRATO Nº 1029347-42/2016, ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS.

**Art. 3º** O crédito adicional de que trata a presente lei, será incorporado no Plano Plurianual PPA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA- LDO E Orçamento Vigente, no Projeto Atividade, Elemento de despesa, nas respectivas unidades orçamentárias.

**Art. 4o** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo,** em Alto Garças, 03 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças CNPJ nº 03.133.097/0001-07**,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a um projeto de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais em diversas Ruas no perímetro urbano no município de Alto Garças/MT

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL 1068, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**"Autoriza o Poder Executivo Abrir Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências."**

O Sr. **CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR,** Prefeito Municipal de ALTO GARÇAS-MT, no uso de suas atribuições conferidas em lei Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de um crédito adicional especial no valor de **R$ 172.575,51** (cento e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), para atender a seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0134 – Investimento

Projeto/Atividade: 1.134 **–** Reforma e Adequação da Unidade Descentralizada de Reabilitação do Município de Alto Garças

Elementos de Despesa:

4.4.90.51.00.00.00.00.0002 – Obras e Instalações..... .....R$ 172.575,51

**Art. 2º** - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes de anulação parcial nos termos do Artigo 43, inciso III da Lei 4.320/64, a seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

07 – Secretaria Municipal Saúde

01 –Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0135 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 1.038 – Aquisição de Móveis, Equipamentos, Material Permanente e Informática

Elemento de Despesa:

4.4.90.52.00.00.00.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 70.000,00

07 – Secretaria Municipal Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0120 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.056– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa:

3.3.90.30.00.00.00.00.0000 – Material de Consumo.....R$ 102.575,51

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças–MT, em 03 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 088, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPOE SOBRE INSTITUIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E NOMEAÇÃO DE COMISSÃO**

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR,** Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º** - Instituir O Fórum Municipal Permanente de Educação (FMP)

**Artigo 2º** - Nomear os Membros da Comissão do Fórum Municipal Permanente de Educação:

**I – Secretaria Municipal de Educação**

**Presidente:** Rosilene Cezar L´Astorina - CPF: 458.386.741-72

**Coordenadora:** Celi Aparecida Teixeira - CPF: 644.634.949-15

**Suplente:** Rozimeiry Mendes Teixeira - CPF: 415.784.731-87

**Suplente:** Alessandra Queiroz Barros - CPF: 580.756.401-44

**II – Conselho Municipal de Educação**

**Titular:** Débora Denise Prante Ribeiro -CPF: 719.464.381-20

**Suplente:** Izelman José de Souza - CPF: 823.893.061-87

**III – Representante do Sindicato dos Serviços Públicos Municipais de Alto Garças-MT**

**Titular:** Lucineide dos Reis de Oliveira - CPF: 716.725.911-04

**Suplente:** Dilma Rodrigues de Oliveira - CPF: 460.876.721-68

**IV – Câmara Municipal**

**Titular:** Roselei Rodrigues Peixoto Strucker - CPF: 458.365.151-15

**Suplente:** Fábio Adriano Agulhão - CPF: 110.806.598-89

**V – Representante das Igrejas Locais**

**Titular:** Marinês Mota Prediger - CPF: 796.588.909-97

**Suplente:** Walli Prante -CPF: 911.632.771-34

**VI – Representante das Escolas Estaduais**

**Titular:** Talyta Couto Neres - CPF: 948.455.471-00

**Suplente:** Laura Auxiliadora dos Santos - CPF: 016.755.271-64

**VII – Representante dos Estudantes**

**Titular:** Keila Silva Rodrigues - CPF: 800.153.502-44

**Suplente:** Juliana Ribeiro Guimarães - CPF: 036.912.541-01

**VIII – Representante da Administração**

**Titular:** Vera Lúcia Bessa de Carvalho - CPF: 580.482.191-15

**Suplente:** Francielle Oliveira Costa - CPF: 025.649.941-13

**IX – Representantes do Conselho Municipal do FUNDEB**

**Titular:** Henrique Rodrigues Félix - CPF: 031.388.131-60

**Suplente:** Rosa Camargo Souza Borges - CPF: 580.552.151-20

**X – Representantes dos Coordenadores Pedagógicos**

**Titular:** Noemi Weber - CPF: 566.407.301-20

**Suplente:** Helena Maria de Souza Dariva - CPF: 550.053.811-04

**Artigo 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, EGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT**, em 01 de Junho de 2016.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

**Prefeito Municipal de Alto Garças – MT**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

**GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO**
**AVISO DE ADESÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI**

**ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016**

**Processo Administrativo nº: 00002525/2016**

**AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 006/2016, por determinação do EXMO. SR. Prefeito do Município de Alto Paraguai-MT, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que aderiu a Ata de Registro de Preços 032/2016 referente ao Pregão Presencial 016/2016 do Município de Diamantino, que tem como objetivo a **Aquisição de Motocicletas**.

A intenção da Adesão se refere às especificações descritas no processo correspondente e condições registradas na Ata de Registro de Preços.

Hiosiani Vanni MassaroloPresidente da CPL.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ Nº 03.652.030/0001-70, com sede à Rodovia BR 480, nº 795 - Centro, na cidade de Barão de Cotegipe - RS, neste ato representado pelo Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, casado, portador do RG nº 5051132966 SSP/RS e CPF nº 670.481.290-34, residente e domiciliado na rua Princesa Isabel, nº 76, Centro, na cidade de Cotegipe - RS, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 03.652.030/0001-70

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL. UNITÁR. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 003 | 400 | UN | CELESTONE SOLUPAN INJETAVEL ACETATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 3MG / ML + 3MG / ML SOL. INJETAVEL | União Química | R$ 6,69 | R$ 2.676,00 |
| 013 | 6.000 | UN | TRAMADOL, CLORID DE 50MG.ML SOL. INJETAVEL AMP 1ML | Teuto | R$ 1,05 | R$ 6.300,00 |
| 014 | 200 | UN | BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML – 20ML | Hipolabor | R$ 1,54 | R$ 308,00 |
| 015 | 400 | UN | BROMETO DE IPRATROPIO 0,25 MG / ML – 20ML | Teuto | R$ 0,64 | R$ 256,00 |
| 024 | 11.000 | UN | SORO ORAL REIDRATANTE 27,9 GR ENVELOPE | Ifal | R$ 0,38 | R$ 4.180,00 |
| 049 | 2.000 | UN | AMOXICILINA 50MG/ML+CLAVULONATO DE POTASSIO 12,5MG/ML SUPENSÃO ORAL FRASCO DE 75ML | Sandoz | R$ 7,00 | R$ 14.000,00 |
| 050 | 2.500 | UN | AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE + SERINGA DOSADORA | Pharlab | R$ 2,48 | R$ 6.200,00 |
| 058 | 3.500 | UN | DEXAMETASONA CREME 1% DERMATOLÓGICO 10G | Multilab | R$ 0,62 | R$ 2.170,00 |
| 059 | 2.500 | UN | MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG / 5ML(100ML) | Natulab | R$ 0,98 | R$ 2.450,00 |
| 074 | 2.000 | UN | NORETISTERONA 0,35MG BLISTER | Biolab | R$ 0,16 | R$ 320,00 |
| 077 | 2.500 | UN | FOSF. SODICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML FRASCO 100ML | Prati D. | R$ 5,00 | R$ 12.500,00 |
| 088 | 300 | UN | FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS C/20ML | Cristalia | R$ 3,08 | R$ 924,00 |
| **Total** | **R$ 52.284,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA E DOIS MIL DUZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **–** Manter o Prog. Saúde da Família - PSF

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 03.652.030/0001-70

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ **Nº** 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa**SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME**, CNPJ Nº 14010264/0001-30, com sede à Av. Ivo de Moraes Cajango, Qd. 05, Lote 02, Sala 01, Setor Industrial, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, neste ato representado pela Srª Sylvia Maia Santos Berigo, brasileira, empresária, portador do RG nº 0983039-1 SSP/MT e CPF nº 716.265.571-87, residente na cidade de Alto Araguaia - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às

determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 018/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO – ME**

CNPJ Nº 14010264/0001-30

| ITEM | QUANT | UNI | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | 120 | UN | ARRUELA QUADRADA ACO GALVONIZADO 38X3MM - 5/8" FURO 18MM | ELMS | R$ 0,79 | R$ 94,80 |
| 7 | 10 | UN | LAMPADA VAPOR METALICO 400W, E-40, LUZ VERDE - OVOIDE | AVANT | R$ 46,00 | R$ 460,00 |
| 12 | 200 | UN | BASE PARA RELE FOTOELETRICO 1000W 220V | EXATRON | R$ 0,80 | R$ 160,00 |
| **TOTAL** | **R$ 714,80** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: SETECENTOS E QUATORZE REAIS E OITENTA CENTAVOS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente, no horário das 07:30 às 11:30, sido à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro, Alto Taquari – MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Manter a Rede de Ilum. Pública

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO – ME**

Prefeito Municipal CNPJ Nº 14010264/0001-30

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/ 2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP**, CNPJ Nº 86.952.587/0001-54, com sede à Rua Antonio Hortolani, nº 62-N, Térreo – Centro, na cidade de Tangará da Serra - MT, neste ato representado pelo Sr. Thiago Wagner Zago, brasileiro, portador do RG nº 300942093414 MDEB/MT e CPF nº 917.931.491-00, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de cessão de uso de softwares para gestão pública nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS PARA FORNECIMENTO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DOS SOFTWARES INTEGRADOS PARA GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, OFERECENDO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ALEM DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DOS REFERIDOS SISTEMAS, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 001/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA – EPP**

CNPJ Nº 86.952.587/0001-54

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | VL UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO PPA, LDO E LOA | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 2 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA CONTABILIDADE PUBLICA | R$ 1.800,00 | R$ 21.600,00 |
| 3 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA TESOURARIA | R$ 1.200,00 | R$ 14.400,00 |
| 4 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL | R$ 1.800,00 | R$ 21.600,00 |
| 5 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO FATURAMENTO DE AGUA | R$ 2.400,00 | R$ 28.800,00 |
| 6 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA NOTA FISCAL ELETRONICA | R$ 5.800,00 | R$ 69.600,00 |
| 7 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | R$ 1.500,00 | R$ 18.000,00 |
| 8 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO ESTOQUE | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 9 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO PATRIMONIO | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 10 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO | R$ 2.200,00 | R$ 26.400,00 |
| 11 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DAS COMPRAS E LICITAÇÕES | R$ 1.200,00 | R$ 14.400,00 |
| 12 | 12 | UN | SOFTWARE PARA CONTROLES DOS FATOS E ATOS ADMINISTRATIVOS | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 13 | 12 | UN | SOFTWARE PARA VALIDAÇÃO DO APLIC/TCE-MT | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 14 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO PROTOCOLO | R$ 1.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 15 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO ABASTECIMENTO | R$ 1.200,00 | R$ 14.400,00 |
| 16 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL | R$ 1.200,00 | R$ 14.400,00 |
| 17 | 600 | H | CUSTOMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | R$ 120,00 | R$ 72.000,00 |
| 18 | 1 | UN | MIGRAÇÃO DOS DADOS E IMPLANTAÇÃO DOS SOFTWARES | R$ 12.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 19 | 1 | UN | TREINAMENTO DOS USUÁRIOS | R$ 12.000,00 | R$ 12.000,00 |
| 20 | 12 | UN | SOFTWARE PARA GESTÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL | R$ 300,00 | R$ 3.600,00 |
| **TOTAL** | **R$ 415.200,00** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS**

4.1 - **OS SERVIÇOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE.**

4.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.4 **-** No ato da entrega os serviços passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos serviços de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos serviços fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou serviço adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos serviços.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n° 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.39 **–** Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014.

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os serviços ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata, fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 02 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP**

CNPJ 86.952.587/0001-54

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, CNPJ Nº 81.706.251/0001-98, com sede à Rua Prof. Leônidas Ferreira da Costa, nº 847 – Bairro Parolin, na cidade de Curitiba - PR, neste ato representado pela Srª Luciana Capeletti, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.905.728-6 SSP/PR e CPF nº 018.682.999-02, residente e domiciliado na rua Cid Marcondes de Albuquerque, nº 552, casa 02, Pinheirinho, na cidade de Curitiba - PR, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/ 2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

CNPJ Nº 81.706.251/0001-98

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 006 | 1.000 | UN | DEXAMETASONA 4MG/2,5ML SOL. INJETAVEL | Teuto | R$ 0,85 | R$ 850,00 |
| 009 | 800 | UN | COMPLEXO B POLIVITAMINICO 2ML SOL INJETAVEL | Hypofarma / Hyplexb | R$ 0,81 | R$ 648,00 |
| 022 | 62.000 | UN | OMEPRAZOL 20 MG | Teuto | R$ 0,041 | R$ 2.542,00 |
| 047 | 30.000 | UN | ACIDO FOLICO DE 5MG COMPRIMIDO | Natulab | R$ 0,024 | R$ 720,00 |
| 052 | 10.000 | UN | CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO | Teuto | R$ 0,017 | R$ 170,00 |
| 07 | 2.500 | UN | CEFALEXINA 50MG/SUSPENÇÃO ORAL FRASCO DE 100ML | Hyper / Brainfarma | R$ 6,30 | R$15.750,00 |
| **Total** | **R$ 20.680,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: VINTE MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **–** Manter o Prog. Saúde da Família - PSF

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

CNPJ Nº 81.706.251/0001-98

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016**

**O Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **POSTO MONTE SINAI LTDA,** com sede à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 1581, Qd. 46 Lt 06, Centro, nesta cidade de Alto Taquari - MT, devidamente inscrita sob o CNPJ 06.246.900/0001-08**,** neste ato representado pelo Sr. Wlisses Rodrigues de Souza, brasileiro, casado, gerente administrativo, portador da cédula de identidade, RG nº 3.968.897 SSP/GO e CPF nº 908.408.871-91, residente e domiciliado na Avenida Angélica, Lote 4 quadra 34, Parque Alto Taquari, nesta cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de combustivel nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 **-** A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL PARA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir da assinatura deste instrumento, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**POSTO MONTE SINAI LTDA**

CNPJ Nº 06.246.900/0001-08

| ITEM | QUANT | UN | DESCRIÇÃO | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 34.800 | L | GASOLINA COMUM | R$ 3,95 | R$ 137.460,00 |
| 2 | 68.500 | L | OLEO DIESEL S-10 | R$ 3,60 | R$ 246.600,00 |
| 3 | 7.000 | L | OLEO DIESEL | R$ 3,44 | R$ 24.080,00 |
| **TOTAL** | **R$ 408.140,00** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E OITO MIL CENTO E QUARENTA REAIS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **O fornecimento dos combustíveis adquiridos será efetuado diretamente na Bomba de Abastecimento da contratada mediante a apresentação da Requisição de Compra expedida conforme necessidade de cada secretaria, a qual individualizará o veículo, placas, motorista e a data do abastecimento, sabendo que o mesmo poderá ocorrer fora do horário de expediente, bem como finais de semana e/ou feriados.**

4.2 **–** A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7050.2090.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

05.130.0.0.10.305.7040.2099.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8030.2034.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

02.060.0.0.12.361.8030.2034.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0. 0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0. 0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA GABINETE DO PREFEITO

02.010.0. 0.04.122.2010.2004.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.3.3.90.30.00 - Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ POSTO MONTE SINAI LTDA** Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016**

**O Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/ 2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **TADEU MROZINSKI - ME**, CNPJ nº 37.509.767/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 875, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado, pelo Sr. Tadeu Mrozinski, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 8036465451 SSP/RS e CPF nº 472.393.100-78, residente na Rua Altino Pereira de Souza, s/n, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 034/2016, que fica fazendo parte desta ata.

1.2– Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir da assinatura deste instrumento, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**TADEU MROZINSKI - ME**

CNPJ Nº 37.509.767/0001-50

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 200 | UN | TE SOLDAVEL 25MM | KRONA | R$ 0,31 | R$ 62,00 |
| 2 | 800 | UN | LUVA SOLDAVEL 25MM | KRONA | R$ 0,25 | R$ 200,00 |
| 3 | 300 | UN | LUVA LR 1/2 X 3/4 | KRONA | R$ 0,47 | R$ 141,00 |
| 7 | 600 | UN | JOELHO SOLDAVEL 3/4X90º - MAT. CONSUMO | PLASTILIT | R$ 0,21 | R$ 126,00 |
| 9 | 50 | UN | CAP PVC/PBA SOLD P/ AGUA FRIA PREDIAL 60MM | PLASTILIT | R$ 3,99 | R$ 199,50 |
| 11 | 800 | UN | ADAPTADOR CURTO PARA REG 25MM X3/4 | PLASTILIT | R$ 0,23 | R$ 184,00 |
| 12 | 400 | M | TUBO PVC SOLDAVEL P/ AGUA FRIA PREDIAL DN 25MM | PLASTILIT | R$ 13,50 | R$ 5. 400,00 |
| 19 | 500 | UN | REGISTRO PRESSAO METAL 3/4 | LECA | R$ 13,99 | R$ 6. 995,00 |
| 24 | 1 | UN | ALAVANCA ACO FORJADO, MEDIDA 2MT, REDONDA, PA DE BICO | TRAMONTINA | R$ 119,90 | R$ 119,90 |
| 28 | 6 | UN | CABO PARA ENXADA EM MADEIRA, ENCAIXE DO CABO OLHO REDONDO - RETO, COMP. 1,25M, DIAM. POL. 1.1/2". | TRAMONTINA | R$ 10,00 | R$ 60,00 |
| 29 | 1 | UN | CHAVE GRIFO 24" - CABECA E CASTANHA EM ACO DE ALTA RESISTENCIA MECANICA, CABO EM FERRO FUNDIDO E PINTURA ELETROSTATICA | TRAMONTINA | R$ 109,99 | R$ 109,99 |
| 30 | 2 | UN | CHAVE GRIFO 14" | TRAMONTINA | R$ 57,99 | R$ 115,98 |
| 37 | 12 | UN | CONTACTORA TRIPOLAR 220 V 32 AMPERES | LUKMA | R$ 147,49 | R$ 1. 769,88 |
| 39 | 12 | UN | RELE TERMICO TRIPOLAR DE 32 A 50 AMPERES PARA CONTACTORA EQUIVALENTE | LUKMA | R$ 126,00 | R$ 1. 512,00 |
| 40 | 12 | UN | RELE TERMICO TRIPOLAR DE 20 A 32 AMPERES PARA CONTACTORA EQUIVALENTE | LUKMA | R$ 94,00 | R$ 1. 128,00 |
| 43 | 4 | UN | DISJUNTOR TRIPOLAR/TRIFASICO 80A | LUKMA | R$ 99,00 | R$ 396,00 |
| 44 | 4 | UN | DISJUNTOR TRIPOLAR 60A | LUKMA | R$ 79,50 | R$ 318,00 |
| **TOTAL** | **R$ 18. 837,25** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: DEZOITO MIL OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 as 11:30 horas, sito a Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.17.512.9240.2054.33.90.30.00 – Manter a Rede de Abastecimento de Água

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ TADEU MROZINSKI - ME** Prefeito Municipal Contratada

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016**

**O Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **C. E. MACEDO – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI ME**, CNPJ nº 07.965.552/ 0001-83, com sede à Rua Carlos Essenfelder, nº 1326, Boqueirão, na cidade de Curitiba - PR, neste ato representado, pelo Sr. Carlos Eduardo Macedo, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7.515.044-0 SSP/PR e CPF nº 004.959.389-71, residente na cidade de Curitiba – PR, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 034/2016, que fica fazendo parte desta ata.

1.2– Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir da assinatura deste instrumento, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**C. E. MACEDO – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI ME**

CNPJ nº 07.965.552/0001-83

| ITEM | QNT | UNI | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 400 | UN | LUVA SOLDAVEL ROSCAVEL LR 25X20MM | PLASTILIT | R$ 0,68 | R$ 272,00 |
| 18 | 400 | UN | KIT COMPLETO CAVALETE INSTALACAO DAGUA 3/4 | HIFER | R$ 28,00 | R$ 11.200,00 |
| **TOTAL** | **R$ 11.472,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: ONZE MIL QUATROCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 as 11:30 horas, sito a Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.17.512.9240.2054.33.90.30.00 – Manter a Rede de Abastecimento de Água

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**C. E. MACEDO – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS - EIRELI ME**

CNPJ nº 07.965.552/0001-83

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2016**

**O Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/ 2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA - EPP**, CNPJ nº 32.994. 337/0001-58, com sede à Rua Delfino Batista, nº 189, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado, pela Srª Joana Darc Batista da Cunha, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 000855199 SSP/MS e CPF nº 810.415.431-15, residente na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 034/2016, que fica fazendo parte desta ata.

1.2– Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir da assinatura deste instrumento, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA – EPP**

CNPJ nº 32.994.337/0001-58

| ITEM | QNT | UNI | DESCRIÇÃO | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 5 | 200 | UN | JOELHO SOLDAVEL 45X25 | R$ 0,29 | R$ 58,00 |
| 6 | 400 | UN | JOELHO 90 PVC COM ROSCA E BUCHA LATAO 3/4" | R$ 1,41 | R$ 564,00 |
| 8 | 400 | UN | CAP SOLDAVEL 25M | R$ 0,29 | R$ 116,00 |
| 10 | 200 | UN | NIPEL PVC C/ ROSCA P/ AGUA FRIA PRED 3/4" | R$ 0,29 | R$ 58,00 |
| 13 | 300 | UN | TE 3/4 COM ROSCA | R$ 1,69 | R$ 507,00 |
| 14 | 300 | UN | FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M | R$ 2,69 | R$ 807,00 |
| 15 | 100 | UN | FOLHA DE SERRA PARA SEGUETA | R$ 5,08 | R$ 508,00 |
| 16 | 10 | UN | ARCO DE SERRA Nº 10", CABO ANATOMICO, FECHADO, ACO CHATO, PROJETADO PARA SERRA DE 300MM, CUJA TESAO SE DA POR UMA PORCA BORBOLETA LOCALIZADA NA PARTE FRONTAL DO ARCO, FACILITANDO O TENSIONAMENTO DA LAMINA. | R$ 24,80 | R$ 248,00 |
| 17 | 60 | UN | ADESIVO PVC FRASCO COM 175GR | R$ 7,49 | R$ 449,40 |
| 20 | 500 | UN | REGISTRO DE PRESSAO 3/4 EM PVC | R$ 4,49 | R$ 2.245,00 |
| 21 | 1 | UN | TRENA 100MT, ARCO ABS (PLASTICO) COM PONTEIRA DE ACO, FITA DE FIBRA DE VIDRO, GRADUACAO DE 2 EM 2MM, LARGURA 13MM. | R$ 82,49 | R$ 82,49 |
| 22 | 4 | UN | PA DE BICO COM CABO | R$ 34,00 | R$ 136,00 |
| 23 | 6 | UN | CABO PARA PA DE CORTE EM MADEIRA, ENCAIXE CABO OLHO REDONDO - RETO, COMP. 1,5M, DIAM. POL. 1". | R$ 8,48 | R$ 50,88 |
| 25 | 1 | UN | PICARETA TIPO PONTA-PA ESTREITA, COM CABO. | R$ 55,50 | R$ 55,50 |
| 26 | 4 | UN | CABO PARA PICARETA EM MADEIRA, ENCAIXE CABO OLHO OVAL - CONICO, COMP. 1,00M. | R$ 8,98 | R$ 35,92 |
| 27 | 3 | UN | ENXADAO MEDIDA 250X127MM, OLHO REDONDO, COM CABO MADEIRA TAMANHO 1,5MT. | R$ 34,98 | R$ 104,94 |
| 31 | 30 | UN | PROTETOR DE SURTO TRIF.PKET 10KA | R$ 70,50 | R$ 2.115,00 |
| 32 | 20 | UN | CONECTOR PARA ATERRAMENTO | R$ 3,00 | R$ 60,00 |
| 33 | 13 | UN | HASTE COOPERWELD 5/8X2,40 MM | R$ 28,83 | R$ 374,79 |
| 34 | 50 | M | CABO COBRE FLEX 16,00MM - 2 CORES | R$ 7,58 | R$ 379,00 |
| 35 | 12 | UN | RELE FALTA DE FASE 220VCA - 3RU1136 4FBO | R$ 69,30 | R$ 831,60 |
| 36 | 12 | UN | CONTACTORA TRIPOLAR 220V 45 AMPERES | R$ 298,30 | R$ 3.579,60 |
| 38 | 12 | UN | RELE DE TEMPO 7PU05 0-30 | R$ 118,90 | R$ 1.426,80 |
| 41 | 3 | UN | RELE TERMICO TRIPOLAR DE 88 A 105 AMPERES | R$ 345,00 | R$ 1.035,00 |
| 42 | 3 | UN | CONTATORA DE POTENCIA TRIPOLAR 220V- 105 AMPERES (CONTACTORA) | R$ 1.350,00 | R$ 4.050,00 |
| **TOTAL** | **R$ 19.877,92** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: DEZENOVE MIL OITOCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no almoxarifado central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 as 11:30 horas, sito a Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 05 (cinco) dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.17.512.9240.2054.33.90.30.00 – Manter a Rede de Abastecimento de Água

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 17 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**MADEIREIRA E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ALTO TAQUARI LTDA – EPP**

CNPJ nº 32.994.337/0001-58

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **RESENDE PNEUS LTDA - ME**, CNPJ Nº 10.652.985/0001-93, com sede à Av. Antonio Carlos Paniago, Qd 06, Lt 04, Setor Manoel Abrão, na cidade de Mineiros - GO, neste ato representado pelo Sr. Wesclon Castro Souza, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3431074 SESP/GO e CPF nº 762.868.191-34, residente na cidade de Mineiros - GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**RESENDE PNEUS LTDA - ME**

CNPJ Nº 10.652.985/0001-93

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | % DESCONTO |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 40 | UN | PNEU 175/70 R13 - FABRICACAO NACIONAL | DUNLOP | 3,01% |
| 4 | 8 | UN | PNEU 205/60 R15 MISTO RADIAL | JK TORNEL | 3,02% |
| 5 | 12 | UN | PNEU 235/75 R15 - FABRICACAO NACIONAL | DUNLOP FK | 3,05% |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 12 | UN | PNEU 265/75XR16 OU 265/80XR16 RADIAL | JK TORNEL | 3,07% |
| 10 | 12 | UN | PNEU 275X80X22 MODELO CANAVIEIRO | JK TORNEL | 2,04% |
| 15 | 2 | UN | CAMARA DE AR 19,5X24 | RS | 1,70% |
| 18 | 40 | UN | CAMARA 1000X20 | RS | 2,23% |
| 21 | 12 | UN | CAMARA 17,5X25 | RS | 1,90% |
| 23 | 14 | UN | PNEU 750X16 BORRACHUDO | JK TORNEL | 2,15% |
| 24 | 8 | UN | PNEU 750X16 LISO | JK TORNEL | 1,05% |
| 26 | 8 | UN | PNEU 295X80R 22.5 MISTO RADIAL | JK TORNEL | 2,03% |
| 28 | 8 | UN | PNEU 265/65R17 S-ATR 112T WL | JK TORNEL | 2,03% |
| 29 | 6 | UN | PNEU 175/80 R14 | JK TORNEL | 2,10% |

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00 - Material de consumo

05.130.00.10.302.7050.2090.33.90.30.00 - Material de consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8030.2034.33.90.30.00 – Material de consumo

FUNDO DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

02.040.00.26.782.4010.2024.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.00.04.122.9400.2060.33.90.30.00 - Material de consumo

GABINETE DO PREFEITO

02.010.00.04.122.2010.2004.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00 - Material de consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ RESENDE PNEUS LTDA – ME**

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 10.652.985/0001-93

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/ 2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI**, CNPJ Nº 10.638.136/0001-85, com sede à Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1919, Bairro Alvorada, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pela Srª Hanneliese Reiter Pattis, brasileira, empresária, portadora do RG nº 12571083 SSP/MT e CPF nº 052.314.719-84, residente na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8. 666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI**

CNPJ Nº 10.638.136/0001-85

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | % DESCONTO |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 8 | UN | PNEU 205/75 R16 - FABRICACAO NACIONAL | GENERAL | 3,50% |
| 7 | 8 | UN | PNEU 225/70 R15 - FABRICACAO NACIONAL | GENERAL | 2,06% |
| 11 | 26 | UN | PNEU 275X80X22 MISTO RADIAL | FATE | 2,04% |
| 13 | 6 | UN | PNEU 1400X24 G2/L2 | TITAN | 2,07% |
| 16 | 2 | UN | PNEU 12X16,5 - AGRICOLA | TITAN | 2,09% |
| 20 | 12 | UN | CAMARA 1400X24 | BRASTUBE | 2,11% |
| 27 | 6 | UN | PNEU 215/75R ARO 17,5 MISTO RADIAL | SAILUN | 2,26% |

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.302.7050.2090.33.90.30.00 - Material de consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8030.2034.33.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

02.040.00.26.782.4010.2024.33.90.30.00 - Material de consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI**

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 10.638.136/0001-85

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/ 2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DMP PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**, CNPJ Nº 37.549.524/0006-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1526, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Elenice Fernandes do Prado, brasileira, casada, escriturária, portadora do RG nº 717.180 SSP/MS e CPF nº 595.436.981-04, residente na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8. 666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**DMP PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**

CNPJ Nº 37.549.524/0006-50

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | % DESCONTO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 12 | UN | PNEU 245X70 R16 MISTO RADIAL | PIRELLI | 3,50% |
| 8 | 42 | UN | PNEU 1000X20 MISTO RADIAL | PIRELLI | 3,07% |
| 9 | 20 | UN | PNEU 1000X20 BORRACHUDO | PIRELLI | 2,90% |
| 12 | 8 | UN | PNEU 17,5X25 PR16 L3/L2 G2 | PIRELLI | 1,90% |
| 14 | 4 | UN | CAMARA DE AR 12X16,5 | PIRELLI | 2,60% |
| 17 | 32 | UN | PROTETOR ARO 20 | PIRELLI | 2,02% |
| 19 | 6 | UN | CAMARA 1100X22 | PIRELLI | 2,09% |
| 22 | 20 | UN | CAMARA 750X16 | PIRELLI | 2,00% |
| 25 | 4 | UN | PNEU 215/80 R16 RADIAL | PIRELLI | 2,01% |

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.30.00 - Material de consumo

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8030.2034.33.90.30.00 – Material de consumo

FUNDO DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

02.040.00.26.782.4010.2024.33.90.30.00 - Material de consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016.

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.4 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ DMP PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 37.549.524/0006-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/ 2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME,** CNPJ Nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 6-A, nº 36B, Bairro Machado, na cidade de Mineiros - GO, neste ato representado pela Srª Flávia de Sousa Magalhães Luciano, casada, empresária, portadora do RG nº 5.786.729 SSP/GO e CPF nº 249.086.768-79, residente e domiciliada na Rua 09 de Julho, Qd. 42, Lt. 16, Setor Boa Vista, na cidade de Mineiros – GO, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 -A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROTEÇÃO E SERV. ESPECIAL. LTDA – ME**

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50 | UN | LIQUIDO EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA 10ML | IODONTOSUL | R$ 6,36 | R$ 318,00 |
| 2 | 6 | UN | ABRIDOR DE BOCA ADULTO - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 40X30X20MM COM 2 UNIDADES | IODONTOSUL | R$ 7,79 | R$ 46,74 |
| 3 | 6 | UN | ABRIDOR DE BOCA INFANTIL - 100% SILICONE AUTOCLAVAVEL 30X25X18MM COM 2 UNIDADES | IODONTOSUL | R$ 7,18 | R$ 43,08 |
| 7 | 55 | UN | AGULHA CURTA 30G CAIXA C/100 | INJEX | R$ 34,82 | R$ 1. 915,10 |
| 8 | 50 | UN | AGULHA EXTRA CURTA CAIXA C/100 UNID | INJEX | R$ 34,82 | R$ 1. 741,00 |
| 9 | 40 | UN | AGULHA LONGA 27G CAIXA C/100 | INJEX | R$ 34,82 | R$ 1. 392,80 |
| 10 | 350 | L | ALCOOL 70% COMPOSICAO: ALCOOL ETILICO, DESNATURANTE E AGUA -1000ML | JFERIS | R$ 5,30 | R$ 1. 855,00 |
| 11 | 600 | UN | ALGODAO ROLETE (ODONTOLOGICO) 100% ALGODAO, CILINDRO COMPACTADO 25GR | CREMER | R$ 2,39 | R$ 1. 434,00 |
| 14 | 15 | UN | ANESTESICO SEM VASO CONSTRUTOR CAIXA C/50 | DENTSPLY | R$ 55,49 | R$ 832,35 |
| 16 | 45 | UN | BABADOR DESCARTAVEL E IMPERMEAVEL 100% DE FIBRAS VIRGENS DE CELULOSE E FILME POLIETILENO ATOXICO 33X47CM - CAIXA C/100 UNID- ODONTOLOGICO | SSPLUS | R$ 12,83 | R$ 577,35 |
| 17 | 4 | UN | BICARBONATO DE SODIO EXTRA FINO 200GR - ODONTOLOGICO | MAQUIRA | R$ 10,81 | R$ 43,24 |
| 18 | 60 | UN | BROCA 1012 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 19 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1190 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 20 | 6 | UN | BROCA PARA OSSO Nº703, CIRURGICA - ODONTOLOGICO | KAVO | R$ 17,90 | R$ 107,40 |
| 21 | 90 | UN | BROCA DE BAIXA ROTACAO Nº05 | JOTA | R$ 4,61 | R$ 414,90 |
| 22 | 90 | UN | BROCA DE BAIXA ROTACAO, ESFERICA, Nº06 | JOTA | R$ 4,61 | R$ 414,90 |
| 23 | 6 | UN | BROCA PARA OSSO Nº703L, CIRURGICA - ODONTOLOGICO | JOTA | R$ 17,33 | R$ 103,98 |
| 24 | 90 | UN | BROCA DE ACABAMENTO DE RESINAS GRANULACAO ULTRAFINA 3168F - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 171,90 |
| 25 | 75 | UN | BROCA DE ACABAMENTO DE RESINAS GRANULACAO ULTRAFINA 3195F- ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 143,25 |
| 26 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1011 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 27 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1012 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 28 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1014 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 29 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1015 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 30 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1016 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 31 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1016, HASTE LONGA - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 32 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1032, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 33 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1033, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICA | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 34 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1034, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 35 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1035, CONICA INVERTIDA - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 41 | 60 | UN | BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº03, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM | JOTA | R$ 10,97 | R$ 658,20 |
| 42 | 60 | UN | BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº04, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM | JOTA | R$ 10,97 | R$ 658,20 |
| 43 | 60 | UN | BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº02, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM | JOTA | R$ 10,97 | R$ 658,20 |
| 46 | 60 | UN | CABO PARA ESPELHO BUCAL - ODONTOLOGICO - EM ACO INOX | PRATA | R$ 3,50 | R$ 210,00 |
| 48 | 12 | UN | CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACAO COR A2 | MAQUIRA | R$ 30,05 | R$ 360,60 |
| 49 | 24 | UN | CIMENTO TEMPORARIO OBTURADOR 25GR | MAQUIRA | R$ 14,63 | R$ 351,12 |
| 52 | 24 | UN | CONDENSADOR ODONTOLOGICO WARD, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE | PRATA | R$ 4,77 | R$ 114,48 |
| 53 | 15 | UN | CONDENSADOR ODONTOLOGICO HOLLEMBECK 3S, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL AISI 420, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE | PRATA | R$ 4,77 | R$ 71,55 |
| 54 | 30 | UN | CONDENSADOR ODONTOLOGICO DE AMALGAMA WARD Nº1 (CALCADOR), CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, EMBALAGEM PLASTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE | PRATA | R$ 4,77 | R$ 143,10 |
| 55 | 600 | UN | CREME DENTAL COM FLUOR+CALCIO 90GR - COM MICRO PARTICULAS POLIDORAS, COMPOSICAO: CALCIUM CARBONATE, AQUA, GLYCERIN, SODIUM LAURYL SULFATE, AROMA, SODIUM MONOFLUROPHOSPHATE, CELLULOSE GUM, TETRASSODIUM, PYROPHOSPHATE, SODIUM BICARBONATE, BENZYL ALCHOL, SODIUM SACCHARIN, SODIUM HYDROXIDE, CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SODIO (1450PPM DE FLUOR), COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM | DENTFREE | R$ 2,22 | R$ 1.332,00 |
| 66 | 150 | UN | ESCOVA DE ROBINSON CONICA COR PRETA | PREVEN | R$ 1,19 | R$ 178,50 |
| 69 | 12 | UN | ESCULPIDOR AMALGAMA P.K. THOMAS Nº06, CONFECCIONADO EM ACO INOX - UNIDADE. | PRATA | R$ 4,77 | R$ 57,24 |
| 70 | 3 | UN | ESPATULA LECRON - TAMANHO APROXIMADAMENTE 19CM, CONFECCIONADO EM ACO CIRURGICO, POSSUI 1 PONTA EM FORMA DE FACA E A OUTRA EM FORMA DE COLHER | PRATA | R$ 7,16 | R$ 21,48 |
| 71 | 9 | UN | ESPATULA TITANIO Nº01 - COM PONTAS BANHADAS EM NITRETO DE TITANIO CRIANM UMA PELICULA ANTI-ADERENTE A RESINA COMPOSTA, FACILITANDO SUA INSERCAO | IMAR | R$ 36,57 | R$ 329,13 |
| 72 | 24 | UN | ESPELHO BUCAL Nº05 - CAIXA COM 12 UNIDADES SEM CABO | IODONTOSUL | R$ 30,53 | R$ 732,72 |
| 73 | 90 | UN | FICHA CLINICA DUPLA Nº 4 -(15CMX 21,2CM) ODONTOLOGICA | PREVEN | R$ 18,24 | R$ 1.641,60 |
| 74 | 90 | UN | FIO AGULHADO SEDA TRANÇADO PRETO - ODONTOLOGICO FIO USP 3/0 45 CM 01 AGULHA 17MM 3/8 CAIXA COM 23 UNIDADES | PROCARE | R$ 45,95 | R$ 4.135,50 |
| 75 | 24 | UN | FIO DENTAL CLINICO COM FIO DE POLIAMIDA , CERA MINERAL E AROMA 500MTS | PREVEN | R$ 9,54 | R$ 228,96 |
| 76 | 80 | UN | FIXADOR PARA RX - ODONTOLOGICO 475 ML | KODAK | R$ 14,79 | R$ 1.183,20 |
| 77 | 300 | UN | FLUOR EM GEL 200ML (FLUORETO DE SODIO, SACARINA SODICA , CELLOSIZE QP 100, PROPOLENOGLICOL, GLICERINA , ESSENCIA DE MENTA E AGUA DEIONIZADA)- ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 3,98 | R$ 1.194,00 |
| 78 | 16 | UN | FORCEPS INFANTIL Nº5, CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,36 | R$ 1.093,76 |
| 79 | 16 | UN | FORCEPS N 01 CONFECCIONADO EM ACO INOX PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,36 | R$ 1.093,76 |
| 80 | 11 | UN | FORCEPS N 17, ADULTO CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 81 | 11 | UN | FORCEPS ADULTO N 150 | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 82 | 11 | UN | FORCEPS ADULTO N 151 | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 83 | 11 | UN | FORCEPS N 18 L, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 84 | 11 | UN | FORCEPS N 18 R, ADULTO, CONFECCIONADO EM AÇO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 85 | 11 | UN | FORCEPS N 65, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 86 | 11 | UN | FORCEPS N 69, ADULTO, CONFECCIONADO EM ACO INOX, PARA USO ODONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 68,37 | R$ 752,07 |
| 87 | 10 | UN | FORMOCRESOL -FRASCO COM 10ML- ODONTOLOGICO | MAQUIRA | R$ 7,95 | R$ 79,50 |
| 90 | 8 | UN | HIDROXIDO DE CALCIO P.A A 100,5% | IODONTOSUL | R$ 3,82 | R$ 30,56 |
| 91 | 7 | UN | IRM PO E LIQUIDO - KIT - ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 28,62 | R$ 200,34 |
| 92 | 55 | UN | JOGO CLINICO ODONTOLOGICO EM ACO CIRURGICO: 1 PINCA + 01 SONDA EXPLORADORA 5/8+ 1 ESCAVADOR 17+ 1 CABO COM ESPELHO Nº05 | PRATA | R$ 28,14 | R$ 1.547,70 |
| 94 | 3 | UN | KIT BROCA DE ACABAMENTO ULTRA-FINA | FAVA | R$ 38,00 | R$ 114,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 95 | 3 | UN | LAMINA BISTURI Nº12 EM ACO CARBINO - CAIXA COM 100 UNIDADES | SOLIDOR | R$ 35,38 | R$ 106,14 |
| 96 | 3 | UN | LAMINA DE BISTURI Nº15 ACO CARBONO - CAIXA COM 100 UNIDADES | SOLIDOR | R$ 35,38 | R$ 106,14 |
| 98 | 220 | UN | LUVA CIRURGICA LATEX ESTERIL COM PO TAM.7,0 | SUPERMAX | R$ 1,53 | R$ 336,60 |
| 101 | 34 | UN | MATRIZ 0,5MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 1,59 | R$ 54,06 |
| 102 | 34 | UN | MATRIZ 0,7MM - CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL - ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 1,59 | R$ 54,06 |
| 108 | 220 | UN | PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA, 21,0X23,CM 100% CELULOSE, CAIXA COM 2.000 FOLHAS, FEITO COM PAPEL NAO RECICLADO | STAR | R$ 12,08 | R$ 2.657,60 |
| 109 | 8 | UN | PARAMONO CLOROFENOL CANFORADO 20 ML | IODONTOSUL | R$ 5,57 | R$ 44,56 |
| 110 | 8 | UN | PASTA PROFILATICA | MAQUIRA | R$ 6,36 | R$ 50,88 |
| 111 | 6 | KG | PEDRA POMES COR BRANCA , A BASE DE QUARTZO CRISTALINO DE ROCHA , GRANULOMETRIA NORMAL | ASFER | R$ 4,61 | R$ 27,66 |
| 112 | 26 | UN | PORTA AGULHA MATHIEU 14CM | PRATA | R$ 51,68 | R$ 1.343,68 |
| 114 | 13 | UN | PORTA MATRIZ YVORE 7,5CM - ADULTO, EM ACO INOXIDAVEL | PRATA | R$ 27,03 | R$ 351,39 |
| 115 | 12 | UN | PORTA AMALGAMA ADULTO EM PLASTICO | MAQUIRA | R$ 9,38 | R$ 112,56 |
| 121 | 75 | UN | REVELADOR PARA RAIO X - ODONTOLOGICO 475 ML | KODAK | R$ 14,95 | R$ 1.121,25 |
| 124 | 37 | UN | SERINGA CARPULE DOBRAVEL CROMADA 11,5CM- ODONTOLOGICO | PRATA | R$ 34,98 | R$ 1.294,26 |
| 126 | 8 | UN | SOLUCAO HEMOSTATICA TOPICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO SEM EPINEFRINA - ODONTO 10 ML | MAQUIRA | R$ 20,51 | R$ 164,08 |
| 127 | 230 | UN | SUGADOR CIRURGICO (DESCARTAVEL) PCT C/ 20 UND- ODONTOLOGICO | MAQUIRA | R$ 25,28 | R$ 5.814,40 |
| 134 | 6 | UN | TRICRESOL FORMALINA( ANTICEPTICO E DESINFETANTE) 10 ML | MAQUIRA | R$ 7,15 | R$ 42,90 |
| 136 | 9 | UN | PLACA DE VIDRO 7,50X15CMX20MM - ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 15,74 | R$ 141,66 |
| 137 | 3 | UN | PORTA ALGODAO (TAMBOR MEDIO) COM TAMPA, TAMANHO 8X10CM, EM ACO INOX DE 1ª QUALIDADE, PARA GUARDA E DISPENSA DE ALGODAO E OUTROS MATERIAIS. | AÇOINOX | R$ 38,00 | R$ 114,00 |
| 139 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1013 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 1,91 | R$ 114,60 |
| 140 | 1.050 | UN | LUVA DESCARTAVEL M ANTIALERGICA CAIXA COM 100 UNID. ODONTO | SUPERMAX | R$ 23,69 | R$24.874,50 |
| 141 | 45 | UN | BROCA DE ALTA ROTACAO Nº1034 | FAVA | R$ 1,91 | R$ 85,95 |
| **TOTAL** | **R$ 75.627,01** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E VINTE E SETE REAIS E UM CENTAVO.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados pela Secretaria de Saúde e a entrega deverá ser efetuada no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de compras, devidamente assinada e deverão ser entregues diretamente no almoxarifado central, em dias de expediente no horário das 07:30 as 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro - Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 02 (dois) dias contados da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2093.33.90.30.00 - Material de Consumo.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**TOTAL SEGURANÇA EQUIPAM. DE PROT. E SERV. ESPECIAL. LTDA – ME**

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURÍDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **VITTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME,** CNPJ Nº 21. 086.030/0001-32, com sede à Rua Humaita, s/nº, Qd. 07, Lt. 09, Bairro Ipiranga, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Leandro Zenon de Azara, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 3100783 SSP/GO e CPF nº 789.611.491-72, residente e domiciliado na cidade de Goiânia – GO, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 -A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**VITTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ Nº 21.086.030/0001-32

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 3 | UN | ABRIDOR DE BOCA MOLT INFANTIL 10CM - EM ACO INOXIDAVEL | ABC | R$ 112,50 | R$ 337,50 |
| 37 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1164 - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 2,29 | R$ 137,40 |
| 38 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1164FF - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 2,29 | R$ 137,40 |
| 39 | 30 | UN | BROCA DIAMANTADA Nº21, TIPO RODA - ODONTOLOGICO | FAVA | R$ 2,29 | R$ 68,70 |
| 44 | 12 | UN | BROCA PARA OSSO Nº702 - ODONTOLOGICO | MKLIPE | R$ 3,42 | R$ 41,04 |
| 45 | 24 | UN | CABO DE BISTURI REDONDO NR. 03 PARA LAMINA DESCARTAVEL DE NR 10 A 18, CONFECCIONADO EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLASTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO, PROCEDENCIA E RASTREABILIDADE. | AB DESCARTÁVEIS | R$ 9,09 | R$ 218,16 |
| 47 | 3 | UN | CALEN PASTA DE HIDROXIDO DE CALCIO - 2 TUBRTES PLASTICO 2,7GR PASTA HIDROXICO DE CALCIO / 2 TUBETES PLASTICO 2,2GR DE GLICENINA (PARA USO ENDODONTICO). | DENTSPLAY | R$ 30,10 | R$ 90,30 |
| 50 | 30 | UN | COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13LT | EMBALAIRE | R$ 5,68 | R$ 170,40 |
| 56 | 300 | UN | CREME DENTAL SEM FLUOR COM SABOR AGRADAVEL, SEM CORANTES, POUCA ESPUMA E BAIXA ABRASIVIDADE.COMBATE GEMES CAUSADORES DA PLACA, SEM AGREDIR O ESMALTE DOS DENTES. EMBALAGEM 100 GR. | ICE FRESH | R$ 2,37 | R$ 711,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 58 | 24 | UN | CURETA GRACEY Nº9-10, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE | CASSIFLEX | R$ 10,23 | R$ 245,52 |
| 59 | 24 | UN | CURETA GRACEY Nº11-12, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. | CASSIFLEX | R$ 11,55 | R$ 277,20 |
| 60 | 24 | UN | CURETA GRACEY Nº13-14, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. | CASSIFLEX | R$ 11,55 | R$ 277,20 |
| 61 | 24 | UN | CURETA GRACEY Nº5/6, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. | CASSIFLEX | R$ 11,55 | R$ 277,20 |
| 62 | 24 | UN | CURETA GRACEY Nº7-8, CONFECCIONADA EM ACO INOX, COM CABO DE 8MM, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE | CASSIFLEX | R$ 11,55 | R$ 277,20 |
| 65 | 6 | UN | ENXAGUANTE BUCAL 2LT (ANTISSEPTICO) | REYMER | R$ 7,65 | R$ 45,90 |
| 88 | 6 | UN | GUTA PERCHA BASTAO COT BRANCA | DENTSPLAY | R$ 2,11 | R$ 12,66 |
| 89 | 9 | UN | HIDROXIDO DE CALCIO BASE E CATALIZADOR | BIODINAMICA | R$ 11,34 | R$ 102,06 |
| 93 | 16 | UN | JOGO ALAVANCA ODONTOLOGICO 1R, 1L, 2 CIRURGICA, TIPO SELDIN DIREITA, ESQUERDA E RETA. | CASSIFLEX | R$ 23,76 | R$ 380,16 |
| 106 | 12 | UN | OSTOPORIN-HIDROCORTISONA 10MG/ML, SULFATO DE NEOMICINA 5MG/ML, SULFATO DE POLEMIZEM B E XECIPIENTESQ.SP 01 ML(ALCOOL CETOESTEARILICO , METILPARABENO,MONOLAURATO DE SORBINATA,POLISSORBATO 20 E AGUA- ODONTOLOGICO | FQM | R$ 11,54 | R$ 138,48 |
| 113 | 13 | UN | PORTA MATRIZ YVORE 5CM - INFANTIL, EM ACO INOXIDAVEL. | CASSIFLEX | R$ 23,22 | R$ 301,86 |
| 125 | 21 | UN | SINDESMOTOMO PARA CIRURGIA EM GERAL EM ACO INOX Nº01 - ONDONTOLOGICO | GOLGRAM | R$ 23,60 | R$ 495,60 |
| 129 | 10 | UN | TESOURA IRIS RETA 12CM | CASSIFLEX | R$ 15,98 | R$ 159,80 |
| 130 | 28 | UN | TIRA DE ACABAMENTO PROXIMAL - CAIXA COM 150 UNIDADES DE LIXA 4MMX170MM EM POLIESTER, RESINA E OXIDO DE ALUMINIO. | PREVEN | R$ 8,48 | R$ 237,44 |
| 138 | 12 | UN | BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO FG 21-58, CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/ CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM. | MKLIFEP | R$ 18,95 | R$ 227,40 |
| 142 | 3 | UN | CLOREXEDINA LIQUIDA | RIOQUIMICA | R$ 2,79 | R$ 8,37 |
| **TOTAL** | **R$ 5. 375,95** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CINCO MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados pela Secretaria de Saúde e a entrega deverá ser efetuada no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de compras, devidamente assinada e deverão ser entregues diretamente no almoxarifado central, em dias de expediente no horário das 07:30 as 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro - Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 02 (dois) dias contados da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2093.33.90.30.00 - Material de Consumo.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**VITTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ Nº 21.086.030/0001-32

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURÍDICO

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016**

O **Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2016,** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**, CNPJ Nº 10.832.896/0001-29, com sede à Rua Fenelon Muller, nº 173 – Dom Aquino, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pela Srª Patrícia Pompeu Rodrigues, brasileira, portadora do RG nº 985791 SSP/MT e CPF nº 782.541.321-00, residente e domiciliada na rua Polônia, nº 10, Qd 02, Jardim Imperial, na cidade de Várzea Grande – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 -A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objeto licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, contados a partir de sua assinatura, bem como poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**

CNPJ Nº 10.832.896/0001-29

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | 400 | UN | ACIDO FOSFORICO DE ESMALTE E DENTINA A 37% EMBALAGEM COM 03 SERINGA 2,5MM CADA - ODONTOLOGICO | ANGELUS | R$ 6,08 | R$ 2. 432,00 |
| 6 | 150 | L | AGUA OXIGENADA VOLUME 10 COMPOSICAO : PEROXIDO DE HIDROGENIO 3% FENACETINA , ACIDO FOSFORICO, AGUA PURIFICADA FRASCO COM 1000 ML - ODONTOLOGICO | VICPHARMA | R$ 4,24 | R$ 636,00 |
| 12 | 60 | UN | AMALGAMA: LIMALHA DE PRATA DE ALTO TEOR E COBRE, PARTUCULAS ULTRAFINAS. (45%,ESTANHO 31% COBRE 24%) - FRASCO COM 50 CAPSULAS DE 1 PORCAO. | SDI | R$ 125,50 | R$ 7. 530,00 |
| 15 | 12 | UN | ANESTESICO TOPICO 200MG/G- COMPOSICAO : CADA GRAMA DO GEL CONEM 200GR DE BENZOCAINA , EXCIPICIENTES, SCARINA SODCA , POLIETILENOGLICO 14.000 POLIETILENOGLICO 400 AROMA DE PINA COLADA- FRASCO COM 12 G | DFL | R$ 9,10 | R$ 109,20 |
| 36 | 60 | UN | BROCA DIAMANTADA 1052, TIPO RODA - ODONTOLOGICA | MICRODONT | R$ 2,28 | R$ 136,80 |
| 40 | 60 | UN | BROCA CARBIDE DE BAIXA ROTACAO Nº01, HASTE LONGA/CONFECCIONADA EM ACO CARBONO/CARBIDE, EMBALAGEM UNITARIA COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO: INFORMACOES, PROCEDENCIA, NOME DO FABRICANTE, NUMERO DO LOTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA NA PARTE EXTERNA DA EMBALAGEM. | QUIMIDROL | R$ 16,19 | R$ 971,40 |
| 51 | 360 | UN | COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTRERIL CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODAO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS COM DIMENSÃO DE 7,5 X 7,5 CM QUANDO FECHADAS E 15 X 30CM QUANDO ABERTAS E 10 X 10CM QUANDO FECHADAS E 20 X 40CM QUANDO ABERTAS. | CLEAN | R$ 0,54 | R$ 194,40 |
| 57 | 9 | UN | CUNHA DE MADEIRA NO FORMATO DA AMEIA GENGIVAL, COM 4 CUNHAS CODIFICADA POR CORES- ODONTOLOGICO | IODONTOSUL | R$ 14,20 | R$ 127,80 |
| 63 | 300 | UN | EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 90X260M - COM 100 UNIDADES | ZERMATT | R$ 18,54 | R$ 5. 562,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 64 | 300 | UN | EMBALAGEM PARA AUTOCLAVE AUTO SELANTE 150X250M | ZERMATT | R$ 30,75 | R$ 9. 225,00 |
| 67 | 3.000 | UN | ESCOVA DENTAL ADULTO - TAMANHO MEDIA (Nº35), CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/ SUAVE, COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE. | MEDFIO | R$ 0,97 | R$ 2. 910,00 |
| 68 | 3.000 | UN | ESCOVA DENTAL INFANTIL COM PROTETOR (TAMPA) - TAMANHO MEDIO, CERDAS ARREDONDADAS E MACIA/SUAVE, CABO ANATOMICO; COMPOSICAO: CERDAS DE NYLON, ANCORA METALICA, RESINA TERMOPLASTICA E PIGMENTO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO. | MEDFIO | R$ 0,96 | R$ 2. 880,00 |
| 99 | 550 | UN | LUVA DE LATEX PROCEDIMENTO, TAMANHO P - CAIXA COM 100 UNIDADES - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL. | MEDIX | R$ 23,65 | R$13. 007,50 |
| 100 | 150 | UN | MASCARA COM ELASTICO DUPLO DESCARTAVEL, FABRICADO EM POLIPROPILENO (TNT-TECIDO NAO TECIDO)- CAIXA C/50 UNID- ODONTO | DESCARPACK | R$ 9,56 | R$ 1. 434,00 |
| 103 | 30 | UN | MICRO BRUSH TAMANHO REGULAR 2.0MM 1/4 GOTA, NA COR AMARELO - TUBO C/ 100 UNID | KG | R$ 11,59 | R$ 347,70 |
| 104 | 14 | UN | OCULOS PROTECAO (PANORAMICO/AMPLA VISAO) COM TIRANTES ELASTICOS, LENTES POLICARBONATO INCOLOR, ARMACAO EM PVC INCOLOR COM 6 VALVULAS DE VENTILACAO. | DANNY | R$ 11,80 | R$ 165,20 |
| 105 | 12 | L | OLEO LUBRIFICANTE 2 EM 1, UM UNICO OLEO PARA BAIXA E ALTA ROTACAO FRASCO 200 ML. | MAQUIRA | R$ 13,00 | R$ 156,00 |
| 107 | 65 | UN | PAPEL CARBONO DUPLA FACE VERMELHO E PRETO ODONTOLOGICO- BLOCO COM 12 FOLHAS | ANGELUS | R$ 3,00 | R$ 195,00 |
| 116 | 26 | UN | POTE DAPPEN DE VIDRO USO ODONTOLOGICO,EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO. | ART VIDRO | R$ 3,60 | R$ 93,60 |
| 117 | 65 | UN | RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A1, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS. | 3M | R$ 59,07 | R$ 3. 839,55 |
| 118 | 75 | UN | RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A2, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS. | 3M | R$ 59,07 | R$ 4. 430,25 |
| 119 | 100 | UN | RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES - COR A3,5, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS | 3M | R$ 59,07 | R$ 5. 907,00 |
| 120 | 80 | UN | RESTAURADOR UNIVERSAL PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES 4GR - COR A3, FILTEK Z250, OXIDO DE ALUMINIO, SILICA, OXIDO DE ZIRCONIA, BIS-GMA E UDMAT/ TEMPO DE POLIMERIZACAO: 20 SEGUNDOS. | 3M | R$ 59,07 | R$ 4. 725,60 |
| 122 | 9 | UN | SACA BROCA PARA CANETA DE ALTA ROTACAO | DX | R$ 38,60 | R$ 347,40 |
| 123 | 26 | UN | SELANTE FLUROSHIELD MATIZADO 2G PACOTE COM 06 BISNAGAS | FLUROSHIELD | R$ 230,00 | R$ 5. 980,00 |
| 128 | 360 | UN | SUGADOR DESCARTAVEL ( TUBO E PONTEIRAS ATOXICOS, ARAME EM ACO ESPECIAL E PONTEIRA MACIA)- PACOTE COM 40 UNID | MAXCLEAN | R$ 6,60 | R$ 2. 376,00 |
| 131 | 20 | UN | TIRA DE POLIESTER - CAIXA - ODONTOLOGICO | K-DENT | R$ 2,20 | R$ 44,00 |
| 132 | 38 | UN | TIRAS ABRASIVAS ELETROLITICAS DE ACO INOX 150X4MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES - CAIXA | MAQUIRA | R$ 10,90 | R$ 414,20 |
| 133 | 120 | UN | TOUCA DESCARTAVEL - PACOTE 100 UNIDADES, EM TNT, 100% POLIPROPILENO, COR BRANCO/SEM ESTAMPA, COM ELASTICO, ALVEJADO, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, ALTA ABSORCAO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VENCIMENTO E LOTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. | DESCARPACK | R$ 9,76 | R$ 1. 171,20 |
| 135 | 12 | UN | CUBA PARA ASSEPSIA, EM ACO INOX, 8X3,6CM. | FAMI-ITA | R$ 17,60 | R$ 211,20 |
| **TOTAL** | **R$ 77. 560,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E SETE MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 - **Os produtos serão solicitados pela Secretaria de Saúde e a entrega deverá ser efetuada no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de compras, devidamente assinada e deverão ser entregues diretamente no almoxarifado central, em dias de expediente no horário das 07:30 as 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro - Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa CONTRATADA deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2- Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - No ato da entrega os produtos passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 02 (dois) dias contados da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento da Ata de Registro de Preços.

4.5 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado pelo Município de Alto Taquari à fornecedora, por meio de ordem bancária, em até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota Fiscal devidamente certificada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7– A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.301.7010.2093.33.90.30.00 - Material de Consumo.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**

CNPJ Nº 10.832.896/0001-29

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURÍDICO

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/ 2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **JN REFRIGERAÇÃO LTDA - ME**, CNPJ Nº 07.811.669/0001-02, com sede à Rua Luiz Furtado, nº 223, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. João Souza Oliveira, brasileiro, empresário, portador do RG nº 000735897 e CPF nº 639.075.931-20, residente na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para prestação de serviços, manutenção e aquisição de produtos/peças eletroeletrônicas, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS/PEÇAS ELETROELETRÔNICAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão nº 029/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, a administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**JN REFRIGERAÇÃO LTDA – ME**

CNPJ Nº 07.811.669/0001-02

| ITEM | QNTD | UNI | DESCRIÇÃO | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 34 | UN | CARGA DE GAS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT - DE 7.000 A 12.000 BTUS. | R$ 205,00 | R$ 6. 970,00 |
| 2 | 15 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS DE GELADEIRA (1 PORTA OU DUPLEX) | R$ 180,00 | R$ 2. 700,00 |
| 3 | 9 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS EM FREEZER (1 OU 2 PORTAS) | R$ 200,00 | R$ 1. 800,00 |
| 4 | 10 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS EM BEBEDOURO DE COLUNA | R$ 150,00 | R$ 1. 500,00 |
| 5 | 31 | UN | SERVICO DE SUBSTITUCAO DE CAPACITOR DE AR CONDICIONADO SPLIT. | R$ 82,50 | R$ 2. 557,50 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 14 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO DE 9000 BTUS | R$ 225,00 | R$ 3.150,00 |
| 7 | 7 | UN | SERVICO DE REMOCAO DE AR CONDICIONADO 9.000BTUS | R$ 80,00 | R$ 560,00 |
| 8 | 18 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE SAIDA DE FONTE DE NOBREAK | R$ 85,00 | R$ 1.530,00 |
| 9 | 13 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE BATERIA DE NOBREAK | R$ 135,00 | R$ 1.755,00 |
| 10 | 33 | UN | SERVICO DE LIMPEZA DE EVAPORADOR DE AR CONDICIONADO SPLIT | R$ 80,00 | R$ 2.640,00 |
| 11 | 2 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO DE FORNO ELETRICO | R$ 80,00 | R$ 160,00 |
| 12 | 8 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO DE LIQUIDIFICADOR | R$ 40,00 | R$ 320,00 |
| 13 | 22 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE ENTRADA DE FONTE DE NOBREAK | R$ 85,00 | R$ 1.870,00 |
| 14 | 21 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE TELEFONE SEM FIO | R$ 55,00 | R$ 1.155,00 |
| 15 | 7 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO EM FREEZER | R$ 120,00 | R$ 840,00 |
| 16 | 19 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO EM GELADEIRA | R$ 95,00 | R$ 1.805,00 |
| 17 | 6 | UN | SERVICO DE MANUTECAO/CONSERTO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA (TANQUINHO) | R$ 90,00 | R$ 540,00 |
| 18 | 5 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO DE ELETRO BOMBA DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA. | R$ 95,00 | R$ 475,00 |
| 19 | 4 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO DE FERRO ELETRICO | R$ 40,00 | R$ 160,00 |
| 20 | 3 | UN | SERVICO DE MANUTECAO/CONSERTO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA. | R$ 130,00 | R$ 390,00 |
| 21 | 22 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO DE VENTILADOR (PAREDE, MESA OU COM PE) | R$ 80,00 | R$ 1.760,00 |
| 22 | 2 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTECAO DE ANTENA PARABOLICA | R$ 150,00 | R$ 300,00 |
| 23 | 20 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA - DE 18.000 A 30.000 BTUS. | R$ 280,50 | R$ 5.610,00 |
| 24 | 15 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS AR CONDICIONADO DE VEICULO PEQUENO PORTE (QUANTIDADE DA CARGA 1KG) | R$ 185,00 | R$ 2.775,00 |
| 25 | 9 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS | R$ 225,00 | R$ 2.025,00 |
| 26 | 6 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO DE 18000 BTUS | R$ 285,00 | R$ 1.710,00 |
| 27 | 4 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO DE 24000 BTUS | R$ 310,00 | R$ 1.240,00 |
| 28 | 10 | UN | SERVICO DE REMOCAO DE AR CONDICIONADO 12.000BTUS | R$ 80,00 | R$ 800,00 |
| 29 | 8 | UN | SERVICO DE REMOCAO DE AR CONDICIONADO 18.000BTUS | R$ 95,00 | R$ 760,00 |
| 30 | 4 | UN | SERVICO DE REMOCAO DE AR CONDICIONADO 24.000BTUS | R$ 125,00 | R$ 500,00 |
| 31 | 16 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE PECAS DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 101,00 | R$ 1.616,00 |
| 32 | 9 | UN | SERVICO DE INSTALACAO E RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO (CBO 7157-15) | R$ 480,00 | R$ 4.320,00 |
| 33 | 60 | M² | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS SEM REMOCAO DO MESMO (CBO 7157-15) | R$ 90,00 | R$ 5.400,00 |
| 34 | 32 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 18.000 A 30.000 BTUS COM REMOCAO DO MESMO | R$ 220,00 | R$ 7.040,00 |
| 35 | 17 | UN | SERVICO DE REMOCAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS | R$ 250,00 | R$ 4.250,00 |
| 36 | 14 | UN | SERVICO DE REMOCAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO SPLIT - 18.000 A 30.000 BTUS | R$ 280,00 | R$ 3.920,00 |
| 37 | 8 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO EM BEBEDOURO DE COLUNA | R$ 80,00 | R$ 640,00 |
| 38 | 17 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE MONITOR DE COMPUTADOR | R$ 80,00 | R$ 1.360,00 |
| 39 | 68 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE NOBREAK | R$ 135,00 | R$ 9.180,00 |
| 40 | 11 | UN | SERVICO DE CONSERTO/RECUPERACAO DE FONTE DE IMPRESSORA | R$ 140,00 | R$ 1.540,00 |
| 41 | 1 | UN | ACOPLAMENTO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA TANQUINHO | R$ 80,00 | R$ 80,00 |
| 42 | 3 | UN | ATUADOR DO FREIO DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 150,00 | R$ 450,00 |
| 43 | 4 | UN | ANEL DESLIZANTE DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA | R$ 20,00 | R$ 80,00 |
| 44 | 3 | UN | BOMBA D'AGUA DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 105,00 | R$ 315,00 |
| 45 | 10 | UN | COPO PARA LIQUIDIFICADOR - UNIVERSAL | R$ 40,00 | R$ 400,00 |
| 46 | 5 | UN | GAXETA/BORRACHA PARA PORTA DE GELADEIRA | R$ 105,00 | R$ 525,00 |
| 47 | 6 | UN | HELICE PLASTICA 3 PAS - VENTILADOR | R$ 65,00 | R$ 390,00 |
| 49 | 7 | UN | PE PARA GELADEIRA PORCELANA - KIT COM 4 UNIDADES. | R$ 35,00 | R$ 245,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 52 | 14 | UN | CABO DE FORCA 1,50MTS (FIO) - PARA GELADEIRA, LAVADORA E OUTROS ELETROS DOMESTICOS. | R$ 12,00 | R$ 168,00 |
| 53 | 8 | UN | CAPACITOR 20VF 250W | R$ 40,00 | R$ 320,00 |
| 54 | 7 | UN | SUPORTE PARA AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS | R$ 70,00 | R$ 490,00 |
| 55 | 3 | UN | MANGUEIRA 06 PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 80,00 | R$ 240,00 |
| 56 | 10 | UN | PLACA ELETRONICA PARA BEBEDOURO D'AGUA - BIVOLT | R$ 120,00 | R$ 1.200,00 |
| 57 | 8 | UN | PROTETOR DE SOBRECARGA PARA COMPRESSOR DE GELADEIRA | R$ 60,00 | R$ 480,00 |
| 60 | 4 | UN | ACOPLAMENTO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA | R$ 110,00 | R$ 440,00 |
| 61 | 13 | UN | CAPACITOR 45MF 380W | R$ 65,00 | R$ 845,00 |
| 62 | 11 | UN | COOLER/VENTILADOR 12V PARA BEBEDOURO DE AGUA | R$ 80,00 | R$ 880,00 |
| 63 | 16 | UN | CHAVE INVERSORA 10A 120VCA - AR CONDICIONADO | R$ 50,00 | R$ 800,00 |
| 64 | 5 | UN | DOBRADICA COM MOLA PARA PORTA DE FREEZER | R$ 40,00 | R$ 200,00 |
| 65 | 16 | UN | HELICE PARA AR CONDICIONADO DE JANELA 7.000BTUS | R$ 105,00 | R$ 1.680,00 |
| 66 | 11 | UN | SENSOR DE TEMPERATURA E DEGELO 9/12 DE AR CONDICIONADO SPLIT - BIVOLT | R$ 190,00 | R$ 2.090,00 |
| 67 | 2 | UN | MANGUEIRA 12 PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 120,00 | R$ 240,00 |
| 68 | 7 | UN | RESERVATORIO PARA BEBEDOURO DE AGUA | R$ 135,00 | R$ 945,00 |
| 70 | 5 | UN | VALVULA DE EXPANSAO DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 145,00 | R$ 725,00 |
| 71 | 48 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 18.000 A 30.000 BTUS SEM REMOCAO DO MESMO (CBO 7157-15) | R$ 100,00 | R$ 4.800,00 |
| 72 | 4 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE FONTE DE TELEVISAO LCD/LED | R$ 400,00 | R$ 1.600,00 |
| 73 | 6 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE TELEVISAO | R$ 130,00 | R$ 780,00 |
| 74 | 3 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS AR CONDICIONADO DE VEICULO VAN/ONIBUS (QUANTIDADE DA CARGA 1,84KG) | R$ 240,00 | R$ 720,00 |
| 75 | 5 | UN | SERVICO DE RETIRADA E MONTAGEM DE PAINEL PARA LIMPEZA E TROCA DE TERMOSTATO DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO. | R$ 550,00 | R$ 2.750,00 |
| 76 | 12 | UN | SERVICO DE TIRAR VAZAMENTO DE AR CONDICIONADO DE VEICULO. | R$ 253,00 | R$ 3.036,00 |
| 77 | 7 | UN | SERVICO DE TROCAR EMBREAGEM MAGNETICA DO COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO. | R$ 230,00 | R$ 1.610,00 |
| 78 | 12 | UN | SERVICO DE TROCA DE CHAVE SELETORA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO. | R$ 130,00 | R$ 1.560,00 |
| 79 | 5 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE APARELHO DE DVD | R$ 70,00 | R$ 350,00 |
| 80 | 4 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE APARELHO DE SOM | R$ 80,00 | R$ 320,00 |
| 81 | 2 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE CAIXA DE TRANSMISSAO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA. | R$ 130,00 | R$ 260,00 |
| 82 | 2 | UN | SERVICO DE MANUTECAO/CONSERTO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA INDUSTRIAL | R$ 140,00 | R$ 280,00 |
| 83 | 2 | UN | SERVICO DE REBUBINAMENTO DE LAVADORA DE ROUPA ELETRICA | R$ 230,00 | R$ 460,00 |
| 84 | 16 | UN | CABO DE FORCA NOVO PADRAO 20A, 1,80MTS | R$ 20,00 | R$ 320,00 |
| 85 | 13 | UN | CABO DE FORCA TRIPLO 250V 10A 1,50MTS - AR CONDICIONADO SPLIT | R$ 45,00 | R$ 585,00 |
| 86 | 1 | M | CANO DE COBRE 3/8 FLEXIVEL - PAREDE 0,79MM. | R$ 30,00 | R$ 30,00 |
| 87 | 20 | M | CANO DE COBRE (TUBO) 3/8 FLEXIVEL, PAREDE 0,79MM, 9,52MM MEDIDA EXTERNA, TEMPERA MOLE - PARA REFRIGERACAO. | R$ 30,00 | R$ 600,00 |
| 88 | 1 | M | CANO DE COBRE 3/8 FLEXIVEL - PAREDE 0,79MM. | R$ 30,00 | R$ 30,00 |
| 89 | 70 | M | CANO DE COBRE (TUBO) 3/8 FLEXIVEL, PAREDE 0,79MM, 9,52MM MEDIDA EXTERNA, TEMPERA MOLE - PARA REFRIGERACAO. | R$ 30,00 | R$ 2.100,00 |
| 91 | 10 | UN | TURBINA 58X9,5CM PARA AR CONDICIONADO SPLIT | R$ 290,00 | R$ 2.900,00 |
| 93 | 1 | UN | CABO DE FORCA PARA COMPUTADOR/MUNITOR | R$ 20,00 | R$ 20,00 |
| 94 | 23 | UN | CABO DE FORCA 1,50MTS PARA COMPUTADOR/MUNITOR - NBR14136 MACHO E IEC320 C13 FEMEA, TENSAO MAXIMA SUPORTADA 6A 220V, CERTIFICADO PELO INMETRO. | R$ 20,00 | R$ 460,00 |
| 95 | 1 | UN | CABO DE FORCA PARA COMPUTADOR/MUNITOR | R$ 20,00 | R$ 20,00 |
| 96 | 9 | UN | CABO DE FORCA 1,50MTS PARA COMPUTADOR/MUNITOR - NBR14136 MACHO E IEC320 C13 FEMEA, TENSAO MAXIMA SUPORTADA 6A 220V, CERTIFICADO PELO INMETRO. | R$ 20,00 | R$ 180,00 |
| 97 | 13 | UN | FONTE CHAVEADA 12 VOLTS, 1 A | R$ 45,00 | R$ 585,00 |
| 100 | 2 | UN | COMPRESSOR 5H-14 POLIA 8PK 12V UNIVERSAL - AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO (POLIA DUPLA) | R$ 2.200,00 | R$ 4.400,00 |
| 101 | 2 | UN | EMBREAGEM COMPLETO (MAGNETICA DO COMPRESSOR) 6 PEDAL, 24V, CANAL A, UNIVERSAL - AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 760,00 | R$ 1.520,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 102 | 2 | UN | ELETROVENTILADOR 10" 12V UNIVERSAL - AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 195,00 | R$ 390,00 |
| 103 | 3 | UN | FILTRO DE CABINE DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 50,00 | R$ 150,00 |
| 104 | 2 | UN | PRESSOSTATO R134A PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 85,00 | R$ 170,00 |
| 105 | 3 | UN | ROLAMENTO DO COMPRESSOR DENSO 40X62X22 DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 130,00 | R$ 390,00 |
| 106 | 2 | UN | SELO DE VEDACAO 6P 148-10PA17 10P15 - AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 95,00 | R$ 190,00 |
| 107 | 2 | UN | TERMOSTATO DESLIZANTE UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO (CONTROLADOR DE TEMPERATURA CENTRAL) | R$ 125,00 | R$ 250,00 |
| 108 | 2 | UN | TUBO DE EXPANSAO PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 70,00 | R$ 140,00 |
| 111 | 7 | UN | FILTRO SECADOR UNIVERSAL COM 2 SAIDAS - PARA ELETROELETRONICOS E AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 130,00 | R$ 910,00 |
| 112 | 6 | UN | RELE EMBRACO PARA BEBEDOURA D'AGUA | R$ 60,00 | R$ 360,00 |
| 114 | 8 | UN | TERMOSTATO UNIVERSAL (FREEZER, GELADEIRA, BEBEDOURO) | R$ 110,00 | R$ 880,00 |
| 117 | 8 | UN | AMORTECEDOR/COXIM DE CENTRIFUGA MAQUINA DE LAVAR ROUPA | R$ 10,00 | R$ 80,00 |
| 118 | 2 | UN | ANEL HIDROCOMPENSADOR LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 120,00 | R$ 240,00 |
| 119 | 4 | UN | ACIONADOR/ARMADOR DE FREIO MAQUINA DE LAVAR ROUPA | R$ 35,00 | R$ 140,00 |
| 120 | 3 | UN | BANDA DO FREIO DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 25,00 | R$ 75,00 |
| 121 | 3 | UN | BOTAO DO PRESSOSTATO DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 15,00 | R$ 45,00 |
| 122 | 4 | UN | BUCHA DA COLUNA INFERIOR DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 12,00 | R$ 48,00 |
| 123 | 2 | UN | CONJUNTO MECANICO DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 300,00 | R$ 600,00 |
| 124 | 3 | UN | CORREIA DO MOTOR DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 45,00 | R$ 135,00 |
| 125 | 2 | UN | ELETROBOMBA 220/110V UNIVERSAL - MAQUINA DE LAVAR | R$ 120,00 | R$ 240,00 |
| 126 | 3 | UN | INTERRUPTOR DA TAMPA DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA | R$ 45,00 | R$ 135,00 |
| 127 | 2 | UN | MOTOR 1/3CV DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA - ORIGINAL | R$ 450,00 | R$ 900,00 |
| 128 | 2 | UN | TIMER INTERRUPITOR HORARIO 10/15 MINUTO - LAVADORA DE ROUPA | R$ 40,00 | R$ 80,00 |
| 129 | 2 | UN | POLIA MOTOR DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 25,00 | R$ 50,00 |
| 130 | 2 | UN | RETENTOR AGREGADO DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 49,00 | R$ 98,00 |
| 131 | 2 | UN | ROLAMENTO 6006 PARA MAQUINA ELETRONICA DE LAVAR ROUPA | R$ 25,00 | R$ 50,00 |
| 132 | 1 | UN | ROLAMENTO 6201 DDU PARA MOTOR MAQUINA LAVAR ELETRONICA | R$ 25,00 | R$ 25,00 |
| 133 | 2 | UN | SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO DE 30000 BTUS | R$ 330,00 | R$ 660,00 |
| 134 | 1 | UN | SERVICO DE REMOCAO DE AR CONDICIONADO 30.000BTUS | R$ 125,00 | R$ 125,00 |
| 135 | 2 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO JANELA - 18.000 A 30.000 BTUS | R$ 180,00 | R$ 360,00 |
| 136 | 4 | UN | SERVICO DE MANUTENCAO/CONSERTO EM BEBEDOURO INDUSTRIAL | R$ 100,00 | R$ 400,00 |
| 137 | 2 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS AR CONDICIONADO DE VEICULO CAMINHAO (QUANTIDADE DA CARGA 1,84KG) | R$ 194,00 | R$ 388,00 |
| 138 | 1 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS AR CONDICIONADO DE VEICULO PATROLA/PA CARREGADEIRA (QUANTIDADE DA CARGA 2KG) | R$ 270,00 | R$ 270,00 |
| 139 | 4 | UN | SERVICO DE CARGA DE GAS EM BEBEDOURO INDUSTRIAL | R$ 180,00 | R$ 720,00 |
| 140 | 1 | UN | SERVICO DE CONSERTO DE FONTE E BATERIA DE NOBREAK | R$ 135,00 | R$ 135,00 |
| 141 | 1 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE APARELHO DE RECEPTOR | R$ 80,00 | R$ 80,00 |
| 142 | 2 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE CAIXA AMPLIFICADA | R$ 280,00 | R$ 560,00 |
| 143 | 1 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO DE FONTE E REVISAO NO CIRCUITO E AJUSTE DO DATASHOW. | R$ 290,00 | R$ 290,00 |
| 144 | 1 | UN | CARGA DE GAS R22 DE AR CONDICIONADO SPLIT - DE 60.000 BTUS. | R$ 190,00 | R$ 190,00 |
| 145 | 1 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 60.000 BTUS SEM REMOCAO DO MESMO | R$ 360,00 | R$ 360,00 |
| 146 | 26 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS | R$ 180,00 | R$ 4.680,00 |
| 147 | 2 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS COM REMOCAO DO MESMO | R$ 180,00 | R$ 360,00 |
| 148 | 2 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS | R$ 180,00 | R$ 360,00 |
| 149 | 1 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 7.000 A 12.000 BTUS COM REMOCAO DO MESMO | R$ 180,00 | R$ 180,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 150 | 1 | UN | SERVICO DE LIMPEZA E MANUTENCAO EM AR CONDICIONADO SPLIT - 60.000 BTUS COM REMOCAO DO MESMO | R$ 360,00 | R$ 360,00 |
| 151 | 1 | UN | SERVICO DE CONSERTO/MANUTENCAO EM APARELHO DE FAX. | R$ 80,00 | R$ 80,00 |
| 152 | 30 | M | CANO DE COBRE (TUBO) 5/8 FLEXIVEL, PAREDE 0,79MM, 9,52MM MEDIDA EXTERNA, TEMPERA MOLE - PARA REFRIGERACAO. | R$ 45,00 | R$ 1. 350,00 |
| 153 | 1 | UN | COMPRESSOR 7H-15 2A 12V - AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO (POLIA DUPLA) | R$ 2. 000,00 | R$ 2. 000,00 |
| 154 | 3 | UN | SUPORTE PARA AR CONDICIONADO SPLIT 7.000BTUS | R$ 60,00 | R$ 180,00 |
| 155 | 2 | UN | SUPORTE PARA AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTUS | R$ 85,00 | R$ 170,00 |
| 156 | 4 | UN | MOTOR DO VENTILADO DE GELADEIRA - BIVOLT | R$ 200,00 | R$ 800,00 |
| 157 | 2 | M | MANGUEIRA 06 PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 80,00 | R$ 160,00 |
| 158 | 2 | M | MANGUEIRA 08 PARA AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO | R$ 95,00 | R$ 190,00 |
| 159 | 1 | UN | ALOJAMENTO DO RETENTOR DO EIXO DE LAVADORA ELETRONICA | R$ 60,00 | R$ 60,00 |
| 160 | 1 | UN | AGITADOR CENTRAL DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA (ORIGINAL) | R$ 145,00 | R$ 145,00 |
| 161 | 1 | UN | AGITADOR INFERIOR DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA (ORIGINAL) | R$ 59,00 | R$ 59,00 |
| 162 | 1 | UN | AGITADOR ESTRIADO DE MAQUINA DE LAVAR ROUPA ELETRONICA (ORIGINAL) | R$ 78,00 | R$ 78,00 |
| 163 | 1 | UN | BOMBA D'AGUA DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA SIMPLES | R$ 90,00 | R$ 90,00 |
| 164 | 2 | UN | BLOCO DO AGITADOR DE LAVADORA DE ROUPA ELETRONICA DUPLA | R$ 10,00 | R$ 20,00 |
| 165 | 2 | UN | COMPRESSOR R134A, 220-240V/60HZ - 40/490W (VERSAO 60HZ), 180 /2570W (VERSAO 50HZ) - PARA USO EM FREEZER, GELADEIRA E OUTROS. | R$ 600,00 | R$ 1. 200,00 |
| 166 | 2 | UN | ENGRENAGEM PARA BATEDEIRA | R$ 14,00 | R$ 28,00 |
| 167 | 2 | UN | GAXETA/BORRACHA PARA PORTA DE FREEZER | R$ 105,00 | R$ 210,00 |
| 168 | 2 | UN | MANGUEIRA ENTRADA D'AGUA 3/4 1,40M - (LAVADORA DE ROUPA) REFORCADO E TRANCADO POR FIOS DE NYLON | R$ 12,00 | R$ 24,00 |
| 169 | 1 | UN | MANGUEIRA DE SAIDA D'AGUA 1,30MT 1" - (LAVADORA DE ROUPA) ACOMPANHA: CURVA/GUANCHO PLASTICO | R$ 12,00 | R$ 12,00 |
| 170 | 2 | UN | MICRO MOTOR 1/25 - BIVOLT, 50/60HZ, 1300/1500 RPM, POTENCIA 10/53W, 35/70A - PARA FREEZER E OUTROS | R$ 140,00 | R$ 280,00 |
| 171 | 2 | UN | MICRO MOTOR 1/40 - BIVOLT, 50/60HZ, 1300/1500 RPM, POTENCIA 05/42W, 0,4/0,25A - PARA FREEZER E OUTROS | R$ 120,00 | R$ 240,00 |
| 172 | 1 | UN | PAINEL ELETRONICO DE GELADEIRA | R$ 150,00 | R$ 150,00 |
| 173 | 1 | UN | PLACA ELETRONICA PARA LAVADORA DE ROUPA AUTOMATICA BIVOLT (BRASTEMP) | R$ 500,00 | R$ 500,00 |
| 174 | 1 | UN | PLACA ELETRONICA PARA LAVADORA DE ROUPA AUTOMATICA BIVOLT (ELECTROLUX) | R$ 480,00 | R$ 480,00 |
| 175 | 1 | UN | TAMPA MOVEL DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 200,00 | R$ 200,00 |
| 176 | 1 | UN | TUBO DE CENTRIFUGACAO DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 70,00 | R$ 70,00 |
| 177 | 1 | UN | VALVULA DE ENTRADA DE AGUA DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 75,00 | R$ 75,00 |
| 178 | 1 | UN | VALVULA DE ENTRADA TRIPLA DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 100,00 | R$ 100,00 |
| 179 | 1 | UN | VARA DE SUSPENSAO DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 90,00 | R$ 90,00 |
| 180 | 1 | UN | SUPORTE PARA CESTO DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 50,00 | R$ 50,00 |
| 181 | 1 | UN | PAINEL DECORATIVO DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 45,00 | R$ 45,00 |
| 182 | 1 | UN | PE DE LAVADORA DE ROUPA, KIT COM 4 UNIDADES - POLIPROPILENO, PVC, METAL. | R$ 40,00 | R$ 40,00 |
| 183 | 3 | UN | PORTA EVAPORADOR DE GELADEIRA | R$ 85,00 | R$ 255,00 |
| 184 | 2 | UN | PUXADOR DE PORTA DE FREEZER E GELADEIRA | R$ 78,00 | R$ 156,00 |
| 185 | 3 | UN | RELE PTC UNIVERSAL 1/3 - BIVOLT | R$ 60,00 | R$ 180,00 |
| 186 | 2 | UN | RELE PTC UNIVERSAL 1/3 PARA FREZER E OUTROS - BIVOLT | R$ 60,00 | R$ 120,00 |
| 187 | 2 | UN | RODIZIO GIRATORIO PARA FREEZER HORIZONTAL - EM CHAPA DE ACO CARBONO | R$ 22,00 | R$ 44,00 |
| 188 | 1 | UN | SELO D'AGUA DE LAVADORA DE ROUPA | R$ 95,00 | R$ 95,00 |
| 189 | 1 | UN | TERMOSTATO PARA CALOR 50 A 300°C, 2 RELES DE SAIDA NA OU NF REVERCIVEL- PARA FORNO ELETRICO | R$ 125,00 | R$ 125,00 |
| 193 | 1 | UN | RESISTENCIA PARA FORNO ELETRICO - POTENCIA 1000W EM ACO INOX | R$ 95,00 | R$ 95,00 |
| **TOTAL** | **R$ 163. 622,50** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SESSENTA E TRÊS MIL SEISCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos/serviços serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega/prestação dos serviços ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 às 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos/serviços solicitados, de acordo com os quantitativos requeridos;

4.2.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3- Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 – Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7- Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8- Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1– O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2–O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3- A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4- Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8030.2034.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

02.060.0.0.13.392.8050.2046.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2171.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.0.0.10.304.7040.2098.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2091.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2187.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COM. E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 -A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 31 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**JN REFRIGERAÇÃO LTDA – ME**

CNPJ Nº 07.811.669/0001-02

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/ 2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **TADEU MROZINSKI - ME**, CNPJ nº 37.509.767/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 875, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado, pelo Sr. Tadeu Mrozinski, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 8036465451 SSP/RS e CPF nº 472.393.100-78, residente na Rua Altino Pereira de Souza, s/n, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para prestação de serviços, manutenção e aquisição de produtos/peças eletroeletrônicas, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS/PEÇAS ELETROELETRÔNICAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão nº 029/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, a administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**TADEU MROZINSKI - ME**

CNPJ nº 37.509.767/0001-50

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 48 | 13 | UN | LAMPADA 15W 60HZ UNIVERSAL (GELADEIRA, FOGAO E MICROONDAS) | R$ 7,99 | R$ 103,87 |
| 69 | 19 | UN | TORNEIRA PARA BEBEDOURO DE AGUA | R$ 19,99 | R$ 379,81 |
| 90 | 12 | UN | FITA ADESIVA DE ALUMINIO 50X30MT | R$ 9,90 | R$ 118,80 |
| 92 | 510 | M | CABO COAXIAL (METRO) | R$ 1,98 | R$ 1.009,80 |
| 109 | 2 | UN | FILTRO DE AGUA PF-200 BRANCO - PURIFICADOR DE AGUA | R$ 139,99 | R$ 279,98 |
| 110 | 7 | UN | FILTRO DE AGUA PF-200 (REFIL) BRANCO - PURIFICADOR DE AGUA | R$ 139,99 | R$ 979,93 |
| 113 | 6 | UN | REFIL PARA FILTRO - BEBEDOURA DE AGUA INDUSTRIAL | R$ 50,00 | R$ 300,00 |
| 116 | 2 | UN | SUPORTE FIXO N01V4 PARA TVS LCD/PLASMA/LED DE 32 A 55" | R$ 30,00 | R$ 60,00 |
| 190 | 1 | UN | SUPORTE FIXO UNIVERSAL PARA TVS LCD/PLASMA/LED DE 32 A 55" | R$ 30,00 | R$ 30,00 |
| **TOTAL** | **R$ 3.262,19** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TRÊS MIL DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 às 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos requeridos;

4.2.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3- Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 – Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7- Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8- Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1– O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2–O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3- A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4- Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2091.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2187.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COM. E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 31 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**TADEU MROZINSKI - ME**

CNPJ nº 37.509.767/0001-50

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**, CNPJ Nº 06.935.554/0001-67, com sede à Rua Pedro Toniollo II, nº 1141 – Bairro Industrial, na cidade de Getulio Vargas - RS, neste ato representado pelo Sr. Marcos Wavzenkievicz, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2043408695 SSP/RS e CPF nº 727.402.640-20, residente e domiciliado na rua Eduardo Barreto Vianna, nº 568, apart. 02, Centro, na cidade de Getulio Vargas - RS, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**

CNPJ Nº 06.935.554/0001-67

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 007 | 4.400 | UN | DICLOFENACO DE SODIO 75MG/3ML SOL. INJETAVEL | Teuto / Genérico | R$ 0,54 | R$ 2.376,00 |
| 008 | 16.800 | UN | DIPIRONA SODICA 500MG/ML SOL. INJ. 2ML | Teuto / Genérico | R$ 0,499 | R$ 8.383,20 |
| 016 | 9.000 | UN | DIPIRONA SODICA 500 MG-GOTAS 10ML | Natulab / Maxalgina | R$ 0,559 | R$ 5.031,00 |
| 019 | 2.000 | UN | DIPIRONA SODICA 500 MG COMPRIMIDO | Prati / Genérico | R$ 0,063 | R$ 126,00 |
| 021 | 2.200 | UN | METRONIDAZOL 100MG/G GELEIA VAGINAL BISNAGA DE 50G+APLICADOR | Teuto / Genérico | R$ 2,25 | R$ 4.950,00 |
| 046 | 3.000 | UN | ACICLOVIR 200MG-COMPRIMIDOS | União Quím. / Univir | R$ 0,108 | R$ 324,00 |
| 048 | 2.500 | UN | ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 10ML | Prati / Genérico | R$ 0,909 | R$ 2.272,50 |
| 068 | 1.000 | UN | LORATADINA 5MG/5ML XAROPE 100ML | Mariol / Genérico | R$ 1,69 | R$ 1.690,00 |
| 072 | 2.500 | UN | SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+SULFATO DE BACITRACINA ZINCICA 250UI/G. BISNAGA DE 10G | Multilab / Nebaciderme | R$ 0,898 | R$ 2.245,00 |
| 073 | 2.500 | UN | NISTATINA 25.000 UI/G CREME VAGINAL BISNAGA DE 60G + APLICADOR | Teuto / Genérico | R$ 2,8511 | R$ 7.127,50 |
| 081 | 10.000 | UN | SINVASTATINA DE 20MG COMPIMIDOS | Sanval / Sinvaston | R$ 0,069 | R$ 690,00 |
| **Total** | **R$ 35.215,20** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E CINCO MIL DUZENTOS E QUINZE REAIS E VINTE CENTAVOS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **–** Manter o Prog. Saúde da Família - PSF

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA**

CNPJ Nº 06.935.554/0001-67

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

O **Município de Alto Taquari** - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME**, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à Av.

Macário Subtil de Oliveira, nº 910,Sala 8 e 9 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. João Paulo Masson Fernandes, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7408357-9 SSP/PR e CPF nº 043.948.829-07, residente e domiciliado na Rua João Mendes de Souza, nº 411 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para prestação de serviços, manutenção e aquisição de produtos/peças eletroeletrônicas, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1-A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS/PEÇAS ELETROELETRÔNICAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão nº 029/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, a administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME**

CNPJ Nº 11.261.116/0001-09

| ITEM | QNT | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 50 | 5 | UN | CONTROLE PARA APARELHO DE RECEPTOR DE TELEVISAO | HYX | R$ 24,90 | R$ 124,50 |
| 51 | 6 | UN | CONTROLE SIMPLES PARA TELEVISAO | HYX | R$ 29,90 | R$ 179,40 |
| 58 | 41 | UN | CONTROLE UNIVERSAL PARA AR CONDICIONADO SPLIT | MXT | R$ 69,90 | R$2. 865,90 |
| 59 | 13 | UN | FONTE PARA NOTEBOOK | HDL | R$ 69,90 | R$ 908,70 |
| 98 | 16 | UN | BATERIA ALCALINA 9V | ELGIN | R$ 24,90 | R$ 398,40 |
| 99 | 11 | UN | BATERIA PARA TELFONE SEM FIO 2,4V 600MAH - PLUG UNIVERSAL - RECARREGAVEL (2XAAA) | MOX | R$ 44,90 | R$ 493,90 |
| 115 | 5 | UN | CONTROLE UNIVERSAL PARA TELEVISAO LCD/LED | HYX | R$ 39,90 | R$ 199,50 |
| 191 | 2 | UN | APARELHO DE RECEPTOR DE TELEVISAO | ELSYS | R$ 249,00 | R$ 498,00 |
| 192 | 1 | UN | KIT ANTENA PARABOLICA (ANALOGICO/DIGITAL). VIA SATELITE, ATÉ 70 CANAIS, FREQUENCIA DE OPERACAO 950 A 2050 MHZ - SAÍDA DE VIDEO COMPOSTO (A/V) - SINTONIA AUTOMATICA (BUSCA CEGA) - BAIXO CONSUMO - FREQUENCIA DE AUDIO ANALOGICO 5.8 MHZ BANDA C E KU. | BEDINSAT | R$ 499,90 | R$ 499,90 |
| **TOTAL** | **R$ 6. 168,20** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: SEIS MIL CENTO E SESSENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente no seguinte horário: 07:30 às 11:30 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1- Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos requeridos;

4.2.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 02% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 – São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3- Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 – Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7- Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8- Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1– O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2–O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3- A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4- Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1– A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3– A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.361.8040.1012.4.4.90.52.00 – Equip. Material Permanente

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.39.00 – Outros S. Terc. – P. Jurídica

05.130.0.0.10.301.7010.2091.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2187.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COM. E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 -A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016.

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2- Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3- Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4– As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5- As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

Alto Taquari MT, 31 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME**

CNPJ Nº 11.261.116/0001-09

Testemunhas:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ N**º** 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**, CNPJ 37.227.550/0001-58, com sede à Rua R-5, 129, QD R-7, LT 07, Setor Oeste, na cidade de Goiânia - GO, neste ato, representada pelo Sr. Marcos Borges Leal, brasileiro, representante comercial, inscrito no CPF nº 395.702.151-00 e RG nº 0.706.807-7 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Barra do Garças - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 018/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**,

CNPJ Nº 37.227.550/0001-58

| ITEM | QUANT | UNI | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 1.000 | UN | RELE FOTOELETRICO NA 1000W 220V | EXATREON | R$ 16,70 | R$ 16.700,00 |
| 10 | 120 | UN | PARAFUSO CABECA QUADRADA M16 - D16MMX300MM | KONESUL | R$ 9,00 | R$ 1.080,00 |
| 14 | 10 | UN | REATOR SODIO/METALICO 1000W AF EXT | JRC | R$ 168,00 | R$ 1.680,00 |
| 15 | 200 | UN | CONECTOR PERFURANTE 2,5X CDP-95 | INTELLI | R$ 7,95 | R$ 1.590,00 |
| 18 | 200 | UN | LAMPADA VAPOR METALICO 400 W, E-40, LUZ BRANCA - OVOIDE | EMPALUX | R$ 33,80 | R$ 6.760,00 |
| 21 | 10 | UN | DISJUNTOR BIFÁSICO 25 AMPERES | SOPRANO | R$ 26,50 | R$ 265,00 |
| **TOTAL** | **R$ 28.075,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: VINTE E OITO MIL E SETENTA E CINCO REAIS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente, no horário das 07:30 às 11:30, sido à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro, Alto Taquari – MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Manter a Rede de Ilum. Pública

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME**,

CNPJ Nº 37.227.550/0001-58

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **RINALDI & COGO LTDA - ME**, CNPJ Nº 07.269.677/0001-79, com sede à Rua Almirante Barroso, nº 2337 – Centro, na cidade de Toledo - PR, neste ato representado pelo Sr. Edson José Rinaldi, brasileiro, casado, portador do RG nº 6.331.588-5 SSP/PR e CPF nº 865.677.729-72, residente e domiciliado na rua Nossa Senhora do Rocio, nº 1665, apart. 04, Centro, na cidade de Toledo - PR, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**RINALDI & COGO LTDA - ME**

CNPJ Nº 07.269.677/0001-79

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 027 | 300 | UN | ATROPINA 0,5MG/ML SOL. INJ. 1 ML | Farmace | R$ 2,16 | R$ 648,00 |
| 028 | 5.000 | UN | BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML+DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL. INJETAVEL AMPOLA DE 5ML | Farmace | R$ 2,31 | R$11.550,00 |
| 029 | 600 | UN | BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML - INJ | Hipolabor | R$ 1,08 | R$ 648,00 |
| 030 | 2.000 | UN | HIDROCORTIZONA 100MG+DILUENTE | Teuto | R$ 5.46 | R$10.920,00 |
| 031 | 8.200 | UN | HIDROCORTISONA 500MG SOL INJETAVEL | Blausigel | R$ 9,31 | R$76.342,00 |
| 032 | 300 | UN | OXACILINA SODICA DE 500MG/ML SOL. INJ. | Blausigel | R$ 3,33 | R$ 999,00 |
| 033 | 2.000 | UN | CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/2ML | Sanval | R$ 2,29 | R$ 4.580,00 |
| 034 | 3.000 | UN | SORO FISIOLOGICO 9% 100ML | Halex Istar | R$ 2,59 | R$ 7.770,00 |
| 035 | 3.000 | UM | SORO FISIOLOGICO 9% 1000ML | Eurofarma | R$ 5,58 | R$16.740,00 |
| 036 | 2.000 | UN | SORO FISIOLOGICO 0,9% 250ML | Halex Istar | R$ 3,00 | R$ 6.000,00 |
| 037 | 1.800 | UN | TENOXICAM 20MG EV SOLVENTE INJETAVEL + DILUENTE | Eurofarma | R$ 5,67 | R$10.206,00 |
| 038 | 500 | UN | AMOXICILINA 250MG PO P/SUSP–60ML | Prati | R$ 2,38 | R$ 1.190,00 |
| 040 | 11.000 | UN | GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO | Geolab | R$ 0,027 | R$ 297,00 |
| 041 | 17.000 | UN | HIDROCLOROTIAZIDA 25MG-COMP | Teuto | R$ 0,024 | R$ 408,00 |
| 042 | 6.000 | UN | LOSARTANA POTASSICA 50MG | Geolab | R$ 0,042 | R$ 252,00 |
| 043 | 60.500 | UN | NIFEDIPINA RETARD 20MG COMPRIMIDO | Medquimi | R$ 0,165 | R$ 9.982,50 |
| 044 | 12.000 | UN | PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG | Farmax | R$ 0,072 | R$ 864,00 |
| 045 | 2.500 | UN | METILDOPA DE 250MG | Sanval | R$ 0,17 | R$ 425,00 |
| 092 | 2.500 | UN | MEBENDAZOL 20 MG/ML SUSPENSÃO | Sobral | R$ 0,689 | R$ 1.722,50 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 093 | 100 | UN | NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL BISNAGA DE 80G+14 APLICADORES | Teuto | R$ 4,30 | R$ 430,00 |
| 096 | 2.000 | UN | PERMETRINA LOÇÃO | Santa Terezinha | R$ 1,89 | R$ 3. 780,00 |
| 097 | 10.000 | UN | PREDNISONA 5MG COMPRIMIDOS | Prati | R$ 0,078 | R$ 780,00 |
| **Total** | **R$ 166. 534,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SESSENTA E SEIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **–** Manter o Prog. Saúde da Família - PSF

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**RINALDI & COGO LTDA - ME**

CNPJ Nº 07.269.677/0001-79

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ N**º** 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME**, CNPJ 26.579.029/0001-63, com sede à Av. Fernando Correa da Costa, nº 4646 – Jardim Alencastro, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato, representada pelo Sr. Fernando Coutinho Eloi, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 010.059.501-48 e RG nº 1645222-4 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 018/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME**

CNPJ Nº 26.579.029/0001-63

| ITEM | QUANT | UNI | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 600 | M | CABO FLEXIVEL 750V 2,5MM² PRETO | NEXTRON | R$ 1,00 | R$ 600,00 |
| 6 | 200 | UN | LAMPADA VAPOR SODIO 400W | FLC | R$ 25,50 | R$ 5.100,00 |
| 9 | 600 | UN | REATOR SODIO/METALICO 250 W C/IGNITOR | INDUWOLT | R$ 48,00 | R$ 28.800,00 |
| 11 | 60 | UN | BRACO PARA LUMINARIA PUBLICA, FERRO GALVONIZADO 3/4X1,5MT | LUZECIA | R$ 20,89 | R$ 1.253,40 |
| **TOTAL** | **R$ 35.753,40** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente, no horário das 07:30 às 11:30, sido à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro, Alto Taquari – MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Manter a Rede de Ilum. Pública

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME**

Prefeito Municipal CNPJ Nº 26.579.029/0001-63

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**, CNPJ Nº 12.889.035/0001-02, com sede à Rua Dr. Sidney Guerra, nº 283 – Bairro Linho, na cidade de Erechim - RS, neste ato representado pelo Sr. Sedinei Roberto Stievens, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 1089436834 SJS/RS e CPF nº 004.421.050-70, residente e domiciliado na rua Aratiba, nº 572, apart. 202, Centro, na cidade de Erechim - RS, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

CNPJ Nº 12.889.035/0001-02

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL. UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 004 | 10.000 | UN | CEFALOTINA 1G + DILUENTE INJETAVEL | Aurobindo | R$ 5,17 | R$ 51.700,00 |
| 005 | 10.360 | UN | CEFTRIAXONA SODICA 1GR EV/IM-> | Eurofarma | R$ 5,00 | R$ 51.800,00 |
| 020 | 12.000 | UN | CLORITRADO DE METFORMINA 850MG COMPRIMIDO | Geolab | R$ 0,068 | R$ 816,00 |
| 053 | 250 | UN | CARBAMAZEPINA 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FR. 100ML | Medley | R$ 5,95 | R$ 1.487,50 |
| 061 | 5.000 | UN | MALEATO DE ENALAPRIL 20MG | Cimed | R$ 0,048 | R$ 240,00 |
| 062 | 3.000 | UN | FLUCONAZOL DE 150MG COMPRIMIDO | Prati | R$ 0,20 | R$ 600,00 |
| 066 | 13.000 | UN | LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG | Merck | R$ 0,11 | R$ 1.430,00 |
| 067 | 20.000 | UN | LEVOTIROXINA SODICA 25 MCG | Merck | R$ 0,12 | R$ 2.400,00 |
| 070 | 2.000 | UN | METOPROLOL SUCCINATO DE 50MG | Astrazeneca | R$ 1,26 | R$ 2.520,00 |
| 079 | 1.000 | UN | SACCHAROMYCES-FLORATIL PEDIATRICO 200MG | Cifarma | R$ 0,89 | R$ 890,00 |
| 089 | 3.000 | UN | LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG | Merck | R$ 0,12 | R$ 360,00 |

| | |
|---|---|
| **Total** | **R$ 114.243,50** |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E QUATORZE MIL DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30 **–** Manter o Prog. Saúde da Família - PSF

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

CNPJ Nº 12.889.035/0001-02

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** Nº **01.362.680/0001-56** neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **NOELI KOPP FOLLMANN - ME**, CNPJ 12.574.121/0001-26, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 469 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representada pela Srª Noeli Kopp Follmann, inscrita no CPF nº 857.879.061-87 e RG nº 2077602437 SSP/RS, residente e domiciliado na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PANIFICADOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 015/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**NOELI KOPP FOLLMANN - ME**

CNPJ Nº 12.574.121/0001-26

| ITEM | QNT | UNI | DESCRIÇÃO | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 135 | KG | BOLO MASSA SIMPLES PRONTO - BRANCO (COM COBERTURA SIMPLES POR CIMA) | R$ 22,62 | R$ 3.053,70 |
| 4 | 243 | KG | PAO DE QUEIJO (FRESCO DO DIA) | R$ 21,99 | R$ 5.343,57 |
| 8 | 2514 | KG | PAO FRANCES - 50GR | R$ 11,49 | R$ 28.885,86 |
| 14 | 1290 | UN | BOLO GELADO (RECHEIO: LEITE CONDENSADO, LEITE DE COCO, LEITE NINHO E COCO) EMBALADO UM A UM EM PAPEL ALUMINIO (4CM APROXIMADAMENTE) | R$ 4,07 | R$ 5.250,30 |
| 16 | 13 | UN | EMPADA 60GR - 100 UNIDADES/CENTO (MASSA PODRE COM MARGARINA, RECHEIO DE PALMITO) | R$ 200,00 | R$ 2.600,00 |
| 20 | 144 | KG | PAO FRANCES - 25GR | R$ 12,32 | R$ 1.774,08 |
| 28 | 240 | UN | PAO DE HOT-DOG MINI (PAO DE LEITE) PACOTE COM 10 UNIDADES (FRESCO DO DIA) | R$ 6,32 | R$ 1.516,80 |
| 41 | 11 | UN | EMPADA 60GR - 100 UNIDADES/CENTO (MASSA PODRE COM MARGARINA, RECHEIO DE FRANGO) | R$ 165,00 | R$ 1.815,00 |
| 52 | 50 | KG | MASSA FOLHADA SALGADA ASSADA (POLVILHO - TIPO GRAVATINHA COM GERGILIN OU PALITINHO COM QUEIJO E OREGANO / COM PIMENTA OU SEM - A ESCOLHER) | R$ 29,32 | R$ 1.466,00 |
| 71 | 9 | UN | EMPADA ABERTA 60GR - 100 UNIDADES/CENTO (MASSA PODRE COM MARGARINA, RECHEIO: CRE BRANCO COM COUVE-FLOR, BROCOLIS, CALABREZA, PALMITO OU STROGONOF | R$ 142,00 | R$ 1.278,00 |
| 79 | 130 | UN | PAO DE HOT-DOG NORMAL - PACOTE 5 UNIDADES | R$ 6,41 | R$ 833,30 |
| 85 | 260 | KG | PAO FRANCES COM GERGILIN - MINI | R$ 13,40 | R$ 3.484,00 |
| **TOTAL** | **R$ 57.300,61** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CINQUENTA E SETE MIL TREZENTOS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde a Secretaria solicitará a quantidade necessária, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte e embalagem para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2180.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.305.7040.2099.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.306.8020.2110.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8040.2039.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 09 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ NOELI KOPP FOLLMANN - ME**

Prefeito Municipal CNPJ Nº 12.574.121/0001-26

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ Nº 01.362.680/0001-56** neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **PANIFICADORA TAQUARI LTDA - ME**, CNPJ 14.358.054/0001-38, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 796 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Everson Andrei da Silva, inscrito no CPF nº 007.408.399-69 e RG nº 3529381 SSP/SC, residente e domiciliado na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PANIFICADOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 015/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**PANIFICADORA TAQUARI LTDA - ME**

CNPJ Nº 14.358.054/0001-38

| ITEM | QNT | UNI | DESCRIÇÃO | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 2570 | UN | LANCHE FRIO SIMPLES (COM PAO FRANCES 50GR, 1 FATIA APRESUNTADO E 1 FATIA MUSSARELA) CBO 5243-05. | R$ 3,49 | R$ 8. 969,30 |
| 7 | 468 | UN | SALGADO FRITO MINI (100 UNIDADES/CENTO) - TIPO: COXINHA, BOLINHA DE QUEIJO, RISOLE, CROQUETE, BOLINHA DE MANDIOCA, BOLINHA FARINHA DE MILHO COM RECHEIO COBERTO COM MASSA DE PASTEL / RECHEIO: CARNE OU FRANGO (A ESCOLHER) | R$ 61,66 | R$ 28. 856,88 |
| 25 | 84 | UN | SALGADO FRITO MINI (100 UNIDADES/CENTO) QUIBE | R$ 64,99 | R$ 5. 459,16 |
| 60 | 800 | UN | CAFTA DE CARNE EM MINI ESPETO FRITO E EMPANADO (CARNE BOVINA, COM TEMPEROS) | R$ 2,99 | R$ 2. 392,00 |
| 65 | 240 | UN | CUSCUZ - MINI (MASSA: FARINHA DE MILHO FLOCO GROSSO; RECHEIO: PALMITO, AZEITONA, ERVILHA, MILHO, ATUM E SARDINHA) | R$ 1,99 | R$ 477,60 |
| 74 | 820 | UN | LANCHE FRIO MINI (COM PAO DE FORMA - RECHEIO: MAIONESE, ALFACE, TOMATE, PRESUNTO, MUSSARELA E CREME BRANCO) | R$ 2,78 | R$ 2. 279,60 |
| 81 | 33 | KG | PAO DE LEITE COM QUEIJO (RECHEIO E COBERTURA COM QUEIJO) | R$ 24,80 | R$ 818,40 |
| **TOTAL** | **R$ 49. 252,94** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E NOVE MIL DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde a Secretaria solicitará a quantidade necessária, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte e embalagem para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2180.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.305.7040.2099.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 09 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ PANIFICADORA TAQUARI LTDA - ME**

Prefeito Municipal CNPJ Nº 14.358.054/0001-38

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**, CNPJ Nº 10.832.896/0001-29, com sede à Rua Fenelon Muller, nº 173 – Dom Aquino, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representada pela Srª Patrícia Pompeu Rodrigues, brasileira, portadora do RG nº 985791 SSP/MT e CPF nº 782.541.321-00, residente e domiciliada na rua Polônia, nº 10, Qd 02, Jardim Imperial, na cidade de Várzea Grande – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**

CNPJ Nº 10.832.896/0001-29

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 338 | 1.500 | un | Sanito branco - volume 100lt, reforçado. | RAVA | R$ 0,50 | R$ 750,00 |
| 339 | 1.000 | un | Sanito branco - volume 60lt, reforçado. | RAVA | R$ 0,29 | R$ 290,00 |
| 351 | 50 | un | Sonda gástrica n. 12 estéril | MEDSONDA | R$ 0,65 | R$ 32,50 |
| 352 | 50 | un | Sonda gástrica n. 14 estéril | MEDSONDA | R$ 0,66 | R$ 33,00 |
| 353 | 50 | un | Sonda gástrica n. 16 estéril | MEDSONDA | R$ 0,76 | R$ 38,00 |
| 354 | 50 | un | Sonda gástrica n. 18 estéril | MEDSONDA | R$ 0,85 | R$ 42,50 |
| 355 | 50 | un | Sonda gástrica n. 20 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,91 | R$ 45,50 |
| 361 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº12 - estéril, curta, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,65 | R$ 19,50 |
| **Total** | **R$ 1.251,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**L.P COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA - EPP**

CNPJ Nº 10.832.896/0001-29

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI - ME**, CNPJ Nº 06.696.359/0001-21, com sede à Rua Galileu, nº 220, Qd 26 Lotes 01/18 – Jardim Europa, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Rodrigo Carneiro Santos, brasileiro, portador do RG nº 3.545.526 (2ª via) SSP/GO e CPF nº 788.551.601-68, residente e domiciliado na rua T-28, nº 400, apart. 604, Edifício Vitória Régia, Setor Bueno, na cidade de Goiânia – GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ Nº 06.696.359/0001-21

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 150 | un | Acetilcisteina xarope 40mg/ml | PRATI | R$ 5,22 | R$ 783,00 |
| 78 | 500 | un | Hidroxido de aluminio suspensão oral 61,5mg/ml | MARIOL | R$ 1,61 | R$ 805,00 |
| 90 | 2.500 | un | Metronidazol (benzoilmetronidazol) 40mg/ml - suspensão oral | PRATI | R$ 1,67 | R$ 4.175,00 |
| 110 | 15.000 | un | Ranitidina, cloridrato 150mg comprimido | GEOLAB | R$ 0,09 | R$ 1.350,00 |
| 115 | 5.000 | un | Sulfametoxazol + trimetoprima comprimido 400mg + 80mg | PRATI | R$ 0,09 | R$ 450,00 |
| 184 | 200 | un | Propofol 10 mg/ml injetável | BIOCHIMICO | R$ 7,30 | R$ 1.460,00 |
| 185 | 3.450 | un | Ranitidina 25mg/ml - injetável | HYPOFARMA | R$ 0,54 | R$ 1.863,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 187 | 3.000 | un | Soro fisiológico 100ml 0,9% cloreto de sódio | EQUIPLEX | R$ 1,92 | R$ 5.760,00 |
| 188 | 3.000 | un | Soro fisiológico 1000ml 0,9%cloreto de sódio | SANOBIOL | R$ 4,60 | R$13.800,00 |
| 189 | 2.000 | un | Soro fisiológico 250ml 0,9% cloreto de sódio | EQUIPLEX | R$ 2,35 | R$ 4.700,00 |
| 191 | 11.350 | un | Soro glicofisiologico 500 ml | EQUIPLEX | R$ 2,96 | R$33.596,00 |
| 192 | 1.500 | un | Soro ringer 500ml | EQUIPLEX | R$ 2,85 | R$ 4.275,00 |
| 200 | 200 | un | Soro glicosado 5% 250 ml | EQUIPLEX | R$ 2,54 | R$ 508,00 |
| 201 | 6.000 | un | Soro glicosado 5% 500ml | EQUIPLEX | R$ 2,96 | R$17.760,00 |
| 237 | 11.000 | un | Atadura crepe 15 cm x 3 m - 13 fios cm3, resistente. | ORIGINAL | R$ 0,48 | R$ 5.280,00 |
| 238 | 11.000 | un | Atadura de crepe 10 cm x 3 m - 13 fios cm3, resistente. | ORIGINAL | R$ 0,29 | R$ 3.190,00 |
| 310 | 165 | un | Fio cirúrgico mononylon 6.0 c/agulha triangular 3/8 - 3,0 cm | SOLIDOR | R$ 1,36 | R$ 224,40 |
| 314 | 35.000 | un | Fita para medir glicemia compatível com aparelho g.tech free - unidades. | G TECH | R$ 0,74 | R$25.900,00 |
| 324 | 200 | un | Luva de látex procedimento, tamanho g - para uso geral, descartável (caixa c/ 100 unidades). | SUPERMAX | R$16,00 | R$ 3.200,00 |
| 325 | 600 | un | Luva de látex procedimento, tamanho m - caixa com 100 unidades - para uso geral, descartável. | SUPERMAX | R$16,00 | R$ 9.600,00 |
| 326 | 1.020 | un | Luva de látex procedimento, tamanho p - caixa com 100 unidades - para uso geral, descartável. | SUPERMAX | R$16,00 | R$16.320,00 |
| 386 | 1.000 | un | Touca descartável - pacote 100 unidades, em TNT, 100% polipropileno, cor branco/sem estampa, com elástico, alvejado, bordas com acabamento em overlock, alta absorção, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem. | DESCARPACK | R$ 6,40 | R$ 6.400,00 |
| 394 | 55 | un | Vaselina liquida-hospitalar-frasco com 1000ml | RIO QUIMICA | R$15,45 | R$ 849,75 |
| 405 | 1.200 | un | Cloreto de sódio 0,9 % 100 ml | EQUIPLEX | R$ 1,92 | R$ 2.304,00 |
| **Total** | **R$ 164.553,15** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ Nº 06.696.359/0001-21

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, CNPJ Nº 00.995.371/0001-50, com sede à Av. Goianazes, Quadra 25, Lote 11 a 26 e Quadra 26 Lote 01/E, Jardim Eldorado - DIMAG, na cidade de Aparecida de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. André Luiz de Freitas, brasileiro, portador do RG nº 3195983/2ª Via DGPC/GO e CPF nº 607.508.471-15, residente e domiciliado na rua Acapu, Qd 3 Lt 15, Residencial Alphaville, na cidade de Goiânia – GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**

CNPJ Nº 00.995.371/0001-50

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 1.000 | un | Acebrofilina xarope 10mg/ml - adulto | CIMED | R$ 3,76 | R$ 3.760,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | 1.000 | un | Ácido ascórbico vitamina c comprimido 500mg | NATULAB | R$ 0,12 | R$ 120,00 |
| 13 | 1.500 | un | Ambroxol xarope 3mg/ml pediátrico | NATULAB | R$ 1,34 | R$ 2.010,00 |
| 37 | 2.000 | un | Carvedilol 6,25mg comprimido | LEGRAND | R$ 0,12 | R$ 240,00 |
| 39 | 32.500 | un | Cefalexina sódica 500mg - comprimido | RANBAXY | R$ 0,32 | R$10.400,00 |
| 49 | 20 | un | Dexametasona colirio 0,1% | ALCON | R$ 6,98 | R$ 139,60 |
| 52 | 2.500 | un | Dexclorfeniramina, maleato xarope 0,4 mg/ml | HIPOLABOR | R$ 0,88 | R$ 2.200,00 |
| 64 | 16.000 | un | Espironolactona 25 mg comprimidos | ASPEN PHARMA | R$ 0,10 | R$ 1.600,00 |
| 66 | 20.000 | un | Fenobarbital 100mg/ml comprimido | CRISTALIA | R$ 0,09 | R$ 1.800,00 |
| 73 | 1.000 | un | Glicerol supositório 72 mg | EMS | R$ 0,64 | R$ 640,00 |
| 97 | 2.500 | un | Nistatina creme vaginal 25000 ui/g | TEUTO | R$ 2,68 | R$ 6.700,00 |
| 131 | 10.500 | un | Bromoprida 5 mg injetável | WASSER FARMA | R$ 0,84 | R$ 8.820,00 |
| 138 | 50 | un | Cloridrato de naloxona 0,4mg injetável | HIPOLABOR | R$ 5,20 | R$ 260,00 |
| 140 | 590 | un | Dersani locao oleosa 200ml | NUTRIEX | R$ 3,94 | R$ 2.324,60 |
| 143 | 10.150 | un | Dexametasona 4 mg injetável | FARMACE | R$ 0,72 | R$ 7.308,00 |
| 147 | 200 | un | Dobutamina 250 mg injetável | HYPOFARMA | R$ 11,70 | R$ 2.340,00 |
| 159 | 400 | un | Gentamicina 40 mg injetável | SANTISA | R$ 0,49 | R$ 196,00 |
| 160 | 300 | un | Gentamicina 80 mg injetável | SANTISA | R$ 0,69 | R$ 207,00 |
| 167 | 10 | un | Ketamin s 50 mg/ml inj | BIOCHIMICO | R$ 28,50 | R$ 285,00 |
| 176 | 100 | un | Nootropil 200 mg/ml injetável | SANOFI AVENTIS | R$ 2,18 | R$ 218,00 |
| 180 | 300 | un | Oxacilina 500 mg injetável | ARISTON / BLAU | R$ 2,90 | R$ 870,00 |
| 182 | 900 | un | Polivitaminico (hiplex b) injetável | HYPOFARMA | R$ 0,75 | R$ 675,00 |
| 183 | 3.000 | un | Prometazina 50mg injetável | CRISTALIA | R$ 1,48 | R$ 4.440,00 |
| 193 | 1.500 | un | Soro ringer lactado 500ml | EQUIPLEX | R$ 2,80 | R$ 4.200,00 |
| 194 | 100 | un | Succinilcolina 100mg injetável | BLAUSIEGEL | R$ 9,35 | R$ 935,00 |
| 198 | 1.500 | un | Diazepam injetável 10 mg | SANTISA | R$ 0,61 | R$ 915,00 |
| 208 | 200 | un | Brometo de fenoterol 5 mg/ml | HIPOLABOR | R$ 2,20 | R$ 440,00 |
| 223 | 31.000 | un | Agua destilada para injeção 10 ml | FARMACE | R$ 0,17 | R$ 5.270,00 |
| 224 | 260 | l | Agua oxigenada 10 vol 1 l | RIOQUIMICA | R$ 2,70 | R$ 702,00 |
| 229 | 1.290 | l | Álcool 70% - 1 lt | ITAJA | R$ 3,00 | R$ 3.870,00 |
| 231 | 160 | un | Algodão hidrófilo 500gr (rolo) | FAROL | R$ 7,55 | R$ 1.208,00 |
| 233 | 90 | un | Almotolia 250ml transparente | J PROLAB | R$ 2,00 | R$ 180,00 |
| 239 | 5.000 | un | Atadura de crepe 20 cm x 3 m - 13 fios cm3, resistente. | MB TEXTIL | R$ 0,46 | R$ 2.300,00 |
| 243 | 65 | un | Bolsa de colostomia tipo convatec | CONVATEC | R$ 8,15 | R$ 529,75 |
| 250 | 2.000 | un | Cateter intravenoso n. 20 g, em polipropileno. Agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, | LAMEDID | R$ 0,72 | R$ 1.440,00 |
| 264 | 30 | un | Dreno de pen rose estéril tamanho 1 | MADEITEX | R$ 1,30 | R$ 39,00 |
| 265 | 30 | un | Dreno de pen rose estéril tamanho 2 | MADEITEX | R$ 1,40 | R$ 42,00 |
| 266 | 30 | un | Dreno de pen rose estéril tamanho 3 | MADEITEX | R$ 1,50 | R$ 45,00 |
| 278 | 1.250 | un | Esparadrapo impermeável 10 cm x 4,5 m. Composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele e aplicada massa adesiva a base de borracha natural, oxido de zinco e resina. | MISSNER / ADPELE | R$ 4,64 | R$ 5.800,00 |
| 279 | 500 | un | Esparadrapo micropore 5cmx3m- fita de tecido 100% algodão com resina acrílica - ,alta aderência - resistente a agua - com lacre de proteção que impede a violação | MISSNER & MISSNER | R$ 2,50 | R$ 1.250,00 |
| 285 | 10 | un | Filme raio x tamanho 18x24cm - base verde, caixa com 100 unidades. | FUJIFILM | R$ 85,00 | R$ 850,00 |
| 286 | 10 | un | Filme raio x tamanho 24x30cm - base verde, caixa com 100 unidades. | FUJIFILM | R$143,00 | R$ 1.430,00 |
| 287 | 30 | un | Filme raio x tamanho 35x35cm - base verde, caixa com 100 unidades. | FUJIFILM | R$240,00 | R$ 7.200,00 |
| 288 | 15 | un | Filme raio x tamanho 35x43cm - base verde, caixa com 100 unidades. | FUJIFILM | R$295,00 | R$ 4.425,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 307 | 600 | un | Fio cirúrgico mononylon 2.0 c/agulha triangular 3/8 - 3,0 cm | LAMEDID | R$ 1,27 | R$ 762,00 |
| 308 | 570 | un | Fio cirúrgico mononylon 3.0 c/agulha triangular 3/8 - 3,0 cm | LAMEDID | R$ 1,27 | R$ 723,90 |
| 309 | 330 | un | Fio cirúrgico mononylon 4.0 c/agulha triangular 3/8 - 3,0 cm | LAMEDID | R$ 1,27 | R$ 419,10 |
| 311 | 120 | un | Fio cirúrgico nylon 5-0 agulha 2 cm 3/8 triangular | LAMEDID | R$ 1,27 | R$ 152,40 |
| 313 | 200 | un | Fita autoclave 19mm x30m | CIEX | R$ 2,70 | R$ 540,00 |
| 316 | 12 | un | Fixador de película para raio x -38 lts | DPC BRASIL | R$110,00 | R$ 1. 320,00 |
| 337 | 12 | un | Revelador para raio x concentrato automático 38lts | DPC BRASIL | R$248,80 | R$ 2. 985,60 |
| 383 | 8 | un | Tela de marlex cirúrgica tam. 15x15 cm, que pode ser reesterilizada, confeccionada em 100% proli-propileno monofilamentado, não absorvível e sintético, alongamento próprio em ambos os sentidos, podendo ser cortada em qualquer forma, sem risco de desfiar- esterilizada por oxido de etileno ou raio gama- adaptável ao crescimento do organismo. | MARLEX | R$ 74,10 | R$ 592,80 |
| 398 | 250 | un | Esparadrapo micropore 5x4,5m | MISSNER & MISSNER | R$ 2,53 | R$ 632,50 |
| 399 | 30 | un | Fita adesiva para autoclave 19mmx30mt | CIEX | R$ 2,73 | R$ 81,90 |
| 400 | 15 | un | Gel p/ ultrassom 5 lt | ADLIN | R$ 18,10 | R$ 271,50 |
| 401 | 1.800 | un | Espátula de madeira modelo ayre | THEOTO | R$ 0,04 | R$ 72,00 |
| 402 | 80 | un | Lençol de papel 50 m x 50 cm -rolo | PLENO | R$ 5,00 | R$ 400,00 |
| 403 | 3.000 | un | Scalp n 25 | SOLIDOR | R$ 0,20 | R$ 600,00 |
| 410 | 90 | un | Fenoterol, brometo solução inalante 5 mg/ml - 20 ml | HIPOLABOR | R$ 2,25 | R$ 202,50 |
| **Total** | **R$ 110. 380,15** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E DEZ MIL TREZENTOS E OITENTA REAIS E QUINZE CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12** - **As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 00.995.371/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ Nº 03.652.030/0001-70, com sede à Rodovia BR 480, nº 795 - Centro, na cidade de Barão de Cotegipe - RS, neste ato representado pelo Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, casado, portador do RG nº 5051132966 SSP/RS e CPF nº 670.481.290-34, residente e domiciliado na rua Princesa Isabel, nº 76, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe – RS, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 – A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 03.652.030/0001-70

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2.000 | un | Acebrofilina xarope 5mg/ml - pediátrico | PRATI | R$ 2,60 | R$ 5.200,00 |
| 5 | 300 | un | Aciclovir creme 50mg/mg | PRATI | R$ 2,29 | R$ 687,00 |
| 9 | 6.500 | un | Albendazol comprimido mastigável 400mg | GREEN PHARMA | R$ 0,74 | R$ 4.810,00 |
| 15 | 5.000 | un | Aminofilina comprimido 100 mg | VITAPAN | R$ 0,04 | R$ 200,00 |
| 16 | 8.500 | un | Amiodarona 200 mg comprimidos | GEOLAB | R$ 0,28 | R$ 2.380,00 |
| 21 | 31.000 | un | Anlodipino comprimido 10mg | PRATI | R$ 0,05 | R$ 1.550,00 |
| 22 | 40.000 | un | Atenolol 100 mg comprimidos | PRATI | R$ 0,05 | R$ 2.000,00 |
| 26 | 2.500 | un | Azitromicina pó para suspensão oral 40mg/ml | PHARLAB | R$ 2,44 | R$ 6.100,00 |
| 27 | 2.000 | un | Beclometasona, dipropinato pó solução inalante ou aerosol 200ug /dose | CHIESI | R$58,60 | R$117.200,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 31 | 300 | un | Budesonida aerosol nasal 32mcg/dose | BIOSINTETICA | R$15,23 | R$ 4.569,00 |
| 32 | 5.000 | un | Bupropiona comprimido 150 mg | EMS | R$ 0,80 | R$ 4.000,00 |
| 40 | 8.000 | un | Cetoconazol comprimido 200mg | PRATI D. | R$ 0,13 | R$ 1.040,00 |
| 44 | 1.000 | un | Ciprofibrato comprimido 100 mg | BRAINFARMA | R$ 0,42 | R$ 420,00 |
| 46 | 20.000 | un | Clonazepam comprimido 2mg | EUROFARMA | R$ 0,09 | R$ 1.800,00 |
| 47 | 1.000 | un | Clopidogrel/bissulfato comprimido 75 mg | SANDOZ | R$ 0,45 | R$ 450,00 |
| 51 | 1.500 | un | Dexclorfeniramina, maleato associada a betametasona xarope 0,4mg + 0,5mg/ml | PRATI D. | R$ 3,19 | R$ 4.785,00 |
| 55 | 3.500 | un | Digoxina 0,25 mg comprimidos. | PHARLAB | R$ 0,04 | R$ 140,00 |
| 56 | 2.500 | un | Dimeticona emulsao oral 75mg/ml | HIPOLABOR | R$ 0,83 | R$ 2.075,00 |
| 65 | 35.000 | un | Etinilestradiol+levonorgestrel comprimido 0,3 mg + 0,15mg - ciclo 21 | MABRA | R$ 0,02 | R$ 700,00 |
| 67 | 300 | un | Fenobarbital solucao oral 40 mg/ml | SANVAL | R$ 1,70 | R$ 510,00 |
| 71 | 2.000 | un | Ginkgo biloba comprimido 80 mg | PRATI D. | R$ 0,15 | R$ 300,00 |
| 74 | 45.000 | un | Glimepirida 2 mg comprimido | BRAINFARMA | R$ 0,08 | R$ 3.600,00 |
| 75 | 600 | un | Guaco 117,6mg/150ml (mikania glomerata spreng) xarope | NATULAB | R$ 1,95 | R$ 1.170,00 |
| 83 | 2.000 | un | Ivermectina comprimido 6 mg | VITAPAN | R$ 0,32 | R$ 640,00 |
| 84 | 1.000 | un | Loratadina comprimido 10 mg | GEOLAB | R$ 0,05 | R$ 50,00 |
| 88 | 2.500 | un | Mebendazol suspensão oral 20 mg/ml, | NATULAB | R$ 0,78 | R$ 1.950,00 |
| 89 | 80.000 | un | Metformina cloridrato comprimido 850 mg | PRATI D. | R$ 0,05 | R$ 4.000,00 |
| 91 | 20.000 | un | Metronidazol 250mg - comprimidos | PRATI D. | R$ 0,09 | R$ 1.800,00 |
| 96 | 3.500 | un | Nimesulida solução oral 50mg/ml | VITAPAN | R$ 0,95 | R$ 3.325,00 |
| 100 | 92.000 | un | Omeprazol 20mg - capsula | TEUTO | R$ 0,04 | R$ 3.680,00 |
| 104 | 2.000 | un | Permetrina loção 1% | IFAL | R$ 1,25 | R$ 2.500,00 |
| 105 | 2.500 | un | Prednisolona solução oral 3mg/ml | PRATI D. | R$ 3,48 | R$ 8.700,00 |
| 106 | 8.000 | un | Prednisona 20 mg comprimidos | PRATI D. | R$ 0,14 | R$ 1.120,00 |
| 107 | 10.000 | un | Prednisona 5 mg | PRATI D. | R$ 0,07 | R$ 700,00 |
| 113 | 5.000 | un | Secnidazol comprimido 1g | PRATI D. | R$ 0,45 | R$ 2.250,00 |
| 114 | 80.000 | un | Sinvastatina comprimido 20 mg | SANDOZ | R$ 0,06 | R$ 4.800,00 |
| 120 | 10.000 | un | Vitaminas complexo b: b1,b2,b3,b5,b6- comprimido | VITAMED | R$ 0,04 | R$ 400,00 |
| 121 | 1.000 | un | Vitaminas complexo b: b1,b2,b3,b6,b12 e pp solução oral | NATULAB | R$ 1,65 | R$ 1.650,00 |
| 123 | 10.500 | un | Metildopa comprimido 500mg | SUN/TKS | R$ 0,21 | R$ 2.205,00 |
| 125 | 300 | un | Amiodarona 50 mg injetável | HIPOLABOR | R$ 1,69 | R$ 507,00 |
| 128 | 450 | un | Betametasona acetato+ betametasona fosfato dissodico (celestone solupan) injetável | U. QUIMICA | R$ 5,90 | R$ 2.655,00 |
| 145 | 300 | un | Dimenidrato, cloridrato de piridroxina (dramim b6) 50mg+500mg - injetável | U. QUIMICA | R$ 1,40 | R$ 420,00 |
| 154 | 400 | un | Fenobarbital 200mg/ml injetável | TEUTO | R$ 1,14 | R$ 456,00 |
| 170 | 5.000 | un | Metilergometrina maleato de 0,2 mg/ml (methergin) injetável-uso adult | U. QUIMICA | R$ 1,29 | R$ 6.450,00 |
| 190 | 10.000 | un | Soro fisiológico 500ml 0,9% cloreto de sódio | BASA | R$ 2,75 | R$ 27.500,00 |
| 197 | 2.500 | un | Tilatil 20 mg injetável | EUROFARMA | R$ 4,37 | R$ 10.925,00 |
| 209 | 490 | un | Brometo ipatropio 0,025 mg - frasco com 20ml solução inalante | TEUTO | R$ 0,66 | R$ 323,40 |
| 210 | 2.000 | un | Dipirona sódica comprimido 500mg | GREEN PHARMA | R$ 0,07 | R$ 140,00 |
| 212 | 1.500 | un | Hidróxido de magnésio + hidróxido de alumínio suspensão oral 35,6mg+ 37mg/ml | IFAL | R$ 1,74 | R$ 2.610,00 |
| 214 | 1.000 | un | Sulfadiazina de prata pasta 1% | PRATI D. | R$ 3,18 | R$ 3.180,00 |
| 221 | 2.000 | un | Metformina, cloridrato comprimido 500mg | PRATI D. | R$ 0,07 | R$ 140,00 |
| **Total** | **R$ 260. 762,40** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: DUZENTOS E SESSENTA MIL SETECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**CENTERMEDI – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 03.652.030/0001-70

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**, CNPJ Nº 06.065.614/0001-38, com sede à Rua C-159, nº 674, Qd-297 Lt-20 – Jardim América, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Agnaldo do Carmo Chagas, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3628359 / 2ª via SPTC/GO e CPF nº 895.030.901-72, residente e domiciliado na Rua Sevilha, s/nº, Qd-185 Lt-10, Jardim Europa, na cidade de Goiânia – GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**

CNPJ Nº 06.065.614/0001-38

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 105.000 | un | Ácido acetilsalicílico (aas) 100 mg comprimido | IMEC | R$ 0,02 | R$ 2.100,00 |
| 11 | 1.000 | un | Alcachofra 200mg (cynara scolymus l.) Comprimido | NATULAB | R$ 0,49 | R$ 490,00 |
| 24 | 33.000 | un | Atenolol 50 mg comprimido | VITAPAN | R$ 0,04 | R$ 1.320,00 |
| 25 | 6.000 | un | Azitromicina comprimido 500 mg | PHARLAB | R$ 0,41 | R$ 2.460,00 |
| 34 | 250 | un | Carbamazepina 20mg/ml - xarope | MEDLEY | R$ 4,77 | R$ 1.192,50 |
| 43 | 12.000 | un | Cinarizina comprimido 75mg | VITAPAN | R$ 0,10 | R$ 1.200,00 |
| 61 | 2.500 | un | Escopolamina butilbrometo, associada com dipirona sodica solucao oral 6,67 mg + 333 mg/ml | HYPOFARMA | R$ 1,76 | R$ 4.400,00 |
| 62 | 1.000 | un | Escopolamina butilbrometo solucao oral 10 mg/ml | U. QUIMICA | R$ 1,08 | R$ 1.080,00 |
| 70 | 2.000 | un | Garra do diabo 200mg (harpagophytum procumbes) capsula ou comprimido | NATULAB | R$ 0,85 | R$ 1.700,00 |
| 77 | 120.000 | un | Hidroclorotiazida 25 mg comprimido | TEUTO | R$ 0,02 | R$ 2.400,00 |
| 87 | 10.000 | un | Mebendazol comprimido 100 mg | SOBRAL | R$ 0,04 | R$ 400,00 |
| 92 | 2.200 | un | Metronidazol gel vaginal 10% | TEUTO | R$ 2,74 | R$ 6.028,00 |
| 116 | 800 | un | Sulfametoxazol + trimetoprima suspensão oral 40 mg + 8mg/ml | TEUTO | R$ 0,98 | R$ 784,00 |
| 117 | 1.500 | un | Sulfato ferroso 5mg/ml de se ++ xarope | NATULAB | R$ 1,14 | R$ 1.710,00 |
| 118 | 60.000 | un | Sulfato ferroso comprimido 40 mg fe++ | PRATI | R$ 0,04 | R$ 2.400,00 |
| 127 | 300 | un | Atropina injetável 0,25 | ISOFARMA | R$ 0,32 | R$ 96,00 |
| 130 | 1.500 | un | Bupivacaina injetável pesada 0,5%+ glicose 8% (raquianestesia) | HYPOFARMA | R$ 3,05 | R$ 4.575,00 |
| 137 | 300 | un | Cloridrato de petidina 50mg/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 1,69 | R$ 507,00 |
| 142 | 1.150 | un | Dexametasona 2 mg injetável | HYPOFARMA | R$ 0,59 | R$ 678,50 |
| 144 | 4.600 | un | Diclofenaco de sódio 75mg/ml injetável | TEUTO | R$ 0,46 | R$ 2.116,00 |
| 148 | 700 | un | Efedrina 50mg/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 2,15 | R$ 1.505,00 |
| 152 | 1.500 | un | Etilfedrina, cloridrato (efortil) 7,5mg - injetável | U. QUIMICA | R$ 1,03 | R$ 1.545,00 |
| 155 | 845 | un | Fitomenadiona 10 mg/ml - injetável | HIPOLABOR | R$ 0,97 | R$ 819,65 |
| 156 | 250 | un | Fleet enema | NATULAB | R$ 4,79 | R$ 1.197,50 |
| 157 | 300 | un | Flumazenil 0,5mg injetável caixa | BIOCHIMICO | R$29,13 | R$ 8.739,00 |
| 161 | 1.650 | un | Glicose 25% injetável | ISOFARMA | R$ 0,24 | R$ 396,00 |
| 163 | 200 | un | Haloperidol 500mg/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 1,25 | R$ 250,00 |
| 169 | 500 | un | Manitol 20% injetável | JP | R$ 6,07 | R$ 3.035,00 |
| 174 | 300 | un | Morfina 10 mg injetável | HIPOLABOR | R$ 2,28 | R$ 684,00 |
| 177 | 300 | un | Norepinefrina 8mg/ml | HYPOFARMA | R$ 5,07 | R$ 1.521,00 |
| 186 | 12 | un | Rivotril 2,5mg/ml 20ml - gotas | HIPOLABOR | R$ 2,07 | R$ 24,84 |
| 195 | 200 | un | Sulfato de magnésio 50% ampola com 10ml injetável | SANTEC | R$ 0,46 | R$ 92,00 |
| 199 | 200 | un | Ácido ascórbico (vitamina c) 100mg/ml injetável | FARMACE | R$ 0,73 | R$ 146,00 |
| 203 | 100 | un | Cefepima (maxcef) 1,0g injetável | TEUTO | R$ 5,25 | R$ 525,00 |
| 204 | 100 | un | Imipene + cilastatina 500mg + 500mg injetável | BIOCHIMICO | R$16,89 | R$ 1.689,00 |
| 205 | 100 | un | Cetoprofeno (prefenid) 100mg - injetável | U. QUIMICA | R$ 1,79 | R$ 179,00 |
| 207 | 3.000 | un | Cloridrato de ondansetrona 2mg/ml - injetável | HALEXISTAR | R$ 0,85 | R$ 2.550,00 |
| 211 | 2.000 | un | Hidroclorotiazida 50 mg comprimidos | PRATI | R$ 0,04 | R$ 80,00 |
| 218 | 100 | un | Citrato de fentanila 50mcg/ml - injetável | HIPOLABOR | R$ 2,45 | R$ 245,00 |
| 222 | 15.000 | un | Abaixador de língua | THEOTO | R$ 0,03 | R$ 450,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 225 | 20.000 | un | Agulha descartável estéril 13 / 4,5 cm | DESCARPACK | R$ 0,06 | R$ 1.200,00 |
| 226 | 67.000 | un | Agulha descartável estéril 25 / 7 cm | EMBRAMAC | R$ 0,06 | R$ 4.020,00 |
| 227 | 5.000 | un | Agulha descartável estéril 25 / 8 cm | EMBRAMAC | R$ 0,06 | R$ 300,00 |
| 228 | 40.000 | un | Agulha descartável estéreo 40 / 1,2 cm | EMBRAMAC | R$ 0,06 | R$ 2.400,00 |
| 230 | 250 | un | Álcool absoluto 98%- 1 lt. | J FERES | R$ 4,74 | R$ 1.185,00 |
| 240 | 500 | un | Atadura gessada 10 cm x 3 m, com gesso uniformemente impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100 % algodão e possui lateral com corte sinuosopara evitar desfiamento | ORTOFEN | R$ 1,23 | R$ 615,00 |
| 241 | 300 | un | Atadura gessada 20 cm x 3 m gesso uniformemente impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100 % algodão e possui lateral com corte sinuoso para evitar desfiamento. | ORTOFEN | R$ 2,99 | R$ 897,00 |
| 244 | 2 | un | Bolsa de compressa fria | JOMED | R$14,30 | R$ 28,60 |
| 245 | 5 | un | Bolsa de compressa quente | JOMED | R$13,92 | R$ 69,60 |
| 248 | 600 | un | Cateter intravenoso n. 16 g em polipropileno. Agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado. | LABOR IMPORT | R$ 0,69 | R$ 414,00 |
| 249 | 2.000 | un | Cateter intravenoso n. 18 g, em polipropileno. Agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, | POLYMED | R$ 0,73 | R$ 1.460,00 |
| 251 | 4.000 | un | Cateter intravenoso n. 22 g, polipropileno. Agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, | LABOR IMPORT | R$ 0,74 | R$ 2.960,00 |
| 252 | 10.000 | un | Cateter intravenoso n. 24 g, em polipropileno. Agulha siliconizada com bisel bi-angulado e trifacetado, | SOLIDOR | R$ 0,79 | R$ 7.900,00 |
| 255 | 1.000.000 | un | Compressa de gaze hidrófila estéril confeccionada com fios 100% algodão em tecido tipo tela, com 8 camadas e 5 dobras com dimensão de 7,5 x 7,5 cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas e 10 x 10cm quando fechadas e 20 x 40cm quando abertas. | REAL TEXTIL | R$ 0,05 | R$50.000,00 |
| 257 | 2.000 | un | Conjunto de escova - esponja 2% digliconato de clopexidina riohex 2%. | RIOQUIMICA | R$ 1,50 | R$ 3.000,00 |
| 263 | 1.500 | un | Dispositivo intravenoso 27 g-cateter para infusão venosa com agulha de bisel trifacetado, com asas leves e flexíveis dotadas de um exclusivo dispositivo de encaixe, garantindo firme empunhadura, perfeita conexão das partes, tubo de vinil leve, flexível e transparente, | SOLIDOR | R$ 0,18 | R$ 270,00 |
| 280 | 1.000 | un | Espátula madeira modelo ayre - mat. Hospitalar | THEOTO | R$ 0,05 | R$ 50,00 |
| 281 | 1.450 | un | Especulo tam. G - Vaginal, estéril, descartável | CRAL | R$ 1,21 | R$ 1.754,50 |
| 289 | 480 | un | Fio cirúrgico algodão 0 c/agulha 3/8 - 70 cm | SHALON | R$ 1,59 | R$ 763,20 |
| 290 | 120 | un | Fio cirúrgico algodão 2.0 c/ agulha 1/2 - 2,0 cm | SHALON | R$ 1,59 | R$ 190,80 |
| 291 | 480 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 0 - agulha 2,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst. | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 1.708,80 |
| 292 | 600 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 0 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obstetrícia | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 2.136,00 |
| 293 | 480 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 1 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 1.708,80 |
| 294 | 480 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 1.0 - agulha 5,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst. | TECHNOFIO | R$ 3,69 | R$ 1.771,20 |
| 295 | 120 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 2.0 - agulha 3,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst | TECHNOFIO | R$ 3,69 | R$ 442,80 |
| 296 | 120 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 2.0 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecológica/obst | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 427,20 |
| 297 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 3.0 - agulha 3,0cm 1/2 cir. Cilíndrica | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 298 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 3.0 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 299 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 4.0 - agulha 2,0 1/2 cir cilíndrica | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 300 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut cromado 5.0 - agulha 2,0cm 1/2 cir. Cilíndrica | TECHNOFIO | R$ 3,69 | R$ 177,12 |
| 301 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 0 – agulha 3,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 302 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 0 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obs | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 303 | 120 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 1.0 - agulha 4,0cm 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 427,20 |
| 304 | 480 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 2.0 - agulha 4,0cm, 1/2 cir. Cilíndrica ginecologia/obst | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 1.708,80 |
| 305 | 48 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 3.0 - agulha 4,0cm, 1/2 cir. Cilíndrica | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 170,88 |
| 306 | 24 | un | Fio cirúrgico cat gut simples 4-0 c/ agulha 3/8 - 3,0 cm | TECHNOFIO | R$ 3,56 | R$ 85,44 |
| 315 | 32 | un | Fixador celular spray p/ laminas | ADLIN | R$ 4,73 | R$ 151,36 |
| 317 | 6 | un | Garrote pct c/ 15 mt | GOIAS LATEX | R$24,50 | R$ 147,00 |
| 319 | 1.000 | un | Grampo de cordão umbilical | WELLCAMP | R$ 0,43 | R$ 430,00 |
| 327 | 8.020 | un | Luva estéril nº 7,5 - par - látex de borracha natural, com pó bio-absorvível, esterilizadas por irradiação gama. | EMBRAMAC | R$ 0,93 | R$ 7.458,60 |
| 328 | 6.060 | un | Luva estéril nº. 7 - Par - látex de borracha natural, com pó bio-absorvível, esterilizadas por irradiação gama. | EMBRAMAC | R$ 0,93 | R$ 5.635,80 |
| 329 | 300 | un | Luva estéril nº. 8 - Par - látex de borracha natural, com pó bio-absorvível, esterilizadas por irradiação gama. | EMBRAMAC | R$ 0,93 | R$ 279,00 |
| 330 | 2.000 | un | Máscara com elástico duplo descartável, fabricado em polipropileno (TNT-tecido não tecido) - caixa c/50 unid- odontol. | EMBRAMAC | R$ 5,20 | R$10.400,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 335 | 100 | un | PVPI degermante 1lt | RIOQUIMICA | R$11,90 | R$ 1.190,00 |
| 336 | 500 | un | PVPI tópico 1lt | RIOQUIMICA | R$11,90 | R$ 5.950,00 |
| 340 | 4.500 | un | Sapatilha esterilizável 100% algodão, para centro cirúrgico - par. | ANADONA | R$ 0,18 | R$ 810,00 |
| 341 | 40.750 | un | Seringa descartável 10ml - sem agulha, com bico liso central. | SR | R$ 0,20 | R$ 8.150,00 |
| 342 | 500 | un | Seringa descartável 1ml c/ agulha | DESCARPACK | R$ 0,18 | R$ 90,00 |
| 343 | 18.000 | un | Seringa descartável 20 ml s/ agulha | DESCARPACK | R$ 0,35 | R$ 6.300,00 |
| 345 | 15.750 | un | Seringa descartável 5ml - sem agulha, com bico liso central. | SR | R$ 0,14 | R$ 2.205,00 |
| 346 | 10 | un | Sonda de foley n 20 duas vias e balão de 30cc | LABOR IMPORT | R$ 2,80 | R$ 28,00 |
| 357 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº04 - estéril, longa, descartável. | BIOSANI | R$ 0,64 | R$ 19,20 |
| 365 | 300 | un | Sonda traqueal n. 06 - estéril | BIOSANI | R$ 0,53 | R$ 159,00 |
| 368 | 30 | un | Sonda traqueal nº04 estéril | BIOSANI | R$ 0,50 | R$ 15,00 |
| 374 | 30 | un | Sonda uretral nº04 estéril | BIOSANI | R$ 0,51 | R$ 15,30 |
| 384 | 95 | un | Termômetro de mercúrio - vidro | PREMIUM | R$ 4,19 | R$ 398,05 |
| 385 | 40 | un | Termômetro digital | BIOLAND | R$ 8,99 | R$ 359,60 |
| 387 | 5 | un | Tubo endotraqueal n. 3,0 com balão | COMPER | R$ 4,00 | R$ 20,00 |
| 395 | 4.000 | un | Agulha descartável estéril 13 / 4,5 cm | DESCARPACK | R$ 0,06 | R$ 240,00 |
| 396 | 4.000 | un | Agulha descartável estéril 40 / 1,2 cm | DESCARPACK | R$ 0,06 | R$ 240,00 |
| 397 | 6.000 | un | Atadura crepe 20cm x 1,8m | MB TEXTIL | R$ 0,80 | R$ 4.800,00 |
| 404 | 4.000 | un | Seringa descartável 1 ml s/ agulha | DESCARPACK | R$ 0,18 | R$ 720,00 |
| 406 | 750 | un | Cloreto de sódio 0,9% 250 ml | HALEXISTAR | R$ 1,92 | R$ 1.440,00 |
| 409 | 45 | un | Cloridrato de lidocaína 2% com vaso construtor - injetável | HYPOFARMA | R$ 3,70 | R$ 166,50 |
| **Total** | **R$ 212.223,74** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: DUZENTOS E DOZE MIL DUZENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar

na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME**

CNPJ Nº 06.065.614/0001-38

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI EPP**, CNPJ Nº 06.035.038/0001-86, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 69 – Centro, na cidade de Araranguá - SC, neste ato representado pelo Sr. Adroaldo Machado, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.019.989 SSP/SC e CPF nº 910.323.859-87, residente e domiciliado na Travessa Eng. Boa Nova, nº 44, apart. 203, Centro, na cidade de Criciúma - SC, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**EXTRA DISTRIB. MEDIC. E PROD. HOSP. – EIRELI EPP**

CNPJ Nº 06.035.038/0001-86

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 1.000 | UN | SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME POTE DE 400G | Silvestre | R$ 28,19 | R$ 28.190,00 |
| 02 | 20.000 | UN | CLONAZEPAN 2MG COMPRIMIDO | Germed | R$ 0,081 | R$ 1.620,00 |
| **Total** | **R$ 29.810,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: VINTE E NOVE MIL OITOCENTOS E DEZ REAIS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número

de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**EXTRA DISTRIB. MEDIC. E PROD. HOSP. – EIRELI EPP**

CNPJ Nº 06.035.038/0001-86

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no **CNPJ** Nº **01.362.680/0001-56** neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **AMÉLIO BETTA - ME**, CNPJ 08.464.556/0001-40, com sede à Rua Francisco Mendes de Moraes, nº 1300 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Olaerte Gomes da Silva, inscrito no CPF nº 415.840.581-53 e RG nº 617. 355 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PANIFICADOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 015/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**AMÉLIO BETTA - ME**

CNPJ 08.464.556/0001-40

| ITEM | QNT | UNI | DESCRIÇÃO | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 300 | UN | BAGUETE RECHEADA SIMPLES (RECHEIO: PRESUNTO E QUEIJO, FRANGO OU CALABREZA) A ESCOLHER | R$ 15,32 | R$ 4. 596,00 |
| 5 | 70 | KG | ROSQUINHA ASSADA - COBERTURA: LEITE CONDENSADO E COCO OU CREME DE BAUNILHA | R$ 22,99 | R$ 1. 609,30 |
| 6 | 50 | KG | ROSQUINHA FRITA POLVILHADA COM ACUCAR (REDONDA COM FURO). | R$ 19,99 | R$ 999,50 |
| 11 | 155 | KG | BAGUETE RECHEADA (RECHEIO: SALPICAO DE FRANGO, PEITO DE PERU OU SALAME, COM DEMAIS INGREDIENTES: AMEIXA, UVA PASSAS, MAIONEZE, CATUPIRY, PALMITO, AZEITONA, CEREJA, ALFACE, TOMATE - DECORADA) A ESCOLHER. | R$ 24,15 | R$ 3. 743,25 |
| 12 | 49 | KG | BISCOITO - PETA | R$ 21,62 | R$ 1. 059,38 |
| 13 | 42 | KG | BOLACHA CASEIRA (AMANTEIGADO, SEQUILHO, RECHEADA) | R$ 25,96 | R$ 1. 090,32 |
| 15 | 780 | UN | CANUDO FRITO - MASSA DE PASTEL (RECHEIO: SALPICAO COM FRUTAS / CRE BRANCO OU MAIONESE COM PALMITO) | R$ 2,49 | R$ 1. 942,20 |
| 17 | 74 | KG | BOLO CONFEITADO DE CHOCOLATE COM RECHEIOS (RECHEIO: BRIGADEIRO, PRESTIGIO, BOMBOM OU CHOCOLATE) A ESCOLHER | R$ 31,99 | R$ 2. 367,26 |
| 18 | 1120 | UN | LANCHE FRIO MINI (COM PAO DE BATATA - RECHEIO: MAIONESE, ALFACE, TOMATE, CENOURA, BATATA PALHA / SALAME COM MUSSARELA, PRESUNTO COM MUSSARELA OU CREME DE FRANGO) | R$ 2,99 | R$ 3. 348,80 |
| 22 | 2210 | UN | PASTEL FRITO MINI (RECHEIO DE CARNE BOVINA) | R$ 1,14 | R$ 2. 519,40 |
| 23 | 72 | UN | PIZZA COMPLETA GRANDE (RECHEIO: PRESUNTO, MUSSURELA, FRANGO, CALABREZA, CATUPIRY, MILHO, ERVILHA E AZEITONA) | R$ 38,32 | R$ 2. 759,04 |
| 24 | 66 | UN | PUDIM DE LEITE CONDENSADO (PURO EM LEITE CONDENSADO COM CALDA DE ACUCAR / PESO APROXIMADAMENTE 2.8 A 3KG) | R$ 39,62 | R$ 2. 614,92 |
| 26 | 48 | KG | CHIPA ASSADA (POLVILHO, TIPO MEIA LUA) | R$ 25,90 | R$ 1. 243,20 |
| 27 | 28 | KG | PAO DOCE MINI (MACA OU BANANA / RECHEIO: CREME COM MACA OU BANANA) | R$ 22,99 | R$ 643,72 |
| 55 | 28 | KG | BISCOITO DE POLVILHO (TIPO BOLACHA) | R$ 30,29 | R$ 848,12 |
| 62 | 19 | KG | CAROLINA DOCE ASSADA (RECHEIO: CHOCOLATE OU CREME, CARAMELIZADA COM CHOCOLATE) | R$ 28,96 | R$ 550,24 |
| 63 | 114 | UN | CAROLINA SALGADA ASSADA (RECHEIO: CREME DE FRANGO COM PALMITO) | R$ 1,99 | R$ 226,86 |
| 64 | 26 | KG | CUCA MASSA CASEIRA (RECHEIO: GOIABA, ABACAXI, MORANGO, COCO, CHOCOLATE) A ESCOLHER | R$ 17,99 | R$ 467,74 |
| 66 | 71 | KG | CUECA VIRADA POLVILHADA COM ACUCAR | R$ 17,99 | R$ 1. 277,29 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 68 | 360 | UN | CHIPA ASSADA RECHEADA (RECHEIO: FRANGO, PRESUNTO E MUSSARELA OU CALABREZA) | R$ 2,24 | R$ 806,40 |
| 69 | 380 | UN | CROISSANT MINI (MASSA FOLHADA - RECHEIO: PRESUNTO E MUSSARELA) | R$ 1,49 | R$ 566,20 |
| 77 | 21 | KG | NHOQUE DOCE ASSADO (RECHEIO: CREME DE COCO OU BAUNILHA / TIPO SONHO / MASSA TRIGO) | R$ 24,99 | R$ 524,79 |
| 89 | 190 | UN | QUEIJADINHA COM COCO (APROXIMADAMENTE 30GR) | R$ 1,57 | R$ 298,30 |
| 90 | 84 | UN | QUINDIM MINI (APROXIMADAMENTE 40GR) | R$ 1,98 | R$ 166,32 |
| 91 | 32 | KG | ROSCA DOCE GRANDE - RECHEIO: CREME DE BAUNILHA, CREME DE COCO OU FONDAN | R$ 15,99 | R$ 511,68 |
| 93 | 170 | UN | SALTENHA ASSADA MINI (RECHEIO: CREME DE FRANGO APIMENTADO) | R$ 1,99 | R$ 338,30 |
| 95 | 430 | UN | TORTINHA DE LIMAO MINI (RECHEIO: CREME DE LIMAO / MASSA PODRE) | R$ 3,49 | R$ 1. 500,70 |
| 96 | 160 | UN | TROUXINHA DE FRANGO MINI ( MASSA FOLHADA COM CREME DE FRANGO) | R$ 1,99 | R$ 318,40 |
| 168 | 30 | UN | PAO DE FORMA 600 A 700GR - SUPERFICIE LISA, MACIA E BRILHANTE, NAO QUEBRADICA, MIOLO CONSISTENTE, SEDOSO E MACIO, TIPO TRADICIONAL, PECA FATIADA (COMPOSTO: FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, GORDURA VEGETAL, LEITE EM PO, SAL, AGUA, FERMENTO BIOLOGICO, ANTIMOFO, EMBALADO EM SACO PLASTICO PVC ATOXICO, COM VALIDADE MINIMA DE 05 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. | R$ 6,40 | R$ 192,00 |
| 180 | 500 | UN | SALGADO ASSADO MINI (ENRROLADINHO, ESFIRRA, ESFIRRA ABERTA COM COALHADA / RECHEIO: CARNE, FRANGO OU PALMITO (A ESOLHER) | R$ 1,55 | R$ 775,00 |
| 183 | 12 | KG | TORTA SALGADA - RECHEIO: CARNE, FRANGO OU PRESUNTO (A ESCOLHER) | R$ 27,90 | R$ 334,80 |
| **TOTAL** | **R$ 40. 239,43** | | | | |

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA MIL DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde a Secretaria solicitará a quantidade necessária, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte e embalagem para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6090.2172.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2180.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.305.7040.2099.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 09 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ AMÉLIO BETTA - ME**

Prefeito Municipal CNPJ 08.464.556/0001-40

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS EIRELI – ME**, CNPJ Nº 05.159.591/0001-68, com sede à Rua São Paulo, nº 39 – Bairro Medeiros, na cidade de Rio Verde - GO, neste ato representado pelo Sr. Cleidson Godoy de Oliveira, brasileiro, portador do RG nº 2042173 SSP/GO e CPF nº 336.137.371-91, residente e domiciliado na cidade de Rio Verde – GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**PRÓ-REMÉDIOS DISTRIB. DE PROD. FARMAC. E COSM. EIRELI – ME**

CNPJ Nº 05.159.591/0001-68

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | 3.000 | un | Aciclovir 200mg comprimido | PRATI | R$ 0,14 | R$ 420,00 |
| 23 | 20.000 | un | Atenolol 25 mg comprimidos | PRATI | R$ 0,03 | R$ 600,00 |
| 42 | 3.000 | un | Ciclobenzaprina 5mg comprimido | EUROFARMA | R$ 0,17 | R$ 510,00 |
| 54 | 20 | un | Diclofenaco dietilamonio gel 11,6 mg | PRATI | R$ 2,89 | R$ 57,80 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 57 | 500 | un | Diosmina associada hisperidina comprimido 450 mg + 50 mg | NEOQUIMICA | R$ 0,44 | R$ 220,00 |
| 81 | 1.200 | un | Isossorbida, dinitrato comprimido sublingual 5 mg | BALDACCI | R$ 0,26 | R$ 312,00 |
| 82 | 2.000 | un | Itraconazol capsula 100 mg | PRATI | R$ 0,49 | R$ 980,00 |
| 85 | 500 | un | Loratadina xarope 1 mg/ml | MARIOL | R$ 1,68 | R$ 840,00 |
| 95 | 46.500 | un | Nimesulida comprimido 100 mg | VITAPAN | R$ 0,06 | R$ 2.790,00 |
| 98 | 500 | un | Nistatina suspensão oral 100.000 ui/ml | NATULAB | R$ 1,88 | R$ 940,00 |
| 103 | 10.000 | un | Permangonato de potássio comprimido 100mg | MARIOL | R$ 0,13 | R$ 1.300,00 |
| 109 | 500 | un | Ranitidina, cloridrato 15mg/ml - xarope | GEOLAB | R$ 6,13 | R$ 3.065,00 |
| 111 | 1.000 | un | Saccharomyces boulardii envelope 17,1 g | CIFARMA | R$ 0,67 | R$ 670,00 |
| 122 | 4.000 | un | Dexametasona elixir 0,1 mg/100 ml | FARMACE | R$ 1,09 | R$ 4.360,00 |
| 126 | 700 | un | Ampicilina 1g injetável | TEUTO | R$ 6,96 | R$ 4.872,00 |
| 134 | 500 | un | Cloranfenicol 1 g injetável | BLAU | R$ 2,47 | R$ 1.235,00 |
| 135 | 300 | un | Cloreto de potássio (kcl) 19,1% 10ml - injetável | ISOFARMA | R$ 0,25 | R$ 75,00 |
| 136 | 200 | un | Cloreto de sodio 20% injetável | ISOFARMA | R$ 0,25 | R$ 50,00 |
| 139 | 200 | un | Clopromazina injetável | HYPOFARMA | R$ 0,61 | R$ 122,00 |
| 141 | 300 | un | Deslanosideo 0,2 injetável | U. QUIMICA | R$ 1,33 | R$ 399,00 |
| 149 | 700 | un | Epinefrina 1 gr injetável | HIPOLABOR | R$ 3,20 | R$ 2.240,00 |
| 153 | 200 | un | Fenitoina sodica 50mg/ml injetável | HIPOLABOR | R$ 1,44 | R$ 288,00 |
| 158 | 600 | un | Furosemida 20 mg inj. C/ 50 amp. | SANTISA | R$ 0,51 | R$ 306,00 |
| 162 | 1.300 | un | Glicose 50% injetável | ISOFARMA | R$ 0,25 | R$ 325,00 |
| 164 | 600 | un | Hidralazina, cloridrato de nepresol 20mg - injetável | CRISTALIA | R$ 4,40 | R$ 2.640,00 |
| 171 | 500 | un | Metronidazol 500mg - injetável | FARMACE | R$ 2,32 | R$ 1.160,00 |
| 172 | 1.000 | un | Midazolam 5mg/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 1,42 | R$ 1.420,00 |
| 175 | 100 | un | Neostigmina (normasig) 0,5 mg/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 0,81 | R$ 81,00 |
| 178 | 600 | un | Amoxilina + clavulanato de potássio injetável 500mg+100mg | BLAU | R$ 6,67 | R$ 4.002,00 |
| 179 | 1.200 | un | Omeprazol 40mg - injetável (oprazom) | EUROFARMA | R$ 5,41 | R$ 6.492,00 |
| 181 | 2.500 | un | Oxitocina 5 ul/ml injetável | U. QUIMICA | R$ 1,15 | R$ 2.875,00 |
| 196 | 200 | un | Terbutalina 0,5 mg injetável | U. QUIMICA | R$ 2,23 | R$ 446,00 |
| 206 | 500 | un | Heparina sódica 5.000ui 0,25 - injetável | CRISTALIA | R$ 4,03 | R$ 2.015,00 |
| 213 | 2.000 | un | Permanganato de potássio comprimido 2g | MARIOL | R$ 0,11 | R$ 220,00 |
| 217 | 50 | un | Oleo mineral 100ml - solução oral | MARIOL | R$ 1,96 | R$ 98,00 |
| 219 | 100 | un | Etomidato solução 2mg/ml - 10ml, injetável. | CRISTALIA | R$13,42 | R$ 1.342,00 |
| 220 | 3.000 | un | Captopril comprimido 50 mg | MARIOL | R$ 0,04 | R$ 120,00 |
| 232 | 300 | un | Algodão ortopédico 20cmx1,00mt | ORTOFEN | R$ 0,36 | R$ 108,00 |
| 234 | 35 | un | Aparelho de aferir pressão aneroide nylon velcro adulto com esteto. | PREMIUM | R$65,00 | R$ 2.275,00 |
| 235 | 12 | un | Aparelho de medir glicemia capilar com fitas | G-TECH | R$100,00 | R$ 1.200,00 |
| 236 | 5 | un | Aparelho de pressão aneroide nylon velcro infantil com esteto. | PREMIUM | R$68,00 | R$ 340,00 |
| 242 | 1.500 | un | Bolsa coletora de urina sistema fechado 2000 ml, estéril | ADVANTIVE | R$ 2,46 | R$ 3.690,00 |
| 246 | 5 | un | Cânula de traqueostomia nº 7 | CPL | R$ 15,85 | R$ 79,25 |
| 247 | 5 | un | Cânula de traqueostomia nº 7,5 | CPL | R$ 15,85 | R$ 79,25 |
| 253 | 2.060 | un | Cateter nasal tipo óculos, medida única, esterilizado em raio gamma, embalado individualmente em saco plástico. | MEDSONDA | R$ 0,80 | R$ 1.648,00 |
| 256 | 360 | un | Conector multivias - 2 vias com clamp. | VITALGOLD | R$ 0,57 | R$ 205,20 |
| 258 | 800 | un | Descarpak 20l | POLARFIX | R$ 4,08 | R$ 3.264,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 259 | 100 | un | Detergente enzimatico 1lt | KELLDRIN | R$15,00 | R$ 1.500,00 |
| 260 | 2.000 | un | Dispositivo intravenoso 21g - cateter para infusão venosa com agulha de bisel triface-tado, com asas leves e flexíveis dotadas de um exclusivo dispositivo de encaixe, garantindo firme empunha-dura, perfeita conexão das partes, tubo de vinil leve, flexível e transparente. | TOP MED | R$ 0,20 | R$ 400,00 |
| 261 | 2.000 | un | Dispositivo intravenoso 23g -cateter para infusão venosa com agulha de bisel trifacetado, com asas leves e flexíveis dotadas de um exclusivo dispositivo de encaixe, garantindo firme empunha-dura, perfeita conexão das partes, tubo de vinil leve, flexível e transparente, | TOP MED | R$ 0,20 | R$ 400,00 |
| 262 | 2.000 | un | Dispositivo intravenoso 25g - cateter para infusão venosa com agulha de bisel trifacetado, com asas leves e flexíveis dotadas de um exclusivo dispositivo de encaixe, garantindo firme empunha-dura, perfeita conexão das partes, tubo de vinil leve, flexível e transparente, | TOP MED | R$ 0,20 | R$ 400,00 |
| 267 | 5 | un | Dreno de sucção estéril - sistema fechado de aspiração mediastinal pleural com capacidade 1000 ml | BIOTEC | R$22,72 | R$ 113,60 |
| 268 | 20 | un | Drenos de tórax grande com pote coletor 1 lt sob selo d'agua | BIOTEC | R$22,72 | R$ 454,40 |
| 269 | 10 | un | Drenos de tórax pequeno com pote coletor 1 lt sob selo d'agua | BIOTEC | R$22,72 | R$ 227,20 |
| 270 | 10 | un | Drenos de tórax médio com pote coletor 1 lt sob selo d'agua | BIOTEC | R$22,72 | R$ 227,20 |
| 271 | 5.000 | un | Eletrodo descartável para eletrocardiograma composto de dorso de espuma com adesivo hipoalergênico para aplicações de curta duração gel solido de cloreto de potássio, capa plástica para manter a umidade do gel, pino de encaixe em aço inox, contra pino de prata-cloreto e papel protetor | MAXICOR | R$ 0,29 | R$ 1.450,00 |
| 273 | 65 | un | Embalagem para esterilização 20 cm de largura - constituído por filme termoplástico e papel grau cirúrgico branqueado, com marcador químico. Bobina com 100mts | POLARFIX | R$ 70,00 | R$ 4.550,00 |
| 274 | 50 | un | Equipo para infusão de sangue flexível, com lanceta perfurante para conexão ao recipiente de sangue, câmara dupla flexível, sendo a primeira dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos, e a segunda para visualizações controle gotejamento. Extensão em PVC, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete, conexão luer para dispositivo de acesso venoso. | MEDSONDA | R$ 2,02 | R$ 101,00 |
| 275 | 31.000 | un | Equipo para soluções parenterais macro gotas, com injetor lateral com suspiro | LABOR IMPORT | R$ 1,03 | R$31.930,00 |
| 276 | 150 | un | Equipo para soluções parenterais micro gotas com injetor lateral, com suspiro | DESCARPACK | R$ 1,23 | R$ 184,50 |
| 277 | 2.000 | un | Escova cervical para coleta de material do canal endocervical | ADLIN | R$ 0,17 | R$ 340,00 |
| 282 | 3.200 | un | Especulo tam. M - vaginal, estéril, descartável. | CRAL | R$ 0,88 | R$ 2.816,00 |
| 283 | 1.450 | un | Especulo tam. P - Vaginal, estéril, descartável. | CRAL | R$ 0,84 | R$ 1.218,00 |
| 284 | 600 | un | Filme para ultrassom - UPP - 110 hg - 110 mm x 18 m. | ULSTAR | R$76,49 | R$45.894,00 |
| 312 | 480 | un | Fio de algodão 3,0cm - nº 0, agulha circular/cilíndrica 1/2. | SHALON | R$ 1,68 | R$ 806,40 |
| 318 | 10 | un | Gel para ultrassom 3 litros | MULTIGEL | R$16,68 | R$ 166,80 |
| 320 | 2.750 | un | Lamina de bisturi aço carbono n. 23 | MAXICOR | R$ 0,17 | R$ 467,50 |
| 321 | 1.250 | un | Lamina de bisturi aço carbono num. 11 | MAXICOR | R$ 0,17 | R$ 212,50 |
| 323 | 2.100 | un | Lençol de papel 70 cm x 50 m -rolo | PLENO | R$ 6,00 | R$12.600,00 |
| 331 | 20 | un | Máscara de nebulização conector amarelo (ar comprimido) | NS | R$ 8,63 | R$ 172,60 |
| 332 | 70 | un | Máscara de nebulização de conector verde. (Oxigênio) | DARU | R$ 4,35 | R$ 304,50 |
| 333 | 2.000 | un | Preservativo sem lubrificante | MADEITEX | R$ 0,32 | R$ 640,00 |
| 334 | 1.000 | un | Pulseira RN | CIENTIFIC | R$ 0,38 | R$ 380,00 |
| 344 | 14.000 | un | Seringa descartável 3ml s/ agulha | SR | R$ 0,11 | R$ 1.540,00 |
| 347 | 690 | un | Sonda de foley n16 duas vias e balão de 30 cc | TOP MED | R$ 2,47 | R$ 1.704,30 |
| 348 | 290 | un | Sonda de foley n18 duas vias e balão de 30 cc | TOP MED | R$ 2,47 | R$ 716,30 |
| 349 | 50 | un | Sonda de foley n. 14 - duas vias e balão 30 cc | TOP MED | R$ 2,47 | R$ 123,50 |
| 350 | 30 | un | Sonda de foley n 12 duas vias e balão de 30cc | TOP MED | R$ 2,47 | R$ 74,10 |
| 356 | 50 | un | Sonda gástrica n. 22 estéril | MEDSONDA | R$ 1,16 | R$ 58,00 |
| 358 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº06 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,64 | R$ 19,20 |
| 359 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº08 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,65 | R$ 19,50 |
| 360 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº10 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,73 | R$ 21,90 |
| 362 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº14 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,52 | R$ 15,60 |
| 363 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº16 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,81 | R$ 24,30 |
| 364 | 30 | un | Sonda nasogástrica nº18 - estéril, longa, descartável. | MEDSONDA | R$ 0,91 | R$ 27,30 |
| 366 | 30 | un | Sonda traqueal nº 10 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,48 | R$ 14,40 |
| 367 | 30 | un | Sonda traqueal nº 8 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,52 | R$ 15,60 |
| 369 | 50 | un | Sonda traqueal nº12 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,46 | R$ 23,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 370 | 50 | un | Sonda traqueal nº14 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,54 | R$ 27,00 |
| 371 | 50 | un | Sonda traqueal nº16 - estéril | MEDSONDA | R$ 0,55 | R$ 27,50 |
| 372 | 30 | un | Sonda uretral nº16 estéril | MEDSONDA | R$ 0,61 | R$ 18,30 |
| 373 | 30 | un | Sonda uretral nº18 estéril | MEDSONDA | R$ 0,59 | R$ 17,70 |
| 375 | 30 | un | Sonda uretral nº06 estéril | MEDSONDA | R$ 0,44 | R$ 13,20 |
| 376 | 30 | un | Sonda uretral nº08 estéril | MEDSONDA | R$ 0,48 | R$ 14,40 |
| 377 | 30 | un | Sonda uretral nº10 estéril | MEDSONDA | R$ 0,49 | R$ 14,70 |
| 378 | 30 | un | Sonda uretral nº12 estéril | MEDSONDA | R$ 0,51 | R$ 15,30 |
| 379 | 30 | un | Sonda uretral nº14 estéril | MEDSONDA | R$ 0,52 | R$ 15,60 |
| 380 | 30 | un | Sonda uretral nº20 estéril | MEDSONDA | R$ 0,52 | R$ 15,60 |
| 381 | 30 | un | Sonda uretral nº22 estéril | MEDSONDA | R$ 0,73 | R$ 21,90 |
| 382 | 30 | un | Sonda uretral nº24 estéril | MEDSONDA | R$ 0,80 | R$ 24,00 |
| 388 | 5 | un | Tubo endotraqueal n. 4,0 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 14,85 |
| 389 | 5 | un | Tubo endotraqueal n. 5,0 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 14,85 |
| 390 | 10 | un | Tubo endotraqueal n. 6,0 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 29,70 |
| 391 | 30 | un | Tubo endotraqueal n. 7,0 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 89,10 |
| 392 | 30 | un | Tubo endotraqueal n. 7,50 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 89,10 |
| 393 | 30 | un | Tubo endotraqueal n. 8,0 com balão. | VITALGOLD | R$ 2,97 | R$ 89,10 |
| 407 | 3.000 | un | Cloreto de sódio 0,9% 500 ml | EUROFARMA | R$ 2,67 | R$ 8.010,00 |
| 408 | 3.000 | un | Cloreto de sódio 0,9% 1000 ml | EUROFARMA | R$ 3,16 | R$ 9.480,00 |
| **Total** | **R$ 193.171,60** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL CENTO E SETENTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar

na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

PREFEITO MUNICIPAL

**PRÓ-REMÉDIOS DISTRIB. DE PROD. FARMAC. E COSM. EIRELI – ME**

CNPJ Nº 05.159.591/0001-68

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016**

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ Nº 02.520.829/0001-40, com sede à Rodovia BR 480, nº 180 – Centro, na cidade de Barão de Cotegipe - RS, neste ato representado pelo Sr. Gleison Sachet, brasileiro, portador do RG nº 8051134719 SSP/RS e CPF nº 650.526.920-72, residente e domiciliado na rua Vasco da Gama, nº 33, apart. 01, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe – RS, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de medicamentos e correlatos nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 003/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

| ITEM | QTDE | UND | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 8 | 30.000 | un | Ácido fólico 5 mg comprimido | NATULAB | R$ 0,04 | R$ 1.200,00 |
| 10 | 2.500 | un | Albendazol suspensão oral 40mgml | PRATI | R$ 0,98 | R$ 2.450,00 |
| 12 | 5.000 | un | Alendronato de sódio comprimido 70mg | DELTA | R$ 0,28 | R$ 1.400,00 |
| 14 | 1.500 | un | Ambroxol xarope 6mg/ml adulto | FARMACE | R$ 1,34 | R$ 2.010,00 |
| 17 | 20.000 | un | Amitriptilina comprimido 25 mg | TEUTO | R$ 0,04 | R$ 800,00 |
| 18 | 61.000 | un | Amoxilina capsula ou comprimido 500 mg | PRATI | R$ 0,13 | R$ 7.930,00 |
| 19 | 4.000 | un | Amoxilina pó p/ suspensão oral 50 mg/ml. | PRATI | R$ 2,19 | R$ 8.760,00 |
| 20 | 5.000 | un | Ampicilina 500 mg comprimidos | PRATI | R$ 0,15 | R$ 750,00 |
| 28 | 2.000 | un | Beclometasona, dipropinato pó solução inalante ou aerossol 50ug /dose | GLAXO | R$28,50 | R$57.000,00 |
| 29 | 10.000 | un | Biperideno 2mg cp | CRISTALIA | R$ 0,18 | R$ 1.800,00 |
| 30 | 3.000 | un | Bromoprida solução oral 4mg/20ml (gota) | MARIOL | R$ 0,99 | R$ 2.970,00 |
| 33 | 120.000 | un | Captopril comprimido 25mg | TEUTO | R$ 0,02 | R$ 2.400,00 |
| 35 | 20.000 | un | Carbamazepina comprimido 200mg | TEUTO | R$ 0,07 | R$ 1.400,00 |
| 36 | 10.000 | un | Carbonato lítio comprimido 300mg | HIPOLABOR | R$ 0,15 | R$ 1.500,00 |
| 38 | 2.500 | un | Cefalexina 50mg/ml - suspensão oral | TEUTO | R$ 5,59 | R$13.975,00 |
| 41 | 2.000 | un | Cetoconazol creme 2% | SOBRAL | R$ 1,29 | R$ 2.580,00 |
| 45 | 26.000 | un | Ciprofloxacino, cloridrato comprimido 500mg | PRATI | R$ 0,15 | R$ 3.900,00 |
| 48 | 10.000 | un | Clorpromazina 100 mg comprimidos | CRISTALIA | R$ 0,20 | R$ 2.000,00 |
| 50 | 3.500 | un | Dexametasona creme 0,1% | TEUTO | R$ 0,65 | R$ 2.275,00 |
| 53 | 30.000 | un | Diazepam comprimido 10 mg | SANTISA | R$ 0,04 | R$ 1.200,00 |
| 58 | 9.000 | un | Dipirona sódica solução oral 500 mg/10ml gota - frasco | FARMACE | R$ 0,55 | R$ 4.950,00 |
| 59 | 16.000 | un | Enalapril ,maleato comprimido 10 mg | TEUTO | R$ 0,03 | R$ 480,00 |
| 60 | 50.000 | un | Enalapril maleato comprimido 20 mg | CIMED | R$ 0,04 | R$ 2.000,00 |
| 63 | 2.000 | un | Espinheira santa 380mg (maytenus officinalis mabb.) Capsula | NATULAB | R$ 0,32 | R$ 640,00 |
| 68 | 3.000 | un | Fluconazol capsula 150 mg | TEUTO | R$ 0,19 | R$ 570,00 |
| 69 | 31.000 | un | Furosemida comprimido 40 mg | HIPOLABOR | R$ 0,03 | R$ 930,00 |
| 72 | 71.000 | un | Glibenclamida 5 mg comprimidos | GEOLAB | R$ 0,03 | R$ 2.130,00 |
| 76 | 12.000 | un | Haloperidol 5 mg comprimidos | U. QUIMICA | R$ 0,10 | R$ 1.200,00 |
| 79 | 2.500 | un | Ibuprofeno 50mg/ml - suspensão oral | NATULAB | R$ 0,89 | R$ 2.225,00 |
| 80 | 25.000 | un | Fluoxetina, cloridrato 20mg | TEUTO | R$ 0,05 | R$ 1.250,00 |
| 86 | 141.000 | un | Losartana potássica comprimido 50 mg | PRATI | R$ 0,04 | R$ 5.640,00 |
| 93 | 1.000 | un | Miconazol , nitrato creme vaginal 2% | PRATI | R$ 4,58 | R$ 4.580,00 |
| 94 | 2.500 | un | Neomicina associada com bacitracina pomada 5mg+250ui/g | PRATI | R$ 0,99 | R$ 2.475,00 |
| 99 | 5.000 | un | Noretisterona 0,35 mg - comprimido | BIOLAB | R$ 0,18 | R$ 900,00 |
| 101 | 78.000 | un | Paracetamol 500 mg - comprimido | HIPOLABOR | R$ 0,05 | R$ 3.900,00 |
| 102 | 6.500 | un | Paracetamol solução oral 200 mg/10ml - gota | NATULAB | R$ 0,54 | R$ 3.510,00 |
| 108 | 31.500 | un | Propanolol 40 mg comprimido | TEUTO | R$ 0,02 | R$ 630,00 |
| 112 | 11.000 | un | Sais para reidratação - pó para solução oral cloreto de sódio 3,5g + glicose 20g+ citrato de sódio 2,9g+ cloreto de potássio 1,5g envelope contendo 27,9g | NATULAB | R$ 0,43 | R$ 4.730,00 |
| 119 | 6.000 | un | Valproato de sódio ou ácido ou ácido valproico comprimido 576 mg (equivalente a 500 mg ácido valproico) | BIOLAB | R$ 0,64 | R$ 3.840,00 |
| 124 | 300 | un | Aminofilina 24 injetável | FARMACE | R$ 0,90 | R$ 270,00 |
| 129 | 710 | un | Biofrutose 10 ml injetável | CRISTALIA | R$ 4,09 | R$ 2.903,90 |
| 132 | 10.000 | un | Cefalotina 1g injetável | BIOCHIMICO | R$ 3,69 | R$36.900,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 133 | 10.600 | un | Ceftriaxona 1g injetável | BLAU | R$ 2,99 | R$31.694,00 |
| 146 | 18.000 | un | Dipirona injetável | SANTISA | R$ 0,44 | R$ 7.920,00 |
| 150 | 5.500 | un | Escopolamina + dipirona (buscopam composto) 20mg+2,5mg/ml injetável | FARMACE | R$ 1,48 | R$ 8.140,00 |
| 151 | 800 | un | Escopolamina buscopan simples 20mg/ml injetável | TEUTO | R$ 0,95 | R$ 760,00 |
| 165 | 2.000 | un | Hidrocortizona 100 mg injetável | TEUTO | R$ 3,19 | R$ 6.380,00 |
| 166 | 8.300 | un | Hidrocortizona 500 mg injetável | TEUTO | R$ 6,19 | R$51.377,00 |
| 168 | 1.860 | un | Lidocaina 2% sem vaso injetável - frasco com 20 ml | HIPOLABOR | R$ 1,96 | R$ 3.645,60 |
| 173 | 800 | un | Morfina 0,2 mg injetável | CRISTALIA | R$ 4,39 | R$ 3.512,00 |
| 202 | 6.000 | un | Tramado 50mg injetável | TEUTO | R$ 0,85 | R$ 5.100,00 |
| 215 | 400 | un | Colagenase associada cloranfenicol 0,6ui+1% pomada | CRISTALIA | R$11,78 | R$ 4.712,00 |
| 413 | 45.000 | un | Ibuprofeno 600mg - comprimido | TEUTO | R$ 0,07 | R$ 3.150,00 |
| **Total** | **R$ 331.344,50** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TREZENTOS E TRINTA E UM MIL TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÁS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

05.130.0.0.10.301.7010.2096.33.90.30 **-** Material de Consumo

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 **-** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 15 de fevereiro de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ DIMASTER COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA**

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**Iran Negrão Ferreira**

Assessor Jurídico

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015**

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ Nº 02.520.829/0001-40, com sede à Rodovia BR 480, nº 180 – Centro, na cidade de Barão de Cotegipe - RS, neste ato representado pelo Sr. Gleison Sachet, brasileiro, casado, portador do RG nº 8051134719 SSP/RS e CPF nº 650.526.920-72, residente e domiciliado na rua Vasco da Gama, nº 33, apart. 01, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe - RS, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, resolvem celebrar a Adesão nº 05/2015, oriunda do Pregão Presencial nº 018/2015, do Município de Primavera do Leste - MT, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nas Cláusulas seguintes:

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital de Pregão Nº 018/2015 da Prefeitura MunicipaL de Primavera do Leste - MT, que fica fazendo parte desta Ata.

**1.2 –** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

**2.1 –** A presente Ata terá validade de 3 (três) meses e 20 (vinte) dias, com vigência até 19/03/2016.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

**3.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARESLTDA**

CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

| ITEM | QTDE | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 018 | 26.000 | UN | CLORIDRATO CIPROFLOXACINO DE 500MG | Prati | R$ 0,147 | R$ 3.822,00 |
| 023 | 6.500 | UN | PARACETAMOL 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 15ML | Hipolabor | R$ 0,494 | R$ 3.211,00 |
| 051 | 10.000 | UN | BIPERIDENO 2MG COMP. | Cristalia | R$ 0,20 | R$ 2.000,00 |
| 064 | 45.000 | UN | IBUPROFENO DE 600MG | Teuto | R$ 0,08 | R$ 3.600,00 |
| 078 | 8.000 | UN | PREDNISONA 20MG COMP. | Sanval | R$ 0,12 | R$ 960,00 |
| **Total** | **R$ 13.593,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TREZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS.

**3.2 -** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

**3.3 –** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

**3.4 –** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

**3.5 -** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

**4.1** - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:00 ÀS 13:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

**4.2-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

**4.3** - O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

**4.4 -** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

**4.5 -** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** - São obrigações da CONTRATADA:

**5.1.1** – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

**5.1.2** – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**5.1.3** - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

**5.1.4** – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**5.1.5** – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

**5.1.6** – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**5.1.7 -** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

**5.1.8 -** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

**5.1.9 -** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

**5.1.10 -** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

**5.1.11 -** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

**5.1.12 - As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:**

**- Especificações Técnicas –** os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: concentração, condições de conservação, etc.

**- Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo (nos itens que se fizerem necessários), e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá estar escrito: *"medicamento genérico"* dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99."

**- Rotulagens –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**- Lote –** Os números dos lotes deverão estar especificados na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue, conforme descrição do item no edital.

**- Validade –** Não deverá ser inferior a 12 meses ou com prazo equivalente a, no mínimo, 75% do prazo da validade do produto, contado da data de fabricação.

**5.2 -** São obrigações do CONTRATANTE:

**5.2.1** – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

**5.2.2 -** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

**5.2.3 -** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

**5.2.4 -** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1 –** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

**6.2 –** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

**6.3 -** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

**6.4 -** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

**6.5 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

**6.6 -** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**6.7 –** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

**6.8 -** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

**7.2** - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

**7.2.1** – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

**7.2.2** – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

**7.2.3** – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

**7.2.4** – a decretação de falência ou insolvência civil;

**7.2.5** - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

**7.2.6** – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**7.2.7** – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

**7.3** – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

**7.4** - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

**8.1** – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 -** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1 –** A contratada terá seu registro cancelado quando:

**a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**c)** tiver presentes razões de interesse público.

**10.2 -** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

**10.3 –** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:**

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **–** Manter o Hosp. Munic.

05.130.0.0.10.303.7030.2084.33.90.30 – Manter a Assist. Farmac. Básica

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1 -** A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1 -** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

**13.2 -** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

III – suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**13.3 -** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**13.4 –** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

**13.5 -** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1 -** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

**14.2 -** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1 -** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de novembro de 2015.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ Nº 02.520.829/0001-40

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

**CPF: CPF:**

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

ASSESSOR JURIDICO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016**

**O Município de Alto Taquari -** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ N**º** 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72, em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/ 2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, CNPJ 04.347.124/0001-07, com sede à Av. Frei Coimbra, nº 500 – Jardim Novo Horizonte, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representada pelo Sr. Valdir Hilário da Cruz, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF nº 459.582.541-20 e RG nº 646.107 SSP/MT, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo,

sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

**1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme descrito no Anexo I do Pregão Presencial nº 018/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2–Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

**2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1– A presente Ata terá validade até **31 de dezembro de 2016**, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

**3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR**

3.1- O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIP. LTDA - ME**

CNPJ Nº 04.347.124/0001-07

| ITEM | QUANT | UNI | DESCRIÇÃO | MARCA | VL UNIT. | VL TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 60 | UN | FITA ISOLANTE AUTO-FUSAO BT | 3M | R$ 15,70 | R$ 942,00 |
| 4 | 140 | UN | FITA ISOLANTE 20MT | ADERE | R$ 3,75 | R$ 525,00 |
| 8 | 15 | UN | PROJETOR RETANG E-40 400W | OLIVO | R$ 37,50 | R$ 562,50 |
| 13 | 150 | UN | REATOR VAPOR SODIO/METAL 400W EXTERNO | DEMAPE | R$ 61,90 | R$ 9.285,00 |
| 16 | 40 | UN | LUMINARIA PUBLICA LMA-1 E-40 ABERTA | SCORPIUS | R$ 41,90 | R$ 1.676,00 |
| 17 | 600 | UN | LAMPADA VAPOR DE SODIO 250W 220V E-40 OVOIDE | FLC | R$ 24,95 | R$ 14.970,00 |
| 19 | 30 | UN | LAMPADA VAPOR METALICO 400W, E-40, LUZ AZUL - OVOIDE | AVANT | R$ 42,95 | R$ 1.288,50 |
| 20 | 10 | UN | DISJUNTOR BIFÁSICO 40 AMPERES | SOPRANO | R$ 31,00 | R$ 310,00 |
| 22 | 300 | UN | ABRACADEIRA PLASTICA T-50R | DECORLUX | R$ 7,99 | R$ 2.397,00 |
| 23 | 10 | UN | LAMPADA VAPOR METALICA 1000W TUBOLAR E-40 | FLC | R$ 529,90 | R$ 5.299,00 |
| **TOTAL** | **R$ 37.255,00** | | | | | |

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E SETE MIL DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS.

**4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO**

4.1- **Os produtos serão solicitados conforme necessidade da secretaria, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverão ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente, no horário das 07:30 às 11:30, sido à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – centro, Alto Taquari – MT.**

4.2–A empresa Contratada deverá:

4.2.1– Fornecer produtos de boa qualidade, sob pena de desclassificação do item ou não recebimento do objeto;

4.2.2-Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Fornecer os produtos somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos mesmos.

4.3- Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

**5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 **-** Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7- Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8- Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9- Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10- Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11- Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2- São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 **–** Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2- Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3- Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4- Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

**6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1–O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 20 (vinte) dias após o fornecimento dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2–A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3- Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4- Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6- Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7- O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8- Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

**7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

**8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS**

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

**9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1- A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

**10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2- O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

**11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta da seguinte dotação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.25.751.9210.2052.3.3.90.30.00 – Manter a Rede de Ilum. Publ.

**12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1-A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

**13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1- Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2- Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1- A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4- O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1- No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2- Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

**14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1- O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2- A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

**15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1- Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 16 de maio de 2016.

**MAURÍCIO JOEL DE SÁ**

Prefeito Municipal

**3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIP. LTDA - ME**

CNPJ Nº 04.347.124/0001-07

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

**Nome: Nome:**

CPF: CPF:

**IRAN NEGRÃO FERREIRA**

Assessor Jurídico

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 188/2016.**

**SUMULA: "DISPÕE SOBRE RECISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ADALTO JOSÉ ZAGO,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Rescindir a pedido o Contrato de Prestação de Serviço Nº 004/2016, da Servidora Pública Municipal Sra. **Geralda Pereira Barbosa,** do cargo de **Apoio Administrativo Educacional**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Pública-se

Apiacás-MT, 06 de Junho de 2016.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

-PREFEITO MUNICIPAL-

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº. 189/2016**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO AO TRABALHO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

**ADALTO JOSÉ ZAGO**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**RESOLVE:**

**Artigo 1º -** Retornar a Servidora **Silvana Ribeiro Ferreira,** ocupante do cargo efetivo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontrava de Licença Médica.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 06 de Junho de 2016.

**ADALTO JOSÉ ZAGO**

**-PREFEITO MUNICIPAL-**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2016**

**Aviso de Resultado de Licitação**

Pregão Presencial nº 004/2016 de 18/05/2016

A Pregoeira de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no Pregão Presencial n° 004/2016 do tipo **Maior Desconto Por Item**, cujo objetivo foi: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LEVES; SERVIÇOS MECÂNICOS PARA VEÍCULOS LEVES; E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MÁQUINAS OU SEJA SERVIÇOS PARA VEÍCULOS PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT",** foi anulado com base na Nota de Auditoria nº 10/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Parecer Jurídico desta prefeitura.

Pregoeira de Licitação, 03/05/2016.

Márcia Cristina Fernandes Corrêa

Pregoeira de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**LICITAÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº. 5 DE 25 DE MAIO DE 2016**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ARAPUTANGA MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº. 5 de 25 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Demonstrativo físico-financeiro do exercício de 2015 e reprogramação de saldo.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Araputanga / MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n°. 814/2008 de 30 de Abril de 2008, em Reunião Ordinária realizada no dia 25 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Demonstrativo de prestação de contas dos recursos executados

no ano de 2015, assim como a execução física do mesmo ano.

Art. 2º – Aprovar a reprogramação de saldo no valor de R$ 99.780,69 referentes aos recursos federais de Piso Básico Fixo, SCFV, IGD SUAS e IGD PBF.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIS CARLOS HENRIQUE

Presidente Interino do CMAS

Araputanga-MT, 25 de maio de 2016

**LICITAÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº. 6 DE 25 DE MAIO DE 2016**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

ARAPUTANGA MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº. 6 de 25 DE MAIO DE 2016.

Aprova o Plano de Ação para execução dos Recursos Financeiros no ano de 2016.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Araputanga / MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n°. 814/2008 de 30 de Abril de 2008, em Reunião Ordinária realizada no dia 25 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para execução física e execução financeira dos Recursos a serem repassados no ano de 2016.

Art. 2º - A aprovação se refere aos seguintes valores de cofinanciamento:

Recursos a serem repassado pelo FNAS: R$ 274.643,86

Recursos próprios a serem alocados no Fundo: R$ 823.150,90

Recursos a serem transferido do FEAS: R$ 28.458,00

Art. 2. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIS CARLOS HENRIQUE

Presidente Interino do CMAS

Araputanga-MT, 25 de maio de 2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECURSO E EDITAL 013.2016**

**CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DE RECURSO CONTRA ANÁLISE CURRICULAR**

A Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público n° 001/2016, nomeada através da Portaria n° 045 de 31 de Março de 2016;

**RESOLVE;**

**I –** *CERTIFICAR* a inexistência de recursos contra análise dos currículos apresentados na Secretaria Municipal de Saúde.

Arenápolis/MT, 02 de junho de 2016.

**GRACIELE SOUZA DE LIMA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DO TESTE SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016**

**EDITAL N° 013 – COMPLEMENTAR DE RETIFICAÇÃO**

**Teste Seletivo Público N° 001/2016**

A Presidente da Comissão Organizadora do Teste Seletivo Público n° 001/2016, da Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT;

**RESOLVE;**

**I –** *RETIFICAR* o Edital do Teste Seletivo Público, item 3, subitem 3.8.

**Onde se lê:**

3.8 – Publicação da lista com a pontuação da análise curricular: 30 (trinta) de maio de 2016;

**Leia-se:**

3.8 – Apresentação da lista com a análise curricular.

**II –** Os demais itens do Edital do Teste Seletivo Público n° 001/2016 permanecem inalterados.

Arenápolis/MT, 03 de junho de 2016.

**GRACIELE SOUZA DE LIMA**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DO TESTE SELETIVO PÚBLICO N° 001/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**
**EXTRATO DAS ATAS 007 E 008 E CONTRATOS 055 ATÉ 080.2016**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: N° 007/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA ROMASIO ALVES DE SOUZA – 02357223162 VR CLIMATIZAÇÃO**

**OBJETO:A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E HIGENIZAÇÃO DE APARELHOS DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT E CONSERTO DE BEBEDOUROS E GELADEIRAS CONTEUDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS WWW.ARENAPOLIS.MT.GOV.BR E NO JORNAL DA AMM WWW.DIARIOMUNICIPAL.ORG/MT/AMM/EDICOES**

**PERIODO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES**

**VALOR GLOBAL: R$ 10.153,00**

**DATA DA ASSINATURA: 05/05/2016**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: N° 008/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 025/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016**

**VALIDADE: 12 (doze) meses**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA CARLOS EDUARDO RONDON -ME**

**OBJETO:A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E HIGENIZAÇÃO DE APARELHOS DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT E CONSERTO DE BEBEDOUROS E GELADEIRAS CONTEUDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS WWW.ARENAPOLIS.MT.GOV.BR E NO JORNAL DA AMM WWW.DIARIOMUNICIPAL.ORG/MT/AMM/EDICOES**

**PERIODO DE EXECUÇÃO: 12 (DOZE) MESES**

**VALOR GLOBAL: R$ 22.849,00**

**DATA DA ASSINATURA: 05/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 055/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UM CONJUNTO DE HORAS DE SERVIÇO GERAIS**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 29/04/2016 ATÉ 29/05/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 95.291,68**

**DATA DA ASSINATURA: 29/04/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 056/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA E Z DE LIMA -ME**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 02/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 11.097,93**

**DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 057/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA PASQUALI E FREITAS LTDA EPP**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 02/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 6.551,30**

**DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 058/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA DAMBROS ELETRICA E FERRAGENS LTDA – ME**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 02/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 20.725,03**

**DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 060/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA ADORICIO DA ROSS CORSINI-ME**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 138 M³ DE AREIA GROSSA A SEREM UTILIZADAS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, CONFORME A NECESSIDADE.**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 09/05/2016 até 31/08/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 6.486,00**

**DATA DA ASSINATURA: 09/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 061/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: VERACY SANTOS RAMOS**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAREM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA CATEGORIA DE ASSISTENTE SOCIAL, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO NO NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 11/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.940,16**

**DATA DA ASSINATURA: 11/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 062/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: PAOLA THAIS TAVARES ZANETTE**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAREM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA CATEGORIA DE NUTRICIONISTA, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO NO NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 11/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.940,16**

**DATA DA ASSINATURA: 11/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 063/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: WAGNAR ALVES DE OLIVEIRA**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAREM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA CATEGORIA DE FONO-AUDIOLOGA, ATRAVÉS DE ATENDIMENTO NO NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 11/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00**

**DATA DA ASSINATURA: 11/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 064/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: LINEUZA APARECIDA ANDREOTTI**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 21.600,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 065/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: DALVA DOS SANTOS SILVA RODRIGUES**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.640,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: MARIA VALDELICE MOTA DA SILVA**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 21.600,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: MARIANA PEREIRA CONCEIÇÃO,**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES**

**PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 16.640,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 068/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: ANDRESSA PIRES DA SILVA**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 24.640,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 069/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: CRISTIANGYLIS DE FREITAS SCHURIG CUNHA KORPAS**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 21.120,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 070/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: JUSCIELY COSTA CURITIBA**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 21.120,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 071/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: JANYELLY VENÂNCIO DA SILVA**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 12.320,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 072/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: MARIA ISABEL PERES CASTILHO**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 12.320,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 073/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: RAIANE CARLA MIRANDA RONDON**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 12.320,00**

**DATA DA ASSINATURA: 12/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 074/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA JOÃO DIAS RAMOS-EPP**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAIS REGIONAIS**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 13/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 68.200,00**

**DATA DA ASSINATURA: 13/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 075/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA RODRIGO NOGUEIRA DIAS – ME**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO/CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E VALORES ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 2.759 DE 12 DE DEZEMBRO 2014.**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 16/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 54.500,00**

**DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 076/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO -ME**

**OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE AQUI-**

**SIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 19/05/2016 ATÉ 31/12/2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 208.610,55**

**DATA DA ASSINATURA: 19/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA MEDBUGRE LTDA-ME**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE UM MÉDICO (ORTOPEDISTA) PARA ATENDIMENTO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS EM ORTOPEDIA AOS PACIENTES QUE NECESSITAM NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA:** 23/05/2016 ATÉ 31/12/2016

**VALOR GLOBAL: R$ 20.800,00**

**DATA DA ASSINATURA:** 23/05/2016

**EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: EMPRESA DELMA LUCIA AMARAL FERREIRA -34566180182**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É OS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS E FORMULARIOS GRAFICOS**

**PERIODO DE VIGÊNCIA: 30/05/2016 ATÉ 31/12/ 2016**

**VALOR GLOBAL: R$ 74.684,00**

**DATA DA ASSINATURA: 30/05/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO N° 080/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT**

**CONTRATADO: RICARDO MIRANDA DE SOUZA**

**OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT**

**PERIODO DE VIGÊNCIA:** 31/05/2016 ATÉ31/12/2016

**VALOR GLOBAL: R$ 21.000,00**

**DATA DA ASSINATURA:** 31/05/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
### DECRETO 021.2016

**DECRETO Nº 021/2016**

***EMENTA***: AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DA MATRICULA 10.103

**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, e,

**CONSIDERANDO**; a Lei Federal n° 6.015 de 31 de dezembro de 1973, “Lei dos Registros Públicos”;

**CONSIDERANDO**; a Lei Municipal n° 879 de 20 de junho de 2005, “que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Arenápolis/MT”;

**CONSIDERANDO;** que a situação pretendida é o desmembramento da matrícula 10.103 do Registro Geral de Imóveis do Município de Arenápolis/MT;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** - Fica autorizado o desmembramento da matrícula 10.103 com uma área total de 2.641,00m² em 09 lotes, sendo o lote de nº 01 com 312,00m²; lotes 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 com 286,00m² e o lote n° 09 com 327,00m²

**Art. 2°** - Às despesas decorrentes do desmembramento de que trata este Decreto, decorrerão por parte do proprietário, sem qualquer tipo de ônus para o município.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT, 01 JUNHO DE 2016.

***JOSÉ MAURO FIGUEIREDO***

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 8.820/2016

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26, da Lei Municipal n. 637 de 13 de outubro de 2006 que rege a previdência municipal,e Lei Complementar 037/2009,

RESOLVE:

**Art. 1º Conceder o benefício Salário-Maternidade,** a funcionária Srª. **SANDRA APARECIDA DE AVILA TISCHER**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.1305071-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 889.326.051-49, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, *lotada na Secretaria Municipal de Ação Social*, **com vencimentos integrais, a partir de 24/05/2016 e término em 19/11/2016, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2016.08.00034P.**

**Art. 2º** A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

**Art. 3º** – À servidora gestante será concedida licença por 180 (cento e oitenta) dias, da seguinte forma:

a) 120 (cento e vinte) dias, com remuneração garantida pelo salário-maternidade previsto pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Aripuanã/MT.

60 (sessenta) dias com remuneração integral, paga pela Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 8.817/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º - PRORROGAR,** o prazo da portaria nº **8.705/2016** que dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar, para os fins que menciona, por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data e sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.818/2016**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei 1. 192/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

**EXONERAR,** a pedido da Srª. **ELVES MARQUES COUTINHO**, portadora do RG. nº. 530.115 SSP/RO e do CPF nº. 279.521.788-06, do cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Assessor Especial - ASSESP,** DAS – 01**,** a partir de 1°/06/2016, tornando sem efeito a Portaria Nº. 8.649/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.819/2016**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

**NOMEAR,** conforme aprovação no concurso n° 001/2015, a Srª. **ANDREIA MONTEIRO MEDINA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23102845 SSP/MT e do CPF nº. 042.741.981-62, para exercer o cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS PREF.: SEDE DO MUNICÍPIO,** lotada no Gabinete do Prefeito*,* a partir de 02/06/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.821/2016**

**"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 81, inciso III da Lei Orgânica Municipal, no artigo 55 da Lei Complementar nº. 001/1999 e na Lei Complementar 96/2014.

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº. 27/2007, artigo 3º da Lei Complementar nº. 31/2008, e conforme dispõe os artigos 1º e 5º do Decreto nº. 1.389/2008:

RESOLVE:

**Art. 1º** Fica **PROGREDIDO** o servidor público municipal, devidamente aprovado na Avaliação de Desempenho Anual, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 001/1999, na Lei Complementar 96/2014 e conforme dispõe o Decreto nº 1.389/2008:

| Nome | Cargo | Data de Admissão | Referencia Qüinqüênio | Secretaria | Referencia | A partir da Data |
|---|---|---|---|---|---|---|
| EVANDIDO DE SANTANA | Zelador | 01/01/2011 | 2011 a 2016 | SEMUSA | 02 | 01/06/2016 |

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2016**

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10. 520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios de padaria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde deste Município.** Início da Sessão: **Dia 24/06/2016, às 08:30hs (Oito e trinta),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

**Aripuanã-MT, 03 de junho de 2016**.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.823/2016**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar n.º 002/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

**DESIGNAR,** o funcionário Sr. **ISÍDIO VALADARES DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 135.674 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 273.418.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"B",** Nível **3,** lotado na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, para ministrar 20 horas/aula excedentes em virtude de substituição da professora Rosangela Maria Passareli, em Auxílio-Doença, no período de 1°/06/2016 à 23/07/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.824/2016**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

**ARTIGO I°** - Nomear, membros para compor a Comissão para estudos, discussão e sugestões, com a finalidade de criação de Unidade de Conservação Municipal**,** conforme relação abaixo.

1. **Antonieta Varaschin** - Secretário Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer

2. **Antonio Paulo de Andrade Silva** – Desenhista

3. **Cristiane Schotten dos Santos** - Coordenador de Coleta Seletiva

4. **Giuliane Graciele Faoro** - Engenheira Ambiental

5. **Heiji da Silva Kawatake** - Engenheiro Agrônomo

6. **José Rodrigues -** Operador de Equipamentos Topográficos

7. **Jurandir Ambrosio -** Engenheiro Agrônomo

8. **Marcia Auxiliadora da Silva** - Coordenador de Meio Ambiente

**ARTIGO 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA Nº 8.822/2016**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

**PROMOVER**,o funcionário Sr. **EVANDIDO DE SANTANA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 2539964-0 SSP/MT inscrito no CPF sob o nº. 371.888.952-87, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR,** lotado na *Secretaria Municipal de Saúde*, considerando a conclusão do **CURSO DE ENSINO MÉDIO,** com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014, a partir do dia 1°/06/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de junho de 2016.

**EDNILSON LUIZ FAITTA**

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**RAFAEL GOMES PAULINO**

Secretário Mun. de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 020/2015**

O MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.563/0001-69, com sede administrativa na Avenida Augusto Leverger, n.º 1410, Centro, na cidade de Barão de Melgaço-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ANTONIO RIBEIRO TORRES, brasileiro, casado, portador do RG nº 494038 SSP/MT e CPF nº 034.501.801-00, residente e domiciliada na Rua travessa da Igrejinha, nº 224 – Centro – Barão de Melgaço-MT, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa STS CONSULTORIA E INFORMATICA , pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 19.335.762/0001-77, com sede a Rua Campinas , nº 21 Empresarial Center - sala 08 ,Bairro Morada da Serra, CPA I Cuiabá- MT , representada neste ato pelo Sr. ANDERSON MARCELO de ALMEIDA, portador da Cédula de Identidade nº 0874619 SSP/MT e do CPF nº 793.443.481-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo nº 020/2015 de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria na elaboração de licitações, contratos administrativos, atas de registro de preço, e preparação de documentos para envio das cargas tempestivas das licitações preventiva e corretiva de veículos leves e pesados, com fornecimento de mão-de-obra qualificada, além do fornecimento de peças e acessórios de reposição genuínos e originais, realizada na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2015 com Abertura em 12/05/2015 .

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

Barão de Melgaço 19 de abril de 2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2016 - SRP**

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público que no **dia 16/06/2016às 08h30min,** estará realizando a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº.:07/2016** – sistema registro de preço, destinada a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR E DEMAIS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO.**

Maiores informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 07:00 as 12:00 min, no site www.barradobugres.mt.gov.br/serviço de informacao_ao_cidadão, via telefone : (065)3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 03 de junho de 2016.

***EDIRLEI SOARES DA COSTA***

Pregoeiro Oficial

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 0040/2016**

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 040/2016

A republicação do Decreto nº 040/2016 de 12/05/2016, "Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar". Justifica-se em razão da existência de erros formais que a mesma continha ao ser publicada no dia 31/05/2016 no Jornal Oficial dos Municípios da Associação Mato-Grossense dos Municípios.

Barra do Bugres –MT., 03 de junho de 2016.

JULIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0040/2016

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JULIO CESAR FLORINDO, Prefeito Municipal Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei em especial a lei nº 2.228/2015.

D/E/C/R/E/T/A:

Artigo 1º. - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 30.000,00 (seiscentos e cinquenta reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

13 - BARRA-PREVI

00.1.0.0. - BARRA-PREVI

04.122.9020.2.098 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 30.000,00

Artigo 2º. - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

13 - BARRA-PREVI

001.0.0 - BARRA-PREVI

99.999.9020.2.126 - RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS

7.7.99.99.00.00 - RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS..... R$ 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra do Bugres – MT, 12 de maio de 2016.

JÚLIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DE CONVÊNIO**
**CONVÊNIO FACILITAR 011/2016**

**Concedente:** Prefeitura Municipal de Barra do Bugres por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – CNPJ: 03.507.522/0001-72

**Convenente:** Conselho Deliberativo Da Comunidade Escolar " Creche Menino Jesus" inscrita no CNPJ/MF nº11.692.906/0001-30.

**Objeto:** Com a finalidade de custear despesas que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino da escola beneficiário.

**Valor total do Convênio: R$ -** R$ 13.000,00 (Treze mil quinhentos e vinte reais).

**Dotação Orçamentária**: 08.002.0.0.12.361.5040.1.051 3.3.90.41.00.00

**Data Assinatura**: 20/05/2016. **Prazo de Vigência:** 31/12/2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 034/2016/ PMBG-MT**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 034/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 034/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER UBS DESTA MUNICIPALIDADE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 11930.883000/1150-07.** Data da sessão pública: **21/06/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/06/2016.

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 033/2016/ PMBG-MT**

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 033/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 033/2016. Objeto:**Aquisição de Equipamentos Médico Hospitalar para Atender Hospital Municipal e Pronto Socorro Milton Pessoa Morbeck Emenda Parlamentar nº 11930.883000/1160-02.** Data da sessão pública: **20/06/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/06/2016.

**EXTRATO DE CONTRATOS**

**CONTRATO Nº707/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA - ME. Objeto: Reforma da ponte de madeira sobre córrego desconhecido. Valor Global: R$ 83.743,56. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 24 de maio de 2016.

**CONTRATO Nº696/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº001/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA - ME. Objeto: Reforma do Ginásio de Esporte Arnaldo Martins. Valor Global: R$ 1.505.446,70. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 27 de maio de 2016.

**CONTRATO Nº688/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: TELEPACS DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA. Objeto: Serviços de Exames de Tomografia, Mamografia e Raio X do Hospital e CRRES. Valor Global: R$ ..... Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 09 de maio de 2016.

**AVISO DE LICITAÇÃO PP 028/2016**

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 028/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 028/2016. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATENDER EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**Data da sessão pública: **20/06/2016** às **14 horas 00 minutos** (horário de Brasília). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/06/2016.

**PORTARIA Nº 4.879 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.001.**

PORTARIA Nº **4.879** DE **31** DE **DEZEMBRO** DE 2.001.

**"Dispõe sobre nomeação de servidores do Quadro de Provimento Efetivo da Prefeitura municipal."**

WANDERLEI FARIAS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o resultado classificatório do Concurso Público para preenchimento de vagas do Quadro de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal (Pessoal de Carreira),

**RESOLVE:**

I – Nomear, para preenchimento de vagas do Quadro de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, os seguintes concursados:

***GABINETE DO PREFEITO***

ADVOGADO Nív. /Ref. 01-Necy Lopes Araújo 21- E

02- Edmar de Souza Junior 21- E

03- Sylvia Maria de Assis Cavalcante 21- E

Auxiliar Administrativo Nív./Ref.

01- Aracy Maria Andrade Sales 22- I

02- Anita Terezinha Pires 05- E

03- Edevilson Arneiro 16- A

04- Eliandra Arando Gomes 11- A

05- Fernando Saldanha Farias 21- I

06- Lindomar Souza Carvalho 05- E

07- Maria Sueli Tibre 05- E

08- Demilson Lobo Moraes 05- E

09- Ailton Alves Teixeira 17- G

10- Wbiracy Barreira de Souza 17- G

11- Sandra Luiza Barros Silva 05- E

12- Maria Piedade Nogueira Farias 05- E

13- Marcelo Arruda de Jesus 05- E

14- Carlos Henrique Farias de Assis 21- I

15- Paulo Rubens dos Santos Penteado 21-I

16- Edilaine Lopes Pereira

MOTORISTA Nív./Ref.

01- Edgar Carlos Souza Brito 13- E

02- Erivaldo Ferreira da Cruz 08- B

03- Alaor Vieira de Souza 08- B

04- Gilberto Nunes de Freitas 05- E

05- Rosemberg Souza de Almeida 21- I

06- Paulo Basílio dos Santos 08- B

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Nív./Ref.

01- Alday Chaves Pereira 14- A

02- Divaldo Pereira da Silva 05- C

03- Guiomar Alves Farias Santos 05-C

04- Lucas Amorim Pinheiro 05- C

05- Francisco Souza da Purificação 05- C

06- Oleide Nair Peixoto Soares 05- C

07- Miguel Pereira da Silva 14- A

08- Suzelei Aparecida de Menezes 05- C

09- Miguel Pereira da Silva Junior 05- C

10- Nilva Vieira Duarte Santos 05- C

11- Weber Alves de Abreu 05- C

12- Maria de Fátima Andrade Souza 05- C

13- Sandra Cândida dos Santos 05- C

14- Uelinton Ferreira Dantas 05- C

***SECRETARIA DE FINANÇAS***

AUXILIAR ADMINISTRATIVO Nív./Ref.

01- Luiz Alberto Bento 18- D

02- Ademar Joaquim Pacheco 18- D

AUDITOR TRIBUTÁRIO Nív./Ref.

01- Lindomar Campos Rodrigues 08- A

02- Magno Macedo Gomes 08- A

03- Marcelo Chiavagatti Francisquelli 08- A

04- Keila Christina Araújo Carvalho 08- A

05- Nilson Aires Costa 08- A

06- Klemilda Sousa Santos 08- A

07- Lusnete Duarte dos Santos 08- A

08- Telma Lemos Nogueira 08- A

***SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO, PAISAGISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS***

MOTORISTA Nív./Ref.

01- Antenor da Silva Santos 13- E

02- Valdivino Moreira Alves 13- E

03- Vivaldo Nunes da Silva 13- E

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Nív./Ref.

01- Nilson Alves dos Santos 05- C

02- Lourival Fernandes de Souza 05- C

03- Ismael Silva de Almeida 05- C

GARI Nív/Ref.

01- Adonizete Soares 05- C

02- Antônio Jacinto da Silva 05- C

03- Carlos Antônio Borges 05- C

04- Cletomar Almeida da Silva Filho 05- C

05- Deuzina Castro de Abreu 05- C

06- Enzelo Neves de Souza 05- C

07- Ezequias Cunha da Silva 05- C

08- Gelcino Fernandes dos Santos 05- C
09- Gercy Fernandes dos Santos 05- C
10- Gumercindo Viana Costa 05- C
11- Jacinto Ferreira das Neves 05- C
12- Jânio da Silva Leandro 05- C
13- João Batista Bezerra 05- C
14- João Neves Trindade 05- C
15- João Batista Dias Ramos 05- C
16- Joaquim Silva Souza 05- C
17- Jorcelino Rodrigues de Souza 05- C
18- Jonas Dias de Alecrim 05- C
19- José Francisco dos Santos 05- C
20- José Francisco Pereira 05- C
21- Magnaldo Baptista da Costa 05- C
22- Manoel Alves Borges 05- C
23- Maria Aparecida dos Santos 05- C
24- Moisés Fernandes Nascimento e Silva 05- C
25- Nilton Nery de Matos 05- C
26- Nivaldo Toledo 05- C
27- Pedro Pereira da Silva 05- C
28- Percedina Rufina Oliveira 05- C
29- Raimundo Pereira 05- C
30- Reis Martins de Oliveira 05- C
31- Rogério Gomes Andrade 05- C
32- Ronicesa Barbosa Coelho 05- C
33- Sebastião Silva Araújo 05- C
34- Sidelcino Bispo dos Santos 05- C
35- Silveirinha Xavier do Rego 05- C
36- Valdivino Fernandes da Silva 05- C
37- Valentim Moreira dos Santos Filho 05- C
38- Valteno dos Reis dos Santos 05- C
39- Cícero A. Nascimento 05- C
40- Afonso Vieira de Souza 05- C
41- Eronildo Silva Souza 05- C
42- José Onofre Gomes de Oliveira 05- C
43- José Pereira 05- C
44- Klenes Alves Santos 05- C
45- Lúcia Martins da Silva 05- C
46- José Gildo Ferreira Lima 05- C
47- Lauelimaria Varjão Souza 05- C

***SECRETARIA MUN. DE TURISMO, INDUSTRIA E COMÉRCIO E M. AMBIENTE***

MÉDICO VETERINÁRIO Nív./Ref.
01- Jurema Auxiliadora Senhorano Lopes 30- I
FISCAL Nív./Ref.
01- Fernando Mundim Penteado 05- E
AUXILIAR ADMINISTRATIVO Nív./Ref.
01- Ueliton José Oliveira 05- E

***Secretaria municipal de planejamento e obras***

ENGENHEIRO SANITARISTA Nív./Ref.
01- Rogério Arantes Penteado 25- F
BIÓLOGO Nív./Ref.
01- Nézio Coelho de Freitas 13- A

***SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER***

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL Nív./Ref.
01- Deusirene Bento Coelho 05- E
02- Juselinda Forte Ferreira David 05- E
03- Juana D arc Gonçalves Cruz 05- E
04- Marlene Zancanaro 05- E
05- Núbia Lídia Girotto Barato 05- E
06- Sandra Lopes Leme da Silva 05- E
07- Sandra Maria Moura Campos 05- E
08- Vanda Andréia Henck 05- E
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL Nív./Ref.
01- Lucimar Lopes de Amorim 05- E
02- Agostinha do Espírito Santo e Silva 05- E
03- Arão da Silva Gomes 05- E
04- Iraci Lorena Schimeier 05- E
05- Luzia Dias Pires 05- E
06- Ozedina da Luz Morais 05- E
07- Rosinei David de Arruda 05- E
08- Salvador Vieira da Paz 05- E
09- Selma de Paula e Silva 05- E
10- Silmonica Souza Costa 05- E
MÚSICO Nív./Ref.
01- Claudina Pereira Campos 05- C
02- Frederico Ferreira Vaz 05- C
03- Magson Alves Batista 05- C
04- Rauesley Alves de Paula 05- C
05- Rosa Pereira Campos Dias 05- C
AUXILIAR ADMINISTRATIVO Nív./Ref..
01- Soray Ramos Ferreira Moraes 07- A
02- Laura Cristina Peres Rodrigues 05- E
03- Genésio de Sousa Medrado 05- E
04- Tatiane Silva Brito 05- E
05- Madalena Cássia Medeiros 11- A
06- Luiz Alves de Souza 05- E
07- Adilson Tavares Lopes 22- I
08- Salma de Oliveira Araújo 08- B
AUXILIAR DE ENFERMAGEM Nív./Ref.
01- Weder Martins dos Anjos 05- E
02- Edna Profeta da Fonseca Paiva 05- E
03- Elaides Oliveira Aguiar 05- E
04- Gislaida Ferreira Rocha 05- E
05- Cícera Dinilda Messias Gomes 05- E
06- Cleuza Marina dos Santos Gonçalves 05- E

07- Maria de Lourdes F. Lima 05- E
08- Elza Rutzen 05- E
09- Miguela Ângela Carvalho 05- E
10- Marta Carmo de Assis 05- E
11- Raimunda Petronilha Matos 05- C
12- Maria Gonçalves Nogueira 05- E
13- Elza Alves Neves 05- E
TÉCNICO EM ENFERMAGEM Nív./Ref.
01- Edjane dos Santos 07- A
02- Anilta Gomes 07- A
03- Ronize Cristina Pecego Brito 07- A
FISIOTERAPIA Nív./Ref.
01- Alexasander Márcio Gomes Mourão 20- C
02- Luciana Franco Lemes Neves
ENFERMEIRO PADRÃO Nív./Ref.
01- Heberlane Ferreira Alves 10- G
02- Danielle Fernanda Damascena Ribeiro 10- G
03- Danila Aparecida da Silva Câmara 10- G
04- Leila Coffy 10- G
05- Lídia Maria Montera 10- G
06- Marizete Alves Esteves 10- G
07- Rosana Carlos Sales Moreira 10- G
MÉDICO PLANTONISTA Nív./Ref.
01- Valdo de Sousa H/Trab.
02- Marlind José Garcia Ordonez H/Trab..
03- Marilena Vieira de Assis H/Trab.
04- Tânia Mara Quirino Cardoso Silva H/Trab.
05- Márcio de Almeida Coutinho H/Trab.
06- Valter Moreira H/Trab.
PSICÓLOGO Nív./Ref.
01- Malba Thania Varjão Alves 10-G
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Nív./Ref
01- Carmem Lúcia Maione 05- C
02- Ângela Maria Gonsalves de Araújo 05- C
03- Deuvany Campos Rezende 05- C
04- Iolanda Leite da Silva 05- C
05- Eva Maria de Jesus 05- C
06- Klésia Nalmir Rosa Fernandes 05- C
07- Elizabeth da Silva Ozarias Garrido 05- C
08- Maria Júlia Gomes Soares 05- C
09- Neiva Nery de Souza Tinoco 05- C
10- Maria Valci Ribeiro 05- C
11- Weslen da Silva Lima 05- C
12- Maria de Fátima Fernandes de Souza 05- C
13- Alexandra Lauro Souza 05- C
14- Zaida Ales Garcia de Oliveira 05- C
15- Maria Auxiliadora dos Santos 05- C
16- Maria Divina dos Santos 05- C
AGENTE DE SAÚDE Nív./Ref.
01- Carminda Esteves Carlos 05- C
02- Cláudia Alexandre Matos 05- C
03- Célia de Paula e Silva 05- C
04- Ângela Beatriz de Souza 05- C
05- Adriana Alves da Silva 05- C
06- Adriana Damascena Moura 05- C
07- Adriana Rodrigues da Silva 05- C
08- Alberto de Paula Araújo 05- C
09- Ana Carolina Corrêa de Souza 05- C
10- Doraci Carvalho de Oliveira Silva 05- C
11- Daniela Massiteli Vinhais da Silva 05- C
12- Edriaine Gomes Pereira 05- C
13- Elisangela Rodrigues Amâncio 05- C
14- Eva Andrade de Menezes Carvalho 05- C
15- Isleijan Gomes da Silva 05- C
16- Fátima Lira Alves 05- C
17- José Tavares da Luz 05- C
18- Maria Divina de Oliveira 05- C
19- Maria Ângela Ajala Osuma 05- C
20- Maura Correia da Silva 05- C
21- Mônica Cristina dos Santos 05- C
22- Sueli Lopes Cavalcante 05- C
23- Regina de Almeida Souza 05- C
24- Rônia Maria de Jesus Campos 05- C
25- Welane Duques dos Santos 05- C
26- Terezinha Ferreira Brum 05- C
27- Valéria Damascena Moura Tavares 05- C
28- Valquiria Lima Neves 05- C
29- Waldete Ferreira de Andrade 05- C
30- Vanysa Mirely Moreira de Castro 05- C
31- Flávia Gomes da Costa 05- C
32- Maria Divina dos Santos 05- C
33- Maria José Ribeiro de Brito 05- C
34- Maria Lúcia Lima Costa 05- C
35- Wilma Aparecida Oliveira Massiteli 05- C
36- Fabiana Meirele dos Santos 05- C
37- Hedeane Soares Souza 05- C
38- Antonio Nisio dos Santos Ferreira 08- B
39- Antonio Sérgio da Silva 08- B
40- Arlê Evangelista Borges 08- B
41- Elias Pereira de Lima 08- B
42- Elias Tagino Lima 08- B
43- Eugênio Marcos de Souza 08- B
44- Elma Caldeira Souza 08- B
45- Kleidimar Gomes Santos 08- B
46- Jovenal Mariano da Silva 08- B
47- Jonice Rodrigues da Costa 08- B

48- Francisco de Assis Moreira da Silva 08- B

49- Gilson de Freitas Ribeiro 08- B

50- Francisco de Assis Silva Sales 08- B

51- Luciano Rodrigues Aguiar 08- B

52- Lucas Ferreira do Carmo 08- B

53- Lindomaira Gomes da Silva 08- B

54- Laura Denise Coelho Rocha 08- B

55- Laura Kelly Ciqueira de Faria 08- B

56- Marco Silva de Miranda 08- B

57- Maria Bihain 08- B

58- Paulo César da Vitória 08- B

59- Moacir Evangelista de Souza Filho 08- B

60- Marlene Bueno de Oliveira 08- B

61- Matildes Felisbina da Silva 08- B

62- Neiry Gardner Carneiro 08- B

63- Silvânia Resende da Silva 08- B

64- Rosangela Aparecida de Oliveira 08- B

65- Robinson Pereira da Silva 08- B

66- Roselma Aparecida Melo 08- B

67- Will Robson Pecego Brito 08- B

68- Tatiana Penteado 08- B

69- Tânia Aparecida Serafim Vignoli 08- B

70- Telmom Gomes dos Santos 08- B

71- Valtuira Avelina da Silva 08- B

72- Vera Sônia Silva Andrade 08- B

73- Maria Angélica Alves dos Santos 08- B

74- Wanderley Naves de Souza 08- B

II- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Barra do Garças/MT, 31 de dezembro de 2001.

**DR.WANDERLEI FARIAS SANTOS**

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 036/2016/ PMBG-MT

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 036/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 036/2016. Objeto:**Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Atender ao Centro Municipal de Reabilitação e Fisioterapia e PSM, Milton Pessoa Morbeck, Através da Emenda Parlamentar nº 11930.883000/1150-02.** Data da sessão pública: **22/06/2016** às **08h30min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/06/2016.

### EXTRATO DE CONTRATOS

**CONTRATO Nº708/2016 ENEXIGIBILIDADE Nº 003/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: J.NASSER EVENTOS E PUBLICIDADES EIRELI - EP. Objeto: Contratação de Bandas para o Evento XIX Motorcycle do Araguaia. Valor Global: R$ 63.000,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 25 de maio de 2016.

**CONTRATO Nº709/2016 TP Nº011/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA - ME. Objeto: Reforma do Ginásio de Esporte Arnaldo Martins. Valor Global: R$ 824.982,26. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 25 de maio de 2016.

**CONTRATO Nº710/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: FELIPE SILVA SANTOS. Objeto: Fonoaudiólogo. Valor Global: R$ 2.673,81. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de junho de 2016.

**CONTRATO Nº711/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: WEULLER RAMURY VASCO DIAS. Objeto: Porteiro. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de junho de 2016.

**CONTRATO Nº712/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: ROSIDELMA ALVES MIRANDA. Objeto: Técnico em Enfermagem. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 01 de junho de 2016.

**CONTRATO Nº715/2016**

O Município de Barra do Garças/MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: RAIMUNDO NONATO LACERDA ABREU. AAE - VIGIA. Valor Global: R$ 880,00. Vigência: até o dia 31 de dezembro de 2016. Barra do Garças, 02 de junho de 2016.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) – Nº 035/2016/ PMBG-MT

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 035/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Eletrônico (SRP) Nº 035/2016. Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL E PRONTO SOCORRO MILTON PESSOA MORBECK ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 11930.883000/1150-06.** Data da sessão pública: **21/06/2016** às **14h00min** (horário de Brasília), pelo site www.bllcompras.org.br. Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 03/06/2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

### SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2014-PGM

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 7º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 60/2014-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: MACRO CONSTRUTORA LTDA EPP

**Objeto:** Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 60/2014 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secre-**

**taria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA EPP** para mais **90 (noventa) dias.**

Cáceres – MT, 03 de junho de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 09/2016**

**Protocolo Nº** 14088 de 22 de março de 2016.

**Interessado:** Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

**Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO,** visando a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de análise tecnológica de solos (jazida e subleito) e topografia no Município de Cáceres – MT.

**Despesas:**

Órgão/Unidade: 08.01

Funcional/programática: 15.122.1021.2.077

Natureza da despesa: 3.3.90.39

Fonte de recursos: (0.100) Rec. Ordinário

**Fundamento:** Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

**Local e Data:** Prefeitura de Cáceres-MT, 03 de junho de 2016.

Empresa: **V. L. MORETTO & CIA LTDA**

**CNPJ: 04.746.603/0001-98**

Valor: **R$ 11.728,31 (onze mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos)**

Alice de Fátima Gonzaga Araújo

Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/1993.

Prefeitura de Cáceres / MT, 03 de junho de 2016.

**VALDECI RODRIGUES DA COSTA**

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 111/2016-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 1° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 111/2016-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: M.C. PEREIRA RIBEIRO - ME

Objeto: Aditar o Prazo da Vigência e da Execução da Obra do Contrato Administrativo n° 111/2016 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres Através da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer e a empresa M.C. PEREIRA RIBEIRO – ME, para mais 30 (trinta) dias.

Cáceres – MT, 03 de juno de 2016.

Jair Cestari

Secretaria Mun. De Esporte, Cultura e Lazer

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**
**EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 160/2015-PGM**

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

**Extrato do 7º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo nº 160/2015-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP

**Objeto:** Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO DA OBRA** do Contrato Administrativo n° 160/2015 – PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **GM 10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 03 de junho de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Municipal De Obras e Serviços Urbanos

**CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 060/2016**

**PORTARIA Nº 060/2016**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

**R E S O L V E:**

**1.** Revogar a concessão dos efeitos da Resolução nº 02, de 31/07/2015, ao servidor **DANIEL VISCOVINI DA SILVA**, constante da Portaria nº 006/2016, de 08/01/2016, em razão de ter sido designado para função específica, nos termos da Portaria nº 059/2016, desta data.

**2.** Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 31 de maio de 2016.

**Márcio Paes da Silva de Lacerda**

*Presidente*

**Valdeníria Dutra Ferreira**

*Vice-Presidente*

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 279 DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA**, **no uso das atribuições que lhe confere Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, alterado pelo Decreto nº 017 de 17 de janeiro de 2014 e:**

**CONSIDERANDO** o artigo 116, parágrafo 1º do Código Tributário Municipal;

**CONSIDERANDO** a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de novembro de 2015 a abril de 2016;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 22364, de 31 de maio de 2016,

**RESOLVEM**:

**Art. 1º** Reajustar em 5,68% (cinco virgula sessenta e oito por cento) o valor da Unidade de Referência Municipal – **URM**, para o cálculo e tabela de preços públicos, que passará de R$ 30,53 (trinta reais e cinquenta e três centavos) para **R$ 32,26 (trinta e dois reais e vinte e seis centavos).**

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de junho de 2016.

***FRANCIS MARIS CRUZ***

**Prefeito Municipal de Cáceres**

***JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE***

**Secretário Municipal de Fazenda**

Afixado em: 01.06.2016

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº. 270 DE 30 DE MAIO DE 2016.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 22147, de 30 de maio de 2016,

**RESOLVEM**:

**Art.1º** Nomear os senhores relacionados abaixo, para compor como membros o **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**, biênio 2016/2018, conforme segue:

**REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Titular:** Keila Aparecida Ferreira Bergamo em substituição da senhora Francisca Matias de Campos Leite

**Suplente:** Elísio da Silva em substituição da senhora Djanira Rodrigues de Carvalho

**Art.2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de maio de 2016.

**FRANCIS MARIS CRUZ**

Prefeito Municipal de Cáceres

**ELIANE BATISTA**

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 30.05.16

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE PRORROGAÇAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2016.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO Nº: 1303/2016.**

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 010/2016.

**OBJETIVO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores (fitão), baterias, filtros, lubrificantes e serviços de recuperação de pneus.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

**ADJUDICAR** os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial RP n.º 010/2016 de 02 de maio de 2016, realizada para Registro de Preços cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS, PROTETORES (FITÃO), BATERIAS, FILTROS, LUBRIFICANTES E SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS MT, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com as configurações de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; e **HOMOLOGAR** a proposta da empresa:

| EMPRESA | CNPJ | VALOR GLOBAL |
|---|---|---|
| PNEUS VIA NOBRE LTDA | 01.976.860/0048-91 | R$1.098.794,00 |
| HRP COMÉRCIO DE PNEUS EIRELI | 10.638.136/0001-58 | R$ 704.039,00 |
| AMORIM MAQUINAS PECAS SERVIÇOS E RE-PRESTAÇÕES LTDA – EPP | 36.906.550/0001-11 | R$ 386.140,05 |
| ROSA SAMPAIO & ZANONI LTDA-ME | 17.356.424/0001-96 | R$ 117.290,50 |

Devendoser pago mediante o fornecimento dos objetos e a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto do recebimento do objeto, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 315, DE 01 DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

***Considerando*** a solicitação do Departamento de Comunicação, através do memorando nº 010/2016,

**R E S O L V E**

***1.*** **DESIGNAR,** oservidor público efetivo, **ALISON CAETANO DE CONTO MOREIRA, Assistente de Comunicação,** portador do RG nº 2200849-7 SSP/MT, CPF nº 045.136.911-40, matricula funcional nº 2948, em substituição a servidora **Simone Seibert Ventura**, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, proveniente do processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 140/2014, constante abaixo:

| *CONTRATO* | *OBJETO* | *CONTRATADA* |
|---|---|---|
| 063/2014 | Contratação de empresa especializada para execução de serviços de criação e desenvolvimento do site/portal da prefeitura municipal de Campo Novo do Parecis. | M.P. DE OLIVEI RA SILVA SOLUÇÕES WEB -ME,inscrita no CNPJ sob n° 14.728.004/0001-03 |

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 01 dia de junho de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

***Secretária Municipal de Administração***

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**AVISO DE RESULTADO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO 042/2016**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de combustível Óleo Diesel S10 para atender os veículos da Frota Municipal**, teve como vencedora a empresa:**PODIUM DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA com o valor total de R$ 2.504.000,00 (dois milhões, quinhentos e quatro mil reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de junho de 2016.

_____

**Leandro Nery Varaschin**

Pregoeiro

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 319, DE 02 DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

***Considerando*** o Memorando nº 059, de 1º de junho de 2016, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

***Considerando*** a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

**R E S O L V E**

**1.** ***AUTORIZAR***, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Administração, para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal. **2.** O servidor/condutor autorizado é encontrado na relação abaixo descrita:

| Nome do Condutor(a) | Cargo/Modalidade | CPF |
|---|---|---|
| André Ricardo da Silva Gomes | Chefe de Divisão Distrital Marechal Rondon | 669.359.202-30 |

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de junho de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**CLENIR MARSCHALL BARRETO**

**Secretária Municipal de Administração**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 318, DE 1º DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

***Considerando*** a solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, através do Oficio nº 09/2016,

***Considerando*** a necessidade administrativa e o interesse público,

**R E S O L V E**

***1.*** **NOMEAR,**a partir desta, data, a Diretoria do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS,** Gestão 2016/2017, com a seguinte composição:

I – Presidente: José Rodrigues de Almeida, CPF: 770.868.483-87; II – Vice-Presidente: Cido Campos, CPF: 679.621.659-87; III – Secretário: Daril Von Groll, CPF: 806.801.601-59; IV – Secretária Executiva: Vera Lucia de Freitas Silva, CPF: 395.128.196-00.

***2.*** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junhp de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

***Secretária Municipal de Administração***

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 317, DE 1º DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, ***Considerando*** o Edital de Convocação nº 016/2016, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

**R E S O L V E**

***1. NOMEAR,***a partir desta data, a Senhora **ANDREA PENO DA SILVA,** portadora do **RG nº 0794175-7 SEJSP/MT** e **CPF nº 535.950.681-49,** para ocupar o cargo de **Professora**,Especialidade **Licenciatura Plena em Educação Artística,** vinculadaà Secretaria Municipal de Educação,do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

***2.*** A posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação deste ato, a requerimento da interessada, sendo a data de ingresso às atividades em 10 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

***Secretária Municipal de Administração***

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 316, DE 1º DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, ***Considerando*** o Edital de Convocação nº 016/2016, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

**R E S O L V E**

***1. NOMEAR,***a partir desta data, o Senhor **REGINALDO SILVANO DE SOUZA,** portador do **RG nº 1110388-4 SJ/MT** e **CPF nº 848.568.581-49,** para ocupar o cargo de **Professor**,Especialidade **Licenciatura Plena em Geografia,** vinculadoà Secretaria Municipal de Educação,do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

***Secretária Municipal de Administração***

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**DECRETO EXECUTIVO Nº 049, DE 3 DE JUNHO DE 2016**

Declara luto oficial nos órgãos da Administração Pública Municipal de Campo Novo do Parecis.

***MAURO VALTER BERFT,*** Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

***Considerando*** o falecimento do jovem camponovense Bruno Leonardo de Lara Bucmaier, filho dos servidores Valduir Bucmaier e Anita de Lara Bucmaier, ocorrido na data de 02 de junho de 2016, no município de Tangará da Serra - Mato Grosso,

**D E C R E T A**

**Art. 1º.** Fica decretado Luto Oficial no dia 3 de junho de 2016, nos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, em decorrência do falecimento do jovem **BRUNO LEONARDO DE LARA BUCMAIER***,* filho dos servidores Valduir Bucmaier e Anita de Lara Bucmaier, ocorrido na data de 02 de junho de 2016, no município de Tangará da Serra - Mato Grosso.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 3 dias do mês de junho de 2016.

***MAURO VALTER BERFT***

***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

***CLENIR MARSCHALL BARRETO***

**Secretária Municipal de Administração**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 313, DE 1º DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

***Considerando*** o Memorando nº 031/2016 proveniente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, datado de 23 de maio de 2016,

**R E S O L V E**

**1. CONCEDER, a partir desta data, percentual de gratificação, a título de função gratificada, sobre os vencimentos básicos mensais, a seguinte servidora:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Maristela Zanetti | Secretaria de Desenvolvimento Econômico | Chefe de Divisão de Meio Ambiente | 10% |

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**CLENIR MARSCHALL BARRETO**

**Secretária Municipal de Administração**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012**

**O Município de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL na imprensa oficial, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

**O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

**Cargo – Especialista da Saúde - Especialidade - Enfermeiro**

| *INSCRIÇÃO* | *CANDIDATO (A)* | *COLOCAÇÃO* |
|---|---|---|
| 0000001022 | THAYS BERTO GINDRI | 8 |
| 0000000828 | CRISTIANE GALLI CARDOSO | 9 |

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos (as) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

**CPF nº 308.107.010-49**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012**

**O Município de Campo Novo do Parecis,** Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

**O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.**

**Cargo – Professor – Especialidade: Licenciatura Plena em Ciências Físicas Biológicas**

| *INSCRIÇÃO* | *CANDIDATO (A)* | *COLOCAÇÃO* |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| 0000000830 | KASSIANA MARIA GALLI CARDOSO BRIZOLA | 2 |

O (a) candidato (a) aprovado (a) acima relacionado (a) deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munido (a) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

**CPF nº 308.107.010-49**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**AVISO DE RESULTADO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO 028/2016**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de flores ornamentais, plantas, coroas de flores, grama, nutrientes para plantas (adubo, terra, composto orgânico – esterco) e acessórios decorativos para atender as Secretarias Municipais**, teve como vencedoras as empresas:**PALMIRA DE FATIMA MARTINS RIBEIRO - ME com o valor total de R$ 174.688,00 (cento e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais), CAMPOFLORA LTDA-ME com o valor total de R$ 107. 742,87 (cento e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), KASPRZAK & STRALIOTTO LTDA ME com o valor total de R$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 03 de junho de 2016.

_____

**Leandro Nery Varaschin**

Pregoeiro

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 046/2016**

**ABERTURA: 20 de junho de 2016**.

**CREDENCIAMENTO:** a partir das **08:00h.**

**INÍCIO DA SESSÃO: 20 de junho de 2016 às 08:00 horas**.

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de retifica de motores e Bombas Injetoras em veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas, com fornecimento das peças necessária para a execução dos serviços, para atender os veículos da frota da Prefeitura Municipal**.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT**, 3 de junho de 2016**.**

**Leandro Nery Varaschin Pregoeiro**

**ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA**
**PORTARIA Nº 314, DE 1º DE JUNHO DE 2016**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

***Considerando*** o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

***Considerando*** o requerimento do servidor Rudi Ianke,

***Considerando*** o Memorando nº 293, de 20 de abril de 2016, proveniente da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

***Considerando*** o período aquisitivo de 15.12.2010 a 14.12.2015,

**R E S O L V E**

***1.*** **CONCEDER,** licença prêmio por assiduidade ao Servidor Municipal **RUDI IANKE**, efetivo no cargo **Técnico Nível Superior,** especialidade **Engenheiro Civil,** matrícula nº 2231, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

**2. O período de gozo da licença concedida será de 90 (noventa) dias com início em 17 de junho de 2016 e término em 16 de setembro de 2016.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2016.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**CLENIR MARSCHALL BARRETO**

**Secretária Municipal de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**, com sede à Praça dos Três Poderes, nº 03, Jardim Campo Real II, Campo Verde-MT, inscrita no CNPJ: 24.950.495/0001-88, doravante denominada simplesmente **COOPERANTE**, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, portador do CPF 346.080.601-04 e RG n° 3.296. 068-5 SSP/PR, em pleno exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e do outro lado o **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO VERDE/MT - SISPCAMP**, doravante denominado **COOPERADO,** inscrito no CNPJ sob o n° 12.644.288/0001-16, com sede na Avenida Vinicius de Moraes, n°526, Bairro Jardim Campo Verde – MT, neste ato representado por seu Presidente, Sr. **FÉLIX FERREIRA DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade n°425.179 SSP/MT e CPF n° 459.808.291-72 residente e domiciliado na Avenida São João Batista, n° 1010, nesta urbe, considerando o que consta no Oficio do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campo Verde/MT, assinam o presente termo de rescisão amigável do Termo de Cooperação Mútua n.º 015/2015, de acordo com as cláusulas e disposições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** Pelo presente instrumento, fica rescindido o Termo de Cooperação Mútua n.º 015/2015, cuja finalidade é estabelecer parceria no intuito de possibilitar a consignação em folha de pagamento dos servidores vinculados á **COOPERANTE** e filiados ao **COOPERADO**, com seu grupo familiar, ao Cred-Cheque.

**CLÁUSULA SEGUNDA –** A rescisão tem por fundamento o art. 78, inciso XII da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA –** Verificada a conveniência para o Município e a inexistência de prejuízo à Cooperada, a rescisão opera-se de forma amigável.

**CLÁUSULA QUARTA –** As partes exoneram-se de qualquer reclamação futura decorrente da presente rescisão.

**CLÁUSULA QUINTA –** O foro eleito é o da Comarca de Campo Verde.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e Assessoria Jurídica do Município.

Campo Verde-MT, 01 de junho de 2016.

**FÁBIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**MUNICIPAIS DE CAMPO VERDE/MT - SISPCAMP**

---

**DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS**
**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2016**

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/2016**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificado(s) e aprovado(s) no Concurso Público Edital 001/2012, para comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse.

O não comparecimento no período de 30 (trinta) dias, contado a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga. Informações pelo telefone (66) 3419-1244 - ramal 226, com os seguintes horários de atendimento: no período matutino das 07hs às 11hs; e no período vespertino das 13hs às 17hs.

Campo Verde-MT, 03 de Junho de 2016.

| CARGO/CANDIDATO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|

CARGO: **PSICÓLOGO**

| | |
|---|---|
| CAMILA SERON | 16º |

**FÁBIO SCHROETER**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA**

**Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA**

**PREGÃO: 001/2016**

1. Vimos através da presente **NOTIFICAR** a Empresa: **LF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E REPRESENTAÇÕES, CNPJ Nº 22.328.534/0001-84,** pela não entrega dos itens constantes na NAD – Nota de Autorização de Despesas 2206/2016 , **no prazo estipulado no Edital**:

2. **Fica estipulado o restabelecimento imediato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que referida empresa entregue no almoxarifado central os dos itens constantes nas Notas de Autorização de despesa acima citadas,** sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

3. Considerando que o Almoxarifado Central comunicou da não entrega no prazo estipulado e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à entrega dos produtos solicitados, informamos que caso a empresa **não cumpra o prazo** estabelecido para a entrega dos produtos, será encaminhado automaticamente ao departamento jurídico para **a abertura de processo administrativo**, para aplicação das penalidades e multas estabelecida no edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.

4. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde, 03 de junho de 2016.

**LEILA GUBERT**

Gerente de Compras

---

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Campo Verde-MT, 03 de junho de 2016.

*Referência: Proc. 559/2016 – Pregão Presencial nº 046/2016 - Análise de Recurso Administrativo apresentado pela empresa "CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA e contrarrazões apresentado pela empresa VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI."*

DECISÃO PROFERIDA PELO PREFEITO

Cuida-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA** que fora inabilitada do procedimento licitatório por apresentar Atestado de Capacidade Técnica incompatível com objeto da licitação.

A empresa **VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI** apresentou contrarrazões tempestivamente, requerendo que seja mantida a decisão da Pregoeira, pugnando pelo desprovimento do recurso apresentado pela empresa **CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA.**

Consultada a Procuradoria Jurídica do Município, foi opinado pelo **conhecimento e desprovimento** do recurso formulado pela licitante **CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA,** e, consequentemente, pelo seguimento do certame, com a Adjudicação e Homologação do Procedimento Licitatório.

Ademais, conforme parecer da Procuradoria Jurídica, ficou evidenciado que a licitante fez uso de documento falso para participar desta licitação.

Desta forma, **ACOLHO** o parecer jurídico e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO**:

**DESPROVER** o recurso interposto pela empresa **CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, ratificando a decisão exarada no âmbito do Pregão Presencial nº 046/2016;

Adjudico e Homologo o Pregão Presencial, referente aos Lotes 1 e 2 a empresa **VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI.**

Respeitando o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório**,** abro prazo de **05 (cinco) dias,** para que a empresa **CRUZEIRO ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, se manifeste a respeito do parecer nº 157/2016,** exarado pela Procuradoria deste Município sobre o **uso de documento falso,** antes da aplicação das sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei 8666/1993.

Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitações, para seguimento do certame.

Às providências.

**FABIO SCHROETER**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**
**EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 018/2016**

**Conveniente:** MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

**Conveniado:** SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO VERDE/MT - SISPCAMP

**Objeto:** A finalidade deste Termo é estabelecer parceria no intuito de possibilitar a consignação em folha de pagamento dos servidores vinculados á COOPERANTE e filiados ao COOPERADO, com seu grupo familiar, ao Cartão de Crédito Grand-Card SISPCAMP.

**Vigência**: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir do dia 01/06/2016 até 31/12/2017.

**Assinatura:** 16 de Maio de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PR. 016/2016**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATORIO Nº-016/2016.**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º-016/2016.**

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro oficial, designado pela portaria N.º-**002/2016** de **04.01.2016**, comunica aos interessados que será aberta a licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço por **Item** nº**-016/2016,** no dia: **16.06.2016** as **15h00min**-horas-**(Horário OFICIAL DE BRASILIA)** com o objetivo de: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMERAS DE AR, PROTETORES e BATERIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, SEC. DE EDUCAÇÃO E AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO ANUAL DE 2016,** Conforme **Decreto Municipal Nº-283/2010**, e **Lei Federal 10.520/2002, e Leis Federal Complementar nº-123/2006**, e **147/2014,** subsidiada pela Lei Federal nº-**8.666 de 21/06/1993** e alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria, O Edital Completo estará a Disposição para consulta no setor de compras e licitações em horário comercial das **14:00 a 18:00** horas **,** na sede da Prefeitura, sito a praça Frederico de Souza Brito Centro, informações pelo fone: **66.3577-1152. Ou pelo email:licitacoes@canabravadonorte.mt.gov.br**

**CANABRAVA DO NORTE-MT, 02 de JUNHO DE 2.016.**

**CEZAR QUEIROZ DA SILVA**

**Pregoeiro OFICIAL**

Portaria N.º-**002/2016.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016**

**REGISTRO DE PREÇOS**

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **03/06/2016** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por Lote foi: **G.F. CARDOSO & CIA LTDA – ME., conforme ata.**

Canarana -MT, 03 de Junho de 2016.

***MARLI INES LONDERO***

Pregoeira Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

**MODALIDADE:** Tomada de Preços nº. 005/2016.

**OBJETO**: Contratação de empresa para Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Canarana-MT, conforme contrato de repasse nº 811477/2014/MINISTERIO DA SAUDE/CAIXA, conforme especificações do edital.

**REALIZAÇÃO**: 27/06/2016.

**HORAS:** 13:30 hs (horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 07:30 às 17:30 horas, pelo e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou ainda www.canarana.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 03 de Junho de 2016.

_____

***MARLI INES LONDERO***

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016**

**REGISTRO DE PREÇOS**

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **02/06/2016** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por Lote foram: **MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP. e NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA**. **conforme ata.**

Canarana -MT, 02 de Junho de 2016.

***MARLI INES LONDERO***

Pregoeira Oficial

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana - MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

**MODALIDADE:** Tomada de Preços nº. 006/2016.

**OBJETO**: Contratação de empresa para execução de obras de Revitalização da Praça Central **(praça do Avião)**no Município de Canarana-MT , conforme especificações do edital.

**REALIZAÇÃO**: 28/06/2016.

**HORAS:** 08:30 hs (horário Brasília).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, no horário das 07:30 às 17:30 horas, pelo e-mail licitacoes.canarana@gmail.com ou ain-

da www.canarana.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 03 de Junho de 2016.

_____

***MARLI INES LONDERO***

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 2681/2016**

**De 01 de junho de 2016**

Altera Decreto nº 2556/2015 que nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Canarana – COMDEMA e dá providências.

Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Requerimento, recebido em 01 de junho de 2016;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Canarana – COMDEMA sem o membro titular como representante do Sindicato Rural de Canarana, em virtude do Requerimento de afastamento do Sr. Oldair Antonio Sangaletti.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 01 de junho de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº2682/2016**

De 01 de junho de 2016

Altera Decreto nº 2263/2013 que nomeia membros para o Conselho Municipal do Trabalho.

Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,e;

Considerando requerimento, recebido em 01/06/2016;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica o conselho municipal do Trabalho sem o membro suplente como representante do Sindicato Rural de Canarana, em virtude do Requerimento de afastamento do Sr. Oldair Antonio Sangaletti.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº2679/2016**

**De 01 de junho de 2016**

Afasta Oldair Antonio Sangaletti das funções frente a Conselhos e Comissões Municipais a pedido.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a solicitação do Sr. Oldair Antonio Sangaletti, recebida em 01/06/2016;

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica afastado das Comissões e Conselhos Municipais o Sr. Oldair Antonio Sangaletti, a que tenha sido indicado, por conta da Lei Complementar nº 64/1990, que trata sobre as inelegibilidades e também dispõe sobre prazos de desincompatibilização.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 01 de junho de 2016.

***Evaldo Osvaldo Diehl***

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº2680/2016**

De 01 de junho de 2016

Altera Decreto nº 2578/2015 que nomeia integrantes do Conselho Municipal de Infraestrutura e Logística.

Sr. Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,e;

Considerando Ofício nº 13/2016, recebido em 01/06/2016;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Nomeia o Sr. Vanir Marcos Heinen, como Representante titular da ADECAN, no conselho Municipal de Infraestrutura e Logística, em substituição do Sr. Oldair Antônio Sangaletti.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

**Evaldo Osvaldo Diehl**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**‘’ COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “**

**LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -**

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT**

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica monitorada nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e Unidades Vinculadas,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **16/06/2016 às 08h00min** (**Horário Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 03 de Junho de 2016.

***MARLI INES LONDERO***

Pregoeira Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO Nº 241/2016**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **DOUGLAS BECKMANN MOREL LUCK** como ASSESSOR JURÍDO do Município de Carlinda.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 03 de junho de 2016.**

**GERALDO RIBEIRO DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

---

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

**CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2016**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**CONTRATO N°: 022**/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **M. PEGORARO - ME CNPJ nº 08.888.645/0001-14**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLINDA – MT

VALOR TOTAL DE **R$ 15.000,00** (Quinze mil)

**17 de Maio de 2016 até o dia 31 de Dezembro de 2016.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**CONTRATO N°: 023**/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **JORNAL GN LTDA-ME**

**CNPJ N°** 10.674.529/0001-44.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, NOTADAMENTE BALANÇOS, DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS, RREO, RGF, EXTRATOS DE CONVÊNIOS, LICITAÇÕES, DECRETOS, PORTARIAS, E OUTRAS PUBLICAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.**

VALOR TOTAL DE **R$** 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

**24 de Maio de 2016 até o dia 31 de Dezembro de 2016.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**CONTRATO N°: 024**/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **M. F. DA CRUZ ENGENHARIA sob CNPJ: 12.417.302/0001-49**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO DE MÚLTIPLO USO**

VALOR TOTAL DE **R$ 143.760,17** (Cento e quarenta e três mil setecentos e sessenta reais e dezessete centavos)

**27 de Maio de 2016 até o dia 31 de Dezembro de 2016.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **07/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **STOCCO SILVA LTDA – EPP - CNPJ sob n° 01.213.595/0001-26**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Construção e de Consumo em Gera**

VALOR: **R$ 713.473,30(Setecentos e treze mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos)**.

VIGÊNCIA: 19.05.2016 a 19.05.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 19/05/2016

---

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º030/2016**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 30/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE,** objetivando **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO ATRAVÉS DE EMPRESA PARA ATENDIMENTO NO PSF. E PLANTÕES NO PA** para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 15/06/2016 às 13:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT,06 de junho de **2016**.

**WILSON VIEIRA**

**Pregoeiro**

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **06/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**M.T. ARANTES – ME - CNPJ sob n° 10.821.265/0001-04I**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Material de Construção e de Consumo em Gera**

VALOR: **R$ 213.805,20(Duzentos e treze mil oitocentos e cinco reais e vinte centavos)**.

VIGÊNCIA: 19.05.2016 a 19.05.2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 19/05/2016

---

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 036/2016**

CONTRATO N°: **36/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**LUIZ CARLOS DA SILVA JUNIOR** - **Engenheiro Civil - CREA MT 035620-AP** - **CPF/MF sob o n.º 022.389.831-71**

OBJETO: Contrato Administrativo de Profissional com Formação em Nível Superior Engenheiro Civil

VALOR: **R$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)**

VIGÊNCIA: 11/05.2016 a 31/12/2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 11/05/2016

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 035/2016**

CONTRATO N°: **35/2016** Oriundo do Pregão Eletrônico n.º 015/2015 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A) **MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA- CNPJ/MF sob o n.º 86.729.324/0002-61**

OBJETO: Contrato Administrativo de Aquisição de Mobiliários Escolares constituidos de conjunto aluno, mesa acessível e de conjunto professor

VALOR: **R$ 23.350,00 (Vinte e três mil trezentos e cinqüenta reais)**

VIGÊNCIA: 06/05.2016 a 06/05/2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 06/05/2016

**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 081/2014**

**2º TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 080/2014**

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**M. T. ARANTES – ME** - **CNPJ/MF sob o n.º 10.821.265/0001-04**

**OBJETO: Contrato Administrativo de Obra e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra – Empreitada Global – Para a Construção da Escola Municipal "Castanheira" na sede do Município de Castanheira - MT**

**VIGÊNCIA 11/05/2016** a **15/05/2017**

**FORMA DE PAGAMENTO; Conforme medição**

**DATA DE ASSINATURA: 11/05/2016**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP N.º 031/2016**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 31/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR** para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 15/06/2016 às 15:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com, ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br

Castanheira - MT, **06** de **junho** de **2016**.

**WILSON VIEIRA**

**Pregoeiro**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 09/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **09/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):**NE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - ME - CNPJ sob n° 09.619.6269/0001-55**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Lâminas e Acessórios para Máquinas Pesadas**

VALOR: **R$ 107.550,00 (Cento e sete mil quinhentos e cinquenta reais)**.

VIGÊNCIA: 20/05/2016 a 20/05/2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 20/05/2016

**EXTRATO CONTRATO N.º 038/2016**

CONTRATO N°: **38/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 03.795465/0002-55**

OBJETO: Contrato Administrativo de Aquisição de Peças, óleo e fluido para moto niveladora volvo FG 930

VALOR: **R$ 4.482,53 (quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos)**

VIGÊNCIA: 24/05.2016 a 24/06/2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 24/05/2016

**EXTRATO DO CONTRATO DE ADESÃO ATA N.º02/2016**

**CONTRATO DE ADESÃO N°: 02/2016**: Originário do Pregão Presencial n.º 023/2016 - ATA de Registro de Preços n.º 20/2016.

PARTES: Município de Castanheira – MT através da Secretaria Municipal de Saúde, e, de outro lado a empresa CELSINHO VEÍCULOS LTDA EPP inscrita no CNPJ Nº 10.707.442/0001-26

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

**VIGÊNCIA:** 31/05/2016 a 31/12/2016

**VALOR DO CONTRATO:** R$ **99.532,00 (Noventa e nove mil quinhentos e trinta e dois reais)**

**FORMA DE PAGAMENTO:** Conf. Nota Fiscal

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP N.º 010/2016**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO**

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2016**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL COM FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR torna público que o certame foi cancelado.**

Castanheira - MT, **06** de junho de 2**016**.

**Wilson Vieira**

**Pregoeiro**

**EXTRATO DA ATA DE REGSITRO DE PREÇOS N.º 08/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: **08/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **DIMAQ – CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA - CNPJ sob n° 05.220.404/0001-04**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de Lâminas e Acessórios para Máquinas Pesadas**

VALOR: **R$ 97.253,00 (Noventa e sete mil duzentos e cinquenta e três reais)**.

VIGÊNCIA: 20/05/2016 a 20/05/2017

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 20/05/2016

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 037/2016**

CONTRATO N°: **37/2016** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A)**TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 03.795465/0002-55**

OBJETO: Contrato Administrativo de Aquisição de Peças para moto niveladora volvo FG 930

VALOR: **R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)**

VIGÊNCIA: 13/05/2016 a 13/08/2016

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Nota Fiscal

DATA DE ASSINATURA: 13/05/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 051/2016**

**DO OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR.**

**DO VALOR GLOBAL:**R$ 516.960,00 (quinhentos e dezesseis mil novecentos e sessenta reais).

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:**LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL.

**CONTRATADO : KAZA DOS SALGADOS LTDA – ME.**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2016**

**DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (TIPO QUENTINHA), OBJETIVANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

**DO VALOR GLOBAL:**R$ 50.014,00 (cinqüenta mil e quatorze reais).

**VIGENCIA:** 30 (trinta) dias.

**CONTRATANTE:**LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL.

**CONTRATADO: DEBORA DE AMORIM MELO 00348475101.**

---

**LICITAÇÃO**
**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015, que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT** e **CASTRO E CARVALHO**, na forma e condições seguintes.

Aos trinta dias de maio do ano de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal, e de outro, **CASTRO E CARVALHO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Ernesto Bouret de Mello, nº 900, Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, inscrita no CNPJ sob n º 27. 726.325/0003-86, Inscrição Estadual: 13.177.068-3 neste ato representado pelo Sr **JOÃO BOSCO CARVALHO DE CASTRO**, empresário, portador da cédula de Identidade RG nº 10556885-SSP/MT, e CPF nº 933.224. 451-00, residente na Av. Ernesto Bouret de Mello, nº 900 Santa Cruz, Chapada dos Guimarães, doravante denominado **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Das alterações e prorrogações:

1.1. Fica aditada a Cláusula Segunda do Contrato Principal.

1.2 A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 30/06/2016. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 30/05/2016, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Nona do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

**CLÁUSULA QUARTA** – do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 30 de Maio 2016.

**LISU KOBERSTAIN**

**Prefeito**

**Contratante**

**CASTRO E CARVALHO**

**JOÃO BOSCO CARVALHO DE CASTRO**

**Contratado**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2016**

**DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARAIMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (ITR, ENVOLVENDO O FORNECIMENTO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS, OPERACIONALIZADO TOTALMENTE EM AMBIENTE WEB, COM MÓDULOS DE INCLUSÃO DE IMÓVEIS PARA EMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR), EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015.**

**DO VALOR GLOBAL:**R$ 1.093.041,27 (Hum milhão noventa e três mil quarenta e um reais e vinte e sete centavos)

**VIGENCIA:** 12 (doze) meses.

**CONTRATANTE:**LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL.

**CONTRATADO:ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATVA E TRIBUTÁRIA LTDA-ME.**

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016**

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL E FILTROS, COM FORNECIMENTO CONTINUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSI-**

**DADES DA FROTA DE VEICULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.**

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, ora denominada licitadora, através de sua Pregoeira, torna público a todos os interessados que o PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 com abertura marcada **para o dia 06/05/2016 às 08:30 horas**, fica **PRORROGADA** para o dia **14/06/2016 às 13:30 horas** a entrega dos envelopes e abertura do processo licitatório.

**MOTIVO:** PARA ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NO SISTEMA E POR INTERESSE PÚBLICO.

Chapada dos Guimarães 03 de junho de 2016.

**MAILI DA SILVA MATOSO**

**Pregoeira**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2016**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2016 **-** PREGÃO Nº 013/2016

**EMPRESA CONTRATADA:**

**KAZA DOS SALGADOS LTDA ME - ME** VALOR VENCEDOR: R$ 516. 960,00 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

**DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR.**

DATA DA ATA: 03 de Junho de 2016.

**VIGENCIA: 12(doze) meses.**

Lisú Koberstain

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**RECURSOS HUMANO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS REFERENTES A PROVA ESCRITA E CLASSIFICAÇÃO**

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **João Batista Moraes de Oliveira**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado 002/2016, fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006 e demais legislação pertinente, resolve tornar público o presente EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RECURSOS REFERENTES A PROVA ESCRITA E CLASSIFICAÇÃO, informando que não houve impetração de recurso referente a Prova Escrita, bem como da classificação.

Não foi apresentado recurso algum nas datas de 01 a 02 de junho, referente a prova escrita e classificação, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016.

**Claudia, 03 de maio de 2016.**

**João Batista Moraes de Oliveira**

**Prefeito Municipal**

**Vandenice Galleli**

**Presidente da Comissão**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

**EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2015**

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 177/2016**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Colíder - MT

**CONTRATADO: ROBERSON SILVA DE OLIVEIRA**

**MOTIVO:** Fica rescindido o contrato nº. **177/2016**, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.

**VALOR RESCISÓRIO**: R$1.173,24 (Hum mil e cento e setenta reais vinte e quatro centavos)

**DATA:** 28/03/2016

**SECRETARIA:** Educação, Esporte e Lazer.

**EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015**

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 028/2016**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Colíder - MT

**CONTRATADO: VALGUINA DUTRA DOS SANTOS**

**MOTIVO:** Fica rescindido o contrato nº. **028/2016**, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.

**VALOR RESCISÓRIO**: R$444,95 (Quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)

**DATA:** 28/03/2016

**SECRETARIA:** Educação, Esporte e Lazer.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**ERRATA DO DECRETO Nº. 476/GP/2016**

**ERRATA DO DECRETO Nº. 476/GP/2016,** DE 17 DE MAIO DE 2016, que "Dispõe sobre a nomeação dos membros do COMITE DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E INVESTIMENTOS SOCIAIS do Município de Colniza/MT, e da outras providencias**"**

**Onde se lê:**

DECRETO Nº. **476**/GP/2016

**Leia-se:**

DECRETO Nº. **479**/GP/2016

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza-MT, em 02 de junho de 2016.

**ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT**

**SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 003/GP/2016**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 02/06/2016 a 02/07/2016

**DECRETO Nº 476/GP/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016.**

**DECRETO Nº 476/GP/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016.**

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do **COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E INVESTIMENTOS SOCIAIS** do Município Colniza/MT, e dá outras providências."

**ESVANDIR ANTONIO MENDES,** Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei;

**Considerando** a Lei Municipal nº. 284/2006 de 30 de dezembro de 2006; e

**Considerando** a necessidade da formação e nomeação dos membros do Comitê de Avaliação dos Programas e Investimentos Sociais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Nomear** os seguintes membros para compor o Comitê de Avaliação dos Programas e Investimentos Sociais do Município de Colniza/MT:

**DO PODER PÚBLICO:**

**Rita Schneider** – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

**Janete Rosa Dias Fernandes** – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**Conceição Cameran Kopp** – Representante do Gabinete do Prefeito

**DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:**

**Adair Cardoso da Silva** - Representante da Igreja Católica.

**Sandra Vargas de Araujo** – Representante da Associação Comercial de Colniza.

**Rosangela Pereira Schuck de Melo** – Representante do Lar da

Criança Cantinho Feliz.

**Artigo 2º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza, em 17 de maio de 2016.

**ESVANDIR ANTONIO MENDES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 003/GP/2016**

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 17/05/2016 a 17/06/2016

---

**DECRETO N.º 484/GP/2016, 02 DE JUNHO DE 2016.**

***DECRETO N.º 484/GP/2016, 02 DE JUNHO DE 2016.***

**Súmula: "Altera os prazos previstos no *caput* e no §2º, do artigo 2º do Decreto n°. 276/GP/2015, de 01 de Dezembro de 2015, que instituiu a cobrança de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano para o exercício de 2016 e, deu outras providências".**

**ESVANDIR ANTONIO MENDES**, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

**DECRETA:**

**Artigo 1.º** - Altera os prazos previstos no *caput* e §2º do artigo 2º do Decreto 276/GP/2015, de 01 de Dezembro de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será cobrado numa parcela única com vencimento em 29 de julho de 2016".

"§ 2° - O contribuinte poderá optar pelo parcelamento do valor, sem o desconto mencionado no parágrafo acima, nos seguintes vencimentos:

I – Primeira Parcela – 29/07/2016;

II – Segunda Parcela – 30/08/2016;

III – Terceira Parcela – 30/09/2016".

**Artigo 2.º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 02 de junho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**ESVANDIR ANTONIO MENDES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

**ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RETIFICAÇÃO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 013/2016**

A Equipe de Pregão da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria nº 007/GP/16 de 13/04/2016 torna público para conhecimento dos interessados, que **RETIFICA O *EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 013/2016.*** Onde se lê ***Empresa TPG de Souza – Me com valor total de R$ 595. 283,00 (quinhentos e noventa e cinco mil duzentos e oitenta e três reais)*. Leia – se *Empresa TPG de Souza – Me com valor total de R$ 817. 449,00 (oitocentos e dezessete mil quatrocentos e quarenta e nove reais)***. Onde se lê ***Empresa Edilson Fagundes Jacome – ME com valor total de R$ 1.043.128,00 (um milhão quarenta e três mil cento e vinte e oito reais) leia – se Empresa Edilson Fagundes Jacome – ME com valor total de R$ 1.135.108,00 (um milhão cento e trinta e cinco mil cento e oito reais).***

Colniza- MT, 03 de junho de 2016.

***Antonio Apolinário***

**Pregoeiro Oficial**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

**HOMOLOGAÇÃO**

***TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO***

O Presidente da Câmara Municipal, José João Fernandes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

**01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:**

*a) Processo de nº: 010/2016*

*b) Licitação de nº: 003/2016*

*c) Modalidade: Dispensa de Licitação*

*d) Data da Homologação: 03/06/2016*

*e) Objeto da Licitação:* Prestação de serviços especializados de publicidade e propaganda, para divulgação dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal, por meio de tele difusão, na circunscrição do município de Comodoro/MT.

*g) Fornecedor: TV PONTAL OESTE LTDA-ME, CNPJ nº 16.701.145/0001-50;*

**02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:**

*Dotação:* 3.3.90.39.00.00.00.0999– ***Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica***

Comodoro/MT, 03 de junho de 2016.

**José João Fernandes - Presidente da Mesa Diretora**

**CONTRATO Nº 07**

**Contrato nº 007/2016 de 03/06/2016**

Contratante: **Câmara Municipal de Comodoro/MT**

Contratado: **TV PONTAL OESTE LTDA - ME, CNPJ nº 16.701.145/0001-50.**

Objeto:Prestação de serviços especializados de publicidade e propaganda, para divulgação dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal, por meio de tele difusão, na circunscrição do município de Comodoro/MT.

Valor do Contrato: R$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais) a serem pagos em 06 (seis) parcelas de R$ 1.300,00 (Um mil e trezentos reais).

Vigência: 31/12/2016.

***JOSÉ JOÃO FERNANDES***

Presidente

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

**AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016**

A Comissão Permanente de Licitações, torna público, que fará realizar no dia 20 de Junho de 2016 às 14:00 horas, a reunião de recebimento e abertura dos envelopes contendo a habilitação e proposta para Contratação de Empresa para Execução de Obra para Construção de Bueiros Junto ao Municipio de Confresa. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818.

Confresa, 03 de Junho de 2016.

José Carneiro da Silva

Presidente CPL.

**RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016**

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedores do processo licitatório nº 059/2016 Pregão Presencial 039/2016, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE REAGENTES E INSUMOS** as empresas:

RetFarma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. ME – Valor R$ 368.718,20; LP Comércio e Prestação de Serviços Ltda. – EPP – Valor R$ 1.116,80;

Confresa 03/06/2016

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016**

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 21 de Junho de 2016, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016 do tipo Menor Preço**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS POSSÍVEL E EVENTUAL LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA PARA SIMPLES REMOÇÃO.**

Confresa-MT, 02 de Junho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016**

Fundamentado no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal c/c inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, **RATIFICO** o procedimento de inexigibilidade de licitação, consoante a contratação de show artístico com a Dupla Sertaneja Munhoz e Mariano, mediante contratação direta com a empresa detentora de contrato de exclusividade dos artistas, para apresentação de show artístico junto à Reveillon 2017, conforme ofício requisitório e parecer jurídico, em favor da empresa MM Produção Artística Musical Ltda., pessoa jurídica, de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n° 13.033.927/0001-70, no valor total de R$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais). As despesas da presente contratação correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 871 – 10.01 2.066 3.3.90.39.00.00.00.00.

Gaspar Domingos Lazari - Prefeito Municipal

José Carneiro da Silva - Presidente CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

**CONTRATO**
**CONTRATO Nº 067/2016**

**CONTRATO Nº 067/2016**

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, empresa com sede na Avenida dos Oitis, nº 1788, Bairro Centro – Município de Conquista D' Oeste – MT, inscrita no CNPJ nº 09.296.387/0002-20, neste ato representada pelo sócio proprietário Sr. JULIANO BEDIN, portador do RG nº 14/R 2.468.230 SSP/SC e do CPF nº 000.141.139-02, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 492/2016** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 026/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar da rede municipal de ensino, sendo o fornecimento do tipo parcelado**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

**2.1**. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é contados a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2016**, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$103.663,30(cento e tres mil, seiscentos e sessenta e tres reais e trinta centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

**a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

**b)** Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

**c)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

**d)** comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**e)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**f)** efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**5.2**. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

**a)** aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

**b)** não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**c)** responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

**d)** arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

**e)** responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**f)** responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

**g)** assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**6.1** As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 098

Cód. Reduzido: 099

Cód. Reduzido: 123

**CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

**7.1** O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

**7.2**.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

**7.3**. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

**7.4.** O pagamento somente será efetuado mediante:

**a)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

**b)** prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

**c)** prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

**7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor até que seja sanada a irregularidade.**

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**8.1.** O preço contratado é fixo e irreajustável.

**8.2** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

**8.3** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

**9.1** Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

**9.1.1.** A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1**. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.2.** O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

**11.2** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

**11.2.1** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**11.2.2** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.2.3** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**11.3** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

**11.4** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

**11.5** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

**11.6** As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

**11.7** A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

**11.8** Das decisões proferidas pela Administração cabem:

**a)** Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

**b)** Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**c)** Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA**

**12.1** Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1** Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**13.2** Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em

ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 02 de junho de 2016.

| | |
|---|---|
| Walmir Guse<br>Prefeito Municipal<br>Representante da CONTRATANTE | Juliano Bedin<br>Absoluto Supermercado LTDA<br>Representante da CONTRATADA |
| TESTEMUNHAS: | |
| **Maria Conceição de Freitas**<br>RG: 1092791-3 SJ/MT | **Mayla Clicia da Silva Farias**<br>RG: 2534352-1 SSP-MT |

**CONTRATO**
**CONTRATO Nº 068/2016**

**CONTRATO Nº 068/2016**

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa C L SUPERMERCADO LTDA - EPP.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3/R 1.248. 224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **C L SUPERMERCADO LTDA – EPP**, empresa com sede na Rua Uirapuru, nº 610, Bairro Centro – Município de Nova Lacerda - MT, inscrita no CNPJ nº 10.695.537/ 0001-77, neste ato representada pelo Sr. Cesar Augusto Venâncio Ferreira, portador do RG nº 1250533-1 SSP/MT e do CPF nº 975.419.901-91, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 492/2016** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 026/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar da rede municipal de ensino, sendo o fornecimento do tipo parcelado**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

**2.1**. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é contados a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2016**, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$132.009,20(cento e trinta e dois mil, nove reais e vinte centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

**a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

**b)** Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

**c)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

**d)** comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**e)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**f)** efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**5.2**. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

**a)** aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

**b)** não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**c)** responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

**d)** arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

**e)** responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**f)** responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

**g)** assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**6.1** As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 098

Cód. Reduzido: 099

Cód. Reduzido: 123

**CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

**7.1** O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

**7.2**.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

**7.3**. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

**7.4.** O pagamento somente será efetuado mediante:

**a)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

**b)** prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

**c)** prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

**7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor até que seja sanada a irregularidade.**

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**8.1.** O preço contratado é fixo e irreajustável.

**8.2** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

**8.3** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

**9.1** Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

**9.1.1.** A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1**. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.2.** O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

**11.2** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

**11.2.1** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**11.2.2** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.2.3** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**11.3** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja

inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

**11.4** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

**11.5** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

**11.6** As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

**11.7** A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

**11.8** Das decisões proferidas pela Administração cabem:

**a)** Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

**b)** Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**c)** Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA**

**12.1** Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1** Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**13.2** Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 02 de junho de 2016.

| | |
|---|---|
| Walmir Guse<br>Prefeito Municipal<br>Representante da CONTRATANTE | Cesar Augusto Venâncio Ferreira<br>C L Supermercado LTDA -EPP<br>Representante da CONTRATADA |
| TESTEMUNHAS: | |
| **Maria Conceição de Freitas**<br>RG: 1092791-3 SJ/MT | **Mayla Clicia da Silva Farias**<br>RG: 2534352-1 SSP-MT |

**CONTRATO**
**CONTRATO Nº 069/2016**

**CONTRATO Nº 069/2016**

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa OURO VERDE SUPERMERCADO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, WALMIR GUSE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538 – 07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa OURO VERDE SUPERMERCADO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, empresa com sede na Rua Uirapuru, nº 118, Bairro Centro – Município de Nova Lacerda - MT, inscrita no CNPJ nº 21.410.630/0002-95, neste ato representada pelo Sr. Divino Mudesto de Oliveira, portador do RG nº 919116 SSP/MT e do CPF nº 567.682.901-00, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 492/2016** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 026/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de produtos alimentícios para merenda escolar da rede municipal de ensino, sendo o fornecimento do tipo parcelado**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA**

**2.1**. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é contados a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2016**, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$205.817,14(duzentos e cinco mil, oitocentos e dezessete reais e quatorze centavos).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

**a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

**b)** Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

**c)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

**d)** comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**e)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**f)** efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**5.2**. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

**a)** aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

**b)** não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**c)** responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

**d)** arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

**e)** responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**f)** responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

**g)** assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**6.1** As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 098

Cód. Reduzido: 099

Cód. Reduzido: 123

**CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO**

**7.1** O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA **ENTREGA** DOS PRODUTOS CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

**7.2**.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

**7.3**. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

**7.4.** O pagamento somente será efetuado mediante:

**a)** prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

**b)** prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

**c)** prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

**7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor até que seja sanada a irregularidade.**

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**8.1.** O preço contratado é fixo e irreajustável.

**8.2** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

**8.3** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

**9.1** Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

**9.1.1.** A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade

inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

**10.1**. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.2.** O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

**11.2** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

**11.2.1** Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

**11.2.2** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.2.3** A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

**11.3** A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

**11.4** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

**11.5** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

**11.6** As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

**11.7** A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

**11.8** Das decisões proferidas pela Administração cabem:

**a)** Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

**b)** Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**c)** Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA**

**12.1** Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

**13.1** Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**13.2** Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 02 de junho de 2016.

| | |
|---|---|
| Walmir Guse<br>Prefeito Municipal<br>Representante da CONTRATANTE | Divino Mudesto de Oliveira<br>Ouro Verde Supermercado e Materiais para Construção EIRELI - EPP<br>Representante da CONTRATADA |
| TESTEMUNHAS: | |
| **Maria Conceição de Freitas**<br>RG: 1092791-3 SJ/MT | **Mayla Clicia da Silva Farias**<br>RG: 2534352-1 SSP-MT |

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**

A Prefeitura Municipal de Conquista D´Oeste, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 002/2016, tendo como objeto "contratação de empresa especializada para REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSAIOS DE PENETRAÇÃO PADRAO (SPT) COM METRAGEM MINIMA A SER PERFURADA DE 80 METROS NAS PONTES DISTINTAS MT-445 / MT -358 LOCALIZADAS NO MUNICIPIO DE CONQUISTA D´OESTE-MT, conforme projeto básico, anexo I deste edital, cuja abertura está designada para o dia 22 de Junho de 2016, as 08:00 horas, em sua sede, na Avenida dos Oitis, nº 1.200, Centro, município de Conquista D'Oeste - MT. Os interessados poderão adquirir o edital completo e informações no horário de expediente da Prefeitura.

Conquista D'Oeste, 03 de Junho de 2016.

Fernando Roberto de Moraes - Presidente - CPL

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
## RREO SIMPLIFICADO 2 BIM.2016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 16.562.150,00 | 16.562.150,00 | 3.044.309,36 | 18,38 | 6.235.531,63 | 37,65 | 10.326.618,37 |
| RECEITAS CORRENTES | 15.912.150,00 | 15.912.150,00 | 3.039.783,32 | 19,10 | 6.214.652,81 | 39,06 | 9.697.497,19 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 121.153,87 | 10,10 | 237.882,42 | 19,82 | 962.117,58 |
| Impostos | 1.135.000,00 | 1.135.000,00 | 115.912,33 | 10,21 | 220.560,89 | 19,43 | 914.439,11 |
| Taxas | 55.000,00 | 55.000,00 | 5.241,54 | 9,53 | 17.321,53 | 31,49 | 37.678,47 |
| Contribuição de Melhoria | 10.000,00 | 10.000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 10.000,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 455.500,00 | 455.500,00 | 86.511,02 | 18,99 | 138.619,36 | 30,43 | 316.880,64 |
| Contribuições Sociais | 360.000,00 | 360.000,00 | 80.035,41 | 22,23 | 132.143,75 | 36,71 | 227.856,25 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Iluminação Pública | 95.500,00 | 95.500,00 | 6.475,61 | 6,78 | 6.475,61 | 6,78 | 89.024,39 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 525.000,00 | 525.000,00 | 545.528,15 | 103,91 | 906.506,12 | 172,67 | -381.506,12 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 520.000,00 | 520.000,00 | 545.528,15 | 104,91 | 906.506,12 | 174,33 | -386.506,12 |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | 0,00 |
| Compensações Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 5.000,00 | 5.000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 5.000,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 74.800,00 | 74.800,00 | 5.408,00 | 7,23 | 8.670,20 | 11,59 | 66.129,80 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 13.467.200,00 | 13.467.200,00 | 2.262.559,60 | 16,80 | 4.893.535,25 | 36,34 | 8.573.664,75 |
| Transferências Intergovernamentais | 13.152.200,00 | 13.152.200,00 | 2.147.829,24 | 16,33 | 4.778.804,89 | 36,33 | 8.373.395,11 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 315.000,00 | 315.000,00 | 114.730,36 | 36,42 | 114.730,36 | 36,42 | 200.269,64 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 189.650,00 | 189.650,00 | 18.622,68 | 9,82 | 29.439,46 | 15,52 | 160.210,54 |
| Multas e Juros de Mora | 41.500,00 | 41.500,00 | 5.205,46 | 12,54 | 6.897,40 | 16,62 | 34.602,60 |
| Indenizações e Restituições | 35.750,00 | 35.750,00 | 277,76 | 0,78 | 1.927,18 | 5,39 | 33.822,82 |
| Receita da Dívida Ativa | 111.900,00 | 111.900,00 | 13.139,46 | 11,74 | 20.614,88 | 18,42 | 91.285,12 |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | 500,00 | 500,00 | | 0,00 | | 0,00 | 500,00 |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 650.000,00 | 650.000,00 | 4.526,04 | 0,70 | 20.878,82 | 3,21 | 629.121,18 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |

Documento gerado em 01/06/2016 15:45:49

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 30.000,00 | 30.000,00 | 4.526,04 | 15,09 | 5.589,76 | 18,63 | 24.410,24 |
| Alienação de Bens Móveis | 10.000,00 | 10.000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 10.000,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 20.000,00 | 20.000,00 | 4.526,04 | 22,63 | 5.589,76 | 27,95 | 14.410,24 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 620.000,00 | 620.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.289,06 | 2,47 | 604.710,94 |
| Transferências Intergovernamentais | 25.000,00 | 25.000,00 | | 0,00 | | 0,00 | 25.000,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 595.000,00 | 595.000,00 | | 0,00 | 15.289,06 | 2,57 | 579.710,94 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Capital Diversas | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 437.850,00 | 437.850,00 | 97.102,05 | 22,18 | 161.574,16 | 36,90 | 276.275,84 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 17.000.000,00 | 17.000.000,00 | 3.141.411,41 | 18,48 | 6.397.105,79 | 37,63 | 10.602.894,21 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 17.000.000,00 | 17.000.000,00 | 3.141.411,41 | 18,48 | 6.397.105,79 | 37,63 | 10.602.894,21 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | | | | | 6.397.105,79 | | -6.397.105,79 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | | | | | | | |
| Superávit Financeiro | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| **Despesas Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 16.442.000,00 | 16.645.000,00 | 2.545.369,64 | 5.565.905,50 | 11.079.094,50 | 2.605.086,96 | 5.193.808,05 | 11.451.191,95 | 4.941.700,57 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 13.886.500,00 | 14.050.500,00 | 2.520.273,26 | 5.419.754,56 | 8.630.745,44 | 2.567.780,14 | 5.062.426,51 | 8.988.073,49 | 4.810.319,03 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.552.700,00 | 7.538.700,00 | 1.438.623,77 | 3.007.906,39 | 4.530.793,61 | 1.438.623,77 | 3.007.906,39 | 4.530.793,61 | 2.969.727,42 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 43.200,00 | 43.200,00 | | 20.000,00 | 23.200,00 | 5.543,30 | 10.888,32 | 32.311,68 | 10.888,32 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 6.290.600,00 | 6.468.600,00 | 1.081.649,49 | 2.391.848,17 | 4.076.751,83 | 1.123.613,07 | 2.043.631,80 | 4.424.968,20 | 1.829.703,29 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 1.770.300,00 | 1.809.300,00 | 25.096,38 | 146.150,94 | 1.663.149,06 | 37.306,82 | 131.381,54 | 1.677.918,46 | 131.381,54 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 1.733.500,00 | 1.772.500,00 | 25.096,38 | 127.774,62 | 1.644.725,38 | 31.181,38 | 119.130,66 | 1.653.369,34 | 119.130,66 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 36.800,00 | 36.800,00 | | 18.376,32 | 18.423,68 | 6.125,44 | 12.250,88 | 24.549,12 | 12.250,88 | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 216.000,00 | 216.000,00 | | | 216.000,00 | | | 216.000,00 | | |
| RESERVA DO RPPS | 569.200,00 | 569.200,00 | | | 569.200,00 | | | 569.200,00 | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 153.529,44 | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 17.000.000,00 | 17.205.000,00 | 2.648.012,35 | 5.769.031,37 | 11.435.968,63 | 2.707.729,67 | 5.396.933,92 | 11.808.066,08 | 5.095.230,01 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 17.000.000,00 | 17.205.000,00 | 2.648.012,35 | 5.769.031,37 | 11.435.968,63 | 2.707.729,67 | 5.396.933,92 | 11.808.066,08 | 5.095.230,01 | 0,00 |
| SUPERÁVIT (XIII) | | | | | | | | | | |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 17.000.000,00 | 17.205.000,00 | 2.648.012,35 | 5.769.031,37 | | 2.707.729,67 | 5.396.933,92 | | 5.095.230,01 | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 437.850,00 | 437.850,00 | 97.102,05 | 22,18 | 161.574,16 | 36,90 | 276.275,84 |
| RECEITAS CORRENTES | 437.850,00 | 437.850,00 | 97.102,05 | 22,18 | 161.574,16 | 36,90 | 276.275,84 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | | | | | | | 0,00 |
| Taxas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 437.850,00 | 437.850,00 | 97.102,05 | 22,18 | 161.574,16 | 36,90 | 276.275,84 |
| Contribuições Sociais | 437.850,00 | 437.850,00 | 97.102,05 | 22,18 | 161.574,16 | 36,90 | 276.275,84 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Iluminação Pública | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | | | | | | | 0,00 |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | 0,00 |
| Compensações Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | 0,00 |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Receita da Indústria de Construção | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | | | | | | | 0,00 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas e Juros de Mora | | | | | | | 0,00 |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Dívida Ativa | | | | | | | 0,00 |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | | | | | | | 0,00 |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | 0,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | | | | | | | 0,00 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Capital Diversas | | | | | | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| **Despesas Intra Orçamentárias** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 153.529,44 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 153.529,44 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 356.874,13 | 153.529,44 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2016** |
| | **Período de referência: 2º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 30/04/2016 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 16.442.000,00 | 16.645.000,00 | 2.545.369,64 | 5.565.905,50 | 96,48 | 11.079.094,50 | 2.605.057,46 | 5.193.778,55 | 96,24 | 11.451.221,45 | 0,00 |
| Legislativa | 754.000,00 | 754.000,00 | 113.943,89 | 283.482,14 | 4,91 | 470.517,86 | 123.572,50 | 248.408,03 | 4,60 | 505.591,97 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 754.000,00 | 754.000,00 | 113.943,89 | 283.482,14 | 4,91 | 470.517,86 | 123.572,50 | 248.408,03 | 4,60 | 505.591,97 | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração | 2.343.000,00 | 2.341.000,00 | 442.863,83 | 993.092,68 | 17,21 | 1.347.907,32 | 431.447,76 | 888.244,01 | 16,48 | 1.451.755,99 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 2.059.000,00 | 2.057.000,00 | 393.011,61 | 887.694,58 | 15,39 | 1.169.305,42 | 380.047,14 | 788.415,51 | 14,61 | 1.268.584,49 | |
| Administração Financeira | 284.000,00 | 284.000,00 | 49.852,22 | 105.398,10 | 1,83 | 178.601,90 | 51.400,62 | 100.828,50 | 1,87 | 183.171,50 | |
| Controle Interno | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicação Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Área | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Social | 1.104.500,00 | 1.104.500,00 | 153.279,79 | 338.220,90 | 5,86 | 766.279,10 | 158.622,79 | 322.418,90 | 5,97 | 782.081,10 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 35.000,00 | 35.000,00 | | | 0,00 | 35.000,00 | | | 0,00 | 35.000,00 | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 10.000,00 | 10.000,00 | | | 0,00 | 10.000,00 | | | 0,00 | 10.000,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 107.000,00 | 107.000,00 | 18.582,54 | 51.950,72 | 0,90 | 55.049,28 | 21.527,54 | 41.850,72 | 0,78 | 65.149,28 | |
| Assistência Comunitária | 792.000,00 | 792.000,00 | 122.506,56 | 258.860,65 | 4,49 | 533.139,35 | 124.904,56 | 253.158,65 | 4,69 | 538.841,35 | |
| Administração Geral | 150.500,00 | 150.500,00 | 12.190,69 | 25.389,23 | 0,44 | 125.110,77 | 12.190,69 | 25.389,23 | 0,47 | 125.110,77 | |
| Demais Subfunções | 10.000,00 | 10.000,00 | | 2.020,30 | 0,04 | 7.979,70 | | 2.020,30 | 0,04 | 7.979,70 | |
| Previdência Social | 530.800,00 | 530.800,00 | 58.579,50 | 210.742,83 | 3,65 | 320.057,17 | 70.523,62 | 140.966,33 | 2,61 | 389.833,67 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | 530.800,00 | 530.800,00 | 58.579,50 | 210.742,83 | 3,65 | 320.057,17 | 70.523,62 | 140.966,33 | 2,61 | 389.833,67 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saúde | 3.279.000,00 | 3.279.000,00 | 576.068,91 | 1.214.313,36 | 21,05 | 2.064.686,64 | 583.330,27 | 1.174.956,23 | 21,77 | 2.104.043,77 | 0,00 |
| Atenção Básica | 2.504.500,00 | 2.495.110,00 | 477.853,77 | 998.415,54 | 17,31 | 1.496.694,46 | 472.854,77 | 978.390,54 | 18,13 | 1.516.719,46 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 450.000,00 | 457.890,00 | 55.758,27 | 132.289,17 | 2,29 | 325.600,83 | 68.018,63 | 112.957,04 | 2,09 | 344.932,96 | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 100.000,00 | 100.000,00 | 11.141,66 | 18.515,93 | 0,32 | 81.484,07 | 11.141,66 | 18.515,93 | 0,34 | 81.484,07 | |
| Vigilância Sanitária | 72.000,00 | 72.000,00 | 15.656,13 | 30.356,77 | 0,53 | 41.643,23 | 15.656,13 | 30.356,77 | 0,56 | 41.643,23 | |
| Vigilância Epidemiológica | 37.000,00 | 38.500,00 | 2.902,43 | 10.576,46 | 0,18 | 27.923,54 | 2.902,43 | 10.576,46 | 0,20 | 27.923,54 | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 115.500,00 | 115.500,00 | 12.756,65 | 24.159,49 | 0,42 | 91.340,51 | 12.756,65 | 24.159,49 | 0,45 | 91.340,51 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações de Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 3.526.500,00 | 3.526.500,00 | 583.947,40 | 1.020.769,66 | 17,69 | 2.505.730,34 | 592.142,92 | 1.012.791,40 | 18,77 | 2.513.708,60 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 2.284.000,00 | 2.281.000,00 | 394.168,13 | 689.636,39 | 11,95 | 1.591.363,61 | 397.680,13 | 687.527,89 | 12,74 | 1.593.472,11 | |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Profissional | 8.000,00 | 8.000,00 | | | 0,00 | 8.000,00 | | | 0,00 | 8.000,00 | |
| Ensino Superior | 25.000,00 | 25.000,00 | | 15.000,00 | 0,26 | 10.000,00 | 4.683,52 | 9.130,24 | 0,17 | 15.869,76 | |
| Educação Infantil | 560.000,00 | 560.000,00 | 91.863,79 | 162.974,30 | 2,82 | 397.025,70 | 91.863,79 | 162.974,30 | 3,02 | 397.025,70 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Especial | 271.500,00 | 274.500,00 | 49.327,49 | 68.074,59 | 1,18 | 206.425,41 | 49.327,49 | 68.074,59 | 1,26 | 206.425,41 | |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 118.000,00 | 118.000,00 | 12.646,94 | 32.543,59 | 0,56 | 85.456,41 | 12.646,94 | 32.543,59 | 0,60 | 85.456,41 | |
| Demais Subfunções | 260.000,00 | 260.000,00 | 35.941,05 | 52.540,79 | 0,91 | 207.459,21 | 35.941,05 | 52.540,79 | 0,97 | 207.459,21 | |
| Cultura | 325.000,00 | 325.000,00 | 25.860,52 | 71.314,16 | 1,24 | 253.685,84 | 27.198,52 | 69.307,16 | 1,28 | 255.692,84 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 325.000,00 | 325.000,00 | 25.860,52 | 71.314,16 | 1,24 | 253.685,84 | 27.198,52 | 69.307,16 | 1,28 | 255.692,84 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Urbanismo | 1.691.000,00 | 1.691.000,00 | 178.654,21 | 370.084,93 | 6,42 | 1.320.915,07 | 184.982,21 | 360.592,93 | 6,68 | 1.330.407,07 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 369.000,00 | 369.000,00 | | | 0,00 | 369.000,00 | | | 0,00 | 369.000,00 | |
| Serviços Urbanos | 798.000,00 | 798.000,00 | 146.387,21 | 291.648,32 | 5,06 | 506.351,68 | 146.387,21 | 291.648,32 | 5,40 | 506.351,68 | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 400.000,00 | 400.000,00 | 32.267,00 | 78.436,61 | 1,36 | 321.563,39 | 38.595,00 | 68.944,61 | 1,28 | 331.055,39 | |
| Demais Subfunções | 124.000,00 | 124.000,00 | | | 0,00 | 124.000,00 | | | 0,00 | 124.000,00 | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 151.000,00 | 151.000,00 | 19.635,96 | 34.625,58 | 0,60 | 116.374,42 | 19.635,96 | 34.625,58 | 0,64 | 116.374,42 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 151.000,00 | 151.000,00 | 19.635,96 | 34.625,58 | 0,60 | 116.374,42 | 19.635,96 | 34.625,58 | 0,64 | 116.374,42 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 51.000,00 | 71.000,00 | 21.200,00 | 33.770,00 | 0,59 | 37.230,00 | 21.200,00 | 33.770,00 | 0,63 | 37.230,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 28.000,00 | 28.000,00 | | 3.570,00 | 0,06 | 24.430,00 | | 3.570,00 | 0,07 | 24.430,00 | |
| Controle Ambiental | 23.000,00 | 43.000,00 | 21.200,00 | 30.200,00 | 0,52 | 12.800,00 | 21.200,00 | 30.200,00 | 0,56 | 12.800,00 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Agricultura | 626.000,00 | 606.000,00 | 105.332,74 | 253.426,60 | 4,39 | 352.573,40 | 108.328,74 | 240.078,64 | 4,45 | 365.921,36 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Extensão Rural | 88.000,00 | 88.000,00 | 6.870,38 | 14.997,92 | 0,26 | 73.002,08 | 6.870,38 | 14.997,92 | 0,28 | 73.002,08 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 453.000,00 | 433.000,00 | 97.685,36 | 204.551,06 | 3,55 | 228.448,94 | 100.681,36 | 199.847,06 | 3,70 | 233.152,94 | |
| Demais Subfunções | 85.000,00 | 85.000,00 | 777,00 | 33.877,62 | 0,59 | 51.122,38 | 777,00 | 25.233,66 | 0,47 | 59.766,34 | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Colonização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Mineração | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 62.000,00 | 62.000,00 | 1.196,00 | 1.196,00 | 0,02 | 60.804,00 | 1.196,00 | 1.196,00 | 0,02 | 60.804,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Turismo | 62.000,00 | 62.000,00 | 1.196,00 | 1.196,00 | 0,02 | 60.804,00 | 1.196,00 | 1.196,00 | 0,02 | 60.804,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Energia | 100.000,00 | 100.000,00 | 29.500,08 | 30.392,42 | 0,53 | 69.607,58 | 6.015,08 | 6.907,42 | 0,13 | 93.092,58 | 0,00 |
| Conservação de Energia | 100.000,00 | 100.000,00 | 29.500,08 | 30.392,42 | 0,53 | 69.607,58 | 6.015,08 | 6.907,42 | 0,13 | 93.092,58 | |
| Energia Elétrica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Petróleo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte | 746.000,00 | 951.000,00 | 185.612,21 | 511.904,58 | 8,87 | 439.095,42 | 187.182,21 | 504.146,47 | 9,34 | 446.853,53 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 746.000,00 | 951.000,00 | 185.612,21 | 511.904,58 | 8,87 | 439.095,42 | 187.182,21 | 504.146,47 | 9,34 | 446.853,53 | |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 117.000,00 | 117.000,00 | 49.694,60 | 70.193,34 | 1,22 | 46.806,66 | 49.694,60 | 70.193,34 | 1,30 | 46.806,66 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Lazer | 117.000,00 | 117.000,00 | 49.694,60 | 70.193,34 | 1,22 | 46.806,66 | 49.694,60 | 70.193,34 | 1,30 | 46.806,66 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Encargos Especiais | 250.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | 128.376,32 | 2,23 | 121.623,68 | 39.984,28 | 84.176,11 | 1,56 | 165.823,89 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção | Execução da Despesa | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Interna | 80.000,00 | 80.000,00 | | 38.376,32 | 0,67 | 41.623,68 | 11.668,74 | 23.139,20 | 0,43 | 56.860,80 | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Encargos Especiais | 170.000,00 | 170.000,00 | | 90.000,00 | 1,56 | 80.000,00 | 28.315,54 | 61.036,91 | 1,13 | 108.963,09 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Reserva de Contingência | 216.000,00 | 216.000,00 | | | | 216.000,00 | | | 0,00 | 216.000,00 | |
| Reserva do RPPS | 569.200,00 | 569.200,00 | | | | 569.200,00 | | | 0,00 | 569.200,00 | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 3,52 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 3,76 | 356.874,13 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 17.000.000,00 | 17.205.000,00 | 2.648.012,35 | 5.769.031,37 | 100,00 | 11.435.968,63 | 2.707.700,17 | 5.396.904,42 | 100,00 | 11.808.095,58 | 0,00 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 558.000,00 | 560.000,00 | 102.642,71 | 203.125,87 | 100,00 | 356.874,13 | 102.642,71 | 203.125,87 | 100,00 | 356.874,13 | 0,00 |
| Legislativa | 26.000,00 | 26.000,00 | 3.756,78 | 7.520,70 | 3,70 | 18.479,30 | 3.756,78 | 7.520,70 | 3,70 | 18.479,30 | 0,00 |
| Ação Legislativa | 26.000,00 | 26.000,00 | 3.756,78 | 7.520,70 | 3,70 | 18.479,30 | 3.756,78 | 7.520,70 | 3,70 | 18.479,30 | |
| Controle Externo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração | 87.000,00 | 89.000,00 | 16.801,17 | 33.660,89 | 16,57 | 55.339,11 | 16.801,17 | 33.660,89 | 16,57 | 55.339,11 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 71.000,00 | 73.000,00 | 13.737,85 | 27.534,25 | 13,56 | 45.465,75 | 13.737,85 | 27.534,25 | 13,56 | 45.465,75 | |
| Administração Financeira | 16.000,00 | 16.000,00 | 3.063,32 | 6.126,64 | 3,02 | 9.873,36 | 3.063,32 | 6.126,64 | 3,02 | 9.873,36 | |
| Controle Interno | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Tecnologia da Informação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ordenamento Territorial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Receitas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Concessões | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicação Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

Documento gerado em 01/06/2016 15:45:49

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Social | 34.500,00 | 34.500,00 | 7.180,48 | 14.417,07 | 7,10 | 20.082,93 | 7.180,48 | 14.417,07 | 7,10 | 20.082,93 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Comunitária | 30.000,00 | 30.000,00 | 6.640,22 | 13.193,95 | 6,50 | 16.806,05 | 6.640,22 | 13.193,95 | 6,50 | 16.806,05 | |
| Administração Geral | 4.500,00 | 4.500,00 | 540,26 | 1.223,12 | 0,60 | 3.276,88 | 540,26 | 1.223,12 | 0,60 | 3.276,88 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Complementar | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Especial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saúde | 160.000,00 | 160.000,00 | 33.557,16 | 66.439,34 | 32,71 | 93.560,66 | 33.557,16 | 66.439,34 | 32,71 | 93.560,66 | 0,00 |
| Atenção Básica | 140.500,00 | 140.500,00 | 30.630,08 | 60.585,18 | 29,83 | 79.914,82 | 30.630,08 | 60.585,18 | 29,83 | 79.914,82 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 8.000,00 | 8.000,00 | 1.189,64 | 2.379,28 | 1,17 | 5.620,72 | 1.189,64 | 2.379,28 | 1,17 | 5.620,72 | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Vigilância Sanitária | 8.000,00 | 8.000,00 | 1.441,74 | 2.883,48 | 1,42 | 5.116,52 | 1.441,74 | 2.883,48 | 1,42 | 5.116,52 | |
| Vigilância Epidemiológica | 1.000,00 | 1.000,00 | 295,70 | 591,40 | 0,29 | 408,60 | 295,70 | 591,40 | 0,29 | 408,60 | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 2.500,00 | 2.500,00 | | | 0,00 | 2.500,00 | | | 0,00 | 2.500,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações de Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Empregabilidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 192.500,00 | 192.500,00 | 30.616,42 | 59.250,63 | 29,17 | 133.249,37 | 30.616,42 | 59.250,63 | 29,17 | 133.249,37 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 102.000,00 | 102.000,00 | 21.800,37 | 42.183,49 | 20,77 | 59.816,51 | 21.800,37 | 42.183,49 | 20,77 | 59.816,51 | |
| Ensino Médio | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Profissional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Superior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Infantil | 30.000,00 | 30.000,00 | 7.141,49 | 14.191,13 | 6,99 | 15.808,87 | 7.141,49 | 14.191,13 | 6,99 | 15.808,87 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Especial | 53.500,00 | 53.500,00 | 890,97 | 1.361,76 | 0,67 | 52.138,24 | 890,97 | 1.361,76 | 0,67 | 52.138,24 | |
| Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 7.000,00 | 7.000,00 | 783,59 | 1.514,25 | 0,75 | 5.485,75 | 783,59 | 1.514,25 | 0,75 | 5.485,75 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cultura | 3.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 3.000,00 | 3.000,00 | | | 0,00 | 3.000,00 | | | 0,00 | 3.000,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Urbanismo | 30.000,00 | 30.000,00 | 3.596,51 | 7.057,69 | 3,47 | 22.942,31 | 3.596,51 | 7.057,69 | 3,47 | 22.942,31 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Urbanos | 20.000,00 | 20.000,00 | 3.596,51 | 7.057,69 | 3,47 | 12.942,31 | 3.596,51 | 7.057,69 | 3,47 | 12.942,31 | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 10.000,00 | 10.000,00 | | | 0,00 | 10.000,00 | | | 0,00 | 10.000,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Habitação Urbana | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 3.000,00 | 3.000,00 | 263,18 | 526,36 | 0,26 | 2.473,64 | 263,18 | 526,36 | 0,26 | 2.473,64 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 3.000,00 | 3.000,00 | 263,18 | 526,36 | 0,26 | 2.473,64 | 263,18 | 526,36 | 0,26 | 2.473,64 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Controle Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Agricultura | 12.000,00 | 12.000,00 | 3.662,58 | 7.176,26 | 3,53 | 4.823,74 | 3.662,58 | 7.176,26 | 3,53 | 4.823,74 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Extensão Rural | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 12.000,00 | 12.000,00 | 3.662,58 | 7.176,26 | 3,53 | 4.823,74 | 3.662,58 | 7.176,26 | 3,53 | 4.823,74 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Colonização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Mineração | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Turismo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação de Energia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Energia Elétrica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Petróleo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Biocombustíveis | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ: 04219688000156**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Execução da Despesa - Intra | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Transporte | 10.000,00 | 10.000,00 | 3.208,43 | 7.076,93 | 3,48 | 2.923,07 | 3.208,43 | 7.076,93 | 3,48 | 2.923,07 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 10.000,00 | 10.000,00 | 3.208,43 | 7.076,93 | 3,48 | 2.923,07 | 3.208,43 | 7.076,93 | 3,48 | 2.923,07 | |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Lazer | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Encargos Especiais | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

| | |
|---|---|
| siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional | **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| | **Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste - MT (Poder Executivo)** |
| | **CNPJ: 04219688000156** |
| | **Exercício: 2016** |
| | **Período de referência: 2º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 30/04/2016 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Notas Explicativas | |

Lista de Assinaturas

| |
|---|
| Assinatura: 1 |
| |
| Assinatura: 2 |
| |
| Assinatura: 3 |
| |
| Assinatura: 4 |
| |
| Assinatura: 5 |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 GABARITO OFICIAL**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS IMEDIATAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍCPIO DE COTRIGUAÇÚ**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 086, de 20 de abril de 2016, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 29 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital do Processo Seletivo Simplificado,

**Considerando**, a apresentação do Gabarito Prévio em data de 30 de maio de 2016, através do Edital Complementar nº 005, para apreciação dos candidatos e eventual interposição de recurso administrativo contra questões aplicadas na prova objetiva,

**Considerando** que, todos os recursos foram acolhidos e avaliados pela Banca Examinadora,

**Considerando** que, nenhum recurso foi capaz de alterar o resultado prévio, e ainda, a Banca Examinadora detectou Erro Material no resultado do Gabarito Prévio do cargo de Office Boy, questões 14 e 15, que ora apresentam-se regularizados.

**Resolve ainda**, apresentar nos Anexos deste Edital Complementar, os Gabaritos Oficiais detalhados por Níveis de Escolaridades e autoriza a empresa organizadora a iniciar a correção das provas, bem como apresentar os resultados dentro dos prazos previstos no cronograma do Processo Seletivo Simplificado.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O gabarito oficial está disponibilizado por Nível de Escolaridade e cargos em ordem alfabética.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Editais Complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 03 de junho de 2016.

**Valdete Veronez França da Silva**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

**ANEXO I - GABARITOS OFICIAIS - NÍVEIS DE ESCOLARIDADES:**

| NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: AGENTE DE VIGILÂNCIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | B | C | A | D | C |
| CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | D | A | C | D | A |
| CARGO: LIMPEZA/COZINHA/LAVANDERIA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | B | A | C | D | A |
| CARGO: LIMPEZA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | D | A | C | D | A |
| CARGO: MOTORISTA GRANDE PORTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | C | A | D | C | B |
| CARGO: OFFICE BOY (MENOR APRENDIZ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D* | C* | D | A | D | B | A |
| * GABARITO SOFREU ALTERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | A | B | C | B |

| NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | A | B | B | C |
| CARGO: MERENDEIRA / ZELADORA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | B | A | C | D | D |
| CARGO: MOTORISTA ÔNIBUS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | B | A | C | B |
| CARGO: MOTORISTA (SAUDE) - SAMU | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | D | D | C | B |

| NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | B | C | A | D | A | A | B | A | A | B | B | A | B | D | A |
| CARGO: AUXILIAR EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | A | C | C | C | A | C | C | B | A | A | B | B |
| CARGO: AUXILIAR DE CLASSE | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | D | B | B | B | B | D | C | D | A | B | D | C | A | B |
| CARGO: PROFESSOR NÍVEL MÉDIO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | A | A | D | C | D | C | B | C | D | D | A | A |
| CARGO: PROFESSOR MAGISTÉRIO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | A | A | D | C | D | C | B | C | D | D | A | A |
| CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Resposta** | B | B | A | D | B | C | A | C | B | A | C | D | C | D | D |
| **CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | C | B | A | D | B | D | A | A | A | C | D | B | A | B | B |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **NÍVEL SUPERIOR** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **CARGO: ASSISTENTE SOCIAL** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | C | D | B | B | C | D | C | A | A | B | B | C | C | D | C |
| **CARGO: BIOQUIMICO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | A | D | D | C | B | D | B | C | B | D | A | A | B | C | D |
| **CARGO: ENFERMEIRO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | A | D | D | C | C | A | B | C | A | D | A | B | D | C | B |
| **CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | A | D | D | A | B | D | A | C | B | C | B | A | B | A | C |
| **CARGO: ODONTÓLOGO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | A | D | D | C | D | A | D | B | D | B | D | B | C | D | C |
| **CARGO: PROFESSOR GRADUADO QUALQUER ÁREA** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | D | D | C | A | C | C | D | A | B | D | C | A | B | C | B |
| **CARGO: PSICÓLOGO (Secretaria de Assistência Social)** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |
| **Questão** | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| **Resposta** | D | C | A | B | D | A | B | C | D | B | B | A | B | A | D |

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012 - PONTUAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS RESULTADO OFICIAL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU**

A Comissão de Concurso Público do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 048, de 25 de fevereiro de 2016, no uso de suas atribuições legais, e,

**Considerando**, o que dispõe o Edital de Concurso Público relativamente às Provas Objetivas,

**Resolve**, publicar o Resultado Oficial das Provas Objetivas dos candidatos de todos os níveis de escolaridades, conforme Anexo.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1.** a pontuação disposta no rol dos candidatos discriminados por Níveis de Escolaridades será acrescida à Nota Final, quando for o caso, somando-se com as provas Subjetivas I e II, mais pontos de Títulos de Pós Graduação, para efeito de classificação geral.
**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** Editais complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 03 de junho de 2016.

**Jesuína Maria de Aquino Sulzbach**

Pres. da Comissão de Concurso Público

| **RESULTADO OFICIAL - PROVA OBJETIVA - NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO** | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Nova União \| 1. Nível Fundamental Incompleto** | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | |
| **Acertos** | Nota | **Acertos** | Nota | **Acertos** | Nota | **Acertos** | Nota | **Acertos** | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 319325 | Jaime Pinto Modesto | **5** | 15,00 | **5** | 15,00 | **5** | 15,00 | **7** | 28,00 | **22** | **73,00** |
| 328141 | Leone Goncalves Da Silva Tostas | **5** | 15,00 | **5** | 15,00 | **7** | 21,00 | **5** | 20,00 | **22** | **71,00** |
| 336352 | Josmar Da Silva Dos Reis | **5** | 15,00 | **4** | 12,00 | **5** | 15,00 | **5** | 20,00 | **19** | **62,00** |
| 325953 | Onesio Alcantara Da Gloria | **4** | 12,00 | **3** | 9,00 | **2** | 6,00 | **4** | 16,00 | **13** | **43,00** |
| 329340 | Anemias Garcia Da Silva | **0** | 0,00 | **0** | 0,00 | **0** | 0,00 | **0** | 0,00 | **0** | **0,00** |

**Agente de Manutenção e Conservação - Motorista Grande Porte - CNH D - Sede | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 321530 | Paulo Roberto Dos Santos | 4 | **12,00** | 3 | **9,00** | 7 | **21,00** | 7 | **28,00** | **21** | **70,00** |
| 334409 | Carlos Alberto Coelho | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 7 | **21,00** | 5 | **20,00** | **20** | **65,00** |
| 332527 | Edimar Bravo Batista | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 3 | **12,00** | **18** | **57,00** |
| 336454 | Adriano Araujo Barros | 3 | **9,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 3 | **12,00** | **18** | **57,00** |
| 326247 | Laucione Azevedo Andrade | 2 | **6,00** | 4 | **12,00** | 6 | **18,00** | 5 | **20,00** | **17** | **56,00** |
| 329564 | Gesiel Moreira Ponciano | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 3 | **12,00** | **17** | **54,00** |
| 321543 | Elivelto Kovalhczuk | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 3 | **9,00** | 3 | **12,00** | **15** | **48,00** |
| 336683 | Cristiano Leonardo Meier | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | **0** | **0,00** | **16** | **48,00** |
| 325135 | Cezar Behling | 2 | **6,00** | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 3 | **12,00** | **13** | **42,00** |
| 337554 | Junior Aparecido Rigo | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Motoniveladora - CNH D - Sede | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 325151 | Celso Behling | 3 | **9,00** | 4 | **12,00** | 3 | **9,00** | 4 | **16,00** | **14** | **46,00** |

**Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Nova União | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 333474 | Jose Wilson Andrade | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 3 | **12,00** | **17** | **54,00** |
| 334590 | Elizeu Grei Coelho | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Agente de Manutenção e Conservação - Operador Máq. Pesadas - Pá Carregadeira - CNH D - Sede | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 338182 | Everson Seconelli Goncalves | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **28,00** | **22** | **73,00** |
| 323398 | Valdeir Manoel Rodrigues | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **20,00** | **20** | **65,00** |
| 319139 | Siderley Borger | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 4 | **16,00** | **17** | **55,00** |
| 331690 | Adenilson De Lima | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 1 | **3,00** | 6 | **24,00** | **16** | **54,00** |
| 328651 | Dirlei Lourenco Dos Santos | 1 | **3,00** | 1 | **3,00** | **0** | **0,00** | 2 | **8,00** | **4** | **14,00** |

**Agente de Serviço de Saúde - Limpeza/Cozinha/Lavanderia | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 339287 | Maria Teresinha Sulzbacher | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 9 | **36,00** | **27** | **90,00** |
| 319205 | Jucineia Da Silva Sobrinho | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 8 | **32,00** | **25** | **83,00** |
| 321524 | Lorena Gomes De Lirio | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 6 | **24,00** | **23** | **75,00** |
| 335581 | Regiane Rodrigues Da Silva | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 7 | **28,00** | **22** | **73,00** |
| 338127 | Maria Rodrigues Ferreira | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 7 | **28,00** | **19** | **64,00** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 316923 | Neuza Braz Ferreira | 3 | **9,00** | 5 | **15,00** | 2 | **6,00** | 8 | **32,00** | **18** | **62,00** |
| 317871 | Silmara Rosania Rodrigues Dos Santos | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 4 | **16,00** | **19** | **61,00** |
| 321392 | Gleiciane Barbosa Teixeira | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 3 | **9,00** | 6 | **24,00** | **17** | **57,00** |
| 317842 | Ana Maria Alves | 1 | **3,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **20,00** | **16** | **53,00** |
| 317545 | Kate Maria Da Silva Gomes | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |
| 329469 | Regina Santos De Matos | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Agente Operacional - Motorista Veículo Pequeno - CNH B - Sede | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 330371 | Zaqueu De Oliveira Matos | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 9 | **36,00** | **26** | **87,00** |
| 325850 | Marcos Eneas Correia Da Rocha | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 9 | **27,00** | 5 | **20,00** | **24** | **77,00** |
| 330620 | Jesiel De Oliveira Goncalves | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 7 | **28,00** | **22** | **73,00** |
| 319242 | Joaquim Teofilo Da Silva | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 6 | **24,00** | **22** | **72,00** |
| 331419 | Lucas Dias Pereira | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 4 | **16,00** | **22** | **70,00** |
| 320890 | Bruno Vinicius Lopes | 3 | **9,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 5 | **20,00** | **21** | **68,00** |
| 325975 | Osvaldo Alves Da Silva | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 5 | **20,00** | **21** | **68,00** |
| 337674 | Wesley Rodrigues De Aguiar | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 5 | **20,00** | **21** | **68,00** |
| 316793 | Edilson Wanderlei Pedroso | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 9 | **27,00** | 3 | **12,00** | **21** | **66,00** |
| 337539 | Jose Jorge Glaab | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 3 | **12,00** | **21** | **66,00** |
| 320842 | Alessandro Jandrey | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **20,00** | **20** | **65,00** |
| 334607 | Daniel De Souza Silvestre | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 5 | **20,00** | **20** | **65,00** |
| 329824 | Adriano Botelho Da Silva | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 4 | **16,00** | **20** | **64,00** |
| 337405 | Enric Bras Fabian | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 4 | **16,00** | **20** | **64,00** |
| 317552 | Alan Nascimento Da Silva | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 4 | **16,00** | **19** | **61,00** |
| 321085 | Marcia Ferreira Padilha | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 2 | **8,00** | **19** | **59,00** |
| 337570 | Rosenilda Dos Santos Marcal | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 4 | **16,00** | **17** | **55,00** |
| 322147 | Ederson Rodrigues Ferreira | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 3 | **12,00** | **17** | **54,00** |
| 330481 | Ismael Nunes De Araujo | 4 | **12,00** | 3 | **9,00** | 4 | **12,00** | 5 | **20,00** | **16** | **53,00** |
| 323401 | Tiago Jose Alves De Oliveira | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 2 | **6,00** | 4 | **16,00** | **16** | **52,00** |
| 318968 | Nelson Luiz Dos Santos | 5 | **15,00** | 3 | **9,00** | 4 | **12,00** | 3 | **12,00** | **15** | **48,00** |
| 320703 | Douglas Dias Dos Santos | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 3 | **9,00** | 3 | **12,00** | **15** | **48,00** |
| 318313 | Aparecida Bispo Silveira | 3 | **9,00** | 3 | **9,00** | 4 | **12,00** | 2 | **8,00** | **12** | **38,00** |
| 338068 | Rodrigo Carvalho Gomes | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Nova União | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | **L. Port.** | **Mat.** | **CG.** | **CE.** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 329438 | Iara Almeida Batista | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 9 | **36,00** | **27** | **90,00** |
| 335028 | Angela Ferreira De Jesus | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 9 | **36,00** | **26** | **87,00** |
| 327977 | Joilson Sanabria Azevedo | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 9 | **36,00** | **24** | **81,00** |
| 333451 | Marinalva Pereira Dos Santos | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 9 | **36,00** | **24** | **81,00** |
| 338070 | Alzenira Alves Falcao | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 9 | **36,00** | **23** | **78,00** |
| 337292 | Dimas Curti De Almeida Junior | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 6 | **18,00** | 8 | **32,00** | **23** | **77,00** |
| 337785 | Rayane Oliveira Ferreira_de Almeida | 5 | **15,00** | 5 | **15,00** | 7 | **21,00** | 6 | **24,00** | **23** | **75,00** |
| 337910 | Alcely De Gois Moreira | 4 | **12,00** | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 9 | **36,00** | **22** | **75,00** |
| 318415 | Robson Da Silva Gomes | 5 | **15,00** | 4 | **12,00** | 6 | **18,00** | 7 | **28,00** | **22** | **73,00** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 320234 | Leila Santos De Sa Azevedo | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | 22 | 72,00 |
| 332020 | Maria Helena Casali Fachini | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 9 | 36,00 | 21 | 72,00 |
| 336756 | Ivan Rodrigues Gomes | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 9 | 36,00 | 21 | 72,00 |
| 337445 | Wermenson Baldson De Souza | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 3 | 9,00 | 9 | 36,00 | 21 | 72,00 |
| 329399 | Rosangela Servalo Sa | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 6 | 24,00 | 21 | 69,00 |
| 324013 | Dirleia Pereira Dos Santos | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 6 | 24,00 | 20 | 66,00 |
| 328373 | Liliane Portilho Da Silva | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | 20 | 64,00 |
| 325949 | Gabrielly Renita De Souza | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | 16 | 53,00 |
| 336430 | Marilsa Loureco Ribeiro Jorge | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 2 | 6,00 | 5 | 20,00 | 16 | 53,00 |
| 321756 | Cleideane Duarte Viana | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 3 | 12,00 | 16 | 51,00 |
| 329143 | Kelen Vieira Machado | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 5 | 20,00 | 13 | 44,00 |
| 338240 | Jonatas Pereira Matias | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 2 | 6,00 | 3 | 12,00 | 13 | 42,00 |
| 336593 | Heloayne Mota Nascimento | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 3 | 9,00 | 2 | 8,00 | 13 | 41,00 |
| 319566 | Karina Paulina Dos Santos | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 323812 | Joselito Aparecido De Carmo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 332290 | Jonivan Sanabia Azevedo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Agente Público - Auxiliar de Serviços Gerais - Sede | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | L. Port. | Mat. | CG. | CE. | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 319515 | Lucineia Rodrigues Bomfim | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 9 | 36,00 | 25 | 84,00 |
| 317905 | Maria Aparecida Bonfa | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 8 | 24,00 | 7 | 28,00 | 25 | 82,00 |
| 323402 | Lucineia Cintra Pereira | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 7 | 21,00 | 8 | 32,00 | 24 | 80,00 |
| 333407 | Marcos Andre Frohlich | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 7 | 21,00 | 8 | 32,00 | 24 | 80,00 |
| 326662 | Cleide Maria Do Nascimento Cruz | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 9 | 27,00 | 5 | 20,00 | 24 | 77,00 |
| 320540 | Viviane Pereira Da Silva Nunes | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 7 | 28,00 | 23 | 76,00 |
| 335561 | Vera Lucia De Souza Rocha | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | 23 | 75,00 |
| 334224 | Andreia Cristina Cattani | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 7 | 28,00 | 22 | 73,00 |
| 324510 | Lidia Da Rocha | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 6 | 24,00 | 21 | 69,00 |
| 317264 | Roseli Aparecida Nogueira | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 7 | 28,00 | 20 | 67,00 |
| 334337 | Hozana Ananias Pinheiro Guth | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | 20 | 66,00 |
| 317778 | Silvia Regina Von Borrowsky | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 6 | 24,00 | 19 | 63,00 |
| 319289 | Noemia Moreira De Souza Rodrigues | 5 | 15,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 6 | 24,00 | 19 | 63,00 |
| 318563 | Angelica Maria Moro | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | 19 | 62,00 |
| 333131 | Lucilene Da Silva Evangelista | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 7 | 28,00 | 18 | 61,00 |
| 316806 | Roseli Pevidor Dos Santos Marciano | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | 18 | 59,00 |
| 324202 | Neidiana Goncalves De Almeida | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 6 | 24,00 | 17 | 57,00 |
| 320557 | Marcia Nunes | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | 17 | 55,00 |
| 317769 | Angelica Geni Goncalves | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 6 | 24,00 | 15 | 51,00 |
| 337337 | Zilda Arruda Do Amaral | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | 15 | 50,00 |
| 336670 | Itamar Jose Martins | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | 14 | 47,00 |
| 319170 | Ronailton Pereira Dias | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | 14 | 46,00 |
| 316767 | Helena Goncalves Da Silva Oliveira | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 3 | 12,00 | 11 | 36,00 |
| 318742 | Solenis Moraes Dos Santos | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 2 | 8,00 | 10 | 32,00 |
| 319651 | Juliana Soares Goncalves | 1 | 3,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 1 | 4,00 | 6 | 19,00 |
| 327247 | Adelino Lopes Da Silva | 0 | 0,00 | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 1 | 4,00 | 5 | 16,00 |
| 328567 | Rosemeire Bonfim | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 1 | 3,00 | 3 | 12,00 | 4 | 15,00 |
| 319573 | Noeli De Fatima Souza Skura | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 321582 | Lucas Aparecido Pacheco Da Silva | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 337439 | Lucinalva De Carvalho Araujo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Agente Público - Viveirista | 1. Nível Fundamental Incompleto**

| Nº INSC | CANDIDATO | L. Port. | Mat. | CG. | CE. | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 321249 | Jose Carlos Sudre | 4 | **12,00** | 5 | **15,00** | 9 | **27,00** | 8 | **32,00** | **26** | **86,00** |
| 321746 | **Jose Adriano Antunes Da Siqueira (pne)** | 3 | **9,00** | 5 | **15,00** | 8 | **24,00** | 6 | **24,00** | **22** | **72,00** |
| 332375 | **Arrisson Teodoro (PNE)** | 3 | **9,00** | 3 | **9,00** | 5 | **15,00** | 7 | **28,00** | **18** | **61,00** |
| 318474 | Paulo Rogerio Soares | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**RESULTADO OFICIAL - PROVA OBJETIVA - NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**

**Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila | 2. Nível Fundamental Completo**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | | |
| 336071 | Ronizamar Antonio Souza De Aredes | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | **5** | **15,00** | 10 | 40,00 | **24** | **82,00** | * |
| 338620 | Miriam Castro Amorim Da Costa | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | **5** | **15,00** | 10 | 40,00 | **22** | **76,00** | * |
| 327784 | Elias Figueiro Torres | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | **3** | **9,00** | 10 | 40,00 | **18** | **64,00** | * |
| 335094 | Ezedequias Machado Pereira | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 6 | 24,00 | **13** | **45,00** | |
| 328086 | Silvano Martins Carneiro | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** | |

*** NOTAS QUE SOFRERAM CORREÇÕES APÓS APRESENTAÇÃO DE RECURSOS**

**Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Nova Esperança | 2. Nível Fundamental Completo**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 332263 | Antonio De Souza Silva | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 3 | 12,00 | **10** | **33,00** |

**Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Nova União | 2. Nível Fundamental Completo**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 326276 | Cemair Da Silva Dos Reis | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 9 | 27,00 | 7 | 28,00 | **22** | **73,00** |
| 332222 | Aloir Jose Fachini | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 9 | 27,00 | 6 | 24,00 | **20** | **66,00** |
| 334875 | Cassio Poliano Dos Reis | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **18** | **58,00** |
| 328840 | Sinval Baudson | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 7 | 21,00 | 3 | 12,00 | **15** | **48,00** |
| 319182 | Ademiro Lovo | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | **17** | **55,00** |
| 335076 | Ronivom Martins Dos Anjos | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 5 | 20,00 | **15** | **50,00** |
| 333150 | Jose Roberto Dos Reis | 2 | 6,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 4 | 16,00 | **14** | **46,00** |
| 330642 | Jose Carlos Poleto | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 2 | 8,00 | **9** | **29,00** |
| 331882 | Lorivaldo Fernandes de Figueiredo | 0 | 0,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 4 | 16,00 | **8** | **28,00** |

**Apoio Operacional Educacional - Motorista Ônibus - CNH D - Sede | 2. Nível Fundamental Completo**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337701 | Adelir Queiroz | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 7 | 21,00 | 4 | 16,00 | **17** | **55,00** |
| 329333 | Marcio Manoel Rodrigues | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | **16** | **54,00** |
| 317050 | Edines Dos Anjos | 2 | 6,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **14** | **46,00** |

**Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | 2. Nível Fundamental Completo**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 329914 | Valeria De Almeida | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 7 | 21,00 | 9 | 36,00 | **24** | **81,00** |
| 320231 | Simone Daniela Czycza | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 7 | 21,00 | 8 | 32,00 | **23** | **77,00** |
| 323526 | Solange Maria Mattye | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 8 | 24,00 | 7 | 28,00 | **22** | **73,00** |
| 325549 | Wallace Lopes De Aguiar | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 9 | 36,00 | **21** | **72,00** |
| 335274 | Adriana Halmenschlager De Lima | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 4 | 12,00 | 8 | 32,00 | **21** | **71,00** |
| 329059 | Larissa Rodrigues Souza | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 9 | 27,00 | 7 | 28,00 | **21** | **70,00** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 337648 | Marcia Regiane Diniz Boreck | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 8 | 24,00 | 6 | 24,00 | **21** | **69,00** |
| 326350 | Cleidiane Cavalcante De Brito | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 8 | 24,00 | 6 | 24,00 | **21** | **69,00** |
| 319075 | Midian Maria De Morais Soares | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 7 | 21,00 | 8 | 32,00 | **20** | **68,00** |
| 333495 | Dijeany R. De Jesus Filha | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 9 | 27,00 | 7 | 28,00 | **20** | **67,00** |
| 318476 | Sintia Marciano De Oliveira | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | **20** | **66,00** |
| 335608 | Betania De Jesus Da Rocha | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 6 | 18,00 | 8 | 32,00 | **19** | **65,00** |
| 338457 | Daniel Marlon Rhendson Da Silva Alves | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 6 | 18,00 | 6 | 24,00 | **19** | **63,00** |
| 334535 | Mirian Pinho Souza Doerner | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 6 | 18,00 | 6 | 24,00 | **19** | **63,00** |
| 334169 | Gesicleia Cerqueira Silva | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 6 | 18,00 | 5 | 20,00 | **19** | **62,00** |
| 318411 | Juliana Ferreira Medeiros Dos Santos | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 6 | 18,00 | 7 | 28,00 | **18** | **61,00** |
| 319265 | Fernanda De Almeida Oliveira | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 7 | 28,00 | **18** | **61,00** |
| 329999 | Crystian Luiz Rockenbach Isele | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 7 | 28,00 | **18** | **61,00** |
| 336369 | Ivaneide Rodrigues Da Silva | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 8 | 24,00 | 6 | 24,00 | **18** | **60,00** |
| 319233 | Vanda Boreck | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | **18** | **60,00** |
| 316775 | Andriely Regina Macedo Lage | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 7 | 28,00 | **17** | **58,00** |
| 318212 | Vanessa Goncalves De Oliveira | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 7 | 28,00 | **17** | **58,00** |
| 318804 | Leandro De Souza Reis | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | **17** | **57,00** |
| 336379 | Jucineide Da Silva Rodrigues Souza | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 7 | 21,00 | 6 | 24,00 | **17** | **57,00** |
| 337118 | Edilia Soares | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 7 | 21,00 | 4 | 16,00 | **17** | **55,00** |
| 320261 | Dulce Fernandes | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 7 | 21,00 | 5 | 20,00 | **16** | **53,00** |
| 322088 | Cleria Aparecida Dos Santos Cavalcante | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | **16** | **53,00** |
| 334591 | Katiele Marques Pereira | 2 | 6,00 | 4 | 12,00 | 5 | 15,00 | 5 | 20,00 | **16** | **53,00** |
| 322955 | Solange Rocha | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **16** | **52,00** |
| 318342 | Silvana Aparecida Prado | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | **15** | **50,00** |
| 338098 | Angela Helena De Souza | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | **15** | **49,00** |
| 321505 | Rayanne Monteiro De Araujo | 4 | 12,00 | **0** | 0,00 | 4 | 12,00 | 6 | 24,00 | **14** | **48,00** |
| 326041 | Thaisa Mariane Slongo | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 7 | 21,00 | 3 | 12,00 | **15** | **48,00** |
| 338069 | Mercedes Imaculada De Souza | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 5 | 20,00 | **14** | **47,00** |
| 318480 | Angelica Behling | 2 | 6,00 | 4 | 12,00 | 4 | 12,00 | 4 | 16,00 | **14** | **46,00** |
| 328155 | Leonardo Joao Silveira | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 3 | 12,00 | **14** | **45,00** |
| 320516 | Luciele Skura Bamberg | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 5 | 20,00 | **13** | **44,00** |
| 321269 | Genecelma Alves Uchoa | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **13** | **43,00** |
| 336822 | Edelo Fabio Da Silva | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | **13** | **43,00** |
| 318450 | Maria Aparecida Pacheco Dos Santos | 3 | 9,00 | **0** | 0,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | **12** | **41,00** |
| 338919 | Rurick Oliveira Scaff | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 4 | 16,00 | **12** | **40,00** |
| 319564 | Erica Bravo Batista | 3 | 9,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 2 | 8,00 | **12** | **38,00** |

| **Auxiliar Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede \| 2. Nível Fundamental Completo** | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337400 | Guilherme Armelin Padilha | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 6 | 18,00 | 2 | 8,00 | **11** | **35,00** |
| 337737 | Rosemara De Godois Bundchen | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 2 | 8,00 | **11** | **35,00** |
| 336676 | Franciely Luiz Almeida | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 3 | 12,00 | **10** | **33,00** |
| 338998 | Andrieli Machado | 4 | 12,00 | **0** | 0,00 | 3 | 9,00 | 3 | 12,00 | **10** | **33,00** |
| 325842 | Vaneide Braz Ferrreira | 2 | 6,00 | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 2 | 8,00 | **10** | **32,00** |
| 326668 | Edna Nunes De Araujo | 1 | 3,00 | **0** | 0,00 | 4 | 12,00 | 2 | 8,00 | **7** | **23,00** |
| 336721 | Angelica Patricia De Lima | 1 | 3,00 | 1 | 3,00 | 4 | 12,00 | 1 | 4,00 | **7** | **22,00** |
| 318734 | Lucas Araujo Da Silva | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 328945 | Robert Augusto De Cerqueira | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |
| 328979 | Priscila Rodrigues De Araujo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |
| 332518 | Jucilene Dantas Da Silva | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |

**Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Agrovila | 2. Nível Fundamental Completo**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337985 | Tais Da Silva | 5 | 15,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 5 | 20,00 | **17,00** | **56,00** |
| 328653 | Carlos Eduardo Rodrigues Brambila | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 6 | 18,00 | 4 | 16,00 | **16,00** | **52,00** |
| 326880 | Natiele Baros De Souza | 2 | 6,00 | **0** | 0,00 | 5 | 15,00 | 5 | 20,00 | **12,00** | **41,00** |

**Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | 2. Nível Fundamental Completo**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 332130 | Rafael Felipe Bettega | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 7 | 21,00 | 7 | 28,00 | **21** | **70,00** |
| 319695 | Jaqueline Dias Batista | 2 | 6,00 | 3 | 9,00 | 8 | 24,00 | 7 | 28,00 | **20** | **67,00** |
| 319499 | Silvone Vaz Mourao | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 7 | 21,00 | 7 | 28,00 | **19** | **64,00** |
| 321553 | Fernando Rayelo Gomes Da Silva | 3 | 9,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 8 | 32,00 | **18** | **62,00** |
| 329757 | Andreia De Fatima B. Fabian Kovalhczuk | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 7 | 28,00 | **18** | **61,00** |
| 338519 | Ronaldo Silva Rodrigues | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 6 | 18,00 | 6 | 24,00 | **18** | **60,00** |
| 329577 | Dayane Carla De Oliveira | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 6 | 24,00 | **18** | **60,00** |
| 318751 | Elizangela Riedel | 5 | 15,00 | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 7 | 28,00 | **16** | **55,00** |
| 318710 | Silvana Guth | 4 | 12,00 | **0** | 0,00 | 5 | 15,00 | 6 | 24,00 | **15** | **51,00** |
| 338471 | Lucivania Santos De Jesus | 2 | 6,00 | 3 | 9,00 | 5 | 15,00 | 5 | 20,00 | **15** | **50,00** |
| 326327 | Caroline Ramos Da Rosa | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 5 | 20,00 | **15** | **50,00** |
| 326898 | Michele Aparecida De Branco | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 5 | 20,00 | **14** | **47,00** |
| 325273 | Caroline Schmoeller | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **14** | **46,00** |
| 337858 | Genis Felismina Custodio | 4 | 12,00 | 2 | 6,00 | 4 | 12,00 | 4 | 16,00 | **14** | **46,00** |
| 337438 | Wellington Pereira | 1 | 3,00 | 2 | 6,00 | 4 | 12,00 | 6 | 24,00 | **13** | **45,00** |
| 319614 | Rosane Boreck | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 5 | 15,00 | 3 | 12,00 | **13** | **42,00** |

**Auxiliar Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | 2. Nível Fundamental Completo**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337446 | Jhonny Nunes Dos Santos | 3 | 9,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 5 | 20,00 | **12** | **41,00** |
| 337198 | Andressa Priscila Giliioli Grasel | 4 | 12,00 | 1 | 3,00 | 3 | 9,00 | 4 | 16,00 | **12** | **40,00** |
| 337503 | Karina Fonseca Da Rocha | 1 | 3,00 | 2 | 6,00 | 5 | 15,00 | 1 | 4,00 | **9** | **28,00** |
| 333104 | Estela De Oliveira Amaral | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 2 | 6,00 | 2 | 8,00 | **8** | **26,00** |

**Motorista - CNH D - Sec. de Saúde - Sede | 2. Nível Fundamental Completo**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337343 | Jeferson Sabino Martins Lopes | 4 | 12,00 | 3 | 9,00 | 4 | 12,00 | 3 | 12,00 | **14** | **45,00** |
| 319662 | Elian Rodrigues De Souza | 3 | 9,00 | **0** | 0,00 | 5 | 15,00 | 4 | 16,00 | **12** | **40,00** |
| 337950 | Junior Aparecido Rigo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |

**RESULTADO OFICIAL - PROVA OBJETIVA - NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO**

**Agente Administrativo - Estrutura Administrativa - Sede | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | **Port.** | **Mat.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 337688 | Tiago Bruno Da Silva | 9 | **13,50** | 2 | **3,00** | 5 | **10,00** | 8 | **24,00** | **24** | **50,50** |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 337069 | Hudson Assis De Figueiredo | 8 | 12,00 | 4 | 6,00 | 8 | 16,00 | 4 | 12,00 | 24 | 46,00 |
| 335830 | Stefany Moreira Barcelos | 5 | 7,50 | 5 | 7,50 | 6 | 12,00 | 6 | 18,00 | 22 | 45,00 |
| 317943 | Edwandro Vargas Charneski | 6 | 9,00 | 4 | 6,00 | 7 | 14,00 | 5 | 15,00 | 22 | 44,00 |
| 321846 | Cleliane Portilho Da Silva | 7 | 10,50 | 4 | 6,00 | 5 | 10,00 | 5 | 15,00 | 21 | 41,50 |
| 318787 | Guilherme Oliveira De Souza | 7 | 10,50 | 2 | 3,00 | 6 | 12,00 | 5 | 15,00 | 20 | 40,50 |
| 326811 | Adriana Garanhani Korb | 3 | 4,50 | 3 | 4,50 | 5 | 10,00 | 7 | 21,00 | 18 | 40,00 |
| 319482 | Miria Pimenta Jacinta Drehmer | 4 | 6,00 | 3 | 4,50 | 7 | 14,00 | 5 | 15,00 | 19 | 39,50 |
| 318732 | Zenaid Ramos Da Silva | 2 | 3,00 | 3 | 4,50 | 6 | 12,00 | 6 | 18,00 | 17 | 37,50 |
| 337665 | Elenice Correa | 6 | 9,00 | 5 | 7,50 | 4 | 8,00 | 4 | 12,00 | 19 | 36,50 |
| 339035 | Jean Marino Sulzbach | 8 | 12,00 | 3 | 4,50 | 4 | 8,00 | 4 | 12,00 | 19 | 36,50 |
| 321370 | Kamylla Andresa Fusinatto Comper | 4 | 6,00 | 4 | 6,00 | 6 | 12,00 | 4 | 12,00 | 18 | 36,00 |
| 337489 | Raquel Silva Dos Santos | 6 | 9,00 | 2 | 3,00 | 6 | 12,00 | 4 | 12,00 | 18 | 36,00 |
| 318465 | Fernanda Ferreira De Oliveira | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 333988 | Sandra Aline De Lima Prange | 5 | 7,50 | 4 | 6,00 | 5 | 10,00 | 4 | 12,00 | 18 | 35,50 |
| 320823 | Nayara Cristine Do Carmo Gameiro Dos Santos | 3 | 4,50 | 4 | 6,00 | 4 | 8,00 | 5 | 15,00 | 16 | 33,50 |
| 337928 | Elisabete De Souza | 5 | 7,50 | 1 | 1,50 | 5 | 10,00 | 4 | 12,00 | 15 | 31,00 |
| 337347 | Marilucia Schmoeller | 2 | 3,00 | 0 | 0,00 | 4 | 8,00 | 1 | 3,00 | 7 | 14,00 |
| 318259 | Simone Laureano De Souza | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 327496 | Gislaine De Oliveira Rabelo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Agente Administrativo - Sec. de Saúde - Sede | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 318222 | Marizete Krieser | 7 | 10,50 | 6 | 9,00 | 7 | 14,00 | 7 | 21,00 | 27 | 54,50 |
| 333356 | Taiane Giliolli | 8 | 12,00 | 3 | 4,50 | 5 | 10,00 | 3 | 9,00 | 19 | 35,50 |
| 337967 | Regiane Dias Batista | 5 | 7,50 | 2 | 3,00 | 3 | 6,00 | 4 | 12,00 | 14 | 28,50 |

**Agente de Fiscalização - Fiscal de Tributos - Sede | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 332597 | Evandro Juel Anhalt Davi | 7 | 10,50 | 5 | 7,50 | 5 | 10,00 | 6 | 18,00 | 23 | 46,00 |
| 334498 | Laudinei Doerner | 6 | 9,00 | 7 | 10,50 | 7 | 14,00 | 4 | 12,00 | 24 | 45,50 |
| 337013 | Ellen Aparecida Rodrigues Ramires | 9 | 13,50 | 4 | 6,00 | 4 | 8,00 | 5 | 15,00 | 22 | 42,50 |
| 339358 | Mirian De Oliveira Santos | 7 | 10,50 | 2 | 3,00 | 4 | 8,00 | 6 | 18,00 | 19 | 39,50 |
| 316758 | Jose Henrique Pego De Oliveira | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 5 | 10,00 | 5 | 15,00 | 19 | 38,50 |
| 331845 | Magno Lougans Fonesi Prange | 2 | 3,00 | 3 | 4,50 | 7 | 14,00 | 5 | 15,00 | 17 | 36,50 |
| 321183 | Jonatas De Morais Soares | 3 | 4,50 | 5 | 7,50 | 4 | 8,00 | 5 | 15,00 | 17 | 35,00 |
| 337959 | Marcelo Nunes | 4 | 6,00 | 3 | 4,50 | 6 | 12,00 | 3 | 9,00 | 16 | 31,50 |
| 331972 | Carina Alves Da Silva | 4 | 6,00 | 2 | 3,00 | 5 | 10,00 | 4 | 12,00 | 15 | 31,00 |
| 317433 | Lazaro Santa Clara Do Amaral | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| 328242 | Eudes Leal Campos | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Agrovila | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 323538 | Cintia Fausta De Oliveira | 7 | 10,50 | 4 | 6,00 | 7 | 14,00 | 5 | 15,00 | 23 | 45,50 |

**Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova Esperança | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 325514 | Elismar Da Silva Borbosa | 1 | 1,50 | 0 | 0,00 | 4 | 8,00 | 4 | 12,00 | 9 | 21,50 |

**Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Nova União | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 337420 | Lucineia Baudison De Souza | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 3 | 6,00 | 3 | 9,00 | 15 | 28,50 |
| 326005 | Rosa Reis Alves De Carvalho | 3 | 4,50 | 1 | 1,50 | 5 | 10,00 | 2 | 6,00 | 11 | 22,00 |

**Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Ouro Verde | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 337800 | Rosineide Rodrigues Da Silva | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 4 | 8,00 | 3 | 9,00 | 16 | 30,50 |
| **Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Enfermagem - Sede \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 337727 | Elizete Skura | 4 | 6,00 | 5 | 7,50 | 7 | 14,00 | 7 | 21,00 | 23 | 48,50 |
| 318573 | Angelita Riedel Behling | 7 | 10,50 | 5 | 7,50 | 4 | 8,00 | 5 | 15,00 | 21 | 41,00 |
| 320776 | Maria Betania Barteli | 4 | 6,00 | 3 | 4,50 | 5 | 10,00 | 5 | 15,00 | 17 | 35,50 |
| 318942 | Cleide Aparecida Lopes Da Silva | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 3 | 6,00 | 5 | 15,00 | 17 | 34,50 |
| 318136 | Ana Paula Gomes Da Cruz | 6 | 9,00 | 2 | 3,00 | 5 | 10,00 | 4 | 12,00 | 17 | 34,00 |
| 328140 | Andreia Marisa Pagel | 4 | 6,00 | 2 | 3,00 | 5 | 10,00 | 5 | 15,00 | 16 | 34,00 |
| 318179 | Rozane De Oliveira | 7 | 10,50 | 2 | 3,00 | 2 | 4,00 | 4 | 12,00 | 15 | 29,50 |
| 337631 | Marli Dos Santos Oliveira | 3 | 4,50 | 2 | 3,00 | 6 | 12,00 | 3 | 9,00 | 14 | 28,50 |
| 318502 | Solange Aparecida De Lima | 1 | 1,50 | 2 | 3,00 | 4 | 8,00 | 4 | 12,00 | 11 | 24,50 |
| **Assistente Técnico em Saúde - Técnico em Radiologia \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 333230 | Melanya Aparecida Da Silva | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

| **Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Nova União \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 325929 | Julia Moreira Tosta | 5 | 7,50 | 1 | 1,50 | 3 | 6,00 | 3 | 9,00 | 12 | 24,00 |
| **Auxiliar Técnico de Saúde - Auxiliar em Enfermagem - Vale Verde \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 328634 | Doredia Martins De Souza | 3 | 4,50 | 2 | 3,00 | 7 | 14,00 | 4 | 12,00 | 16 | 33,50 |
| **Orientador Social - CRAS - Sede \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 326709 | Karolline Sthefany Silva Nascimento | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 4 | 8,00 | 7 | 21,00 | 20 | 42,50* |
| 321855 | Valdete Alves Martins | 7 | 10,50 | 1 | 1,50 | 6 | 12,00 | 4 | 12,00 | 18 | 36,00 |
| 331785 | Erik Augusto De Cerqueira | 3 | 4,50 | 1 | 1,50 | 5 | 10,00 | 3 | 9,00 | 12 | 25,00 |
| 326502 | Rhaiane Brenda Mariluce Da Silva Luiz | 3 | 4,50 | 2 | 3,00 | 3 | 6,00 | 1 | 3,00 | 9 | 16,50 |
| *** NOTAS QUE SOFRERAM CORREÇÕES APÓS APRESENTAÇÃO DE RECURSOS** | | | | | | | | | | | |
| **Técnico Administrativo Educacional \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 335343 | Katia Maria Do Nascimento Mallmann | 5 | 7,50 | 3 | 4,50 | 8 | 16,00 | 7 | 21,00 | 23 | 49,00 |
| 322282 | Joao Martins Ferreira Filho | 5 | 7,50 | 4 | 6,00 | 8 | 16,00 | 5 | 15,00 | 22 | 44,50 |
| 318065 | Adriana Gomes Da Silva | 4 | 6,00 | 4 | 6,00 | 6 | 12,00 | 5 | 15,00 | 19 | 39,00 |
| 326938 | Angelica Macedo | 5 | 7,50 | 2 | 3,00 | 5 | 10,00 | 5 | 15,00 | 17 | 35,50 |
| 338063 | Juliana Cruz Amorim | 4 | 6,00 | 2 | 3,00 | 7 | 14,00 | 4 | 12,00 | 17 | 35,00 |
| 338288 | Ilza Franco Pereira | 5 | 7,50 | 3 | 4,50 | 4 | 8,00 | 4 | 12,00 | 16 | 32,00 |
| 334383 | Marcia Ferreira Da Silva Pereira | 4 | 6,00 | 4 | 6,00 | 1 | 2,00 | 1 | 3,00 | 10 | 17,00 |
| 325777 | Roseni Pereira Dias | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| **Técnico de Nível Médio - Técnico em Agropecuária \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | | | | | | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | | |
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 317070 | Eliana Martins De Oliveira | 3 | 4,50 | 4 | 6,00 | 5 | 10,00 | 6 | 18,00 | 18 | 38,50 |

**Técnico em Vigilância Sanitária e Ambiental - Fiscal Sanitário - Sede | 3. Nível Médio e Técnico**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | Mat. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | |
| 319116 | Solange Xavier Martins | 5 | 7,50 | 2 | 3,00 | 2 | 4,00 | 3 | 9,00 | 12 | 23,50 |
| 317838 | Cristiani Cecilia Schons | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**RESULTADO OFICIAL - PROVA OBJETIVA - NÍVEL SUPERIOR**

**Especialista em Saúde - Enfermeiro - Nova União | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 318479 | Mara Lucia Bettega | 5 | 7,50 | 8 | 12,00 | 7 | 17,50 | 20,00 | 37,00 |
| 335078 | Tatiane Alves Pontes | 6 | 9,00 | 3 | 4,50 | 10 | 25,00 | 19,00 | 38,50 |
| 322178 | Izabel Freitas Da Rocha | 3 | 4,50 | 6 | 9,00 | 9 | 22,50 | 18,00 | 36,00 |
| 334165 | Ana Carina Effting | 4 | 6,00 | 9 | 13,50 | 5 | 12,50 | 18,00 | 32,00 |
| 320671 | Debora Lucio Dos Santos | 6 | 9,00 | 4 | 6,00 | 4 | 10,00 | 14,00 | 25,00 |
| 326057 | Josilene Ferreira Serpa | 3 | 4,50 | 4 | 6,00 | 5 | 12,50 | 12,00 | 23,00 |

**Especialista em Saúde - Enfermeiro - Sede | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 338520 | Muniz Nazare Dos Santos | 6 | 9,00 | 6 | 9,00 | 13 | 32,50 | 25 | 50,50 |
| 322127 | Maiara Barboza Teixeira | 6 | 9,00 | 9 | 13,50 | 10 | 25,00 | 25 | 47,50 |
| 321146 | Sheila Cristina Silveira | 6 | 9,00 | 5 | 7,50 | 11 | 27,50 | 22 | 44,00 |
| 338338 | Elizangela Kimi Fujimori | 5 | 7,50 | 6 | 9,00 | 10 | 25,00 | 21 | 41,50 |
| 334650 | Gleiciel Da Silva De Andrade | 5 | 7,50 | 4 | 6,00 | 9 | 22,50 | 18 | 36,00 |
| 328815 | Cristiane Alves Carvalho | 6 | 9,00 | 6 | 9,00 | 7 | 17,50 | 19 | 35,50 |
| 320496 | Jose Carlos De Souza | 4 | 6,00 | 5 | 7,50 | 8 | 20,00 | 17 | 33,50 |
| 336199 | Leidiane De Oliveira Santiago | 3 | 4,50 | 3 | 4,50 | 9 | 22,50 | 15 | 31,50 |
| 338317 | Esolina Nimer Buss | 6 | 9,00 | 6 | 9,00 | 5 | 12,50 | 17 | 30,50 |
| 330920 | Diana Debastiani | 5 | 7,50 | 5 | 7,50 | 5 | 12,50 | 15 | 27,50 |
| 333215 | Erveson Pereira De Souza | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Especialista em Saúde - Farmacêutico Bioquímico | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 317171 | Alessandra Mara Perdoncini | 6 | 9,00 | 9 | 13,50 | 6 | 15,00 | 21 | 37,50 |
| 327895 | Rayane Kelen Dornelas | 7 | 10,50 | 5 | 7,50 | 6 | 15,00 | 18 | 33,00 |
| 318070 | Caroline Faria De Moraes Parise | 5 | 7,50 | 3 | 4,50 | 8 | 20,00 | 16 | 32,00 |

**Especialista em Saúde - Médico - Nova União | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 334274 | Eduardo Moreira | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Especialista em Saúde - Odontólogo - Nova União | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 333511 | Michele Oliveira Rodrigues | 7 | 10,50 | 5 | 7,50 | 8 | 20,00 | 20 | 38,00 |
| 326492 | Luiz Carlos Moreira | 5 | 7,50 | 7 | 10,50 | 6 | 15,00 | 18 | 33,00 |
| 326517 | Adrielly Rosa De Lima | 5 | 7,50 | 2 | 3,00 | 5 | 12,50 | 12 | 23,00 |
| 338646 | Ezequiele Squersato | 5 | 7,50 | 5 | 7,50 | 3 | 7,50 | 13 | 22,50 |
| 325040 | Lucas Da Silva Rocha | 2 | 3,00 | 4 | 6,00 | 5 | 12,50 | 11 | 21,50 |
| 325921 | Antonio Santana Correa M. Junior | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |

**Especialista em Saúde - Psicólogo - Sec. de Saúde | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 337849 | Diliana Rodrigues Dos Santos | 8 | 12,00 | 5 | 7,50 | 8 | 20,00 | 21 | 39,50 |
| 327923 | Anderson Ferreira Oliveira | 4 | 6,00 | 8 | 12,00 | 8 | 20,00 | 20 | 38,00 |

**Professor - Licenciatura em Matemática - Nova União | 4. Nível Superior**

| Nº INSC | CANDIDATO | Port. | CG | CE | Σ | Nota Prova Objetiva | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | Nota | Acertos | | | |
| 326894 | Maria Imaculada Fernandes Gomes | 6 | 9,00 | 8 | 12,00 | 12 | 30,00 | 26 | 51,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 338993 | Eduardo Henrique Teixeira Martins | 7 | **10,50** | 5 | **7,50** | 11 | **27,50** | **23** | **45,50** |
| 336987 | Ronaldo Gomes Da Silva | 4 | **6,00** | 4 | **6,00** | 11 | **27,50** | **19** | **39,50** |
| 336127 | Jose Luis Dos Santos | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Técnico de Nível Superior - Advogado | 4. Nível Superior**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 335170 | Guilherme Homem Brazil Barbosa | 7 | **10,50** | 6 | **9,00** | 11 | **27,50** | **24** | **47,00** |
| 339263 | Emerson Monteiro Tavares | 7 | **10,50** | 6 | **9,00** | 11 | **27,50** | **24** | **47,00** |
| 318808 | Ezequiel Serafim da Paixao Mazzeto | 4 | **6,00** | 5 | **7,50** | 11 | **27,50** | **20** | **41,00** |
| 321059 | Paulo Robson Veronezi | 7 | **10,50** | 7 | **10,50** | 8 | **20,00** | **22** | **41,00** |
| 332796 | Leandro Gouveia De Assis | 8 | **12,00** | 6 | **9,00** | 6 | **15,00** | **20** | **36,00** |
| 334996 | Weliton De Almeida Santos | 5 | **7,50** | 3 | **4,50** | 10 | **25,00** | **18** | **37,00** |
| 317276 | Daniel De Souza Teixeira | 5 | **7,50** | 3 | **4,50** | 9 | **22,50** | **17** | **34,50** |
| 320609 | Cleber Leal Jardim | 6 | **9,00** | 5 | **7,50** | 5 | **12,50** | **16** | **29,00** |
| 332757 | Eduardo Rodrigo Da Silva | 5 | **7,50** | 6 | **9,00** | 5 | **12,50** | **16** | **29,00** |
| 327671 | Rosemeire Amaral De Lima Garcia | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |
| 330441 | Maike Francisco Lipsch | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | 0 | **0,00** | **0** | **0,00** |

**Técnico de Nível Superior - Engenheiro Civil | 4. Nível Superior**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 338392 | Wilker Damer Batista | 3 | **4,50** | 6 | **9,00** | 8 | **20,00** | **17** | **33,50** |
| 339197 | Felipe Henrique Goncalves Urizze | 3 | **4,50** | 4 | **6,00** | 9 | **22,50** | **16** | **33,00** |
| 332590 | Rafhael Vinicius Kava Pecim Dalle Luche | 5 | **7,50** | 5 | **7,50** | 5 | **12,50** | **15** | **27,50** |

**Técnico de Nível Superior - Médico Veterinário | 4. Nível Superior**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 317805 | Israel Junior Teza | 3 | **4,50** | 7 | **10,50** | 13 | **32,50** | **23** | **47,50** |
| 317286 | Helen Corradi Gumiero Teza | 6 | **9,00** | 2 | **3,00** | 14 | **35,00** | **22** | **47,00** |
| 330802 | Talita Souza Domingos Silva | 7 | **10,50** | 5 | **7,50** | 11 | **27,50** | **23** | **45,50** |

**Técnico de Nível Superior - Psicólogo - Sec. de Assistência Social | 4. Nível Superior**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 329542 | Andre Luiz Silveira | 6 | **9,00** | 6 | **9,00** | 9 | **22,50** | **21** | **40,50** |
| 317426 | Gleiciane Orben | 4 | **6,00** | 6 | **9,00** | 10 | **25,00** | **20** | **40,00** |
| 332496 | Amanda Da Silva Evangelista | 4 | **6,00** | 5 | **7,50** | 8 | **20,00** | **17** | **33,50** |
| 322605 | Alice Sayonara Modesto Santos | 6 | **9,00** | 3 | **4,50** | 4 | **10,00** | **13** | **23,50** |

**Técnico de Nível Superior - Químico | 4. Nível Superior**

| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **Port.** | **CG** | **CE** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 334123 | Jovana Marli Cogo | 7 | **10,50** | 8 | **12,00** | 13 | **32,50** | **28** | **55,00** |
| 334357 | Itamar Pereira | 6 | **9,00** | 6 | **9,00** | 10 | **25,00** | **22** | **43,00** |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **OBS** | Candidatos com notas em vermelho, estão previamente desclassificados | | | | | | | | |
| | Candidatos com notas totalmente zeradas, não compareceram às provas. | | | | | | | | |

Cotriguaçu MT, 03 de junho de 2016.
**Jesuina Maria de Aquino Sulzbach**
Pres. da Comissão de Concurso Público

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**ATA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu MT Edital 001/2016 realizou sessão no dia 02 de junho de 2016, às 10h30, na Secretaria de Administração – Avenida 20 de Dezembro nº725, para julgamento dos recursos contra os gabaritos preliminares da prova objetiva do Processo Seletivo Simplificado, conforme decisão abaixo:

Nível Fundamental Incompleto – Conhecimento Específicos - Agente de Vigilância

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | 20 | Julgamento do Recurso | Indeferido |
| Gabarito Preliminar | C | Gabarito Definitivo | MANTÉM "C" |
| Fundamento da Banca Examinadora | | | |
| Uma das características importantíssima para um Vigia é a baixa flexibilidade, ou seja, intolerâncias à situações de permissibilidade, expansão dos limites legais, de por exemplo: acesso a áreas de circulação restrita de pessoal; ou horários de atendimento ao público. Desta forma, espera-se que o Vigia seja rígido e não permita que haja exceções às regras. Ante o exposto, o recurso apresentado não merece acolhimento. | | | |

Nível Fundamental Completo – Língua Portuguesa - Auxiliar Administrativo

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | 05 | Julgamento do Recurso | Indeferido |
| Gabarito Preliminar | C | Gabarito Definitivo | MANTÉM "C" |

| Fundamento da Banca Examinadora |
|---|
| Segundo Leila Lauar Sarmento, Livro: "Gramática em textos", "(...) ocorre derivação quando se forma uma nova palavra (derivada), a partir de uma palavra primitiva, com o acréscimo de prefixo e/ou sufixo." Ante o exposto, o recurso apresentado não merece acolhimento. |

Nível Médio e Técnico – Conhecimento Específicos - Técnico em Enfermagem

| Questão | 22 | Julgamento do Recurso | Indeferido |
|---|---|---|---|
| Gabarito Preliminar | D | Gabarito Definitivo | MANTÉM "D" |
| Fundamento da Banca Examinadora | | | |
| O recurso não merece acolhimento em razão de a candidata não justificar bibliograficamente o seu argumento. Se restringindo a delinear conceitos, incapazes de comprovar os motivos teórico da alteração. Ante o exposto, o recurso apresentado não merece acolhimento. | | | |

Nível Médio e Técnico – Conhecimento Específicos - Técnico em Enfermagem

| Questão | 24 | Julgamento do Recurso | Indeferido |
|---|---|---|---|
| Gabarito Preliminar | A | Gabarito Definitivo | MANTÉM "A" |
| Fundamento da Banca Examinadora | | | |
| O recurso não merece acolhimento em razão de a candidata não justificar bibliograficamente o seu argumento. Se restringindo a delinear conceitos, incapazes de comprovar os motivos teórico da alteração. Requerendo à Banca a leitura de um endereço eletrônico .com.br para pesquisa. Ante o exposto, o recurso apresentado não merece acolhimento. | | | |

ERRO MATERIAL:

A Banca Examinadora dos Recursos DETERMINA a regularização ao Gabarito Oficial das seguintes questões e cargos, conforme segue:

OFFICE BOY - Ensino Fundamental Incompleto: Questão 14 - Alternativa correta "D"

OFFICE BOY - Ensino Fundamental Incompleto: Questão 15 - Alternativa correta "C"

Eu, Jesuína Maria de Aquino Sulzbach, Membro da Comissão, subscrevo a presente Ata.

Cotriguaçu – MT, 02 de junho de 2016.

**Valdete Veronez França da Silva**

Presidente

Jesuína Maria de Aquino Sulzbach

Membro

Claudino Paulo Bonavigo

Membro

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 GABARITO OFICIAL**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS IMEDIATAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇÚ**

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado do Município de Cotriguaçu MT, nomeada através da Portaria nº 086, de 20 de abril de 2016, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 29 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital do Processo Seletivo Simplificado,

**Considerando**, a apresentação do Gabarito Prévio em data de 30 de maio de 2016, através do Edital Complementar nº 005, para apreciação dos candidatos e eventual interposição de recurso administrativo contra questões aplicadas na prova objetiva,

**Considerando** que, todos os recursos foram acolhidos e avaliados pela Banca Examinadora,

**Considerando** que, nenhum recurso foi capaz de alterar o resultado prévio, e ainda, a Banca Examinadora detectou Erro Material no resultado do Gabarito Prévio do cargo de Office Boy, questões 14 e 15, que ora apresentam-se regularizados.

**Resolve ainda**, apresentar nos Anexos deste Edital Complementar, os Gabaritos Oficiais detalhados por Níveis de Escolaridades e autoriza a empresa organizadora a iniciar a correção das provas, bem como apresentar os resultados dentro dos prazos previstos no cronograma do Processo Seletivo Simplificado.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O gabarito oficial está disponibilizado por Nível de Escolaridade e cargos em ordem alfabética.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Editais Complementares serão publicados no site: www.cotriguacu.mt.gov.br

Cotriguaçu MT, 03 de junho de 2016.

**Valdete Veronez França da Silva**

Pres. da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado

**ANEXO I - GABARITOS OFICIAIS - NÍVEIS DE ESCOLARIDADES:**

| **NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **CARGO: AGENTE DE VIGILÂNCIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | **B** | **C** | **A** | **D** | **C** | **A** | **D** | **C** | **C** | **D** | **C** | **D** | **B** | **D** | **C** | **B** | **C** | **A** | **D** | **C** |
| **CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | **B** | **C** | **A** | **D** | **C** | **A** | **D** | **C** | **C** | **D** | **C** | **D** | **B** | **D** | **C** | **D** | **A** | **C** | **D** | **A** |
| **CARGO: LIMPEZA/COZINHA/LAVANDERIA** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | B | A | C | D | A |
| CARGO: LIMPEZA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | D | A | C | D | A |
| CARGO: MOTORISTA GRANDE PORTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | C | A | D | C | B |
| CARGO: OFFICE BOY (MENOR APRENDIZ) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D* | C* | D | A | D | B | A |
| * GABARITO SOFREU ALTERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | A | B | C | B |

| NÍVEL DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | A | B | B | C |
| CARGO: MERENDEIRA / ZELADORA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | B | A | C | D | D |
| CARGO: MOTORISTA ÔNIBUS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | B | A | C | B |
| CARGO: MOTORISTA (SAUDE) - SAMU | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Resposta | B | C | A | D | C | A | D | C | C | D | C | D | B | D | C | A | D | D | C | B |

| NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | B | C | A | D | A | A | B | A | A | B | B | A | B | D | A |
| CARGO: AUXILIAR EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | A | C | C | C | A | C | C | B | A | A | B | B |
| CARGO: AUXILIAR DE CLASSE | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | D | D | B | B | B | B | D | C | D | A | B | D | C | A | B |
| CARGO: PROFESSOR NÍVEL MÉDIO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | A | A | D | C | D | C | B | C | D | D | A | A |
| CARGO: PROFESSOR MAGISTÉRIO | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | A | B | D | A | A | D | C | D | C | B | C | D | D | A | A |
| CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | B | B | A | D | B | C | A | C | B | A | C | D | C | D | D |
| CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | C | A | C | D | A | A | D | C | D | B | B | D | B | A | C |
| Questão | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| Resposta | C | B | A | D | B | D | A | A | A | C | D | B | A | B | B |

| NÍVEL SUPERIOR | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CARGO: ASSISTENTE SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| Questão | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Resposta | D | B | A | D | B | B | C | B | D | D | B | B | A | D | A |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **C** | **D** | **B** | **B** | **C** | **D** | **C** | **A** | **A** | **B** | **B** | **C** | **C** | **D** | **C** |
| **CARGO: BIOQUIMICO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **A** | **D** | **D** | **C** | **B** | **D** | **B** | **C** | **B** | **D** | **A** | **A** | **B** | **C** | **D** |
| **CARGO: ENFERMEIRO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **A** | **D** | **D** | **C** | **C** | **A** | **B** | **C** | **A** | **D** | **A** | **B** | **D** | **C** | **B** |
| **CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **A** | **D** | **D** | **A** | **B** | **D** | **A** | **C** | **B** | **C** | **B** | **A** | **B** | **A** | **C** |
| **CARGO: ODONTÓLOGO** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **A** | **D** | **D** | **C** | **D** | **A** | **D** | **B** | **D** | **B** | **D** | **B** | **C** | **D** | **C** |
| **CARGO: PROFESSOR GRADUADO QUALQUER ÁREA** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **D** | **D** | **C** | **A** | **C** | **C** | **D** | **A** | **B** | **D** | **C** | **A** | **B** | **C** | **B** |
| **CARGO: PSICÓLOGO (Secretaria de Assistência Social)** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** |
| **Resposta** | **D** | **B** | **A** | **D** | **B** | **B** | **C** | **B** | **D** | **D** | **B** | **B** | **A** | **D** | **A** |
| **Questão** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** |
| **Resposta** | **D** | **C** | **A** | **B** | **D** | **A** | **B** | **C** | **D** | **B** | **B** | **A** | **B** | **A** | **D** |

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**ATENDIMENTO DE RECURSOS PELA BANCA EXAMINADORA**

**MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU - ESTADO DE MATO GROSSO**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016**

**CANDIDATOS CONCORRENTES AO CARGO DE ORIENTADOR SOCIAL**

Em atendimento ao recurso administrativo e tempestivo, impetrado pela candidata**Karolline Sthefany Silva Nascimento inscrita ao cargo de Orientador Social sob a inscrição nº 326709**, a Banca Examinadora fez a correção da matriz de conferência dos gabaritos, e a mesma encontrava-se com algumas inconsistências nas questões do **Conhecimentos Específicos**, inadequados para as questões relativas ao Gabarito Oficial apresentado em data de 19 de maio de 2016 através do Edital Complementar nº 008.

**Desta correção resultaram as seguintes alterações - RESULTADO PRÉVIO:**

| **Orientador Social - CRAS - Sede \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **CE** | **Σ** | **Soma das Notas da Prova Objetiva** | |
| Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 321855 | Valdete Alves Martins | 4 | **12,00** | **18** | **36,00** |
| 326709 | Karolline Sthefany Silva Nascimento | 2 | **6,00** | **15** | **27,50** |
| 331785 | Erik Augusto De Cerqueira | 3 | **9,00** | **12** | **25,00** |
| 326502 | Rhaiane Brenda Mariluce Da Silva Luiz | 1 | **3,00** | **9** | **16,50** |

**Desta correção resultaram as seguintes alterações - RESULTADO CORRIGIDO:**

| **Orientador Social - CRAS - Sede \| 3. Nível Médio e Técnico** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **CE** | **Σ** | **Soma das Notas da Prova Objetiva** | |
| Acertos | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 326709 | Karolline Sthefany Silva Nascimento | 7 | 21,00 | **20** | **42,50** |
| 321855 | Valdete Alves Martins | 4 | 12,00 | **18** | **36,00** |
| 331785 | Erik Augusto De Cerqueira | 5 | 15,00 | **14** | **31,00** |
| 326502 | Rhaiane Brenda Mariluce Da Silva Luiz | 5 | 15,00 | **13** | **28,50** |

Em ato contínuo a Banca Examinadora fez a reconferência de todos as matrizes e constatou inconsistência na matriz de correção do Cargo de Vigia da Secretaria de Educação, disciplina de Conhecimentos Gerais. Porém, a reconferência apesar de alterar as notas, não alteraram a colocação dos candidatos no certame:

**Desta correção resultaram as seguintes alterações - RESULTADO PRÉVIO:**

| Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila \| 2. Nível Fundamental Completo | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **CG** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | |
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 336071 | Ronizamar Antonio Souza De Aredes | 4 | 12,00 | **23** | **79,00** |
| 338620 | Miriam Castro Amorim Da Costa | 3 | 9,00 | **20** | **70,00** |
| 327784 | Elias Figueiro Torres | 2 | 6,00 | **17** | **61,00** |
| 335094 | Ezedequias Machado Pereira | 3 | 9,00 | **12** | **42,00** |
| 328086 | Silvano Martins Carneiro | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |

**Desta correção resultaram as seguintes alterações - RESULTADO CORRIGIDO:**

| Apoio Administrativo Educacional - Vigia - Sec. de Educação - Agrovila \| 2. Nível Fundamental Completo | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **CG** | **Σ** | **Nota Prova Objetiva** | |
| **Acertos** | **Nota** | **Acertos** | | | |
| 336071 | Ronizamar Antonio Souza De Aredes | 10 | 30,00 | **24** | **82,00** |
| 338620 | Miriam Castro Amorim Da Costa | 10 | 30,00 | **22** | **76,00** |
| 327784 | Elias Figueiro Torres | 10 | 30,00 | **18** | **64,00** |
| 335094 | Ezedequias Machado Pereira | 6 | 18,00 | **13** | **45,00** |
| 328086 | Silvano Martins Carneiro | 0 | 0,00 | **0** | **0,00** |

Pelo exposto, a Banca Examinadora e a empresa organizadora apresenta suas escusas aos candidatos. E ratifica que, as soluções tomadas ocorreram dentro do prazo legal de recursos e não prejudicou qualquer candidato.

Alta Floresta MT, 03 de junho de 2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### CONTRATO Nº 169 /2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 169 /2016** –Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE BUEIROS E ADUELAS DE CONCRETO, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.** Contratado **LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA ME.** ASS: 30/05/2016 – Valor global **R$ 112.075,42** (Cento e doze mil e setenta e cinco Reais e quarenta e dois centavos). Unidades Orçamentárias: 04.01– Secretaria Municipal de Obras e viação, Proj. Ativ.:1.052; Responsável jurídico: **RAMOM DE OLIVEIRA MARTINS**.Tomada de Preço n.º 002/2016.Vigência do Contrato: 180 Dias.

**DIAMANTINO /MT em 30 de Maio de 2016.**

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 363/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 363/2013**– Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE DIAMANTINO-MT.** Detentor: **JUNIVALDO NAZARÉ DE SOUZA–MEI** – referente a prorrogação de prazo de vigência por mais 07 (sete) meses, ASS: 25/05/2016. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DIAMANTINO/MT em 25 de Maio de 2016.**

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2014** – Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PORTAL CIDADÃO, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO - MT.** Detentor: **INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA-ME.** ASS: 01/06/2016 – referente à prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais **06(seis)** meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DIAMANTINO/MT em 01 de Junho de 2016.**

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA Nº 081/2016

**JUVIANO LINCOLN**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente o Senhor **SEBASTIÃO MENDES NETO,** portador do RG n° 0669326 SSP/MT e CPF n° 108.910.801-04.

**Art. 2º** - O subsídio será de conformidade com o valor definido na Lei nº 872/2012.

**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando REVOGADA a Portaria nº 004/2015 de 05 de janeiro de 2015.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.**

Diamantino, 01 de Junho de 2016.

**JUVIANO LINCOLN**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**CONTRATO Nº 171 /2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 171 /2016** –Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA COM EMULSÃO RL 1C, NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS ASFALTADAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Contratado **BRAULIO ALVARENGA NAYA - ME.** ASS: 31/05/2016 – Valor global **R$ 245.812,40** (duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e doze Reais e quarenta centavos). Unidades Orçamentárias: 04.01– Secretaria Municipal de Obras e viação, Proj. Ativ.:1.037; Responsável jurídico: **RAMOM DE OLIVEIRA MARTINS**.Pregão Presencial n.º 062/2015. Vigência do Contrato: 180 Dias.

**DIAMANTINO /MT em 31 de Maio de 2016.**

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 336/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 336/2015**– Objeto: **Registro de preço COM FINALIDADE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TABLET'S, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DO APLICATIVO MÓVEL PARA DIGITAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COM CONTROLE DE GEOPROCESSAMENTO DAS VISITAS E ÁREA DE ABRANGÊNCIA DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS, BASEADOS NO SISTEMA GSEA SAÚDE, PARA ATENDer A DEMANDA DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Detentor: **INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.** ASS: 20/05/2016 – referente a prorrogação do prazo de vigência por 07 (sete) meses. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DIAMANTINO/MT em 20 de Maio de 2016.**

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**CONTRATO Nº 163 /2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO Nº 163 /2016** –Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA E LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSOS SIMULTÂNEOS PARA USUÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO.** Contratado **STAF SISTEMAS LTDA EPP.** ASS: 11/05/2016 – Valor global **R$ 222.400,00** (duzentos e vinte e dois mil e quatrocentos Reais**)**. Unidades Orçamentárias: 10.01 – Secretaria Municipal de Finanças, Proj. Ativ.: 2.045; Responsável jurídico: **RAMOM DE OLIVEIRA MARTINS**.Pregão Presencial n.º 014/2016.Vigência do Contrato: 08 Meses.

**DIAMANTINO /MT em 11 de Maio de 2016.**

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 077/2016**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

**JUVICANO LINCOLN**, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

**CONSIDERANDO** a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 004/2016.

**CONVOCA:**

**Art. 1º -** O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 004/2016 citado no anexo I.

**Art. 2º** - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 02 de Junho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 077/2016**

| QTD | DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS |
|---|---|
| 01 | Fotocópia da Cédula de Identidade |
| 01 | Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88) |
| 01 | Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento |
| 01 | Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e<br>Fotocópia do RG e CPF dos dependentes |
| 01 | Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso) |
| 01 | Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF |
| 01 | Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato). |
| 01 | Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse |
| 01 | Fotocópia do Titulo de Eleitor |
| 01 | Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) |
| 01 | Certidão Negativa de Débitos para com o Município |
| 01 | Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho. |
| 01 | Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade. |
| 01 | Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino) |
| 01 | Fotocópia do Comprovante de Escolaridade |
| 01 | Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial |
| 01 | Declaração de acumulo ou não de Cargo público |
| 01 | Declaração de Bens |
| 01 | Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função |
| 01 | Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação) |
| 01 | Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. |

**ANEXO II DO DECRETO Nº 077/2016**

**Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA - URBANO**

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---|---|
| 02º | MARIA ROSELI DE OLIVEIRA |

Diamantino-MT, 02 de Junho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

**Prefeito Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 078/2016**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

**JUVIANO LINCOLN**, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

**CONSIDERANDO** a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2015.

**CONVOCA:**

**Art. 1º -** O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 edital 001/2015 citado no anexo I.

**Art. 2º** - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 02 de Junho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 078/016**

| QTD | DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS |
|---|---|
| 01 | Fotocópia da Cédula de Identidade |
| 01 | Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88) |
| 01 | Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento |
| 01 | Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e<br>Fotocópia do RG e CPF dos dependentes |
| 01 | Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso) |
| 01 | Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF |
| 01 | Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato). |
| 01 | Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse |
| 01 | Fotocópia do Titulo de Eleitor |
| 01 | Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) |
| 01 | Certidão Negativa de Débitos para com o Município |
| 01 | Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho. |
| 01 | Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade. |
| 01 | Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino) |
| 01 | Fotocópia do Comprovante de Escolaridade |
| 01 | Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial |
| 01 | Declaração de acumulo ou não de Cargo público |
| 01 | Declaração de Bens |
| 01 | Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função |
| 01 | Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação) |
| 01 | Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. |

**ANEXO II DO DECRETO Nº 078/2016**

**Cargo: TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - RURAL**

| CLASSIFICAÇÃO | CANDIDATO |
|---|---|
| 9º | CLAUDETE VAZ GARCIA |

Diamantino-MT, 02 de Junho de 2016.

**JUVIANO LINCOLNPrefeito Municipal**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 300/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DETERMO ADITIVO

**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 300/2015**–Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PARA A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS (ITR) E COM O CONCOMITANTE FORNECIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ENVOLVENDO O FORNECIMENTO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS, OPERACIONALIZADO TOTALMENTE EM AMBIENTE WEB, COM MÓDULOS DE INCLUSÃO DE IMÓVEIS PARA EMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL, OBJETIVANDO O INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR).** Detentor: **ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA – ME.** ASS: 11/04/2016 – referente à prorrogação do prazo de vigência do Contrato até o dia 31/12/2016 e a porcentagem do valor arrecadado para **15%** em relação ao valor incrementado na receita de ITR em favor do município. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DIAMANTINO/MT em 11 de Abril de 2016.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**CONTRATOS**
**CONTRATO Nº 024/2016**

**CONTRATO Nº 024/2016**

**CONTRATADO**:**NILCEIA ORTEGA DA SILVA DE HERRERA**

CPF 627.918.691-15 CRM/MT Nº 8674/MT.

**OBJETO**: O objeto do presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços médicos - profissionais de medicina de nível superior, com perfil para atendimento do Programa Saúde da Família (PSF).

**VALOR:** O valor global a ser pago pelos serviços a serem prestados será de ***R$ 6.250,00 (Seis mil e duzentos e cinqüenta reais).***

**DATA**: 23/05/2016

**VIGÊNCIA**: O prazo de vigência do presente contrato será de 15 (quinze) dias.

DOM AQUINO – MT, 03 de Junho 2016.

***JOSAIR JEREMIAS LOPES***

**Prefeito Municipal**

**CONTRATOS**
**CONTRATO Nº 022/2016**

**CONTRATO Nº 022/2016**

**CONTRATADO**: **CRISTIANE PEREIRA DA SILVA LARANJEIRA MEI**

**CNPJ nº 24.733.674/0001-63**

**OBJETO**: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços, para a atualização do Portal da Transparência e do site do Município de acordo com a lei complementar nº131 de 27 de maio de 2009.

**VALOR:** O valor global para a execução do presente Contrato é de R$ 6. 000,00 (seis mil reais).

**DATA**: 18/05/2016

**VIGÊNCIA**: O prazo de vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses.

DOM AQUINO – MT, 03 de Junho 2016.

***JOSAIR JEREMIAS LOPES***

**Prefeito Municipal**

**LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 009/2016**

**Órgãos:** Secretaria Municipal de Educação.

**Identificação:** Pregão Presencial nº 009/2016

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de serviços de publicações de editais, avisos de processos licitatórios, avisos de resultados de processos licitatórios, dispensa, inexigibilidade de licitações, extratos de contratos e outros exigidos por lei**, conforme condições e especificações, constante no edital** e seus anexos.

**Data:** 15/06/2016

**Horário:** credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)

**Local:** Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com

Dom Aquino-MT, 03 de junho de 2016.

***WANUSA SOARES ALVES***

Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 021/2016.**

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 021/2016.**

**CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

**CONTRATO Nº: 021/2016**

**DATA ASSINATURA:**25 DE MAIO DE 2016

**CREDOR**: JOÃO DE SOUZA SILVA

**VIGENCIA**:25 DE AGOSTO DE 2016

**VALOR**:R$ 5.956,93 (CINCO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS)

**LICITAÇÃO:** DISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE DOIS PROJETOS ELÉTRICOS, SENDO UM PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE 25 METROS DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA URBANA COMPACTA COM UM POSTO DE TRANSFORMAÇÃO E UM AUTO TRANSFORMADOR EM ATENDIMENTO A UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SITUADA NA RUA... E UM PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE 110 METROS DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA CLASSE DE 19,9 KV EM SISTEMA MRT, CABO DE ALUMÍNIO 2AWG-CAA, COM 01 POSTO DE TRANSFORMAÇÃO MONOFÁSICO DE 25KVA-19,9KV-254/127V COM RAMAL AÉREO ATÉ O PADRÃO COM DISJUNTOR DE 90A (MRT) MONTADO EM POSTE DE CONCRETO DE 7M, ENTRADA AÉREA E SAÍDA SUBTERRÂNEA, CONFORME NORMAS TÉCNICAS NTD 001, NTD 004, NTE 016 E NTE 028 DA ENERGISA-MT, A SER CONSTRUÍDO NO IMÓVEL LOTE 329-AA-B1, EM CONFORMIDADE COM O ART. 2º DA LEI Nº 466/2014

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

**SUPERVISORA DE RH**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016**

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016

**Art. 1º -** O Prefeito Municipal de Figueirópolis d'Oeste, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições do Concurso Público, conforme ANEXO I, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016.

**Art. 2º -** Informamos aos candidatos homologados que a **prova escrita objetiva** será realizada no dia **12 de junho de 2016**, com início às **08h30-min (horário local)**, no **Escola Estadual Barão de Melgaço**, sito à Rua Alagoas, nº 76 - Centro, em Figueirópolis D'Oeste – MT.

**Art. 3º -** O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.

Figueirópolis D'Oeste - MT, 03 de junho de 2016.

**LINO CUPERTINO TEIXEIRA Prefeito Municipal**

**ANEXO I**

| INSCRIÇÃO | CARGO | NOME | DOCUMENTO |
|---|---|---|---|
| 230038 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 06 | ALVANEY DE OLIVEIRA CUSTÓDIO | 14949512 |
| 232690 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 06 | MARILENE BARBOSA ALBAREZ | 12029327 |
| 230001 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 06 | ROMOALDO GONÇALVES DA SILVA | 20656300 |
| 234102 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 06 | VICTORHUGO GONÇALVES MOTA | 24053716 |
| 229440 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 07 | CELIA PEREIRA DE MELO LOPES | 16688503 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 230778 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 07 | DELMA RODRIGUES PORTO | 21036420 |
| 234093 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 07 | ELIVALDO PEREIRA | 139413220001 |
| 229422 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 07 | MARIA CRISTINA TEIXEIRA | 17812119 |
| 230338 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 10 | DALVA AUGUSTA DA SILVA | 12040681 |
| 232486 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 10 | LETICIA ALVAREZ DOS SANTOS | 22510338 |
| 232205 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 10 | LUZIA TRINDADE DA SILVA OLIVEIRA | 10759425 |
| 232498 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 10 | MARCOS ALEXANDRE DA SILVA | 16051343 |
| 229875 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 10 | RAFAEL MARÇAL DE SOUZA | 22510753 |
| 229401 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 11 | JOÃO MATEUS FREITAS COSTA | 22651179 |
| 233829 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 11 | JOSELAINE DE ALENCAR ANDRADE | 22510559 |
| 232654 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 11 | MARIA ALVES MARTINS | 28534026 |
| 233625 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 11 | PATRICIA RAMOS DE MORAES | 15647625 |
| 229649 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ZONA RURAL – MICRO ÁREA 11 | SUZY FREITAS COSTA CARDOSO DE SA | 17444306 |
| 234137 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | ADRIELI CEBALHO COSTA LEITE | 22854738 |
| 233963 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | ANGELINA SOARES CORREA | 16291964 |
| 230263 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | CLEIDIANA PANTALIÃO MAGALHÃES | 25233912 |
| 234081 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | DAIANE DE ALENCAR SOUZA | 21867194 |
| 232766 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | ERYKA FRANCINNE LOPES | 26192160 |
| 234383 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | GUSTAVO TEOFILO DA SILVA | 23898941 |
| 229439 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | JOAO EVANGELIST SILVA PACHECO | 2027285873 |
| 232067 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | JOSÉ BRUNO CAMPOS | 24412171 |
| 234149 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | JOSUE EWERTON CRISOSTOMO RIBEIRO DA SILVA | 24332232 |
| 229395 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | KETELYN AMANDA SOARES DA SILVA MARÇAL | 22514910 |
| 234434 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | LILIAN DE OLIVEIRA | 14253186 |
| 234243 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | LUCAS COSTA RAIA BUENO | 28526341 |
| 234036 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | MAIÁRA CRISTINE RIBEIRO ROSSETTO | 20937865 |
| 232318 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | MARIA UELK COSTA NUNES | 24414247 |
| 234400 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | NORMA DE PAULA | 14861178 |
| 230391 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | PAMELA VANESSA DE LIMA | 22904980 |
| 234427 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | POLIANA MARQUES DE OLIVEIRA | 1471932 |
| 232091 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | RODRIGO NONATO DE OLIVEIRA | 21680523 |
| 234073 | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ZONA URBANA - MICRO ÁREA 03 | TAISA DE ALENCAR OLIVEIRA | 22510680 |
| 229811 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ADILSON GOMES CAMPOS | 22641190 |
| 229864 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ALLISON SANTANA LOIOLA | 18622437 |
| 234175 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ANA BEATRIZ PASSOS DE MEIRELLES | 103614400 |
| 234069 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ANA PAULA GONÇALVES COLLETES | 14632730 |
| 231852 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ANA PAULA VIEIRA DE OLIVEIRA | 22013113 |
| 229714 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ANDERSON ÁLVARO ALVES DE AMEIDA | 22414630 |
| 229944 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | CLAUDENICE CARDOSO MAIA | 19667728 |
| 234291 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | CLAUDIA ANTUNES PEREIRA DE SOUZA | 22650024 |
| 232581 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | CRISTIANE BARBOSA LIMA DE MELO | 22512209 |
| 229388 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | DAIANE BEARIZ DA SILVA | 25630261 |
| 234157 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | DAVIDSON GUILHERME VIEIRA GONÇALVES | 22450025 |
| 230182 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | DOUGLAS OLIVEIRA PICOUTO | 27920836 |
| 234402 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | EDNEIA MODESTO DE MENDONÇA COSTA | 15556204 |
| 234433 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ELAINE COLUNA DE CARVALHO | 22511822 |
| 230657 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | FERNANDA CRISTINA ALVES | 23381159 |
| 234067 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | FERNANDA SILVA PRADO | 23137193 |
| 233604 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | GEAN DA SILVA CEBALHO | 27141489 |
| 234560 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | GENISMAR LUIZ NASCIMENTO | 17923336 |
| 229894 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | GEREMIAS SILVA BARBOSA | 496024000 |
| 229508 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | GILMAR PEREIRA CARDOZO SILVA | 22665730 |
| 231550 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | GILSON TAVARES PEREIRA | 16893379 |
| 231844 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | HEMERSON LAERCIO DA SILVA | 22013032 |
| 234154 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | HENRIQUE CORRÊA CAMPOS | 25044146 |
| 233202 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | IOHANA SILVA AMORIM | 272310000 |
| 230034 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | IVONE KUSTHER PREISIGKE | 15442667 |
| 234421 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JÉSSICA DE QUEIROZ ZARZENON LEITE | 22558713 |
| 234130 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JOACILDO SILVA DA CRUZ | 11036168 |
| 234082 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JOÃO CARLOS DE ANDRADE NETO | 22509542 |
| 232104 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JORDANA NUNES PRATES | 22964398 |
| 234009 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JOSE DE PAULA C COSTA | 7173679 |
| 233841 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JOSIANE GARCIA ALMEIDA | 16546520 |
| 230838 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JUNIOR CEZAR MACEDO | 21949220 |
| 233005 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JUSELI LUIZ DO NASCIMENTO TEIXEIRA | 12043249 |
| 232777 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | JUVELINO GALDINO GONÇALVES | 421284 |
| 234123 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | KALEBE SALAZAR FERREIRA | 23193263 |
| 234088 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | KÉLLY CÁSSIA DE OLIVEIRA | 22512110 |
| 234021 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LARISSA ANDRADE DOS SANTOS | 20788665 |
| 230769 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA | 24053678 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 234103 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LUCIANA DE OLIVEIRA TOMAZ | 19327633 |
| 231058 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LUCIANO FAVERI VILELA | 20069642 |
| 233985 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LUCIENE FERREIRA GONCALVES | 17301866 |
| 229758 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | LUDIMILA DE OLIVEIRA SANTOS | 25117785 |
| 234377 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MAGDIELDO DOS SANTOS SILVA | 23113022 |
| 229537 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARCELIO JOSÉ DOURADO | 14126290 |
| 231003 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MÁRCIA ALVES TAVEIRA DIAS | 10950176 |
| 232622 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARIA APARECIDA GREGORIO DOS SANTOS | 21015783 |
| 233967 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARIA JOSE DE PAULA | 13016330 |
| 230437 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARIA ROSA FAVERI MARTINS | 705805 |
| 234285 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARIA VITÓRIA MOTTA BRAGA | 24814938 |
| 232860 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARILZA DE OLIVEIRA SILVA | 15229572 |
| 233068 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | MARYSTELLA VIEGAS MUNIZ | 13586211 |
| 230336 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | NELCI ANTUNES CAMPOS SOBRINHO | 12161012 |
| 233798 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | RANDERSON TAVARES DA COSTA | 25233971 |
| 229647 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | RODRIGO ANDRADE BARBOSA | 14600234 |
| 232256 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | RONAN ANDRADE BARBOSA | 470432330 |
| 232387 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | RONAYANE OLIVEIRA DA SILVA | 23221429 |
| 234247 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | ROSANA DE OLIVEIRA COSTA | 24412082 |
| 232044 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | SONIA TRINDADE LAET | 12733172 |
| 232597 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | SUELY GONÇALVES DE ARAUJO | 11418249 |
| 234156 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | TATYANE DE SOUZA CARVALHO | 24333034 |
| 232602 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | TAYLLA DE ARAUJO DOS SANTOS | 22002901 |
| 231679 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | VAGNER DA SILVA SANTANA | 19513763 |
| 234537 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | VALERIA MACENA FERNANDES | 17740312 |
| 234453 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | VANESSA APARECIDA LOUREDA | 481774610 |
| 234195 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | VINICIUS FURIERI BRUM | 20553994 |
| 233976 | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS | WESLEY TAVARES DA COSTA | 25630288 |
| 229818 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | ADRIANO DE PAULA CAMPOS | 41137526 |
| 234258 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | ALESSANDRO MOTA DO NASCIMENTO | 15086496 |
| 233822 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | DIVINO PEDRO DA SILVA | 10950532 |
| 233959 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | DOUGLAS GOMES DE OLIVEIRA | 18591604 |
| 234428 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | JOSE HENRIQUE DE SOUZA | 166270921 |
| 232854 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | MILSON BENTO LOPES | 3608859 |
| 233877 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | PAULO DA SILVA | 846503 |
| 232859 | AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANA E RURAL | REVAIL LEONEL | 15796060 |
| 234098 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | ARIELLY CRISTINA DE OLIVEIRA | 14585260 |
| 229928 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | DOUGLAS BARBOSA DE OLIVEIRA | 18303978 |
| 229762 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | EDYCARLOS BASEGGIO | 18017100 |
| 233896 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | ELIANE FERREIRA DA SILVA | 12761737 |
| 234343 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | FRANCISMAR FERREIRA CLARA GOMIDES | 24410721 |
| 232045 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | GILCEIA DO PRADO BARBOSA | 12045578 |
| 232693 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | GILCELAINE GONÇALVES DOS SANTOS | 13930915 |
| 234203 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | JOSE GOMES FILHO | 14594374 |
| 233856 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | JOSIANE MAYARA DOS SANTOS FREITAS | 17123500 |
| 234257 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | LEOCLIDES CÉZAR PANTALEÃO DA SILVA | 16653534 |
| 234336 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | MARCOS MATIAS MOREIRA | 10924809 |
| 232517 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | PATRÍCIA FERNANDA GRAEFF | 24957380 |
| 233813 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | PAULO VERISSÍMO LUNA | 10950060 |
| 234545 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | RILDO FERREIRA DA COSTA | 6551483 |
| 234451 | ALIMENTADOR DE SISTEMA APLIC | TANIA CARMO DE OLIVEIRA | 18666485 |
| 229559 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ALDIANE FERREIRA MARQUES | 15810003 |
| 229782 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ANA KARINA DA SILVA CORREA SANTOS | 11709448 |
| 234480 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ANGELICA MARIA SANTANA DA SILVA | 23397462 |
| 234469 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ANGELICA PAULA DE OLIVEIRA | 16605721 |
| 234181 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | BRUNO DE LARRANHAGAS CRUZ | 11881453 |
| 233324 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | CAMILA VALÊNCIO SOUZA FONZAR | 380863966 |
| 231580 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | CLEIDE ROCHA DE SOUZA | 21763682 |
| 232431 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | CRISTIANE MARIA MARQUES | 13648926 |
| 234135 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | DAIANE MARIA GONÇALVES DE FREITAS | 20560265 |
| 229914 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | DANYLA AUGUSTA NUNES HENRIQUE | 17369738 |
| 233831 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | DIOGO OLIVEIRA ROCHA | 21616604 |
| 234340 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | EDUARDO PROCOPIO ORNELAS DA CRUZ | 21921105 |
| 229625 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ERIKA DE MORAIS LEAO SILVA | 19806493 |
| 234228 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | FERNANDA CRISTINA DA CUNHA | 202760 |
| 234556 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | FLÁVIA GOUVEIA DA SILVA LIMA | 20777701 |
| 233694 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | GERCILEY PEREIRA DA ROCHA | 13950169 |
| 229815 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | GILVANI NUNES CAFÉ DOS SANTOS | 404713 |
| 234179 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | GUSTAVO SILVA DE ARAUJO | 21893314 |
| 229808 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | IMACULADA CONCEIÇÃO FERNANDES COSTA | 12861979 |
| 230407 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | IVONE FAVERI VILELA | 14253291 |
| 229965 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JANDERSON FREITAS DA COSTA | 18929958 |
| 234512 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JOELMIR FERREIRA GOMES | 14122316 |
| 234144 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JOHANNES MIRANDA MEIRA | 22884408 |
| 230062 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JOVIANE VERONEZ GONCALVES | 14836688 |
| 234422 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JUCELIA CRUZ SILVA | 19907885 |
| 232510 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JULIANA MARTINS VIANA | 20553960 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 233136 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | JULIO CESAR DE OLIVEIRA SILVA | 18625274 |
| 234472 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | LILIANY PUPIM | 14253445 |
| 231717 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | LUCINEY APARECI LANA | 10598146 |
| 230738 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | MARCOS ANTONIO GUIMARAES | 14124700 |
| 234107 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | MARIA APARECIDA OLIVEIRA SOUZA | 9516328 |
| 233815 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | MARINA OLIVEIRA DA SILVA | 16393660 |
| 229932 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | NAYANE DE OLIVEIRA MAGALHAES | 16258126 |
| 231746 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | PAULA MARIANGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA | 12848930 |
| 229574 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | PAULO ALEXANDRE SOARES JUNIOR | 20380291 |
| 230340 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | POLIANA CRISTINA ALVES DA SILVA | 22179470 |
| 234105 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA | 18638732 |
| 234274 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | RENATA CRISTINA CORDEIRO | 19954379 |
| 232873 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ROSANA NASCIMENTO FARIA | 16547977 |
| 233680 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | ROSEMEIRE LIMA SANTANA | 10950680 |
| 234536 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SHIZA STEFANIA RICCELY SILVA OLIVEIRA | 21566143 |
| 229403 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SILVINEY CAETANO | 18085300 |
| 233817 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SIMONE ALVES DO NASCIMENTO | 16715063 |
| 229919 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SIMONE FAVERI VILELA | 16114779 |
| 230269 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SOLANGELA APARECIDA DA SILVA | 15512533 |
| 230104 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | SOLENE MARIA DA SILVA | 827332 |
| 232599 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | THAINARA AMARAL | 23362715 |
| 230312 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | VANUSA BEARIZ DA SILVA | 13779460 |
| 234194 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | VITOR FURIERI BRUM | 16035763 |
| 230480 | ANALISTA ADMINISTRATIVO | WELEM LUCAS RODRIGUES TEIXEIRA | 22911952 |
| 234381 | ANALISTA DE SISTEMAS | ADLER SOUSA RAMOS | 21367744 |
| 229978 | ANALISTA DE SISTEMAS | ALEX FERNANDO CESCON DE MORAIS | 23900717 |
| 234114 | ANALISTA DE SISTEMAS | CESAR AUGUSTO ROSSI | 16016696 |
| 234479 | ANALISTA DE SISTEMAS | ELIAS DE ABREU DOMINGOS DA SILVA | 20939272 |
| 229379 | ANALISTA DE SISTEMAS | GELCIMAR FERREIRA CLARA DA SILVA | 21814040 |
| 234437 | ANALISTA DE SISTEMAS | GILMAR GARCIA PEREIRA | 20982780 |
| 234288 | ANALISTA DE SISTEMAS | LEANDRO DINIZ GOMES | 22138196 |
| 234127 | ANALISTA DE SISTEMAS | MAURICIO DE OLIVEIRA GALVAO | 21133425 |
| 234518 | ANALISTA DE SISTEMAS | MICHAEL RIBEIRO NEVES | 22576509 |
| 229417 | ANALISTA DE SISTEMAS | ROMULO RODRIGUES DE ARAUJO | 19111258 |
| 233162 | ANALISTA DE SISTEMAS | WALDEMAR ROSA PEREIRA | 11219688 |
| 232851 | COVEIRO | GILMAR SILVA DE SOUZA | 18559557 |
| 230005 | COVEIRO | JOSE XAVIER DOS SANTOS | 5741181 |
| 234365 | COVEIRO | LEANDRO PEREIRA DA SILVA | 17210801 |
| 229669 | ELETRICISTA | ALESSANDRO SURUBI LEITE | 15431282 |
| 234549 | ELETRICISTA | ANELINO SOARES | 15180484 |
| 230081 | ELETRICISTA | CALEBE DE CASTRO MAGALHÃES | 21928762 |
| 234268 | ELETRICISTA | CELSO GOMES DA SILVA | 520891302 |
| 234415 | ELETRICISTA | EDELSON SOARES LEITE DA SILVA | 15788792 |
| 233910 | ELETRICISTA | EDVALDO VIRGINIA DA SILVA BADU | 15359034 |
| 229488 | ELETRICISTA | JOÃO DA SILVA NETO | 3602389 |
| 233942 | ELETRICISTA | JOEL CARLOS CANDIDO BORGES | 26719676 |
| 232146 | ELETRICISTA | JULIANO MONTEIRO PONHE | 12600180 |
| 230472 | ELETRICISTA | PEDRO VAZ DE BARROS NETO | 11864427 |
| 233975 | ELETRICISTA | ROBSON BRAGA DE FREITAS | 13779397 |
| 229980 | ELETRICISTA | ROBSON SOUZA | 20825013 |
| 230151 | ELETRICISTA | RODNEI FERREIRA DA SILVA | 7351437 |
| 232122 | ELETRICISTA | WILSON RAMALHO PINTO | 14696096 |
| 230149 | ENFERMEIRO | AGNA SILVA DE ASSIS | 19365047 |
| 232100 | ENFERMEIRO | AGUINALDO TEIXEIRA FELIX | 1458719 |
| 229486 | ENFERMEIRO | ALINE GRAZIELE DIAS COUTO | 20118317 |
| 229428 | ENFERMEIRO | ANA FLÁVIA BORGES ALVES | 18668399 |
| 230344 | ENFERMEIRO | ANA PAULA FAQUINI DE LIMA | 13346636 |
| 233435 | ENFERMEIRO | ANACILDA OLIVEIRA VIEIRA | 13233475 |
| 234077 | ENFERMEIRO | CAMILA EDUARDA VIEIRA DE PAULA | 1798509 |
| 229720 | ENFERMEIRO | CLAUDIA FRANCIELLI FERREIRA | 14611856 |
| 232543 | ENFERMEIRO | CRISTIANE REGINA GONÇALVES OLIVEIRA | 12427403 |
| 234229 | ENFERMEIRO | DAIANE ALVES DE BRITO | 18854192 |
| 234327 | ENFERMEIRO | DANIEL JOAO DA SILVA | 22161333 |
| 229704 | ENFERMEIRO | DUÍZA SOARES PEREIRA FALCI | 11732350 |
| 229495 | ENFERMEIRO | DURCE SOARES DA SILVA | 772454 |
| 232689 | ENFERMEIRO | EDSON RODRIGUES DOS SANTOS | 361881 |
| 230170 | ENFERMEIRO | FABIA DE OLIVEIRA GERALDO | 17009162 |
| 229541 | ENFERMEIRO | JULIANA GONÇALVES DA COSTA RODRIGUES | 16392280 |
| 230007 | ENFERMEIRO | KARINA CÁRMEN FIGUEROA LANDIM | 18387756 |
| 229400 | ENFERMEIRO | KELLY KARINY DE SOUZA | 17911419 |
| 232805 | ENFERMEIRO | KESIA SANCHES DE SOUZA | 21889791 |
| 231514 | ENFERMEIRO | LHAIZ DE OLIVEIRA ARRUDA INÁCIO | 23724129 |
| 233461 | ENFERMEIRO | MAISA CONSUELO DOS SANTOS | 17582539 |
| 229915 | ENFERMEIRO | MARCEL ASSUNÇÃO DOS SANTOS | 16587138 |
| 229930 | ENFERMEIRO | MARIA ELIZANDRA MOREIRA | 13556827 |
| 234493 | ENFERMEIRO | MARIA LUCILEIA PEREIRA VIANA | 527867652 |
| 231651 | ENFERMEIRO | MAYARA MARQUES CORDEIRO SANTANA | 20460597 |
| 230319 | ENFERMEIRO | RAFAEL JUSTINO DA SILVA | 14584867 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 229785 | ENFERMEIRO | RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA | 18919626 |
| 233315 | ENFERMEIRO | RONALDO RODRIGUES PINHEIRO | 12082473 |
| 234150 | ENFERMEIRO | VASTÍ DE SOUZA RAPOSA | 18641865 |
| 233888 | ENGENHEIRO CIVIL | AMAURI CHAVES DE ARRUDA JUNIOR | 1190648 |
| 229507 | ENGENHEIRO CIVIL | FELIPE DE ALMEIDA GASPAR | 20103891 |
| 232525 | ENGENHEIRO CIVIL | FERNANDA CAROLINA MOTTA OLIVEIRA | 18387462 |
| 231919 | ENGENHEIRO CIVIL | HÉLIO BORGES MONTEIRO LIMA | 4012996 |
| 231236 | ENGENHEIRO CIVIL | JACKSON MOREIRA DE CASTRO ALVES | 17168180 |
| 232661 | ENGENHEIRO CIVIL | JESSE MCENROE ALEXANDRE PRADO | 20140886 |
| 234542 | ENGENHEIRO CIVIL | JOÃO DE LARA PINTO NETO | 18367755 |
| 234392 | ENGENHEIRO CIVIL | JULIANO ESCATOLIM BASILI | 18239226 |
| 233890 | ENGENHEIRO CIVIL | KELLEN STEPHANIE BARROS DA SILVA | 20936621 |
| 230226 | ENGENHEIRO CIVIL | LINCOLN TABOSA BARTH | 18713980 |
| 233121 | ENGENHEIRO CIVIL | LUCIO MARIO DA SILVA JUNIOR | 18480870 |
| 234515 | ENGENHEIRO CIVIL | MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS | 17744776 |
| 234055 | ENGENHEIRO CIVIL | MAURO DANELICHEN JUNIOR | 20212100 |
| 234056 | ENGENHEIRO CIVIL | NAYANNE CRISTINA CORREA BENTO | 11450053 |
| 234011 | ENGENHEIRO CIVIL | RAIMESSON SANTANA DE ALMEIDA | 21652694 |
| 229616 | ENGENHEIRO CIVIL | ROBERTO MOREIRA | 12045039 |
| 233891 | ENGENHEIRO CIVIL | SIDNEY DIAS DE JESUS | 966823 |
| 234041 | ENGENHEIRO CIVIL | TARCISIO FRANÇA | 17666643 |
| 229979 | ENGENHEIRO CIVIL | VICTOR LUAN RODRIGUES ROCHA REIS | 23542330 |
| 234378 | ENGENHEIRO CIVIL | VINICIUS GONZALES | 17898587 |
| 234478 | ENGENHEIRO CIVIL | WEBERTH ROSA NOVAES | 17326460 |
| 229427 | FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | GUSTAVO FELÍCIO GARCIA | 18668380 |
| 233897 | JARDINEIRO | CARMO ANTONIO SOARES TOMAZ | 655147 |
| 234350 | JARDINEIRO | CLAUDEMIR VIEIRA MACHADO | 13233548 |
| 234540 | JARDINEIRO | GENIVALDO DA SILVA CORREA | 13590162 |
| 234060 | JARDINEIRO | GILSON TEODORO DOS SANTOS | 60468044 |
| 233892 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | CICIANNI BERNARDO VIANA | 16995805 |
| 234075 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | GISELLY DA SILVA LARA PICADA | 16653220 |
| 229458 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | JOSÉ EDSON PAVINI NUNES | 11732456 |
| 232508 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | OTAVIO EDUARDO FONZAR | 13955271 |
| 230110 | MÉDICO CLÍNICO GERAL | RENATA ROSSIGNOLI FLORES | 23479167 |
| 229790 | MONITOR ESCOLAR | ADRIANA GOMIDES DE FREITAS FERREIRA | 26109484 |
| 230948 | MONITOR ESCOLAR | ALEX PEREIRA LOPES | 20943490 |
| 234020 | MONITOR ESCOLAR | ALEXANDRA VIANA DA CRUZ | 15949400 |
| 230438 | MONITOR ESCOLAR | ALEXSANDRA SOARES DA SILVA | 19681976 |
| 229460 | MONITOR ESCOLAR | ANA CLAUDIA ANDRADE DA SILVA | 20788517 |
| 233514 | MONITOR ESCOLAR | ANA FLAVIA DA SILVA | 22510435 |
| 232836 | MONITOR ESCOLAR | ANA PAULA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA | 22453750 |
| 234166 | MONITOR ESCOLAR | ANÁLIA DA CUNHA CARNEIRO SANCORÉ | 12490954 |
| 234375 | MONITOR ESCOLAR | ANDRÉIA APARECIDA TORRENTE | 560954268 |
| 229441 | MONITOR ESCOLAR | ANGÉLICA MARQUES DA SILVA | 22893180 |
| 232825 | MONITOR ESCOLAR | APARECIDA ENEZIA CAMPOS | 15135098 |
| 233312 | MONITOR ESCOLAR | ARLENE MIRANDA CARDOSO MOREIRA | 4386072 |
| 232002 | MONITOR ESCOLAR | CLAUDETE RODRIGUES ESPECIATO | 12028932 |
| 234561 | MONITOR ESCOLAR | CRISTIANE DAS DORES DA SILVA | 18668321 |
| 229680 | MONITOR ESCOLAR | DAIANY PEREIRA | 23131349 |
| 229467 | MONITOR ESCOLAR | DALILA DOS REIS BRITO | 19396821 |
| 234539 | MONITOR ESCOLAR | DENAIR DE MELO | 22416838 |
| 229910 | MONITOR ESCOLAR | DIRCE PEREIRA DO NASCIMENTO OLIVEIRA | 12709081 |
| 232151 | MONITOR ESCOLAR | DOMINGA MARIA SOLIDADE | 361243 |
| 232685 | MONITOR ESCOLAR | EDILENE DA SILVA VIEIRA SANTOS | 5629219 |
| 233048 | MONITOR ESCOLAR | ELEN ANDRADE DOS SANTOS GOMES | 19173768 |
| 231558 | MONITOR ESCOLAR | ELIENE MARIA DE SOUZA | 8903786 |
| 230134 | MONITOR ESCOLAR | FABIANA DE OLIVEIRA DA FONSECA | 19904681 |
| 229903 | MONITOR ESCOLAR | GENILDA SILVA SIMONCELIS BARBOSA | 21928282 |
| 233631 | MONITOR ESCOLAR | GRAZIANNI MARCEL SILVA RONDON | 16379268 |
| 229936 | MONITOR ESCOLAR | GUSTAVO GURREIRO DOS SANTOS | 18666175 |
| 229477 | MONITOR ESCOLAR | IGOR OLIVEIRA ARAUJO | 22413820 |
| 229711 | MONITOR ESCOLAR | IONE CAROLINE OLIVEIRA SILVA | 24352187 |
| 234387 | MONITOR ESCOLAR | JEFERSON DE JESUS TEIXEIRA | 20788533 |
| 230528 | MONITOR ESCOLAR | JÉSSICA DAISY MARQUES DA SILVA | 14611902 |
| 231607 | MONITOR ESCOLAR | KARINA DE SOUZA PONCIANO | 17745446 |
| 229461 | MONITOR ESCOLAR | KELEM SCARLATZAGO | 22637800 |
| 232047 | MONITOR ESCOLAR | LUCIANA CAMPANELI DE OLIVEIRA | 12026948 |
| 234476 | MONITOR ESCOLAR | LUDIMILA ARAUJO ALVES | 24391379 |
| 232979 | MONITOR ESCOLAR | MARCIA PORCINA DA CONCEICAO | 14424584 |
| 234262 | MONITOR ESCOLAR | MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA | 655781 |
| 229922 | MONITOR ESCOLAR | MARIA CAROLINA CUNHA REZENDE | 18668178 |
| 234386 | MONITOR ESCOLAR | MARIA DE LOURDES DE CAMPOS | 11622032 |
| 233968 | MONITOR ESCOLAR | MARILENE MOTA DA SILVA CRUZ | 14424479 |
| 231536 | MONITOR ESCOLAR | MARIZETE PAULA GUIMARÃES | 21929599 |
| 230430 | MONITOR ESCOLAR | MARLI ROSA DE FARIA | 13642200 |
| 233552 | MONITOR ESCOLAR | MICHELLE CALBO DE OLIVEIRA | 22450718 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 234213 | MONITOR ESCOLAR | MONICA RODRIGUES DA SILVA | 24412678 |
| 230243 | MONITOR ESCOLAR | OZENI FERREIRA CARVALHO | 19053851 |
| 229952 | MONITOR ESCOLAR | PALOMA CANDIDO SILVA | 22776117 |
| 233117 | MONITOR ESCOLAR | PATRICIA APARECIDA GONÇALVES CORREIA | 22917829 |
| 232952 | MONITOR ESCOLAR | PATRÍCIA PILAR ALVES DA COSTA | 25522914 |
| 233952 | MONITOR ESCOLAR | RAYZA RIBEIRO ARAUJO | 5128963501 |
| 232057 | MONITOR ESCOLAR | REGIANE BEZERRA DA COSTA | 11979811 |
| 231339 | MONITOR ESCOLAR | REGIANE TEOFILO MIRANDA | 18641547 |
| 234252 | MONITOR ESCOLAR | SARA REGINA DE SANTANA | 341529 |
| 234364 | MONITOR ESCOLAR | SHEILA BEZERRA DA COSTA | 16114841 |
| 229689 | MONITOR ESCOLAR | SILVIA FERNANDES DA CUNHA CARDOSO | 9516905 |
| 229641 | MONITOR ESCOLAR | SIMONE APARECIDA FRANCO | 797223 |
| 229906 | MONITOR ESCOLAR | SIMONE DE OLIVEIRA DIAS | 655012 |
| 234188 | MONITOR ESCOLAR | SONIA MARIA DA SILVA LOUREDA | 15529371 |
| 233848 | MONITOR ESCOLAR | SUELI VIEIRA DA SILVA | 17368871 |
| 234522 | MONITOR ESCOLAR | TAMIRES SCATOLIN PEREZ | 20656270 |
| 233977 | MONITOR ESCOLAR | TATIANE MARTINS DA SILVA | 22138374 |
| 233819 | MONITOR ESCOLAR | TATIELY APARECIDA ALVES MORAIS | 27397793 |
| 232605 | MONITOR ESCOLAR | THAYNARA ESTEFANIA HONORATO PASSOS | 28503279 |
| 232906 | MONITOR ESCOLAR | TICIANE AMANDA MACEDO | 15307980 |
| 233961 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | ANA PAULA DE FÁTIMA MARTINS DA SILVA | 20474784 |
| 231013 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | DELSIOMONE DONIZETE DA COSTA | 7712626 |
| 233872 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | DUCINEIA SIMIÃO SILVA | 18012248 |
| 234492 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | ELISANDRA BATISTA DA SILVA NEVES | 14068338 |
| 230236 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | ERIKA TATIANE AGUSTINI | 32284566 |
| 234217 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | IRENE BUENO DE MORAES | 905452 |
| 233670 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | IZAILTA BUENO DA SILVA | 9054510 |
| 229586 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | JOELMA TEREZA SOUZA BRITO | 10954422 |
| 233878 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | JUVERCINA VIEGA VIEGAS FERNANDES | 6193196 |
| 234017 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | KARINA APARECIDA TORRENTE | 15678350 |
| 234161 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | LILIANE ROSA SIQUEIRA | 21465703 |
| 230171 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | LOURDES CARDOSO DA SILVA | 8273251 |
| 232814 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | LUCIANA DE LARA BORGES CAMPOS | 9029621 |
| 233368 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | LUCIANA DE MATOS NIERO | 14122294 |
| 234271 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA PAULA | 12514390 |
| 233512 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | MARCILENE ROSA DA SILVA | 166056400 |
| 232154 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | MARIA MADALENA DA SILVA SANTOS | 8272565 |
| 233467 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | MARIANA APARECIDA DA SILVA | 14687151 |
| 233934 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | NERI CAETANA DE ALMEIDA | 3586627 |
| 231010 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | NILVA DO CARMO DE OLIVEIRA | 14121174 |
| 232797 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | PAULO CEZAR DA SILVA | 15028496 |
| 230008 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | RIKELLY CRISTINA DE SOUZA CABRAL | 21420696 |
| 230459 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | SILVIA REGINA GARCIA | 951720 |
| 234129 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | VALQUIRIA SANTIAGO MONTEIRO | 17443393 |
| 233138 | PROFESSOR PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO INFANTIL | VANIA APARECIDA MOREIRA DE OLIVEIRA | 9831177 |
| 234190 | PSICÓLOGO | CARLA SOUZA SILVA | 20559992 |
| 231347 | PSICÓLOGO | ELINEIA RODRIGUES DA SILVA FERNANDES | 130905015 |
| 229393 | PSICÓLOGO | JAIANE RODRIGUES | 22628339 |
| 234376 | PSICÓLOGO | JESSICA FERREIRA LEMOS | 16547187 |
| 232770 | PSICÓLOGO | KÁTIA LOURENE DE SOUZA COSTA MOURA | 18937373 |
| 234517 | PSICÓLOGO | MEBLIA CAROLINA DO CARMO OLIVEIRA | 237244110 |
| 231400 | PSICÓLOGO | NATAIL DE SOUZA BARROS | 19486340 |
| 234429 | PSICÓLOGO | PATRÍCIA MILANE LIMA DA SILVA | 14861488 |
| 230241 | PSICÓLOGO | PAULA GABRIELA PEREZ MATTEUS | 13904868 |
| 230071 | PSICÓLOGO | WELLINGTON JOSE DA SILVA SANTANA | 25571591 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**LEI Nº. 720, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**LEI Nº. 720, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

***Dispõe sobre a aprovação do parcelamento do solo para fins urbanos do Residencial (Uni-Familiar) Jardim Itália V, e da outras providências.***

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º –** Esta Lei regulamenta o parcelamento do solo para fins urbanos do Residencial (Uni-Familiar) Jardim Itália V, em atendimento ao disposto no Art. 3° da Lei Municipal n°. 057/1999 de 03 de Março de 1999 e em consonância ao Estatuto das Cidades, regulamentado pela Lei Federal 10. 257/2001.

**Art. 2º** - Fica autorizado o loteamento residencial denominado “JARDIM ITÁLIA V”, neste Município, de propriedade de G. MENEGAT & CIA LTDA. EPP, de acordo com a Aprovação Preliminar emetida pelo Município em 28 de Março de 2016.

**Paragrafo Únicº**. O loteamento a que se refere o caput do artigo será de padrão MÉDIO, conforme previsto no Artigo 7º alínea B, da Lei nº 057/99.

**Art. 3º** - Ficam Criadas as vias públicas situadas no loteamento, mantendo as denominaçoes descritas no projeto arquitetônico.

**Art. 4º** - Ficam reservadas as areas institucionais exigidas em Lei, conforme apresentadas no projeto arquitetônico.

**Art. 5º** - Caberá ao poder executivo fiscalizar e garantir que os requisitos legais enunciados na Lei Miunicipal 057/1999 e Lei Federal 10.257/2001 sejam cumpridos.

**Art. 6º** - Para os passeios públicos deverão ser cumpridas as normas constantes da Lei municipal n° 404/2010.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 721, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**LEI Nº. 721, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

***Dispõe sobre a aprovação do parcelamento do solo para fins urbanos do Residencial (Uni-Familiar) Menegat, e da outras providências.***

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º –** Esta Lei regulamenta o parcelamento do solo para fins urbanos do Residencial (Uni-Familiar) Menegat, em atendimento ao disposto no Art. 3° da Lei Municipal n°. 057/1999 de 03 de Março de 1999 e em consonância ao Estatuto das Cidades, regulamentado pela Lei Federal 10.257/2001.

**Art. 2º** - Fica autorizado o loteamento residencial denominado "RESIDENCIAL MENEGAT", neste Município, de propriedade de G. MENEGAT & CIA LTDA. EPP, de acordo com a Aprovação Preliminar emetida pelo Município em 28 de Março de 2016.

**Paragrafo Únicoº**. O loteamento a que se refere o caput do artigo será de padrão MÉDIO, conforme previsto no Artigo 7º alínea B, da Lei nº 057/99.

**Art. 3º** - Ficam Criadas as vias públicas situadas no loteamento, mantendo as denominaçoes descritas no projeto arquitetônico.

**Art. 4º** - Ficam reservadas as areas institucionais exigidas em Lei, conforme apresentadas no projeto arquitetônico.

**Art. 5º** - Caberá ao poder executivo fiscalizar e garantir que os requisitos legais enunciados na Lei Miunicipal 057/1999 e Lei Federal 10.257/2001 sejam cumpridos.

**Art. 6º** - Para os passeios públicos deverão ser cumpridas as normas constantes da Lei municipal n° 404/2010.

**Art. 7º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**

Prefeito Municipal

**LEI Nº. 726, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**LEI Nº. 726, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**"Dispõe sobre a autorização para firmar convênio para repasse de combustíveis, e dá outras providências".**

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o poder executivo autorizado a firmar convênio com a Associação dos Usuários da MT 129 e Extensão, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Brasil, centro, cidade de Gaúcha do Norte – MT, com o objetivo de repassar mensalmente 10.000 (dez mil) litros de óleo diesel, para auxiliar na realização de trabalhos de recuperação e manutenção das estradas estaduais que dão acesso ao município de Gaúcha do Norte.

**Art. 2º** O convênio terá a duração máxima de 03 (três) meses.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**.

Prefeito Municipal.

**LEI Nº. 725, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**LEI Nº. 725, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

***"Dispõe Sobre Autorização Para Abrir Crédito Adicional Especial Por Meio De Anulações Orçamentárias ao Orçamento Vigente e dá Outros Providências."***

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica aberto no orçamento vigente o Crédito Adicional Especial, nos termos do artigo 41, II, da Lei 4.320/1964, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme anexo I.

**Art. 2º -** Para suprir as dotações constantes no Artigo 1˚, ficam anuladas as dotações orçamentárias constantes nos anexos II, no valor de R$ 20. 000,00 (vinte mil reais)

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**.

Prefeito Municipal.

**LEI Nº. 724, DE 03 DE JUNHO DE 2016**

**LEI Nº. 724, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**Dispõe sobre a contratação temporária de pessoal de excepcional interesse público e dá outras providências.**

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, objetivando o funcionamento da secretaria municipal de saúde.

**Art. 2º -** A Administração Pública Municipal poderá ainda efetuar contratações de pessoal com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, firmados com os organismos públicos ou pri-

vados das esferas Estaduais e Federais, bem como com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnico-financeira.

**Parágrafo Único -** As contratações a que se referem aos artigos 1º e 2º poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

**I -** atender aos termos de convênios, acordos ou ajustes para a execução de serviços;

**II -** atender a execução de programas especiais de trabalho instituídos por decreto do Executivo Municipal nas necessidades conjunturais que demandem a atuação da Prefeitura por período determinado;

**III -** atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizados pela Câmara Municipal;

**IV –** atender necessidades de instalação ou do funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

**Art. 3º -** O prazo de duração dos contratos temporários referidos no artigo 2º desta Lei ficará adstrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar o período de um ano.

**Art. 4º -** As contratações autorizadas por esta Lei não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 5º -** Os servidores contratados por esta Lei receberão o vencimento fixado no Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da secretaria municipal de saúde de Gaúcha do Norte – MT.

**Art. 6º -** A remuneração do pessoal contratado para o fim específico previsto no artigo 2º desta Lei será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste ou pelo valor de mercado, quando se tratar de profissional qualificado e de nível superior.

**§ 1º -** Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos ou assemelhados, constantes do Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da secretaria municipal de saúde de Gaúcha do Norte - MT.

**§ 2º -** O pessoal contratado nos termos do artigo 1º desta Lei somente fará jus a férias e 13º salário, ou a qualquer outro tipo de vantagem prevista para os servidores públicos municipais, se houver previsão de recursos financeiros específicos no referido convênio e previsão contratual.

**Art. 7º -** O Regime Jurídico dos contratos temporários permitidos por esta Lei será o Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 8º -** As contratações estabelecidas por esta Lei terão dotações específicas e serão cobertas pelos recursos previstos no Orçamento Anual do Município.

**Art. 9º -** O número máximo de servidores contratados pelo amparo desta Lei será de 1 (um) servidor, distribuído na seguinte forma e lotação.

**Secretaria Municipal De Saúde**

| Cargos | N° Vagas | Carga Horária | Remuneração |
|---|---|---|---|
| Odontólogo | 01 | 40 horas | 4.495,52 |

**Art. 10º -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do norte, 03 de Junho de 2016.

Gabinete do prefeito

**Nilson Francisco Aléssio**

**Prefeito Municipal**

## LEI Nº. 722, DE 03 DE JUNHO DE 2016

**LEI Nº. 722, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

“Altera os anexos, XV e XVI da lei 386 de 18 de Dezembro de 2009, (Código Tributário Municipal), e da outras providencias”.

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Poder Público Municipal autorizado a criar os Códigos de Bairro (M e N), alterando o anexo, XV e XVI da Lei n° 386 de 18 de Dezembro de 2009 (Código Tributário Municipal), os quais passam a vigorar com a seguinte redação, apresentada em tabela em anexo.

**Art. 2.º** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario**.**

Gabinete do Prefeito

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**

Prefeito Municipal.

**ANEXO XV**

**ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO**

**– Segundo os setores fiscais por bairro –**

| Código Do Bairro | Setor Urbano (Bairros e Loteamentos) | Setores Fiscais | | |
|---|---|---|---|---|
| A | Centro | 1 | 2 | 5 |
| B | Jardim Alvorada | 3 | 2 | 2 |
| C | Vila Nova | 3 | 4 | 6 |
| D | Jardim Gramado | 6 | 4 | 6 |
| E | Jardim Itália | 7 | 4 | 6 |
| F | Jardim Itália II | 7 | 4 | 6 |
| G | Jardim Itália III | 7 | 4 | 6 |
| H | Jardim Itália IV | 7 | 4 | 6 |
| I | América | 7 | 4 | 6 |
| J | Industrial | 7 | 4 | 6 |
| K | Europa | 7 | 4 | 6 |
| L | Sergio Ues | 7 | 4 | 6 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| M | Jardim Italia V | 7 | 4 | 6 |
| N | Residencial Menegat | 7 | 4 | 6 |

**ANEXO XVI**

**VVUT – Valor Venal Unitário de Terreno**

**– Segundo os Setores Fiscais por Faces de Quadras –**

**Setor Fiscal 7 – VVUT: R$ 22,69**

**( M = JARDIM ITÁLIA V;)**

| COD | Tipo | Logradouro | Faces de Quadras | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| I | AVENDA. | VENEZA | QD AV | QD BV | QD CV | CHÁCARA JD |
| I | RUA | ALEXANDRIA | QD AV | QD BV | | |
| I | RUA | VENETO | QD BV | QD CV | | |
| I | RUA | CARRARA | QD CV | QD DV | CHÁCARA JD | |
| I | RUA | MILÃO | QD AV | QD BV | QD CV | QD DV |

**VVUT – Valor Venal Unitário de Terreno**

**– Segundo os Setores Fiscais por Faces de Quadras –**

**Setor Fiscal 7 – VVUT: R$ 22,69**

**( N = RESIDENCIAL MENEGAT;)**

| COD | Tipo | Logradouro | Faces de Quadras | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| I | RUA. | HENRIQUE MENEGAT | QD 01 | QD 02 | QD 03 | EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO I – II- III-IV-V | ÁREA VERDE |
| I | RUA | RIZZIERI MENEGAT | QD 02 | QD 03 | | | |
| I | RUA | SÃO PAULO | QD 01 | QD 02 | | | |

## LEI Nº. 723, DE 03 DE JUNHO DE 2016

**LEI Nº. 723, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

“Altera os anexo II e III da lei 385 de 18 de Dezembro de 2009, (Planta Genérica de Valores), e da outras providencias”.

**Nilson Francisco Aléssio**, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 01/06/2016, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Poder Público Municipal autorizado a criar os Códigos de Bairro (M e N), alterando os anexos II e III da Lei n˚ 385 de 18 de Dezembro de 2009 (Planta genérica de Valores), os quais passam a vigorar com a seguinte redação, apresentada em tabela em anexo.

**Art. 2.º** Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario**.**

Gabinete do Prefeito

Gaúcha do Norte, 03 de Junho de 2016.

**Nilson Francisco Aléssio**

Prefeito Municipal.

**ANEXO II**

**ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO**

**– Segundo os setores fiscais por bairro –**

| Código | Setor Urbano (Bairros e Loteamentos) | Setores Fiscais | | |
|---|---|---|---|---|
| A | Centro | 1 | 2 | 5 |
| B | Jardim Alvorada | 3 | 2 | 5 |
| C | Vila Nova | 3 | 4 | 6 |
| D | Jardim Gramado | 6 | 4 | 6 |
| E | Jardim Itália | 7 | 6 | 6 |
| F | Jardim Itália II | 7 | 4 | 6 |
| G | Jardim Itália III | 7 | 4 | 6 |
| H | Jardim Itália IV | 7 | 4 | 6 |
| I | América | 7 | 4 | 6 |
| J | Industrial | 7 | 4 | 6 |
| K | Europa | 7 | 4 | 6 |
| L | Sergio Ues | 7 | 4 | 6 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| M | Jardim Itália V | 7 | 4 | 6 |
| N | Residencial Menegat | 7 | 4 | 6 |

**ANEXO III**

**VVUT – Valor Venal Unitário de Terreno**

**– Segundo os Setores Fiscais por Faces de Quadras –**

**Setor Fiscal 7 – VVUT: R$ 22,69**

**( M = JARDIM ITÁLIA V;)**

| COD | Tipo | Logradouro | Faces de Quadras | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| I | AVENDA. | VENEZA | QD AV | QD BV | QD CV | CHÁCARA JD |
| I | RUA | ALEXANDRIA | QD AV | QD BV | | |
| I | RUA | VENETO | QD BV | QD CV | | |
| I | RUA | CARRARA | QD CV | QD DV | CHÁCARA JD | |
| I | RUA | MILÃO | QD AV | QD BV | QD CV | QD DV |

**Setor Fiscal 7 – VVUT: R$ 22,69**

**( N = Residencial Menegat;)**

| COD | Tipo | Logradouro | Faces de Quadras | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| I | RUA. | HENRIQUE MENEGAT | QD 01 | QD 02 | QD 03 | EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO I – II- III-IV-V | ÁREA VERDE |
| I | RUA | RIZZIERI MENEGAT | QD 02 | QD 03 | | | |
| I | RUA | SÃO PAULO | QD 01 | QD 02 | | | |

**EDITAL 11 - CONVOCAÇÃO - PROCESSO ELEIÇÃO CDCA 01/2015**

**EDITAL 11**

**CONVOCAÇÃO**

**Processo Eleição CDCA N° 01/2015**

**O Município da Gaúcha do Norte – MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Brasil n° 1298, centro, cidade de Gaúcha do Norte-MT, inscrita no CNPJ sob o n° 01.614.539/0001-01, representada por seu prefeito municipal, o senhor Nilson Francisco Alessio, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da cédula de identidade RG n° 12R-563. 622 e do CPF n° 401.167.199-15, residente e domiciliado a Rua Bahia n° 699, centro, Gaúcha do Norte-MT, com base na Lei orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

**Considerando** o resultado do Processo de Eleição para Conselheiro Tutelar Nº 01/2015 o qual foi devidamente homologado e publicado 05 outubro de 2015:

**Considerando** a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Conselho tutelar e o atendimento aos interesses públicos.

**CONVOCA** (a) as pessoas relacionadas no anexo (I), para se apresentarem no **prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data do dia 03 de junho de 2016, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Avenida Brasil, n° 1298, centro, cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de recursos humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo (II), além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré-admissionais que engloba a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, e complementares, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 03 de junho de 2016.

**Nilson Francisco Alessio**

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

| Nome | Votos | Classificação |
|---|---|---|
| LOIR MATTOSO COLMAN PINTO | 44 | 7º |

**ANEXO II**

Para tomar posse o candidato convocado deverá apresentar cópia dos documentos abaixo relacionados assim como apresentação dos originais para conferencia.

**1) Cópia autenticada dos seguintes documentos:**

Cédula de Identidade (RG):

Certidão de Casamento ou Nascimento:

Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos ou dependentes (se for o caso):

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos ou dependentes (se for o caso):

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF):

Cartão do PIS/PASEP:

Carteira de Trabalho e previdência social (CTPS):

Carteira de Habilitação (se for o caso quando para cargos de motorista, devendo esta ser compatível com a espécie do veículo):

Título de Eleitor:

Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse:

Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado):

Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse:

02 (duas) fotos 3x4, recentes:

Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade:

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino):

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre:

Comprovante de endereço residencial, ou declaração:

Declaração negativa de acúmulo de cargo público:

Declaração de Bens:

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função:

Declaração de não ter sido demitido por justa causa ou de ter sido condenado em processo administrativo.

**2 ) Atestado de Saúde Física e Mental** (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município considerando o candidato apto ou inapto para o cargo.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

### INEXIGIBILIDADE 005/2016 - CREDENCIAMENTO 001/2016

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Getúlio Vargas, 650, Indiavaí - MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados que acha-se aberto o prazo para o **CREDENCIAMENTO** das empresas que tenham interesse na Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais. O Credenciamento acorrerá no período de 06/06/2016 a 13/06/2016, para viger a partir de 15/06/2016 à 31/12/2016. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (65) 3254-1146 ou e-mail: pmindiavailicitacao@gmail.com

Indiavaí - MT, 02 de junho de 2016.

Cleber Pereira dos Santos

**Presidente da CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

### PREFEITURA / LICITAÇÃO
### EXTRATO DE CONTRATOS MAIO/2016

**PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **TORNA PÚBLICO**, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Maio de 2016:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.° 019/2016. CONTRATADO: AG COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP. OBJETO:** Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de 50 (Cinquenta) toneladas de Concreto Betuminoso usinado a quente, Faixa C, dosado com CAP 50/70, para tapa buracos, usinado a quente e aplicado a frio, agranel. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 20/05/2016 à 20/05/2017. **VALOR TOTAL:** R$ 33.650,00 (Trinta e Três Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais);

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016. CONTRATADO: ELENICE MAGNAGNAGNO EIRELI. OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de Panificadora, Padaria e Confeitaria destinados a Coffee Break, lanches e Outros, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ipiranga do Norte – MT. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 25/05/2016 à 25/05/2017. **VALOR TOTAL:** R$ 85.193,50 (Oitenta e Cinco Mil, Cento e Noventa e Três Reais, e Cinquenta Centavos);

**CONTRATO N.° 026/2016. CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO – COOPSERV'S. OBJETO:** Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de cooperativa para Efetuar serviços gerais. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 03/05/2016 à 03/08/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 280.096,60 (Duzentos e Oitenta Mil, Noventa e Seis Reais e Sessenta Centavos);

**CONTRATO N.° 027/2016. CONTRATADO: OLI DE FÁTIMA MOREIRA. OBJETO:** Locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento da Biblioteca Pública Municipal. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 05/05/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 5.506,67 (Cinco Mil, Quinhentos e Seis Reais, e Sessenta e Sete Centavos).

**CONTRATO N.º 028/2016. CONTRATADO: TANIA POLIANA MENDES 01151832138. OBJETO:** Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para realização de serviços de veiculação de propaganda volante em carro de som (com motorista e combustível) para sonorização de campanhas, notícias e Informações da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte – MT.**PERÍODO DE VIGÊNCIA: 06/05/2016 à 31/12/2016. VALOR TOTAL:** R$ 16.740,00 (Dezesseis Mil Setecentos e Quarentas Reais).

**CONTRATO N.º 029/2016. CONTRATADO: VALDELICIO MOREIRA TOBIAS – ME. OBJETO:** Contratação de empresa especializada, do tipo "Casa de Apoio", exclusivamente com sede na Capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá – MT, para a prestação de serviços à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ipiranga do Norte – MT, a pessoas que se destinam à tratamento de saúde em Cuiabá, dando-lhes três alimentações diárias (café, almoço e janta) balanceadas segundo **instruções** de nutricionistas, transporte destes pacientes (24 horas, todos os dias da semana) enquanto estiverem em tratamento nas unidades de saúde pública de Cuiabá. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 09/05/2016 à 20/06/2016**. VALOR TOTAL:** R$ 8.580,00 (Oito Mil Quinhentos e Oitenta Reais).

**CONTRATO N.° 030/2016. CONTRATADO: WEDERSON OLIVEIRA DE SOUZA – ME. OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Obras de Construção Civil, para Execução de obras/serviços de engenharia sob regime de empreitada global para: AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA, neste Município de Ipiranga do Norte. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 10/05/2016 à 07/09/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 60.336,37 (Sessenta Mil Trezentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Sete Centavos).

**CONTRATO N.° 031/2016. CONTRATADO: LAERCIO BONETTI – EPP. OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada em obras e serviços de engenharia para Execução de Obras de Drenagem Pluvial – Setor 01. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12/05/2016 à 08/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 568.584,21 (Quinhentos e Sessenta e Oito Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais, e Vinte e Um Centavos).

**CONTRATO N.° 032/2016. CONTRATADO: FRANCISCO FIRMINO DE GOIS. OBJETO:** Locação de imóvel com estrutura de fabrica de Tubos, para atendimento da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 13/05/2016 à 13/07/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais).

**CONTRATO N.° 033/2016. CONTRATADO: LUCIANO PICCINI. OBJETO:** Locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Ipiranga do Norte – MT. **PERÍODO DE**

**VIGÊNCIA:** 16/05/2016 à 31/12/2016. **VALOR TOTAL:** R$ 6.629,33 (Seis Mil Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Trinta e Três Centavos).

**TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2015. CONTRATADO: ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA – ME. OBJETO:** Cancelamento da Ata de Registro de Preços n.º 061/2015 de Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material Permanente para atender a demanda das Secretarias Municipais de Ipiranga do Norte - MT, celebrado em 30 de Setembro de 2015, por acordo entre as partes e por não mais haver interesse na sua continuidade, tendo em vista que os preços apresentados na respectiva ata de registro estarem totalmente defasados impossibilitando o cumprimento dos mesmos, e ainda a homologação do Pregão Presencial n.° 037/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 19/05/2016.

**SEGUNDO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 057/2015. CONTRATADO: JOSE ELCIO ANTONOW E CIA LTDA – ME. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, os preços registrados nos Itens n.°002 e n.°011 do Lote n.° 002. O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.°057/2015, com relação ao quantitativo remanescente dos Itens n.°002 e n.°011 do Lote n.° 002 é de R$ 2. 955,00 (Dois Mil, Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 20/05/2016.

**PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 075/2015. CONTRATADO: TRR RIO BONITO TRANSPORTADOR, REVENDEDOR E RETALHISTA DE PETROLEO LTDA. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, o preço registrado ao Item n. ° 001 do lote n.° 001 e do Item n.º 002 do lote n.º 002 - Óleo diesel S-10, automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico da ANP em vigor, cujo valor unitário passa de R$ 3,30 (Três Reais e Trinta Centavos), para R$ 3,34 (Três Reais e trinta e Quatro Centavos). O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.°075/ 2015, com relação ao quantitativo remanescente do Item n.° 001 do lote n. ° 001 e do Item n.º 002 do lote n.º 002 é de R$ 2.580,00 (Dois Mil e Quinhentos e Oitenta Reais). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 18/05/2016.

**PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2015. CONTRATADO: AUTO ELETRICA BAQUER LTDA – EPP. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, os preços registrados no Item n.° 01, 04, 05 do lote n.°001. O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.° 023/2015, com relação ao quantitativo remanescente dos itens acima citados é de R$ 4.348,61 (Quatro Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Sessenta Centavos). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 24/05/2016.

**PRIMEIRO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068/2015. CONTRATADO: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI - ME. OBJETO:** Rever, a partir da presente data, os preços registrados no Item n.° 100 do lote n.°001, e no item n.° 001 do lote n.° 002. O valor total, a ser aditivado à ata de Registro de Preços n.°068/2015, com relação ao quantitativo remanescente dos itens acima citados é de R$ 9.083,75 (Nove Mil, Oitenta e Três Reais e Setenta e Cinco Centavos). **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 18/05/2016.

**RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO N° 007/2014. CONTRATADO: LEDIONE TONIN COPETTI. OBJETO:** Rescisão Bilateral do Contrato Administrativo n.°007/2014, celebrado em 05 de Fevereiro de 2014, referente à Locação de imóvel urbano para a instalação e funcionamento do Conselho Tutelar de Ipiranga do Norte – MT. O presente termo de rescisão se dá por acordo entre as partes, por não haver mais interesse na continuidade, tendo em vista que o imóvel não atende mais as necessidades da administração publica, não sendo possível a utilização do mesmo, e ainda a locação de um outro imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, conforme necessidades da administração pública. Rescinde-se do presente contrato o valor global de R$ 2.287,57 (Dois Mil, Duzentos e Oitenta e Sete Reais, e Cinquenta e Sete Centavos) referente à oito parcelas mensais. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 16/05/2016.

**RESCISÃO BILATERAL DO CONTRATO N° 029/2015. CONTRATADO: CLUBE DO IDOSO ALEGRIA DE VIVER. OBJETO:** Rescisão Bilateral do Contrato Administrativo n.°029/2015, celebrado em 06 de Abril de 2015, referente à Locação de imóvel urbano para a realização das atividades físicas, natação, hidroginástica e recreação, com os grupos atendidos no CRAS de 06 a 15 anos, para a pratica de natação e recreação do grupo, e do grupo de idosos do município, com recreação e hidroginástica. O presente visa à rescisão do contrato administrativo originário, tendo em vista que a inexecução parcial do mesmo, e ainda obras de melhoria na infraestrutura do prédio, não sendo possível a utilização do mesmo por certo período, e ainda a locação de um outro imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, conforme necessidades da administração pública. Rescinde-se do presente contrato o valor global de R$ 3.200,00 (Três Mil e Duzentos Reais) referente à oito parcelas mensais. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 01/05/2016.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 041/2015. CONTRATADO: AUTO ELETRICA BAQUER LTDA – EPP. OBJETO:** Alterar a Cláusula Quinta do Contrato n.º 041/2015, alterando o valor contratual. O valor do presente aditivo corresponde a R$ 2.188,17 (dois mil, cento e oitenta e oito reais, e dezessete centavos), relativo ao acréscimo do valor dos produtos inicialmente contratado incidentes sobre os mesmos. O valor global do contrato originário na cláusula quinta do contrato, fica alterado para R$ 73.569,15 (Setenta e Três Mil, Quinhentos e Sessenta e Nove Reais, e Quinze Centavos), em função do acréscimo do valor inicialmente pactuado. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 23/05/2016.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 067/2015. CONTRATADO: EMPRESA COTERPA – CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGENS E PAVIMENTAÇÃO LTDA – EPP. OBJETO:** Alterar a cláusula Sétima do contrato nº 067/2015, ampliando o prazo de vigência contratual; Adita-se o prazo Contratual pelo período de 90 (Noventa) Dias contados a partir de 09 de Maio de 2016 até o dia 08 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 067/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 09/05/2016 à 08/08/2016.

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 074/2015. CONTRATADO: CATARINA CHARLICO DOS SANTOS 02665308185. OBJETO:** Alterar a cláusula Quarta do contrato nº 074/2015, ampliando o prazo de vigência; Adita-se o prazo de 15 (Quinze) Dias contados a partir de 16 de Maio de 2016 até o dia 31 de Maio de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 074/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 16/05/2016 à 31/05/2016.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 049/2015. CONTRATADO: LAERCIO BONETTI – EPP. OBJETO:** Alterar a cláusula Sétima do contrato nº 049/2015, ampliando o prazo de vigência; Adita-se o prazo de 90 (Noventa) Dias contados a partir de 16 de Maio de 2016 até o dia 15 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 049/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 16/05/2016 à 15/08/2016.

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 050/2015. CONTRATADO: L. H. C. CONSTRUTORA LTDA. OBJETO:** Alterar a cláusula Sétima do contrato nº 050/2015, ampliando o prazo de vigência; Adita-se o prazo de 90 (Noventa) Dias contados a partir de 23 de Maio de 2016 até o dia 22 de Agosto de 2016, para conclusão e entrega dos serviços, objeto da cláusula primeira do contrato nº 050/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 23/ 05/2016 à 22/08/2016.

**TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º068/2015. CONTRATADO: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI – ME. OBJETO:** Cancelar, a partir da presente data, o registro do item n.° 176 – Divalproato de Sódio 500mg ER (comprimidos de liberação prolongada), com valor unitário de R$ 2,60

(Dois Reais e Sessenta Centavos), e valor total de R$ 4.680,00 (Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta Reais). O efeito do cancelamento do registro alcança tão somente o item n.° 176 da Ata de Registro de Preços n.°068/2015. **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 11/05/2016.

**Ipiranga do Norte – MT, 03 de Junho de 2016.**

**PEDRO FERRONATTO**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 223/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO FUNCIONAL DE NIVEL E PROGRESSÃO DE CLASSE DA SENHORA MARCIA ALVES NUNES, PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL, EFETIVA, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".**

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art. 1º -** Conceder a Senhora Marcia Alves Nunes, Professor de Pedagogia Educação Infantil, a **PROMOÇÃO FUNCIONAL DO NIVEL "1"**, para **NIVEL "2"**, de acordo com os termos do **Art. 63** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e **PROGESSÃO DA CLASSE "B"** para a **CLASSE "C"** de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n° **090/2016/ASSEJUR**.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de maio de 2016.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 19 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

**PEDRO FERRONATTO**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 224/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO FUNCIONAL DE NIVEL E PROGRESSÃO DE CLASSE DA SENHORA CLEY CRISTINA PEREIRA DE MELLO, PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL, EFETIVA, CONFORME ESTATUTO DO MAGISTÉRIO – Lei Complementar Nº. 026/2014".**

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art. 1º -** Conceder a Senhora Cley Cristina Pereira de Mello, Professor de Pedagogia Educação Infantil, a **PROMOÇÃO FUNCIONAL DO NIVEL "1"**, para **NIVEL "2"**, de acordo com os termos do **Art. 63** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e **PROGESSÃO DA CLASSE "B"** para a **CLASSE "C"** de acordo com os termos do **Art. 45** da Lei Complementar Nº 026 de 25 de Novembro de 2014 e em conformidade com o parecer jurídico n° **091/2016/ASSEJUR**.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de maio de 2016.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 19 de maio de 2016.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

**PEDRO FERRONATTO**

**Prefeito Municipal**

**CAMARA MUNICIPAL**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL Nº 001/2016 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2016**

**CONCURSO PÚBLICO 001/2016**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL Nº 001/2016**

**Resultado das Inscrições Deferidas e Indeferidas**

O Presidente do Poder Legislativo de Ipiranga do Norte - MT, Sr. **Sergio Medeiros de Araujo,** através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pela Portaria 20/2016, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2016.

**Art. 1º** - Torna público o resultado geral das inscrições **DEFERIDAS (ANEXO I) e INDEFERIDAS (ANEXO II),**registradas no período de inscrição do Concurso Público 001/2016 da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT. Fica aberto o prazo de recurso contra a publicação do resultado geral das inscrições pelo período de até 2 (dois) dias úteis.

**Art. 2º** - Caso algum candidato que realizou sua inscrição e efetuou o pagamento dentro do prazo e teve sua inscrição **INDEFERIDA (ANEXO II)**, poderá protocolar um recurso entrando em contato com a comissão organizadora do Concurso Público ou enviando um e-mail para **contato@consultoriaatos.com** com os dados pessoais e da inscrição junto com o comprovante de pagamento em anexo até o dia 07 de Junho de 2016.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do **EDITAL n. º 001/2016**. Este Edital Complementar 02 do Concurso Público 001/2016 da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT entra em vigor na data de 03 de Junho de 2016.

**Ipiranga do Norte – MT, 03 de Junho de 2016**

Sergio Medeiros de Araujo Umberto Ademir Muller

**Presidente do Legislativo Presidente da Comissão Conc. Público 001/2016**

**ANEXO I**

**INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

**Cargo : 001 - Advogado**

| Inscrição | Nome | RG | Nascimento |
|---|---|---|---|
| 0020 | JUSSANIA ANSELMO DE OLIVEIRA | 1249787-8 SSP/MT | 06/03/1981 |
| 0023 | FERNANDA CRISTINA BOTON | 16370828 SSP/MT | 28/07/1989 |
| 0040 | DAIANA LODI DALL AQUA | 123456 SSP/MT | 11/05/1987 |
| 0045 | JEKSON DA SILVA SANTOS MONTEIRO | 6653003 SSP/GO | 13/09/1988 |
| 0050 | ANNYE CRHISTINE LEIMANN | 20426690 SSP/MT | 23/05/1989 |
| 0061 | JESSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO | 2159614-0 SSP/MT | 04/03/1991 |
| 0091 | BRUNA ORTIZ PEREIRA | 17249384 SSP/MT | 29/09/1988 |
| 0093 | LAUDICILVA DA SILVA DO CARMO | 14270625 SSPMT | 13/11/1982 |
| 0095 | LEANDRO GOUVEIA DE ASSIS | 001132130 SSP/MS | 12/04/1981 |
| 0100 | MARCOS WINíCIUS PALUDO | 23288256 SSP/MT | 07/05/1992 |
| 0104 | EDMUNDO LEITE XAVIER NETO | 21459380 SSP/MT | 10/05/1993 |
| 0121 | ROSEMEIRE AMARAL DE LIMA GARCIA | 1107070-6 SSP/MT | 01/09/1974 |
| 0131 | MARíLIA LACERDA DE FREITAS | MG-10.719.704 PCMG | 08/01/1986 |
| 0163 | MAYRA CORADI BRAGA | 17442419 SSP/MT | 20/06/1987 |
| 0164 | LETíCIA DASSI | 21494720 SSP/MT | 12/01/1993 |
| 0165 | MICHELI DA ROSA | 22491503 SSP/MT | 12/02/1992 |
| 0176 | WILLIAM MACEDO FRANçA | 18922260 SSP-MT | 09/04/1987 |
| 0184 | JONAS EDU GRUEN | 674 226 SSP/MT | 28/08/1972 |
| 0192 | GUSTAVO MIGUEL PEREIRA | 21172811 SSP/MT | 04/07/1993 |
| 0200 | ROBERTO CARLOS DAMBROS | 465083 SSP/MT | 05/05/1969 |
| 0201 | PRISCILA BRESSIANI NICOLAU DOS SANTOS | 21133786 MT | 28/08/1994 |
| 0208 | LíVIA GIMENEZ FERNANDES | 1044589 SSP/MS | 08/01/1981 |
| 0222 | RONY PETERSON BIFON | 2085002-6 SSP-MT | 08/09/1991 |
| 0224 | LEANDRO WILHELM | 15823059 SSP/MT | 23/10/1988 |
| 0226 | EDILSON DEGE JUNIOR | 2368493-3 SSP-MT | 05/06/2016 |
| 0256 | BRUNA NATALI GUARNIERI | 23398450 SSP/MT | 26/12/1992 |
| 0263 | KIMBERLY YARA FERREIRA MORAES | 20803923 SSP/MT | 14/11/1994 |
| 0276 | FABIANO PAULO CONSTANTINI | 7400800-3 SSP/PR | 21/09/1984 |
| 0281 | ALISSON CESAR DE CARVALHO | 2386134-7 SSP/MT | 12/07/1993 |
| 0282 | GIAN CARLOS FRANCHINI DO AMARAL | 24244279 SSP/MT | 08/12/1992 |
| 0283 | EDSON BATISTA DE SOUZA | 1.092.112 PR | 26/04/1951 |
| 0286 | SANDY DE PAULA ALVES | 1994925-1 SSPMT | 16/08/1991 |

**Inscritos Deferidos: 32 Vagas: 1 Concorrência: 32.00**

| Inscrição | Nome | RG | Nascimento |
|---|---|---|---|
| 0003 | CLEYTON DUDA MACEDO | 20841167 SSP/MT | 26/10/1990 |
| 0004 | REJANE GRABOVSKI | 001738372 SSP/MS | 15/04/1986 |
| 0006 | FERNANDA DIAS PESSOA | 14650029 SEJSP | 06/08/1984 |
| 0010 | CELSO DA COSTA FAGUNDES | 1366245 SSPMT | 10/02/1982 |
| 0014 | SERGIO ROGERIO BERNARDI | 23118016 SSP | 01/10/1991 |
| 0015 | LEIDIANE DE SOUZA ALVES DA SILVA | 2299859-4 SSP/MT | 08/04/1995 |
| 0016 | EVELY ALEXANDRINA GUERRA SALES | 25647466 SSP | 26/02/0191 |
| 0019 | ALESSANDRA DE CAMARGO SILVA | 1666356-6 SSP-MT | 12/02/1988 |
| 0025 | TAMARA SILVA | 2182784-2 SSP/MT | 24/04/1991 |
| 0027 | SIMONE PEREIRA JEDE | 14875519 SSP/MT | 13/05/1984 |
| 0028 | PATRICIA DA SILVA COSMOS | 19108010 SSP/MT | 04/03/1985 |
| 0032 | JESSICA FRADE FEITOSA | 22492100 SSP/MT | 26/05/1993 |

**002 - Técnico Legislativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0033 | LETICIA SOUZA BEZERRA DA PAZ TURCZINSKI | 2453054-9 SSP/MT | 30/08/1993 |
| 0035 | RUAN ALéCIO CORRêA FONTEBASSE | 2270202-4 SSP/MT | 09/01/1992 |
| 0037 | FRANCIELLI PALICER | 1150980 SSP/MS | 18/08/1986 |
| 0038 | CARINA ZINI CORDEIRO | 2469975 SSP MT | 27/08/1995 |
| 0041 | JEANE DE CAMARGO | 2552067-9 SESP-MT | 01/05/1997 |
| 0043 | ALEXIA KANANDA LOPES DA SILVA | 23087129 SSP/MT | 16/08/1995 |
| 0044 | ELIVELTON PIMENTEL BAQUER | 20.55543-1 SSP/MT | 29/03/1992 |
| 0046 | ALEX CRISTIANO CAVALCANTE | 1926731-2 SSP/MT | 12/05/1989 |
| 0048 | MATEUS CECHETTI ZANATTA | 23178515 SESP | 27/02/1997 |
| 0051 | ALINE PEREIRA CUSTODIO | 24699225 SSPMT | 31/07/1996 |
| 0052 | SALOMãO HENRIQUE AFONSO DA SILVA | 16585291 SSP/MT | 15/09/1985 |
| 0053 | KEROLLAYNNE FERREIRA MORAES | 2471513-1 SSP/MT | 14/04/1998 |
| 0054 | RICARDO LEITE TEODORO | 2091747-3 SESP/MT | 07/01/1993 |
| 0056 | ALANA INGRID DA ROCHA | 2564099-2 SSP/MT | 28/08/1997 |
| 0057 | RHAYZA ALVES DE ARRUDA | 16354583 SSP/MT | 01/11/1991 |
| 0065 | THIAGO CAMPOS FELIPE | 4753610 MTE MS | 11/11/1978 |
| 0066 | LAíZA SOUZA NUNES | 23177896 SSP | 24/07/1996 |
| 0074 | JOSELIANE MATTOS DA CRUZ | 23226340 SSP/MT | 21/10/1988 |
| 0075 | MICHEL DI DOMENICO DOS SANTOS | 5077894003 SSP/RS | 09/03/1982 |
| 0077 | JAIR JOSÉ VIEIRA DE OLIVEIRA | 412884 SSP RO | 08/07/1975 |
| 0080 | EGLIM LORANE BATISTA PEREIRA | 24995533 SSP/MT | 22/07/1994 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0082 | FRANCISCA SANTOS DE SOUSA | 22074228 SSP MT | 05/06/1980 |
| 0083 | KEILA FARIAS DA SILVA | 21008965 SSP/MT | 07/05/1994 |
| 0084 | JANIA ANDRESSA MAGNAGNAGNO | 26038269 SSP MT | 19/01/1995 |
| 0092 | DINEIZE MARIA DA SILVA SOUZA | 1001.528 SSP/MT | 13/05/1973 |
| 0094 | PAULO LEVI PINTO RIBEIRO | 2083259751 SJS RS | 08/11/1977 |
| 0096 | CAROLINE ZIEM | 2671781-6 SSP/MT | 09/02/1997 |
| 0098 | LUCIMAR DALAVERA | 16075390 OUTROS/MT | 10/08/1976 |
| 0101 | CRIS HEVERTY FERRAZ CAMASSOLA | 20915837 SSP- MT | 19/05/1989 |
| 0106 | SIMONE MACHADO DA SILVA | 19673345 SSP/MT | 26/02/1988 |
| 0107 | GIZELI ARTMANN KUHN | 89566185 SSP/PR | 03/03/1983 |
| 0108 | JEFERSON REICHERT | 15711897 SSP/MT | 27/04/1988 |
| 0109 | DANIELA GUTIERRES MOREIRA | 1516118-8 SSP/MT | 01/03/1984 |
| 0110 | WILLIAN DUARTE | 1888811-9 SSP/MT | 15/11/1991 |
| 0111 | LUANA FACCO DOS SANTOS MANFIO | 9104049789 SJS/RS | 14/03/1994 |
| 0113 | ROSANGELA WLODKOWSKI | 21597332 SSP/MT | 20/05/1991 |
| 0114 | AMANDA SAPELLI JACOBI | 23000880 MT | 29/04/1996 |
| 0115 | TAINARA CALEZIA CHIODELLI | 2400516-9 SSP/MT | 01/12/1991 |
| 0118 | GRACIELE ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS | 5096473912 SJS/RS | 29/04/1988 |
| 0120 | KETTY LEMPAULA MARTINS DOS SANTOS | 2632483-0 SSP/MT | 30/11/1995 |
| 0125 | ELIANDRO APARECIDO ROVEDA | 12488550 SSP MT | 23/12/1983 |
| 0126 | ELIAS NOVACK DA CRUZ | 16000242 SSP/MT | 02/10/1983 |
| 0130 | SILVANA CAETANO | 6887460 SSP-PR | 04/04/1977 |
| 0132 | JULIANA KLAIS BARRETO | 21387281 SSP/MT | 28/07/1989 |
| 0136 | LAUANA EVA LETREILLE | 2135229-1 SSP/MT | 16/01/1994 |
| 0137 | ELISâNGELA ALEGRANCE | 2515526-1 SSP/MT | 16/07/1980 |
| 0139 | KAROL DE SOUZA PINTO | 12352110 SJMT | 12/04/1980 |
| 0142 | ELIZANGELA MATOS COSTA | 14881845 SSP/MT | 13/01/1983 |
| 0145 | ADISONIR SCHNEIDERS DE PAULA | 1137497-7 SJSP | 15/01/1984 |
| 0146 | PAULO CESAR GONçALVES | 19390661 SSP MT | 21/02/1989 |
| 0147 | LUCIANA MACARIO | 15750922 COLIDER MT | 11/07/1982 |
| 0148 | DIVANILDA DE SOUSA SANTOS | 17635365 SSP/MT | 03/12/1980 |
| 0153 | FABIANE LOURDES DE JESUS BENI SILVA | 20804113 SESP/MT | 29/08/1989 |
| 0157 | CAROLINE RUTKAUSKIS DE SIQUEIRA | 2286515-2 SSP/MT | 14/11/1994 |
| 0168 | WELIDA NASCIMENTO COUTINHO | 21613699 SSP/MT | 09/01/1991 |
| 0169 | MáRCIA CANDIDO DA SILVA | 92982114 SSP/PR | 25/03/1983 |
| 0172 | ALINE GONCALVES MARTINS DOS SANTOS PASQUALI | 22193405 MT | 07/03/1995 |
| 0175 | DAIELLE PABLINE BATISTA PEREIRA | 21168490 SJSP/MT | 24/04/1989 |
| 0181 | ELAINE DIDOMENICO BRESSAN | 4589282 SC | 04/12/1979 |
| 0183 | DANIELA MARA GOMES DA SILVA | 29543720 MA | 10/10/1985 |
| 0186 | ALINE ESPRENDOR | 1000479 SSP/MT | 19/04/1979 |
| 0191 | DRIELLE DOS SANTOS CASTANHO | 2201134-0 SSP/MT | 10/06/1990 |
| 0199 | OLIVAN DELAPRIA FOSCHIERA | 20556284 SSP-MT | 28/10/1991 |
| 0203 | CLAUDIA ALVES DA SILVA | 14178834 SSP/MT | 19/01/1980 |
| 0204 | ADRIANO ROZANTE DA SILVA | 16940334 SSP/MT | 23/03/1989 |
| 0205 | ARIANY CAETANO ANDRADE | 001538556 SSP/MS | 07/01/1988 |
| 0206 | VANDERLEI BORGES | 57923709 SSPPR | 16/05/1971 |
| 0207 | EVERTON FELIPE DA SILVA SOUZA | 2345678-7 SEC | 15/03/1997 |
| 0210 | GRASIELA ELISA FONTANA | 2419175-2 SSP/MT | 07/09/1993 |
| 0214 | RONALDO DA SILVA TEMPONE | 23697296 MT | 08/12/1995 |
| 0215 | ROSEANA CLAUDIA PEDROSO | 24699470 MT | 20/11/1997 |
| 0216 | FRANCIELI RITA HERMANN DE COSTA | 2210248-5 SSP MT | 30/05/1992 |
| 0217 | TALITA LOPES RAMOS | 21469814 SSP/MT | 12/01/1994 |
| 0219 | DOUGLAS CRISTIAN SIQUIERI | 2379002-4 SSPMT | 12/09/1991 |
| 0220 | DAMIÃO OLIVEIRA SOARES | 036990172009-0 SSP / MA | 03/09/1993 |
| 0223 | MARCELO VIEIRA VALADARES | 18652539000 SSP/SP | 26/03/1973 |
| 0227 | ROSâNGELA PETUBA DE SOUSA | 1254859 SSP AL | 07/11/1973 |
| 0229 | MARCIELI BOZA KOCK | 4103853191 SJS/ RS | 22/09/1989 |
| 0230 | SHEYLIANE FERREIRA SILVA | 2112257-1 SSP/MT | 09/12/1987 |
| 0231 | ROMARIO SOARES RODRIGUES | 0332354820075 SSP/MA | 05/12/1988 |
| 0240 | LUCAS APARECIDO ZDEPSHI | 22589430 SSP/MT | 05/03/1998 |
| 0242 | JéSSICA DE ALMEIDA SANTANA | 23065354 MT | 27/04/1991 |
| 0243 | NADJA LOPES DE MORAES SOUZA | 1239661-3 SSP/MT | 08/05/1980 |
| 0244 | ALEX SANTOS DA COSTA SILVA | 14393859 SSP MT | 02/10/1980 |
| 0246 | PRISCILLA RAIISSA SOUZA ANJOS | 19201656 SSPMT | 12/07/1988 |
| 0248 | ADAIL JANUARIO DA SILVA JUNIOR | 482384050 SSP-SP | 20/07/1992 |
| 0250 | FLÁVIA GRACIELA DOS SANTOS | 20245211 SSP/MT | 25/06/1991 |
| 0251 | JAQUELINE VIEIRA CASTRO | 26092999 MT | 05/05/1998 |
| 0257 | DEBORA TAIZA SIEPMANN | 9078264811 SJS/RS | 04/10/1982 |
| 0258 | RUTIELLY CARDOSO MONTEIRO | 2593955-6 SJSP-MT | 23/01/1995 |
| 0261 | ALAN BRUNO PONCIO VIEIRA | 21588864 SSP.MT | 19/09/1992 |
| 0262 | NELSON GUTIERRES MOREIRA | 21008744 SSP/MT | 04/10/1992 |
| 0264 | ROZALVO HEITOR FERREIRA | 19408439 SSP/MT | 25/05/1987 |
| 0266 | DEIZE FALCHETTI | 2407194-3 SSP/MT | 15/08/1993 |
| 0269 | TAIZ BAMBIL SCARANARO | 19500564 SPI/SJSP | 21/09/1993 |
| 0271 | PAULO HENRIQUE BEUX | 2080391-5 SSPMT | 20/11/1993 |
| 0273 | SILVIA ALVES SCHNORRENBERGER | 11281766 SSP/MT | 21/08/1977 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0274 | JUCIELY VIEIRA DILLEMBURG | 1135852 SSP/RO | 21/11/1995 |
| 0275 | DINALVA MORAIS PREDIGER | 1271781-9 SSP/MT | 23/10/1979 |
| 0277 | DIANE MACHADO | 5093739034 SSP/RS | 31/10/1989 |
| 0278 | FABIO CORTESIA FONTANA | 6999238 SSPSC | 20/06/1984 |
| 0280 | CRISTIANE SCHROTER BECKER | 1070265077 SSP/RS | 29/11/1976 |
| 0284 | ALESSANDRO DOS SANTOS CADENE | 97349185 SSP/PR | 20/10/1988 |
| 0285 | DAYANNE DIETRICH | 1101667 SESDEC/RO | 26/04/1992 |
| 0287 | DJHONY VICTOR DE JESUS | 001579133 SSP/MS | 18/01/1990 |
| 0288 | JOSIANE APARECIDA VILETE | 23627530 SSP/MT | 28/02/1991 |

**Inscritos Deferidos: 118 Vagas: 1 Concorrência: 118.00**

**Total Inscritos Deferidos: 150**

**ANEXO II**

**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

**Cargo : 001 - Advogado**

| Inscrição | Nome | RG | Nascimento |
|---|---|---|---|
| 0005 | TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAUJO | 16354583 SSP/MT | 22/10/1989 |
| 0007 | DANIEL NOVAES FORTES | 2280748 MTE MT | 09/06/1982 |
| 0026 | LUCIANE MARIA VOLLMER | 1055492-0 SSP/MT | 16/11/1975 |
| 0029 | MARCELO ALVES LORENZON | 19164998 SEJSP | 12/10/1992 |
| 0058 | HELTON MACHADO CARREIRO | 6419908 PC/PA | 15/12/1982 |
| 0060 | EDNACELIA DE LIMA OLIVEIRA | 1308558-1 SSP/MT | 13/03/1983 |
| 0076 | ANDRESSA FREITAS BORGES | 16323734 SJSP | 25/03/1988 |
| 0112 | PEDRO DE ALMEIDA CALVO | 21931801 SSP/MT | 15/10/1992 |
| 0129 | BRUNA ALVES DE LIMA | 19252587 SSP MT | 13/04/1988 |
| 0134 | RODOLFO LAZARO TOBIAS PORTO SILVA | 2254286-8 SSP/MT | 12/12/1993 |
| 0135 | SONIA DE LIMA | 99740981 SSP/PR | 21/06/1987 |
| 0150 | DAIANE ROSANA RADER | 20050623 SSPMT | 23/12/1992 |
| 0154 | ANDRé FIGUEREDO DA SILVA | 001250962 SSP/MS | 12/06/1985 |
| 0160 | MARTA SEBASTIANA DE OLIVEIRA | 625874 SSP/MT | 20/01/1970 |
| 0170 | JACKELINE DO CARMO ADORNO | 2008810-8 SSP-MT | 11/01/1988 |
| 0182 | ANA PAULA CORRÊA MESQUITA | 1047050421 SJS | 18/04/1988 |
| 0189 | DANILO MILITÃO DE FREITAS | 1604990-0 SSP/MT | 01/08/1991 |
| 0196 | RENAN MAIA PINHEIRO DE OLIVEIRA | 21381011 SSP/MT | 19/02/1991 |
| 0197 | HERMES DA SILVA | 1030933-0 SJMT | 31/01/1981 |
| 0209 | LAYS CAROLINYE CAMARGO BARROS | 20788789 SSP-MT | 09/07/1991 |
| 0212 | FABIANA NASCIMENTO DE SOUZA | 1506249-0 SSP/MT | 12/11/1984 |
| 0221 | TAMIRES PRESTES NOGUEIRA | 18187749 SSP/MT | 20/04/1987 |
| 0232 | PEDRO LUIZ MARQUES DA SILVA | 95680704 SSP/PR | 02/04/1980 |
| 0235 | NANDA LUZ SOARES QUADROS | 16780477 SSP/MT | 26/07/1989 |
| 0245 | RICARDO PORTELA DE ALENCAR | 1054580 SSP/MS | 12/03/1982 |
| 0252 | JOYCE EMANUELLE RIBEIRO | 19922957 SSP/MT | 19/07/1986 |
| 0253 | JOSILENE NIZA DE SOUZA | 576247066 SSP/SP | 28/10/1990 |
| 0254 | BRUNO VINICIOS DE ARRUDA LINO | 1525387120 SSP/BA | 07/07/1984 |
| 0265 | MARCIO DA COSTA DE CASTRO | 0424626659 SSP BA | 23/01/1976 |
| 0268 | SHARLON WILIAN SCHMIDT | 14516900 SSP/MT | 18/11/1982 |
| 0289 | EDUARDO SOMMER DUTRA | 14764377 SSP/MT | 24/03/1988 |
| 0290 | CAMILA AZAMBUJA SOMMER DUTRA | 3062866649 SJS/RS | 21/01/1991 |
| 0291 | KARILENE CORREIA NOGUEIRA | 22187782 SSP/SP | 02/09/1993 |

**Inscritos Indeferidos: 33**

**Cargo : 002 - Técnico Legislativo**

| Inscrição | Nome | RG | Nascimento |
|---|---|---|---|
| 0008 | CLODOALDO FILHOS | 1373886-0 SSP/MT | 30/12/1981 |
| 0018 | ANTONIO JOSé DE SOUZA | 15000117 SSP-MT | 21/08/1984 |
| 0030 | SHEILA CAMILA SOUZA DA SILVA | 19200501 SSP | 23/01/1989 |
| 0034 | LIDIA PAULA COSTA | 16199200 SSP/MT | 17/08/1985 |
| 0036 | ANE KELLY RIBEIRO PITTERI | 18853845 SSP/MT | 13/11/1989 |
| 0049 | AGUINALDO LUIZ GONÇALVES | 19563783 SSP SP | 18/03/1968 |
| 0062 | MAISA TAIS ESTERY | 1096877749 SJS/RS | 21/09/1988 |
| 0067 | GISELE CONSTANTINO BUENO | 22941991 MT | 02/02/1993 |
| 0069 | JULIANA PEREIRA MACARIO GOMES | 001.703.017 MS | 17/02/1984 |
| 0071 | HELEN MILENA ISOTTON DUARTE | 1888811-9 SSP/MT | 13/02/1991 |
| 0073 | NELI ANA RHODEN | 58823163 PR | 13/06/1975 |
| 0081 | GUERINO ADAUTO GOMES DE OLIVEIRA | 8.149.089 SSP/SP | 14/01/1956 |
| 0085 | OSWALDO VIUDES MARAH FILHO | 15121742 SSP/PR | 28/05/1960 |
| 0088 | OBEDES PEREIRA DE SOUSA | 0320924720063 SSP/MA | 07/05/1991 |
| 0090 | ALEXANDRE TELES SILVA SOARES | 24310875 SSP | 28/05/1998 |
| 0097 | DéBORA CRISTINA DE ALMEIDA | 00001022111 IICCECF/RO | 26/08/1994 |
| 0099 | FABRICIOWILLIAMRAMALHOGONçALVES | 110768041 INSTITUTO | 04/05/1976 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0102 | INGRID TERHORST BARZOTTO | 3104260991 SSP/RS | 30/07/1991 |
| 0103 | WALTER FERREIRA LEAL | 862603 SSP | 01/01/1971 |
| 0116 | PATRICIA DAGHETTI | 247619-7 SSP/MT | 16/08/1992 |
| 0117 | UILIAN FARIA DE MAGALHAES | 1920661-5 SSP | 08/06/1990 |
| 0119 | MAYARA DA CRUZ BITTENCOURT | 20117418 SSP/MT | 26/11/1996 |
| 0123 | SILMARA CRISTINA MALAQUIAS | 2069723-6 SSP | 07/01/1982 |
| 0124 | CLAUDETE VIEIRA | 2011703-5 SESP/MT | 04/10/1990 |
| 0128 | FERNANDA FERREIRA DE BRITO | 1928629-5 SSP | 04/08/1996 |
| 0133 | ALILIAN DA SILVA | 2314792-0 MT | 18/05/1994 |
| 0138 | VICTOR BARTOLLI RIBEIRO | 23715030 MT | 22/10/1999 |
| 0141 | MARIELE CRISTINA BENIN | 1156136-0 SJ/MT | 14/09/1983 |
| 0144 | NAIARA BRATZ PALHARINO | 8090421184 RS | 11/02/1987 |
| 0149 | ORZELINA ROSA MATTOS | 24697359 SSP MT | 25/06/1972 |
| 0151 | KARINE APARECIDA PINHEIRO DA SILVA | 19039360 SSP | 16/05/1992 |
| 0152 | CAROLINE LONGHI | 22701230 MT | 14/06/1994 |
| 0155 | ELIANE CASSOL | 14739313 SSP/MT | 06/10/1981 |
| 0158 | VANUSA PERIS DA SILVA | 13 SSP/MT | 17/02/1981 |
| 0159 | IRINEU SANTANA RAUSCHKOLB | 19078749 SSP | 27/11/1991 |
| 0171 | GLEICE MORGANA LINHARES | 15481093 SSPMT | 11/06/1989 |
| 0173 | JOãO FELIPE DE SOUSA DE FRANçA | 2776123-1 SSPMT | 22/12/1997 |
| 0174 | LILIANE ZIEGLER LEZAN | 15272435 SEJUSP | 17/11/1982 |
| 0177 | CELINE PEREIRA | 14496895 SSP/MT | 17/08/1981 |
| 0178 | PAMELA KRASSóTA | 24005100 MT | 25/08/1997 |
| 0180 | MARIA IDA FERREIRA PIRES | 1275614-8 SSP/MT | 25/08/1980 |
| 0185 | LUCIENE DA SILVA CARVALHO PIMENTA | 14620030 SSP/MT | 23/11/1979 |
| 0188 | RAFAELY FERNANDA LINO | 1692307-3 SSP | 01/11/1996 |
| 0193 | CLEITON MÜLLER CASA SANTA | 20677650 SSP-MT | 12/09/1989 |
| 0194 | ALCIONE PAULA TAPARELLO | 14011263 SSP/MT | 21/04/1983 |
| 0195 | TARCIA BENTO DA SILVA | 2004021019952 SEGUP-CE | 20/02/1986 |
| 0202 | ANNA CAROLINA DE PAULA | 23333316 MT | 19/03/1996 |
| 0213 | WELDEJAISON BONFIM COSTA | 19940777 SSP/MT | 22/11/1986 |
| 0228 | VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS | 2240901-7 SSPMT | 15/11/1988 |
| 0233 | JéSSICA ALINE ARGENTON | 1757888-4 SSP/MT | 14/02/1996 |
| 0234 | LETICIA CAROLINA DE OLIVEIRA | 1131285 SSP | 27/06/1992 |
| 0236 | DENILSON ALVES FERREIRA | 1040620 SSP | 12/08/1998 |
| 0239 | ANDRé ALVES VARãO | 0433713020119 SESP/MA | 26/08/1995 |
| 0241 | SILVANO SANTOS DE SOUSA | 00001015843 SSP RO | 20/04/1989 |
| 0249 | ELLEN MONTINELLI | 15617009 SSP/MT | 26/01/1986 |
| 0255 | CARLOS ALBERTO DA SILVA | 0414332-9 SSP/MT | 21/05/1964 |
| 0259 | YURI RAFAEL DE LIMA SANTOS | 17801990 SSPMT | 05/07/1991 |
| 0260 | WILMA ALINE MESA AYALA | 001306161 SSPMS | 26/11/1986 |
| 0267 | THIAGO BARBOSA FERREIRA DOS SANTOS | 1676199-5 SSP/MT | 08/02/1987 |
| 0270 | RICARDO SCHANNE GOSSLER | 19557199 SSP/MT | 22/06/1990 |
| 0272 | ALINE FRESCHI | 14025752 SSP/MT | 02/03/1984 |

**Inscritos Indeferidos: 61**

**Total Inscritos Indeferidos: 94**

**PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL Nº. 020/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT**

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 036/2016 e o **Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde-MT,**

**RESOLVE :**

**Art. 1°.** Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo de interesse da Secretaria Municipal de Saúde os candidatos aprovados dentro do número de vagas, conforme consta no Decreto de Homologação nº 036/2016.

**Art.2º**. Os candidatos ora convocados na forma deste Edital devem comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de 10 (dez) dias para a regularização de documentos pessoais e mais 20 (vinte) dias para a posse a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

**Parágrafo Único –** O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

**Art. 3º** - O candidato convocado:

| INSC | CANDIDATO | CARGO | PT | OC | RE |
|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 02 | FLABNER AUGUSTO DA SILVA ROJA | MOTORISTA DE AMBULANCIA | 8,0 | 1º | AP |

**Art.4º.** Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia **autenticada em cartório** da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade;

2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral;

8 – Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 – Comprovante de Escolaridade;

13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

14 – Declaração de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

18 – Declaração de bens.

19 – Cópia comprovante de freqüência escolar dos filhos menores de 14 anos; (se houver)

20 – 1 foto 3x4 recente;

21 – Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

22 – Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico;

23 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi;

24 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

**Parágrafo único.** A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

**Art. 5º.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de junho de 2016.

**PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

### PROCURADORIA JURIDICA
### PORTARIA N° 079, DE 25 DE MAIO DE 2016.

**PORTARIA N° 079, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

Designar o Servidor responsável pela fiscalização do contrato 014/2016 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 014/2016 do Poder Executivo Municipal;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designa a Servidora abaixo relacionada, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 014/2016, firmado entre **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, E DO OUTRO, VALÉRIA A BARROS PROMOÇÕES ARTÍDTICAS - ME,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

**1- MARCOS PAULO QUIRINO** CPF/MF: 011.478.041-25

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT .25 de maio de 2016.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 088, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**PORTARIA N° 088, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

"Exonerar o Servidor que menciona de exercer cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1° - Exonerar o Servidor abaixo relacionado, do exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração**, de Gerente de Serviços Institucionais – GP**, bem como da representação em todos dos Conselhos e comissões, a qual faz parte da composição, conforme segue:

**1. EDEVANE INACIO DA CRUZ**

CPF-MF: 563.041.701-06

Gerente de Serviços Institucionais - GP

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT., 03 de junho de 2016.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 078, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

**PORTARIA N° 078, DE 25 DE MAIO DE 2016.**

Designar o Servidor responsável pela fiscalização do contrato 013/2016 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 013/2016 do Poder Executivo Municipal;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designa a Servidora abaixo relacionada, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 013/2016, firmado entre **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, E DO OUTRO, PALLADIUM SHOUW E EVENTOS CULTURAIS - ME,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

**1- MARCOS PAULO QUIRINO** CPF/MF: 011.478.041-25

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT .25 de maio de 2016.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**PORTARIA N° 077, DE 24 DE MAIO DE 2016.**

**PORTARIA N° 077, DE 24 DE MAIO DE 2016.**

Designar o Servidor responsável pela fiscalização do contrato 012/2016 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 012/2016 do Poder Executivo Municipal;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Designa a Servidora abaixo relacionada, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 012/2016, firmado entre **A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, E DO OUTRO, CELSINHO VEÍCULOS LTDA – EPP, CNPJ 10.707.442/0001-26,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

**1- MONICA ELIZA GOBBI**

CPF: 019.401.911-06

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira-MT .24 de maio de 2016.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**HUMBERTO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**DECRETO N.º 031/2016**

**DECRETO N.º 031/2016**

DE: 01.06.2016

**"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 92.487,35 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".**

**HUMBERTO BORTOLINI,** Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 946/2016 de 01/06/2016.

**DECRETA**

**Art. 1º.** - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 92.487,35 (noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e cinco centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:

**Órgão:** 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade:** 04 – Fundo Municipal de Saúde

**Função:** 10 – Saúde

**Sub-Função:** 304 – Vigilância Sanitária

**Programa:** 0075 **– Saúde**

**Recurso: 202 – Transferência de Convênios Saúde**

**Projeto/Atividade:** 1.274 – Aquisição de Veículo para a Vigilância Ambiental e Sanitária

**Elemento de Despesa:4.4.90.52.00.0202 – Equipamentos e Material Permanente**

**Valor: R$ 92.487,35**

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

**Órgão:** 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade:04 – Fundo Municipal de Saúde**

**Função:** 10 – Saúde

**Sub-Função:302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial**

**Programa:0075 – Saúde**

**Recurso: 202 – Transferência de Convênios Saúde**

**Projeto/Atividade:**1.127 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Laboratório Municipal

**Elemento de Despesa: 4.4.90.52.0202 – Equipamentos e Material Permanente**

**Valor: R$ 92.487,35**

**Art. 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso,** ao primeiro dia do mês de junho de 2016.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**Prefeito Municipal**

**PROCURADORIA JURIDICA**
**DECRETO N.º 032/2016**

**DECRETO N.º 032/2016**

DE: 01.06.2016

**"Abre Crédito Adicional Especial no valor de R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e dá outras providências".**

**HUMBERTO BORTOLINI,** Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 947/2016 de 01/06/2016.

**DECRETA**

**Art. 1º.** - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$ 192. 000,00 (cento e noventa e dois mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme abaixo:

**Órgão:** 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Unidade:** 04 – Fundo Municipal do Meio Ambiente

**Função:** 18 – Gestão Ambiental

**Sub-Função:** 541 – Preservação e Conservação Ambiental

**Programa:** 0077 **– Proteção ao Meio Ambiente**

**Recurso: 999 – Outros Recursos**

**Projeto/Atividade:1**.310 – Aquisição de Máquinas Agrícolas, Trituradores, Picadores e/ou outros Implementos

**Elemento de Despesa:**4.4.90.52.00.0999 – Equipamentos e Material Permanente

**Valor: R$ 192.000,00**

**Art. 2º.** Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

**Órgão:** 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Unidade:**01 – Gabinete do Secretário do Meio Ambiente

**Função:** 18 – Gestão Ambiental

**Sub-Função:** 541 – Preservação e Conservação Ambiental

**Programa:**0077 **–** Proteção ao Meio Ambiente

**Recurso: 999 – Outros Recursos**

**Projeto/Atividade: 2**.110 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Secretário de Meio Ambiente

**Elemento de Despesa: 3.1.90.11.00.0999 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**

**Valor:R$ 72.000,00**

**Órgão:** 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Unidade:** 02 – Gerência de Ordenamento Territorial

**Função:** 18 – Gestão Ambiental

**Sub-Função:** 541 – Preservação e Conservação Ambiental

**Programa:** 0077 **– Proteção ao Meio Ambiente**

**Recurso: 999 – Outros Recursos**

**Projeto/Atividade: 1.293– Aquisição de Veículos e Caminhões para Coleta Seletiva**

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.00.0999 – Equipamentos e Material Permanente

**Valor:R$ 120.000,00**

**Art. 3º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso,** ao primeiro dia do mês de junho de 2016.

**HUMBERTO BORTOLINI**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

**PREV-JACI**
**EXTRATO DE CONTRATOS DO PREV- JACI-FUNDO MUNICIPAL DE**

**Pregão:** 001/2016

**Processo Administrativo:** 1770/2016

**Contrato nº:** 007/2016

**Data da Assinatura:**20/05/2016

**Credor:** Agenda Assessoria e Planejamento e Informática

**Objeto:** Prestação de Serviços de Instalação, Treinamento, Manutenção, Atualização e Suporte Técnico do Sistema de Gerenciamento de Regime Próprio de Previdência Social , denominado SISPREV WEB SLIM.

**Valor:** R$ 46.200,00( Global)

**Data da Vigência:** 12(doze) meses

**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2016**

O Prefeito Municipal de Jaciara/MT, Se. Ademir Gaspar de Lima, no uso de suas atribuições legais, por meio do presente, e:

**CONSIDERANDO** a Tomada de Preços n° 004/2016, cujo objeto é a **"Contratação de empresa especializada para conclusão da execução de Obra da Escola Espaço Educativo Infantil Proinfância Creche do Bairro Zé Araçá, com área de administração, serviço, creche I, creche II, creche III, multiuso, pátio/refeitório, anfiteatro e outros**", realizada no último dia **24/05/2016;**

**CONSIDERANDO** que foi realizada diligência por parte dos servidores desta Prefeitura Municipal até a sede da empresa **C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, endereço **Travessa H, nº 143, Sala 03, Bairro: Baú, CEP: 78.008-195 – Cuiabá/MT** a fim de colherem a assinatura da mesma no Contrato de Prestação de Serviços n° 027/2016 e Ordem de Serviço n°

001/2016, documentos estes oriundos do Processo Licitatório Tomada De Preços N° 004/2016, no qual a referida empresa foi tida como vencedora;

**CONSIDERANDO** que foram feitas tentativas de contato telefônico aos números constantes na Proposta de Preços da empresa por diversas vezes;

**CONSIDERANDO** o item n°

12.1 do Edital do referido certame que diz:

***12.1**- Para a execução dos serviços do objeto deste Edital, a licitante vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, com Município de Jaciara após a convocação da autoridade superior, nos termos do Artigo 54 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93;*

**CONSIDERANDO** o anseio por parte do Município de Jaciara em realizar a referida obra para dar maior qualidade de vida à população;

**CONSIDERANDO** o almejo da sociedade jaciarense na conclusão da obra o mais rápido possível, visto que a futura instituição atenderá às necessidades de várias famílias do Município.

**CONVOCA** para comparecer ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Jaciara, a empresa vencedora do certame **C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP**, representada pelo Sr. **Manoel Antônio Cardoso Ribeiro**, portador do RG nº **10.075.437 SSP/MT** e do CPF: **225.205.549-91,** indicado na Proposta de Preços como representante legal para assinatura do Contrato, a fim de realizar a assinatura do Contrato de Prestação de Serviços e da Ordem de Serviço, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, sob pena de ser desclassificada do Processo Licitatório.

Jaciara/MT, 03 de junho de 2016.

ASSINATURA

**ADEMIR GASPAR DE LIMA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2016.**

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 08:00 horas do dia 21 de Junho de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, será recebido os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Serviços de Produção de PMF para tapa buraco com remendo profundo em Ruas e Avenidas do Município, com Extensão projetada de 75.875,00M², conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm de Recursos Municipais.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 06 de Junho de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 03 de Junho de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 007/2016.**

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 11:00 horas do dia 22 de junho de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal "José Peres", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Pavimentação Asfaltica (Avenida Luiz de Albuquerque) do Município, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm do **Termo de Convênios nºs. 819934 e 822885 – Ministérios das Cidades/Prefeitura Municipal de Jauru**.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 06 de junho de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 03 de junho de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2016.**

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 08:00 horas do dia 22 de junho de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal "José Peres", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Pavimentação Asfaltica e drenagem pluvial em vias urbanas do Município, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm do **Termo de Convenio nº. 819616 – Ministérios das Cidades/Prefeitura Municipal de Jauru**.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 06 de junho de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 03 de junho de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 008/2016.**

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 08:00 horas do dia 23 de junho de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal "José Peres", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Construção de Praça no Município, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm do **Termo de Convênio nº. 823965 – Ministérios do Turismo/Prefeitura Municipal de Jauru**.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 06 de junho de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 100,00 (cem reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 03 de junho de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 005/2016.**

O Município de Jauru, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que às 14:00 horas do dia 21 de Junho de 2016, em sua sede, sito Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", a Rua do Comercio nº. 480, Centro, serão recebidos os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preço para seleção de empresa especializada em Construção Civil, **PARA 2ª ETAPA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA JOÃO ROSSI**, conforme planilha e projeto Básico que acompanha o Edital.

Rege a presente a Licitação a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Os recursos financeiros para pagamento objeto do presente Edital provêm do Termo de Convenio nº. 847/2016 – SECID/MT (Secretaria de Estado das Cidades) e contrapartida do Município.

A documentação completa do Edital pode ser adquirida na Sede da Prefeitura no endereço acima mencionado, a partir do dia 06 de Junho de 2016, no horário das 07:00 às 11:00 horas, até o terceiro dia que anteceder a abertura dos envelopes, pelo preço unitário de R$ 100,00 (cem reais), não reembolsável, que se refere ao custo efetivo de reprodução gráfico do Edital e seus anexos.

Maiores informações, junto a Comissão Permanente de Licitações pelos Telefones 0xx65 3244 – 1849 – 1855 – www.jauru.mt.gov.br ou e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru-MT, 03 de Junho de 2016.

MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046-D/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046-D/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE: 03** DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida

em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 05.159.591/0001-68, localizada à Rua São Paulo n. 39 – Bairro Medeiros – CEP: 75.900-036 – Rio Verde/GO. |
| REPRESENTANTE: | Nome: Cleidson Godoy de Oliveira<br>CPF: 336.137.371-91<br>RG: 2042173 SSP/GO |
| CONTATO (TELEFONE) | (64) 4141-2522 |
| E-MAIL | pro_remedios@ibest.com.br; proremediodf@gmail.com |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 22.589,00 (VINTE E DOIS MIL QUINHETOS E OITENTAE NOVE REAIS)**

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99". Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA**

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Cleidson Godoy de Oliveira

CPF: 336.137.371-91

RG: 2042173 SSP/GO

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 94978 | 268370 | Aciclovir 200mg | Comp. | 3.000 | **0,19** | **570,00** | **PRATI** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 96940 | 353333 | Amoxicilina+clavulanato de potássio, 875mg + 125mg | Cps | 2.000 | **2,38** | **4. 760,00** | **SANDOZ** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 97006 | 330115 | Ganciclovir sódico, 500 mg, pó liófilo p/ injetável | Amp | 100 | **119,50** | **11. 950,00** | **EUROFARMA** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 95393 | 332755 | Ibuprofeno suspensao oral 100mg/ml-20 ml | Frasco | 300 | **1,23** | **369,00** | **NATULAB** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 94941 | 267692 | Mebendazol 100 mg | Comp | 1.200 | **0,04** | **48,00** | **SOBRAL** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 94996 | 273710 | Nimesulida 100 mg | Comp. | 3.000 | **0,06** | **180,00** | **VITAPAN** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 97026 | 0267378-3 | Nistatina 100.000 ui/ml-suspensao - 50 ml | Frasco | 100 | **3,18** | **318,00** | **PRATI** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 97029 | 0267777-3 | Paracetamol, 200 mg/ml,solução oral,20 ml | Frasco | 300 | **0,86** | **258,00** | **FARMACE** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 97041 | 267765 | Sulfadiazina, 500 mg | Comp. | 5.000 | **0,16** | **800,00** | **SOBRAL** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |
| 97047 | 268155 | Tiabendazol, 500 mg | Comp. | 1.200 | **2,78** | **3336,00** | **LUCIFARMA** | PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA**

CNPJ: 05.159.591/0001-68

Cleidson Godoy de Oliveira

CPF: 336.137.371-91

RG: 2042173 SSP/GO

**DETENTORA**

---

**SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**PORTARIA GP/Nº 276/2016**

**PORTARIA GP/Nº 276/2016**

**Dispõe sobre demissão do servidor público, senhor HUGO DIOGO DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Administrativo e dá outras providências.**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;**

Considerando o **Processo Administrativo Disciplinar** constituído através da Portaria GP/Nº. 712/2015 de 30 de dezembro de 2015, em desfavor do Servidor Público, senhor Hugo Diogo da Silva;

Considerando a decisão administrativa exarada no Processo Administrativo Disciplinar acima mencionado proferida pelo Chefe do Executivo com a devida fundamentação legal considerando o disposto no Art. 211 e 216 da Lei Complementar Nº 028/2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Demitir o senhor **HUGO DIOGO DA SILVA**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 14432617 - SSP/MT e do CPF nº 005.075.061-54, do cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** junto Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de junho de 2016.

**QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN**

**SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL**

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046-E/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046-E/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE:** 03DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara**-**MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 06.696.359/0001-21, localizada à Rua Galileu, s/n, Quadra 26, Lote 5/9 – Bairro Jardim Europa – CEP: 74.325-060 – Goiânia/GO. |
| REPRESENTANTE: | Nome: Rodrigo Carneiro Santos<br>CPF: 788.551.601-68<br>RG: 3.545.3526 DGPC/GO |
| CONTATO (TELEFONE) | (62) 3088-7600 |
| E-MAIL | licitacao4@recmed.com.br |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 991,80 (NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS)**

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99". Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME**

CNPJ: 06.696.359/0001-21

Rodrigo Carneiro Santos

CPF: 788.551.601-68

RG: 3.545.3526 DGPC/GO

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 94921 | 267625 | Cefalexina 500 mg | Comp | 2.000 | **0,426** | **852,00** | **MULTILAB** | RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME |
| 94987 | 269388 | Dexametasona 4 mg | Comp. | 600 | **0,233** | **139,80** | **TEUTO** | RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME**

CNPJ: 06.696.359/0001-21

Rodrigo Carneiro Santos

CPF: 788.551.601-68

RG: 3.545.3526 DGPC/GO

**DETENTORA**

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº. 048/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:**

**MODALIDADE: PREGÃO Nº. 048/2016**

**TIPO: ELETRONICO**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 048/2016, cuja abertura ocorreu as 08h00 - Local, do dia 19/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** sagraram-se vencedores as empresas: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.652.030/0001-70, localizada à BR NR 480, n. 795 – CEP: 99740-000 – Barão de Cotegipe/RS, sendo vencedora para os itens 02; 04; 06; 11; 22; 27; 30; 34 e 41 com valor global de R$ 25. 567,00 – **PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 05.159. 591/0001-68, localizada à Rua São Paulo n. 39 – Bairro Medeiros – CEP: 75.900-036 – Rio Verde/GO, sendo vencedora para os itens 01; 05; 21; 25; 26; 31; 33; 37; 39; 42; ; 34; 43 e 47 com valor global de R$ 22.589,00 - **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 08.835.955/0001-70, localizada à Rua Yanomamis, Esquina c/ Rua das Bandeiras, 351, Quadra 02, Lote 12/13 – CEP: 74.460-721 – Residencial Petrópolis – Goiânia/GO, sendo vencedora para os itens 07; 13; 16; 18; 23; 28; 29; 32; 38 e 40 com valor global de R$ 7. 204,50 - **PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 10.749.915/0001-58, localizada à Rua Pernambuco, 1647 – CEP: 99.700-000 – Bairro Linho – Erechim/RS, sendo vencedora para os itens 08; 09; 14; e 15 com valor global R$ 62. 130,00 –**RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 06.696.359/0001-21, localizada à Rua Galileu, s/n, Quadra 26, Lote 5/9 – Bairro Jardim Europa – CEP: 74. 325-060 – Goiânia/GO, sendo vencedora para os itens 12 e 17 com valor global de R$ 991.000,00 - **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 12.889.035/0001-02, localizada à Rua Rubens Derks, n. 105 – Loteamento Rubens Derks – CEP: 99.706-300 – Erechim/RS, sendo vencedora para os itens 03; 19; 20; 24; 35 e 36 com valor global de R$ 2.428,50.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO Nº. 068/2016 TIPO: PRESENCIAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: PREGÃO Nº. 068/2016**

**TIPO: PRESENCIAL**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão nº. 068/2016, do tipo Presencial, cuja abertura ocorrerá as 08h00 - Local, do dia 20/06/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: *REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELEVADOR MECANICO AUTOMATICO, MACACO JACARE E CARREGADOR DE BATERIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS***.** O Edital poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Juara-MT, na Rua Niterói nº 81-N, Centro, ou no site www.cidadecompras.com.br, www.juara.mt.gov.br; maiores informações: Fone (0xx66) 3556-9400/9401.

Juara-MT, 03 de junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2016.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:**

**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2016.**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR POR EMPREITADA GLOBAL.**

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 001/2016, e membros, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preços nº. 003/2016, cuja abertura ocorreu as 09h00 - Local, do dia 20/05/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Contratação de Empresa da Área de Engenharia para a Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial no Bairro Parque Azóia, conforme Termo de Convênio n. 177/13 firmados entre a Secretaria de Estado das Cidades e a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso**, mediante o regime, empreitada por preço global, conforme especificações constantes no Projeto Básico, sagrou-se vencedora a empresa: **CALÁBRIA MHG CONSTRUTORA EIRELI – EPP**, inscrita com o CNPJ sob o nº 02.639.244/0001-44, localizada à Estrada Maria Adelina n. 364-W, Bairro Chácara de Recreio Lucia Maria – CEP: 78.575-000, no Município de Juara – Estado de Mato Grosso, com valor global de **R$ 319.756,15 (trezentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).**

Juara-MT, 03 de junho de 2016.

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE:** 03DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara**-**MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas*,* nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 03.652.030/0001-70, localizada à BR NR 480, n. 795 – CEP: 99740-000 – Barão de Cotegipe/RS. |
| REPRESENTANTE: | Nome: Edivar Szymanski – Sócio Gerente<br>CPF: 670.481.290-34<br>RG: 5051132966 SSP/RS |
| CONTATO (TELEFONE) | (54) 3523-2700 |
| E-MAIL | medicamentos@centermedi.com.br |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso,

deverá constar impresso: “Lei nº 9.787/99”. Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **“PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Edivar Szymanski – Sócio Gerente

CPF: 670.481.290-34

RG: 5051132966 SSP/RS

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 95400 | 268375 | Aciclovir 50mg - creme 10g | Bisn | 600 | **2,45** | **1.470,00** | **PRATI DONADUZZI** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 96938 | 0271111-3 | Amoxicilina suspensão 250 mg/5ml | Frasco | 500 | **2,34** | **1.170,00** | **PRATI DONADUZZI** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 96943 | 0281135-2 | Amoxicilina + clavulanato de potássio, 50+12,5 mg/ml,suspensão oral,100 ml | Frasco | 300 | **14,00** | **4.200,00** | **SANDOZ** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95067 | 270613 | Benzil penicilina 600.000 ui injetavel | Amp | 1.200 | **5,00** | **6.000,00** | **TEUTO** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 97007 | 431311 | Hidróxido de magnésio, associado ao hidróxido de alumínio e simeticona, 40 mg + 37 mg + 5 mg/ml, suspensão oral | Frasco | 2.000 | **2,00** | **4.000,00** | **IFAL** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 94946 | 267717 | Metronidazol 250 mg | Comp. | 3.000 | **0,10** | **300,00** | **PRATI D** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95091 | 268162 | Miconazol nitrato, 2%, creme vaginal | Bisn | 300 | **5,00** | **1.500,00** | **PRATI DONADUZZI** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95090 | 266788 | Nistatina 25.000 ui/g - creme vaginal - 60g | Bisn | 300 | **2,37** | **711,00** | **TEUTO** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 97042 | 0308884-4 | Sulfametoxazol + trimetoprima,40 + 8 mg/ml,suspensão oral,120 ml | Frasco | 600 | **1,50** | **900,00** | **TEUTO** | CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 03.652.030/0001-70

Edivar Szymanski – Sócio Gerente

CPF: 670.481.290-34

RG: 5051132966 SSP/RS

**DETENTORA**

**SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO**
**DECRETO Nº 1.068/2016**

**Decreto nº 1.068, de 03 de junho de 2016.**

***Regulamenta a Lei Complementar nº* 029, de 26 de dezembro de 2007, e Lei Complementar nº 094, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre cota fixa temporária a produtividade fiscal, e da outras providencias.**

O Senhor Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, no uso das suas atribuições que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

*Considerando* o disposto nos artigos 22 a 32 da Lei Complementar nº 29, de 26 de dezembro de 2007, e artigos 22 a 25, da Lei Complementar nº 94, de 27 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Regulamentação da produtividade Fiscal;

Considerando a ATA de Reunião realizada no Inquérito Civil nº 15/2015 – PJ/JUARA/CIVEL – SIMP nº 002417-038/2014;

Considerando a necessidade de estudo da viabilidade e dos efeitos práticos da concessão de gratificação por produtividade na arrecadação de receita aos cofres públicos;

DECRETA:

Art. 1ºA Gratificação de Produtividade Fiscal é uma vantagem individual, composta por parte fixa e variável e será devida aos Fiscais Tributários e Fiscais Sanitários, quando em efetivo exercício do cargo, a ser pago mensalmente, nos valores variáveis e fixos estabelecidos neste Decreto, observados os seguintes critérios:

§1º O valor de cada ponto/cota, para efeito de pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal, será de R$ 1.00 (um real).

I – Parte fixa de R$ 1.000,00 (um mil reais):

a) Para recebimento da parte fixa de R$ 1.000,00 (um mil reais), deverão os Fiscais Tributários atingir o mínimo de 600 pontos/cotas mês, e os Fiscais Sanitários atingir o mínimo de 400 pontos/cotas mês;

b) Não atingindo os pontos/cotas mínimas previstas na aliena “a” acima, receberão os Fiscais Tributários e Fiscais Sanitários o valor correspondente ao da quantidade de cotas produzidas;

II – Parte variável de R$ 600,00 (seiscentos reais):

a) Acima de 1.000 pontos/cotas, poderão os Fiscais Tributarios e Sanitarios receber de forma variavel até o limite de 600 pontos/cotas.

§2º Acima de 1.000 pontos/cotas, os Fiscais Tributários e Fiscais Sanitários poderão receber de forma variavél até o limite 600 pontos/cotas.

§ 3º O servidor, quando investido no cargo de Coordenador de Fiscalização receberá a Gratificação de Produtividade Fiscal integral, nos termos da Lei Complementar nº 094/2011.

Art. 2ºPara os fins previstos no art. 1º deste Decreto, consideram-se funções especificas das classes de Fiscais de Tributos Municipais e Fiscais da Vigilância Sanitária:

I - O desempenho das funções atinentes às atividades das classes citadas.

II - O desempenho por titulares das classes neste artigo, dos cargos em comissão de: Coordenador de Fiscalização; Chefe da Divisão de ISSQN; Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária.

III - A execução, por titulares das classes previstas neste artigo, de tarefas técnicas pertinentes à fiscalização, na Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Municipal de Saúde, mediante previa e expressa designação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3ºÉ vedado para efeito de percepção da gratificação de produtividade fiscal, o desdobramento do termo de início de Ação Fiscal, de Verificação Fiscal, de Notificação de Lançamento ou Auto de Infração, em trabalho de característica idêntica.

Parágrafo único. A Ação Fiscal deverá abranger um período de 5 (cinco) anos anteriores à data do termo inicial da fiscalização.

Art. 4ºOs feitos fiscais prejudicados no todo ou em parte, em virtude de mutações legais ou regulamentares, ocorridas após a ação fiscal, darão ensejo à redução proporcional dos pontos atribuíveis ao funcionário.

Art. 5ºQuando a Fiscalização for feita em dupla ou mais fiscais, o total de pontos atribuíveis será rateado igualmente entre os participantes da diligencia ou serviço.

Art. 6ºA inidoneidade ou falsidade em atestado de execução de serviços ou em relatórios mensais da produção individual, para os fins de que trata este Decreto, implica na responsabilidade funcional do respectivo servidor.

Art. 7° Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito, mediante representação do Secretário Municipal de Finanças.

Art. 8º Para os efeitos deste Decreto considera-se parte integrante a este:

I – Anexo I – Da Comprovação de Atividade;

a) – Apêndice 1 – Termo de Início de Fiscalização;

b) – Apêndice 2 – Notificação Fiscal; e

c) – Apêndice 3 – Auto de Infração.

II – Anexo II – Do Número de Cotas por Atividade.

Parágrafo único. Os Apêndices ao Anexo I, que tratam as alíneas “a”, “b” e “c”, do Inciso I, deste artigo, deverão ser confeccionados como consta do modelo, em papel formato A4, com dois centímetros de margem superior e inferior, e um centímetro de margem esquerda e direita, contendo no cabeçalho de página o brasão do município localizado em tamanho de 1,89 (um vírgula oitenta e nove centímetros) de altura por 2,0 (dois centímetros) de largura, localizado no canto esquerdo e os dizeres sem as aspas “PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA ESTADO DE MATO GROSSO” de forma centralizada a direita e esquerda e superior e inferior, em fonte Times New Roman, Tamanho 16, em Negrito, e em Caixa Alta. Como notas de rodapé de página, deverá conter em fonte Times New Roman, Tamanho 12, de forma Justificada, os dizeres “Rua Niterói, 81-N – Centro – Fone (66) 3556-9400 – Cx. P. 001 – CEP 78575-000 – Juara-MT”, nesta mesma formatação e sem aspas.

Art. 9Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrárias, em especial o Decreto nº 935/2015.

Governo Municipal de Juara Estado de Mato

Grosso, 03 de junho de 2016.

**Edson Miguel Piovesan Prefeito do Município**

**ANEXO I**

**DA COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE**

1 - Os Fiscais comprovarão, mensalmente, as suas atividades, mediante confecção de mapa das atividades executadas anexando os seguintes documentos:

1.1 - Termo de Início de Fiscalização;

1.2 – Notificação Fiscal;

1.3 – Auto de Infração;

1.4 – Comprovante de recebimento dos valores;

1.5 – Comprovante de Notificações entregues; e

1.6 – Comprovante de entrega de carnes de IPTU e entrega de Guia de Recolhimento de Impostos.

2 - O Termo de Início de Ação Fiscal será lavrado pela autoridade fiscal, no ato de sua apresentação ao estabelecimento, em impresso próprio e será submetido à assinatura do contribuinte.

3 - O Termo de Verificação Fiscal será lavrado no ato do encerramento da ação fiscal, em impresso próprio, e se destina a comprovar a tarefa típica de fiscalização.

4 - As tarefas, executadas pelos Fiscais, serão relatadas no Termo de Verificação Fiscal, no qual, também, serão descritas, sumariamente, as irregularidades apuradas e o procedimento adotado.

4.1 - Quando for o caso, fará o funcionário, relatório das ocorrências em peças em separado, que será anexado ao mencionado termo e dele fará parte integrante.

4.2 - Na hipótese do servidor se encontrar executando trabalho relacionado com a fiscalização tributária ou de vigilância sanitária, em caráter sedentário, mediante ato da autoridade competente, deverá ele apresentar relatório mensal de suas atividades, no qual descreverá a natureza dos trabalhos executados.

5 - Os termos que trata os itens “1.1” e “1.2” deste anexo, que se constituirão de um único impresso de acordo com o modelo constante dos Apêndices “1”, “2” e “3”, deste Anexo I, serão lavrados em quatro vias.

6 - A vista do exame dos documentos referidos no artigo anterior, o Secretário a que o fiscal estiver subordinado expedirá, mensalmente, os atestados de exercício para efeito de recebimento dos vencimentos e vantagens, a que fizer jus o funcionário.

**Apêndice 1 – TERMO DE INICIO DE FISCALIZAÇÃO**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA ESTADO DE MATO GROSSO** | | |
| **TERMO DE INICIO DE FISCALIZAÇÃO** | | | |
| **Secretaria Municipal de Finanças**<br>**Central do ISSQN**<br>Rua Niterói, 81N – Centro - Fone: (66) 3556-9400 | DATA | HORA | NOTIFICAÇÃO N° |
| ____/____/____ | ____:____ | _____ | |
| IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE | | | |
| NOME/RAZÃO SOCIAL | CPF/CNPJ | INSCR. MUNICIPAL | |
| NOME DO SÓCIO/PREPOSTO/EMPREGADO | CPF | RG | |
| ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO | NÚMERO | CIDADE | UF |
| DESCRIÇÃO | | | |
| Com base no disposto pelo artigo 50 da Lei Complementar nº 23/2006 **NOTIFICAMOS** a empresa acima qualificada para colocar à disposição da Fiscalização Tributária, **no prazo de 30 (trinta) dias**, os documentos abaixo relacionados:<br>q Livros fiscais de Prestação de Serviços;<br>q Contrato Social e Alterações;<br>q Notas Fiscais - Modelo Série 1 (vencidos);<br>q Notas Fiscais - Modelo Antigo (revogadas);<br>q AIDF (solicitação de Nota Fiscal);<br>q Guias de recolhimento do ISS;<br>q Alvará de localização e funcionamento (do exercício); | | | |

| | |
|---|---|
| q Documentos das despesas fixas: comprovantes de água, luz, telefone, folha de pagamento dos funcionários, IPTU, Aluguel, etc...referentes ao mês de _____;<br>q Declaração do Imposto de Renda;<br>q Outros_____<br>_____ | |
| DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | |
| **Art. 136. Inciso IV – Alínea f**<br>**Multa de 20 (vinte) UFPM**: aos que não colocarem à disposição ou recusarem a apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela autoridade fiscal, bem como a tentativa de provocar embaraço, dificultar ou mesmo impedir a ação fiscal.<br>**1 (uma) UFPM = R$ 25,00** | |
| NOTIFICANTE | CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL |
| NOME:<br>CARGO:<br>MATRÍCULA:<br>ASSINATURA | RECEBI NESTA<br>DATA: __.<br>NOME:<br>ASSINATURA |
| Rua Niterói, 81-N – Centro – Fone (66) 3556-9400 – Cx. P. 001 – CEP 78575-000 – Juara-MT | |

**Apêndice 2 – NOTIFICAÇÃO FISCAL**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA ESTADO DE MATO GROSSO** | | |
| **NOTIFICAÇÃO FISCAL** | | | |
| **Secretaria Municipal de Finanças**<br>**Central do ISSQN**<br>Rua Niterói, 81-N – Centro - Fone: (66) 3556-9400 | DATA | HORA | TERMO N° |
| ____/____/____ | ____:____ | _____ | |
| IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE | | | |
| NOME/RAZÃO SOCIAL | CPF/CNPJ | INSCR. MUNICIPAL | |
| NOME DO SÓCIO/PREPOSTO/EMPREGADO | CPF | RG | |
| ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO | NÚMERO | CIDADE | UF |
| DESCRIÇÃO | | | |
| De acordo com o artigo 185, inciso I da Lei Complementar 23/2006 (CTM), a autoridade fiscal abaixo assinada inicia o procedimento de apuração fiscal, averiguando o período compreendido entre os meses de _____ a _____. **NOTIFICA-SE** o contribuinte para apresentar dentro do prazo de 20 (vinte) dias, os documentos abaixo relacionados.<br>**Qtd.**<br>q _____ Livro de registro de prestação de serviços;<br>q _____ Talões de Notas Fiscais referentes ao período compreendido entre __/____/____ à ____/____/____;<br>q _____ AIDF - do período descrito no item (2);<br>q _____ Despesas relativas à execução da atividade;<br>q _____ Outros_____ | | | |
| DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | | | |
| **Art. 136. Inciso IV – Alínea f):**<br>**Multa de 20 (vinte) UFPM**: aos que não colocarem à disposição ou recusarem a apresentar livros ou documentos fiscais exigidos pela autoridade fiscal, bem como a tentativa de provocar embaraço, dificultar ou mesmo impedir a ação fiscal.<br>**1 (uma) UFPM = R$ 22,10** | | | |
| NOTIFICANTE | CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL | | |
| | RECEBI NESTA DATA: ____/_____/_____.<br>NOME:<br>ASSINATURA | | |
| Rua Niterói, 81-N – Centro – Fones (66) 3556-9400 – Cx. P. 001 – CEP 78575-000 – Juara-MT | | | |

**Apêndice 3 – AUTO DE INFRAÇÃO**

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA ESTADO DE MATO GROSSO** | | | | | |
| **AUTO DE INFRAÇÃO** | | | | | | |
| **Secretaria Municipal de Finanças**<br>**Central do ISSQN**<br>Rua Niterói, 81N – Centro - Fone: (66) 3556-9400] | **DATA**<br>____/____/____ | **HORA**<br>____:____ | **AUTO DE INFRAÇÃO Nº** | | | |
| **IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE** | | | | | | |
| NOME/RAZÃO SOCIAL | CAE | | | | | |
| ENDEREÇO (RUA, AV., PRAÇA, ETC) | NÚMERO | CPF/CNPJ | | | | |
| BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF | CEP | FONE | | |
| **DESCRIÇÃO DO TRIBUTO EXIGIDO** | | | | | | |
| | **X** | **I.S.S.** | | **I.T.B.I.** | **TAXAS** | **OUTROS** |
| **DESCRIÇÃO DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES** | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÕES DAS INFRAÇÕES | | | | | | |
| **Art. 136 - Inciso II – Alínea "e" da Lei Complementar 023/2006.** | | | | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Multa de 10 (dez) UFPM – Por mês, aos que deixarem de comunicar a ausência de Movimento Tributável.<br>**Descrição dos fatos:**<br>_____ | | | |
| ENQUADRAMENTO DAS INFRAÇÕES | | | |
| **Art. 136 - Inciso II – Alínea "e" da Lei Complementar 023/2006.** | | | |
| ENQUADRAMENTO DAS PENALIDADES | | | |
| **Art. 136 - Inciso II – Alínea "e" da Lei Complementar 023/2006.** | | | |
| **INTIMAÇÃO** | | | |
| *I - FICA O CONTRIBUINTE INTIMADO A RECOLHER JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, NO PRAZO DE **10 (DEZ) DIAS** CONTADOS DA DATA DA CIÊNCIA DESTE, O VALOR AO LADO DISCRIMINADO.* | **DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM R$** | | |
| **A – TRIBUTO ATUALIZADO** | | | |
| **B – JUROS DE MORA** | | | |
| **C – MULTA DE MORA** | | | |
| **D – MULTA (40%)** | | | |
| **E – TOTAL** | | | |
| **SUBSCRIÇÃO: NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, FOI LAVRADO O PRESENTE AUTO DE INFRAÇÃO, QUE VAI ASSINADO PELO(S) AUTUANTE(S) E PELO CONTRIBUINTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL, FICANDO EM SEU PODER UMA CÓPIA.** | | | |
| **AUTUANTE(S)** | **CARGO** | **ASSINATURA(s)** | |
| **SIDMAR PINHEIRO MACHADO** | **FISCAL TRIBUTÁRIO** | | |
| **CONTRIBUINTE OU REPRESENTANTE LEGAL** | **CARGO** | **DATA/HORA** | **ASSINATURA(S)** |
| _____ | _____ | ____/____/____ | |
| CPF | RG Nº | ÓRGÃO EMISSOR | UF |
| Rua Niterói, 81N – Centro – Fones (66) 3556-9400– Cx. P. 001 – CEP 78575-000 – Juara-MT | | | |

**ANEXO II**

**DO NÚMERO DE COTAS POR ATIVIDADE**

| Itens | Vigilância Sanitária | Pontos | % |
|---|---|---|---|
| **Atividades** | | | |
| 01 | Por expedição de termo de notificação, realizado em dia útil, no horário normal, por unidade. Devidamente autorizado pela coordenação da vigilância sanitária. | 30 | |
| 02 | Por auto de apreensão, auto de inutilização e/ou incineração em dia útil, no horário normal, por unidade. Devidamente autorizada pela coordenação da Vigilância Sanitária. | 30 | |
| 03 | Auto de infração. | 50 | 5 |
| 04 | Por expedição de termo de notificação, após as 18 horas ou em feriados e fins de semana, por unidade. Devidamente autorizado pela coordenação da vigilância sanitária. | 50 | |
| 05 | Por expedição de termo de apreensão e inutilização e/ou incineração após as 18 horas ou em feriados e fins de semana, por unidade. | 50 | |
| 06 | Por inspeção e fiscalização sanitária para fins de liberação de Alvará de funcionamento solicitado pela Coordenação da Vigilância Sanitária. | 50 | |
| 07 | Cadastramento sanitário de novos estabelecimentos e outros. | 20 | |
| 08 | Baixa de alvará sanitário de estabelecimentos de baixa, média e alta complexidade, quando solicitada pela coordenação da vigilância sanitária. | 10 | |
| 09 | Por verificação de denúncia com levantamento técnico-sanitário na apuração de irregularidades, solicitada pela Coordenação de Sanitária. | 30 | |
| 10 | Por notificação, inspeção e fiscalização, por ordem de serviço, visando ao saneamento básico de área residencial ou outros locais que tenham atividades pertinentes à fiscalização sanitária. | 30 | |
| 11 | Por coleta de amostras de produtos e outros; e por amostra de água coletada, para fins de análise em estabelecimentos ou atividades. | 40 | |
| 12 | Por elaboração de relatório técnico de vistoria ou inspeção sanitária em estabelecimento por solicitação da Coordenação da Vigilância Sanitária e outros. | 80 | |
| 13 | Relatórios de Diligencias em atendimento de denúncias. | 40 | |
| 14 | Outras diligências fora do perímetro urbano, para cumprimento de Ordens Judiciais e Ministerial. | 100 | |
| 15 | Outras diligências para cumprimento das normas previstas no Código de Posturas Municipal e Código de Sanitário do Município de Juara-MT, quando solicitado pela Coordenação da Vigilância Sanitária. | 30 | |
| 16 | Entrega de Correspondências, convites, guias recolhimento de tributos, carnês IPTU e notificações – (por entrega/carnê/guia recolhimento). | 02 | |
| 17 | Acompanhamento e Elaboração de relatório de Exumação de Ossadas e outros. | 200 | |
| 18 | Plantões Noturnos ou em fins de semana (por dia) | 100 | |
| 19 | Participar de Campanhas de vacinação anti-rábicas, palestras educativas e outras (por dia). | 40 | |
| 20 | **Pareceres:** | | |
| I - Auxilio na elaboração de ação defesa administrativa ou judicial. | 20 | | |
| II - Elaboração de respostas ou parecer fiscal em consultas, impugnações ou recursos de contribuintes. | 20 | | |
| 21 | Exercício de Cargo de Chefia de Divisão ou Setor, quando do interesse da Administração Municipal | 1.600 | |
| 22 | Alimentação do Sistema GAL, por amostra coletada. | 20 | |
| 23 | Recebimento de Amostras de água de outros municípios do Vale do Arinos (por amostra) | 20 | |

| Itens | Tributos Municipais – Tributário | Pontos | % |
|---|---|---|---|
| **Atividades** | | | |
| 01 | Plantão por final de semana no Setor de Fiscalização de Tributos. | 100 | |
| 02 | Inscrição de contribuintes dos Impostos de Serviço de qualquer Natureza, Predial e Territorial. | 05 | |
| 03 | Inscrição ou cadastramento de Licença de Localização. | 05 | |
| 04 | Por “Termos de Início de Ação Fiscal” e “Verificação Fiscal” ao local do imóvel em virtude de ficha de campo, por ficha de IPTU. | 10 | |
| 05 | Outras diligencias que venham a exigir exames de livros e documentos de contribuinte. | 30 | |
| 06 | Conferencias do recolhimento regular de tributo, por mapas ou fichas comparativas. | 05 | |
| 07 | Diligencias solicitadas pela Chefia ou órgãos competentes em estabelecimentos. | 10 | |
| 08 | Por coleta de dados, efetuada pelo funcionário fiscal em outras repartições públicas, empresas industriais, comerciais, bancarias, agrícolas, cartórios, etc. com o objetivo de colher elementos necessários à perfeita execução dos trabalhos fiscais, desde que autorizado pela Chefia ou Órgão competente. | 30 | |
| 09 | Trabalhos executados em horários noturnos, por determinação da Chefia, ou escalas de serviços em jogos e diversões, em casas noturnas em geral ou ainda trabalho executado nos dias de sábados, domingos feriados e facultativos. | 100 | |
| 10 | **Notificação Fiscal – Auto de infração:** | | 5 |
| I - Notificação | 10 | | |
| II - Por falta de licença de localização ou alvará de funcionamento | 20 | | |
| 11 | Exercício de Cargo de Chefia de Divisão ou Setor, quando do interesse da Administração Municipal. | 1600 | |
| 12 | **Levantamentos fiscais programados – Análise contábil, financeira e econômica do contribuinte:** | | |
| I - Diligencias de 1º Grau – oriundas de simples verificações e suas características. | 10 | | |
| II - Diligencias de 2º Grau – oriundas de levantamentos procedidos através de Balanços Gerais, Conta de Lucros e Perdas, Livros e documentos (fiscais e comerciais) e outros obrigatórios pela atividade do contribuinte ou Guia de recolhimento. | 50 | | |
| III - Diligencias de 3º Grau – Oriundas de levantamento de pelo menos três exercícios, verificando a evolução do patrimônio da Empresa, ou seja, Ativo e Passivo, com Análise das respectivas peças citadas. | 100 | | |
| 13 | Determinação de valores para lançamento predial e Territorial, valor tributário, áreas construídas, apuração de benfeitorias e preenchimento dos respectivos Laudos de Avaliação. | 10 | |
| 14 | Lançamentos novos de construções sem planta aprovada e de construções clandestinas em geral. | 10 | |
| 15 | **Plantões em Posto de Controle Municipal:** | | |
| Escala – 24 horas/48 horas | 120 | | |
| Escala – 10 dias / 20 dias | 1600 | | |
| 16 | Emissão de Nota Fiscal de Produtor Eletrônica ou Nota Fiscal Avulsa – por documento – convênio Prefeitura / Sefaz. | 02 | |
| 17 | Emissão de Conhecimento de Transportes Avulso – por documento – convênio Prefeitura / Sefaz. | 02 | |
| 18 | Entrega de Correspondências, convites, guias recolhimentos de tributos, carnes IPTU e notificações diversas - (por entrega/carne/guia recolhimento). | 02 | |
| 19 | Notificação e recolhimento de IPVA vencido. | 02 | 5 |
| 20 | Notificação e recolhimento de Impostos Municipais vencidos e inscritos em dívida Ativa. | 02 | 5 |
| 21 | Vistoria para emissão de licença prévia de passagem de energia subterrânea /calçada. | 10 | |
| 22 | Vistoria para emissão de licença prévia para escavações, passeio e logradouro público. | 10 | |
| 23 | Vistoria para emissão de licença para Demolição. | 15 | |
| 24 | Consulta Prévia de projetos de construções. | 05 | |
| 25 | Folha Estatística e Guia de Responsabilidade para Construção. | 10 | |
| 26 | Vistoria de obras de construção em andamento. | 05 | |
| 27 | Emissão de CVCO – Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras. | 25 | |
| 28 | Análises, atestados, laudos, declarações, pareceres e certidões. | 10 | |
| 29 | Memorial Descritivo. | 10 | |
| 30 | Autos de Infrações. | 20 | 5 |
| 31 | Embargos de Obras. | 30 | |
| 32 | Parcelamento, Desdobramento, Remembramento e desdobro. | 5 | |
| 33 | **Termos de Notificação:** | | |
| 000 m² a 070 m² | 15 | | |
| 071 m² a 100 m² | 25 | | |
| Acima de 101 m² | 30 | | |
| 34 | Intimação: contribuintes malha fiscal ITR. | 02 | |
| 35 | Termo de constatação e intimação: contribuinte malha fiscal ITR. | 25 | |
| 36 | Notificação de lançamento: malha fiscal ITR. | 25 | 5 |
| 37 | Notificação e regularização ITR administrativamente. | 02 | 5 |
| 38 | Notificação Eletrônica/Cobrança de ISSQN. | 02 | 5 |

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046-B/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046-B/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE:** 03DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** inscrita com o CNPJ sob o n. 12.889.035/0001-02, localizada à Rua Rubens Derks, n. 105 – Loteamento Rubens Derks – CEP: 99.706-300 – Erechim/RS. |
| REPRESENTANTE: | Nome: Sedinei R. Stievens – Representante Legal<br>CPF: 004.421.050-70<br>RG: 1089436834 SSP/RS |
| CONTATO (TELEFONE) | (54) 3522-4273 |
| E-MAIL | licitacao@inovamed-rs.com.br |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 2.428,50 (DOIS MIL QUATROCENTOS E VINTE OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99". Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Sedinei R. Stievens – Representante Legal

CPF: 004.421.050-70

RG: 1089436834 SSP/RS

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 96931 | 0271089-1 | Amoxicilina 500 mg, capsula. | Cps | 2.500 | **0,135** | **337,50** | **AUROBINDO** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 94986 | 267203 | Dipirona sódica 500 mg | Comp. | 2.000 | **0,099** | **198,00** | **CIFARMA** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 94991 | 267662 | Fluconazol 150 mg | Cps | 5.000 | **0,203** | **1.015,00** | **MEDQUIMICA** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 94933 | 267676 | Ibuprofeno 600 mg | Comp. | 3.000 | **0,084** | **252,00** | **TEUTO** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 94953 | 268851 | Norfloxacino, 400 mg | Comp. | 2.000 | **0,19** | **380,00** | **MEDQUIMICA** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 94956 | 267712 | Omeprazol 20mg | Caps | 6.000 | **0,041** | **246,00** | **GEOLAB** | INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Sedinei R. Stievens – Representante Legal

CPF: 004.421.050-70

RG: 1089436834 SSP/RS

**DETENTORA**

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 060/2016/ SECAD/SRPP TIPO: PRESENCIAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:**

**MODALIDADE: PREGÃO Nº. 060/2016**

**TIPO: PRESENCIAL**

**JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 060/2016, cuja abertura ocorreu as 08h00 - Local, do dia 03/06/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTACAO DE SERVICOS DE EXAMES E LAUDOS MEDICOS DE ELETROCARDIOGRAMA ECG,** sagrou-se **DESERTO.**

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046-C/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046-C/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE: 03** DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE**

**REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas*,* nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n. 10.749.915/0001-58, localizada à Rua Pernambuco, 1647 – CEP: 99.700-000 – Bairro Linho – Erechim/RS. |
| REPRESENTANTE: | Nome: Edson Rover<br>CPF: 987.053.260-87<br>RG: 207.528.9674 SSP/RS |
| CONTATO (TELEFONE) | (54) 3321-6345 |
| E-MAIL | ppretomedi@bol.com.br |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o **"*Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento"*,** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 62.130,00 (SESSENTA E DOIS MIL E CENTO E TRINTA REAIS)**

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal "Elídia Maschieto Santillo" ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/ Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99". Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**

CNPJ: 10.749.915/0001-58

Edson Rover

CPF: 987.053.260-87

RG: 207.528.9674 SSP/RS

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 96954 | 268951 | Azitromicina, 1 g | Comp. | 3.000 | **7,42** | **22.260,00** | **PRATI** | PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA |
| 95068 | 270612 | Benzil penicilina 1.200.000 ui injetavel | Amp | 3.000 | **8,89** | **26.670,00** | **TEUTO** | PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA |
| 96967 | 268414 | Ceftriaxona sódica, 1 g, endovenoso | Amp | 2.000 | **2,27** | **4.540,00** | **BLAUSIEGEL** | PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA |
| 95080 | 268415 | Ceftriaxona sódica, 1 g, intramuscular | Amp | 2.000 | **4,33** | **8.660,00** | **NOVA FARMA** | PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**

CNPJ: 10.749.915/0001-58

Edson Rover

CPF: 987.053.260-87

RG: 207.528.9674 SSP/RS

**DETENTORA**

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 046-A/2016/SECAD**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 046-A/2016/SECAD

**PROCESSO**: Nº. 048/2016/SECAD.

**PREGÃO**: N° 048/2016/SECAD.

**ASSINATURA:** 03 DE JUNHO DE 2016.

**VALIDADE: 03** DE JUNHO DE 2017.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara**-**MT, doravante denominado **GERENCIADOR**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-00**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas*,* nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada item, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital e anexos do PREGÃO nº 048/2016, do tipo ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 048/2016, independentemente de transcrições, constituindo esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS documento vinculativo e obrigacional às partes.

| | |
|---|---|
| EMPRESA | **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** |
| CNPJ | 08.835.955/0001-70 |
| ENDEREÇO | Rua Yanomamis, Esquina c/ Rua das Bandeiras, 351, Quadra 02, Lote 12/13 – CEP: 74.460-721 – Residencial Petrópolis – Goiânia/GO |
| REPRESENTANTE: | Nome: Franklin Teixeira Duarte<br>CPF: 868.783.101-30<br>RG: 3823256/2ª Via SPTC/GO |
| CONTATO (TELEFONE) | (62) 3204-7200 |

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10. 520/2002, Decreto Estadual nº. 7217/2006, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Estadual nº 7.696/2002, Decreto Estadual nº 635/2007, Decreto Estadual n. 7.217/2006, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada para o ***"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos (comprimidos, bisnagas, capsulas e ampolas) em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde / Centro de Testagem e Aconselhamento",*** decorrente do Pregão Eletrônico n° 048/2016/SECAD, em conformidade com o Projeto/Plano/Termo apresentado.

**VALOR TOTAL DO REGISTRO DE PREÇOS: R$ 7.204,50 (SETE MIL DUZENTOS E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**

**1.2.** O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas (BDI), manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**2. DA EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Esta Ata de Registro de Preço, não gera a obrigação a Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso de contratar, possuindo característica de futura e eventual contratação de acordo com os preços, fornecedores beneficiários e condições relacionadas na licitação e propostas apresentadas.

**3. DA FORMA DE EXECUÇÃO**

**3.1.** A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e/ou executar os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/CAPS, conforme especificado no edital e seus anexos, no termo de referência e na proposta de preços.

**3.2.** Após a publicação desta Ata em Jornal Oficial do Estado, as empresas registradas ficam obrigadas a atender todos os pedidos feitos pela Secretaria Requisitante/Órgão/Unidade.

**3.3.** A entrega deverá ser, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação para retirada da nota de empenho e ordem de fornecimento, emitida pela Divisão de Compras/SECAD, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Secretaria;

**3.4.** O objeto deverá ser entregue no Almoxarifado Central/Hospital Municipal “Elídia Maschieto Santillo” ou em local previamente indicado pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município;

**O recebimento será:**

a) em **caráter provisório**, após a entrega dos produtos, acompanhada da assinatura de servidor designado para esse fim, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

b) **definitivamente**, após a conferência da quantidade, avaliação da qualidade, datas de fabricação e validade do produto, pelo responsável pelo controle patrimonial da Secretaria Requisitante, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do material por parte da Secretaria Municipal de Saúde – Central de Distribuição, será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento provisório, estipulado acima. Somente após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

**3.5.** O recebimento não excluirá a Adjudicatária da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;

**3.6.** A Adjudicatária ficará obrigada a corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos materiais fornecidos;

**3.7.** A SECAD rejeitará no todo ou em parte o fornecimento realizado em desacordo com as normas deste edital;

**3.8.** A entrega dos objetos desta licitação, serão acompanhados e fiscalizados por servidor devidamente designado para este fim.

**3.9.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)** ou outra entidade credenciada pelo **Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO)**.

**4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** O gerenciamento desta Ata caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, através da Divisão de Licitações e Contratos, no seu aspecto operacional, e à Assessoria Jurídica de Licitações, nas questões legais, competindo-lhe, ainda:

I – conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

II – coordenar as formalidades para o cumprimento da ata de acordo com as condições ajustadas no edital e anexos;

III – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes de descumprimento da Ata de Registro de Preços;

IV – autorizar a adesão de órgãos e entidades não participantes deste Registro de Preços;

V – promover a publicação desta Ata, após assinatura das empresas vencedoras da licitação, de acordo com a ordem de classificação, e da autoridade competente do município;

VI – arquivar a Ata de Registro de Preços em pasta própria e disponibilizá-la em meio eletrônico.

**4.2.** Todas as eventuais alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

**5. DA VIGÊNCIA**

**5.1.** O prazo de vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e circulação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso que contém o respectivo aviso.

**5.2.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços é de 02 (dois) dias úteis, contados da convocação formal da adjudicatária;

**5.3.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

**5.4.** A critério da administração, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Administração.

**6. DA EFICÁCIA**

**6.1.** O presente Registro de Preços somente terá eficácia após publicação do respectivo extrato em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso, na forma preconizada do parágrafo único do Art. 61, da Lei Federal n. 8666/93.

**7. DAS REVISÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do art. 92 do Decreto Estadual n. 7.217/2006 e do art. 65, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

**7.2.** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

**7.3.** Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

**7.4.** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 7.2 e 7.3, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria de Administração, cabendo ao Gestor Municipal a decisão sobre o pedido.

**7.5.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassarem os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro

**7.6.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, através de Fiscal de Contratos devidamente designado, solicitará formalmente à empresa a redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**7.7.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas classificadas, de acordo com a ordem de classificação obtida no certame, cabendo rescisão desta Ata de Registro de Preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**7.8.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

**7.9.** Alterados os preços registrados, oriundos de revisão, os órgãos e entidades do Poder Executivo e entidades serão comunicados para que apliquem a revisão em seus contratos.

**7.10.** Nos preços registrados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc).

**7.11.** Os preços alterados oriundos de revisão deverão ser publicados em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**8.1.1.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a empresa se recusar a adequá-los;

**8.1.2.** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

**8.1.3.** Se a empresa perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**8.1.4.** Quando a empresa sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**8.1.5.** Quando a empresa requerer, desde que mediante justificativa comprovada e aceita pela Administração.

**8.2.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por decisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

**8.3.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado formalmente, mediante publicação em Jornal Oficial do Estado de Mato Grosso.

**8.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados será analisado pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este a decisão sobre o cancelamento.

**8.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, permanecerá o compromisso da garantia e assistência técnica dos itens entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

**8.6.** Caso a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o **pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.**

**8.7.** O cancelamento do registro de preços será comunicado aos órgãos e entidades que o utilizaram.

**9. DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**9.1.** O contrato advindo do presente Registro de Preços, somente poderá ser celebrado mediante autorização da Secretaria Municipal de Administração/Órgão Gestor da Ata.

**9.2.** A empresa registrada deverá comparecer quando convocada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do instrumento contratual/ordem de fornecimento.

**9.3.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações serão aquelas previstas em edital e seus anexos e eventuais alterações, disponíveis no Portal de Aquisições da BLL, juntamente com o respectivo Edital.

**9.4.** O prazo da contratação será estabelecido de acordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, prorrogável nas hipóteses da Lei de Licitações nº. 8.666/1993 e eventuais alterações.

**9.5.** Constarão no contrato todas as obrigações, direitos e deveres previstos no edital.

**9.6.** As contratações serão formalizadas pelas Unidades da Saúde ou os que vierem a aderir, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8.666/93;

**9.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Cadastro de Fornecedores do Município, e outros meios, se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação previstas em Edital;

**9.8.** Os serviços serão executados ou os produtos fornecidos de acordo com as regras fixadas na especificação técnica, na proposta, no contrato, no edital e seus anexos e eventuais alterações;

**9.9.** Por tratar-se de Registro de Preços, os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, cujo elemento de despesas e nota de empenho constarão nas respectivas adesões, observado as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço;

**9.10.** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016, seus anexos e a proposta da contratada.

**10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e artigo 7º, da Lei n. 10520/2002, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**10.2.** Quanto ao atraso para assinatura da Ata será aplicadas multas:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

**10.3.** Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

**10.4.** Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

**10.5.** As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente;

**10.6.** As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, consequentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

**10.7.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços será apurado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo da apuração do descumprimento dos contratos decorrentes, de competência dos órgãos e entidades aderentes.

**11. DAS VEDAÇÕES**

**11.1.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Administração.

**11.2.** É vedada a prorrogação da Ata de Registro de Preços, além do limite de vigência legalmente estabelecido.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, esta Ata de Registro de Preços será anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, e suspensa ou revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**12.1.1.** A anulação do procedimento licitatório afetará a Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente.

**12.2.** As cláusulas desta Ata de Registro de Preços somam-se às obrigações das partes previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2016 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato, que está disponível no mesmo link onde é retirado o edital.

**12.3.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal n. 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto Estadual n.7217/2006;

**12.4.** Os medicamentos deverão ser entregues em locais previamente estabelecidos pela Secretaria Requisitante, dentro dos limites urbanos do município de Juara, Estado de Mato Grosso.

**12.5.** A Contratada deverá fornecer os medicamentos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios:

**Embalagem –** o produto deve ser entregue em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Na embalagem do medicamento genérico deverá está escrito: **"medicamento genérico"** dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99". Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar suas embalagens primárias e/ou secundárias a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**

**Rotulagem –** todos os produtos, nacionais ou importados, devem ter constado nos rótulos, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nomes genéricos e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

**Lote –** O número dos lotes deve estar especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada medicamento entregue. Todos os lotes deverão vir acompanhados de Laudo Analítico Laboratorial (ou Laudo de Análise de Controle de Qualidade), expedido pela empresa produtora/titular do Registro na ANVISA e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analítico em Saúde (REBLAS).

**Validade – Igual ou superior a 75% da validade final do produto, contados da entrega na SAF;**

**12.6. O medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre para comercialização e/ou fabricação pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

**13. DO FORO**

**13.1.** As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 08.835.955/0001-79

Franklin Teixeira Duarte

CPF: 868.783.101-30

RG: 3823256/2ª Via SPTC/GO

**DETENTORA**

**ANEXO I**

**COMPRIMIDOS, BISNAGAS, CAPSULAS E AMPOLAS CTA**

**Edital de Pregão Nº 048/2016**

| COD | TCE | DESCRIÇÃO | QUANT | APRES. | V. UNT. | V. TOTAL | LABORATORIO | FORNECEDOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 95224 | 267515 | Ampicilina 500 mg | Cps | 1.200 | 0,185 | 222,00 | MULTILAB | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 96965 | 327792 | Cefalexina suspensao 25 mg/ml, pó p/ suspensão oral. | Frasco | 300 | 7,99 | 2.397,00 | TEUTO | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95104 | 271103 | Cetoconazol, 2%, shampoo | Frasco | 300 | 4,70 | 1.410,00 | PRATI DONADUZZI | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 96997 | 267206 | Dipirona sódica, 50 mg/ml, solução oral | Frasco | 2.000 | 0,59 | 1.180,00 | FARMACE | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 97008 | 267677 | Ibuprofeno 300 mg | Comp. | 3.000 | 0,05 | 150,00 | MULTILAB | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95270 | 0266863-2 | Metronidazol (benzoilmetronidazol),40 mg/ml,suspensão oral,100 ml | Frasco | 100 | 1,968 | 196,80 | TEUTO | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 95087 | 338591 | Metronidazol 5% 50gr geleia vaginal + 10 aplicadores | Bisn | 300 | 3,20 | 960,00 | TEUTO | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 97024 | 273711 | Nimesulida 50 mg/ml - gotas - 15 ml | Frasco | 300 | 1,069 | 320,70 | VITAPAN | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 94959 | 267778 | Paracetamol 500 mg | Comp. | 3.000 | **0,05** | **150,00** | **PRATI DONA-DUZZI** | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 97042 | 0308884-4 | Sulfametoxazol + trimetoprima,40 + 8 mg/ml,suspensão oral,120 ml | Frasco | 600 | **0,109** | **218,00** | **PRATI DONA-DUZZI** | DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |

Juara-MT, 03 de Junho de 2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA**

**EDSON MIGUEL PIOVESAN**

Prefeito Municipal

**DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ: 08.835.955/0001-79

Franklin Teixeira Duarte

CPF: 868.783.101-30

RG: 3823256/2ª Via SPTC/GO

**DETENTORA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

### AVISO CANCELAMENTO LICITAÇÃO

**AVISO CANCELAMENTO LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016**

**CONVITE Nº 004/2016**

Prefeitura Municipal de Juscimeira – Mato Grosso

Departamento de Licitações Aviso de Cancelamento de Licitação Convite nº 004/2016 Por meio do presente tornamos público que a licitação objeto do convite acima mencionado cujo objeto era a Execução De Serviços Em Reforma No Prédio Do Departamento De Água e Esgoto (DAE), foi CANCELADA a pedido do Referido Departamento, tendo em vista que serão necessárias alterações no edital.

Juscimeira- Mt., 04 De Abril de 2.016

Edjaime Ferreira Da Silva Presidente CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

### ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
### PORTARIA Nº. 055/2016

**PORTARIA Nº. 055/2016, DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

Concede Licença-Saúde ao Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Senhora **Maria Manea da Cruz**, Prefeita do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, art. 72, inciso I da Lei Complementar nº 025, de 28 de abril de 2006;

**R E S O L V E:**

**ART. 1º -** Conceder Licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

***Sidnei Figueira Moreira, Professor, Nível 08, Classe C, Lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 01/06/2016 a 02/08/2016, conforme consta em Atestado Médico;***

**ART. 2º -** Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

**ART. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

**Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.**

**MARIA MANEA DA CRUZ**

**Prefeita Municipal**

### ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
### PORTARIA Nº 054/2016

**PORTARIA Nº 054/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

"Nomeia **William Ferrari,** para o exercício do Cargo em Comissão de Coordenador de Serviços Públicos".

A Senhora MARIA MANEA DA CRUZ, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 62, incisos III, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear **William Ferrari,** portador do RG: 1191726-0 SSP/MT e inscrito no CPF: 028.894.061-05**,** para o exercício do Cargo em Comissão de Coordenador de Serviços Públicos, vinculado a Secretária Municipal de Infraestrutura.

**Art. 2º -** As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00- Vencimentos e Vantagens Fixas do órgão/unidade ao qual o Funcionário está subordinado, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

**Art. 3º -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**MARIA MANEA DA CRUZ**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

### ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 015/2016 PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o Concurso Público realizado no dia 25 de maio de 2014 nos termos do Edital 001/2014 e homologado pelo Decreto de nº 74/2014 de 24 de junho de 2014, Convoca

pelo presente Edital o candidato Classificado, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme relação abaixo:

| Nº Insc | Candidato | Cargo | CH | Classificação |
|---|---|---|---|---|
| 0050 | Alan Guilherme Machado Blanc | Farmacêutico | 40 horas | 2º Aprovado |

O candidato convocado por este Edital terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, 25 de maio de 2016, para tomar posse no referido cargo.

O candidato convocado deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

| | |
|---|---|
| Documento de Identidade (original) e I (cópia);<br>Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia);<br>RG e CPF do cônjuge;<br>Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia);<br>Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia)<br>Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais;<br>Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino);<br>Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia);<br>CPF (original) e 1 (cópia)<br>Comprovante de residência<br>Carteira de Habilitação (motorista)<br>CPF E RG Número ou cópia | ORIGINAL<br>Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial e exames complementares de acordo com o cargo;<br>02 Fotos 3x4;<br>Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos;<br>Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;<br>Declaração dos Dependentes de IRRF;<br>Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes;<br>Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Orgão de Classe conforme o caso;<br>Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio.<br>Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal. |

O Candidato convocado que não apresentar as documentações no prazo estabelecido será considerado eliminado do Concurso Público.

O Candidato deverá apresentar-se também, junto ao Previlândia – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, para filiar-se a esta Instituição.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos/funções.

Marcelândia MT, 25 de maio de 2016.

**Arnóbio Vieira de Andrade**

**Prefeito Municipal**

**Silas de Oliveira Rezende**

**Sec. Municipal de Saúde.**

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO CONTRATO 050/2014:**

**Onde se lê:** EXTRATO DO ***QUARTO*** TERMO ADITIVO AO CONTRATO 050/2014, **leia-se:** EXTRATO DO ***SEXTO*** TERMO ADITIVO AO CONTRATO 050/2014

**OBJETO**: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem prorrogar o prazo de vigência mencionado na cláusula terceira do contrato administrativo de execução de obras nº 050/2014, que tem como o objeto a contratação no regime de empreitada por preço global de empresa especializada para a execução e construção da obra da academia de saúde básica, em conformidade com o projeto técnico executivo anexo i, e, em atendimento a proposta nº136583440000113004, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde e saneamento.

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

**CONTRATADA**: **RGE CONSTRUTORA LTDA – ME**

**DATA ASSINATURA**: 02/06/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 040/2016**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E CLINICO GERAL PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA DO CENTRO DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 055/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 043/2016, conforme LOTES 02 E 007**.**

**CONTRATADA: C. A. CONDORCET TOCANTINS - ME**

**Valor/Global: R$ 154.623,00 (Cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e três reais).**

**Assinatura: 01/06/2016 Vigência: 31/12/2016**

**Da Dotação Orçamentária:**

**Código Geral - 08.08.002.10.301.0017.2031 – Man. E Enc. Nas USFs d P. de Saúde Rurais – 3390.34.000 – Outras Desp. Pessoal - Fonte de Recursos 01020000 - R$ 106.323,00**

**Código Geral - 08.08.002.10.302.0020.2038 – Manutenção Hospital Municipal – 3390.39.000 – Serviços Pessoa Jurídica– Recurso Ordinário - Fonte de Recursos 01020000 - R$ 48.300,00**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**REGULAMENTO PARA A 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DA CIDADE DE MATUPÁ**

**REGULAMENTO PARA A 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DA CIDADE DE MATUPÁ**

**CAPÍTULO I**

**DA FINALIDADE**

**Art. 1º .** Este REGULAMENTO tem por finalidade a definição de regras de funcionamento para a 6ª Conferência das Cidades da cidade de Matupá - MT, convocada pelo Decreto N.º

**CAPÍTULO II**

**DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 2º .** A organização da 6ª Conferência das Cidades de Matupá terá a seguinte metodologia:

1. Credenciamento;

2. Abertura Oficial - Pronunciamento das Autoridades;

3. Palestra Inicial sobre as Conferencias;

4. Aprovação do Regulamento;

5. Apresentação dos Temas para os Grupos de Discussão;

6. Plenária Final;

7. Eleição dos Delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

**CAPÍTULO III**

**DA PROGRAMAÇÃO**

**Art. 3º .** A Programação da 6ª Conferência das Cidades de Matupá seguirá o estabelecido no Anexo I, deste Regulamento.

**CAPÍTULO IV**

**DO TEMÁRIO**

**Art. 4º** Nos termos do seu Regimento, a 6ª Conferência das Cidades da Cidade de Matupá abordará a **temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".**

**SEÇÃO I**

**DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 5º.** O credenciamento será feito no próprio local da Conferência, no dia 07 de Junho de 2016, das 08:00 às 18:00 horas.

**§ 1º.** A Comissão Preparatória providenciará o credenciamento por segmento social, com vistas a facilitar os trabalhos posteriores.

**§ 2º.** Cadaparticipante só poderá se credenciar para um único segmento.

**SEÇÃO II**

**DA DINÂMICA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL**

**Art. 6º** A dinâmica da Conferência Municipal deve necessariamente prever:

**§1º.** A Discussão do Texto Base Nacional - A Conferência Municipal deve discutir o Texto Base Nacional (de preferência, em grupos) e enviar à Conferência Estadual um Relatório com as respostas das questões e até 3 questões elaboradas;

**§2º** A Eleição dos delegados para a Conferência Estadual, conforme regimento da mesma.

**Art. 7º.** A abordagem dos textos bases que compõem o temário da 6ª Conferência das Cidades será feita mediante apresentação de 02 (dois) facilitadores indicados pela Comissão Organizadora Municipal.

**§ 1º.** Para composição da abordagem do texto base a conferência contará com um Coordenador e um Relator e seus respectivos adjuntos, escolhidos pelos segmentos ali representados.

**§ 2°** Os coordenadores promoverão o controle das falas e dos debates suscitados, permitindo e incentivando a participação de todos os presentes;

**§ 3°** Os facilitadores deverão seguir as recomendações estabelecidas pela subcomissão de Relatoria.

**4°** Os facilitadores deverão seguir as recomendações estabelecidas pela subcomissão de Relatoria na apresentação dos temas da Conferência.

**SEÇÃO III**

**DA PLENÁRIA**

**Art. 8º.** A Plenária terá como função apreciar as propostas oriundas dos Grupos de Discussão, validar seus conteúdos e eleger os delegados para a 6ª Conferência Estadual, através dos diferentes segmentos em separado e validar o Relatório Final e as moções apresentadas.

**Art. 9º. Participarão da Plenária Final:**

**I - os "Representantes dos diversos segmentos presentes", com direito a voz e voto que tiverem a presença garantida de 75% durante a Conferência.**

**II - Os Convidados indicados pelas entidades ou pela Comissão Preparatória, com direito apenas a voz.**

**Art. 10.** A sessão da Plenária Final da 6ª Conferência das Cidades será coordenada por uma mesa constituída de um membro da Comissão Preparatória, um membro da Comissão Executiva Estadual e pelos Coordenadores dos Grupos de Discussão

**PARÁGRAFO ÚNICO** A sessão será secretariada por membros da Comissão de Relatoria ou relatores dos Grupos de Discussão, coordenados pelo Coordenador da Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade de Matupá.

**Art. 11.** A validação do Relatório Final da 6ª Conferência das Cidades será encaminhada na forma que se segue:

**I -** A(s) proposta(s) debatida(s) e priorizadas nos Grupos Temáticos, serão aprovadas pela plenária final.

**III - As propostas para a políticas urbanas municipais e estaduais, serão** validadas na plenária final.

**Art. 12.** A Mesa Diretora da Plenária assegurará o direito à manifestação aos "Representantes" e Convidados, pela ordem, sempre que qualquer um dos dispositivos deste Regulamento não estiver sendo observado.

**PARÁGRAFO ÚNICO As questões de ordem não serão permitidas durante o regime de votação.**

**Art. 13. As questões de encaminhamento somente serão acatadas quando o processo de votação, feito pelo Coordenador da Mesa estiver contrariando o previsto neste Regulamento.**

**Art. 14.** As moções encaminhadas, por "Representantes" e "Convidados", deverão ser, necessariamente, de âmbito ou repercussão municipal e devem ser apresentadas à Comissão Executiva da 6ª Conferência das Cidades até às 14:00 h do dia 23/06/16.

**§ 1º** Cada Moção deverá ser assinada por, pelo menos, 10% (dez por cento) dos "Representantes" e "Convidados" da Conferência.

**§ 2º** A Comissão Especial de Relatoria organizará as Moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por tema, dando ciência aos propositores para que organizem a apresentação na Plenária, facilitando o andamento dos trabalhos.

**§ 3°** Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da Conferência, o Coordenador convocará os propositores das moções, por tema, para procederem à leitura do texto, garantindo-se a cada um o tempo de 02 (dois) minutos, no máximo, para a defesa da moção.

**§ 4°** Será concedido o mesmo tempo para a defesa de ponto de vista contrário ao do expositor da moção.

**§ 5º** A aprovação das moções será por maioria simples dos Representantes dos segmentos presentes.

**§ 6º** Após as aprovações das propostas finais não serão aceitas as questões de ordem.

**Art. 15.** Concluídas as apreciações das Moções, passar-se-á a eleição dos delegados que participarão da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

**CAPÍTULO V**

**DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS**

**Art. 16.** Poderão ser candidatos a delegado todos os "Representantes" presentes credenciados, com, no mínimo 75% de presença e que participarem do processo de discussão nos grupos e da plenária Final.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Cada município elegerá por segmento, em separado, os seus delegados para a 6° Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, atendendo ao Anexo I do Regimento Estadual publicado no DOE de 17.12.2015 pag. 30.

**Art. 17.** Estarão credenciados a participarem da 6° Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, os delegados municipais eleitos atendendo ao Anexo II do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Mato Grosso.

**Art. 18.** A votação será nominal e serão considerados eleitos os mais votados ou votação por consenso, onde a votação se dará por aclamação.

**§ 1º. Os delegados serão eleitos pelos representantes de cada segmento, em separado**.

**§ 2º Cada delegado eleito, terá o seu Suplente, para substituição daquele, quando da sua impossibilidade de participação na 6ª Conferência Estadual das Cidades.**

**Art. 19.** Os candidatos a delegado terão 01 (um) minuto, improrrogável, para a defesa do seu ponto de vista entre os representantes de seu segmento.

**Art. 20.** Em casodo não preenchimento do número de delegados previstos no Anexo II do Regimento Interno da 6ª Conferência Estadual das Cidades, os segmentos não poderão transferir suas vagas para outros.

**Art. 21**. Após a votação, a Mesa da Plenária Final fará a leitura dos delegados escolhidos para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, encerrando a sessão da Plenária Final da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

**Art. 22.** A Comissão Preparatória Municipal deverá providenciar a ata de votação dos delegados titulares e suplentes e enviá-la, com todos os dados individuais dos mesmos, à Comissão Preparatória Estadual em até 10 (dez) dias úteis após a realização da Plenária Final da 6ª Conferência das Cidades da Cidade de Matupá.

**CAPÍTULO VI**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS**

**Art. 23.** Serão conferidos certificados de participação na 6ª Conferência das Cidades aos membros da Comissão Preparatória, das Subcomissões, "Representantes", Convidados, facilitadores, Coordenadores e Relatores, especificando a condição da participação na 6ª Conferência Municipal das Cidades.

**Art. 24.** Os casos omissos deverão ser encaminhados para a Comissão Preparatória Municipal e Executiva Estadual.

**Ivaine Molina**

Secretário Municipal de Planejamento

**ANEXO I** - **DA PROGRAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS CIDADES**

***DIA 07 DE JUNHO DE 2016***

***DAS 08:00 ÀS 18:00***

***CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATUPÁ***

**7:30** Credenciamento

**8:00** Cerimônia de Abertura

**8:30 Painel expositivo:**

A 6ª Conferência das Cidades

**A Função Social da Cidade e da Propriedade: *Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas***

**09:30** Intervalo

**09:45** Leitura e Votação do Regulamento da 6ª Conferência das Cidades do Município de MATUPÁ.

**10:15** Formação dos Grupos de Trabalho e Leitura dos Textos Bases do Tema

12:00 Almoço

**14:00** Apresentação e Sistematização das Propostas nos Grupos de Estudos - Priorização

**15:00** - Plenária Final – Priorização das Propostas para Conferência Estadual das Cidades

15:30 Intervalo

**16:30** Eleição do Delegados para a Conferência Estadual das Cidades

**18:00 Encerramento**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº001/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016 REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES.**

**Matupá – MT. 02 de Junho de 2016**

**Comissão Preparatória da 6º Conferencia das Cidades**

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº001/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016**

Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

**A Comissão Preparatória da 6º Conferencia das Cidades**, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei nº 2859/2015, resolve:

**REGIMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES**

**CAPITULO I**

**DOS OBJETIVOS E FINALIDADES**

**Art. 1º -** São objetivos da 6ª Conferência Municipal das Cidades:

**I -** propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

**II -** sensibilizar e mobilizar a sociedade matupaense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades.

**III -** propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, e;

**IV -** propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município.

**Art. 2º** - A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Poder Publico de Matupá, terá as seguintes finalidades:

**I -** indicar prioridades de atuação para a União, Estado e Municípios;

**II -** eleger as entidades municipais que comporão o Conselho de Desenvolvimento Urbano de Matupá, para o período de Março de 2017 a Fevereiro de 2020 (correspondente ao triênio 2017/2019), conforme Regimento Interno deste Conselho Estadual.

**CAPÍTULO II DO TEMÁRIO**

**Art. 3º** - A 6ª Conferência Estadual das Cidades terá como temática: "**A Função Social da Cidade e da Propriedade**", e; como lema: "**Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas**".

**Art. 4º -** Os eixos do debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipal da Cidade, serão elaborados pela Comissão de Metodologia e Sistematização e apresentada à Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal da Cidade que, após aprová-los, dar-lhes-á publicidade em até 30 dias antes do início da Conferencia Municipal

**CAPÍTULO III DA REALIZAÇÃO**

**Art. 5º** - A 6ª Conferência Municipal da Cidade será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

**Art. 6º** - A 6a Conferência Municipal da Cidade produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Comissão da 6ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades e à Secretaria de Estado de Cidades.

***Parágrafo único*. A Secretaria Municipal de Fazenda, Administração e Planejamento** promoverão sua publicação e divulgação junto à sociedade e às esferas de governo.

**Art. 7º** - O processo da 6ª Conferência Municipal da Cidade terá etapas, nos âmbitos Nacional e Estadual, em consonância com este Regimento.

**Art. 8°** - As etapas das 6ª Conferências das Cidades serão realizadas nos seguintes períodos.

**I - Etapa Municipal 02 de Junho de 2016;**

**II - Etapa Estadual de 1º de novembro de 2016 a 31 de março de 2017, e;**

**III - Etapa Nacional de 05 a 09 de junho de 2017, em Brasília-DF.**

***§1º*** - A Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades será realizada em Brasília;

***§2º*** - A etapa municipal será realizada no **Centro de Eventos,** sito Travessa dos Bandeirantes nº. 145, Setor Leste, Centro, Horário 08:00 ás 18:00 e a etapa Estadual em Cuiabá-MT;

***§3º*** - A não realização da etapa prevista no inciso I, não constitui impedimento para a realização da Etapa Estadual no prazo previsto;

***§4º*** - O respeito aos prazos previstos para a realização das Conferências Municipais é condição à participação das respectivas delegadas e delegadas para a Etapa Estadual;

**Art. 9°** - A 6ª Conferência Municipal da Cidade, que será integrada por representantes indicadas (os) e eleitas (os) na forma prevista neste Regimento, tem abrangência municipal e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas de desenvolvimento urbano.

***§1º*** - A 6ª Conferência Municipal da Cidade tratará de temas de âmbito municipal e estadual, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas na Conferência Municipal;

***§ 2º*** - Todas as delegadas e delegados com direito a voz e voto, presentes à 6ª Conferência Estadual das Cidades, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo;

**CAPÍTULO IV**

**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

**SEÇÃO I**

**Art. 10** - A 6ª Conferência Municipal da Cidade será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento, na condição de presidente do Conselho de Desenvolvimento Urbano e, na sua ausência ou impedimento eventual, por uma indicação do Prefeito Municipal.

**Art. 11** - A organização e realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade será conduzida pela Comissão Preparatória Municipal da Conferencia, com apoio e participação da Secretaria Municipal de Planejamento.

***§1º*** Os membros que compõem a Comissão Preparatória Municipal da Conferencia da 6ª Conferência Municipal da Cidade, serão indicados e aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano.

***§ 2º*** A Coordenação Geral e a Sub Coordenação da 6ª Conferência das Cidades será exercida, será respectivamente pelo Secretário Adjunto de Política Urbana, Claudio Santos de Miranda e pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual das Cidades, Albertina Aparecida Alves.

**Art. 12** - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Urbano:

I - mobilizar os parceiros e filiados de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação no município, para preparação e participação nas Conferências local e estadual;

II - acompanhar e deliberar sobre as atividades da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal da Cidade, devendo ser apresentados relatórios e;

III – homologar o Relatório Final elaborado pela Comissão Preparatória Municipal da Conferencia da 6ª Conferência Municipal da Cidade.

***Art. 13*** - Compete à Comissão Preparatória Municipal da Conferencia da 6ª Conferência Municipal da Cidade:

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III – Utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

IV - elaborar a programação e a pauta da etapa Municipal da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

V - estimular, apoiar e acompanhar a Conferência Municipal no processo de realização da 6ª Conferência das Cidades;

VI - avaliar os relatórios e documentos da Conferência Municipal para subsidiar as discussões da 6ª Conferência;

VII - elaborar o relatório final e os anais da 6ª Conferência;

VIII **-** Utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas nas Conferências Municipal e Estadual;

IX - sistematizar as propostas resultantes da Conferência, consolidando-as no Caderno de Propostas da Etapa Municipal.

***Parágrafo único***. O Caderno de Propostas da Etapa Municipal fundamentará os debates e proposições da Etapa Estadual e será disponibilizado previamente aos participantes.

**SEÇÃO II DA COMISSÃO ESTADUAL RECURSAL E DE VALIDAÇÃO**

**Art. 14** - Os recursos referentes às etapas municipais serão apresentados e analisados no âmbito da Comissão Preparatória Municipal da Conferencia, em caráter recorrível, com prazo máximo de interposição de 30 dias do término da referida conferência.

***§1º*** - Os recursos serão recebidos através do endereço eletrônico secplan@matupá.mt.gov.br, podendo a Comissão Preparatória de Validação requisitar a documentação pertinente que deverá ser enviada por meio físico através dos correios ou protocolado na Secretaria Municipal de Planejamento e endereçado à Comissão Preparatória

**Art. 15** - A comissão preparatória deverá comunicar suas decisões aos envolvidos, sobre os recursos impetrados até 30 dias corridos antes do início da conferência municipal.

**Art. 16** - Os recursos referentes à etapa Municipal serão apresentados e analisados no âmbito da Comissão Preparatória, com prazo máximo de interposição de 30 dias do término da referida conferência.

**Art. 17** - Os recursos serão recebidos através do endereço eletrônico secplan@matupá.mt.gov.br, podendo a Comissão Preparatória requisitar a documentação pertinente que deverá ser enviada por meio físico através dos correios ou protocolado.

**Art. 18 -** As entidades envolvidas (os) e a Comissão Preparatória Municipal pertinente serão avisadas da reunião que analisará o referido recurso com um prazo de, no mínimo, 48 horas de antecedência.

**Art. 19 -** As decisões da Comissão Nacional Recursal e de Validação serão comunicadas aos interessados e à Comissão Preparatória Municipal pertinente, em um prazo máximo de 10 dias anterior ao início das respectivas conferências.

**Art. 20 -** A Comissão Nacional Recursal e de Validação é a instância máxima de deliberação acerca da validação das Conferências, sendo suas decisões irrecorríveis.

**DAS DELEGADAS E DOS DELEGADOS**

**Art. 21** - A composição de delegados e delegados na 6ª Conferência Municipal da Cidade, na etapa municipal, devem respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos e legislativos – 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e;

VI – Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

***§ 1º*** - Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação fim na área de desenvolvimento urbano conforme segue:

a) *Poder Público Municipal* - gestores, administradores, servidoras (es) e funcionárias (os) públicas (os) municipais - são os representantes de órgãos da administração pública direta e indireta, representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo: vereadores (as);

b) *Movimentos Populares* – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

c) *Trabalhadores* – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

d) *Empresários* – empresas vinculadas às entidades de caráter municipal representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano e imobiliárias;

e) *Entidades Profissionais*, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades de âmbito municipal e estadual representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos a representação do segmento deve estar vinculada a questão do desenvolvimento urbano, e;

f) *Organizações Não Governamentais* - para fins do ciclo de conferências das cidades o segmento de Organizações Não Governamentais é formado por associações civis ou fundações (art. 44, I e III, do Código Civil 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a conferência municipal.

***§1º*** - Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos não constituem segmentos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais;

***§ 2º*** - Na etapa Estadual as vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 17% para o Estadual e 25,3% para o Municipal, e;

**§3º** - O legislativo integrante do inciso I terá a representação de um terço das delegadas e delegados correspondentes a cada nível da Federação.

**Art. 22** - Os participantes da 6ª Conferência Municipal da Cidade se distribuirão em 4 categorias:

I – delegadas e delegados;

II – observadoras e observadores;

III- convidadas e convidados, e;

IV- expositoras (es) e palestrantes.

**§1º -** Somente as delegadas e delegados terão direito a voz e voto;

**§2º** - Os critérios para escolha das observadoras (es), convidadas (os), expositoras (es) e palestrantes serão definidos pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

**Art. 23** - Serão delegadas ou delegados da 6ª Conferência Estadual das Cidades:

I – as (os) eleitas (os) nas Conferências Municipais.

**CAPÍTULO - V**

**DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 24 -** As despesas com a organização da etapa municipal para a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Secretaria de Fazenda, Planejamento e Administração e outros advindos de patrocínio.

**Art. 25 -** As despesas relativas à alimentação dos participantes durante a Etapa Municipal correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Administração e outros advindos de patrocínio, sendo o coffe break para todos os participantes presentes na conferência Municipal das Cidades.

**CAPÍTULO VI**

**DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS e ESTADUAL**

**SEÇÃO I**

**Das Conferências Estaduais**

**Art. 26 -** A realização da Conferência Municipal das Cidades é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais na 6ª Conferência Estadual das Cidades.

**Art. 27 -** Para a realização da Conferência Municipal das Cidades deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pela Secretaria Municipal de Administração e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, com a participação de representantes dos diversos segmentos.

**Art. 28 -** Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

**I -** adotar este Regimento, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

**II -** elaborar as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

**III –** constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

**IV –** planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

**V –** mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

**VI –** a Comissão Preparatória Municipal deverá prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

**VII –** ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

**VIII –** preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

**IX –** encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

***Parágrafo único*.** O Município de Matupá terá direito a um número máximo de 08 (oito) delegadas e delegadas para a etapa Municipal, conforme o Anexo II, constante do Regimento Estadual. Sendo os seguintes segmentos: 03 (um) Poder Público Municipal; 02 ( dois) Movimentos Sociais, 01 (um) Empresário e 01 (um) Trabalhadores Sociais e 01 (um) Profis. Acadêmicos e Cons. Classe

**Art. 29 -** Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Estadual Recursal e de Validação.

**Art. 30 -** Cabe à Comissão Estadual Recursal e de Validação:

**I -** acompanhar, analisar e orientar as Comissões Preparatórias Municipais quanto ao cumprimento deste Regimento;

**II -** analisar as documentações referentes à organização e realização das conferências municipais, quanto ao cumprimento deste Regimento, com especial atenção aos critérios de proporcionalidade e representatividade estabelecido no art. 23, deliberando por sua validação;

**III -** recepcionar os recursos oriundos das etapas municipais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso, no prazo regimental;

**IV -** recepcionar os recursos oriundos das entidades estaduais e/ou nacionais, dando amplo direito de defesa às partes demandadas, deliberando sobre o referido recurso;

**V -** encaminhar quando solicitado por quaisquer das partes envolvidas, toda documentação, parecer e decisão referente ao recurso questionado, para a Comissão Nacional Recursal e de Validação, dando conhecimento às partes envolvidas no prazo regimental.

**Art. 31 -** Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

**SEÇÃO II**

**Das Conferências Municipais**

**Art. 32 -** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano tem a prerrogativa de convocar a Conferência Municipal, divulgando-a pelos veículos de comunicação local, até o dia 01 de Junho 2016.

***§1º*** - A realização da Conferência Municipal é condição indispensável para a participação de delegadas e delegados municipais na Conferência Estadual, e;

***§2º*** - As conferências municipais serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos e cidadãs, mantidos, na eleição das delegadas e delegados para a etapa estadual, os critérios de representação de órgãos, entidades e organizações.

**Art. 33** - As Conferências Municipais deverão acontecer no período de 1º de janeiro a 5 de julho de 2016.

**Art. 34** - Para a realização de cada Conferência Municipal deverá ser constituída uma Comissão Preparatória pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, pelo Executivo Municipal, com a participação de representantes dos diversos segmentos.

**Ivaine Molina**

Secretário Municipal de Planejamento

**ANEXO I**

**Cronograma**

| **Cronograma da 6ª Conferencia Municipal da Cidade de Matupá - CMC** | |
|---|---|
| Convocação para Reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano<br>ü Apresentação da Previa do Regimento da Conferencia Municipal. ü Aprovação do Regimento | Dia 14 de Março de 2016 ás 15:00 horas |
| Constituição da Comissão Preparatória Municipal | Até dia 18 de Março de 2016 |
| Envio de Informações da Convocação da Conferencia Municipal para Coordenação Geral da Conferencia - SECID<br>ü Regimento da Conferencia ü Decreto da Comissão Preparatória ü Publicações Oficiais | Até dia 25 de Março de 2016 |
| Formalização do Convite para participação da Equipe Técnica da SECID, para nos auxiliar com a Conferencia | Até dia 20 de Abril de 2016 |
| Convocação da Comissão Preparatória<br>ü Elaboração dos Eixos ü Organização dos Auxiliares ü Preparação do Local do Evento ü Ajuste para conferencia | Até dia 22 de Abril de 2016 |
| Envio das Informações para SECID<br>ü Dos eixos para aprovados pela Comissão ü Comprovantes de Convocação da Sociedade Civil e Organizada | Até dia 29 de Abril de 2016 |
| Realização de Divulgação para 6ª Conferencia Municipal<br>ü Informando Objetivos da Conferencia ü Data e Horário e Local ü Temática e Lema | Realização até data do Evento<br>ü Jornal Oficial dos Municípios ü Jornal de Grande Circulação ü Site Oficial de Matupá ü Site regional ü Chamadas em Rádio e TV ü Confecção de Faixas |
| **Realização da 6ª Conferencia Municipal da Cidade de Matupá – CMC**<br>ü **Abertura do Evento ás 08 hs**<br>ü **Formação da Mesa de Honra**<br>o Prefeito<br>o Vice Prefeito<br>o Secretario de Fazenda<br>o Representante da SECID<br>o Representante do Legislativo<br>o Representante Sociedade Civil e Organizada<br>**Abertura de Fala** Prefeito SECID Sec. de Planejamento<br>ü Inicio com Palestra de Boas Vindas e explanação dos Objetivos da Conferencia<br>ü Intervalo para Coffee Break ás 09:00<br>ü Formação de Grupos e entrega dos Eixos para discussão<br>o Inicio das 09:30 ás 11 hs<br>ü Retorno das Atividades ás 13 hs<br>ü Intervalo para Coffee Break ás 15:30<br>ü Abertura para discussão dos eixos ás 15:30 hs.<br>ü Aprovação das Propostas<br>ü Indicação dos Delegados<br>ü Aprovação dos Delegados | **Dia 07 de Junho de 2016** |
| Encaminhar a SECID o Relatório Final<br>ü Lista de Presença<br>ü Fotos do Evento<br>ü Proposta Aprovadas<br>ü Relação dos Delegados Representantes<br>ü Ficha Cadastral de cada delegado | Até dia 17 de Junho de 2016 |

**ANEXO II**

**Nº de Delegados (as) a serem eleitos nas Conferências Municipais**

| Cidade | Pop. | Pode Público | Movimentos Sociais | Empresários | Trabalhadores | Prof. Acad. e Cons Classe |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Colider | 31.895 | 3 | 2 | 1 | 1 | 1 |

**ANEXO III**

**Membros da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades**

***Coordenação Geral Claudio Santos de Miranda e Sub Coordenação Albertina Aparecida Alves**

| Comissão Preparatória da 6ª conferencia das Cidades | |
|---|---|
| Claudio Santos de Miranda | Poder Publico Estadual |
| Albertina Aparecida Alves | Poder Publico Estadual |
| Gilberto Moreno | Poder Publico Estadual |
| Jucemara C M Godinho | Poder Publico Estadual |
| Edisantos Santana Ferreira de Amorim | Poder Publico Estadual |
| Suzane Bueno | Poder Publico Estadual |
| Joao Batista de Moraes | Poder Publico Estadual |
| Dilceu Dal Bosco | Poder Publico Estadual |
| Marcos Cardoso Alves | Poder Publico Federal |
| Cássio de Melo Campos | Poder Publico Federal |
| Lucio Bezerra | Poder Publico Municipal |
| Elzira Salete Bergamin Lima | Poder Publico Municipal |
| Marilene Oliveira Nascimento | Movimento Social e Popular |
| Walmir Ibiapino | Movimento Social e Popular |
| Walter Maria de Arruda | Movimento Social e Popular |
| Luiz da Penha Araújo | Movimento Social e Popular |
| Francisco Antônio de Brito | Movimento Social e Popular |
| Edson da Silva Pires | Movimento Social e Popular |
| Benedito A de Santana | Movimento Social e Popular |
| Jeancarlo Ribeiro | Empresários |
| Wirlisbeste Salvador Cavallari | Empresários |
| Diego Mioto Citon | Empresários |
| Telma Beatriz de F. Soares | Trabalhadores |
| Fabiola Fatima Martino | Trabalhadores |
| Jolenil do Carmo V. Martins | Trabalhadores |
| Wilson Fernando Vargas | Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa |
| Marilda Quevedo Vinagre | Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa |
| Benedito L de Miranda | ONG's |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2016**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **JOSE EUSTAQUIO DEL PAPA E CIA LTDA - EPP** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 97.531.021/0001-75 e Inscrição Estadual n° 13.430.827-1, com sede na Av. Pioneiro Genésio Minetto nº 460 Sala D, Bairro Centro, na Cidade de Guaranta do Norte/MT, neste ato Representada pelo Sócio JOSE EUSTAQUIO DEL PAPA portador do CPF nª 174.265.536-04 e R.G. 2969789-1 SSP/MT nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10580/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PEQUENOS REPAROS/MANUTENÇÕES EM GERAIS COM BASE NA TABELA SINAPI EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2016.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto. Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

**4 - DO CONTRATADO**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| ITEM | QUANT. | UNID. | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 300 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM COBERTURA COM TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA, ESPESSURA 6 MM, COM CUMEEIRA UNIVERSAL, INCLUSAS JUNTAS DE DILATACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO, (COD. 6111 SERVENTE / COD. 12869 - TELHADISTA) | 7,24 | 2.172,00 |
| 2 | 10 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 7 M, PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA. AF_12/2015 (COD: 1213 - CARP. FORMAS/ COD: 6117 AJ. CARPINTEIRO) | 411,79 | 4.117,90 |
| 3 | 400 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RECOLOCACAO DE MADEIRAMENTO DO TELHADO - CAIBROS, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAL (COD: 1213 CARP. FORMAS/ COD: 6117 AJ. CARPINTEIRO) | 5,03 | 2.012,00 |
| 4 | 30 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CUMEEIRA COM TELHA CERAMICA EMBOCADA COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA) (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO) | 16,55 | 496,50 |
| 5 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ESTRUTURAL, INCLUSO ACESSORIOS PARA FIXACAO E VEDACAO (COD. 6111 SERVENTE / COD. 12869 - TELHADISTA) | 3,25 | 487,50 |
| 6 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CUMEEIRA UNIVERSAL PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESPESSURA 6 MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO) | 3,78 | 567,00 |
| 7 | 180 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) EM CONCRETO (CIMENTO/AREIA/ SEIXO ROLADO), PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM, COM JUNTA DE DILATAÇÃO EM MADEIRA, INCLUSO LANÇAMENTO E ADENSAMENTO (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO / COD: 1213 - CARP. FORMAS) | 16,87 | 3.036,60 |
| 8 | 420 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO) | 78,15 | 32.823,00 |
| 9 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 12869 - TELHADISTA) | 11,02 | 1.653,00 |
| 10 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 12869 - TELHADISTA) | 17,32 | 2.598,00 |
| 11 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 16CM (COD. 6111 SERVENTE / COD. 12869 - TELHADISTA) | 6,30 | 945,00 |
| 12 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 25CM (COD. 6111 SERVENTE / COD. 12869 - TELHADISTA) | 7,87 | 1.180,50 |
| 13 | 150 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RUFO EM FIBROCIMENTO, INCLUSO ACESSORIOS DE FIXAÇÃO E VEDAÇÃO ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 12869 - TELHADISTA) | 4,81 | 721,50 |
| 14 | 30 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RUFO EM CONCRETO ARMADO, LARGURA 40CM E ESPESSURA 7CM (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO / COD: 1213 - CARP. FORMAS / COD:378 -ARMADOR) | 34,65 | 1.039,50 |
| 15 | 180 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS OU TRELIÇAS, VÃO LIVRE DE 12M, FORNECIM (COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 2700 - MONTADOR) | 26,33 | 4.739,40 |
| 16 | 120 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS OU TRELICAS, VAO LIVRE DE 15M, FABRICAÇÃO E MONTAGEM, (COD. 6111 SERVENTE / COD:2700 - MONTADOR) | 28,21 | 3.385,20 |
| 17 | 120 | M2 | ESTRUTURA METALICA EM TESOURAS OU TRELICAS, VAO LIVRE DE 20M, FABRICAÇÃO E MONTAGEM, (COD. 6111 SERVENTE / COD:2700 - MONTADOR) | 30,09 | 3.610,80 |
| 18 | 75 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CONCRETO SIMPLES, EM MEIA CANA, DIAMETRO 200 MM ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 9,66 | 724,50 |
| 19 | 75 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CALHA EM CONCRETO SIMPLES, EM MEIA CANA DE CONCRETO DIAMETRO 600 MM ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 29,63 | 2.222,25 |
| 20 | 650 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EXECUÇÃO DE DRENO COM MANTA GEOTEXTIL 200G/M² ( COD: 6111 - SERVENTE) | 0,30 | 195,00 |
| 21 | 75 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENO FRANCES COM AREIA MEDIA ( COD: 611 - SERVENTE) | 19,36 | 1.452,00 |
| 22 | 75 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENO FRANCES COM BRITA NUM 2 ( COD: 611 - SERVENTE) | 29,78 | 2.233,50 |
| 23 | 500 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM INSTALACAO DE MANTA GEOTEXTIL BIDIM RT-31 (COD. 6111 SERVENTE / COD.4750 PEDREIRO) | 0,45 | 225,00 |
| 24 | 50 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TUBO INSTALAÇÃO DE CONCRETO SIMPLES DN 400 MM PARA DRENAGEM - INCLUSIVE ESCAVACAO MANUAL 1,5M3/M (COD: 6111 SERVENTE / COD: 2700 MONTADOR | 91,09 | 4.554,50 |
| 25 | 65 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM CAMADA HORIZONTAL DRENANTE C/ PEDRA BRITADA 1 E 2 ( COD: 6111-SERVENTO) | 44,67 | 2.903,55 |
| 26 | 65 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE PEDRA DE MÃO ( COD: 6111 - SERVENTE) | 89,34 | 5.807,10 |
| 27 | 23 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EROCAMENTO COM PEDRA E ARGAMASSADA TRAÇO 1;4 COM PEDRA DE MÃO ( COD: 6127 - AJ. PEDREIRO/COD: 4750 - PEDREIRO) | 169,46 | 3.897,58 |
| 28 | 120 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXECUÇÃO EM CALHA EM MEIO TUBO DE CONCRETO SIMPLES, COM D= 30 CM ( COD: 6111 SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 13,36 | 1.603,20 |
| 29 | 15 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXECUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA EM PEDRA ARGAMASSADA ESPESSURA 6 CM INCL MATERIAIS ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 PEDREIRO | 285,20 | 4.278,00 |
| 30 | 300 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ASSENTAMENTO DE MEIO-FIO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO REJUNTE EM ARGAMASSA TRAÇO 1:3,5 (CIMENTO E AREIA), INCLUINDO ESCAVAÇÃO ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 PEDREIRO | 21,53 | 6.459,00 |
| 31 | 300 | MT | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO EM SARJETA EM CONCRETO, PREPARO MANUAL, CO BRITA, ESPESSURA = 8CM, LARGURA = 40CM | 30,80 | 9.240,00 |
| 32 | 30 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA (COD: 1214 - CARPINT. ESQUADRIA / COD: 4750 PEDREIRO) | 44,20 | 1.326,00 |
| 33 | 30 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLOCAÇÃO DE BATENTES DE MADEIRA, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 43,43 | 1.302,90 |
| 34 | 15 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PORTA DE MAD. ALMOFADADA SEMI - OCA 1A, 80X210X3CM, INCLUSO DOBRADIÇA COD: 1214 - CARPINT. ESQUADRIA/ COD: 4750 - PEDREIRO/ COD: 6111 SERVENTE) | 38,08 | 571,20 |
| 35 | 30 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE VISTA / GUARNIÇÃO DE 5X1,5CM PARA PORTA DE 80X210CM FIXADO COM PREGOS (COD: 1214 - CARPINT. ESQUADRIA/ COD: 6111 SERVENTE) | 9,53 | 285,90 |
| 36 | 20 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE JANELA BASCULANTE DE FERRO EM CANTONEIRA 5/8"X1/8", LINHA POPULAR (COD: 6111 - SERVENTE /COD: 4750 - PEDREIRO ) | 29,67 | 593,40 |
| 37 | 20 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO EM JANELA DE CORRER EM CHAPA DE AÇO, COM DUAS FOLHAS, PARA VIDRO (COD: 6111 SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 61,18 | 1.223,60 |
| 38 | 20 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS EXT.2 FOLHAS, PADRAO DE ACABAMENTO POPULAR E FECHO DE EMBUTIR TIPO UNHA COM ALAVANCA DE LATAO CROMADO 22CM ( COD: 1214 - CARP. ESQUADRIA COD: 6117 - AJ CARPINTEIRO) | 59,97 | 1.199,40 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 39 | 80 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO INCOLOR OU COLORIDO, ESPESSURA 8 E 10 MM, ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 10489 - VIDRACEIRO) | 17,73 | 1.418,40 |
| 40 | 60 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE VIDRO FANTASIA TIPO CANELADO, ESP 4MM ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 10489 - VIDRACEIRO) | 14,16 | 849,60 |
| 41 | 15 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE LASTRO DE CONCRETO, PREPARO MECANICO ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 PEDREIRO) | 126,27 | 1.894,05 |
| 42 | 130 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE FORMA TABUA PARA CONCRETO EM FUNDAÇÃO C/ REAPROV. 5X ( COD: 1213 CARP. FORMAS -/ COD: 6117 AJ. CAPINTEIRO) | 20,04 | 2.605,20 |
| 43 | 30 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PREPARO DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL, CONSUMO 150 KG, M3, PREPARADO COM BETONEIRA ( COD: 6111 - SERVENTE) | 89,34 | 2.680,20 |
| 44 | 350 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REGULARIZAÇÃO DE SUPERFICIE DE CONC. APARENTE ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 PEDREIRO) | 8,53 | 2.985,50 |
| 45 | 80 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE REBOCO ARGAMASSA TRACO 1:2 (CAL E AREIA FINA PENEIRADA), ESPESSURA 0,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 PEDREIRO) | 14,10 | 1.128,00 |
| 46 | 225 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRACO 1:3, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 2 CM ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 PEDREIRO) | 25,06 | 5.638,50 |
| 47 | 18 | UN | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM VASO SANITARIO SIFONADO LOUÇA BRANCA PADRÃO POPULAR ( COD: 2696- ENCANADOR / COD: 246 - AUX ENCANADOR) | 68,67 | 1.236,06 |
| 48 | 80 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RETIRADA DE TELHA CERAMICA OU DE VIDRO (COD: 6111 - SERVENTE) | 7,44 | 595,20 |
| 49 | 150 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RETIRADA DE TELHA ONDULADA (COD: 6111 - SERVENTE) | 5,21 | 781,50 |
| 50 | 65 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCAVAÇÃO MANUAL EM SOLO - PROF. 1,50M ( COD: 6111 - SERVENTE ) | 29,78 | 1.935,70 |
| 51 | 45 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA EM MATERIAL DE 1A ACTEGORIA ATE 1,5M ( COD: 6111 - SERVENTE ) | 52,11 | 2.344,95 |
| 52 | 240 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE CHAPISCO TRACO 1:3 ( CIMENTO E AREIA GROSSA ) PREPAPRO MANUAL DA ARGAMASSA ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 PEDREIRO) | 1,40 | 336,00 |
| 53 | 420 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO REBOCO GROSSO (EMBOÇO), PARA RECEBIMENTO DE CERÂMICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS E EXTERNAS E PAREDES ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. ( COD: 6127 AJ. PEDR/ COD; 4750 - PEDREIRO) | 7,68 | 3.225,60 |
| 54 | 200 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE FORRO DE PVC/MADEIRA, COM FRISO MACHO/FEMEA, INCLUSIVE ENTARUGAMENTO ( COD: 1213 - CARP. FORMA/ COD: 6117 - AJ. CARPINTEIRO) | 20,04 | 4.008,00 |
| 55 | 650 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RETIRADA DE PINTURA PVA/ACRILICA ( COD: 6111 - SERVENTE ) | 7,44 | 4.836,00 |
| 56 | 450 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA PISO CERAMICO (COD: 6111 - SERVENTE) | 17,87 | 8.041,50 |
| 57 | 30 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD: 4750 - PEDREIRO) | 217,64 | 6.529,20 |
| 58 | 45 | M3 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEMOLICAO MANUAL CONCRETO ARMADO (PILAR / VIGA / LAJE) - INCLUSIVE EMPILHACAO LATERAL NO CANTEIRO ( COD: 6111 - SERVENTE/ COD; 4750 - PEDREIRO) | 284,61 | 12.807,45 |
| 59 | 240 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIRADA DE TELHAS DE CERAMICAS OU VIDROS ( COD: 6111 - SERVENTE ) | 7,44 | 1.785,60 |
| 60 | 240 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO DE ENTARUGAMENTO DE FORRO ( COD: 6111 - SERVENTE) | 5,96 | 1.430,40 |
| 61 | 180 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEMOLICAO DE CAMADA DE ASSENTAMENTO CONTRAPISO COM USO DE PONTEIRO, ESPESSURA ATE 4CM( COD: 6111 - SERVENTE) | 23,22 | 4.179,60 |
| 62 | 350 | M2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE PISO EM CONCRETO 20MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO SELANTE ( COD: 6111 - SERVENTE / COD: 4750 - PEDREIRO) | 17,40 | 6.090,00 |
| | | | | **TOTAL** | **197.245,19** |

**5 - DA PRESTAÇÃO**

**5.1 –** O prazo máximo para prestação do serviço será de 08 (Oito) dias, após a ordem de serviço;

**5.2 -** Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

**5.2.1 -** Veículo para remoção dos resíduos dos locais que for efetuado os serviços.

**5.2.2 -** Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer.

**5.2.3 -** Ferramentaria geral a fim de equipar os veículos e os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

**5.3 -** São obrigações da empresa a ser contratada:

**5.3.1 -** Fornecer o transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e seu pessoal até os locais de execução dos serviços;

**5.3.2 -** Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

**5.3.3 -** Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

**5.3.4 -** Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços.

**5.3.5 -** Se a execução dos serviços objeto deste contrato exigir a interrupção temporária do fornecimento de energia elétrica de algum trecho, à Empresa Contratada caberá tomar as medidas necessárias para reduzir ao mínimo a duração e frequência dessas interrupções respeitadas as normas de operação do Município Contratante;

**5.4-** Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada, no prazo de 04 (Quatro) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.5 –** Serão emitidas as Notas Fiscais/RPAs para posterior recebimento, em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010:

**5.6 -** Caso a Prefeitura Municipal de Matupá não seja atendida no prazo o contratante poderá sofrer as penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e supra mencionada no item 12 desta Ata de Registro de Preço.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Ocorrendo eventualmente falta dos serviços por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro empresa para fazer a prestação dos serviços, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

**6.12 –** Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**6.13** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

**6.14 -** O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 dias após a prestação dos serviços e a apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE, ora apresentadas e confirmadas pela Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

**8.2 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Serviço.

**8.3 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

**8.5 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos nos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

**a)** Advertência por escrito;

**b)** Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso de prestação dos serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviço dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 - DO SERVIÇO**

**13.1 -** Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

**Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação – 3390.39.000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica Código Geral: 08.080.0.1.10.301.0022.2042 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica**

**Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica**

**16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I -** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 042/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**17 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 01 de Junho de 2016.

_____

**Município de Matupá**

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**Contratante**

_____

**JOSE EUSTAQUIO DEL PAPA E CIA LTDA - EPP**

**CNPJ sob o nº. 97.531.021/0001-75 e Inscrição Estadual n° 13.430.827-1**

**Sócio JOSE EUSTAQUIO DEL PAPA**

**CPF nª 174.265.536-04 e R.G. 2969789-1 SSP/MT**

**CONTRATADO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2016**

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.489.111/0001-52 e Inscrição Estadual n° 13.306.556-1, com sede na Rod. BR 163 KM 844 s/n no Bairro Industrial na Cidade de Sinop/MT CEP 78.550-000 neste ato Representado pelo Proprietário ALAIR JOSE CAMERA portador do CPF nª 556.366.919-04 e R.G. nª 40612491 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

**1 - OBJETO**

**1.1** - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2 C E CM-30 A SEREM UTILIZADOS EM PAVIMENTAÇÕES ASFÁLTICAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2016.**

**2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES**

**2.1 -** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.2 -** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3 -** As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1 -** O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

**3.2 -** A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

**3.3 -** As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

**4 - DO CONTRATADO**

**4.1 -** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| ITEM | QUANT. | UNID. | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | MARCA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 24 | TN | CM-30 - TAXA 1,2 1/M², ASFALTO DILUÍDO DE PETRÓLEO (ADP), BETUME DILUÍDO COM QUEROSENE E IMPERMEABILIZANTE. | 3.690,00 | 88. 560,00 | PETROBRAS |
| 2 | 72 | TN | EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2 C DE CARÁTER CATIÔNICO, FABRICADA EM CONFORMIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNP 07/08, CONFERE EXCELENTE ADESIVIDADE DO LIGANTE ASFÁLTICO ÀS SUPERFÍCIES MINERAIS DE CONTATO, DE NATUREZA ÁCIDA OU BÁSICA, FORMULADA COM EMULSIFICANTES. | 1.990,00 | 143. 280,00 | ARAPETRO |
| | | | | **TOTAL** | **231. 840,00** | |

**5 – DOS PRODUTOS**

**5.1.** Local de Entrega

Os produtos deverão ser entregues num prazo Máximo de 08 (Oito) Dias, logo após a contratada RECEBER A REQUISIÇÃO, sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

**5.1.1.** O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

**5.1.1.1** Esteja compatível com esta Licitação;

**5.1.1.2** Não apresente avaria ou adulteração;

**5.2 -** Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (Três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

**5.3 –** A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

**5.4 -** Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, INMETRO, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.5 -** Recebimento **dos** Produtos:

**5.5.1** - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

**5.5.2** - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

**5.5.3** O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

**6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1 -** Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**6.2 -** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

**6.3 -** Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**6.4 -** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**6.5 -** Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

**6.6 -** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**6.7 -** Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

**6.8** - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**6.9** - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**6.10 -** Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

**6.11 –** Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

**6.12** – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

**6.13 -** O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Claus. 12 da Presente Ata.

**7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1 -** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

**7.2 -** Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**7.3 -** Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

**7.4 -** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

**7.5** -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**7.6** - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8 - DO PAGAMENTO**

**8.1 -** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

**8.1.1 -** Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

**Os dados bancários para pagamento são:**

**ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA**

**Banco Brasil Ag. Nº 4270-6 Conta corrente nº 39.642-7**

**8.2 -** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

**8.3 -** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

**8.4 -** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**8.5 -** O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

**8.6 -** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**8.7** - No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente pelo INPC, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento.

**9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1 -** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

**9.2 -** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

**9.3 -** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

**9.4 -** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

**9.5 -** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

**10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1 -** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

**10.2 -** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3 -** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4 -** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**10.5 -** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

**10.6 -** Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**10.7 -** A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Por decurso de prazo de vigência;

**b)** Pelo esgotamento das quantidades registradas.

**10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.**

**11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1 -** Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

**12 - DAS PENALIDADES**

**12.1 -** O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

**12.1.1 -** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

**12.2 -** Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

**12.3 -** Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.3.1 -** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

**12.4 -** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.5 -** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**13 - DO SERVIÇO**

**13.1 -** Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

**14 - DOS ILÍCITOS PENAIS**

**14.1** - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**15.1 -** As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios:

**Código Geral - 10.002.15.451.0036.1087 – Realização de Drenagem, Pavimentação Asfáltica Urbana e Passeios Públicos e Passarelas - 4490. 30.00 – Material de Consumo**

**16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1 -** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I - T**odas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

**II -** Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 031/2016** e seus anexos e as propostas das classificadas.

**III -** É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

**17 - DO FORO**

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 31 de maio de 2016.

_____

**Município de Matupá**

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**Contratante**

_____

**ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI**

**CNPJ sob o nº. 07.489.111/0001-52 e Inscrição Estadual n° 13.306.556-1**

**Proprietário ALAIR JOSE CAMERA**

**CPF nª 556.366.919-04 e R.G. nª 40612491 SSP/MT**

**CONTRATADO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 001/2016**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CONDOR AMAURI CONDORCET TOCANTINS**

OBJETO: Constitui objeto desta rescisão a "**PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS E CLINICO GERAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL E CLINICO GERAL PARA A UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA DO BAIRRO CENTRO DE MATUPÁ/MT, conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência no Anexo I deste edital"** e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 0137/2015 do respectivo **Pregão Presencial nº 088/2015,** conforme **LOTES Nº 01 e 03.**

**Valor/Global: R$ 106.323,00 (Cento e seis mil e trezentos e vinte e três reais).**

**Código Geral - 08.08.002.10.301.0017.2031 – Man. E Enc. Nas USFs d P. de Saúde Rurais – 3390.34.000 – Outras Desp. Pessoal – Fonte e destinação de Recursos: 0102000000 – R$ 106.323,00**

**Assinatura: 01/06/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 039/2016**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lote e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 055/2016 do respectivo Pregão Presencial nº 043/2016, conforme LOTE 05**.**

**CONTRATADA: ITAMAR D. LINHARES JUNIOR**

**Valor/Global: R$ 21.850,00 (Vinte e um mil e oitocentos e cinquenta reais).**

**Assinatura: 01/06/2016 Vigência: 31/12/2016**

**Da Dotação Orçamentária:**

**Código Geral - 08.08.002.10.302.0020.2038 – Manutenção Hospital Municipal – 3390.39.000 – Serviços Pessoa Jurídica– Recurso Ordinário - Fonte de Recursos 01020000 - R$ 21.850,00**

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº 2254 DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

**"Dispõe sobre a constituição da Comissão Preparatória Municipal da Conferencia do Município de MATUPÁ - MT, e dá outras providencias";**

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPÁ,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação;

**Considerando** a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

**Considerando** a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

**Considerando** a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

**Considerando**, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de MATUPÁ - MT é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - 1º Fica constituída a Comissão Preparatória para a II Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

**Art. 2º** Compete à Comissão Preparatória Municipal da Conferencia da 6ª Conferência Municipal da Cidade:

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III – Utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

IV - elaborar a programação e a pauta da etapa Municipal da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

V - estimular, apoiar e acompanhar a Conferência Municipal no processo de realização da 6ª Conferência das Cidades;

VI - avaliar os relatórios e documentos da Conferência Municipal para subsidiar as discussões da 6ª Conferência;

VII - elaborar o relatório final e os anais da 6ª Conferência;

VIII **-** Utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas nas Conferências Municipal e Estadual;

IX - sistematizar as propostas resultantes da Conferência, consolidando-as no Caderno de Propostas da Etapa Municipal.

**Art. 3º** - Comporão a Comissão Preparatória Municipal da 6º. Conferência Municipal da Cidade a se realizar no dia **07 de Junho de 2016**, Local **Plenário da Câmara Municipal,** sito na Rua 2 nº 336 Bairro ZC-1 , Horário 08:00 ás 18:00, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento.

**I – Representante do Poder Executivo**

Ø Ivaine Molina

I-a) **Secretaria Municipal de Ação Social**

Ø Juliana de Fátima Carbonera

**II - Representante das Instituições de Ensino Superior Pública**

Ø Regiane Bentes Nascimento Guimarães

**III - Representante da *Associação* Dos Pequenos Produtores *Feirantes de Matupá***

Ø Gilmar Ferreira Nantes

**IV - Representante do Clube da terceira Idade Tia Celina**

Ø Terezinha Trzinski

**V - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matupá**

Ø Edvandro A. N. Siqueira

**Art. 4º** - A 6ª Conferencia da Cidade de MATUPÁ - MT desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "**A Função Social da Cidade e da Propriedade**", e; como lema: "***Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas***".

**Artigo 5º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se Publique-se

**VALTER MIOTTO FERREIRA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR Nº. 007/2016**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ITAMAR D. LINHARES JUNIOR**

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ",**de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 155/2013 do respectivo **Pregão Presencial nº 114/2013,** conforme **LOTE 06.**

**OBJETIVO: Anular a nota de empenho nº. 06262/01 de 02/01/2014**

Assinatura: 01/06/2016

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**DECRETO Nº. 2255 DE 01 DE JUNHO DE 2016**

***"Dispõe sobre o Cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar não processados, empenhados no exercício de 2015, porém, não consumado na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização na forma específica e dá outras providências".***

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**D E C R E T A**

Art. 1º - Fica, por força deste decreto, cancelado o crédito empenhado no exercício de 2015, inscrito em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, a saber:

| Data | Empenho | Valor | Credor |
|---|---|---|---|
| 02/01/2014 | 06262/01 | R$ 13.450,00 | Itamar D. Linhares Junior |

Parágrafo Único – O crédito cancelado citado neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, é anulado devido ao não fornecimento do serviço/produto por impossibilidade de sua realização, não podendo ser utilizado como recurso para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, ser formalizada a sua baixa legal no passivo do balanço do exercício de 2015, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte do credor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2016 –**

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 DE JUNHO DE 2016 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONSTRUÇÃO CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Maiores Informações através do Edital nº. 067/2016, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de Junho de 2016. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 010/2014**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ITAMAR D. LINHARES JUNIOR**

OBJETO: Constitui objeto desta rescisão o **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ",**de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 155/2013 do respectivo **Pregão Presencial nº 114/2013,** conforme **LOTE 06.**

**Valor/Global: R$ 13.450,00 (Treze mil quatrocentos e cinquenta reais).**

**Assinatura: 01/06/2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 038/2016**

**CONTRATANTE:** O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

**OBJETO:** Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE ADESIVOS, BANERS E FAIXAS DE LONAS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 056/2016 do respectivo **Pregão Presencial nº 044/2016.**

**CONTRATADA: MASTER SERVICOS DE PUBLICIDADES LTDA - ME**

**Valor/Global: R$ 32.628,40 (Trinta e dois mil e seiscentos e vinte oito reais e quarenta centavos)**.

**Assinatura: 01/06/2016 Vigência: 31/07/2016**

**Da Dotação Orçamentária:**

**Código Geral: 04.040.0.1.04.122.0005.2007 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Administração – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 3.625,00**

**Código Geral: 07.070.0.1.12.361.0015.2027 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Educação – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 2. 622,50**

**Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0016.2029 – Man. E Programa Controle de Vigilância em Saúde – – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 8. 996,50**

**Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0017.2031 – Man. E Enc. Na USFs e P. de Saúdes Rurais – – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.536,00**

**Código Geral: 08.080.0.1.10.301.0022.2042 – Manutenção e Encargos da Secretaria de Saúde – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 399,00**

**Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0018.2034 – Manutenção do CRDO – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica –R$ 192,00**

**Código Geral: 08.080.0.2.10.302.0019.2035 – Manutenção do CRM – Complexo Regulador Municipal – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 190,50**

**Código Geral: 090.090.0.3.08.243.0031.2057 – Manutenção do Conselho Tutelar e CMDCA – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 326,00**

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0028.2054 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social – *3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 3.012,00***

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2037 – Manutenção do PAEFI – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.646,40**

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0024.2044 – Proteção Social Básica - PSB – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.411,00**

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0023.1126 – Manutenção de Ações do SCFV – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 258,00**

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0025.2052 – Manutenção do PAIF – Programa de Atenção Especial as Famílias – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.032,00**

**Código Geral: 09.090.0.2.08.244.0033.2059 – Manutenção do Programa IGD – PBF – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 129,00**

**Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 4.080,00**

**Código Geral: 13.130.0.1.13.122.0042.2069 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.340,00**

**Código Geral: 15.150.0.1.22.665.0044.2072 – Manutenção da Secretaria de Indústria, Comercio e Turismo – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica – R$ 1.832,50**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 003/2016**

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **C S DA ROCHA E CIA LTDA**

**OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO PROJETO PADRÃO FNDE COM UMA ÁREA DE 980,40 m2 NO ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ UNIÃO CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 09711/2014.**

**OBJETIVO:** A**lterar a Cláusula Quarta - Do Valor, Critérios e Condições de Pagamento.** Fica **REDUZIDO** o valor de **R$ 103.147,84** (Cento e três mil e cento e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos). Sendo o valor total do contrato alterado para **R$ 739.984,29 (Setecentos e trinta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos)**

Assinatura: **03/06/2016**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**
**PORTARIA**

**PORTARIA Nº 219 DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

**R E S O L V E**

**Artigo 1º -** Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela execução das obras de construção de 05 (cinco) faixas elevadas nos Bairros Centro e Cidade Tamandaré, em regime de execução direta, a saber:

**KLEYTON ANTONIO BESSA** - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de junho de 2016.

**ELIAS MENDES LEAL FILHO**

**Prefeito**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

A Comissão Permanente de Licitação-CPL da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Tomada de Preços, com o seguinte objeto: **"CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DO MUNICIPIO DE NORTELÂNDIA"**, conforme descrito no Edital e anexos, com recursos proveniente do Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria das Cidades – SECID, Convênio sob o nº 086/2013 Tipo: menor preço global. Data de abertura: ***21 de junho de 2016. Horário: 10:00*** ho-

ras. Local: Avenida Prefeito João Macaúba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura, telefone (65) 3346-1411.

Nortelândia-MT, 03 de junho de 2016.

Juliana Euzeia de Souza

Presidente da CPL

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2016**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2016**

**Contratante:** Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

**Contratado:** Sinézio Rodrigues Portela

**Objeto:** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Apoio Administrativo Educacional (motorista),** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

**Dotações orçamentárias: 0370**.05.004.12.361.0014.2042.3190.04.00. 00.00..

**Valor:** R$ 880,00 (Oitocentos e oitenta reais)

**Vigência:** 06/06/2016 a 23/12/2016

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 620/2016**

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

**Sônia Silva Oliveira Duarte Pereira,** Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 01/03/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Adonel Marcelino de Souza,** Vigia**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 02/05/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Vanildo Silva do Nascimento,** Vigia,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 15/02/2014 a 15/02/2015, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Loanda dos Santos Rocha,** Agente de Saúde Comunitário,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/03/2015 a 13/03/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Joseani Cristina Taura dos S. Gonçalves,** Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 01/12/2015, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Ana Cácia Alves,** Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 23/ 12/2014 a 23/12/2015, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Lindalva Souza Alves,** Auxiliar de Serviços Gerais,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 01/ 04/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Juliana Euzéia de Souza,** Auxiliar de Serviços Gerais,lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 01/12/2015, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Márcia Deungaro Fernandes,** Agente de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 12/11/2015 a 12/11/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Geni Pinheiro Rodrigues,** Técnico em Infraestrura Material e Ambiental,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 15/04/2015 a 15/04/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Cemirane Silvana S. Moraes,** Técnico em Infraestrura Material e Ambiental,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 01/04/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Luzia Rosa da Silva Santos,** Técnico em Alimentação Escolar,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 03/05/2015 a 03/05/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Lucia Helena dos Santos Silva,** Técnico em Infraestrura Material e Ambiental,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 17/05/2015 a 17/05/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Rildian Lopes de Freitas,** Vigia,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08/11/2013 a 08/11/2014, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Maria Filomena Salvallaggio Oliveira,** Técnico em Infraestrura Material e Ambiental,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 11/04/2015 a 11/04/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Cleonice Mendes da Silva,** Técnico em Infraestrura Material e Ambiental,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 01/04/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Walmir Figueiredo dos Santos ,** Ag. Comunitário de Saúde ,lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/03/2015 a 13/ 03/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Thiago José dos Santos ,** Ag. de Serviços Administrativo ,lotado na Secretaria de Administração- Dep.de Obras, Arquitetura e Urbanismo , referente ao período aquisitivo de 06/02/2015 a 06/02/2016, cujo gozo se dará a partir desta data.

**Art. 2º** O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 01º dia do mês de maio de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 01.05.2016.

***NEURILAN FRAGA***

*Prefeito Municipal*

***EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA***

Secretario de Administração, Planej. Gestão.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

### D E C R E T O N° 066/2016

**D E C R E T O N° 066/2016**

Dispõe sobre a representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras em atos relativos à abertura e movimentação de contas correntes.

**Carlos Roberto da Costa,Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,**

**Considerando a necessidade de regulamentar o ato de abertura e movimentação de contas junto às instituições Financeiras;**

**Considerando que para a melhor gestão de recursos vinculados, Fundos e/ou projetos/atividades sob a responsabilidade dos Secretários Municipais ocorre à necessidade destes administrarem diretamente as Contas Correntes junto às instituições financeiras;**

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica regulamentada, na forma deste Decreto, a representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras em atos relativos à abertura e movimentação de contas correntes.

Art. 2º Compete ao Prefeito Municipal, em ato conjunto com os Secretários Municipais, a representação do Poder Executivo Municipal junto as Instituições Financeiras;

Art. 3º A competência constante no artigo 2º refere-se às atribuições de abrir contas de depósitos, encerrar contas de depósitos, solicitar saldos / extratos / comprovantes, solicitar saldos / extratos de investimentos, solicitar saldos / extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar resgates / aplicações financeiras, cadastrar / alterar / desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, consultar contas e aplicações de programas de repasse de recursos, liberar arquivos de pagamentos por meio eletrônico.

Art. 4º As atribuições constantes no artigo 3º serão exercidas pelos Secretários Municipais no que concernem as contas correntes sob sua gestão, exclusivamente.

Art. 5º Cabe ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finançasnotificar as Instituições Financeiras, através de expediente, quanto à ocupação e exoneração dos cargos de Secretario Municipal e fornecer relação de contas correntes de responsabilidade de cada Secretaria Municipal.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Paço Municipal, Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, 02 de junhode 2016.**

CARLOS ROBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº: 00065/2016

DECRETO Nº: 00065/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 75.670,00 (SETENTA E CINCO MIL E

| | |
|---|---|
| SEISCENTOS E SETENTA REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias: | |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | |
| 05.003.339030.12.365.0011.02217 MATERIAL DE CONSUMO | 25. 000,00 |
| 05.002.339030.12.361.0016.02265 MATERIAL DE CONSUMO | 10. 000,00 |
| **SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO** | |
| 06.002.339039.08.244.0007.02082 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 7. 500,00 |
| 06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO | 2. 100,00 |
| 06.002.339039.08.244.0090.02273 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 5. 570,00 |
| **SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA** | |
| 08.001.339030.26.451.0019.02278 MATERIAL DE CONSUMO | 25. 000,00 |
| 08.001.339030.04.122.0002.02074 MATERIAL DE CONSUMO | 500,00 |
| **TOTAL SUPLEMENTAÇÕES** | **75. 670,00** |
| Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o | |
| proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº | |
| 4.320/64, conforme segue: | |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | |
| 05.002.339039.12.361.0016.02265 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 10. 000,00 |
| 05.001.339030.12.361.0016.02045 MATERIAL DE CONSUMO | 25. 000,00 |
| **SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO** | |
| 06.002.339030.08.244.0007.02082 MATERIAL DE CONSUMO | 7. 500,00 |
| 06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 3. 070,00 |
| 06.001.339014.08.122.0090.02022 DIÁRIAS - CIVIL | 2. 100,00 |
| 06.002.339030.08.244.0090.02273 MATERIAL DE CONSUMO | 2. 500,00 |
| **SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA** | |
| 08.001.339039.26.451.0019.02278 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA | 25. 000,00 |
| 08.001.449052.04.122.0002.02074 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 500,00 |
| **TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO** | **75. 670,00** |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 31 DE MAIO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N° 147/2016

**PORTARIA N° 147/2016**

**Carlos Roberto da Costa**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia o Senhor **Adelson da Silva Leite Junior,** para o Cargo em Comissão de Coordenador de Patrimônio e Almoxarifado – DAS - 3, a partir de 02/06/2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Junho de 2016.

**Carlos Roberto da Costa**

**Prefeito Municipal**

### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 027/2015

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 027/2015**

Fica rescindido a partir de 08 de maio de 2016, o Contrato Temporário nº 027/2015,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Srª Rosinalva Lina do**

**Nascimento Silva ,** ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Carlos Roberto da Costa - Prefeito Municipal

Antonio de Souza Moreno – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de maio de 2016

**PORTARIA Nº 143, 02 DE JUNHO DE 2016.**

**PORTARIA Nº 143, 02 de junho de 2016.**

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento no uso das atribuições conferidas pelo no Inciso XXIX da Lei Orgânica do Município e observando o disposto no artigo 10 da Lei 11.350 de 05 de outubro de 2006;

Observando, ainda, o ofício 007/SMS/2015 da Secretária Municipal de Saúde e demais documentos constantes do Processo 303/2016 de 23/02/2016,

RESOLVE:

I – Determinar a instauração de Sindicância para apurar a ocorrência de irregularidades relativas à falta de cumprimento das obrigações funcionais no exercício do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, supostamente praticadas pelo Agente, Edson Batista da Silva, apurando a ocorrência de infrações à legislação, em especial,à Lei 11350 de 05 de outubro de 2006 e a Consolidação das Leis do Trabalho, que ensejem a consequente responsabilidade disciplinar.

II - Constituir Comissão de Sindicância integrada pelos servidores Eunalha Pereira Constâncio, professora, estável, matrícula nº 482, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Manoel Gonçalo de Campos, Professor, estável, matrícula nº 240, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e Geisa Alexandra de Proença, Enfermeira, estável, matrícula nº 162, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para sob a presidência da primeira, dar cumprimento ao disposto no item I, no prazo de 30 (Trinta) dias.

III – Determinar que a Comissão constituída nos termos do item II acima exerça seus trabalhos na Sede da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, localizada na Rua Coronel Botelho 458 - Centro, notifique o acusado da instauração da Sindicância administrativa disciplinar e cumpra as demais prescrições legais.

Dê-se ciência.

Publique-se.

*CARLOS ROBERTO DA COSTA*

*Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento*

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 057/2016**

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 057/2016**

**CONTRATO EMERGENCIAL DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT E A EMPRESA STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 785/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2016.**

**DO OBJETO**

É objeto do presente contrato emergencial a Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atender emergencialmente as necessidades da Atenção Básica e Atenção Hospitalar deste município, garantindo assim a manutenção dos serviços.

**VIGENCIA DO CONTRATO**

O presente Contrato terá validade de 02 (dois) meses, contados à partir de sua assinatura.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**13.1**. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

| Secretaria | Dotação | FONTE | Cod. Red | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| Proj./Atividade: 2086 Manutenção do Programa Farmácia Básica | 339030 | 100 | 070058 | R$ 10.533,75 |
| Proj./Atividade: 2067 Manutenção das Atividades Hospitalar/Abulatórial | 339030 | 100 | 070042 | R$ 889,70 |
| Valor Total: R$ 11.423,45 | | | | |

Nossa Senhora do Livramento – MT, 03 de Junho de 2016

**CONTRATANTE:**

**Carlos Roberto da Costa**

Prefeito Municipal

**CONTRATADA:**

**Empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**

CNPJ nº **00.995.371/0001-50**

**representado pelo Andre Luiz de Freitas**

**RG: nº3195983/2ª via DGPC/GO e CPF: 607.508.471-15**

**PORTARIA N° 146/2016**

**PORTARIA N° 146/2016**

**Carlos Roberto da Costa**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera o Senhor **Adelson da Silva Leite Junior,** do cargo de Supervisor Escolar – DAS - 2, a partir de 01/06/2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Junho de 2016.

**Carlos Roberto da Costa**

**Prefeito Municipal**

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 054/2016**

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 054/2016**

**CONTRATO EMERGENCIAL DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 820/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2016.**

**DO OBJETO**

É objeto do presente contrato a contratação emergencial **De Empresa Para Fornecimento de Produtos Alimentícios para atender a Sec. Mun. Saúde**,

**1.2.** A presente aquisição foi realizada por meio do **Processo Administrativo Nº 820/2016 Dispensa de Licitação Nº 052/2016**, respectivo Termo de Referência nº 068/2016 da Secretaria Municipal de Saúde e seus anexos.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá validade de 03 (um) meses, contados a partir de sua assinatura.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos consignados no orçamento geral do Município na seguinte dotação orçamentária de 2016:

| DOTAÇÃO | PROGRAMA | PROJETO/ATIVIDADE | NATUREZA DA DESPESA | FONTE | VALOR R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| 070018 | Fundo Mun. | -Manutenção da Atenção Básica | 33.90.30 – material de consumo | 100 | R$ 29.177,50 |
| **TOTAL** | **R$ 29.177,50** | | | | |

Nossa Senhora do Livramento – MT 02 de Maio 2016.

**CONTRATANTE:**

**Carlos Roberto da Costa**

Prefeito Municipal

**CONTRATADO:**

Empresa: D.M SILVA – ME

CNPJ nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo Senhor Douglas Martins Silva

RG: nº 21513708 SSP/MT

CPF nº 038.776.641-30

**2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 109/2014**

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 109/2014 DE LOCAÇÃO DE IMOVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A CACILDA MARIA DA SILVA LEITE **Processo administrativo nº 10912/2014 Modalidade de dispensa de licitação nº 079/2014**

**DO MOTIVO**

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente nº 811/2016 a Administração, as partes decidem celebrar este termo aditivo ao contrato nº 109/2014 referente **a Locação de Imovel** localizada na Avenida Felicíssima Jose da Silva, nº 1114, centro destinado a instalação da Sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

**DO PRAZO**A vigência do presente termo aditivo ao contrato 109/2014 será pelo período 12 (doze) meses, conforme consta no processo administrativo nº 811/2016;

**1.1** O valor original do contrato nº 109/2014 não será alterado.

*DA DESPESA*

1. A despesa com este termo aditivo, do corrente exercício subseqüente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade do ano de 2016.

**Projeto atividade: 2036– Manutenção e Encargos da Secretaria Desenvolvimento Rural**

Categoria econômica Cod –**3.3.9.0.36.00.0** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Cod. Reduzido: 100006 **Valor R$ 8.400,00**

**FUNDAMENTO LEGAL**

Fundamenta-se o presente aditivo na Lei de 8666/1993 e parecer jurídico 69/2016.

**DAS RATIFICAÇÕES**

Ficam re-ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 109/2014, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de Maio de 2016.

**CARLOS ROBERTO DA COSTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATANTE**

**CACILDA MARIA DA SILVA LEITE**

CIRG nº 0064246-6 SSP/MT

CPF sob o nº 502.677.101-78

**CONTRATADA**

**PORTARIA N° 144/2016**

**PORTARIA N° 144/2016**

**Carlos Roberto da Costa**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **José Carlos da Silva,** para o Cargo em Comissão de Coordenador, **DAS – 3,** na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de 01/06/2016.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 02 de Junho de 2016.

**Carlos Roberto da Costa**

**Prefeito Municipal**

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 055/2016**

**EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 055/2016**

**CONTRATO EMERGENCIAL DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT E A EMPRESA DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-EPP CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 786/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2016.**

**DO OBJETO**

É objeto do presente contrato emergencial a Aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para atender emergencialmente as necessidades da Atenção Básica e Atenção Hospitalar deste município, garantindo assim a manutenção dos serviços.

**VIGENCIA DO CONTRATO**

O presente Contrato terá validade de 02 (dois) meses, contados à partir de sua assinatura.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

| Secretaria | Dotação Orçamentária | fonte | Cod. Red. | VALOR |
|---|---|---|---|---|
| Proj./Atividade: 2086 Manutenção do Programa Farmácia Básica | .339030 | 100 | 070058 | R$ 5. 690,50 |
| Proj./Atividade: 2067 Manutenção das Atividades Hospitalar/Abulatórial | 2.339030 | 100 | 070042 | R$ 5. 696,75 |
| Valor Total: 11.387.25 | | | | |

Nossa Senhora do Livramento – MT, 03 de Junho de 2016

**CONTRATANTE:**

**Carlos Roberto da Costa**

Prefeito Municipal

**CONTRATADA:**

**Empresa DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-EPP**

CNPJ nº **26.792.580/0001-90**

representado pelo Sócio-diretor o Sr. Claudemir Duarte da Silva

RG: nº 5.469.350 SSP/SP e CPF nº 415.287.868-15

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**LAUDO DE CONCLUSÃO DA OBRA**

**LAUDO DE CONCLUSÃO DA OBRA**

**TOMADA DE PREÇO N.º 006/2013**

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendoA **ObraConstrução Academia de Saúde.**

**A ObraAcademia de Saúde** de 352,50m²Localizado naAv. Comendador Luiz Meneghel,NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, Processo Licitatório nº 091/2013, Tomada de Preço nº 006/2013, dentro do que percentual o Artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e do Contrato de Prestação de Serviços nº 713/2013, firmado com a empresa **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº.07.727.156/0001-18, com sede AVENIDA MATO GROSSO, S/Nº,centro – NOVA MONTE VERDE/MT responsável pela execução total da obra, observando o Artigo 69 da mesma Lei Federal.

A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridos.

*Nova Bandeirantes – MT 04 de Agosto 2015*

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

_____

**HELIANDRO DELLA ROSA**

**CAU 109702-4**

_____

**CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA ME**

**CNPJ nº. 07.727.156/0001-18**

**ADMINISTRAÇÃO/RH**
**DECRETO Nº 059/2016.**

conferência das cidades do Município de

Nova Bandeirantes - MT, e dá outras

providencias".

A EXMA. SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA

BANDEIRANTES, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o

cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação;

CONSIDERANDO a importância de se propor a interlocução entre autoridades

e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos

relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o

estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas

existentes na cidade;

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar a participação popular de

diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e

etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social

da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de

desenvolvimento urbano no Município;

CONSIDERANDO, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de

NOVA BANDEIRANTES é fator indispensável para a participação do Município na 6ª

Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de

novembro de 2016 a 31 de março de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência das Cidades em NOVA BANDEIRANTES a

realizar-se no dia 09 de junho de 2016 na Camara Municipal de Vereadores de Nova

Bandeirantes que se inicia as 8h com término previsto para as 17hs sob a coordenação da

Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A 6ª Conferência das Cidades em NOVA BANDEIRANTES desenvolverá seus

trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como

lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 6ª Conferência das Cidades de NOVA BANDEIRANTES será presidida pela Exma.

Prefeita Solange Sousa Kreidloro.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Administração a constituição e instalação da Comissão

Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - II - definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso,

contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

III – promover a realização da Conferência Municipal;

IV - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal,

respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das

Cidades;

V - examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades

participantes da Conferencia;

VI - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá

contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - Gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e

municipais;

II - Movimentos sociais e populares;

III - Trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento

urbano;

VI - Organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será

aprovado pela comissão preparatória.

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RECISÃO DO CONTRATO N. 248/2012**

**RECISÃO DO CONTRATO N. 248/2012**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT**, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneguel, Centro, na Cidade de Nova Bandeirantes-MT, devidamente inscrito no CGC/MF Nº. 33.638.822/0001-73, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Srª **SOLANGE DE SOUZA KREIDLORO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Carteira de Identidade RG nº. 332762490 SSP/SP, e do CIC/CPF nº. 270.723.668.30 na qualidade de **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME,** pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.727.159/0001-18 situada à Avenida Mato Grosso, s/nº, CEP: 78.580-000, no Município de Nova Monte Verde/MT, neste ato representado pelo senhor **VALENTINO ALVES AMANCIO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.698.500 SSP/SP e do CIC/CPF nº. 605.430.008-34, residente e domiciliado na Rua 412, nº 46, na cidade de Paranaíta/MT, que antes firmaram Contrato para estabelecer os direitos e obrigações das partes na contratação da empresa para construção de uma quadra poliesportiva coberta, com área de 861,56M², por meio deste instrumento, **EM COMUM ACORDO**, resolvem o seguinte.

**CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO** - Tem por objeto o presente instrumento, em comum acordo rescindir os acordos firmados no contrato nº. 248/2012, assinado em 11 de Abril de 2012, Resultado do Processo Licitatório nº. 032/2012, Tomada de Preços n°. 001/2012.

I – A partir do dia 03 de Junho de 2016, em **COMUM ACORDO**, considera-se rescindo o Contrato na construção de uma quadra poliesportiva coberta, com área de 861,56M², não resultando a partir da presente data nenhum compromisso entre as partes, ficando o ex-contratado desobrigado de continuar a prestar os serviços.

II – Em **COMUM ACORDO**, resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na Clausula Nona do presente Contrato, bem como renunciam a quaisquer reivindicação a cerca do objeto distratado seja na esfera Administrativa e ou Judicial.

E assim, Por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Clausula única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor a presente rescisão, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes

Nova Bandeirantes-MT, 03 de Junho de 2016.

_____

**SOLANGE DE SOUSA KREIDLORO**

**Prefeita Municipal**

**Ex- contratante**

_____

**CESIRA BERGAMINI E AMANCIO & CIA LTDA – ME**

**Ex-contratada**

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2016**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 - GABARITO OFICIAL**

A Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 05/2016/GP/CMNG de 04 de abril de 2016, através das disposições legais e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 29 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital de Concurso Público,

**Considerando**, a previsão da publicação dos gabaritos prévios em data de 30 de maio de 2016, através do Edital Complementar nº 004,

**Considerando**, que todos os recursos administrativo foram atendidos,

**Resolve**, apresentar no Anexo I deste Edital Complementar, o Gabarito Prévio por Nível de Escolaridade e cargos para facilitar discernimento dos candidatos.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** Apresentaos gabaritos oficiais para a correção das provas objetivas dos cargos disponibilizados no Concurso Público, Edital nº 001/2016.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1.** Editais Complementares serão publicados no site: www.camaranovaguarita.mt.gov.br

Nova Guarita MT, 03 de junho de 2016.

**Ana Carla Dill Paiano**

Presidente da Comissão de Concurso Público

**ANEXO I - GABARITO OFICIAL**

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Câmara Municipal de Nova Guarita - Estado de Mato Grosso** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Concurso Público Edital nº 001/2016** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **GABARITO OFICIAL - PROVAS OBJETIVAS** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | * | A | C | D | A | C | A | B | A | C | D | B | A | B | B | A | D | C | D | D |
| **Questão** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** | **31** | **32** | **33** | **34** | **35** | **36** | **37** | **38** | **39** | **40** |
| **Resposta** | A | A | A | A | B | D | A | A | B | C | B | C | D | A | D | B | A | A | A | D |
| **CARGO: PROCURADOR LEGISLATIVO** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **Questão** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** | **17** | **18** | **19** | **20** |
| **Resposta** | D | B | A | D | B | A | B | A | C | B | B | C | B | D | D | B | A | * | B | A |
| **Questão** | **21** | **22** | **23** | **24** | **25** | **26** | **27** | **28** | **29** | **30** | **31** | **32** | **33** | **34** | **35** | **36** | **37** | **38** | **39** | **40** |
| **Resposta** | C | A | C | C | D | C | D | D | C | A | C | A | B | B | D | A | C | B | C | C |

*** QUESTÕES ANULADAS**

Nova Guarita MT, 03 de junho de 2016.

**Ana Carla Dill Paiano**

Presidente da Comissão de Concurso Público

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2016**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - TITULOS DE PÓS GRADUAÇÃO**

A Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 05/2016/GP/CMNG de 04 de abril de 2016, através das disposições legais e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 29 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital de Concurso Público,

**Considerando**, o que dispõe o Edital de Concurso Público item 13 acerca dos Títulos de Pós Graduação,

**Resolve**, publicar o rol dos candidatos que perceberão bônus pelo atendimento do item 13 do Edital, com a comprovação de titularidade de Pós Graduação: (Lato Sensu), 1 ponto cada título de Pós Graduação.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** a pontuação disposta no rol dos candidatos abaixo será adicionada a soma da nota geral para efeito meramente classificatório.

| **Candidato** | **Cargo** | **Título Pós Graduação 1 ponto** |
|---|---|---|
| Adilson José Trombetta | Procurador Legislativo | Direito Público |

**1.2.** Em conformidade ao item " 13.2.1. do Edital de Abertura do Concurso Público "*Será permitida a entrega de título de Pós Graduação, com especialização na área específica da inscrita pelo candidato, e que seja compatível com atividade do cargo concorrido, onde a pontuação máxima do Título de Pós Graduação se restringirá ao máximo de 03 (três) pontos."*

| **Candidato** | **Cargo** | **Título Pós Graduação (não pontua)** |
|---|---|---|
| Ercilio Giacomel | Procurador Legislativo | Gestão Empresarial |

**1.3.** A Banca examinadora entende que o título em referência não atende plenamente ao requerido no item 13.2.1. do Edital de Abertura do Concurso Público.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** eventuais recursos poderão ser protocolados presencialmente junto a Comissão Organizadora até o dia 07 de junho de 2016 às 11:00 horas. **2.2.** Editais complementares serão publicados no site: www.camaranovaguarita.mt.gov.br

Nova Guarita MT, 03 de junho de 2016.

**Ana Carla Dill Paiano**

Presidente da Comissão de Concurso Público

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2016**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 - TITULOS DE PÓS GRADUAÇÃO**

A Comissão de Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 05/2016/GP/CMNG de 04 de abril de 2016, através das disposições legais e,

**Considerando**, a aplicação das provas na data de 29 de maio de 2016, conforme previsto no cronograma do Edital de Concurso Público,

**Considerando**, o que dispõe o Edital de Concurso Público item 13 acerca dos Títulos de Pós Graduação,

**Resolve**, publicar o rol dos candidatos que perceberão bônus pelo atendimento do item 13 do Edital, com a comprovação de titularidade de Pós Graduação: (Lato Sensu), 1 ponto cada título de Pós Graduação.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** a pontuação disposta no rol dos candidatos abaixo será adicionada a soma da nota geral para efeito meramente classificatório.

| **Candidato** | **Cargo** | **Título Pós Graduação 1 ponto** |
|---|---|---|
| Adilson José Trombetta | Procurador Legislativo | Direito Público |

**1.2.** Em conformidade ao item " 13.2.1. do Edital de Abertura do Concurso Público "*Será permitida a entrega de título de Pós Graduação, com especialização na área específica da inscrita pelo candidato, e que seja compatível com atividade do cargo concorrido, onde a pontuação máxima do Título de Pós Graduação se restringirá ao máximo de 03 (três) pontos."*

| Candidato | Cargo | Título Pós Graduação (não pontua) |
|---|---|---|
| Ercilio Giacomel | Procurador Legislativo | Gestão Empresarial |

**1.3.** A Banca examinadora entende que o título em referência não atende plenamente ao requerido no item 13.2.1. do Edital de Abertura do Concurso Público.

**2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2.1.** eventuais recursos poderão ser protocolados presencialmente junto a Comissão Organizadora até o dia 07 de junho de 2016 às 11:00 horas. **2.2.** Editais complementares serão publicados no site: www.camaranovaguarita.mt.gov.br

Nova Guarita MT, 03 de junho de 2016.

**Ana Carla Dill Paiano**

Presidente da Comissão de Concurso Público

**ATA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS**

**Ata de Julgamento dos Recursos**

A Banca Examinadora dos recursos administrativos do Concurso Público da Câmara Municipal de Nova Guarita MT, Edital 001/2016 realizou sessão no dia 02 de junho de 2016, às 9h30, para julgamento dos recursos administrativos contra os gabaritos prévios da prova objetiva do concurso público, conforme decisão abaixo:

**Candidatos dos Cargos de Nível Superior – Conhecimentos Gerais - Procurador Legislativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | **17** | Julgamento do Recurso | **Indeferido** |
| Gabarito Preliminar | **A** | Gabarito Definitivo | **MANTÉM "A"** |
| **Fundamento da Banca Examinadora** | | | |
| O recurso do candidato não contém argumento capaz de alterar o resultado da questão. Isso porque, o Brasil está contido na America do Sul e o enunciado da questão, faz alusão às Olimpíadas no Rio de Janeiro. Portanto, a questão não se refere exclusivamente à América do Sul. | | | |

**Candidatos dos Cargos de Médio – Conhecimentos Gerais - Procurador Legislativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | **18** | Julgamento do Recurso | **Deferido** |
| Gabarito Preliminar | **D** | Gabarito Definitivo | **ANULADA** |
| Fundamento da Banca Examinadora | | | |
| O recurso do candidato detém substancialmente argumentos capazes de anular a questão. Pois, a afirmativa "**A**" também está incorreta, induzindo o candidato ao erro: *"A presidente foi afastada por um período de 180 dias e o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo"*. O correto seria "*por um período de até 180 dias*". Desta forma, a questão teria duas alternativas que atenderia ao requerido. | | | |

**Candidatos dos Cargos de Médio – Língua Portuguesa - Agente Administrativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | **01** | Julgamento do Recurso | **Deferido** |
| Gabarito Preliminar | **C** | Gabarito Definitivo | **ANULADA** |
| **Fundamento da Banca Examinadora** | | | |
| O conteúdo programático da Língua Portuguesa do Nível Médio dispõe em negrito:**OBS.** *"Não será exigido o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa"*. E a questão é totalmente pertinente ao novo acordo ortográfico. | | | |

**Candidatos dos Cargos de Médio – Língua Portuguesa - Agente Administrativo**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Questão | **25** | Julgamento do Recurso | **Indeferido** |
| Gabarito Preliminar | **B** | Gabarito Definitivo | **MANTÉM "B"** |
| **Fundamento da Banca Examinadora** | | | |
| O candidato copiou matéria jornalística para apresentar como defesa da sua tese. Não utilizou dados com referências bibliográficas. Ratifica-se que o livro ***Produção da Pecuária Municipal***, 2013. IBGE. Volume 41 páginas 37 e 54 diz exatamente que o Estado de Mato Grosso é o maio produtor de pescado de água doce do país, sendo, inclusive, o município de Sorriso o maior produtor do Brasil. | | | |

Nova Guarita MT, 02 de junho de 2016

**Ana Carla Dill Paiano**

**Presidente da Comissão Fiscalizadora**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**PLANO DE AÇÃO 2016 RESOLUÇÃO 01/2016**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/MT**

**RESOLUÇÃO Nº 01, de 24 de Maio de 2016.**

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/MT, através de sua Presidente, faz saber que o Pleno deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, reunido em Assembléia Ordinária realizado no dia 24 de Maio de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2016.

Art. 2º - Em Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação;

Art. 3º - Registrada, publicada, cumpre-se.

Nova Lacerda – MT, 24 de Maio de 2016.

Ademar Luiz Castoldi

Presidente do CMAS/MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL**

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO

**MATO GROSSO**

Data.: 31/12/2015
Hora.: 15:15:54
Página.: 1 de 1

**ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL - LEI N 4320-64** **Exercício:** 2015 **Encerramento 31/12/2015**

| ATIVO | | | | PASSIVO | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Titulos | R$ | R$ | R$ | Titulos | R$ | R$ | R$ |
| ATIVO FINANCEIRO | | | | PASSIVO FINANCEIRO | | | |
| DISPONIVEL | | | | Restos a Pagar 2015 | | | |
| BANCO DO BRASIL CONTA MOVIMENTO | 206.711,19 | | | Valor Liquidado | 799.049,47 | | |
| BANCO DO BRASIL CONTAS VINCULADAS | 1.348.092,85 | | | A Liquidar | 507.286,31 | 1.306.335,78 | |
| SICREDI CONTAS MOVIMENTO | 3.265,83 | | | Restos de Outros Exerc. | | | |
| BANCO SICREDI CONTAS VINCULADAS | 69.828,22 | | | Restos a Pagar de 2014 - Não Processado | 78.746,12 | | |
| BANCO DO BRADESCO CONTA MOVIMEN | 977,50 | 1.628.875,59 | 1.628.875,59 | Restos a Pagar 2014 - Processados | 13.234,87 | | |
| REALIZAVEL | | | | Restos a Pagar 2011 - Nao Processados | 124.572,30 | | |
| Créditos à Receber | 5.850.321,22 | 5.850.321,22 | 7.479.196,81 | Restos a Pagar 2012 - Não Processados | 130.629,88 | | |
| ATIVO PERMANENTE | | | | Restos a Pagar de 2013 - Não Processado | 98.822,73 | | |
| BENS MÓVEIS | | | | Restos a Pagar de 2013 - Processado | 8,06 | 446.013,96 | 1.752.349,74 |
| Móveis | 1.937.298,21 | | | Diversos Dep, de Terceiros | | | |
| Veículos | 3.933.411,46 | 5.870.709,67 | | INSS GERAL FOLHA DE PAGAMENTO | 7.753,94 | | |
| BENS IMÓVEIS | | | | PREVINOM | 15.498,21 | | |
| Imóveis | 1.549.181,56 | | | CONSIGNAÇÃO CEF | 1.461,08 | | |
| Instalações Permanentes | 3.243.096,58 | | | CONSIGNAÇÃO SICRED | 14.173,10 | | |
| Obras em Andamento | 3.828.990,71 | | | CONVENIO UNIMED | 14.948,96 | | |
| Terrenos | 50.000,00 | 8.671.268,85 | 14.541.978,52 | CONSIGNACAO BRADESCO | 19.584,79 | 73.420,08 | 73.420,08 |
| CRÉDITOS | | | | Saldo Patrimonial | | | |
| CRÉDITOS FISCAIS | | | | Ativo Real Liquido | | | |
| Divida Ativa Tributária | 236.352,52 | | | ATIVO REAL LIQUIDO - PREFEITURA | 20.238.847,81 | 20.238.847,81 | 20.238.847,81 |
| (-) Provisão para Perdas da Divida Ativa | -193.982,59 | | | PASSIVO COMPENSADO | | | |
| Divida Ativa Não Tributária | 1.072,37 | 43.442,30 | 43.442,30 | CONTRAPARTIDAS | | | |
| ATIVO COMPENSADO | | | | Bens Recebido em Comodato | 2.411.985,00 | 2.411.985,00 | |
| DIVERSOS | | | | DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS | | | |
| Bens Recebidos em Comodato | 2.411.985,00 | 2.411.985,00 | | Obrigações Contratadas a Executar | 6.532.326,82 | 6.532.326,82 | 8.944.311,82 |
| CONTRATOS DE FORNECIMENTOS DE BE | | | | | | | |
| Contratos Inscritos | 6.532.326,82 | 6.532.326,82 | 8.944.311,82 | | | | |
| **TOTAL ATIVO.....:** | | | **31.008.929,45** | **TOTAL PASSIVO.....:** | | | **31.008.929,45** |

**NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015**

Wener Kiesley dos Santos
Prefeito Municipal

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br OR 845

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO
**MATO GROSSO**

**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE** Página.: 1 de 1

**ANEXO 17 - LEI Nº 4.320/64** **Exercício:** 2015 R$ 1,00

| TÍTULOS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R$ | MOVIMENTO DO EXERCÍCIO | | | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R$ |
|---|---|---|---|---|---|
| | | INSCRIÇÃO R$ | BAIXA R$ | CANCELAM. R$ | |
| RESTOS A PAGAR 2014 - NÃO PROCESSADO | 391.206,66 | 0,00 | 312.460,53 | 0,01 | 78.746,12 |
| RESTOS A PAGAR 2014 - PROCESSADOS | 555.603,85 | 0,00 | 542.368,98 | 0,00 | 13.234,87 |
| RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADO | 124.572,30 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 124.572,30 |
| RESTOS A PAGAR 2012 - NÃO PROCESSADO | 130.629,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 130.629,88 |
| RESTOS A PAGAR 2013 - NÃO PROCESSADO | 208.315,79 | 0,00 | 109.485,00 | 8,06 | 98.822,73 |
| RESTOS A PAGAR 2013 - PROCESSADOS | 8,08 | 0,00 | 0,00 | 0,02 | 8,06 |
| RESTOS A PAGAR DE 2015 PROCESSADO | 0,00 | 799.049,47 | 0,00 | 0,00 | 799.049,47 |
| RESTOS A PAGAR DE 2015 NAO PROCESSAI | 0,00 | 507.286,31 | 0,00 | 0,00 | 507.286,31 |
| **SUBTOTAL** | **1.410.336,56** | **1.306.335,78** | **964.314,51** | **8,09** | **1.752.349,74** |
| INSS GERAL FOLHA DE PAGAMENTO | 16.027,37 | 116.339,85 | 124.613,28 | 0,00 | 7.753,94 |
| INSS - PRESTADORES DE SERVICOS | 0,00 | 31.743,32 | 31.743,32 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - SAÚDE | 0,00 | 41.330,91 | 41.330,91 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - EDUCAÇÃO | 0,00 | 12.938,89 | 12.938,89 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - FUNDEB 60% | 0,00 | 22.861,48 | 22.861,48 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - FUNDEB 40% | 0,00 | 19.259,73 | 19.259,73 | 0,00 | 0,00 |
| PREVINOM | 6.994,29 | 99.674,99 | 91.171,07 | 0,00 | 15.498,21 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - SAÚDE | 0,00 | 38.745,58 | 38.745,58 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO | 0,00 | 351,56 | 351,56 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 40% | 0,00 | 37.125,83 | 37.125,83 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 60% | 0,00 | 76.800,89 | 76.800,89 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF - FOLHA PAGTO | 0,00 | 108.558,49 | 108.558,49 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF- PESSOA JURIDICA | 0,00 | 25.623,23 | 25.623,23 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF - PESSOA FISICA | 0,00 | 10.881,89 | 10.881,89 | 0,00 | 0,00 |
| CONSIGNAÇÃO CEF | 0,00 | 15.869,41 | 14.408,33 | 0,00 | 1.461,08 |
| CONSINAÇÃO BANCO DO BRASIL | 0,00 | 2.079,52 | 2.079,52 | 0,00 | 0,00 |
| CONSIGNAÇÃO SICRED | 5.173,21 | 173.398,72 | 164.398,83 | 0,00 | 14.173,10 |
| ISSQN | 0,00 | 69.583,46 | 69.583,46 | 0,00 | 0,00 |
| SALARIO FAMILIA | 0,00 | 11.623,98 | 11.623,98 | 0,00 | 0,00 |
| PENSAO ALIMENTICIA | 0,00 | 9.057,62 | 9.057,62 | 0,00 | 0,00 |
| AUXILIO MATERNIDADE | 0,00 | 7.787,99 | 7.787,99 | 0,00 | 0,00 |
| CONVENIO UNIMED | 13.171,54 | 159.363,30 | 157.585,88 | 0,00 | 14.948,96 |
| CONSIGNACAO BRADESCO | 9.064,74 | 225.778,25 | 215.258,20 | 0,00 | 19.584,79 |
| CONTRIBUICAO SINDICAL | 0,00 | 7.460,82 | 7.460,82 | 0,00 | 0,00 |
| **SUBTOTAL** | **50.431,15** | **1.324.239,71** | **1.301.250,78** | **0,00** | **73.420,08** |
| **TOTAL.....:** | **1.460.767,71** | **2.630.575,49** | **2.265.565,29** | **8,09** | **1.825.769,82** |

NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015

Wener Klesley dos Santos
Prefeito Municipal

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br OR 848

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO

**MATO GROSSO**

**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

Página.: 1 de 1

**ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64** **Exercício:** 2015 R$ 1,00

| AUTORIZAÇÕES | | | SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$ | MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R$ | | | SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Leis Número e data | Quantidade | Valor da Enissão R$ | | Emissão ou/ Atualização | Resgate | Cancelamento | Quantidade | Em R$ |
| INSS Divida 2012 | 1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 | 0,00 |
| Fundo Previdência Municipal - PREVINOM LEI 409/06 | 1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 | 0,00 |
| Centrais Eletricas Matogrossense - CEMAT | 1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 | 0,00 |
| Aposentadoria,Pensões e Outros Beneficios do Planc | 1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 | 0,00 |
| Aposentadoria,Pensões e Outros Benef.Plano G.A | 1 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 | 0,00 |
| **Total** | **5** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **5** | **0,00** |

NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015

Wener Klesley dos Santos
Prefeito Municipal

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9

www.duralexsistemas.com.br OR 847

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 731/2016.**

**EMENTA:**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FORMALIZAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL PROTEÇÃO ASSISTENCIAL ARENÁPOLIS/MT – ASMUPAAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**, prefeito do município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, a lei Federal; LEI Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece os princípios e diretrizes do SUS; Portaria MS nº 1.459/GM de 24 de junho de 2011 – Rede Cegonha; Portaria MS 2.395/GM/2011- Rede de Urgência e Emergência; Portaria MS nº 1.886/GM de 04/09/2012, que aprova o Plano de Ação da Rede Cegonha no Estado de Mato Grosso; Portaria nº 2. 809, de 7 de dezembro de 2012 - Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) Portaria nº 3.390/2013, que Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito SUS, estabelecendo as diretrizes para a reorganização do componente hospitalar ao SUS, e Rede de Atenção a Saúde (RAS); Portaria MS nº 3.410/GM/2013, que Estabelece diretrizes para contratualização de hospitais no âmbito do SUS em consonância com a PNHOSP; Portaria MS nº 142/GM/2014, Institui no âmbito do SUS, o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH); Portaria MS Nº 529/GM, de 01 de Abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP); Portaria nº 1.631, de 1º de outubro de 2015 - Aprova critérios e parâmetros para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do SUS,incisos I a XVI do Art. 5º da Portaria 3410/GM/MS/2015, a Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis/MT, faz saber que Câmara Municipal aprovou a ele e sanciona a seguinte lei;

**Art. 1º** – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a celebrar, em nome do município de Nova Marilândia–MT, assinar CONVÊNIO com a, Associação Municipal Proteção Assistencial Arenápolis/MT – ASMUPAAR, inscrita no CNPJ n° 19.375.042/0001 - 35, com o objetivo de promover o desenvolvimento de atividades relativas aos procedimentos realizados no âmbito hospitalar e ambulatorial, e no atendimento da saúde pública.

**Art. 2º** – Constituirá objeto do Convênio de que trata o *caput* do artigo anterior, a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais, pela Associação Municipal Proteção Assistencial Arenápolis/MT – ASMUPAAR, mediante o pagamento pela Secretaria de Saúde do Poder Executivo do Município de Nova Marilândia – MT, somente dos serviços utilizados.

**§ 1º** – Da dotação orçamentária estimada:

| ORÇAMENTO PRÉ-FIXADO | Fonte de recurso | Financeiro Mensal Até | Total de Meses | Financeiro Semestral Até |
|---|---|---|---|---|
| **MAC - AMBULATORIAL** | Vinculado 114 | 3.000,00 | 12 | 36.000,00 |
| **MAC - Cirurgias Eletivas Ortopédicas (**)** | Próprio 102 | 7.000,00 | 12 | 84.000,00 |
| **SUB-TOTAL DA FONTE 114** | | 3.000,00 | 12 | 36.000,00 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **SUB-TOTAL DA FONTE 102** | | 7.000,00 | 12 | 84.000,00 |
| **VALOR GLOBAL DO CONVÊNIO** | | 10.000,00 | 12 | 120.000,00 |

**§ 2°** - Todos os serviços a serem prestados pela Associação ao Município de Arenápolis/MT, estão discriminados no Documento Descritivo do Convênio entre a Associação Municipal Proteção Assistencial Arenápolis/MT – ASMUPAAR, e o Município de Nova Marilândia anexo como parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** – O prazo de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura podendo ser alterado a qualquer tempo quando acordado entre as partes considerando o Art. 27 da portaria 3410/GM/2013.

**§ 1º** – Qualquer das partes, por qualquer motivo, explícito ou não, pode a qualquer tempo, com no mínimo 30 dias de aviso prévio, renunciar ou rescindir o Convênio autorizado pela presente lei, com a consequente renúncia e rescisão da prestação ou do recebimento dos serviços ora combinados, sem que isso lhe implique em qualquer ônus, de qualquer natureza.

**§ 2º** – Para a consecução dos objetivos propostos pela presente lei, as partes compromitentes assumirão obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e a probidade administrativa.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2016 e nos demais subsequentes, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário.

**Parágrafo único** – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2014/2017 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2016, bem como nas demais leis orçamentárias dos exercícios subsequentes.

**Art. 5º –** As demais normas e procedimentos necessários a execução desta Lei serão objeto de Decreto Municipal a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 6º** – Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

**Art. 7º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia/MT ao 01 dia de Junho de 2016.

_____

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, e afixado no mural da unidade gestora

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO
**MATO GROSSO**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** Página.: 1 de 1

**ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64** **Exercício:** 2015 R$ 1,00

| VARIAÇÕES ATIVAS | | | | VARIAÇÕES PASSIVAS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Títulos | R$ | R$ | R$ | Títulos | R$ | R$ | R$ |
| **RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **RECEITA ORCAMENTARIA** | | | | **DESPESA ORCAMENTARIA** | | | |
| Receita Tributária | 934.142,39 | | | **DESPESAS CORRENTES** | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUICAO | 25.328,47 | | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 6.299.648,74 | | |
| Receita Patronal | 77.574,24 | | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.954.543,34 | 12.254.192,08 | |
| Receita de Serviços | 200.625,80 | | | **DESPESAS DE CAPITAL** | | | |
| Transferencias Correntes | 14.613.350,54 | | | INVESTIMENTOS | 1.883.894,49 | 1.883.894,49 | |
| Outras Receitas Correntes | 36.264,07 | | | **RESERVA DE CONTIGENCIA** | | | |
| Dedução da Receita Tributária | -6.188,47 | | | | | | |
| Deduções das Transferencias Correntes | -2.088.139,21 | | | | | | |
| Alienação de Bens | 337.946,67 | | | | | | |
| Transferencias de Capital | 1.033.316,48 | 15.164.220,98 | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 15.164.220,98 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 14.138.086,57 |
| **MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS** | | | | **VARIACOESS PATRIM,PASSIVAS DEP,EXI** | | | |
| **VARIAÇÕES PATRIM. ATIVAS RES. EXEC.** | | | | **CRÉDITOS RECEBIDOS** | | | |
| **MUTAÇÕES ATIVAS** | | | | Divida Ativa | 12.749,99 | 12.749,99 | |
| **AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS** | | | | | | | |
| Aquisicao de Mobiliarios e Utensilios | 488.065,87 | | | | | | |
| Aquisicao de Veiculos | 333.800,00 | 821.865,87 | | | | | |
| **Construção e Aquisição de Bens Imóveis** | | | | | | | |
| Construcao de Imoveis -Edificaçoes | 1.948.280,31 | 1.948.280,31 | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 2.770.146,18 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 12.749,99 |
| **MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA** | | | | **TRANSFERENCIA CONSTITUCIONAIS E LI** | | | |
| Divida Ativa Inscrita no Exercicio | 98.080,28 | 98.080,28 | | **DESINCORPORAÇÃO DE BENS** | | | |
| **TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E I** | | | | Obras em Andamento | 1.378.538,00 | 1.378.538,00 | |
| Créditos a Receber | 2.862.943,10 | 2.862.943,10 | | **CRÉDITOS A RECEBER** | | | |
| **INCORPORAÇÃO DE BENS** | | | | Baixa no Exercício | 913.143,35 | | |
| **INSTALAÇÕES PERMANENTES** | | | | Cancelamento no Execício | 224.914,24 | 1.138.057,59 | |
| Obras Concluídas | 1.378.538,00 | 1.378.538,00 | | **PROVISÃO DE PERDAS** | | | |
| **CANCELAMENTO RESTO A PAGAR** | | | | (-) Provisão Perdas da Divida Ativa | 82.459,43 | 82.459,43 | |
| Cancelamento de Resto a Pagar de Exercicio | 8,09 | 8,09 | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 4.339.569,47 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 2.599.055,02 |
| **TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS** | | | 22.273.936,63 | **TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS** | | | 16.749.891,58 |
| | | | | **Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)** | | | 5.524.045,05 |
| **TOTAL GERAL** | | | 22.273.936,63 | **TOTAL GERAL** | | | 22.273.936,63 |

NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015

**Wener Kiesley dos Santos**
**Prefeito Municipal**

**Cleber Lima Souto**
**Contabilista**
**CRC-MT 8900/0-9**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO
**MATO GROSSO**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS** Página.: 1 de 1

**ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64** **Exercício:** 2015 R$ 1,00

| VARIAÇÕES ATIVAS | | | | VARIAÇÕES PASSIVAS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Títulos | R$ | R$ | R$ | Títulos | R$ | R$ | R$ |
| **RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **RECEITA ORCAMENTARIA** | | | | **DESPESA ORCAMENTARIA** | | | |
| Receita Tributária | 934.142,39 | | | **DESPESAS CORRENTES** | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUICAO | 25.328,47 | | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 6.299.648,74 | | |
| Receita Patronal | 77.574,24 | | | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5.954.543,34 | **12.254.192,08** | |
| Receita de Serviços | 200.625,80 | | | **DESPESAS DE CAPITAL** | | | |
| Transferencias Correntes | 14.613.350,54 | | | INVESTIMENTOS | 1.883.894,49 | **1.883.894,49** | |
| Outras Receitas Correntes | 36.264,07 | | | **RESERVA DE CONTIGENCIA** | | | |
| Dedução da Receita Tributária | -6.188,47 | | | | | | |
| Deduções das Transferencias Correntes | -2.088.139,21 | | | | | | |
| Alienação de Bens | 337.946,67 | | | | | | |
| Transferencias de Capital | 1.033.316,48 | **15.164.220,98** | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 15.164.220,98 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 14.138.086,57 |
| **MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS** | | | | **VARIACOESS PATRIM.PASSIVAS DEP.EXI** | | | |
| **VARIAÇÕES PATRIM. ATIVAS RES. EXEC.** | | | | **CRÉDITOS RECEBIDOS** | | | |
| **MUTAÇÕES ATIVAS** | | | | Divida Ativa | 12.749,99 | **12.749,99** | |
| **AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS** | | | | | | | |
| Aquisicao de Mobiliarios e Utensilios | 488.065,87 | | | | | | |
| Aquisicao de Veiculos | 333.800,00 | **821.865,87** | | | | | |
| **Construção e Aquisição de Bens Imóveis** | | | | | | | |
| Construcao de Imoveis -Edificaçoes | 1.948.280,31 | **1.948.280,31** | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 2.770.146,18 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 12.749,99 |
| **MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** | | | | | | | |
| **DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA** | | | | **TRANSFERENCIA CONSTITUCIONAIS E LI** | | | |
| Divida Ativa Inscrita no Exercicio | 98.080,28 | **98.080,28** | | **DESINCORPORAÇÃO DE BENS** | | | |
| **TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E I** | | | | Obras em Andamento | 1.378.538,00 | **1.378.538,00** | |
| Créditos a Receber | 2.862.943,10 | **2.862.943,10** | | **CRÉDITOS A RECEBER** | | | |
| **INCORPORAÇÃO DE BENS** | | | | Baixa no Exercício | 913.143,35 | | |
| **INSTALAÇÕES PERMANENTES** | | | | Cancelamento no Execício | 224.914,24 | **1.138.057,59** | |
| Obras Concluídas | 1.378.538,00 | **1.378.538,00** | | **PROVISÃO DE PERDAS** | | | |
| **CANCELAMENTO RESTO A PAGAR** | | | | (-) Provisão Perdas da Divida Ativa | 82.459,43 | **82.459,43** | |
| Cancelamento de Resto a Pagar de Exercicio | 8,09 | **8,09** | | | | | |
| **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS** | | | 4.339.569,47 | **SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS** | | | 2.599.055,02 |
| **TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS** | | | 22.273.936,63 | **TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS** | | | 16.749.891,58 |
| | | | | **Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)** | | | 5.524.045,05 |
| **TOTAL GERAL** | | | 22.273.936,63 | **TOTAL GERAL** | | | 22.273.936,63 |

NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015

**Wener Klesley dos Santos**
**Prefeito Municipal**

**Cleber Lima Souto**
**Contabilista**
**CRC-MT 8900/0-9**

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO

**MATO GROSSO**

**BALANÇO FINANCEIRO** **Exercício:** 2015 **Página.:** 1 de 2

**ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64** R$ 1,00

| RECEITAS | R$ | R$ | R$ |
|---|---|---|---|
| **ORCAMENTARIA** | | | |
| Receita Tributária | 934.142,39 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUICAO | 25.328,47 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patronal | 77.574,24 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 200.625,80 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencias Correntes | 14.613.350,54 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 36.264,07 | 15.887.285,51 | 0,00 |
| Dedução da Receita Tributária (-) | (6.188,47) | 0,00 | 0,00 |
| Deduções das Transferencias Correntes (-) | (2.088.139,21) | (2.094.327,68) | 0,00 |
| Alienação de Bens | 337.946,67 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencias de Capital | 1.033.316,48 | 1.371.263,15 | 15.164.220,98 |
| **INTERFERENCIA FINANCEIRA** | | | |
| CAMARA MUNICIPAL | 0,00 | | |
| **EXTRA - ORCAMENTARIA** | | | |
| INSS GERAL FOLHA DE PAGAMENTO | 116.339,85 | 0,00 | |
| INSS - PRESTADORES DE SERVICOS | 31.743,32 | 0,00 | |
| INSS - SAÚDE | 41.330,91 | 0,00 | |
| INSS - EDUCAÇÃO | 12.938,89 | 0,00 | |
| INSS - FUNDEB 60% | 22.861,48 | 0,00 | |
| INSS - FUNDEB 40% | 19.259,73 | 0,00 | |
| PREVINOM | 99.674,99 | 0,00 | |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - SAÚDE | 38.745,58 | 0,00 | |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO | 351,56 | 0,00 | |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 40% | 37.125,83 | 0,00 | |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 60% | 76.800,89 | 0,00 | |
| IRRF - FOLHA PAGTO | 108.558,49 | 0,00 | |
| IRRF- PESSOA JURIDICA | 25.623,23 | 0,00 | |
| IRRF - PESSOA FISICA | 10.881,89 | 0,00 | |
| CONSIGNAÇÃO CEF | 15.869,41 | 0,00 | |
| CONSINAÇÃO BANCO DO BRASIL | 2.079,52 | 0,00 | |
| CONSIGNAÇÃO SICRED | 173.398,72 | 0,00 | |
| ISSQN | 69.583,46 | 0,00 | |
| SALARIO FAMILIA | 11.623,98 | 0,00 | |
| PENSAO ALIMENTICIA | 9.057,62 | 0,00 | |
| AUXILIO MATERNIDADE | 7.787,99 | 0,00 | |
| CONVENIO UNIMED | 159.363,30 | 0,00 | |
| CONSIGNACAO BRADESCO | 225.778,25 | 0,00 | |
| CONTRIBUICAO SINDICAL | 7.460,82 | 1.324.239,71 | |
| **RESTOS A PAGAR** | | | |
| Valor Liquidado | 799.049,47 | 0,00 | 0,00 |

| DESPESAS | R$ | R$ | R$ |
|---|---|---|---|
| **ORCAMENTARIA** | | | |
| Saneamento | 230.547,98 | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Trabalho | 151.795,58 | 0,00 | 0,00 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 1.531.567,42 | 0,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 174.754,08 | 0,00 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 26.680,41 | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 492.286,31 | 0,00 | 0,00 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Energia | 32.894,42 | 0,00 | 0,00 |
| Agricultura | 517.420,77 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 1.063.090,52 | 0,00 | 0,00 |
| Saúde | 2.489.080,75 | 0,00 | 0,00 |
| Desporto e Lazer | 146.473,28 | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 3.761.136,76 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 185.655,92 | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 3.334.702,37 | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 14.138.086,57 | 14.138.086,57 |
| **INTERFERENCIA FINANCEIRA** | | | |
| TRANSFERENCIA PASSIVA | 696.000,00 | 696.000,00 | 696.000,00 |
| **EXTRA - ORCAMENTARIA** | | | |
| RESTOS A PAGAR EXERC.ANTERIOR | 964.314,51 | 0,00 | 0,00 |
| INSS GERAL FOLHA DE PAGAMENTO | 124.613,28 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - PRESTADORES DE SERVICOS | 31.743,32 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - SAUDE | 41.330,91 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - EDUCAÇÃO | 12.938,89 | 0,00 | 0,00 |
| INSS- FUNDEB 60% | 22.861,48 | 0,00 | 0,00 |
| INSS - FUNDEB 40% | 19.259,73 | 0,00 | 0,00 |
| PREVINOM | 91.171,07 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - SAÚDE | 38.745,58 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO | 351,56 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 40% | 37.125,83 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 60% | 76.800,89 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF - FOLHA PAGTO | 108.558,49 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF- PESSOA JURIDICA | 25.623,23 | 0,00 | 0,00 |
| IRRF - PESSOA FISICA | 10.881,89 | 0,00 | 0,00 |
| CONSIGNAÇÃO CEF | 14.408,33 | 0,00 | 0,00 |
| CONSIGANÇÃO BANCO DO BRASIL | 2.079,52 | 0,00 | 0,00 |

www.duralexsistemas.com.br OR 844

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO
**MATO GROSSO**

**BALANÇO FINANCEIRO** **Exercício:** 2015 Página.: 2 de 2

**ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64** R$ 1,00

| RECEITAS | R$ | R$ | R$ | DESPESAS | R$ | R$ | R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Valor a Liquidar | 507.286,31 | 1.306.335,78 | 2.630.575,49 | CONSIGNAÇÃO BANCO SICRED | 164.398,83 | 0,00 | 0,00 |
| **SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR** | | | | ISSQN | 69.583,46 | 0,00 | 0,00 |
| BANCO DO BRASIL CONTA MOVIMENTO | 0,00 | 37.198,88 | 0,00 | SALARIO FAMILIA | 11.623,98 | 0,00 | 0,00 |
| BANCO DO BRASIL CONTAS VINCULADAS | 0,00 | 871.446,88 | 0,00 | PENSAO ALIMENTICIA | 9.057,62 | 0,00 | 0,00 |
| SICREDI CONTAS MOVIMENTO | 0,00 | 4.569,93 | 0,00 | AUXILIO MATERNIDADE | 7.787,99 | 0,00 | 0,00 |
| BANCO SICREDI CONTAS VINCULADAS | 0,00 | 18.848,69 | 0,00 | CONVENIO UNIMED | 157.585,88 | 0,00 | 0,00 |
| BANCO DO BRADESCO CONTA MOVIMENTO | 0,00 | 1.666,60 | 933.730,98 | CONSIGNACAO BRADESCO | 215.258,20 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | CONTRIBUICAO SINDICAL | 7.460,82 | 2.265.565,29 | 2.265.565,29 |
| | | | | **SALDO PARA EXERCICIO SEGUINTE** | | | |
| | | | | BANCO DO BRASIL CONTA MOVIMENTO | 206.711,19 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | BANCO DO BRASIL CONTAS VINCULADAS | 1.348.092,85 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | SICREDI CONTAS MOVIMENTO | 3.265,83 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | BANCO SICREDI CONTAS VINCULADAS | 69.828,22 | 0,00 | 0,00 |
| | | | | BANCO DO BRADESCO CONTA MOVIMENTO | 977,50 | 1.628.875,59 | 1.628.875,59 |
| **TOTAL** | | | **18.728.527,45** | **TOTAL** | | | **18.728.527,45** |

NOVA MARILÂNDIA,31 de dezembro de 2015

Renato Cezar Dalfior
Sec. Mun. Fazenda

Cleber Lima Souto
Contabilista
CRC-MT 8900/0-9



### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA MUNICIPAL Nº 179/2016

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 024/2016** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR NA OFICINA PADARIA SOCIAL SABOR E ARTE.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear a Srª **MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO**, portador (a) do CPF de Nº 315.476.301-59, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo comissionado na função de Coordenadora do CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 024/2016**CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR NA OFICINA PADARIA SOCIAL SABOR E ARTE, tendo como credor **IRIBERTO LESSA – CPF Nº 542.369.089-72**.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 dias do mês de Junho do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

**SECRETARIA DE FAZENDA**
**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - BALANÇO
**MATO GROSSO**

**ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985** **Exercício:** 2015 Página.: 1 de 1

**ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64** R$ 1,00

| RECEITA | | | | DESPESA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TÍTULOS | Previsão | Execução | Diferença | TÍTULOS | Fixação | Execução | Diferença |
| **Receitas Correntes** | | | | | | | |
| Receita Tributária | 878.500,00 | 934.142,39 | (55.642,39) | | | | |
| RECEITA DE CONTRIBUICAO | 40.000,00 | 25.328,47 | 14.671,53 | | | | |
| Receita Patronal | 75.000,00 | 77.574,24 | (2.574,24) | | | | |
| Receita de Serviços | 225.000,00 | 200.625,80 | 24.374,20 | | | | |
| Transferencias Correntes | 12.261.610,00 | 14.613.350,54 | (2.351.740,54) | | | | |
| Outras Receitas Correntes | 47.800,00 | 36.264,07 | 11.535,93 | | | | |
| **Dedução da Receita Corrente** | | | | | | | |
| Dedução da Receita Tributária | 0,00 | (6.188,47) | 6.188,47 | | | | |
| Deduções das Transferencias Correntes | (1.846.400,00) | (2.088.139,21) | 241.739,21 | | | | |
| **Receitas de Capital** | | | | | | | |
| Alienação de Bens | 50.000,00 | 337.946,67 | (287.946,67) | | | | |
| Transferencias de Capital | 2.418.490,00 | 1.033.316,48 | 1.385.173,52 | | | | |
| | | | | CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES | 15.635.448,96 | 14.138.086,57 | 1.497.362,39 |
| | | | | CREDITO ESPECIAL | | | |
| **SOMAS** | **14.150.000,00** | **15.164.220,98** | **(1.014.220,98)** | **SOMAS** | **15.635.448,96** | **14.138.086,57** | **1.497.362,39** |
| **DÉFICIT** | **1.485.448,96** | **0,00** | **1.485.448,96** | **SUPERÁVIT** | **0,00** | **1.026.134,41** | **(1.026.134,41)** |
| **TOTAL** | **15.635.448,96** | **15.164.220,98** | **471.227,98** | **TOTAL** | **15.635.448,96** | **15.164.220,98** | **471.227,98** |

NOVA MARILÂNDIA, 31 de dezembro de 2015

**Wener Klesley dos Santos**
**Prefeito Municipal**

**Cieber Lima Souto**
**Contabilista**
**CRC-MT 8900/0-9**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 178/2016**

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 023/2016** CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA FABRICAÇÃO DE 400 METROS DE ALAMBRADO NO CAMPO SOCIETY NO BAIRRO RENASCER NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear o Sr. **GIULIANO VANNI MARTINS GUIMARÃES**, portador (a) do CPF de Nº 571.606.351-91, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo comissionado na função de Chefe de Departamento de Esporte e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 023/2016** CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA FABRICAÇÃO DE 400 METROS DE ALAMBRADO NO CAMPO SOCIETY NO BAIRRO RENASCER NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, tendo como credor **K S PICALHO – CNPJ Nº 23.280.508/0001-96**.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 dias do mês de Junho do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº177/2016**

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 022/2016** CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DE CORTE E COSTURA PARA A FABRICAÇÃO DE ENXOVAIS PARA RECÉM NASCIDOS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear a Srª. **MARIA APARECIDA FERNANDES PICALHO**, portador (a) do CPF de Nº 315.476.301-59, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo comissionado na função de Coordenadora do CRAS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 022/2016**CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DE CORTE E COSTURA PARA A FABRICAÇÃO DE ENXOVAIS PARA RECEM NASCIDOS, tendo como credor **INES BONATTO MIGNOLE DE CARLO – CNPJ Nº 15.611.144/0001-51**.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 dias do mês de Junho do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº176/2016**

**EMENTA:**NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 021/2016 – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016** CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

**O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT,** NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - Nomear a Srª. **DANILAINY DE CASTRO GUERINO**, portador (a) do CPF de Nº 052.146.281-96, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo comissionado na função de Chefe de Departamento de Apoio Administrativo e Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 020/2016 – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016**CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – M, tendo como credor **SUZANA SANTOS DE SOUZA – CPF Nº 411.652.921-49**.

**Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 dias do mês de Junho do ano de 2016.

**WENER KLESLEY DOS SANTOS**

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2016** – ASS – 25/05/2016- Vcto- 30/09/2016 - Vlr- 26.800,00- Contratado (a)**: K. S PICALHO** – OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA FABRICAÇÃO DE 400 MTS DE ALAMBRADO NO CAMPO SOCIETY NO BAIRRO RENASCER NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022/2016** – ASS – 24/05/2016- Vcto- 24/08/2016 - Vlr- 2.700,00- Contratado (a)**: INES BONATTO MIGNOLE DE CARLO** – OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA DE CORTE E COSTURA PARA A FABRICAÇÃO DE ENXOVAIS PARA RECEM-NASCIDO

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2016**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 021/2016** – ASS – 24/05/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 19.245,30- Contratado (a)**: SUZANA SANTOS DE**

**SOUZA** – OBJ: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2016**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 020/2016** – ASS – 24/05/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 13.010,30- Contratado (a)**: FRANCISCO DA SILVA SGANZELA**– OBJ: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2016** – ASS – 18/05/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 161.500,00- Contratado (a)**: JF MARQUES RODRIGUES SERVIÇOS - ME** – OBJ: LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA D7 (OU EQUIVALENTE), PARA TRABALHO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2016**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2016** – ASS – 10/05/2016- Vcto- 10/06/2016 - Vlr- 6.700,00- Contratado (a)**: JULIO CESAR LOSS - ME** – OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O EVENTO DA FESTA DA PADROEIRA DO MUNICIPIO NOS DIAS 14 E 15 DE MAIO NO CENTRO DE EVENTOS DE NOVA MARILANDIA-MT.

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016** – ASS – 30/05/2016- Vcto- 30/05/2017- Vlr- 328.396,07- Contratada**:** - **E Z DE LIMA - ME**– R$ **33.912,00** OBJ: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO EM MANUTENÇÕES, REFORMAS E CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, E ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

NOVA MARILANDIA – MT EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***WENER KLESLEY DOS SANTOS***

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

**LICITAÇÃO**
**QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 012/2014 TOMADA DE PREÇO 004/2014.**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ E APUÍ CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ.**

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **APUÍ CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça 1894 – sala 901 – 9º andar Edifício Centro Empresarial Maruanã, bairro Jardim Aclimação, CEP 78050-973 em Cuiabá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 09.258.862/0001-93 e no Estado sob nº 13349233-8, representado neste ato por **LEONIR ROMANO BAGGIO**, inscrito no CPF/MF sob nº 401.419.779-49, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**01.1** – O contrato nº. 012/2014 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 03 de Maio de 2016 e término em 03 de Novembro 2016.

**1.2. - A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato n.º 012/2014, tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1º e§2º da Lei nº 8.666/93.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**2.1 -** As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

**2.2 - As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.**

Nova Maringá – MT, 02 de Maio de 2016.

_____

**Município de Nova Maringá**

**JOÃO BRAGA NETO**

**Contratante**

_____

**Apuí Construtora de Obras Ltda**

**Contratado**

TESTEMUNHAS:

_____

**Luciana Garcia Harala**

**CPF nº 786.955.701-34**

_____

**Roberto de Lima**

**CPF nº 827.430.611-20**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 94/2016

DECRETO Nº 94/2016

De 01 de Junho de 2016.

SÚMULA: ALTERA A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo a Lei,

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica alterada a NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

ARTIGO 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro do presente decreto será composta pelos seguintes membros:

Representante do Poder Executivo:

Domingos Carlos Perondi.

Representante do Poder Legislativo:

Romilton Anacleto Noetzold.

3- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Messias Eloi.

Representante da Assossiação dos Produtores de Leite.

José Thomaz da Silva Filho.

Representante do Sindicato Rural:

Nério Humberto Nunes de Assis

6-Representante da Secretaria de Obras:

Devanir Dos Santos Ouvernei

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 01 de Junho de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

### LICITAÇÕES
### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 20/2016 SRP PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS, DE PRIMEIRA LINHA E ELETRICAS, PARA ATENDER A FROTA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE MT

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Eu, **ARION SILVEIRA**, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, após efetuar a competente análise, **HOMOLOGO** nesta data o Processo Licitatório na Modalidade **Pregão Presencial nº. 20/2016**, cujo objeto trata-se de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS GENUÍNAS E DE PRIMEIRA LINHA E PEÇAS DE PARTE ELÉTRICA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, conforme negociações feitas na sessão pública pela equipe de pregão do município e acatando sem ressalvas a Conclusão final da Pregoeira que adjudicou vencedoras do certame licitatório as empresas **J L DE CARVALHO DECHERING ME, SIDNEY LEITE DE OLIVEIRA ME**, **FARIA ROSSETO E ROSSETO LTDA ME, BIEL MAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA ME, CARIMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME E MOIRES LUIZ WITT ME,** *e determino que sejam tomadas as devidas providências para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços.*

Nova Monte Verde-MT, 03 de JUNHO de 2016.

**ARION SILVEIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

### GABINETE DO PREFEITO
### DECRETO Nº 93/2016

DECRETO Nº 93/2016

Data: 01 de Junho de 2016.

SÚMULA: Altera Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB e da outras providências.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

DECRETA :

ARTIGO 1º- Fica alterado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB, instituído pelo Decreto Municipal nº 88/2016, de 18 de maio de 2016.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 01 de junho de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB

CAPITULO I

DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º- O Conselho Municipal do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB, instituído pelo Decreto Municipal nº 094, de 03, de julho de 2015, considerando a lei estadual de nº 10.051 de 09 de janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB, tem por finalidade a regência do referido fundo.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal do FETHAB:

I – Fiscalizar, acompanhar e atestar a correta aplicação dos recursos do FETHAB, aprovando a prestação de contas apresentada pelo Poder Executivo, por meio de ata digitada, acompanhada das assinaturas de todos os membros do Conselho.

II - Encaminhar ao Tribunal de Contas do estado a ata digitada e assinada por todos os membros do Conselho.

III - Apresentar esclarecimentos relacionados à forma que foi atestada e aprovada a prestação de contas do FETHAB perante os entes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Administração pública em Geral, bem como nas interpelações propostas pela sociedade, caso sejam solicitados estes esclarecimentos sobre a fiscalização e aprovação de prestação de contas do FETHAB.

CAPITULO II

DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º - O Conselho Municipal do FETHAB é constituído através de representantes do Executivo bem como da sociedade civil, sendo os seguintes:

a) 01 representante do Poder Executivo a ser indicado pelo prefeito, sendo o Secretário Municipal de Finanças que o presidirá;

b) 01 representante do Poder Legislativo Municipal, a ser indicado por seus pares;

c) 01 representante indicado pelo Sindicato dos trabalhadores rurais do Município de Nova Monte Verde;

d) 01 representante da Associação dos Produtores de Leite.

e) 01 representante do Sindicato Rural.

f) 01 representante da Secretaria de Obras

1º - A presidência do Conselho será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças.

Art. 4º - A falta, por 03 (três) reuniões consecutivas e 05 (cinco) alternadas, não justificadas, durante o ano, enseja a destituição do Conselho, devendo o presidente comunicar a deliberação ao responsável pelo representante da sociedade civil representada no Conselho.

Art. 5º - O Conselho Municipal do FETHAB, para seu funcionamento, utilizará a estrutura da Secretaria da Prefeitura Municipal a ser indicada pelo Executivo, no que se refere a instalações e equipamentos necessários ao fiel cumprimento das atribuições do conselho.

Art. 6º - Para execução das atribuições de sua competência, o Conselho Municipal do FETHAB, observará a forma, prazos e procedimentos previstos na legislação que disciplina a Administração Pública em geral, especialmente aquela que regulam o orçamento, o ingresso de receitas, a realização de despesas e respectivas demonstrações financeiras e prestações de contas.

CAPITULO II

DA PRESIDENTE E CONSELHEIROS

Art. 7º - Ao Presidente do Conselho Municipal do FHETAB compete:

Convocar presidir as sessões do Conselho, assim como indicar seu substituto eventual em caso de falta de impedimento;

Determinar e tornar conhecida a pauta da reunião;

Resolver as dúvidas relativas ao regimento, surgidas durante reuniões:

Conceder a palavra aos membros do Conselho, nos momentos oportunos;

Despachar correspondências do Conselho, assinando ou autorizando o Secretario do Conselho fazê-lo em seu nome;

Assinar, com o Secretario e demais membros as atas das sessões;

Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho, e

VIII- Assinar as resoluções que por ventura forem confeccionadas pelo Conselho;

Art. 8 º Aos Conselheiros compete:

Comparecer as reuniões participando, segundo as normas deste regimento;

Fiscalizar e estudar tanto individualmente como em reunião sobre a correta aplicação dos recursos do FETHAB, bem como deliberar, sobre a aprovação da prestação de contas apresentada pelo executivo;

Propor ao Conselho a realização de sessão extraordinária, caso entendam necessário;

Comunicar, previamente, a impossibilidade de eventual comparecimento às reuniões;

CAPITULO IV

DAS REUNIÕES

Art.9º - O Conselho Municipal do FETHAB reunir-se-á ordinariamente, 04 (quatro) vezes ao ano, no ultimo mês de cada trimestre civil, ou extraordinariamente, sempre que a matéria exigir vigência para sua liberação.

Parágrafo Único. A convocação para as reuniões será promovida pelo presidente Conselho Municipal do FETHAB, devendo ser efetuada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, se ordinariamente de 03 (três) dias, se extraordinária.

Art.10º- As reuniões do Conselho para aprovação da prestação de contas do Recurso do FETHAB representadas pelo Executivo serão registradas em ata, que será lida para deliberação de sua aprovação ou não, assinadas por todos os membros da mesma reunião.

Art.11º- Aberta a reunião, no local, data e horário determinados, será verificada a presença do quorum mínimo, correspondente a 2/3 (dois) terços dos membros, incluindo a contagem o Presidente.

1º Não havendo o quorum exigido do caput deste artigo, aguardar-se-á por 30 (trinta) minutos a sua formação, findos os quais os trabalhos serão iniciados, com qualquer numero de Membros presentes, além do Presidente;

2º As deliberações do Conselho Municipal do FETHAB serão tomado por maioria simples dos votos dos Membros presentes.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - As questões de ordem terão preferência sobre quaisquer outras, não podendo o Presidente negar a palavra ao Conselho que a solicitar para esse fim.

Art. 13- Os Conselheiros que desejarem que seus votos vencidos, ou declarações de votos, constem em ata, ou anexo a esta, deverão apresentá-los por escrito ou verbalmente, ao Secretário executivo, da mesma reunião, requerendo, para isso, ao presidente.

Art.14 – Qualquer Conselheiro poderá requerer vigência preferência para discussão dos assuntos de pauta, ou pedir adiamento da discussão, para melhor esclarecimento da matéria, justificando, em ambos os casos, a necessidade das medidas, podendo do Conselho atende-lo ou não. Após o final da discussão, poderá pedir vista do processo de prestação de contas.

Art.15- No caso de pedido de vista, o Conselheiro deve restituir o processo impreterivelmente na reunião seguinte, para deliberação sobre sua aprovação.

Art.16- Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal do FETHAB.

Nova monte verde/MT, 01 de Junho de 2016.

Presidente

---

**LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISCAO DE FERRAMENTAS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONT**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016**

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 46/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 25/2016** no dia **15/06/2016 às 10:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISCAO DE FERRAMENTAS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE.

. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 03 de junho de 2016

---

**LICITAÇÕES**
**RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PP 25/2016 AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA TIPO PICKUP, CARROCERIA SOBRE**

**CHASSI, SIMPLES REMOÇÃO, 4X2, MOTORIZAÇÃO MINIMA DE 140 CV, FLEX, COM AR CONDICIONADO, AR CON**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016**

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 46/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 24/2016** no dia **15/06/2016 às 9:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA TIPO PICKUP, CARROCERIA SOBRE CHASSI, SIMPLES REMOÇÃO, 4X2, MOTORIZAÇÃO MINIMA DE 140 CV, FLEX, COM AR CONDICIONADO, AR CONDICIONADO NO COMPARTIMENTO TRAZEIRO, DIREÇÃO HIDRAULICA, ZERO QUILOMETRO, MODELO 2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 03 de junho de 2016

**VANIA MARIA DOS SANTOS**

Pregoeira Oficial do Município

**LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO PP 24/2016 AQUISIÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA TIPO PICKUP, CARROCERIA SOBRE CHASSI, SIMPLES REMOÇÃO, 4X2, MOTORIZAÇÃO MINIMA DE 140 CV, FLEX, COM AR CONDICIONADO, AR CONDICIONADO NO CO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016**

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 46/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 24/2016** no dia **15/06/2016 às 9:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto AMBULANCIA TIPO PICKUP, CARROCERIA SOBRE CHASSI, SIMPLES REMOÇÃO, 4X2, MOTORIZAÇÃO MINIMA DE 140 CV, FLEX, COM AR CONDICIONADO, AR CONDICIONADO NO COMPARTIMENTO TRAZEIRO, DIREÇÃO HIDRAULICA, ZERO QUILOMETRO, MODELO 2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2016**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 03 de junho de 2016

**VANIA MARIA DOS SANTOS**

Pregoeira Oficial do Município

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2016**

PREGÃO PRESENCIAL: N° 013/2016 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2016

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 03 de junho de 2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, CONFORME ITENS RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

EMPRESA VENCEDORA: **TURINI & TURINI LTDA-ME, inscrita no CNPJ 10.357.498/0001-06**

LOTE: 5 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO BLAZER DLX 2.8 4X4 2003/2004 PLACA JZP 6281

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20273 | BORRACHA DA PORTA S10/BLAZER | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 99,00 | 198,00 |
| 2 | 20266 | BORRACHA PARABRISA S10/BLAZER 2003/2004 | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 19,00 | 38,00 |
| 3 | 20270 | CABO PUXADOR CAPO S10/ BLAZER 2003/2004 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 145,00 | 290,00 |
| 4 | 20204 | COLA DE PARABRISA | DOW | UNIDADE | 2,00 | 50,00 | 100,00 |
| 5 | 20274 | FAROL S10/BLAZER 2003/2004 LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 576,00 | 1.152,00 |
| 6 | 20275 | FAROL S10/BLAZER 2003/2004 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 576,00 | 1.152,00 |
| 7 | 20269 | HASTE DO CAPO S10/ BLAZER 2003/2004 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 45,00 | 90,00 |
| 8 | 20276 | LANTERNA TRAZEIRA S10/BLAZER 2003/2004 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 360,00 | 720,00 |
| 9 | 20277 | PARABRISA S10/BLAZER 2003/2004 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 595,00 | 595,00 |
| 10 | 9192 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA PARATI LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 11 | 9196 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA PARATI LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 12 | 20271 | RETROVISOR S10/BLAZER 2003/2004 LD | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 13 | 20272 | RETROVISOR S10/BLAZER 2003/2004 LE | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 14 | 20267 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10/BLAZER 2003/2004 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 15 | 20268 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10/BLAZER 2003/2004 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |

TOTAL GERAL R$ 6.675,00 (Seis Mil Seiscentos e Setenta e Cinco Reais)

LOTE: 7 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO AMBULANCIA S10 ANO 2001/2002 PLACA JZG 8472

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 99,00 | 198,00 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 19,00 | 38,00 |
| 3 | 20312 | CABO LIMITADOR TAMPA TRAZEIRA S10 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 30,00 | 60,00 |
| 4 | 20311 | CABO PUXADOR CAPO S10 2001/2002 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 145,00 | 290,00 |
| 5 | 20204 | COLA DE PARABRISA | DOW | UNIDADE | 2,00 | 50,00 | 100,00 |
| 6 | 20316 | FAROL S10 2001/2002 LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 576,00 | 1.152,00 |
| 7 | 20317 | FAROL S10 2001/2002 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 576,00 | 1.152,00 |
| 8 | 20309 | HASTE DO CAPO S10 2001/2002 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 45,00 | 90,00 |
| 9 | 12411 | LANTERNA TRAZEIRA | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 145,00 | 290,00 |
| 10 | 20305 | PARABRISA S10 ANO 2001/2002 | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 595,00 | 1.190,00 |
| 11 | 20308 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LD | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 12 | 20310 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LE | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 13 | 20314 | RETROVISOR S10 LD | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 14 | 20315 | RETROVISOR S10 LE | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 15 | 20306 | VIDRO PORTA DIANTEIRA S10 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 16 | 20307 | VIDRO PORTA DIANTEIRA S10 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 17 | 20313 | VIGIA S10 2001/2002 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 1.895,00 | 1.895,00 |

TOTAL GERAL R$ 8.795,00 (Oito Mil Setecentos e Noventa e Cinco Reais)

LOTE: 8 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FIAT UNO ANO 2005/2006 PLACA KAF 7054

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 57,00 | 114,00 |
| 2 | 20328 | BORRACHA DA TAMPA TRAZEIRA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 48,00 | 96,00 |
| 3 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 1,00 | 63,00 | 63,00 |
| 4 | 20318 | CANALETA DA PORTA FIAT UNO 2005/2006 | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 105,00 | 210,00 |
| 5 | 17998 | CAPO UNO | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 1,00 | 790,00 | 790,00 |
| 6 | 20326 | COBERTURA DIANTEIRA UNO 2005/2006 | DTS | UNIDADE | 1,00 | 229,00 | 229,00 |
| 7 | 20327 | COBERTURA TRAZEIRA UNO 2005/2006 | DTS | UNIDADE | 1,00 | 230,00 | 230,00 |
| 8 | 15007 | FAROL FIAT UNO 2004/ LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 255,00 | 510,00 |
| 9 | 20319 | FAROL FIAT UNO 2004/ LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 255,00 | 510,00 |
| 10 | 13979 | FECHADURA DA TAMPA TRASEIRA | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 150,00 | 300,00 |
| 11 | 20323 | FECHADURA EXTERNA DA PORTA UNO 2005/2006 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 25,00 | 50,00 |
| 12 | 20324 | FECHADURA INTERNA DA PORTA DINATEIRA UNO 2005/2006 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 30,00 | 60,00 |
| 13 | 20320 | LANTERNA TRAZEIRA FIAT UNO | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 189,00 | 378,00 |
| 14 | 15002 | MAQUINA DO VIDRO LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 75,00 | 150,00 |
| 15 | 15120 | MAQUINA DO VIDRO DIR | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 75,00 | 150,00 |
| 16 | 12011 | PAINEL FRONTRAL | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 1,00 | 365,00 | 365,00 |
| 17 | 20329 | PARABRISA FIAT UNO 2005/2006 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 340,00 | 340,00 |
| 18 | 20321 | PARALAMA DIANTEIRO LD UNO 2005/2006 | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 2,00 | 165,00 | 330,00 |
| 19 | 20322 | PARALAMA DIANTEIRO LE UNO 2005/2006 | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 2,00 | 165,00 | 330,00 |
| 20 | 20325 | REVESTIMENTO DO TETO UNO 200/2006 | ORIGINAL | UNIDADE | 2,00 | 180,00 | 360,00 |
| 21 | 20330 | VIDRO DA PORTA UNO 2005/2006 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 155,00 | 310,00 |
| 22 | 20331 | VIDRO DA PORTA UNO 2005/2006 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 155,00 | 310,00 |

TOTAL GERAL R$ 6.185,00 (Seis Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais)

LOTE: 9 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO S10 2008/2009 PLACA NJD9198

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 99,00 | 198,00 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 19,00 | 19,00 |
| 3 | 20312 | CABO LIMITADOR TAMPA TRAZEIRA S10 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 30,00 | 60,00 |
| 4 | 20334 | CABO PUXADOR CAPO S10 2008/2009 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 145,00 | 290,00 |
| 5 | 20204 | COLA DE PARABRISA | DOW | UNIDADE | 2,00 | 50,00 | 100,00 |
| 6 | 20336 | FAROL S10 2008/2009 LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 595,75 | 1.191,50 |
| 7 | 20337 | FAROL S10 2008/2009 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 595,75 | 1.191,50 |
| 8 | 20333 | HASTE DO CAPO S10 2008/2009 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 45,00 | 90,00 |
| 9 | 12411 | LANTERNA TRAZEIRA | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 360,00 | 720,00 |
| 10 | 20332 | PARABRISA S10 2008/2009 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 595,00’ | 595,00 |
| 11 | 20308 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LD | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 12 | 20310 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LE | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 13 | 20314 | RETROVISOR S10 LD | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 14 | 20315 | RETROVISOR S10 LE | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 225,00 | 450,00 |
| 15 | 20306 | VIDRO PORTA DIANTEIRA S10 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 16 | 20307 | VIDRO PORTA DIANTEIRA S10 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 17 | 20335 | VIGIA S10 2008/2009 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 1.915,00 | 1.915,00 |

TOTAL GERAL R$ 8.710,00 (Oito Mil Setecentos e Dez Reais)

LOTE: 10 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO S10 AMBULANCIA 4X4 ANO 2012/2013 PLACA OBG 1337

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 380,00 | 760,00 |
| 2 | 20339 | CAPO S10 2012/2013 | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 1,00 | 2.300,00 | 2.300,00 |
| 3 | 20342 | GRADE DIANTEIRA S10 2012/2013 S/FRISO CROMADO | ORIGINAL | UNIDADE | 1,00 | 956,00 | 956,00 |
| 4 | 12411 | LANTERNA TRAZEIRA | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 535,00 | 1.070,00 |
| 5 | 20338 | PARABRISA S10 2012/2013 ORIGINAL | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 926,00 | 926,00 |
| 6 | 6369 | PARACHOQUE DIANT. | ORIGINAL | UNIDADE | 2,00 | 2.319,00 | 4.638,00 |
| 7 | 20343 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10 2012/2013 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 375,00 | 750,00 |
| 8 | 20340 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10 2012/2013 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 375,00 | 750,00 |
| 9 | 20341 | VIDRO DA PORTA TRAZEIRA S10 2012/2013 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 375,00 | 750,00 |

TOTAL GERAL R$ 12.900,00 (Doze Mil e Novecentos Reais)

LOTE: 11 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO CAMINHÃO BASCULANTE MB 2325 ANO 1991 PLACA ACI 5935

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20368 | BATENTE DA PORTA MB 2325 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 11,00 | 22,00 |
| 2 | 20367 | BORRACHA DA PORTA MB2325 | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 115,00 | 230,00 |
| 3 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 125,00 | 250,00 |
| 4 | 20366 | CANALETA MB2325 C/ PESTANA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 138,00 | 276,00 |
| 5 | 20365 | CONJ.RETROVISOR MB 2325 | ROTAMIL | UNIDADE | 2,00 | 355,50 | 711,00 |
| 6 | 20363 | FECHADURA PORTA MB2325 EXTERNA LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 22,00 | 44,00 |
| 4 | 20362 | FECHADURA PORTA MB2325 EXTERNA LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 22,00 | 44,00 |
| 8 | 20360 | FECHADURA PORTA MB2325 INTERNA LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 42,00 | 84,00 |
| 9 | 20361 | FECHADURA PORTA MB2325 INTERNA LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 42,00 | 84,00 |
| 10 | 20359 | MAQUINA DO VIDRO LD MB 2325 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |
| 11 | 20358 | MAQUINA DO VIDRO LE MB 2325 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |
| 12 | 20357 | PARABRISA CAMINHAO MB2325 ANO 91 | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 510,00 | 1.020,00 |
| 13 | 20364 | VIDRO DA PORTA MB 2325 | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 230,00 | 460,00 |

TOTAL GERAL R$ 3.445,00 (Três Mil Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais)

LOTE: 12 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO CAMINHONETE S10 GABINA DUPLA ANO 2005 PLACA JZW 3622

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20273 | BORRACHA DA PORTA S10/BLAZER | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 99,00 | 198,00 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 1,00 | 19,00 | 19,00 |
| 3 | 20375 | CAPOTA MARITIMA S10 2005 | FLASH COVER | UNIDADE | 2,00 | 420,00 | 840,00 |
| 4 | 20204 | COLA DE PARABRISA | DOW | UNIDADE | 2,00 | 50,00 | 100,00 |
| 5 | 20376 | ENGATE S10 2005 | IDF | UNIDADE | 1,00 | 400,00 | 400,00 |
| 6 | 20370 | FAROL S10 2005 LD | ARTEB | UNIDADE | 1,00 | 602,00 | 602,00 |
| 7 | 20371 | FAROL S10 2005 LE | ARTEB | UNIDADE | 1,00 | 602,00 | 602,00 |
| 8 | 20372 | LANTERNA TRAZEIRA S10 2005 | ARTEB | UNIDADE | 1,00 | 360,00 | 360,00 |
| 9 | 20378 | MACANETA EXTERNA LD S10 2005 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 115,00 | 230,00 |
| 10 | 20379 | MACANETA EXTERNA LE S10 2005 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 115,00 | 230,00 |
| 11 | 20377 | MACANETA TAMPA TRAZEIRA S10 2005 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 118,00 | 236,00 |
| 12 | 20380 | MAQUINA DE VIDRO ELETRONICA S10 2005 | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 168,00 | 168,00 |
| 13 | 12113 | PALHETA 20" | MICRO | UNIDADE | 1,00 | 45,00 | 45,00 |
| 14 | 20369 | PARABRISA S10 ANO 2005 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 595,00 | 595,00 |
| 15 | 20308 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LD | UNIFLEX | UNIDADE | 4,00 | 70,00 | 280,00 |
| 16 | 20310 | PESTANA EXTERNA DIANTEIRA S10 LE | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 70,00 | 140,00 |
| 17 | 20381 | RETROVISOR S10 2005 LD | METAGAL | UNIDADE | 1,00 | 225,00 | 225,00 |
| 18 | 20373 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 290,00 | 580,00 |
| 19 | 20374 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA S10 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 4,00 | 290,00 | 1.160,00 |

TOTAL GERAL R$ 7.010,00 (Sete Mil e Dez Reais)

LOTE: 13 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO 1987 PLACA JYS 9013

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 34,00 | 68,00 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 1,00 | 97,00 | 97,00 |
| 3 | 20418 | BORRACHA VIGIA CAMINHAO HEVROLET 22000 ANO N87 | UNIFLEX | UNIDADE | 1,00 | 85,00 | 85,00 |
| 4 | 20417 | CANALETA VIDRO | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 115,00 | 230,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 | | | | | |
| 5 | 20419 | DOBRADICA CAPO CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 135,00 | 135,00 |
| 6 | 20420 | DOBRADICA CAPO CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 114,00 | 114,00 |
| 7 | 20422 | FAROL CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LD | ARTEB | UNIDADE | 1,00 | 415,00 | 415,00 |
| 8 | 20421 | FAROL CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LE | ARTEB | UNIDADE | 1,00 | 415,00 | 415,00 |
| 9 | 20423 | GRADE DIANTEIRA CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LD | AMALCABURIO | UNIDADE | 1,00 | 309,00 | 309,00 |
| 10 | 2849 | KIT COXIM DA GABINE | SUPORTES REI | UNIDADE | 1,00 | 245,00 | 245,00 |
| 11 | 20425 | MAQUINA DE VIDRO CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 99,00 | 99,00 |
| 12 | 20424 | MAQUINA DE VIDRO CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO N87 LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 99,00 | 99,00 |
| 13 | 20414 | PARABRISA CAMINHAO 22000 ANO 87 | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 549,00 | 549,00 |
| 14 | 20426 | REVESTIMENTO DA PORTA CAMINHAO CHEVROLET | ORIGINAL | UNIDADE | 1,00 | 90,00 | 90,00 |
| | | 22000 ANO N87 LD | | | | | |
| 15 | 20415 | VIDRO PORTA CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO 87 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 75,00 | 75,00 |
| 16 | 20416 | VIDRO PORTA CAMINHAO CHEVROLET 22000 ANO 87 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 1,00 | 75,00 | 75,00 |

TOTAL GERAL R$ 3.100,00 (Três Mil e Cem Reais)

LOTE: 15 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO F1000 ANO 1985 PLACA JZL 0718

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20494 | ASSOALHO DIANTEIRO F1000 ANO 85 LD | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 1,00 | 165,00 | 165,00 |
| 2 | 20474 | ASSOALHO DIANTEIRO F1000 ANO 85 LE | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 1,00 | 165,00 | 165,00 |
| 3 | 20463 | BATENTE DA PORTA F1000 ANO 85 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 15,00 | 30,00 |
| 4 | 20477 | BORRACHA DA PORTA F1000 ANO 85 | UNIFLEX | UNIDADE | 1,00 | 35,00 | 35,00 |
| 5 | 20492 | CANTO GABINA F1000 ANO 85 EXTERNA | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 2,00 | 65,00 | 130,00 |
| 6 | 20493 | CANTO GABINA F1000 ANO 85 INTERNA | PONTEIRAS RODRIGUES | UNIDADE | 2,00 | 58,00 | 116,00 |
| 7 | 20487 | FECHADURA CAPO | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 44,00 | 44,00 |
| | | INFERIOR F1000 ANO 85 | | | | | |
| 8 | 20488 | FECHADURA CAPO SUPERIOR F1000 ANO 85 | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 93,00 | 93,00 |
| 9 | 20483 | FECHADURA PORTA F1000 ANO 85 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 98,00 | 196,00 |
| 10 | 20471 | FRISO SOLEIRA F-1000 DIR | ROTAMIL | UNIDADE | 1,00 | 30,00 | 30,00 |
| 11 | 20472 | FRISO SOLEIRA F-1000 ESQ | ROTAMIL | UNIDADE | 1,00 | 30,00 | 30,00 |
| 12 | 20482 | GRADE DIANTEIRA F1000 ANO 85 | RCD | UNIDADE | 1,00 | 147,84 | 147,84 |
| 13 | 20480 | LANTERNA DINATEIRA F1000 ANO 85 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 1,00 | 49,00 | 49,00 |
| 14 | 20465 | MAQUINA DE VIDRO F1000 ANO 85 LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 1,00 | 75,00 | 75,00 |
| 15 | 14782 | PALHETA 16" | MICRO | UNIDADE | 1,00 | 45,00 | 45,00 |
| 16 | 20476 | QUEBRA SOL F1000 ANO 85 LD | ROTAMIL | UNIDADE | 1,00 | 356,16 | 356,16 |
| 17 | 20475 | QUEBRA SOL F1000 ANO 85 LE | ROTAMIL | UNIDADE | 2,00 | 39,00 | 78,00 |

TOTAL GERAL R$ 1.785,00 (Um Mil Setecentos e Oitenta e Cinco Reais)

LOTE: 16 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO MICROONIBUS MB LO812 ANO 1989/01990 PLACA BTO 8540

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 475,00 | 950,00 |
| 2 | 23534 | FAROL ONIBUS MB LO812 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 260,00 | 520,00 |
| 3 | 23535 | FAROL ONIBUS MB LO812 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 260,00 | 520,00 |
| 4 | 20527 | PARABRISA MICROONIBUS MB LO812 ANO 89/90 | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 4.200,00 | 4.200,00 |
| 5 | 20529 | VIDRO JANELA MICROONIBUS LO812 ANO 89/90 | FANAVID | UNIDADE | 20,00 | 170,00 | 3.400,00 |

TOTAL GERAL R$ 9.590,00 (Nove Mil Quinhentos e Noventa Reais)

LOTE: 17 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO ONIBUS MB IMPOLO VICINO ANO 2010/2010 PLACA NUG 5257

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 590,00 | 1.180,00 |
| 2 | 20530 | PARABRISA ONIBUS IMPOLOVICINO ANO 2010/2010 LE | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 3 | 20531 | VIDRO JANELA LATERAL ONIBUS IMPOLOVICINO ANO 2010/2010 LE | FANAVID | UNIDADE | 15,00 | 190,00 | 2.850,00 |

TOTAL GERAL R$ 7.030,00 (Sete Mil e Trinta Reais)

LOTE: 18 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO ONIBUS VW15.190 ANO 2011/2012 PLACA OAT 2761

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 540,00 | 1.080,00 |
| 2 | 23538 | LANTERNA TRAZEIRA ONIBUS VW 15.190 ANO 201/2011 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 250,00 | 500,00 |
| 3 | 23539 | LANTERNA TRAZEIRA ONIBUS VW 15.190 ANO 201/2011 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 250,00 | 500,00 |
| 4 | 20532 | PARABRISA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010/2011 | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 4.400,00 | 4.400,00 |
| 5 | 20533 | VIDRO JANELA ONIBUS VW 15.190 ANO 2010/2011 | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 170,00 | 170,00 |

TOTAL GERAL R$ 6.650,00 (Seis Mil Seiscentos e Cinqüenta Reais)

LOTE: 19 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO ONIBUS VW15.190 ANO 2012/2012 PLACA OBF 6918

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 720,00 | 1.440,00 |
| 2 | 23541 | LANTERNA DIANTEIRA ONIBUS VW 15.190 ANO 2012/2012 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 250,00 | 500,00 |
| 3 | 23540 | LANTERNA DIANTEIRA ONIBUS VW 15.190 ANO 2012/2012 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 250,00 | 500,00 |
| 4 | 20534 | PARABRISA ONIBUS IVECO CITY CLASS ANO 2012/2012 | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 4.170,00 | 4.170,00 |

TOTAL GERAL R$ 6.610,00 (Seis Mil Seiscentos e Dez Reais)

LOTE: 20 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO ONIBUS MARCO POLO VICINO ANO 2010 PLACA NPM 3321

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 590,00 | 1.180,00 |
| 2 | 23542 | FAROL ONIBUS IMPOLO VICINO ANO 2010 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 300,00 | 600,00 |
| 3 | 23543 | FAROL ONIBUS IMPOLO VICINO ANO 2010 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 300,00 | 600,00 |
| 4 | 23544 | LANTERNA ONIBUS IMPOLO VICINO ANO 2010 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 202,00 | 404,00 |
| 5 | 23545 | LANTERNA ONIBUS IMPOLO VICINO ANO 2010 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 202,00 | 404,00 |
| 6 | 20535 | PARABRISA ONIBUS | FANAVID | UNIDADE | 1,00 | 3.177,00 | 3.177,00 |

TOTAL GERAL R$ 6.365,00 (Seis Mil Trezentos e Sessenta e Cinco Reais)

LOTE: 22 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FIAT UNO MILLE WAY ECON ANO 2013 PLACA OBQ2289

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23547 | BORRACHA DA PORTA FIAT | UNIFLEX | UNIDADE | 4,00 | 57,00 | 228,00 |
| | | UNO 2013/2013 | | | | | |
| 2 | 23549 | BORRACHA DA TAMPA TRAZEIRA FIAT UNO 2013/2013 | UNIFELX | UNIDADE | 2,00 | 48,00 | 96,00 |
| 3 | 23548 | BORRACHA DO PARABRISA FIAT UNO 2013/2013 | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 63,00 | 126,00 |
| 4 | 23550 | CANALETA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 | UNIFLEX | UNIDADE | 4,00 | 105,00 | 420,00 |
| 5 | 23551 | FAROL FIAT UNO 2013/2013 LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 260,00 | 520,00 |
| 6 | 23552 | FAROL FIAT UNO 2013/2013 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 260,00 | 520,00 |
| 7 | 23553 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 EXTERNA LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 25,00 | 50,00 |
| 8 | 23554 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 EXTERNA LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 25,00 | 50,00 |
| 9 | 23555 | FECHADURA TAMPA TRAZEIRA UNO 2013/2013 | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 150,00 | 300,00 |
| 10 | 23556 | LANTERNA TRAZEIRA UNO 2013/2013 LD | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 336,25 | 672,50 |
| 11 | 23557 | LANTERNA TRAZEIRA UNO 2013/2013 LE | ARTEB | UNIDADE | 2,00 | 336,25 | 672,50 |
| 12 | 23559 | MAQUINA DO VIDRO UNO ANO 2013/2013 LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 95,00 | 190,00 |
| 13 | 23558 | MAQUINA DO VIDRO UNO ANO 2013/2013 LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 95,00 | 190,00 |
| 14 | 23562 | PARABRISA FIAT UNO 2013/2013 | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 340,00 | 680,00 |
| 15 | 23560 | RETROVISOR FIAT UNO 2013/2013 LD | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 175,00 | 350,00 |
| 16 | 23561 | RETROVISOR FIAT UNO 2013/2013 LE | METAGAL | UNIDADE | 2,00 | 175,00 | 350,00 |

TOTAL GERAL R$ 5.415,00 (Cinco Mil Quatrocentos e Quinze Reais)

LOTE: 23 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ9514

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO DOS ITENS | MARCA | UN | QTDE | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23577 | BORRACHA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ9514 LD | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 95,00 | 190,00 |
| 2 | 23576 | BORRACHA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ9514 LE | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 95,00 | 190,00 |
| 3 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | UNIFLEX | UNIDADE | 2,00 | 125,00 | 250,00 |
| 4 | 23574 | FAROL CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 155,00 | 310,00 |
| 5 | 23575 | FAROL CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 155,00 | 310,00 |
| 6 | 23578 | FECHADURA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LD EXTERNA | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |
| 7 | 23581 | FECHADURA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ9514 LD INTERNA | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |
| 8 | 23579 | FECHADURA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LE EXTERNA | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |
| 9 | 23580 | FECHADURA DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LE INTERNA | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 55,00 | 110,00 |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 23573 | LANTERNA TRAZEIRA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LD | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 68,00 | 136,00 |
| 11 | 23572 | LANTERNA TRAZEIRA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LE | FORT LUZ | UNIDADE | 2,00 | 68,00 | 136,00 |
| 12 | 23582 | MACANETA DO VIDRO CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LD | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 18,00 | 36,00 |
| 13 | 23583 | MACANETA DO VIDRO CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LE | UNIVERSAL | UNIDADE | 2,00 | 18,00 | 36,00 |
| 14 | 23569 | PARABRISA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 499,00 | 998,00 |
| 15 | 23570 | VIDRO DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 2002/2002 PLACA MBQ-9514 LD | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 225,75 | 451,50 |
| 16 | 23571 | VIDRO DA PORTA CAMINHAO MB 710 FURGAO ANO 002/2002 PLACA MBQ-9514 LE | PILKINGTON | UNIDADE | 2,00 | 225,75 | 451,50 |

TOTAL GERAL R$ 3.935,00 (Três Mil Novecentos e Trinta e Cinco Reais)

Preço Total da Proposta: R$ 104.200,00 (Cento e Quatro Mil e Duzentos Reais)

LOTE: 1 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO TOYOTA BANDEIRANTE PLACA JYP 1063

EMPRESA VENCEDORA: **OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 17.553.866/0001-22**

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Uni | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20194 | JG BORRACHA DA PORTA TOYOTA 92 | C.Frota | UNID | 2 | 99,00 | 198,00 |
| 2 | 20200 | BATENTE DA PORTA | Rei | UNID | 2 | 99,00 | 198,00 |
| 3 | 16953 | BORRACHA PARABRISA JEEP TOYOTA | C.Frota | UNID | 3 | 59,00 | 177,00 |
| 4 | 20201 | FAROL TOYOTA BANDEIRANTE | Cibié | UNID | 2 | 59,00 | 118,00 |
| 5 | 20197 | FECHADURA DA PORTA TOYOTA BANDEIRANTE LD | Avel | UNID | 2 | 142,00 | 284,00 |
| 6 | 20198 | FECHADURA DA PORTA TOYOTA BANDEIRANTE LE | Avel | UNID | 2 | 142,00 | 284,00 |
| 7 | 20199 | JG CANALETA DA PORTA TOYOTA BANDEIRANTE | C.Frota | UNID | 2 | 99,00 | 198,00 |
| 8 | 20202 | LANTERNA TRASEIRA TOYOTA BANDEIRANTE | Cibié | UNID | 2 | 60,00 | 120,00 |
| 9 | 20195 | MACANETA EXTERNA TOYOTA LD | Avel | UNID | 2 | 29,00 | 58,00 |
| 10 | 20196 | MACANETA EXTERNA TOYOTA LE | Avel | UNID | 2 | 29,00 | 58,00 |
| 11 | 16951 | PARABRISA TOYOTA 92 | Videx | UNID | 2 | 328,50 | 657,00 |
| TOTAL GERAL R$ 2.350.00 (Dois mil trezentos cinqüenta reais) | | | | | | | |

**LOTE: 2 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO L200 4X4 ANO 2001/2002 PLACA JZJ 6125**

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Un | Qtde | Valor Um | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20204 | COLA DE PARABRISA | 3 M | UN | 2 | 39,46 | 78,92 |
| 2 | 13550 | FAROL CAMINHONETE MITSUBISHI L200 | Cibié | UN | 2 | 250,47 | 500,94 |
| 3 | 20205 | LANTERNA TRASEIRA L200 | Cibié | UN | 2 | 110,10 | 220,20 |
| 4 | 20203 | PARABRISA L200 4 X4 | Vidrex | UN | 2 | 594,49 | 1,188,98 |
| 5 | 20206 | VIDRO DA PORTA DIANTEIRA L200 | Vidrex | UN | 2 | 280,48 | 560,96 |
| TOTAL GERAL R$ 2.550.00 (Dois mil quinhentos cinqüenta reais) | | | | | | | |

**LOTE: 3 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO TOYOTA HILLUX PLACA KAT 4231**

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Uni | Qtd | Valor Um | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20209 | COBERTURA DIANTEIRA TOYOTA HILLUX 2005 | Avel | UNID | 2 | 531,00 | 1,062,00 |
| 2 | 20212 | FAROL TOYOTA HILUX 2005 LD | Cibié | UNID | 2 | 858,96 | 1,717,92 |
| 3 | 20213 | FAROL TOYOTA HILUX 2005 LE | Cibié | UNID | 2 | 859,93 | 1,719,86 |
| 4 | 20215 | LANTERNA TRASEIRA YOYOTA HILLUX 2005 LD | Cibié | UNID | 2 | 433,00 | 866,40 |
| 5 | 20216 | LANTERNA TRASEIRA YOYOTA HILLUX 2005 LE | Cibié | UNID | 2 | 433,00 | 866,40 |
| 6 | 20207 | PARABRISA TOYOTA HILLUX 2005 | Vidrex | UNID | 2 | 714,00 | 1,429,16 |
| 7 | 20211 | PARACHOQUE TRASEIRA HILLUX 2005 | Bepo | UNID | 2 | 950,40 | 1,900,80 |
| 8 | 20210 | VIDRO PORAT DIANTEIRA | Vidrex | UNID | 2 | 403,73 | 807,46 |
| 9 | 20208 | VIDRO PORAT TRASEIRA HILLUX 2005 | Vidrex | UNID | 2 | 422,31 | 844,62 |
| 10 | 20214 | VIGIA TOYOTA HILLUX 2005 | Vidrex | UNID | 1 | 755,36 | 755,38 |
| TOTAL GERAL R$ 11.970.00(Onze mil novecentos e setenta reais) | | | | | | | |

LOTE: 4 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FIAT UNO MILLE ECONOMY ANO 2010/2011 PLACA NJV 2895

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Un | Qtde | Valor Unt | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 20262 | ASSOALHO FIAT UNO 2010/2011 LD | L.Mil | UM | 2 | 107,00 | 214,00 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 20263 | ASSOALHO FIAT UNO 2010/2011 LE | L.Mil | UN | 2 | 107,00 | 214,00 |
| 3 | 20246 | BORRACHA DA PORTA FIAT UNO 2010/2011 | Vidrex | UN | 2 | 49,70 | 99,40 |
| 4 | 20259 | BORRACHA PARABRISA FIAT UNO 2010/2011 | C.Frota | UN | 2 | 49,70 | 99,40 |
| 5 | 20258 | BORRACHA TAMPA TRAZEIRA UNO 2010/2011 | C.Frota | UN | 2 | 41,00 | 82,00 |
| 6 | 20247 | CANALETA DA PORAT FIAT UNO 2010/2011 | C.Frota | UN | 2 | 107,00 | 214,00 |
| 7 | 20253 | CAPO UNO 2010/2011 | L.Mil | UN | 2 | 810,17 | 1,620,34 |
| 8 | 2243 | COBERTURA DIANTEIRA FIAT UNO | L.Mil | UN | 1 | 210,00 | 210,00 |
| 9 | 20256 | COBERTURA TRAZEIRA FIAT UNO 2010/2011 | L.Mil | UN | 2 | 241,00 | 482,00 |
| 10 | 20248 | FAROL FIAT UNO 2010/2011 LD | Cibié | UN | 2 | 260,00 | 520,00 |
| 11 | 20249 | FAROL FIAT UNO 2010/2011 LE | Cibié | UN | 2 | 260,00 | 520,00 |
| 12 | 20254 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2010/2011 EXTERNA | Avel | UN | 2 | 21,00 | 42,00 |
| 13 | 20255 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2010/2011 INTERNA DIANTEIRA | Avel | UN | 2 | 21,00 | 42,00 |
| 14 | 20257 | FECHADURA TAMPA TRAZEIRA UNO 2010/2011 | Avel | UN | 2 | 151,00 | 302,00 |
| 15 | 20250 | LANTERNA TRAZEIRA FIAT UNO 2010/2011 | Cibié | UN | 2 | 195,00 | 390,00 |
| 16 | 15002 | MAQUINA DO VIDRO LE | Avel | UN | 2 | 79,00 | 158,00 |
| 17 | 15120 | MAQUINA DO VIDRO DIR | Avel | UN | 2 | 79,00 | 158,00 |
| 18 | 12011 | PAINEL FRONTRAL | Avel | UN | 1 | 350,00 | 350,00 |
| 19 | 7447 | PARABRISA UNO | Vidrex | UN | 2 | 342,08 | 684,16 |
| 20 | 20251 | PARALAMA DIANTEIRO UNO 2010/2011 LD | L.Mil | UN | 2 | 146,42 | 292,84 |
| 21 | 20252 | PARALAMA DIANTEIRO UNO 2010/2011 LE | L.Mil | UN | 2 | 150,42 | 300,84 |
| 22 | 20264 | RETROVISOR FIAT UNO 2010/2011 LD | Avel | UN | 2 | 113,00 | 226,00 |
| 23 | 20265 | RETROVISOR FIAT UNO 2010/2011 LE | Avel | UN | 2 | 114,00 | 228,00 |
| 24 | 20260 | VIDRO PORTA FIAT UNO 2010/2011 LD | Vidrex | UN | 2 | 139,00 | 278,00 |
| 25 | 20261 | VIDRO PORTA FIAT UNO 2010/2011 LE | Vidrex | UN | 2 | 139,00 | 278,00 |
| TOTAL GERAL R$ 8.005.00 (Oito mil cinco reais) | | | | | | | |

LOTE: 6 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FIAT UNO MILLE ANO 2008/2008 PLACA NJI9637

| Item | Código | Descrição | Marca | UNID | Quant | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2348 | BORRACHA DA PORTA | C.Frota | UN | 2 | 57,24 | 114,49 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | C.Frota | UN | 2 | 63,89 | 127,79 |
| 3 | 16952 | BORRACHA TAMPA TRAZ | C.Frota | PAC | 2 | 49,61 | 99,22 |
| 4 | 20296 | CANALETA DA PORAT FIAT UNO 2008/2008 | C.Frota | UN | 2 | 106,92 | 213,84 |
| 5 | 17998 | CAPO UNO | L.Mil | UN | 1 | 810,00 | 810,00 |
| 6 | 2243 | COBERTURA DIANTEIRA FIAT UNO | L.Mil | UN | 1 | 220,00 | 220,00 |
| 7 | 20303 | COBERTURA TRAZEIRA FIAT UNO | L.Mil | UN | 1 | 220,00 | 220,00 |
| 8 | 20297 | FAROL FIAT UNO 2008/2008 LD | Cibié | UN | 2 | 250,00 | 500,00 |
| 9 | 20298 | FAROL FIAT UNO 2008/2008 LE | Cibié | UN | 2 | 250,00 | 500,00 |
| 10 | 20301 | FECHADURA DA PORTA EXTERNA DIANTEIRA | L.Mil | UN | 4 | 26,06 | 104,22 |
| 11 | 20302 | FECHADURA DA PORTA INTERNA DIANTEIRA | L.Mil | UN | 4 | 32,62 | 130,47 |
| 12 | 20304 | FECHADURA TAMPA TRAZEIRA UNO | L.Mil | UN | 2 | 110,00 | 220,00 |
| 13 | 12411 | LANTERNA TRAZEIRA | Cibié | UN | 2 | 189,00 | 378,00 |
| 14 | 15002 | MAQUINA DO VIDRO LE | L.Mil | UN | 2 | 80,10 | 160,20 |
| 15 | 15120 | MAQUINA DO VIDRO DIR | L.Mil | UN | 2 | 80,10 | 160,20 |
| 16 | 12011 | PAINEL FRONTRAL | L.Mil | UN | 1 | 340,00 | 340,00 |
| 17 | 20293 | PARABRISA UNO 2008/2008 | Vidrex | UN | 2 | 353,84 | 707,67 |
| 18 | 20299 | PARALAMA DIANTEIRO UNO 2008/2008 LD | L.Mil | UN | 2 | 1,206,22 | 2412,44 |
| 19 | 20300 | PARALAMA DIANTEIRO UNO 2008/2008 LE | Vidrex | UN | 2 | 140,00 | 280,00 |
| 20 | 20294 | VIDRO PORTA FIAT UNO 2008/2008 LD | Vidrex | UN | 2 | 130,74 | 261,48 |
| 21 | 20295 | VIDRO PORTA FIAT UNO 2008/2008 LE | Vidrex | UN | 2 | 130,74 | 261,48 |
| TOTAL GERAL R$ 8.220.00 (Oito mil duzentos e vinte reais) | | | | | | | |

**LOTE: 14 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 PLACA KAP 7002**

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Unid | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | C.Frota | UN | 1 | 126,12 | 126,12 |
| 2 | 20430 | CANALETA PORTA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 LE | C.Frota | UN | 1 | 33,74 | 33,74 |
| 3 | 20432 | FECHADURA PORTA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 LD | Universal | UN | 1 | 415,47 | 415,47 |
| 4 | 20431 | FECHADURA PORTA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 LE | Universal | UN | 1 | 421,21 | 421,21 |
| 5 | 20427 | PARABRISA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 | Vidrex | UN | 1 | 541,46 | 541,46 |
| 6 | 20428 | VIDRO PORTA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 LD | Vidrex | UN | 1 | 241,00 | 241,00 |
| 7 | 20429 | VIDRO PORTA CAMINHAO FORD CARGO 2422 ANO 2008/2009 LE | Vidrex | UN | 1 | 241,00 | 241,00 |

| |
|---|
| TOTAL GERAL R$ 2.020.00(Dois mil e vinte reais) |

LOTE: 21 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FIAT UNO MILLE WAY ECON ANO 2013 PLACA OBQ2199

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Uni | Qtde | Valor Unit | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23547 | BORRACHA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 | C.Frota | UN | 4 | 61,97 | 247,88 |
| 2 | 23549 | BORRACHA DA TAMPA TRAZEIRA FIAT UNO 2013/2013 | C.Frota | UN | 2 | 52,19 | 104,38 |
| 3 | 23548 | BORRACHA DO PARABRISA FIAT UNO 2013/ 2013 | C.Frota | UN | 2 | 66,60 | 133,20 |
| 4 | 23550 | CANALETA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 | C.Frota | UN | 4 | 114,16 | 456,64 |
| 5 | 23551 | FAROL FIAT UNO 2013/2013 LD | Cibié | UN | 2 | 270,00 | 540,00 |
| 6 | 23552 | FAROL FIAT UNO 2013/2013 LE | Cibié | UN | 2 | 270,00 | 540,00 |
| 7 | 23553 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 EXTERNA LD | Universal | UN | 2 | 27,18 | 54,36 |
| 8 | 23554 | FECHADURA DA PORTA FIAT UNO 2013/2013 EXTERNA LE | Universal | UN | 2 | 27,18 | 54,36 |
| 9 | 23555 | FECHADURA TAMPA TRAZEIRA UNO 2013/2013 | Universal | UN | 2 | 133,09 | 266,18 |
| 10 | 23556 | LANTERNA TRAZEIRA UNO 2013/2013 LD | Cibié | UN | 2 | 300,00 | 600,00 |
| 11 | 23557 | LANTERNA TRAZEIRA UNO 2013/2013 LE | Cibié | UN | 2 | 330,00 | 660,00 |
| 12 | 23559 | MAQUINA DO VIDRO UNO ANO 2013/2013 LD | Universal | UN | 2 | 97,00 | 194,00 |
| 13 | 23558 | MAQUINA DO VIDRO UNO ANO 2013/2013 LE | Universal | UN | 2 | 97,00 | 194,00 |
| 14 | 23562 | PARABRISA FIAT UNO 2013/2013 | Vidrex | UN | 2 | 340,00 | 680,00 |
| 15 | 23560 | RETROVISOR FIAT UNO 2013/2013 LD | Bepo | UN | 2 | 170,00 | 340,00 |
| 16 | 23561 | RETROVISOR FIAT UNO 2013/2013 LE | Bepo | UN | 2 | 170,00 | 340,00 |
| TOTAL GERAL R$ 5.405.00 (Cinco mil quatrocentos e cinco reais) | | | | | | | |

LOTE: 24 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG 3431

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Un | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23587 | BORRACHA DA PORTA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 | C.Frota | UN | 2 | 368,87 | 737,74 |
| 2 | 2231 | BORRACHA DO PARABRIZA | C.Frota | UN | 2 | 194,22 | 388,43 |
| 3 | 23588 | FAROL VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 LD | Cibié | UN | 2 | 907,05 | 1,814,10 |
| 4 | 23589 | FAROL VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 LE | Cibié | UN | 2 | 907,05 | 1,814,10 |
| 5 | 23585 | FECHADURA DA PORTA LATERAL DA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 EXTERNA | Universal | UN | 2 | 614,36 | 1,228,72 |
| 6 | 23586 | FECHADURA DA PORTA LATERAL DA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 INTERNA | Universal | UN | 2 | 517,86 | 1,035,72 |
| 7 | 23591 | LANTERNA TRAZEIRA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 LD | Cibié | UN | 2 | 956,73 | 1.913,46 |
| 8 | 23590 | LANTERNA TRAZEIRA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 LE | Cibié | UN | 2 | 956,73 | 1.913,46 |
| 9 | 23584 | PARABRISA VAN GRAN TOPIC ANO 2012/2013 PLACA OBG-3431 | Vidrex | UN | 2 | 2, 022,15 | 4.044,30 |
| TOTAL GERAL R$ 14.890.00 (Quatorze mil oitocentos noventa reais) | | | | | | | |

LOTE: 25 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FORD/F1000 4X4 ANO 1995 PLACA JYH6203

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Uni | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23597 | BORRACHA DA PORTA DA FORD F1000 4X4 ANO 1995 LD/LE | C.Frota | UN | 2 | 96,76 | 193,52 |
| 2 | 23593 | FAROL FORD F1000 4X4 ANO 1995 LD | Cibié | UN | 1 | 322,34 | 322,34 |
| 3 | 23594 | FAROL FORD F1000 4X4 ANO 1995 LE | Cibié | UN | 1 | 322,34 | 322,34 |
| 4 | 23601 | FECHADURA DA PORTA FORD F1000 4X4 ANO 1995 EXTERNA LE | Universal | UN | 2 | 97,85 | 195,70 |
| 5 | 23603 | FECHADURA DA PORTA FORD F1000 4X4 ANO 1995 INTERNA LD | Universal | UN | 1 | 97,85 | 97,85 |
| 6 | 23602 | FECHADURA DA PORTA FORD F1000 4X4 ANO 1995 INTERNA LE | Universal | UN | 1 | 97,85 | 97,85 |
| 7 | 23598 | FECHADURA DO CAPU DA FORD F1000 4X4 ANO 1995 | Universal | UN | 2 | 195,70 | 391,40 |
| 8 | 23596 | LANTERNA TRAZEIRA FORD F1000 4X4 ANO 1995 LD | Cibié | UN | 1 | 191,66 | 191,66 |
| 9 | 23595 | LANTERNA TRAZEIRA FORD F1000 4X4 ANO 1995 LE | Cibié | UN | 1 | 191,29 | 191,29 |
| 10 | 23599 | MACANETA DO VIDRO FORD F1000 4X4 ANO 1995 LD/LE | Avel | UN | 2 | 11,96 | 23,92 |
| 11 | 5143 | PALHETA P/BRISA UNIVERSAL | Avel | UN | 1 | 48,93 | 48,93 |
| 12 | 23592 | PARABRISA FORD F1000 4X4 ANO 1995 | Vidrex | UN | 1 | 563,20 | 563,20 |
| TOTAL GERAL R$ 2.640.00 (Dois mil seiscentos quarenta reais) | | | | | | | |

LOTE: 26 AQUISICAO DE PEÇAS E ACESSORIOS PARA VEICULO FORD RANGER XL 13 P ANO 2007/2008 PLACA NJO 9370

| Item | Código | Descrição dos Itens | Marca | Uni | Qtde | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 23609 | BORRACHA DA PORTA DA FORD RANGER XL ANO 2007/2008 LD/LE | C.Frota | UN | 8 | 157,84 | 1262,78 |
| 2 | 23613 | FAROL DA FORD RANGER XL ANO 2007/2008 LD | Cibié | UN | 2 | 496,89 | 993,78 |
| 3 | 23612 | FAROL DA FORD RANGER XL ANO 2007/2008 LE | Cibié | UN | 2 | 556,48 | 1,112,96 |
| 4 | 23604 | FECHADURA DA PORTA FORD RANGER ANO 2007/ 2008 INTERNA LD | Universal | UN | 4 | 380,00 | 1,520,00 |
| 5 | 23605 | FECHADURA DA PORTA FORD RANGER ANO 2007/ 2008 INTERNA LE | Universal | UN | 4 | 380,00 | 1,520,00 |
| 6 | 23608 | FECHADURA DO CAPU DA FORD RANGER XL ANO 2007/2008 | Universal | UN | 2 | 391,40 | 782,80 |
| 7 | 23610 | LANTERNA TRAZEIRA FORD RANGER XL ANO 2007/ 2008 LD | Cibié | UN | 2 | 357,23 | 714,46 |
| 8 | 23611 | LANTERNA TRAZEIRA FORD RANGER XL ANO 2007/ 2008 LE | Cibié | UN | 2 | 357,23 | 714,46 |
| 9 | 23607 | MACANETA DO VIDRO FORD RANGER XL ANO 2007/ 2008 LD/LE | Avel | UN | 4 | 19,56 | 78,24 |
| 10 | 5143 | PALHETA P/BRISA UNIVERSAL | Avel | UN | 2 | 51,92 | 103,84 |
| 11 | 23606 | PARABRISA FORD RANGER XL ANO 2007/2008 | Videx | UN | 2 | 488,49 | 976,68 |
| TOTAL GERAL R$ 9.780.00 (Nove mil setecentos oitenta reais) | | | | | | | |

Preço Total da Proposta: R$ 67.830,00 (Sessenta sete mil oitocentos e trinta reais)

Nova Santa Helena - MT, 03 de junho de 2016.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 013/2016**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2016

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT

Comissão de Apoio

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, CONFORME ITENS RELACIONADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 013/2016, cujo objeto acima identificado, foi homologado em favor das empresas: TURINI & TURINI LTDA-ME, inscrita no CNPJ 10.357.498/0001-06 no valor de: R$ 104.200,00 (Cento e quatro mil e duzentos reais) e OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA-ME, inscrita no CNPJ 17.553.866/0001-22 no valor de: R$ 67.830,00 (Sessenta e sete mil oitocentos e trinta reais). Nova Santa Helena – MT, 03 de junho de 2016, FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003/2016**

PREGÃO PRESENCIAL: N° 004/2016 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2016

VALIDADE: 12(doze) meses oficiais

VIGÊNCIA: 02 de março de 2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E REALOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS TIPO SPLIT, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

| EMPRESA VENCEDORA: HEULER AROLDO COSTA BALESTRA inscrita sob CNPJ n° 21.056.068/0001-62 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UND. | QTDE | PR. UNIT. | PR. TOTAL |
| 1 | 24243 | CANO DE COBRE DE 1/2 X 1/4, COM MANGUEIRA ESPONJOSA, FIO E FITA | METRO | 115,00 | R$ 71,00 | R$ 8. 165,00 |
| 2 | 24242 | CANO DE COBRE DE 3/8 X 1/4, COM MANGUEIRA ESPONJOSA, FIO E FITA | METRO | 115, 00 | R$ 69,00 | R$ 7. 935,00 |
| 3 | 24244 | CANO DE COBRE DE 5/8 X 1/4, COM MANGUEIRA ESPONJOSA, FIO E FITA | METRO | 115, 00 | R$ 82,00 | R$ 9. 430,00 |
| 4 | 24245 | CANO DE COBRE DE 5/8 X 3/8, COM MANGUEIRA ESPONJOSA, FIO E FITA | METRO | 105,00 | R$ 80,00 | R$ 8. 400,00 |
| 5 | 24246 | CAPACITOR DE 20 AMPERES | UNIDADE | 53,00 | R$ 62,00 | R$ 3. 286,00 |
| 6 | 24247 | CAPACITOR DE 25 AMPERES | UNIDADE | 41,00 | R$ 65,00 | R$ 2. 665,00 |
| 7 | 24248 | CAPACITOR DE 30 AMPERES | UNIDADE | 46,00 | R$ 75,00 | R$ 3. 450,00 |
| 8 | 24249 | CAPACITOR DE 35 AMPERES | UNIDADE | 46,00 | R$ 89,00 | R$ 4. 094,00 |
| 9 | 24215 | PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO PARCIAL DE AR | SERV | 75,00 | R$ 102,00 | R$ 7. 650,00 |
| 10 | 24226 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 33,00 | R$ 120,00 | R$ 3. 960,000 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | 24227 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 25,00 | R$ 130,00 | R$ 3.250,00 |
| 12 | 24228 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 25,00 | R$ 135,00 | R$ 3.375,00 |
| 13 | 24229 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 21,00 | R$ 155,00 | R$ 3.255,00 |
| 14 | 24224 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 13,00 | R$ 130,00 | R$ 1.690,00 |
| 15 | 24225 | PRESTACAO DE SERVICOS DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO | SERV | 18,00 | R$ 125,00 | R$ 2.250,00 |
| 16 | 24220 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 26,00 | R$ 257,00 | R$ 6.682,00 |
| 17 | 24221 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 31,00 | R$ 267,00 | R$ 8.277,00 |
| 18 | 24222 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 26,00 | R$ 270,00 | R$ 7.020,00 |
| 19 | 24223 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 24,00 | R$ 327,00 | R$ 7.848,00 |
| 20 | 24218 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 20,00 | R$ 249,00 | R$ 4.980,00 |
| 21 | 24219 | PRESTACAO DE SERVICOS DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 23,00 | R$ 254,00 | R$ 5.842,00 |
| 22 | 24217 | PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO COMPLETA DE APARELHO | SERV | 74,00 | R$ 120,00 | R$ 8.880,00 |
| 23 | 24232 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 18,00 | R$ 262,00 | R$ 4.716,00 |
| 24 | 24233 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 26,00 | R$ 292,00 | R$ 7.592,00 |
| 25 | 24234 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 23,00 | R$ 345,00 | R$ 7.935,00 |
| 26 | 24235 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 23,00 | R$ 427,00 | R$ 9.821,00 |
| 27 | 24230 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 8,00 | R$ 267,00 | R$ 2.136,00 |
| 28 | 24231 | PRESTACAO DE SERVICOS DE REALOCACAO DE AR CONDICIONADO TIPO | SERV | 20,00 | R$ 285,00 | R$ 5.700,00 |
| 29 | 24238 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 12.000 | SERV | 42,00 | R$ 177,00 | R$ 7.434,00 |
| 30 | 24239 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 18.000 | SERV | 39,00 | R$ 208,00 | R$ 8.112,00 |
| 31 | 24240 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 24.000 | SERV | 34,00 | R$ 210,00 | R$ 7.140,00 |
| 32 | 24241 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 30.000 | SERV | 31,00 | R$ 215,00 | R$ 6.665,00 |
| 33 | 24236 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 7.500 BTUS | SERV | 19,00 | R$ 175,00 | R$ 3.325,00 |
| 34 | 24237 | RECARGA DE GAS R22 PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT DE 9.000 BTUS | SERV | 28,00 | R$ 175,00 | R$ 4.900,00 |

TOTAL R$ 197.860,00 (cento e noventa e sete mil oitocentos e sessenta reais).

Nova Santa Helena - MT, 02 de março de 2016.

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO ATA DESERTA PREGÃO PRESENCIAL 016/2016**

**A PREFEITURA DE NOVA SANTA HELENA INFORMA QUE A LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 016/2016, REFERENTE À** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, NAS DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS A SEREM REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER; que estava previsto para acontecer no dia 03/06/2016 foi declarada como DESERTA – vez que não houve empresas interessadas no certame. FRANCIANE PAULATTI, PREGOEIRA OFICIAL. Nova Santa Helena/MT, 03 de junho de 2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

**EDITAL COMPLEMENTAR 08/2016**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016**

**EDITAL COMPLEMENTAR 08/2016**

**EDITAL PROVISÓRIO, CONTENDO NOTAS E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.**

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. **Valdenir José dos Santos**, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo nº 001/2016, que no uso de suas atribuições, vem por meio deste Tornar Público a **RELAÇÃO DE CANDIDATOS, RESULTADO GERAL – PROVISÓRIO DAS PROVAS OBJETIVAS** do Processo Seletivo Simplificado 001/2016**.** Desta forma, fica valendo a data do dia 06/06/16 para a Interposição de recursos referente ao Edital Provisório, sendo a prova escrita e classificação.

**1 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**NUTRICIONISTA – ENSINO SUPERIOR C/REGISTRO PROFISSIONAL – 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Jackellyne Bastos Dias | 10,0 | APROVADA |
| 2º | Kalinka Ayumi Sogabe | 6,0 | CLASSIFICADA |

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PEQUENO ANJO**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Maria Selia Freitag de Abreu Jacobs | 6,5 | APROVADA |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2º | Suzana Suderich Ribeiro | 6,5 | APROVADA |
| 3º | Deborah Mickelly Kurtz | 6,0 | CLASSIFICADA |
| 4º | Lidiana Santos Guimarães | 5,5 | CLASSIFICADA |
| 5º | Marta Costa Viana | 0,0 | AUSENTE |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM - NÍVEL MAGISTÉRIO**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/ CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Lilian Alves Pereira Silva Gomes Mileu | 7,0 | APROVADA |

**AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Angela Maria Rodrigues | 9,0 | APROVADA |
| 2º | Sara de Almeida Viturino | 9,0 | CLASSIFICADA |
| 3º | Gracielia Sousa Carvalho | 8,5 | CLASSIFICADA |
| 4º | Louisy Kreff Albino São Miguel | 8,5 | CLASSIFICADA |
| 5º | Marcia Tavares | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 6º | Marilza Silva Souza | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 7º | Jaine dos Santos Silva | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 8º | Jéssica Arieli dos Santos Moraes | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 9º | Andreia Cristina Menegac Ribeiro | 6,5 | CLASSIFICADA |
| 10º | Liliane Gonçalves de Almeida | 6,5 | CLASSIFICADA |
| 11º | Angela Silva Nascimento de Oliveira | 6,0 | CLASSIFICADA |
| 12º | Francisca de Melo Teixeira | 5,5 | CLASSIFICADA |
| 13º | Vanderléia Bessa Michelotto | 5,5 | CLASSIFICADA |
| 14º | Débora Cristina Santos da Silva | 5,0 | CLASSIFICADA |
| 15º | Lucia do Vale Raposo | 4,5 | REPROVADO |
| 16º | Giovana da Silva Quintino | 4,5 | REPROVADO |
| 17º | Andrielly Pereira Quirino | 4,0 | REPROVADO |
| 18º | Maria Sonia Nogueira de Almeida | 3,5 | REPROVADO |
| 19º | Ana Paula Alves Botega | 0,0 | AUSENTE |
| 20º | Janete Terezinha Zimmermann | 0,0 | AUSENTE |
| 21º | Joyce Esteves | 0,0 | AUSENTE |

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – DOIS PINHEIRO**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Jocasta Maria Scandiussi | 7,0 | APROVADA |
| 2º | Jocilene Coradi Viccari | 5,0 | CLASSIFICADA |

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – EUGÊNIO JOSÉ ANTÔNIO PINESSO**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 40HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Sandra Santana da Silva | 5,0 | APROVADA |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 40HS/SEM - NÍVEL MAGISTÉRIO**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Adaias da Silva Jorge | 7,0 | APROVADO |
| 2º | Elismar Barbosa Rodrigues Bandeira | 6,0 | CLASSIFICADA |
| 3º | Miquéias Gonçalves de Sousa | 5,5 | CLASSIFICADO |

**AUXILIAR DE MAGISTÉRIO (AUX. DE SALA) - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Vanderleia Marques Fonseca | 9,5 | APROVADO |
| 2º | Jesse Alves Vieira | 9,0 | APROVADO |
| 3º | Simone de Oliveira Gonçalves | 8,5 | APROVADO |
| 4º | Antônia Beatriz Ferreira da Silva | 8,0 | APROVADO |
| 5º | Mauriane Martins Cunha | 7,5 | APROVADO |
| 6º | Alcione Madalena de Souza | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 7º | Maria Deygla Santos Sousa | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 8º | Cremilde Moraes dos Santos | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 9º | Ana Paula Gomes Costa | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 10º | Kezia Jayane Apolinário da Silva | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 11º | Ezequias da Silva Jorge | 5,0 | CLASSIFICADO |
| 12º | Cleide Alves de Almeida | 4,5 | REPROVADO |
| 13º | Ilmara do Nascimento Rodrigues | 4,0 | REPROVADO |
| 14º | Maria de Sousa Santos | 4,0 | REPROVADO |
| 15º | Edilene Sousa de Jesus | 3,0 | REPROVADO |

**AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO – 40HS/SEM.**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Sheilla Parreira Dias | 7,0 | APROVADO |
| 2º | Jessica da Silva Quintino | 0,0 | AUSENTE |

**ZELADORA 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Eldenice Guimarães da Conceição | 10,0 | APROVADO |
| 2º | Esmeralda Edessi de O. Gonçalves | 9,5 | APROVADO |
| 3º | Marinete Sampaio da Silva | 9,0 | CLASSIFICADA |
| 4º | Josiane Rodrigues de Lima | 9,0 | CLASSIFICADA |
| 6º | Graciely da Silva Ribeiro de Araújo | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 7º | Mauricelia da Silva Oliveira | 7,5 | CLASSIFICADA |
| 8º | Roseane Borges Guajajara | 6,0 | CLASSIFICADA |
| 9º | Jéssica Pereira da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 10º | Nilza Maria da Silva Gomes | 0,0 | AUSENTE |

**MERENDEIRA 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Maria Antônia de M. de A. da Silva | 10,0 | APROVADA |
| 2º | Rosana Hortência Santana | 9,5 | APROVADA |
| 3º | Jocilene Martins dos Reis | 8,5 | CLASSIFICADA |
| 4º | Ceiliana Andrade de Sousa | 8,0 | CLASSIFICADA |
| 5º | Clarice Rosa da Silva | 7,5 | CLASSIFICADA |
| 6º | Auridéia Cunha França | 7,0 | CLASSIFICADA |
| 7º | Ana Maria Santos Nascimento Silva | 5,0 | CLASSIFICADA |

**ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Maria Gorete Alves Teles | 7,0 | APROVADA |
| 2º | Francisca Pereira dos Santos | 5,0 | CLASSIFICADA |
| 3º | Alcione de Jesus Lima | 0,0 | AUSENTE |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Fernanda Polachini da Silva | 8,0 | APROVADA |
| 2º | Flavia Sousa Lopes | 7,5 | CLASSIFICADA |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Vanusa Leia Verni | 7,5 | APROVADA |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2º | Lucilene da Silva | 7,0 | CLASSIFICADA |

**ESCOLA MUNICIPAL ENTRE RIOS**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Kempes Bidoia Farias | 7,0 | APROVADO |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Jocelei Lents | 8,0 | APROVADA |
| 2º | Hugo Batista Silva | 5,5 | CLASSIFICADO |

**AUXILIAR DE MAGISTÉRIO (AUX. DE SALA) - 20HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Giselda Lopes da Silva Ribeiro | 8,0 | APROVADO |
| 2º | Angelice Santos de Magalhães | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 3º | Deisi Tatiani Roesler | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Leticia Almeida dos Anjos | 2,5 | REPROVADO |

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Domingos Ventura Damasceno | 10,0 | APROVADO |
| 2º | Flauberth Maranhão Damasceno | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 3º | Jaqueline Campagnoni | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Antônio Oliveira dos Santos | 9,0 | CLASSIFICADO |

**ESCOLA MUNICIPAL PROFª. VERA LUCIA SCHMIDT**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Miriam Braatz | 5,0 | APROVADA |

**MOTORISTA (CADASTRO RESERVA) – 40HS/SEM.**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Nathan Henrique Heuert | 0,0 | AUSENTE |

**AUXILIAR DE MAGISTÉRIO (AUX. DE SALA - CADASTRO RESERVA) - 20HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Elessandra Herich | 8,0 | APROVADO |
| 2º | Simone Hirch Schindler | 7,5 | APROVADO |
| 3º | Samara Cervi | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Gisele Lopes da Silva | 0,0 | AUSENTE |

**ESCOLA MUNICIPAL ÁGUA LIMPA**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Rosa Maria Fernandes de Souza | 7,5 | APROVADA |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 40HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ |
|---|---|---|---|
| | | | AUSENTE |
| 1º | Giovane da Silva Almeida | 5,0 | APROVADO |
| 2º | Irene da Silva | 5,0 | CLASSIFICADA |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Luciene Sousa de Carvalho | 7,5 | APROVADA |

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40HS/SEM.**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Flavia Cunha França | 9,0 | APROVADA |

**ESCOLA MUNICIPAL CACHOEIRA DO RONURO**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Francisco Antônio de Lima Morais | 7,5 | APROVADO |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 20HS/SEM**

**ENSINO SUPERIOR – LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Tais Aline Lagemann | 7,0 | APROVADA |

**ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA TUPARÁ**

**AUXILIAR DE MAGISTÉRIO – AUXILIAR DE SALA 20HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Kutsarapy Kamaiura | 0,0 | AUSENTE |

**ZELADORA 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Yapi Txikão Trumai | 5,0 | APROVADA |

**ESCOLA MUNICIPAL 13 DE MAIO**

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40HS/SEM.**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Rute Fried Galdino de Oliveira | 9,5 | APROVADA |
| 2º | Silvaneide Dias Moreira | 9,5 | CLASSIFICADA |
| 3º | Claudete Dias | 9,0 | CLASSIFICADA |

**ESCOLA MUNICIPAL LORINDO PEDRO BASSO**

**MERENDEIRA – 40HS/SEM.**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Antônia Maura Bandeira Barbosa | 8,0 | APROVADA |

**ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ÁLVARES CABRAL**

**AUXILIAR DE MAGISTÉRIO (AUX. DE SALA) - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Derli Solange Zorzi | 0,0 | AUSENTE |
| 2º | Hila Mirela Vieira Martins | 0,0 | AUSENTE |

**2 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**MENOR APRENDIZ – SEDE - 20HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Jessica Maria Sales Santos | 10,0 | APROVADA |
| 2º | Anna Julia Piccini Zimmermann | 10,0 | APROVADA |
| 3º | Evelin Jachovski | 9,5 | APROVADA |
| 4º | Elian Rodrigues Alves | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 5º | Emily Gutierres Pereira | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 6º | Maria Cristina Triches Baumgarten | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 7º | Vitor Vinicius de Sousa Ferreira | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 8º | Brenda Nascimento do Carmo | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 9º | Ademar Henrique Centenaro | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 10º | Erica Quadra Silva | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 11º | Raiane Aragão Bett | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 12º | Welton Ribeiro Junior | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 13º | Priscila Adriane Mondstock Perão | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 14º | Valterlan Araújo dos Santos | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 15º | Lucas Maia | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 16º | Paula Muniz Silva | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 17º | Tainá Leticia Tennroller | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 18º | Vitor Adão Freitas | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 19º | Lais Araújo Zulim | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 20º | Leandro de Oliveira Silva | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 21º | Daiane Rosa Oliveira | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 22º | David Teske | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 23º | Bianca Gabriela Ferreira dos Santos | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 24º | Yasmin Roman Ross | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 25º | Vanessa Vitória Guimarães Lopes | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 26º | Sandra Gabrieli Luterek Tonelli | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 27º | Anderson Luiz Rzartki | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 28º | Diego Meira Carriel | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 29º | Vitória Gonçalves Esteves Netto | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 30º | Osiel Valente Ribeiro | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 31º | Gloria Maria Cardoso da Silva | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 32º | Filiphe Pedro Dias Oliveira | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 33º | Laura Aparecida Martins de Jesus | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 34º | Geremias Santana Rodrigues | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 35º | Cassio Luiz Vronski | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 36º | Wesley Bellato Feijó | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 37º | Camila dos Santos Rodrigues | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 38º | Etimar Fernando dos Santos | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 39º | José Eduardo Oliveira Marques Soliani | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 40º | Juninho de Melo Wiltte | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 41º | Alan Nascimento das Neves | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 42º | Stefany Renata Cruz Oliveira | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 43º | Maycon Guilherme da Silva Winck | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 44º | Karen Pereira Alves | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 45º | Marcelo Antônio Schreiner | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 46º | Gabriel Sousa Rodrigues do Prado | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 47º | Everton José Deponti | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 48º | Eliseu Chaves Barros | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 49º | Yago Martins de Oliveira | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 50º | Cesar Augusto Pareira | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 51º | Anderson Santos da Silva | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 52º | Kaue Cunha França | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 53º | Vinicius Pena Fiel Bett | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 54º | Fabiana Maria da Silva Costa | 4,5 | REPROVADO |
| 55º | Carlos Manoel Benicio de Carvalho | 3,5 | REPROVADO |
| 56º | Rosimar Santos Silva | 0,5 | REPROVADO |
| 57º | Ana Carolina Rodrigues Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 58º | Ana Carla Cavalhero da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 59º | Ariani dos Reis Sousa | 0,0 | AUSENTE |
| 60º | Beatriz dos Santos Pereira | 0,0 | AUSENTE |
| 61º | Daniel Sotel dos Santos | 0,0 | AUSENTE |
| 62º | Everton Batista Fernandes | 0,0 | AUSENTE |
| 63º | Guilherme Belotto | 0,0 | AUSENTE |
| 64º | João Vitor Mendes Ribeiro | 0,0 | AUSENTE |
| 65º | José Vinicius Pereira Alves | 0,0 | AUSENTE |
| 66º | Maria Gabrieli Oliveira | 0,0 | AUSENTE |
| 67º | Maria Rita Araújo Ribas | 0,0 | AUSENTE |
| 68º | Rafael da Silva Rodrigues | 0,0 | AUSENTE |
| 69º | Vinicius Eduardo de O. Marques Soliani | 0,0 | AUSENTE |

**VIGIA – SEDE- (CADASTRO RESERVA) 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Gislaine Ferreira Limas | 10,0 | APROVADA |
| 2º | José Manoel dos Santos | 10,0 | CLASSIFICADO |
| 3º | Ana Aparecida de Oliveira | 10,0 | CLASSIFICADA |
| 4º | Janes Moura dos Santos | 10,0 | CLASSIFICADO |
| 5º | Elivânia Matos dos Santos | 9,5 | CLASSIFICADA |
| 6º | Varlei Somini da Silva | 9,5 | CLASSIFICADO |
| 7º | Berenice Viana dos Santos | 8,5 | CLASSIFICADA |
| 8º | Antônio Valdecir Rosa | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 9º | Clemarcia da Silva | 7,5 | CLASSIFICADA |
| 10º | José Uires Martins dos Santos | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 11º | Airan Tabosa dos Santos | 0,0 | AUSENTE |
| 12º | Aroldo de Oliveira Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 13º | Bruno Ferreira Meneses | 0,0 | AUSENTE |
| 14º | Cicero Cirino de Moura | 0,0 | AUSENTE |
| 15º | Denis Guilherme Carvalho da Rosa | 0,0 | AUSENTE |
| 16º | Edineia Aniceto Batista | 0,0 | AUSENTE |
| 17º | Geneci Machado | 0,0 | AUSENTE |
| 18º | Leandro Lima Rocha | 0,0 | AUSENTE |
| 19º | Michael Douglas Medeiros da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 20º | Miriam Wiltte Antunes | 0,0 | AUSENTE |
| 21º | Rodrigo Nonato da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 22º | Rosane Machado | 0,0 | AUSENTE |

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – DISTRITO ENTRE RIOS - 40HS/ SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Magrid Schulz Lagemann | 10,0 | APROVADA |
| 2º | Natali Cristina da Silva | 10,0 | CLASSIFICADO |

**ENCANADOR – SEDE - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Marcos Antônio Segovia Pereira | 8,5 | APROVADO |
| 2º | Antônio Sergio Silva Marinho | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 3º | Leandro Moreira de Souza | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Franclin dos Santos Ribeiro | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 5º | Cezar Augusto Facco | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 6º | Ademir Nogueira da Silva | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 7º | Anderson Carvalho Alves | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 8º | Marcelo Antunes Santos | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 9º | Edinei Rafael Morais | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 10º | Silvério Cicero Maciel | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 11º | Elias Laurentino de Oliveira | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 12º | Fernando Rosa Ferreira dos Ramos | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 13º | Daniel Lorenço | 0,0 | AUSENTE |
| 14º | Gerfeson de Melo Souza | 0,0 | AUSENTE |
| 15º | Gilsinei Facco | 0,0 | AUSENTE |
| 16º | Patricia Furtunato da Silva | 0,0 | AUSENTE |

**3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

**ASSITENTE SOCIAL – ENSINO SUPERIOR (ATUAR EM DISTRITOS) - 30HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Irismar Pereira Lemos Gehlen | 7,0 | APROVADO |
| 2º | Marqueli Souza Carvalho | 5,0 | CLASSIFICADA |

**CUIDADOR SOCIAL - 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Silvana Nunes da Silva Leite | 8,0 | APROVADO |
| 2º | Franciele Américo Hartmann | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 3º | Delmar Luan Hartmann | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Jucimar dos Santos Almeida | 5,5 | CLASSIFICADO |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 5º | Luciana Dias Fagundes | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 6º | Graciele Gonçalves Vieira | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 7º | Ana Cristina Pereira dos Santos | 4,0 | REPROVADO |
| 8º | Eldirena Maria Alves de Carvalho | 0,0 | AUSENTE |
| 9º | Elivan Barbosa Rodrigues Konrath | 0,0 | AUSENTE |
| 10º | Joselia dos Santos Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 11º | Sandra Martins de Souza | 0,0 | AUSENTE |
| 12º | Tatiane da C. Nascimento | | |

**4 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**EDUCADOR FÍSICO – SEDE – 20HS/SEM – ENSINO SUPERIOR**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Micael Verona Dias Macedo | 5,5 | APROVADO |
| 2º | David Rodrigo Noleto de Sousa | 5,5 | CLASSIFICADO |

**VIGIA – DISTRITO ENTRE RIOS – 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Wagner Joney Klatt Pedrozo | 10,0 | APROVADO |
| 2º | Celio Moreira | 5,0 | CLASSIFICADO |

**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO – DISTRITO PARQUE ÁGUA LIMPA 40HS/SEM**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Cleide Aparecida de Araújo | 8,0 | APROVADO |
| 2º | Jessica Almeida da Silva | 7,5 | CLASSIFICADO |

**PSICÓLOGA – SEDE – 40HS/SEM – ENSINO SUPERIOR**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Cheila Franceli Banfi | 8,0 | APROVADO |
| 2º | Luciana Vieira Marcelino | 0,0 | AUSENTE |

**TÉCNICO EM RAIO X – SEDE – 20HS/SEM – CURSO TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Aline da Costa Nascimento | 7,0 | APROVADO |
| 2º | Quele Cristina Reis Gimenes | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 3º | Felipe da Cruz Reis Ribeiro | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 4º | Cirlene Lemes Aguiar da Costa | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 5º | Rosimar Aparecida Lubawski Serodio | 0,0 | AUSENTE |
| 6º | Wilson Magro Filho | 0,0 | AUSENTE |

**AGENTE DE CONTROLE ADMINISTRATIVO – SEDE – 40HS**

| | CANDIDATO (A) | PONTUAÇÃO PROVA | AP/RP/CLASS/ AUSENTE |
|---|---|---|---|
| 1º | Marcia dos Ramos da Silva | 9,5 | APROVADO |
| 2º | Lucilane de Jesus Lima | 9,0 | APROVADO |
| 3º | Rosenice Bispo Dias | 9,0 | APROVADO |
| 4º | Juliana de Lurdes Vizoli | 9,0 | CLASSIFICADO |
| 5º | Angélica Gonçalves Medina | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 6º | Lucimara Josiany Spuldar | 8,5 | CLASSIFICADO |
| 7º | Vilailde Santana de Sousa | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 8º | Camila Pinto de Oliveira | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 9º | Emilia Cristina Leite | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 10º | Fernanda Valério do Nascimento | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 11º | Edenilso Rodrigo da Rosa | 8,0 | CLASSIFICADO |
| 12º | Glaucia Cristina Rezende Alves | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 13º | Clarisse Pereira | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 14º | Tania Cristina Soares Pateis | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 15º | Luana Maria Schanne | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 16º | Evanilde Apª. dos Santos Carvalho | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 17º | Patricia Correia Ferreira | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 18º | Leila Francielle Franco Bispo | 7,5 | CLASSIFICADO |
| 19º | Lucineide da Silva Moraes | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 20º | Marlene Lopes de Araújo | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 21º | Dyeny Aldeany Almeida | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 22º | Gleidyene Lorana Rodrigues Santos | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 23º | Fabieli de Brito | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 24º | Nubia Aparecida Adriano | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 25º | Clesio Viana Leocadio | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 26º | Thais Teles Soares | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 27º | Keila Daiane Fonseca | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 28º | Rafael Bacelar Oissa | 7,0 | CLASSIFICADO |
| 29º | Daniel Santos Diniz | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 30º | Marcos Vinicius Souza dos Anjos | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 31º | Ana Paula Carlos da Silva | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 32º | Bruno Brito dos Anjos | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 33º | Marcia Fogliato | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 34º | Tania Mara Bett Fuga | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 35º | Thayna Rubia Oliveira de Campos | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 36º | Marilucia de Oliveira Mendes | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 37º | Maria Caroline Morais Silva | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 38º | Cleonir Jefter Correa | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 39º | Rosicler Alves da Silva | 6,5 | CLASSIFICADO |
| 40º | Nelson Antônio Heuert Junior | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 41º | Vinicius Michelan Neves | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 42º | Temístocles Mattos | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 43º | Marlene da Silva | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 44º | Sara Caroline das Neves Silva | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 45º | Antônia Marques da Silva | 6,0 | CLASSIFICADO |
| 46º | Elaine Gomes Misael | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 47º | Maria Regina Pereira da Silva | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 48º | Marcos Vinicius Reis Gimenes | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 49º | Edinéia Barbosa da Silva | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 50º | Maria Aparecida Botelho Feijó | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 51º | Welisson Menegac Ribeiro | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 52º | Paulo Lucas Vieira Freitas | 5,5 | CLASSIFICADO |
| 53º | Francisca da Chagas Vieira Araújo | 4,5 | REPROVADO |
| 54º | Marilene dos Santos Silva | 4,5 | REPROVADO |
| 55º | Terezinha das Neves Silva | 4,5 | REPROVADO |
| 56º | Nadia Maria dos Santos Silva | 4,5 | REPROVADO |
| 57º | Thiago Jacob França | 4,0 | REPROVADO |
| 58º | Bianca de Jesus Gomes | 3,5 | REPROVADO |
| 59º | Ana Paula Ribeiro da Silva | 3,0 | REPROVADO |
| 60º | Antônio Marcos de Matos | 0,0 | AUSENTE |
| 61º | Antônio Marcos Vieira da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 62º | Aritana da Silva Nunes | 0,0 | AUSENTE |
| 63º | Camila Elis de Ávila | 0,0 | AUSENTE |
| 64º | Edson Marcos Correia | 0,0 | AUSENTE |
| 65º | Elcilene Rodrigues Rego Leite | 0,0 | AUSENTE |
| 66º | Gilson Barbosa da Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 67º | Gisele Terezinha Mendes | 0,0 | AUSENTE |
| 68º | Joselina dos Santos Enoré | 0,0 | AUSENTE |
| 69º | Luciana Ronning | 0,0 | AUSENTE |
| 70º | Margarete Tatiane Brito de Sousa | 0,0 | AUSENTE |
| 71º | Maria Julia Oliveira Ribeiro | 0,0 | AUSENTE |
| 72º | Maria Lucivania da Silva de Souza Silva | 0,0 | AUSENTE |
| 73º | Marli Barboza | 0,0 | AUSENTE |

Nova Ubiratã, MT – 03 de Junho de 2016.

***VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS***

***Prefeito Municipal***

***AUREA DA SILVA DE MATTOS***

**Presidente da Comissão de Elaboração e Aplicação**

**Teste Seletivo 001/2016**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

**PREFEITURA/LICITACAO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2016**
**PROCESSO N.º 012/2016**

**A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria 028/2016, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei 10.520/

02, Decreto Municipal 039/13 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93. **Objeto: Aquisição de equipamentos diversos e mobiliário para atender as Unidades Básicas de Saúde,** conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital**.** Inicio da sessão: **Dia 20/06/2016,** ás **14h00min**, horário local, através do portal da CNM no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Os interessados em adquirir cópia do edital, deverão solicitar informações no fone (66) 3559-1900, nos endereços de email licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br e licitacaonhn@hotmail.com, disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 03 de Junho de 2016.

***JULIANO GAMBA***

*Pregoeiro*

**PREFEITURA/LICITACAO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2016**
**PROCESSO N.º 011/2016**

**A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria 028/2016, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 039/13 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93. **Objeto: Aquisição de veículo automotor zero km, ano/modelo 2016, bicombustível em atendimento a vigilância em saúde,** conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital**.** Inicio da sessão: **Dia 20/06/2016,** ás **08h00min**, horário local, através do portal da BLL no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br. Os interessados em adquirir cópia do edital, deverão solicitar informações no fone (66) 3559-1900, nos endereços de email licitacao@novohorizontedonorte.mt.gov.br e licitacaonhn@hotmail.com, disponível também no site oficial deste município, sito www.novohorizontedonorte.mt.gov.br.

Novo Horizonte do Norte - MT, 03 de Junho de 2016.

***JULIANO GAMBA***

*Pregoeiro*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 30/2016**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT**, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 16 de Junho de 2016**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme descrito no edital e anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **07h30 às 08h00**. Os envelopes de Proposta e Documentos de Habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **08h00 (Brasília) do dia 16 de Junho de 2016. OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REFORMA DE PINTURA GERAL DE UNIDADES DE SÁUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME PLANO DE TRABALHO. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT. **RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.prefeituranovosaojoaquim.com.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158. **Novo São Joaquim - MT, 03 de Junho de 2016.**

**VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial**

**DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 10/2016**

**DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovado no Processo Seletivo Público Nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT e dá outras providências."

O Sr. **Leonardo Farias Zampa**, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições legais:

Considerando a Homologação do resultado final do Processo Seletivo Público Nº. 001/2016, através do Decreto Nº. 024/2016 de 05 de Abril de 2016, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 06 de abril de 2016;

Considerando a necessidade do provimento de Operador de Máquinas.

Considerando o disposto no item 19.1 do Edital do Processo Seletivo Público Nº. 001/2016.

Considerando o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim – MT;

**CONVOCA:**

**Art. 1° -** Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 001/2016 – Médico Clinico.

**Cargo: Médico Clinico**

| NOME DO CANDIDATO | PONTUAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|
| José Carlos Muniz | 4,6 | 1º |

**Art. 2º -** Os candidatos deverão se apresentar no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, Nº. 77 Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fone: (66-3479-1158/3479-1850/3479-1676) no período de **02/06/2016 à 16/06/2016**, no horário de 07hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min., com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP

08 – Certidão de quitação eleitoral;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidora da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

12 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

13 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

14 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

16 - Declaração contendo endereço residencial ou comprovante de endereço;

17 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

18 - Declaração de Bens;

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

20 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação

21- Carteira de Habilitação Categoria Específica para o cargo

22 – Conta Corrente Banco do Brasil

**Art. 3º -** Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

**Art. 4º -** Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo.

**Art. 5º -** Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de Convocação ficará revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.

**Art. 6º -** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, ao dois dias do mês de Junho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Pref. Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

### LICITAÇÃO
### RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 44/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Locação de Caminhões Pipa** para atender o Distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga**, ambos em bom estado de conservação e motorista incluso e Locação de 01(uma) Van com no mínimo 15 lugares, Climatizada, teto alto, maximo 02 anos de uso, destinado ao transporte de pacientes (ida e volta) de Paranatinga para Cuiabá e Rondonópolis,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde. Empresas vencedoras **EDGAR JERONIMO DE MENEZES - ME – R$ 151.200,00 - L. D. BATISTA - ME - R$ 96.000,00 - NILCE HENRIQUE VENANCIO 95963537134 – R$ 96.000,00 - ROGERIO FREITAS STEIN – ME - R$ 96.000,00.** Em 03 de Junho de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

## OUVIDORIA MUNICIPAL
### EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 004/2016 – DIVULGA ALTERAÇÕES AO EDITAL DE ABERTURA 001/2016 APÓS ERRATAS

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 004/2016 – DIVULGA ALTERAÇÕES AO EDITAL DE ABERTURA 001/2016 APÓS ERRATAS**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016**

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 002/2016 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e a supressão de itens do Edital nº 001/2016 do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, para atender à legislação que autoriza o Processo Seletivo Simplificado 002/2016;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1327 de 29 de abril de 2016, autoriza somente as Secretarias Municipais de Administração, Obras e Infraestrutura e Saúde a realizarem Processo Seletivo Simplificado, não se fazendo-se presente na Lei ora citada, a autorização para que as Secretarias Municipais e Educação e Assistência Social realizem Processo Seletivo Simplificado. Sendo assim;

RESOLVE estabelecer e TORNAR PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado de Provas Objetivas, para o ingresso em seu quadro temporário de pessoal para a Secretaria de Obras e Infraestrutura para os cargos constantes do presente edital, de acordo com as disposições deste edital.

T O R N A R P Ú B L I C O

I. DO OBJETO

O Presente Edital estabelece as instruções especiais destinadas à realização de Processo de Seleção, por meio de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para fins de suprimento de vagas para cobertura de Afastamentos, Licenças Prêmio, Licenças Maternidade, Férias, Licença por motivos de Saúde e Cadastro de Reserva de cargos em caráter temporário, e dá outras providências como segue:

II. DAS VAGAS

| Cargo | Vagas | Vagas PCD | Vencimento | C. H. Semanal | Tipo de Provas | Requisitos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Urbano | Campo | Indígena | | | | | | | | |
| Etnia Bacairi | Etnia Xavante | Etnia Ikpeng | | | | | | | | |
| Agente de Mão de Obra Pesada | 40 | - | - | - | - | 04 | 880,00 | 40 | Prova Objetiva | Ensino Fundamental incompleto |
| Agente De Limpeza Pública II - Coletor de Lixo | 12 | - | - | - | - | 01 | 880,00 | 40 | Prova Objetiva | Ensino Fundamental incompleto |
| Operador de Máquinas | 02 | - | - | - | - | - | 1.337,47 | 40 | Prova Objetiva | Ensino Fundamental incompleto e CNH habilitação "D". |

III. DAS INSCRIÇÕES 3.1. As inscrições serão realizadas, pessoalmente ou por procuração no período compreendido entre 30 de maio de 2016 até o dia 10 de Junho de 2016, das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta, na Secretaria Municipal de Assistência Social de Paranatinga, situada na

Avenida Brasil, 1991, Centro – Paranatinga/MT. Onde o Candidato deverá comparecer munido do **ANEXO II DEVIDAMENTE PREENCHIDO** e dos documentos originais juntamente com os documentos abaixo relacionados: 3.1.1. Fotocópia legível de documento oficial de identificação com fotografia; 3.1.2. Considera-se documento oficial de identificação Registro Geral (RG), Carteira de Habilitação com foto, Carteira de Trabalho e Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação. 3.1.3. Fotocópia legível do Cadastro Pessoa Física (C.P.F.); 3.2. Só poderão inscrever-se os interessados que preencham o seguinte requisito: 3.2.1. Ter idade igual ou superior a 18 anos; 3.3. O pedido de inscrição será indeferido para os candidatos que não satisfizerem as exigências impostas por este edital. 3.4. As taxas de Inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão impressas das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta no Departamento de Tributação e Cadastro, sendo que serão cobradas para: Ensino Fundamental Incompleto o valor de R$ 20,00 (vinte reais). 3.5. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato e função escolhida. 3.6. Não haverá inscrição condicional, nem tampouco por correspondência. 3.7. Não serão aceitas, sob nenhuma hipótese, inscrições com pendências. 3.8. As inscrições admitidas serão homologadas e publicadas no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site da Prefeitura Municipal de Paranatinga - www.paranatinga.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios AMM - Associação dos Municípios Matogrossenses - www.diariomunicipal.com.br/amm-mt até o dia 15 de junho de 2016. 3.9. A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo candidato, verificada a qualquer tempo, o eliminará do Processo Seletivo Simplificado. IV. DA ISENÇÃO E DA TAXA DE INSCRIÇÃO 4.1. Os pedidos de isenção de taxa de inscrição deverão ser entregues no local das inscrições, somente nos dias 30 e 31 de maio de 2016; 4.2. Poderá ser concedida isenção de taxa de inscrição ao candidato que: 4.2.1. Estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadúnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007. 4.2.2. For membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e nos termos da Lei Estadual nº 8.795/2008. 4.2.3. For doador de sangue regular nos termos da Lei Estadual nº 7.713/2002. 4.3. A isenção de que trata o item 4.1 deste Edital deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato devidamente preenchido, contendo: I. Indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico. II. Declaração de que é membro de família de baixa renda. III. Cópia da carteira/comprovante de doador de sangue, se for o caso de doador de sangue. 4.4. O Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição deverá ser entregue no ato da inscrição, juntamente com a declaração de que trata o inciso II ou o comprovante que trata o inciso III, do item 4.3 deste Edital, deverá ser entregue no período estabelecido neste Edital. 4.4.1. O preenchimento do formulário de Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição (**ANEXO IX** deste Edital) e a declaração de que o candidato é membro de família de baixa renda é de inteira responsabilidade do candidato. 4.4.2. Todos os itens do requerimento deverão ser devidamente preenchidos, sob pena de seu indeferimento. 4.5. A Comissão do Processo Seletivo Simplificado consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. 4.6. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato. Declarações falsas acarretarão sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 06 de setembro de 1979. 4.7. A relação oficial dos pedidos de isenção deferidos será divulgada no dia 03 de junho de 2016, no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site da Prefeitura Municipal de Paranatinga - www.paranatinga.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios AMM - Associação dos Municípios Matogrossenses - www.diariomunicipal.com.br/amm-mt. 4.8. A interposição de recursos relativo ao indeferimento do pedido de isenção será no dia 02 de junho de 2016 nos locais das inscrições, cujo funcionamento para atendimento relativo ao Processo Seletivo Simplificado será de segunda-feira a sexta-feira das 13:00 às 17:00 horas, não sendo consideradas reclamações verbais. 4.9. Os candidatos que tiverem o seu pedido de isenção indeferido poderão participar desse Processo Seletivo, desde que procedam da forma estabelecida no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, deste Edital. 4.10. Os candidatos que tiverem o seu pedido de isenção deferido, não será necessário efetuar o pagamento da taxa de inscrição. V. DAS INSCRIÇÕES PARA PcD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) 5.1. As Pessoas com Deficiência, candidatos ao certame deverão: 5.1.1. Anexar no momento da inscrição o Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID. 5.1.2. Solicitar no momento da inscrição prova especial, mediante requerimento (**ANEXO V** deste Edital). 5.2. A não solicitação de prova especial eximirá a comissão de qualquer providência. 5.3. Às Pessoas Com Deficiência será aplicada a Lei Complementar nº 114/2002, do Estado de Mato Grosso, que assim dispõe:

“Art. 21 - Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público estadual para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 10% (dez por cento) em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.”.

5.4. Às Pessoas com Deficiência, candidatos ao certame será aplicada também o Decreto Federal 3298/1999, Decreto Federal 5296/2004, a Lei nº 7853/1989. VI. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO 6.1. Compete ao candidato: 6.1.1. Acompanhar todas as publicações feitas no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site da Prefeitura Municipal de Paranatinga - www.paranatinga.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios AMM - Associação dos Municípios Matogrossenses - www.diariomunicipal.com.br/amm-mt. 6.1.2. Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, função para qual se inscreveu e local da realização da prova. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato, através de oficio com a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado; 6.1.3. O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência; 6.1.4. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado. VII. DAS PROVAS 7.1. O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital consistirá de prova objetiva. As provas objetivas realizar-se-ão no dia 19 de junho de 2016, às 8h (horário local), nas dependências das escolas municipais e ou estaduais segundo a distribuição dos candidatos feita de acordo com a relação de confirmação das inscrições. 7.2. A duração da prova objetiva será de até "3" (três) horas e o candidato deverá comparecer ao local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação com foto, comprovante do pagamento da inscrição e caneta esferográfica transparente azul ou preta. **7.3.** O local da prova objetiva será divulgado no Edital de Homologação das inscrições conforme descrito no **ANEXO I.** 7.4. Os portões do local serão abertos às 6:45 horas e fechados às 7:30 horas impreterivelmente; 7.5. Ao chegar ao local de realização da prova objetiva, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela. 7.6. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após o horário determinado. 7.7. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados. 7.8. O candidato será eliminado do Processo Seletivo

Simplificado, caso: 7.8.1. Apresentar-se após o horário estabelecido para o fechamento dos portões; 7.8.2. Apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto; 7.8.3. Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado; 7.8.4. Não apresentar um dos documentos de identificação exigidos nos termos do Edital; 7.8.5. Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal; 7.8.6. Forem surpreendidos em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos; 7.8.7. Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (celulares, pagers, tablets, relógios digitais, etc.); 7.8.8. Estiver com qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação ligado (celulares, pagers, tablets, relógios digitais, etc.); 7.8.9. Não devolver integralmente o material solicitado; 7.8.10. Rasurar ou danificar o Cartão de Resposta; 7.8.11. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade; 7.8.12. A ausência de assinatura do candidato no cartão resposta implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade; 7.9. Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis. 7.10. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas nas dependências do local de aplicação da prova. 7.11. Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos. 7.12. A candidata que tiver que amamentar durante a realização das provas, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança. 7.13. O candidato deverá permanecer no mínimo por uma hora em sala após o início das provas sob pena de eliminação, exceto para ir ao banheiro, tomar água ou amamentar. 7.14. No ato da realização da prova objetiva, será fornecido o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas, que ao término da provas, deverá ser devolvido ao fiscal somente o cartão resposta, podendo o candidato após 60 (sessenta) minutos do início da prova levar consigo o Caderno de Questões. 7.15. Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do Cartão de Respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova. 7.16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas e assinada a ata de ocorrência. 7.17. Os conteúdos programáticos estão dispostos no **ANEXO III**. 7.18. O presente Processo Seletivo Simplificado terá as seguintes etapas: **I. II. III. IV. V. VI. VII. 7.1. 7.2. 7.3. 7.4. 7.5. 7.6. 7.7. 7.8. 7.9. 7.10. 7.11. 7.12. 7.13. 7.14. 7.15. 7.16. 7.17. 7.18.** 7.18.1. **DA PROVA OBJETIVA 7.18.1.1.** A prova objetiva apresentará questões de múltipla escolha, com uma única alternativa correta, de caráter classificatório. **7.18.1.2.** A prova será valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos inteiros de aproveitamento, de acordo com o conteúdo programático previsto no **ANEXO III. 7.18.1.3.** A Prova Objetiva será composta de 20 (vinte) questões objetivas, com o valor de 0,5 (cinco) décimos cada, abrangendo as seguintes áreas do Conhecimento:

| **ENSINO FUNDAMENTALIN COMPLETO** | | | |
|---|---|---|---|
| | **CARGOS:** | | |
| **Cargos** | **Conteúdos** | **Quantidade de Questões** | **Valor das Questões** |
| - Agente de Mão de Obra Pesada; - Agente De Limpeza Pública II **-** Coletor de Lixo - Operador de Máquinas; | Língua Portuguesa | 10 | 5,00 |
| Matemática | 05 | 2,50 | |
| Conhecimentos Gerais e Legislação | 05 | 2,50 | |
| Soma Total da Prova Objetiva | 20 | 10,0 | |

VIII. DA CLASSIFICAÇÃO 8.1. Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, os critérios de desempate serão os seguintes: a) 1º - Tiver maior idade; b) 2º - Obtiver maior nota na modalidade de Língua Portuguesa; c) 3º - Obtiver maior nota na modalidade de Conhecimentos Gerais e Legislação; d) 4º - Sorteio público. IX. DA REPROVAÇÃO 9.1. Será considerado reprovado o candidato que não alcançar 10% (dez por cento) do total de pontos da prova objetiva. X. DO RESULTADO 10.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será publicado no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site da Prefeitura Municipal de Paranatinga - www.paranatinga.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios AMM - Associação dos Municípios Matogrossenses - www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, de acordo com a data prevista no **ANEXO I.** XI. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 11.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil contado a partir da data de sua publicação, de acordo com a data prevista no **ANEXO I**. 11.2. Do resultado provisório da Prova Objetiva caberá recurso escrito para a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação, de acordo com a data prevista no **ANEXO I**. 11.3. O parecer emitido pela Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 01 (um) dia útil do recebimento do pedido do candidato, de acordo com a data prevista no **ANEXO I**. 11.4. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado. 11.5. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato. XII. DO PRAZO DE VALIDADE E DA CONTRATAÇÃO E DA RECONTRATAÇÃO 12.1. Este Processo Seletivo Simplificado é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua homologação, prazo este prorrogável uma vez por igual período, por expressa determinação do Senhor Prefeito Municipal de Paranatinga. 12.2. A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, não ultrapassando o dia 31 de Dezembro de 2016, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas as partes e, para provimento nas Secretarias Municipais da Administração Pública Municipal. 12.3. A recontratação do candidato se dará a qualquer tempo, durante a validade do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, ou no período de sua prorrogação se for o caso, de acordo com a necessidade do Poder Público Municipal. XIII. DO REGIME JURÍDICO 13.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo Contratual, ou seja, serão regidos pela Lei Municipal nº 106/2005, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público. XIV. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO 14.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em conformidade com o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais. XV. DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS 15.1. O provimento das vagas ocorrerá no ano de 2016. 15.2. A aprovação do candidato não garante a contratação no cargo para o qual se habilitou, estando a mesma condicionada à necessidade das Secretarias Municipais da Administração Pública. 15.3. Os candidatos classificados, excedentes às vagas atualmente existentes, serão mantidos em cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das convocações na Imprensa Oficial do Município ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado. 15.4. Os candidatos aprovados e convocados terão 03 (três) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar a seguinte documentação

para sua contratação: a) 02 fotos 3x4 recentes. b) 02 Cópias: I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; II. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais); III. Certidão de Nascimento ou Casamento; IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VI. Comprovante/atestado de matrícula do semestre corrente no Curso de Graduação - Pedagogia, Serviço Social, Psicologia a partir do 5º período para o cargo de Orientador Pedagógico; VII. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; VIII. Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista. c) Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP. d) Certidão de quitação eleitoral. e) Certidão Negativa Civil e Criminal. f) Declaração de bens. g) Declaração de não acúmulo de cargo público. h) Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho. i) Cópia do CPF dos pais (mãe e pai) e de todos os filhos. XVI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 16.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Organizadora do Processo Seletivo Simplificado. 16.2. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação. 16.3. Fazem parte deste edital os **ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII.**

Paranatinga, 02 de junho de 2016.

**V**ILSON **P**IRES

***P**REFEITO **M**UNICIPAL*

**L**UCIANA **A**RAUJO **A**NDRADE

***P**RESIDENTE DA **C**OMISSÃO **P**ERMANENTE **O**RGANIZADORA DO **P**ROCESSO **S**ELETIVO **S**IMPLIFICADO 002/2016*

**ANEXO I - CRONOGRAMA ESTIMADO**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

| ESPECIFICAÇÃO* | DATAS/PERÍODOS |
|---|---|
| Publicação do edital | 27/05/2016 |
| Período de inscrições | 30/05/2016 a 10/06/2016 |
| Período de isenção | 30/05/2016 a 31/05/2016 |
| Publicação da isenção deferida e indeferida | 01/06/2016 |
| Interposição de recursos | 02/06/2016 |
| Publicação do resultado da interposição de recursos mediante edital de homologação das isenções deferidas e indeferidas | 03/06/2016 |
| Publicação do edital das inscrições deferida e indeferidas | 13/06/2016 |
| Interposição de recursos | 14/06/2016 |
| Publicação do resultado de interposição de recursos mediante edital de homologação das inscrições e divulgação do local da prova. | 15/06/2016 |
| Realização das provas (Os portões do local de prova serão abertos às 6:45 horas e fechados às 7:30 horas) | 19/06/2016 |
| Divulgação do gabarito | 20/06/2016 |
| Publicação do edital provisório, contendo:<br>Candidatos aprovados na prova; Classificação dos candidatos. | 24/06/2016 |
| Interposição de recursos referente ao edital provisório referente a prova escrita e classificação. | 27/06/2016 |
| Publicação do resultado da avaliação dos recursos, resultado definitivo as provas e homologação do Processo Seletivo Simplificado | 28/06/2016 |

*As publicações serão feitas publicadas no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site da Prefeitura Municipal de Paranatinga - www.paranatinga.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios AMM - Associação dos Municípios Matogrossenses - www.diariomunicipal.com.br/amm-mt,.

**ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Número da Inscrição: _____

Cargo Pretendido:_____

Nome do Candidato: _____

Naturalidade:_____ Estado:_____

CPF:_____ Identidade:_____ Órgão Emissor: _____

UF: _____ Emissão: ___/___/____

Sexo: Masc. ( ) Fem: ( ) Data de Nasc.:____/____/____

Escolaridade: _____Habilitação:_____

Endereço: _____ Nº.: _____

Bairro: _____Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone:_____

PcD: SIM ( ) NÃO ( ) Tipo: _____

Cópia do Diploma de Graduação ou Certificado de Conclusão com Histórico Escolar ( )

Venho por meio do presente, solicitar inscrição para o Teste Seletivo Simplificado - Edital nº. 002/2016, apresentando documentação exigida e responsabilizando-me pelas informações contidas nesta ficha de inscrição.

Paranatinga-MT, em ____/_____ de 2016.

_____ _____

ASSINATURA DO CANDIDATO ASSINATURA DO ATENDENTE

_____

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA/MT**

**TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 002/2016**

**FICHA DE INSCRIÇÃO - CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Número da Inscrição: _____

Nome do Cargo: _____

Nome do Candidato: _____

RG: _____ CPF: _____

Paranatinga-MT, em ____/_____ de 2016.

_____ _____

ASSINATURA DO CANDIDATO ASSINATURA DO ATENDENTE

**ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

Conteúdo comum aos cargos de requisitos mínimos do Nível Fundamental Incompleto

| Disciplina | Conteúdos |
|---|---|
| Língua Portuguesa | Ortografia (escrita correta das palavras), Divisão silábica, Pontuação, Acentuação Gráfica, Flexão do substantivo (gênero - masculino e feminino), Número - (singular e Plural) e Interpretação de Texto. |
| Matemática | Sistema de numeração. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, Números reais: adição, subtração, multiplicação, divisão. Problemas envolvendo situações da vida prática. |
| Conhecimentos Gerais | Fatos, atualidades e conhecimentos históricos, geográficos, econômicos e culturais de Paranatinga-MT, do Estado de Mato Grosso e Brasil. |

**ANEXO IV – ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

| | |
|---|---|
| Agente de Mão de Obra Pesada | Executar atividades com enxada, enxadão, pás, picaretas, marretas, alavancas, na manutenção e conservação de estradas; cursos d'águas; limpezas de bueiros; esgotos; escoadouros de águas das estradas; fazer valetas entre outros serviços similares; desenvolver outros serviços gerais que exijam força física; desempenhar outras atividades manuais. |
| Agente de Limpeza Pública II (coletor de lixo) | Efetuar trabalhos rotineiros de coleta de lixo, fazendo uso dos equipamentos necessários para sua proteção; tomar cuidado ao atravessar a rua assim como ao subir e descer do caminhão; cuidar do equipamento sob sua responsabilidade, comunicar ao seu chefe as ocorrências. |
| Operador de máquinas | Conduzir, trator de esteira, trator misto, trator de pneu, pá carregadeira, motoniveladora ou equipamento automotor destinado a movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplanagem, de construção ou de pavimentação se conduzidas em vias públicas, acionando os comandos de marcha e direção; ser responsável pelo veículo à sua disposição zelando pela limpeza, manutenção e conservação; conhecimentos básicos de mecânica e eletricidade de autos; conduzir o veículo de acordo com as leis de trânsito; será da responsabilidade do condutor toda infração que for aferida; executar outras atividades correlatas. QUALIFICAÇÃO EXIGIDA: Ensino Fundamental incompleto e CNH habilitação "D". |

**ANEXO V - REQUERIMENTO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PcD**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

Nome do candidato: _____

Nº. da inscrição:_____

Cargo Pretendido:_____

Vem REQUERER vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, apresentando LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de necessidade de que é portador:_____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo:_____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).

[_] NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

[_] NECESSITA DE PROVA ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento. (Datar e assinar)

Assinatura _____

**ANEXO VI - REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA INSCRIÇÃO**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

Identificação do Candidato

Candidato:_____

Telefone: _____RG: _____

Cargo:_____

Prova: _____

O presente recurso refere-se a:

( ) Nome não constante da lista geral dos inscritos;

( ) Nota Prova Objetiva

( ) Atendimento Especial

( ) Outros (especificar): _____

Justificativa do candidato:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

____/____/_____ Assinatura do Candidato _____

Somente serão analisados recursos protocolados dentro dos prazos previstos e de acordo com o Edital; Os recursos deverão ser escritos em letra de forma, ou digitados ou datilografados. No caso de recurso referente às questões das provas objetiva e prática, o candidato deverá apresentar argumentação lógica e consistente, devendo ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.

_____

**PROTOCOLO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO DE RECURSO.**

CANDIDATO:_____

CARGO:_____ ÁREA: _____

INSCRIÇÃO N° _____

| | |
|---|---|
| Recebido em ____ de _____ de 2016 | _____ Responsável pelo recebimento |

**ANEXO VII - REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA PROVA**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

À Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

CANDIDATO: _____ INSCRIÇÃO N° _____

CARGO:_____ NÍVEL: _____

ATENÇÃO:

1. Deverá ser preenchido em letra legível, um formulário para cada Componente da prova;

2. Indicar:

O Componente da prova;

O número da questão, alternativa objeto do recurso;

O gabarito divulgado;

A resposta do candidato;

Componente da prova: _____

Número da questão:

( ) Gabarito divulgado:

( ) Resposta do candidato:

( ) Argumentação do candidato:

_____

_____

_____

_____

_____

Assinatura: _____

Parecer da Comissão: ( ) Deferido ( ) Indeferido

Assinaturas: _____

_____

_____

**PROTOCOLO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO DE RECURSO QUANTO A PROVA.**

CANDIDATO: _____

CARGO:_____ ÁREA: _____

INSCRIÇÃO N° _____

| | |
|---|---|
| Recebido em ____ de _____ de 2016 | _____ Responsável pelo recebimento |

**ANEXO VIII – REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2016**

**INTEGRANTE DO EDITAL N° 002/2016**

Eu,_____, Portador (a) do CPF nº:_____, RG nº: _____,SSP_____, Sexo _____ Data de Nascimento:_____/_____/_____,

Nome da Mãe: _____ _____, venho solicitar, ISENÇÃO do pagamento da taxa de inscrição do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, por motivos de:

_____

_____

_____ .

Paranatinga-MT, em ____ de _____ de 201____.

_____

Assinatura do (a) candidato (a)

**LICITAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DE EDITAL – EDITAL 15/2016 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Pregão Presencial 15/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, torna público para conhecimento dos interessados a Retificação da Dotação Orçamentária: **Onde se lê:** 1214 – Manut. Do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB - 4490.30.00.00.00 – Material de Consumo..... (789);

**Leia-se:** 2114 – Manut. Do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB - 4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações ..... (791).

Em 03 de Junho de 2016, Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 33/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Ferragens, Ferramentas, Materiais de Consumo e Construção para manutenção dos**

**prédios públicos,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e demais secretarias do Município de Paranatinga-MT.Empresas vencedoras **C. G. N. DE OLIVEIRA COMERCIO - EPP – R$ 2.408.634,70 - DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME - R$ 68.936,30 - MUDAR COMERCIO DE MAT.CONST.FERRAN.E EPIS LTDA EPP - R$ 91.990,00 - MULTI COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP - R$ 304.419,90 - V. M. DE CARVALHO OLIVEIRA – ME - R$ 3. 201.000,00.** Em 03 de Junho de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

**LICITAÇÃO**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 38/2016**

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Serviços de Recapagens de Pneus, para uso na frota de veículos e máquinas do Município**, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Obras e Infraestrutura (**FETHAB**) de Paranatinga-MT. Empresas vencedoras **AGRO E TRUCK´S RENOVADORA DE PNEUS LTDA – R$ 197.470,00 - JOSE MARGREITER - ME - R$ 260.680,00 - PNEUS VIA NOBRE LTDA – R$ 20.800,00.** Em 03 de Junho de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2016**

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.** | |
| **MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA 001/2016** | **DATA 30/ 05/2016** |
| **CONTRATADO: ASSOC DOS AGRICULT ASSENTADOS NO VALE DO SÃO DOMINGOS.** | |
| **OBJETO: Contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básicos públicos matriculados nas escolas municipais de Pedra Preta/MT, verba FNDE/PNAE.** | |
| **VALOR: R$ 184.827,23** | **VIGÊNCIA: 31/12/2016** |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**RETIFICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 003/2016**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 108, de 29 de Janeiro de 2016, torna público a retificação da publicação do AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 003/2016**, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso – Ano XI - Edição 2454, Pagina 406 do dia 12 de Abril de 2016. Onde-se-lê** "PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016", **ler-se-á** "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2016". Peixoto de Azevedo-MT 02 de Junho de 2016.

**EMERSON NUNES FREITAS**

**Pregoeiro**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

**AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016. PROCESSO Nº 031/2016

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **TP Nº 005/2016,** Tipo Menor Preço. **Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ CONSTRUÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA DENOMINADA NOSSA SENHORA APARECIDA NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA*-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 186/2013/SECID, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E A PREFEITURA DE PLANALTO DA SERRA-MT,** com realização prevista para o dia **21/06/2016 ás 13:30 hs (horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101. **JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA- PRESIDENTE DA CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

**CÂMARA MUNICIPAL**
**DECRETO**

**D E C R E T O Nº 001/2016.**

**PRORROGA O CONCURSO PÚBLICO REFERENTE AO EDITAL 001/ 2014 REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **GONÇALO BEIJO DA COSTA NUNES**, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno da Casa,

**Considerando** os termos do item 9.1 do Edital nº 001/2014, referente à validade do concurso;

**Considerando** a necessidade do chamamento de candidatos aprovados no referido certame, em decorrência de carência de pessoal ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública;

**Considerando** o prazo legal determinado pela Constituição Federal no art. 37, incisos III e IV que dispõe acerca da prorrogação do Concurso Público em vigor;

**Considerando** o disposto no Decreto de nº 003 de 03 de junho de 2014 no seu art. 1º que trata da homologação do Concurso Público, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano IX nº 1986, FL 328.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º Fica prorrogado o Concurso Público, concernente ao Edital 001/2014, por igual período de 02 (dois) anos a contar a partir de 04 de junho de 2016, objetivando o preenchimento de cargos vagos que foram disponibilizados, para atender o interesse público da administração.**

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE**

Câmara Municipal de Poconé/MT, 03 de junho de 2016.

Vereador Gonçalo Beijo da Costa Nunes

Presidente

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

**SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO**
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2016**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Pontal do Araguaia-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que o processo administrativo de **INEXIGIBILIDADE** nº **001/2016**, que teve por Objeto: Contratação de Show Musical Nacional com a Dupla Guilherme e Santiago para a data de 16/06/2016, para a abertura da 16ª Temporada de Praia - Praia da Arara 2016, atendendo o Convênio nº 830927/2016-MTUR. Empresa: **2HC. ROSA PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA R$ 120. 000,00**(cento e vinte mil reais).

Pontal do Araguaia-MT, 03 de junho de 2016.

**CLAYTON CHAVES DE OLVIEIRA**

**Presidente da CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 096/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **ALIANÇA LOCADORA DE AUTOMOVEIS EIRELI**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de locação de 02 (dois) veículos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, conforme descritos nos itens 05 e 06 do Edital, cujas especificações e quantitativos estão discriminadas nos Termos de Referência nº. 07/027/2016 e nº 06/055/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Pregão/Registro de Preços nº. 021/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Pregão/Registro de Preços nº. 021/2016

**Valor:R$ 43.200,00**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/01/2017**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 089/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa J L GONÇALVES & CIA LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção em ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego Barbadinho, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 15º 39'52.88S" Longitude 59º37'17.49"O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/087/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 079/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 079/2016, **Termo de Convênio 0130/2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 34.289,00**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 090/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa J L GONÇALVES & CIA LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção em ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego Santa Rosa, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 15º 43'16.62S" Longitude 59º37'10.41"O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/089/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 080/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 080/2016, **Termo de Convênio 0130-2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 58.393,60**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 093/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa J L GONÇALVES & CIA LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção de ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego Gomalina, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 15º55'21.07S" Longitude 59º32´36.45."O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/092/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 083/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 083/2016, **Termo de Convênio 0130/2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 60.730,00**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 091/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa J L GONÇALVES & CIA LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção de ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego São João, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 15º49'9.60S" Longitude 59º32'1.27"O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/090/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 081/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição..

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 081/2016, **Termo de Convênio 0130-2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 36.504,50**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 092/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa J L GONÇALVES & CIA LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção de ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego São José, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 15º54'28.63S" Longitude 59º31´20.88."O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/091/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 082/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 082/2016, **Termo de Convênio 0130-2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 109.356,00**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO/MAIO/2016**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 073/2016**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA**

**CONTRATADA: EMPRESA MOTOPAM-METALURGICA DA AMAZONIA LTDA-EPP**

**OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 073/2016, POR MAIS 03 (TRÊS) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO PARA 31 DE AGOSTO DE 2016.**

**DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE ADESÃO Nº. 034/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADVINDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0213/OG/SRP/CPL/2015**

**DATA: 30/05/2016**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - MAIO/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Jaqueline Pereira Bastos**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 057/2016. Técnico em Desenvolvimento Infantil**

**Disp. Legais**: Lei 080/2010

**Valor**: **R$ 1.081,35**

**Data**: 30/05/2016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE ENCERRAMENTO DE CONTRATO - MAIO/2016**

**Termo de Encerramento de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado**

**Contratada**: **Renata Leite Nunes**

**Objeto**: **Encerramento de Contrato n° 081/2016. Professora**

**Disp. Legais**: Lei 080/2010

**Valor**: **R$ 1.307,78**

**Data**: 31/05/2016

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 104/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **SSPNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de fornecimento de link da internet banda larga para atender as necessidades da Farmácia Central, cujas especificações e quantitativos estão discriminadas no Termo de Referência nº. 06/144/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 101/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 101/2016

**Valor:R$ 1.750,00**

**Data: 30/05/2016**

**Vigência: 31/12/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 103/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **CLEODICE GONÇALVES DA COSTA 84018569149"**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de monitora de oficinas terapêuticas para os pacientes do CAPS, cujas especificações e quantitativos estão discriminadas no Termo de Referência nº. 06/127/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 093/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 093/2016

**Valor: R$ 7.700,00**

**Data: 30/05/2016**

**Vigência: 31/12/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 102/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **CONSTRUTORA EMA LTDA - EPP**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento, a prestação de serviços para construção de muro de arrimo para proteção de taludes/guarda corpo/escada da UPA e da Santa Casa, com extensão de 142,30 (cento e quarenta e dois metros e trinta centímetros), localizada na Avenida Bahia, nº.129, centro, no município de Pontes e Lacerda, cujas especificações e quantitativos estão descritos no Termo de Referência nº. 06/120/2016 e

demais documentos pertinentes à licitação na modalidade Convite nº. 006/2016, que passam a integrar o presente contrato, independente de transcrição..

**Disp. Gerais: Convite n.º. 006/2016**

**Valor:R$ 249.882,42**

**Data: 25/05/2016**

**Vigência: 25/08/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 101/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**

**Objeto:**A **CONTRATADA** fornecerá para o **CONTRATANTE**, 04 (quatro) computadores desktop avançado (estação de trabalho) e placa de vídeo para ser utilizado pelo Setor de Planejamento do Município, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência nº. 04/011/2016, Processo de Adesão nº. 048/2016 a Ata de Registro de Preços nº. 008/52015, advinda do Pregão Eletrônico nº. 006/2015, do Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Reitoria, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de sua transcrição.

**Disp. Gerais:**Ata de Registro de Preços nº. 008/2015, advinda do Pregão Eletrônico nº. 006/2015

**Valor:R$ 24.604,00**

**Data: 24/05/2016**

**Vigência: 30/06/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 100/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa PROSPER – SOCIEDADE CIVIL DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de capacitação dos conselheiros municipais, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 07/133/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 100/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 100/2016

**Valor:R$ 6.500,00**

**Data: 23/05/2016**

**Vigência: 30/06/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 099/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **A L L IGRISSIS EIRELI - ME**

**Objeto:**A **CONTRATADA** executará para o **CONTRATANTE,** prestação de serviços de terceirização de Auxiliar Administrativo e Serviços Gerais, num total de 05 (cinco) funcionários, sendo 02 (dois) para o administrativo e 03 (três) para serviços gerais, para dar suporte aos servidores que estão de licença nas Unidades de Saúde do Município, conforme especificações contidas no Termo de Referência nº. 06/111/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Pregão nº. 039/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Pregão nº. 039/2016

**Valor:R$ 128.800,00**

**Data: 23/05/2016**

**Vigência: 31/12/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 098/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **PONTES E LACERDA COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA**

**Objeto:**A **CONTRATADA** fornecerá para o **CONTRATANTE,** materiais de construção para manutenção de imóvel localizado na Rua 05, n°. 205, Quadra 16, Residencial Gloria a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Cultura, conforme especificações contidas no Termo de Referência nº. 13/016/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Pregão nº. 035/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Licitação na modalidade Pregão nº. 035/2016

**Valor:R$ 19.999,00**

**Data: 20/05/2016**

**Vigência: 20/06/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 097/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada:**Empresa **NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA**

**Objeto:**A **CONTRATADA** fornecerá para o **CONTRATANTE, 02 (dois) veículos 0 KM tipo PICK-UP 0,** cabine dupla, 4x4 (Diesel), mínimo 140 CV, motorização mínimo de 2.0, câmbio automático, freio ABS e Airbag duplo, protetor de caçamba, capota marítima, estribos laterais, 5 lugares**,** 4 portas, ar condicionado, para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Termo de Referência nº. 06/115/2016 e demais documentos que compõem o Processo de Pregão nº. 040/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Licitação na modalidade Pregão nº. 040/2016, **Fundo Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde e Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº. 005/2014**

**Valor:R$ 257.857,06**

**Data: 20/05/2016**

**Vigência: 20/06/2016**

**GABINETE**
**EXTRATO DE CONTRATO MAIO/ 2016**

Contrato n.º 095/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda

**Contratada: Empresa SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA-ME**

**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de manutenção em ponte de madeira tipo I, sobre o Córrego 04 na Vila Triunfo, localizado nas Coordenadas Geográficas (latitude 16º8'22.04S" Longitude 59º37'48.67"O), conforme Termo de Convênio nº. 0130/2016/ SINFRA, cujas especificações e quantitativos estão especificados no Termo de Referência nº. 12/094/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e demais documentos que compõem o Processo de Dispensa nº. 085/2016, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

**Disp. Gerais:**Processo de Dispensa nº. 085/2016, **Termo de Convênio 0130/2016, celebrado entre o Município de Pontes e Lacerda e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.**

**Valor:R$ 84.697,00**

**Data: 16/05/2016**

**Vigência: 31/10/2016**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

### PORTARIA Nº 286/2016

**De: 03 de Junho de 2016**

**"Fica nomeada a comissão preparatória da 6ª Conferência da Cidade do município de Porto dos Gaúchos/MT".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir a Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade do município de Porto dos Gaúchos/MT, com proporcionalidade de 60% de membros da Sociedade Civil e 40% poder Público, seguindo a proporcionalidade exigida no Conselho Nacional, do Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006;

**Paragrafo Único** - Os membros da Sociedade Civil serão compostos por entidades de Representantes dos Segmentos: Entidades de movimentos sociais e populares, entidades empresariais, entidade de trabalhadores, entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa, e organizações não-governamentais, atuam no desenvolvimento urbano municipal, conforme segue:

| Nº | Representante | Segmento |
|---|---|---|
| 01 | Renato Isernhagen Tropardi Castilho | Poder Público |
| 02 | Alencar Rabuske Neuckamp | Poder Público |
| 03 | Ivo Castro Alves | Poder Público |
| 04 | Nilce de Fátima Ribeiro | Entidades de movimentos sociais e populares |
| 05 | Joao Manoel Cavaliere | Entidades de movimentos sociais e populares |
| 06 | Ângela Aparecida Piovesan | Entidades de movimentos sociais e populares |
| 07 | Maria Eduarda Ferreira da Silva | Entidade de trabalhadores |
| 08 | Selésia Dulce Stübbe | Organizações Não-Governamentais |
| 09 | Elton Juliano Bündchen | Entidades Empresariais |
| 10 | Jozimar Ferreira Muniz | Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa |

**Art. 2º** A comissão preparatória será responsável pela mobilização dos segmentos para a elaboração do texto base do projeto de lei de criação do conselho municipal de cidade a ser encaminhado à Câmara Municipal do Município de Porto dos Gaúchos para aprovação.

**Art. 3º** A comissão preparatória devera elaborar um regulamento, em consonância com o respectivo regimento da conferencia estadual, que estabelecerá as regras para o funcionamento da 6ª Conferência da Cidade do município de Porto dos Gaúchos/MT, a ser aprovado na abertura da mesma, tais como:

**1. Organização da pauta e do temário; 2. Organização dos Grupos de debate; 3. Organização do credenciamento; 4. Organização das deliberações; 5. A forma de eleger os delegados.**

Que será realizado no dia 14 de junho de 2016 a partir das 08 horas com término previsto para as 18 horas, com intervalo de 02 horas para o almoço.

**Art. 4º** A Comissão Preparatória terá sua validade até o encerramento da 6ª Conferência da Cidade do município de Porto dos Gaúchos/MT.

**Art. 5º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Junho de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

**Prefeito Municipal**

### ADMINISTRATIVO
### PORTARIA N°. 288/2016

**De: 03 de Junho de 2016**

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Cristy Makele de Oliveira** e dá outras providências"*

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT,** no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Cristy Makele de Oliveira,** nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 01/06/2016 a 01/07/2016 conforme Atestado Médico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de Junho de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

**Prefeito Municipal**

### ADMINISTRATIVO
### PORTARIA N°. 287/2016

**De: 03 de Junho de 2016**

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Marta Silveira** e dá outras providências"*

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT,** no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder Afastamento de Licença Saúde **a** servidora **Marta Silveira,** nomeada no cargo de Agente Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Educação, durante o período de 03/06/2016 a 18/07/2016 conforme Atestado Médico.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de Junho de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

**Prefeito Municipal**

### RESULTADO DE JULGAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2016**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2016**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA RIO GRANDE – S/N QD 37 LT 14 E 15, NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO NESTA CIDADE E MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, designada pela portaria 273/2016 de 16 de Maio de 2016, torna público a quem possa interessar que após examinado toda a documentação do certame em questão e embasado no que dispõe a Lei de Licitações n°. 8.666/93 – art. 24 – inciso X, assim proclama:

Vencedora:

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO**

CNPJ n°. 00.178.939/0001-40

Valor Mês: **R$: 700,00 (Setecentos reais)**

Valor total dos 06 meses: **R$: 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais)**

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Junho de 2016.

**Helielson Teodoro Alves**

Comissão Municipal de Licitação

Presidente

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2016**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2016**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA RIO GRANDE – S/N QD 37 LT 14 E 15, NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO NESTA CIDADE E MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**Conformidade**:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

---------- Demais Legislações pertinentes ao assunto.

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto deste certame à VENCEDORA, conforme segue:

Vencedora:

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO**

CNPJ n°. 00.178.939/0001-40

Valor Mês: **R$: 700,00 (Setecentos reais)**

Valor total dos 06 meses: **R$: 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Junho de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2016**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2016**

**Objeto**:

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA RIO GRANDE – S/N QD 37 LT 14 E 15, NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO NESTA CIDADE E MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**Repartições interessadas:**..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**Conformidade**:---------- Lei Federal n°. 8.666/93 - artigo 24 - inciso X

---------- Demais Legislações pertinentes ao assunto.

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 273/2016 de 16 de Maio de 2016.

Vencedora:

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO**

CNPJ n°. 00.178.939/0001-40

Valor Mês: **R$: 700,00 (Setecentos reais)**

Valor total dos 06 meses: **R$: 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais)**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 03 de Junho de 2016.

**Moacir Pinheiro Piovesan**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 039/2016**

**De: 03 de Junho de 2016.**

***"Dispõe sobre a inclusão de Produtores Rurais, Pessoas Físicas e Empresas no Regime de Substituição Tributária do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN do Município de Porto dos Gaúchos MT e dá outras providências".***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,** no uso de suas atribuições legais, e ainda com base na Lei Municipal nº 483/2014 de 12 de Março de 2014 e Art. 275 a 284 da Lei 278/2009 – CTM.

**DECRETA:**

**Artigo 1º** Fica incluso no Regime de Substituição Tributária do município de Porto dos Gaúchos MT, e, portanto nomeados contribuintes substitutos tributários responsáveis pela retenção e recolhimento obrigatório do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, todos os produtores rurais, pessoas físicas e empresas tomadores ou intermediários de serviços, conforme abaixo discriminado:

| ORDEM | PRODUTOR/EMPRESA | CPF/CNPJ |
|---|---|---|
| 001 | VALE DO RIO VERDE ARMAZÉNS GERAIS LTDA | 37.527.173/0001-72 |

**Artigo 2º** Os produtores rurais, pessoas físicas e as empresas nomeadas substitutas tributárias por este decreto, deverão proceder a retenção e o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, até o dia 10 (dez) do mês posterior ao da emissão da Nota Fiscal de Serviços junto a Fazenda Municipal.

**Artigo 3º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 03 de Junho de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

*Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT*

**PORTARIA Nº 285/2016.**

**De: 03 de Junho de 2016.**

**"Fica Nomeada a Equipe Técnica de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação – PME, em conformidade com a Lei Municipal nº 563/2015 de 09/06/2015 e Lei Federal nº 13.005/2014 de 25/06/2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação e dá outras providências".**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais:**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica nomeada a Equipe Técnica de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação – PME, em conformidade com a Lei Federal nº 13. 005/14 de 25 de Junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação, conforme segue:

Flávia Ferreira Muniz

Claudiane Eidt Bertol

Elizabete Marta Krebs Lopes

Celso Luiz Cardoso

Maria de Lourdes de Carvalho Breves

Patrícia de Moura

Michelle Stübbe da Costa

Valdenir da Silva Oliveira

Leniana Heinen Feitosa

Marta Silveira

Leandro de Medeiros Carlos

Enos dos Reis Maria

Manoel Bezerra Chaves Neto

Luciana João de Macedo

Audiere Duarte do Nascimento

Joelma Morimã

Jéssica do Nascimento Gonçalves

Sebastião de Lázaro Neto

Pedro de Carvalho Neto

**Art. 2º** A equipe Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação terá como finalidade monitorar e avaliar periodicamente as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação – PME, como forma de ampliar a participação da sociedade e de qualificar ano a ano a execução das metas e ainda se reunirá por convocação da Secretaria Municipal de Educação, sendo a primeira reunião reservada para a elaboração de um calendário anual de reuniões e do Regimento Interno.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 03 de Junho de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 284/2016**

**DE: 02 de Junho de 2016**

***"Dispõe sobre abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 003/ 2016 e da outras providencias."***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,** no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Publicar Abertura de Processo Seletivo Simplificado para suprir vaga existente no quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, Gabinete do Prefeito, em 02 de Junho de 2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

**Prefeito Municipal**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO MUNICIPAL Nº 003/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT

A Comissão de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no uso de suas atribuições legais faz saber que fará realizar neste Município, Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Prova de Múltipla Escolha para contratação temporária, nos termos do presente Edital.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

1. O Processo Seletivo Simplificado será organizado pela Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT.

2. O cargo, vago, abrangência, escolaridade mínima exigida, carga horária e vencimento constam no anexo I deste Edital.

3. O Cronograma do Processo Seletivo Simplificado é o constante do anexo II deste Edital, cujas datas serão rigorosamente respeitadas.

4. O meio oficial de divulgação dos atos deste Processo Seletivo Simplificado é o mural de avisos da Prefeitura e da Câmara Municipal e ainda nos endereços eletrônicos: www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/, cabendo ao candidato informar-se sobre quaisquer retificações, resultados, julgamento de recursos e quaisquer outros atos ocorridos durante o processo.

**II - DO REGIME JURÍDICO, LOCAL DE TRABALHO E PRAZO DE CONTRATAÇÃO:**

1. Regime Jurídico Administrativo Especial será regido pelas seguintes Leis Municipais, conforme segue: Lei nº 018/1991 Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos – MT, Lei nº 467/2013 que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos e Carreira Salarial dos profissionais da educação básica do município de Porto dos Gaúchos e suas respectivas alterações.

2. O Regime Previdenciário será o Regime Geral da Previdência Social

3. Local de Trabalho está definido no **anexo I**, deste Edital.

4. O prazo de contratação será até o dia 30 de Junho de 2016.

**III - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:**

1. Ser brasileiro nato ou naturalizado.

2. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3. Estar em dia com as obrigações do serviço militar – (sexo masculino).

4. Estar em gozo dos direitos políticos.

5. Possuir na data da inscrição idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos ou ser emancipado.

6. Estar ciente que deverá possuir na data da inscrição a habilitação e qualificação mínima exigida para o cargo.

7. Não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora, ou demissão por justa causa.

8. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no presente Edital.

9. Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho, estipulada no anexo I deste edital.

10. Haver concluído a escolaridade exigida para o cargo.

**IV - DAS INSCRIÇÕES:**

1. As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, localizada na Praça Leopoldina Wilke nº 19, centro, em Porto dos Gaúchos - MT.

2. As inscrições serão realizadas durante o período de 03/06/2016 á 10/06/2016.

3. As inscrições serão realizadas no seguinte horário: 07h00min às 13h00min.

4. Documentação exigida: O candidato deverá apresentar no ato da solicitação da inscrição, pessoalmente, ou através de procuração nos moldes do anexo VII, com firma reconhecida em cartório, fotocópia dos seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade (RG);

b) Carteira Profissional do Conselho de Classe;

c) CPF;

d) Comprovante de quitação das obrigações eleitorais.

e) **Reservista – Para o Sexo Masculino.**

f) Comprovante de escolaridade.

5. Após apresentação da documentação exigida o candidato deverá assinar documento, no local da inscrição, no qual declare atender às condições exigidas para se inscrever e submeter-se às normas expressas neste edital.

6. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implica no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

7. Outras informações:

a) Não Haverá Sob Qualquer Pretexto, Inscrição Provisória Ou Condicional.

b) Não Serão Recebidas Inscrições Por Via Postal, Fax-Símile, Condicional Ou Extemporânea.

c) Não Serão Aceitas Inscrições Com Documentação Incompleta.

d) O Candidato Poderá Concorrer Apenas A Um Cargo.

8. Serão Isentas As Taxas De Inscrição.

**V - DAS PROVAS:**

1. O Processo Seletivo Simplificado constará de prova objetiva de múltipla escolha de acordo com os critérios estabelecidos neste edital.

2. A prova objetiva de múltipla escolha de caráter classificatória será aplicada para o cargo.

3. Na prova de múltipla escolha serão atribuídos valores de acordo com os itens 5 (cinco).

4. Serão considerados aprovados e/ou classificados, os candidatos que obtiverem no mínimo 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída no item 5 (cinco), e ainda não obtiverem zero em nenhuma disciplina.

5. O tipo de prova objetiva de múltipla escolha, números de questões e peso de pontuação de cada questão para o cargo de:

Professor – Ensino Superior em Educação Física.

São as seguintes:

| Provas | Números de Questões | Pontuação de cada Questão | Total |
|---|---|---|---|
| Português | 05 | 4,0 | 20,0 |
| Matemática | 05 | 4,0 | 20,0 |
| Conhecimentos específicos | 10 | 6,0 | 60,0 |
| Total | 20 | - | 100,0 |

6. O conteúdo programático da prova objetiva de múltipla escolha é o constante do anexo III.

**VI - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**

1. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no Município de Porto dos Gaúchos, na Escola Municipal Gustavo Adolfo Wilke, localizada em frente à Praça Municipal Leopoldina Wilke S/Nº, com inicio às 08h00min (Oito Horas) do dia 19/06/2016 e terá duração máxima de 02h00min (duas horas).

2. O Candidato deverá comparecer no local da prova, de preferência 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para inicio do certame, conforme consta no item 1, munido de documento de identificação com foto, ficha de inscrição e caneta esferográfica na cor azul ou preta.

3. O ingresso na sala de provas somente será permitido dentro do horário estabelecido e ao candidato cabe apresentar o comprovante de Inscrição juntamente com o original da cédula de identidade, carteira de motorista ou Carteira expedida por Órgãos ou Conselhos de Classe que tenham força de documento de identificação, conforme cada caso.

4. Não será permitida a apresentação de fotocópia ou cópia autenticada.

5. O local, horário de início das provas e o tempo de duração estão estabelecidos acima, no item 01.

6. A inviolabilidade das provas será comprovada dentro de cada sala de aplicação na presença de no mínimo, três candidatos.

7. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente, após assinarem a documentação necessária.

8. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando a ausência ou retardamento do candidato em sua exclusão do Processo Seletivo Simplificado seja qual for o motivo alegado.

9. Em nenhuma hipótese haverá aplicação de provas fora dos locais e horários pré-estabelecidos.

10. O candidato que não comparecer no horário constante no item 1 (um) será desclassificado.

11. Não será permitido nenhum tipo de consulta e/ou uso de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.

12. O candidato deverá transcrever suas respostas no gabarito de respostas que é o documento válido para correção, com caneta esferográfica na cor preta ou azul.

13. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente no gabarito de respostas.

13. Não serão computadas questões não assinaladas no gabarito de respostas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

14. Não se poderá substituir o gabarito de respostas e a ausência de assinatura no mesmo implicará em sua anulação.

15. O candidato ao terminar a prova entregará ao fiscal, somente o gabarito de respostas.

16. Não haverá revisão de provas sem que haja recurso devidamente fundamentado, conforme modelo anexo IV.

17. Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:

a) Se apresentar após o horário estabelecido, ou seja, as 8h00m, (oito horas).

b) Não comparecer às provas seja qual for o motivo alegado.

c) Não apresentar o Comprovante de Inscrição e o Documento de Identificação exigido.

d) Durante a realização das provas for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito, ou através de equipamentos eletrônicos ou ainda que venha tumultuar a sua realização.

e) Ausentar-se do recinto da prova a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que acompanhado por um fiscal.

f) Usar de insubordinações ou descortesia para com os coordenadores ou fiscais de salas, auxiliares e autoridades presentes.

g) Se recusar a deixar o recinto onde à prova está sendo realizada, após a entrega do gabarito de respostas.

**VII - DA AVALIAÇÃO MÉDICA:**

1. A Avaliação Médica é parte integrante do Processo Seletivo Simplificado, sendo eliminado o candidato considerado inapto nesta fase.

2. A Avaliação Médica, de caráter eliminatório, tem por objetivo verificar as condições de saúde do candidato, consistindo de exame médico clínico e, se necessário, exames complementares, que serão realizados por médicos da municipalidade de Porto dos Gaúchos.

3. Os exames têm a finalidade de verificar as condições físicas necessárias ao desempenho das atribuições do emprego público postulado.

4. O Departamento de Pessoal determinará ao candidato o dia, horário e local para a realização da Avaliação Médica, quando da convocação.

5. Quando exigidos exames complementares para melhor comprovar o seu estado de saúde, fica o candidato obrigado a cumprir o prazo que for estabelecido pelo Médico da municipalidade e dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos para a entrega dos respectivos resultados, sob pena de ser considerado inapto.

6. Serão considerados aprovados na Avaliação Médica, somente os candidatos com parecer de APTO.

7. Será considerado INAPTO na Avaliação Médica o candidato que:

a) deixar de apresentar qualquer um dos exames solicitados;

b) deixar de comparecer aos exames nas datas, horários e locais estabelecidos;

c) tiver condição de saúde incompatível com o emprego público, devidamente atestado por Médico.

8. Não haverá segunda chamada para a Avaliação Médica, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou ausência do candidato.

**VIII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE:**

1. Os candidatos aprovados serão classificados por meio de listas nominais, em ordem decrescente, de acordo com a média final obtida no Processo Seletivo;

2. A Classificação Final será feita pela soma dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

3. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será dada preferência para efeito de classificação, sucessivamente ao candidato que:

a) Obtiver maior pontuação na prova de conhecimento especifico.

b) Obtiver maior pontuação na prova de português.

c) Obtiver maior pontuação na prova de matemática.

d) Maior idade.

4. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado e a classificação dos candidatos aprovados serão homologados e publicados no mural de avisos da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos-MT e ainda nos endereços eletrônicos:

www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/.

5. Os candidatos que concorrerão à reserva de vagas, nos termos do item X, dos portadores de necessidades especiais, deste Edital, terão sua classificação divulgada na listagem geral de candidatos e em lista especial para este fim.

**IX - DOS RECURSOS:**

1. Caberão recursos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, segundo modelo constante no anexo IV, sobre:

a) às inscrições, no prazo de 01 (um) dia útil após à publicação do edital do deferimento ou indeferimento das inscrições;

b) a relação dos candidatos aprovados e classificados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a publicação do respectivo edital;

2. Os pontos correspondentes às questões por ventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que se relacionarem com as mesmas, independentes de formulação de recursos.

3. Os recursos deverão ser protocolados pelos candidatos na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leopoldina Wilke nº 19, centro, em Porto dos Gaúchos - MT, no horário de 07h00min as 13h00min, conforme datas constantes no anexo II e endereçado à Comissão do Processo Seletivo Simplificado, com indicação do Processo Seletivo Simplificado, nome do candidato, número de inscrição e assinatura conforme modelo anexo IV.

4. Serão rejeitados liminarmente os recursos que não estiverem redigidos com as indicações acima ou não fundamentados ou ainda aqueles a que se der entrada fora dos prazos estabelecidos.

5. Compete a Comissão do Processo Seletivo Simplificado a aplicação das provas e julgamento apresentados aos recursos protocolados com referência às inscrições e resultados da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e títulos.

**X - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:**

1 - Em razão do número ínfimo de vagas ofertadas para os cargos/funções, não será aplicada a reserva mínima de 5% das vagas para PNE. Sendo assim os candidatos deficientes concorrerão com os demais candidatos, em igualdade de classificação.

2 - Serão reservados aos candidatos portadores de deficiência os direitos relacionados às condições especiais para realização da prova escrita objetivas, com o devido preenchimento e protocolo do anexo VI.

3 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, durante o período de inscrições.

4 - Será excluído da lista especial de pessoas com deficiência, o candidato que não tiver configurado a deficiência declarada (declarado como não apresentando deficiência pelo órgão de saúde encarregado pela realização da perícia), passando a figurar somente na lista geral. Será excluído deste processo seletivo o candidato que tiver deficiência comprovada incompatível com as atribuições do cargo.

5 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/, na data prevista no anexo (II).

6 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo Simplificado Municipal n. 003/2016 em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de prova e à nota mínima exigida.

XI - DO DESLIGAMENTO:

1. A administração pública poderá rescindir unilateralmente o contrato na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

a) Prática de falta grave, dentre as enumeradas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos;

b) Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções pública;

c) Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

d) Retorno do servidor efetivo quando em caráter substitutivo e ou realização de concurso público.

e) Desnecessidade do cargo.

**XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação expressa das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

2. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura direito à contratação, mas esta quando ocorrer obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente pela Prefeitura Municipal.

3. O candidato deverá manter junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, seu endereço atualizado, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso esta não seja possível, por falta da citada atualização.

4. Será considerado desistente o candidato que não comparecer na data estabelecida pela Prefeitura Municipal através de edital de convocação publicado no mural da Prefeitura e Câmara Municipal, no site oficial de publicação do município: www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e ainda no diariomunicipal.org/mt/amm/, para contratação no cargo para o qual foi classificado bem como o candidato que não apresentar os documentos exigidos.

5. O candidato contratado deverá assumir suas atividades em dia, hora e local definido pela Administração, sendo que somente após esta data, ser-lhe-á garantido o direito à remuneração.

6. No ato da contratação no cargo o candidato deverá apresentar obrigatoriamente, os documentos relacionados no Anexo V deste edital.

7. Toda informação referente à realização do Processo Seletivo Simplificado será fornecida pela Prefeitura de Porto dos Gaúchos, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado junto a Secretaria Municipal de Administração.

8. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será até 30 de junho de 2016, contados da data da homologação do resultado final.

9. Decorridos 4 (anos) anos da homologação do Processo Seletivo Simplificado e não se caracterizando óbice administrativo ou legal é facultado a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT.

11. Também integram este Edital de Processo Seletivo Simplificado os anexos I à VIII.

12. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível no mural de avisos da Prefeitura e Câmara Municipal desta cidade e no endereço eletrônico: www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/, jornal oficial.

13. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações que vierem a ser publicados relativos a este Processo Seletivo Simplificado elaborado pela Comissão com aquiescência do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos-MT.

14. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT, em 03 de Junho de 2016.

_____

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

Prefeito Municipal

_____

**SILVÁ RIBEIRO DOS SANTOS**

Presidente da Comissão

ANEXO I

CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA,

CARGA HORÁRIA SEMANAL E VENCIMENTO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| CARGO | Nº DE VAGAS | Nº DE VAGAS PNE | ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA | ABRANGÊNCIA | CARGA HORÁRIA SEMANAIS | VENCIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PROFESSOR | 01 | 00 | ENSINO SUPERIOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA | ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ADOLFO WILKE | 20 HORAS | 1.875,41 |

(*) PNE - Portadores de Necessidades Especiais.

ANEXO II

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

| DATA | HORÁRIO | ATIVIDADE | LOCAL |
|---|---|---|---|
| 03/06/2016 | 07h0000 | Divulgação e Publicação do Edital 003/2016 de Abertura do Processo Seletivo Simplificado. | No Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 03/06/2016 À 10/06/2016 | Das 07h00min às 13h00min | Período de Inscrições dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado. | Prefeitura Municipal, situada na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Porto dos Gaúchos-MT. |
| 13/06/2016 | 15h00min | Comunicado do Deferimento ou não dos pedidos de condições especiais, conforme subitem 5 do item X do Edital 002/2016 | Prefeitura Municipal |
| 14/06/2016 | 13h00min | Divulgação e publicação do Edital de Homologação das Inscrições | Mural da Prefeitura, Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município: www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 15/06/2016 | Das 07h00min às 13h00min | Prazo para recurso do Edital de Homologação das inscrições | Prefeitura Municipal. |
| 17/06/2016 | 07h00min | Divulgação e Publicação da decisão dos recursos interpostos conta o Edital de Homologação das Inscrições<br>Conforme Item 05 da Cláusula XII | Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 19/06/2016 | 08h00min horas | Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha. | Escola Municipal<br>Gustavo Adolfo Wilke |
| 21/06/2016 | 07h00min | Divulgação da relação de candidatos aprovados e classificados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha | Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 22/06/2016 À 23/06/2016 | Das 07h00min às 11h00min E Das 13h00min às 17h00min | Prazo para recursos interpostos sobre a relação de candidatos aprovados e classificados | Prefeitura Municipal. |
| 24/06/2016 | 13h00min | Divulgação e Publicação da decisão quanto aos recursos interpostos | Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 27/06/2016 | 07h00min | Divulgação e Publicação do Edital de resultado final | Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Processo-Seletivo/.<br>diariomunicipal.org/mt/amm/. |
| 28/06/2016 | 13h00min | Divulgação e Publicação do Ato de Homologação | Mural da Prefeitura e Câmara Municipal e no site oficial de publicação do município www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia/Proces... e diariomunicipal.org/mt/amm/. |

**ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Cargo: Professor.

Habilitação: Ensino Superior com licenciatura plena em pedagogia.

ENSINO SUPERIOR:

Português: Interpretação de Texto Verbal e/ou Não-Verbal, Tipos Textuais, Figura de Linguagem, Pontuação, Acentuação Gráfica, Frase; Oração, Período, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Coesão, Coerência, Ortografia e gramática.

Matemática: Medidas de Comprimento e Volume; Perímetro; Regra de Três; Porcentagem, Juros Simples e Compostos, Equações do 1º e 2º Graus; Problemas Envolvendo as Quatro Operações, Raciocínio Lógico, Sistema de Numeração Decimal.

Conhecimentos Específicos:

PCN (Lei 9795/99), LDB (9394/96), ECA (8069/90) PPP, Noções Básicas de Magistério.

ANEXO IV

**MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO _____, _____ de _____ de _____. À**

Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

**Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos.**

Referente: Recurso Administrativo - Processo Seletivo Simplificado- Edital nº 003/2016

( ) Inscrições.

( ) Gabarito Oficial - Revisão de Questões da Prova.

( ) Resultado Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

( ) Outros_____

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) ao cargo de _____, RG. nº _____ e CPF nº _____, inscrito sob o nº _____, no Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2016, desta Prefeitura, venho através deste, solicitar:

Carimbo com nº de protocolo da Prefeitura

_____.

Carimbo com nº de protocolo da Prefeitura

Atenciosamente,

_____

(assinatura candidato)

ANEXO V

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

(FOTOCÓPIAS)

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

Ø TÍTULO DE ELEITOR

Ø COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Ø CARTEIRA DE TRABALHO

Ø PIS OU PASEP

Ø NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO

Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO/ATESTADO E OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO)

Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Ø CERTIDÃO E CARTEIRA DE VACINAÇÃO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS

**Ø** CARTEIRA DE VACINAÇÃO

**Ø** OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO

Ø RESERVISTA -

OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.

Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.

Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.

OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE DENTISTA.

Ø PLANEJAMENTO ANUAL DAS COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM A PORTARIA GM 2488/2011.

**(ORIGINAIS)**

Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

Ø CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Ø DECLARAÇÃO DE BENS.

Ø DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Ø CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS.

ANEXO - VI

REQUERIMENTO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL

Nome do candidato _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem REQUERER condições especiais como PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, junto ao Processo Seletivo Simplificado nº 003/2016, conforme LAUDO MÉDICO em anexo, onde consta a CID.

(OBS): (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS): Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).

( ) Não necessita de prova ou tratamento especial.

( ) Necessita de prova especial (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

_____

_____

Porto dos Gaúchos-MT, _____/_____/_____.

_____

(assinatura candidato)

ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, eu _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, e-mail _____, nomeio e constituo como meu bastante procurador, para os fins de promover a minha inscrição no cargo de _____ do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos, Edital nº 003/2016, o Sr. (a). _____, portador da cédula de identidade nº _____, CPF nº _____, residente à _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, estado de _____, com os poderes específicos para, em meu nome, firmar o requerimento padrão de inscrição e declaração de que estou de acordo com as normas contidas no referido edital.

Local e data: _____, _____/_____/_____.

Assinatura: _____

ANEXO VIII

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CARGOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2016

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

Cargo: Professor

Habilitação: Ensino Superior com licenciatura plena em pedagogia.

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

Conforme Artigo 4º da Lei Municipal nº 467/2013 de 12 de dezembro de 2013:

São atribuições específicas do professor:

I - participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

II - elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

III - participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

IV - desenvolver a regência efetiva;

V - controlar e avaliar o rendimento escolar;

VI - executar tarefa de recuperação de alunos;

VII - participar de reunião de trabalho;

VIII - desenvolver pesquisa educacional;

IX - participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

X - buscar e participar de formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

XI - cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

XII - cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

XIII - manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar..

**EXTRATO RESUMIDO**

**CONTRATO Nº. 046/2016**

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**CONTRATADO:**

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO

CNPJ sob o nº 00.178.939/0001-40

**OBJETO DO CONTRATO:**

LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA RIO GRANDE – S/N QD 37 LT 14 E 15, NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO NESTA CIDADE E MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO DISTRITO DA GLEBA SÃO JOÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

**DATA DO CONTRATO:**---------- 03 de Junho de 2016.

**PRAZO DO CONTRATO:**---------- Até 31/Dezembro/2016.

**VALOR DO CONTRATO:**---------- R$ 4.200,00

----------(Quatro mil e duzentos reais).

**PROCESSO LICITATÓRIO:** Dispensa nº. 08/2016.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 03/06/2016.

**MOACIR PINHEIRO PIOVESAN**

Prefeito municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE DISPENSA**

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA Nº 002/2016

**OBJETO:** CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – CONCLUSÃO, LOCALIZADA NA RUA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES, BAIRRO JARDIM CÂNDIDO, NO MUNICÍPIO DE POXORÉU.

CONTRATADO: CARLOS ALBERTO DA SILVA – CNPJ: 15.181.933/0001-08

**VALOR GLOBAL BRUTO : R$ 284.330,17 (DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E TRINTA REAIS, DEZESSETE CENTAVOS)**

**VIGENCIA:** 06 (SEIS) MESES

**BASE LEGAL:** INCISO IV ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES

POXORÉU-MT, 02 DE JUNHO DE 2016

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

PREFEITA MUNICIPAL

MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

**PRESIDENTE CPL**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE DISPENSA**

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016 DISPENSA Nº 004/2016

**OBJETO: Construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde – UBS 03 - Conclusão**, localizada na Rua Olavo Bilac esquina com a Rua 04, Quadra 01, Lote 05, Jardim Brilhante, no município de Poxoréu

CONTRATADO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

**VALOR GLOBAL**: 282.845,03 (DUZENTOS E OITENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS, TRÊS CENTAVOS)

**VIGENCIA:** 06(SEIS) MESES

**BASE LEGAL:** INCISO IV ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

POXORÉU-MT, 02 DE JUNHO DE 2016

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

PREFEITA MUNICIPAL

MARCELO MARQUES BARBOSA SOUZA

**PRESIDENTE CPL**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE DISPENSA**

AVISO DE DISPENSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016 DISPENSA Nº 003/2016

**OBJETO: Construção de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde – UBS 02 - Conclusão**, localizada na Rua Paraíba esquina com a Rua Rio Grande do Sul, Centro, no município de Poxoréu

CONTRATADO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

**VALOR GLOBAL**: 264.286,82 (DUZENTOS E SESSENTA EQUATRO MIL, DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS, OITENTA E DOIS CENTAVOS)

**VIGENCIA:** 06 (SEIS) MESES

**BASE LEGAL:** INCISO IV ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

POXORÉU-MT, 02 DE JUNHO DE 2016

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

PREFEITA MUNICIPAL

MARCELO MARQUES BARBOSA SOUZA

**PRESIDENTE CPL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 548/2016**

PORTARIA N° 548/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 029/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar a Servidora **ANGELICA FRANCO FERREIRA**, portadora da Cédula de Identidade n° 54184382 SSP/GO e do CPF n° 037.103. 051-01, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 029/2016.

Art. 2°O Contrato acima citado, tem por objeto a Contratação de empresa para execução de serviços de sondagens, essenciais para obras de pavimentação na Rua Herta kist Mallmann do Município de Querência – MT.

**Art. 3**° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 551/2016**

PORTARIA N° 551/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 032/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar a Servidora **PATRICIA WEIMER,** portadora da Cédula de Identidade n° 13904051 SSP/MT e do CPF nº. 011.758.671-44, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 032/2016.

Art. 2°O Contrato acima citado, tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, matriculados no município de Querência MT.

**Art. 3**° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 543/2016**

PORTARIA N° 543/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

"DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE MEMBRO DAS COMISSÕES E CONSELHOS MUNICIPAIS DE QUERÊNCIA-MT".

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, visando atender os dispositovos constantes na Lei Complementar 064/1990,

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** - Afastar a Servidora efetiva **IVANETE RONCAI VOLPI,** em atenção aos Termos da Lei Complementar nº 064/1990, que trata sobre as inelegibilidades e também dispõe sobre prazos de desincompatibilização.

**Art. 2°** - A presente Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 544/2016**

PORTARIA N° 544/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 025/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar a Servidora **MARIA DAIANE GAMA DOS SANTOS,** portadora da Cédula de Identidade n° 2489947-0 SESP/MT e inscrita no CPF sob n° 054.291.181-76, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 025/2013.

**Art. 2°** O Contrato acima citado, tem por objeto a contratação de Empresa para Efetuar Publicações Oficiais do Município de Querência – MT, nos seguintes locais: Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e Jornal de Grande Circulação no Estado de Mato Grosso, cujas especificações e quantidades encontram-se descritas no Termo de Referência, a serem executados de forma indireta e continuada, sob o regime de empreitada por preço global, conforme da Adesão n.º 005/2016, a Ata de Registro de Preços n° 005/2016 – na modalidade de Pregão n.º 006/2016 da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, encaminhados pelas Secretarias Municipais.

**Art. 3**° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 547/2016**

PORTARIA N° 547/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Locação nº. 028/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei nº. 8.666/93, Art. 67 e,

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** - Designar **THIAGO DA SILVA BRITO**, servidor efetivo, portador da Cédula de Identidade n°. 20908210 SSP/MT, e inscrito no CPF sob n°030.751.011-50, para acompanhamento e fiscalização do Contrato de Locação nº. 019/2015.

**Art. 2º** - O Contrato de Locação nº. 028/2016, tem por objeto a Locação de um terreno com área de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado na Rua Walter Ernesto Rader, s/nº, Quadra 02, Lote 1C, Setor C, nesta Cidade, ao lado da PRAÇA ROTARY CLUB DE QUERÊNCIA – DISTRITO 4440, para realizações de eventos municipais e regionais que acontecem no município de Querência - MT.

**Art. 3**° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 545/2016**

PORTARIA N° 545/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 026/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar o Servidor **NEWTON ROBSON RODRIGUES DANTAS**, portador da Cédula de Identidade n° 11657545 SJ/MT e inscrito no CPF sob n. 827.906.981-04, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 026/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a prestação de serviços de operador/especialista de Caminhão Usina Lama Asfáltica para uso nas vias urbanas do Município de Querência – MT.

**Art. 3**° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 546/2016**

PORTARIA N° 546/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato nº. 027/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT. "*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar o Servidor **NEWTON ROBSON RODRIGUES DANTAS**, portador da Cédula de Identidade n° 11657545 SJ/MT e inscrito no CPF sob n. 827.906.981-04, para acompanhamento e fiscalização do contrato nº. 027/2016.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a prestação de serviços de auxiliar de operador/especialista de Caminhão Usina Lama Asfáltica para uso nas vias urbanas do Município de Querência – MT.

**Art. 3**° A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

**ADMINISTRATIVO**
**PORTARIA N° 550/2016**

PORTARIA N° 550/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 031/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar a Servidora **PATRICIA WEIMER,** portadora da Cédula de Identidade n° 13904051 SSP/MT e do CPF nº. 011.758.671-44, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 031/2016.

Art. 2°O Contrato acima citado, tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública, matriculados no município de Querência MT.

**Art. 3**° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

## LICITAÇÕES
## CONTRATO N.º 033/2016.

**CONTRATO N.º 033/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA/MT E A EMPRESA RUDINEI LUIZ CERON - ME, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.**

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n. 37.465.002/0001-66, com sede na Av. Cuiabá, 335, Setor C, Centro, na cidade de Querência MT., representada pelo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, nomeado por meio de instrumento de mandato, inscrito no CPF sob n. 437.706.300-68, residente e domiciliado nesta cidade, no uso da atribuição que lhe confere o instrumento de mandato, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, empresa **RUDINEI LUIZ CERON - ME,**inscrita no CNPJ sob o n°22. 175.502/0001-96, estabelecida à Rua das Petúnias, nº 209, Bairro Morada do Sol, CEP: 78.890-000 – Sorriso/MT , neste ato representada por seu representante legal, Sr. **Rudinei Luiz Ceron**, portador da carteira de identidade n° 2.079.286, expedida pela SSP-SC, CPF nº 674.441.219-15, doravante denominada **CONTRATADA**, em vista o constante e decidido no Pregão Presencial **053/2016,** resolvem celebrar o presente contrato, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes, de acordo com o **Processo de Licitação nº 066/2015**.

**1.** ***CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO***

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de **Assessoria Pedagógica** e Consultoria Educacional para a Rede Municipal de Ensino, com objetivo de atender as necessidades especificas da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura do Município de Querência- MT, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

**2.** ***CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA***

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 07 (sete) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando até o dia **31 de Dezembro de 2016**, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**3.** ***CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA***

**3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 53.900,00 (cinquenta e três mil e novecentos reais).** Valor este que será divido em 07 (sete) parcelas mensais, pagas em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal condicionada à realização dos serviços em questão e atesto fiscal.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

**Rudinei Luiz Ceron**

RUDINEI LUIZ CERON - ME

Responsável legal da EMPRESA CONTRATADA

_____

**Fatima Beatriz Hemann**

Secretaria de Educação, Desporto, Lazer e Cultura.

## ADMINISTRATIVO
## PORTARIA N° 552/2016

PORTARIA N° 552/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº066/2015, CELEBRADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA-MT.

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, a necessidade de substituição da Servidora **Aline Pretto Rodrigues**, devido à mesma estar de Licença Maternidade.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** - Fica substituído à servidora acima citada, a partir de 09 de Maio de 2016, pela Servidora **NUBIA SIPPERT**, portadora da Cédula de Identidade n° e do CPF: 981.131.190-00, para atuar como fiscal de contrato, devendo acompanhar e fiscalizar os serviços referente ao contratos de nº. 066/2015.

**Art. 2**° - O Contrato acima citado, tem por objeto a Execução de Obra para continuidade da construção de uma UBS – Unidade Básica de Saúde no Setor G, no Município de Querência – MT**.**

**Art. 3**° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

## ADMINISTRATIVO
## PORTARIA N° 549/2016

PORTARIA N° 549/2016

**DE 01 DE JUNHO DE 2016.**

*"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 030/2016, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."*

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

**CONSIDERANDO**, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** Designar a Servidora **PATRICIA WEIMER,** portadora da Cédula de Identidade n° 13904051 SSP/MT e do CPF nº. 011.758.671-44, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 030/2016.

Art. 2°O Contrato acima citado, tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

**Art. 3**° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Maio de 2016, revogando as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2016.**

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

**DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016**

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **15/06/2016 às 9:00 horas, pregão presencial com registro de preços para** Aquisições de Futuras e Fracionadas de Equipamentos de Informática, Eletrônicos, Eletrodomésticos, Condicionadores de ar, Equipamentos Industriais e Móveis de Escritório em Geral **para atender todas as Secretaria Municipal da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT.**

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.cnm.org.br, link Edital e Licitações gratuitamente, ou através do e-mail licitacaoprefeitura@hotmail.com.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 03 de junho 2016

Amarildo Rodrigues Gomes

Presidente CPL

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA DE N.º 092/2016 DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**NOMEIA SENHORA ZILZA RODRIGUES FERRARI AO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.**

**TARCÍSIO FERRARI,** Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomeia Senhora **ZILZA RODRIGUES FERRARI** ao Cargo de Secretária de ASSISTÊNCIA SOCIAL desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 03 de Junho de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

**TARCÍSIO FERRARI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

**GABINETE**
**PORTARIA N.074/2016**

**DATA: 31 DE MAIO DE 2016**

"REVOGA A PORTARIA 066/2016 E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**REYNALDO FONSECA DINIZ,** Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Revogar a Portaria 066/2016 de 31 de março de 2016 e nomeia os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA. Conforme a Lei Municipal 747/2016 de 18 de maio de 2016.

***Presidente***

| |
|---|
| Reynaldo Fonseca Diniz |

***Representante do Poder Legislativo Municipal***

| |
|---|
| Patricia Sousa Timo – Titulo |
| Lourenço Marsango - Suplente |

***Representante Orgão Municipal de Saúde/ Ação Social***

| |
|---|
| Maria Jose Matins Abreu – Titular |
| Lucilene de Lopes de Souza - Suplente |

***Representante Orgão Municipal de Obras e Serviços Urbanos***

| |
|---|
| Deusuita Ferreira dos Santos - Titular |
| Eduardo Correia - Suplente |

***Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais***

| |
|---|
| Ivo Cabral de Menezes - Titular |
| Olindo Behringer - Titular |
| Priscila Oliveira Nascimento - Suplente |

**Art. 2° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria 066/2016 e as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 31 DE MAIO DE 2016.

***REYNALDO FONSECA DINIZ***

*Prefeito Municipal*

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2016**

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, cujo objeto desta licitação é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de elétrico em geral, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infra Estrutura deste município. Conforme descrição do anexo I.

**Abertura da sessão realizar-se-á no dia 16 de junho de 2016, às 08:00 hs (horário Local), na sede da Prefeitura Municipal situada Avenida Padre João Bosco, 2067, Centro, nesta cidade. Os interessados poderão obter informações e o Edital no Departamento de Licitações, segunda a sexta-feira no horário das 7:00 às 11:00 pelo fone 3489-1838, no site do município www.prefeiturarc.com.br ou no e-mail setordelicitacoesrc@gmail.com.**

Ribeirão Cascalheira-MT, 03 de junho de 2016.

**LUZINETE MARTINS FERREIRA**

Pregoeira

**GABINETE**
**LEI N. 748/2016**

**DATA: 02 DE JUNHO DE 2016.**

***Altera a Lei Municipal nº 358, de 25 de junho de 2003, que dispõe estruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Ribeirão Cascalheira/MT e dá outras providências.***

O Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal faço saber que a Câmara Municipal de Ribeirão Cascalheira aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º**Acrescenta-se o parágrafo único no art. 43 da Lei municipal nº 358, de 25 de junho de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Parágrafo único.*** *Em caso de atraso dos repasses referente as contribuições indicadas nos incisos I, II, III, IV e V, inclusive nos casos de pagamento de parcelas provenientes de parcelamento de débito de repasses, incidirá multa de 1% (um por cento) mais juros de mora de 0,5% (zero inteiros e cinco décimos por cento) ao mês, e ainda atualização com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) sobre o montante atrasado a contar do dia seguinte a data do pagamento.*

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Ribeirão Cascalheira – MT, 02 de junho de 2016.

**REYNALDO FONSECA DINIZ Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

**PORTARIA/PMR/GP/Nº 187/2016 EM, 01 DE JUNHO DE 2016.**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA ATUAR COMO EQUIPE TÉCNICA NO MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei:**

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Nomear Comissão Coordenadora para atuar como Equipe Técnica no monitoramento e acompanhamento do Plano Municipal de Educação de Ribeirãozinho – MT, pelos seguintes membros:

ü **Coordenadora:** Vânia Francisco Carrijo da Silva

ü **Secretária Executiva:** Josisléia Amélia Carneiro Rezende

ü **Membro:** Luíza Helena Peres Rodrigues

ü **Membro:** Cleoneir Castro Silva

ü **Membro:** Shirley Rodrigues Freitas

**Art. 2º**. Esta Comissão deverá assumir o compromisso de coordenar todas as ações que se fizerem necessárias para o monitoramento do Plano Municipal de Educação.

**Art. 3º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de Junho de dois mil e dezesseis.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

**PORTARIA Nº 081, DE 17 DE MAIO DE 2016.**

**Dispõe sobre a nomeação dos membros da Equipe Técnica para monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de Rio Branco-MT.**

O Prefeito de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, **Antonio Xavier de Araujo**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando a necessidade do monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME:

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Nomear os membros para compor a Equipe Técnica para monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de Rio Branco-MT.

**Art. 2º** - A Equipe Técnica será composta dos membros abaixo relacionados:

_Edriane Alves da Silva

_Flávio Custódio do Nascimento

_Laurinda Lemos

**Art. 3º -** A Equipe Técnica, terá função de realizar o levantamento e análise das metas do Plano Municipal de Educação conforme orientativo do Ministério da Educação, mediante capacitação ministrada pelo Conselho Municipal de Educação, elaborar nota técnica, fazer análise dos dados oficiais da educação deste município, com histórico e projeção para o cumprimento das metas para avaliação do CME.

**Art.4º** - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrários.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE**.

Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco – MT, 17 de Maio de 2016.

***ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO***

- Prefeito -

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**2º ATO**

**PROCESSO N° 080/2016**

**TOMADA DE PREÇOS - N° 002/2016**

**REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.**

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** nomeada através do Decreto nº 1.180/GAB/PMR/2016 de 30 de Março de 2016, **TORNA PÚBLICO,** para todos os interessados que esta instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**, Objeto: **"Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Aplicação de Lama Asfáltica com fornecimento de materiais."**, processado nos autos do processo Administrativo de nº 080/2016 – SEMOSP.

Os interessados poderão adquirir o Edital de Tomada de Preço na integra, na sala CPL, sede do Município de Rondolândia, Av. Joana Alves de Oliveira, Centro, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta – feira, pelo valor de R$ 50,00 (Cinqüenta reais), mediante depósito referenciado na conta corrente de nº 55.894-X, Agência: 0951-2 – Banco do Brasil.

A Sessão Pública de abertura ocorrerá no dia 23/06/2016 às 09h00min, nos termos da Lei 8.666/1993.

Rondolândia - MT, 03 de Junho de 2016.

Liliane Guedes Santos

Presidente da CPL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**
**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2016**

**TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016**

A Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços da Prefeitura Municipal de Rondolândia – Estado de Mato Grosso, nomeados através do Decreto nº 1.180/GAB/PMR/2016, de 30 de Março de 2016, através de sua Presidenta nos exatos termos do § 2º. do Art. 22 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores torna público para o conhecimento de todos e qualquer interessado que instaurou procedimento licitatório sob a modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080/2016, cujo **Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Aplicação de Lama Asfáltica com fornecimento de materiais,** cuja abertura deu- se no dia 03/06/2016 as 09:00 hs, **não acudiram licitados interessados, tornando se o Ato como DESERTO.**

**Publique-se,**

Cumpra-se,

Registre-se.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 03 de Junho de 2016.

Liliane Guedes Santos

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**LEI 1454 - 2016**

**LEI N.º1.454/2014**

De 03 de Junho de 2.016

*"Dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos efetivos não profissionalizados da rede municipal de educação de Rosário Oeste – MT, na forma do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal/88, e da outras providencias."e da outras providencias"*

**Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, Prefeito Municipal de ROSÁRIO OESTE - MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recomposição geral anual dos vencimentos aos servidores públicos efetivosnão profissionalizados da rede municipal de educação de Rosário Oeste – MT.

**Parágrafo Único –** a recomposição outorgado pelo *"caput"* deste artigo será através da aplicação do Índice Nacional Preços ao Consumidor – INPC, no percentual de **9,90%** acumulado no período de Abril de 2015 até Março de 2016 gerando seus efeitos financeiros a partir da publicação desta lei.

**Art. 2º -** Considera-se para efeitos dessa lei, a defasagem salarial ocorrida, calculando-se e adotando como critério a inflação acumulada no período de Abril de 2015 até Março de 2016 que será aplicado a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, não sendo considerado como concessão de aumento ou ajuste salarial, e apenas recomposição do índice de perda concorrente da inflação.

**Art. 3º -** Autoriza o Poder Executivo reformular as tabelas de vencimentos e salários da categoria a serem recompostos com o percentual citado no caput do artigo 1º, conforme os termos da presente Lei.

**Art. 4º -** As remunerações dos servidores públicos após a recomposição, serão objeto de tabelas publicadas por ato administrativo do poder executivo.

**Art. 5º -** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria da Lei Orçamentária Anual vigente.

**Art. 8º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste/MT, em 03 de Junho de 2016.

***Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO***

*Prefeito Municipal*

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**LEI 1453 - 2016**

**Lei n.º 1.453/2016**

**de 03 de Junho de 2016**

***"Autoriza a concessão de uso sobre Imóvel do Município de Rosário Oeste – MT a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Rosário Oeste e Nobres".***

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º -** Fica autorizada a concessão de uso de 01 (um) barracão localizado na área descrita sobre a matricula 14.273 junto ao CRI de Rosário Oeste – MT, conforme mapa e memorial em anexo para a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Rosário Oeste e Nobres.

**Art. 2º -** A Cessão de Uso de que trata o artigo 1º terá vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura , podendo ser prorrogada por quantas vezes necessários por livre convenção entre as partes.

**Art. 3º.** A Concessionária se obriga a atender a todas as disposições legais inerentes à destinação dada à área, sob pena de revogação da presente cessão de uso;

**Art. 4º –** Extinta a concessão, toda e qualquer benfeitoria reverterá ao patrimônio do Município de Rosário Oeste - MT, não assistindo à Concessionária direito à indenização.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste - MT, 03 de Junho de 2016.

***Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO***

*Prefeito Municipal*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE CANCELAMENTO**

**AVISO DE CANCELAMENTO**

**Processo Licitatório Nº 004/2016**

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

**OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Produtos Alimentícios, Produtos Alimentícios (frios), Leite Integral, Frango, Ovos, Produtos de Higiene e Limpeza, Gás P13, Descartáveis e Utensílios Domésticos, em atendimento as Secretarias Municipal da Prefeitura de Salto do Céu – MT",** conforme discriminado no Termo de Referência no Anexo I, por um período de 12 meses.

A PREFEITURA MUNICÍPAL DE SALTO DO CÉU, estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016,** foi CANCELADA por determinação do TCE/MT.

Outras informações poderão ser obtidas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 02 de Junho de 2016.

**MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA**

Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 075/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 075/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

***DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica exonerada a Servidora em cargo de Comissão, a Sra. **IVETE CARVALHO REMPEL,** do cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

**Art. 2° -** A citada servidora foi nomeada via Decreto n° 058/2015 de 08 de Setembro de 2015.

**Art. 3° -** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario e em especial o decreto nº. 058/2015 de 08 de Setembro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 02 DE JUNHO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 014/2016.**

**DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 014/2016.**

Distrato que entre si fazem, de lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no **CNPJ 04.178.518/0001-70**, situada à Avenida Principal, s/nº, centro, neste ato representado pelo seu excelentíssimo Prefeito, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, e por outro lado, a **Sra. VALDINETE GONÇALVES DOS SANTOS MARQUES**, portadora da Carteira de Identidade nº. **2528045-5 SEJSP/MT** e inscrito no **CPF nº. 986.088.351-34**, residente e domiciliado na Estrada Rural Três, s/n, Vila União, Santa Cruz do Xingu – MT.

As partes ajustam entre si as seguintes Cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª -** As partes DISTRATAM em época excepcional o ***CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO (DRH) Nº 052/2014,*** Pelo termino do prazo contratual.

**CLÁUSULA 2ª -** Nenhuma das partes terá direito de reclamar qualquer indenização ou pagamento em atraso.

**CLÁUSULA 3ª -** Com este DISTRATO, o Contrato anteriormente firmado perderá a validade.

Santa Cruz do Xingu – MT, em 31 de Maio de 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**VALDINETE GONÇALVES DOS SANTOS MARQUES**

**CONTRATADA**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 071/SAD/2016**

**PORTARIA N° 071/SAD/2016 DE 23 DE MAIO DE 2016.**

***"DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR PARA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1° -** Fica concedido **Licença** para tratar de assuntos particulares de até 3 (Três) anos para a servidora, **Sra. DOMINGAS SALES DE OLIVEIRA MOURA**, nomeada via portaria nº.031/SAD/2007 de 01 de junho de 2007 no cargo ou função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** de acordo com o Estatuto do Servidor Público do art. 114no Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

**Art. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 23 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

**RECURSOS HUMANOS**
**DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 013/2016.**

**DISTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO N° 013/2016.**

Distrato que entre si fazem, de lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no **CNPJ 04.178.518/0001-70**, situada à Avenida Principal, s/nº, centro, neste ato representado pelo seu excelentíssimo Prefeito, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, e por outro lado, a **Sra. CARLUCIA RIBEIRO DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade nº. **906 268 SSP/TO** e inscrito no **CPF nº. 025.294.022-99**, residente e domiciliado na Estrada Rural Três, s/n, Vila União, Santa Cruz do Xingu – MT.

As partes ajustam entre si as seguintes Cláusulas:

**CLÁUSULA 1ª -** As partes DISTRATAM em época excepcional o ***CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO (DRH) Nº 053/2014,*** Pelo termino do prazo contratual.

**CLÁUSULA 2ª -** Nenhuma das partes terá direito de reclamar qualquer indenização ou pagamento em atraso.

**CLÁUSULA 3ª -** Com este DISTRATO, o Contrato anteriormente firmado perderá a validade.

Santa Cruz do Xingu – MT, em 31 de Maio de 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**CARLUCIA RIBEIRO DA SILVA**

**CONTRATADA**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 076/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 076/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

***DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado o Sr. **MILTON DE SOUSA COSTA,** inscrito no **CPF: 555.261.951-04**, para ocupar ocargo de **ASSESSOR PEDAGOGICO,** da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 02 DE JUNHO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 072/SAD/2016**

**PORTARIA N° 072/SAD/2016 DE 23 DE MAIO DE 2016.**

***DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR PARA SERVIDORA EFETIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1° -** Fica concedido **Licença** para tratar de assuntos particulares de até 3 (Três) anos para a servidora, **Sra. WELLIKSANDRA BASILIO DA SILVA**, nomeada via portaria nº.043/SAD/2012 de 06 de setembro de 2012 no cargo ou função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** de acordo com o Estatuto do Servidor Público do art. 114no Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

**Art. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 23 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 073/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 073/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral da Secretaria Municipal de Obras do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Um Representante da Secretaria Municipal de Administração - Admir Lopes Ricardo

Um Representante da Secretaria de Obras - Fabiano José Rodrigues

Um Representante do Poder Legislativo - Simone Carvalho

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 24 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 073/SAD/2016**

**PORTARIA N° 073/SAD/2016 DE 23 DE MAIO DE 2016.**

***"DISPÕE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA DE SAÚDE-AUXILIO DOÊNCIA PARA SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1 ° -** Fica prorrogado a licença de saúde por incapacidade ao serviço ao servidor em cargo efetivo até o dia 10/06/2016, pro Sr. **ANTONIO CARLOS BIGATON**, ocupante do Cargo de **TECNCICO EM AGROPECUARIO**, da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

**Art. 2° -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 23 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**JULIO FLAVIO GERVASIO PINTO RIBEIRO**

**SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 074/SAD/2016**

**PORTARIA N° 074/SAD/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016.**

***"DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1° -** Fica concedida **Promoção de classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Educação do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeada pelo decreto 067/2016 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, para os servidoresrelacionados abaixo.

| Nome dos Servidores | Cargo | Matricula | Promoção de Classe |
|---|---|---|---|
| Iram Emido da Costa | Guarda | 43 | Classe A para Classe B |
| Ivani Lambrecht Colbek | Auxiliar de Serviços Gerais | 44 | Classe A para Classe B |
| Marlene T. Kossmann | Auxiliar de Serviços Gerais | 55 | Classe A para Classe B |
| Alci Eva Carvalho | Auxiliar de Serviços Gerais | 20 | Classe A para Classe B |
| Sebastiana C. de Souza | Auxiliar de Serviços Gerais | 336 | Classe B para Classe D |
| Célia M. Terra Pinto | Auxiliar de Serviços Gerais | 259 | Classe B para Classe D |
| Sueli Ines M. Novadvorski | Auxiliar de Serviços Gerais | 80 | Classe B para Classe D |
| Elimara Regiane de Valle | Auxiliar de Serviços Gerais | 339 | Classe B para Classe D |
| Rocila Mendes de S. Melo | Auxiliar de Serviços Gerais | 70 | Classe B para Classe D |
| Eloi Diehl Araujo | Motorista CNH-AD | 39 | Classe B para Classe C |

**Art. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 24 DE MAIO DE 2015.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 072/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 072/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral da Secretaria Municipal de Administração do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Dois Representante da Secretaria Mun. de Administração - Admir Lopes Ricardo e Paulo R. da Cruz Pinto

Um Representante do Poder Legislativo - Simone Carvalho

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 24 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 071/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 071/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral da Secretaria Municipal de Obras do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Um Representante da Secretaria Municipal de Administração - Admir Lopes Ricardo

Um Representante da Secretaria de Obras - Valdir Afonso da Silva

Um Representante do Poder Legislativo - Simone Carvalho

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 24 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 070/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 070/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Um Representante da Secretaria Municipal de Administração - Admir Lopes Ricardo

Um Representante do Gabinete do Prefeito - Marines Scheidt

Um Representante do Poder Legislativo - Simone Carvalho

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 24 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 069/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 069/2016 DE 24 DE MAIO DE 2016.**

***"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado o Sr. **JOSE ROBERTO COSTA MARINO,** inscrito no **CPF: 935.474.711.68**, para ocupar ocargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E OBRAS URBANAS,** do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 24 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 068/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 068/2016 DE 23 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Um Representante da Secretaria Municipal de Administração - Admir Lopes Ricardo

Um Representante da Secretaria Municipal de Saúde - Pericles Donin Noleto

Um Representante do Poder Legislativo - Simone Carvalho

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial o Decreto n°065/2016 de 17 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 23 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO MUNICIPAL N° 067/2016**

**DECRETO MUNICIPAL N° 067/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016**

***"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TITULOS DO PCCS DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPICIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".***

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica nomeado a Comissão para avaliação de títulos do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Santa Cruz do Xingu - MT.

Um Representante da Educação - Milton de Sousa Costa

Um Representante da Administração - Paulo Roberto da Cruz Pinto

Um Representante do Sindicato - SINTEP-MT - Maria Antonia Vieira Alves

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 19 DE MAIO DE 2016.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE.**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 012/2016**

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT**

Aviso de Homologação de Licitação

Tomada de Preços n° 012/2016

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de engenharia civil, para prover suporte à operacionalização das consultorias técnicas de Engenharia, na elaboração de projetos de engenharia, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras com elaboração de laudos das obras e instalações em execução e dos futuros projetos, emissão de parecer técnico junto aos setores de licitações e tributos no município de Santa Cruz do Xingu – MT. EMPRESA VENCEDORA: D E DE LIMA CONSTRUTORA-EPP inscrita no CNPJ nº 24.247.656/0001-71, Valor Global de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Santa Cruz do Xingu-MT, 03 de Junho de 2016. **Marcos de Sá Fernandes da Silva –** Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 075/SAD/2016**

**PORTARIA N° 075/SAD/2016 DE 25 DE MAIO DE 2016.**

***"DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO DE CLASSE DOS SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".***

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

**Art. 1° -** Fica concedida **Promoção de Classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Administração Geral do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeados pelos decretos 068, 070, 071, 072 e 073/2016 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral, para os servidoresrelacionados abaixo.

| Nome dos Servidores | Cargo | Matricula | Promoção de Classe |
|---|---|---|---|
| Celia Holtz Arnemann | Auxiliar de Serviços Gerais | 26 | Classe A para Classe B |
| Elaine Marmet | Auxiliar de Serviços Gerais | 240 | Classe A para Classe C |
| Lucia Cristina B. Walczak | Auxiliar de Serviços Gerais | 51 | Classe A para Classe B |
| Marcos Ferreira Torres | Motorista CNH-AD | 359 | Classe A para Classe B |
| Maridalva Rempel | Auxiliar de Serviços Gerais | 56 | Classe A para Classe C |
| Odair Luiz Vinhal | Motorista CNH-AD | 69 | Classe A para Classe B |
| Maria Lima de Almeida | Auxiliar de Serviços Gerais | 238 | Classe A para Classe C |
| Valdir Duarte Monteiro | Motorista CNH-AE | 83 | Classe A para Classe B |
| Dorival Marmet | Motorista CNH-AD | 34 | Classe A para Classe B |
| Fabiano José Rodrigues | Motorista CNH-AD | 594 | Classe A para Classe B |
| Giuvan Germano Silva | Motorista CNH-AD | 134 | Classe A para Classe B |
| Valdir Afonso da Silva | Eletricista de Energia Eletrica | 602 | Classe A para Classe B |
| Patrícia Carvalho | Advogado | 325 | Classe A para Classe C |
| Sandra Neres da Conceição | Auxiliar de Serviços Gerais | 76 | Classe A para Classe C |

**Art. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 25 DE MAIO DE 2015.

**MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ROSANGELA PINTO FIGUEIREDO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**REGISTRA-SE E**

**PUBLICA-SE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**CONTRATOS E CONVENIO**
**EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2016**

**CONVÊNIOS E CONTRATOS**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2016**

**INEXIGIBILIDADE Nº 004/2016**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA – CNPJ: 07.811.058/0001-64**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MOTOR E CARTER PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR.**

Valor: - Receberá a **CONTRATADA** pelo objeto citado na Cláusula Primeira, a importância de **R$17.460,85 (dezessete mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos).**

Vigência: 10/05/2016 a 09/11/2016.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de Junho de 2016.

**DECRETO MUNICIPAL N.º 045/2016 DE 3 DE JUNHO DE 2016**

**SÚMULA: "RETIFICA-SE O DECRETO Nº 014/2016 QUE DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**Considerando** a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

**Considerando** a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

**Considerando** a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município; Santa Rita do Trivelato é fator indispensável para a participação do Município na 2ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

**DECRETO**

**Art. 1º** Fica convocada a 2ª Conferência da Cidade de Santa Rita do Trivelato ***a realizar-se no dia 14 de Junho de 2016***, Local Centro de Eventos, Horário das 08h00min com termino às 17h00min; a realização da Conferência será realizada no Centro de Eventos na Avenida 28 de Dezembro na Praça dos Pioneiros, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 2º** A 2ª Conferencia da Cidade de Santa Rita do Trivelato desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cida-

de e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

**Art. 3º** A 2ª Conferência da Cidade de Santa Rita do Trivelato será presidida pelo um Representante do Conselho Estadual das Cidades.

**Art. 4º** Caberá ao Conselho Municipal das Cidades a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

**I –** definir pauta e temário da 2ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

**II –** promover a realização da Conferência Municipal;

**III -** definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 2ª Conferência Nacional das Cidades;

**IV-** examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

**V -** decidir casos omissos ou conflitantes.

**Art. 5º** A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

**I -** gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

**II -** movimentos sociais e populares;

**III -** trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

**IV -** entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

**V -** empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

**VI -** organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

**Art. 6º** A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 2ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória

**Art. 7º** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 3 DE JUNHO DE 2016.**

_____

**HUGO GARCIA SOBRINHO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA MUNICIPAL Nº 101/2016

*EMENTA*: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

**VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Designar a servidora **MARCIA VALDIRENE CASO DE SOUZA**, Assistente Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 035/2016, tendo como objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTOR DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO PROGRAMA SCFV – SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS NO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT.** Celebrado pelo Município de Santo Afonso/MT.

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficam o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Junho de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS***

CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.**

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO PORTARIA MUNICIPAL Nº 099/2016

*EMENTA*: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

**VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Designar a servidora **LUCINETE JESUS DA SILVA,** lotada no cargo de VIGIA, para atuar como fiscal do CONTRATO Nº 033/2016, tendo como objeto: **LOCAÇÃO DE UM IMOVÉL URBANO COMERCIAL COM UMA AREA APROXIMADA DE 107,55M², SITUADO NA AV. SEBASTIÃO JACINTO, Nº 365 – CENTRO SANTO AFONSO - MT.** Celebrado pelo Município de Santo Afonso/MT.

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficam o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Junho de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 03 DE JUNHO DE 2016.

**VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS**

CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2016**

*EMENTA*: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

**VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Designar a servidora **MARCIA VALDIRENE CASO DE SOUZA**, Assistente Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 034/2016, tendo como objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTORA DAS AULAS DE ARTESANATO, REALIZANDO ATENDIMENTOS AOS ALUNOS DO PROGRAMA SCFV – SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS NO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO – MT.** Celebrado pelo Município de Santo Afonso/MT.

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficam o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

**Parágrafo Único** – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Junho de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 03 DE JUNHO DE 2016.

***VENCESLAU BOTELHO DE CAMPOS***

CPF/MF 363.908.288-53 – RG 3.994.563 SSP/SP

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCA O 2º CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CARGO DE ENFERMEIRO NA LOCALIDADE DE PORTO DE FORA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

CONVOCA O 2º CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CARGO DE ENFERMEIRO NA LOCALIDADE DE PORTO DE FORA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Artigo 1° - Convocar o Candidato classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2014 para o cargo de Enfermeiro, na localidade de Porto de Fora, Secretaria Municipal de Saúde, **REGINA GREYCE DA SILVA PEREIRA RIBEIRO**, a comparecer na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 01 de Junho de 2016.

**VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2016**

**Aos 02 dias do mês de junho de 2016, de um lado o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER,** com sede na Avenida Santo Antônio do Leverger, nº 245, Centro, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.507.555/0001-12, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal Sr. Valdir Pereira de Castro Filho**, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 007/2016**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **02/06/2016**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO**: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a **prestação de serviços técnicos especializados, de Levantamento Físico, Atualização de Valores e Inventário de todos os bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal,** de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedor: | **RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS – ME. (TOTTUM ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA E EMPRESARIAL).** | CNPJ: | **03.697.944/0001-58** | | |
| Endereço: | **AV BLUMENAU** | Nº: | **3634** | | |
| Bairro: | **BOM JESUS** | Cidade: | Sorriso - MT | CEP: | **78.890-000** |
| Representante Legal: | Rondinelli Roberto da Costa Urias | CPF: | 843.695.231-68 | | |
| E-mail: | Rondinelli.urias@tottumassessoria.com.br www.tottumassessoria.com.br | Telefone: | **(66) 3545-0026 / (66) 3545-0026** | | |

| **Descrição** | **Valor Global** |
|---|---|
| 1. Estudo e Atualização de Portarias para as Comissões Especiais de Patrimônio (inventario, baixa, reavaliação);<br>2. Estudo e Atualização de Instruções Normativas do SPA – Sistema Patrimonial, em conjunto com o SCI – Sistema de Controle Interno da Prefeitura;<br>3. Parametrização das Classificações dos Bens Moveis e Imóveis, por meio de catalogação, conforme normas do STN (Secretaria do Tesouro Nacional), TCE (Tribunal de Contas de Mato Grosso) e NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público);<br>4. Mapeamento da estrutura Organizacional e Identificação dos Responsáveis correspondentes (responsabilização), por meio de catalogação;<br>5. Padronização e normatização dos procedimentos Avaliação e Depreciação de Bens;<br>6. Serviços de levantamento físico in - loco (identificação e catalogação);<br>7. Tombamento e emplacamento dos bens;<br>8. Emissão dos Termos de Responsabilidade – Provisórios;<br>9. Elaboração de Planilhas Eletrônicas e Banco de Dados;<br>10. Transcrição das informações coletadas para sistema de gestão patrimonial, utilizado pela Administração;<br>11. Identificação de bens a serem incorporados e baixados;<br>12. Definição de Registros contábeis de regularização / consolidação;<br>13. Processo de Avaliação dos Bens, em conjunto com as comissões e de acordo com a NBCASP<br>14. Emissão dos Termos de Responsabilidade;<br>15. Livro Inventário;<br>16. Padronização dos procedimentos de depreciação; | **R$ 93.000,00** |

**2 – DA EXPECTATIVA DA CONTRATAÇÃO**: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 007/2016.

**2.1 –** O compromisso de execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 007/2016.

**2.2 –** O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**2.3 –** A entrega do(s) serviço(s) deverá ser efetuada conforme Capitulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 007/2016.

**3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**: A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

**3.1 –** Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor detentor da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

**3.2 –** Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

**3.3 –** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**4 – DOS PREÇOS**: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**4.1 –** O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**4.1.1 –** Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.

**4.1.2 –** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**4.1.2.1 –** Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

**4.2 –** Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:

**4.2.1 –** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.

**4.2.2 –** Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.

**4.3 –** Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.4 –** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

**4.5 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos.

**5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

**6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**7 – DO FORO**: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

_____ Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

_____ RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS – ME.

Testemunhas

_____ _____Nome: Nome: RG: RG:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2016**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016**

**Aos 02 dias do mês de junho de 2016, de um lado o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER,** com sede na Avenida Santo Antônio do Leverger, nº 245, Centro, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.507.555/0001-12, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal Sr. Valdir Pereira de Castro Filho**, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 009/2016**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **02/06/2016**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

**1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO**: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a locação de veículos**,** de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedor: | Barão Tur Transporte e Terceizações LTDA-EPP | CNPJ: | 08.338.786/ 0001-63 | | |
| Endereço: | Rod. Palmiro Paes de Barros nº 605 , sala 22 | | | | |
| Bairro: | Jardim Nossa Senhora Aparecida | Cidade: | Cuiabá -MT | CEP: | 78090-700 |
| Representante Legal: | Julio Cesar Bueno de Moura | CPF: | 006.827. 951-51 | | |
| E-mail: | baraoturcba@barao.com.br | Telefone: | 65-3052-2121 | | |
| **Item** | **Descrição** | **Qtd** | | **Valor Unitário** | |
| **1** | Camionete 4x4 Diesel 4 portas, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, ar condicionado, com seguro total, ano de fabricação mínimo 2011, locação mensal. | 7 | | **R$ 7. 100,00** | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **2** | Veiculo 1.0 4 portas, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, ar condicionado, com seguro total, ano de fabricação mínimo 2011, locação mensal. | 4 | | **R$ 2. 650,00** |
| **3** | Caminhão ¾ Furgão, ano de fabricação mínimo 2011,locação mensal. | 1 | | **R$ 10. 000,00** |
| **4** | Pick-up 2 portas, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, ar condicionado, com seguro total, ano de fabricação mínimo 2011, locação mensal. | 1 | | **R$ 3. 250,00** |
| **6** | Veículo utilitário tipo perua, 10 lugares, ano fabricação mínimo 2011, locação mensal. | 1 | | **R$ 3. 700,00** |
| **7** | Pick-up 2 portas, ano de fabricação mínimo 2011, equipado para realização de serviços de manutenção de rede elétrica, de baixa e alta tensão. (suporte para escadas, fios, etc), locação mensal. | 1 | | **R$ 2. 150,00** |

**2 – DA EXPECTATIVA DA CONTRATAÇÃO**: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 009/2016.

**2.1 –** O compromisso de execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 009/2016.

**2.2 –** O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**2.3 –** A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Capitulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 009/2016.

**3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**: A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

**3.1 –** Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor detentor da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

**3.2 –** Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

**3.3 –** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**4 – DOS PREÇOS**: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**4.1 –** O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**4.1.1 –** Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.

**4.1.2 –** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

**4.1.2.1 –** Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

**4.2 –** Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:

**4.2.1 –** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.

**4.2.2 –** Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.

**4.3 –** Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.4 –** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

**4.5 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos.

**5 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

**6 – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**7 – DO FORO**: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

_____ Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

_____ Barão Tur Transporte e Terceirizações LTDA-EPP

Testemunhas

_____ _____ Nome: Nome: RG: RG:

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2016 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 020/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2016**

**PREGÃO: N° 020/2016**

**VALIDADE 12 (DOZE) MESES**

A presente licitação tem por objeto a **futura e eventualcontratação de empresa destinada ao fornecimento de refeições (marmitas), para as Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação.** Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 020/2016, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**Fornecedora:** Rosangela Gomes Pereira, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 24.038.790/0001-62, sediada na Rua Primavera S/N, neste ato representado pela sua proprietária, S.r. Rosangela Gomes Pereira, nacionalidade Brasileira, Portador da Carteira de Identidade nº. 18755976, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 040.265.951-10.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventualcontratação de empresa destinada ao fornecimento de refeições (marmitas), para a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | QUANT | VALOR |
|---|---|---|---|
| 01 | REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA SEREM UTILIZADAS POR FUNCIONARIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE SE ENCONTRAN DE PLANTÃO E PACIENTES INTERNADOS. | 1000 | 10,50 |
| 02 | REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA SEREM UTILIZADAS POR MOTORISTAS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS QUE SE ENCONTRAREM EM TRECHO FAZENDO MANUTENÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS | 1000 | 10,50 |
| 03 | REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MARMITAS PARA SEREM UTILIZADAS POR MOTORISTAS DA FROTA ESCOLAR QUE SE ENCONTRA EM LINHA ESCOLAR | 1000 | 10,50 |

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4.0. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a

Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA**

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. advertência,

13.1.2.2. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.0. A despesa decorrente do objeto desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Fundo Municipal de Saúde

Ficha - 122

05.002.10.301.5006.2033.33.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Ficha – 142

06.001.12.361.5007.2037.33.90.30 – Material de Consumo.

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Ficha – 243

09.001.15.452.5011.2062.33.90.30 – Material de Consumo

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 020/2016 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2016.

**Miguel Jose Brunetta**

Prefeito Municipal

Gerenciador

**Weverton Ancelmo P. de Sousa**

Pregoeiro

**ROSANGELA GOMES PEREIRA**

**CNPJ: 24.038.790/0001-62**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**RESOLUÇÃO CMAS Nº 03 DE MAIO DE 2016.**

Dispõe sobre Aprovação do Demonstrativo de Prestação de Contas 2015.

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a lei 10/2001, em reunião realizada no dia 31 de Maio de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação do MDS; Metas e Planejamento 2016;

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Leste - MT, 31 de Maio de 2016.

**Andréia Pereira Siqueira**

Presidente do Conselho Municipal

De Assistência Social - CMAS

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**PORTARIA N.º 235/2.016.**

**DE: 03 DE JUNHO DE 2.016**

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 038/2016 DE 03 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;**

**RESOLVE:**

**Artigo 1º-** Nomear o Sr. Getonio Dias Guirra, Engenheiro Civil, CREA RN120457943-1, como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo nº 038/2016 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA ME.**

**Parágrafo Único –** O contrato descrito no caput deste artigo trata-se da execução de obra na **"Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Professor Vanderlei Cecatto",** cujo prazo de vigência será de 03/06/2016 até 29/11/2016.

**Artigo 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**Artigo 3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

**EM: 03 DE JUNHO DE 2.016**

**MIGUEL JOSÉ BRUNETTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EXTRATO CONTRATO Nº 039/2016**

Objeto: Este contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada na confecção de tubos de concreto armado, bitolas de 400mm a 1200mm, para implantação de redes de águas pluviais em vias urbanas do Município de Santo Antônio do Leste.Consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 021/2016.

Período: 03/06/2016 a 30/05/2017

Valor Global: R$ R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Data de Assinatura: 03/06/2016

Contratado: **WAGNER MAYCON DE OLIVEIRA – ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2016 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 019/2016**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 015/2016**

**PREGÃO: N° 019/2016**

**VALIDADE 12 (DOZE) MESES**

A presente licitação tem por objeto o **Pregão Presencial modelo Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em Serviços de Recarga de Cartuchos e toners para impressoras das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal, conforme solicitações.**

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL JOSE BRUNETTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 019/2016, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**Fornecedora:** Krug & Cia LTDA - ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 17.223.697/0001-62, sediada na rua Domingos Azzolini, S/n, Centro, CEP-78628-000, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo seu sócio proprietário, S.r. Paulo Alexandre Krug, nacionalidade Brasileiro, Portador da Carteira de Identidade nº 1452995-5, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 025.885.451-06.

| ITEM | QUANTIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR |
|---|---|---|---|
| 01 | 200 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 21 | 18,00 |
| 02 | 280 | RECARGA DE TONER HP 85ª | 55,00 |
| 03 | 170 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 60 COLORIDO | 21,00 |
| 04 | 200 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 60 PRETO | 18,00 |
| 05 | 170 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 21 PRETO | 18,00 |
| 06 | 200 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 22 COLORIDO | 18,00 |
| 07 | 250 | RECARGA DE TONER HP 12 A | 55,00 |
| 08 | 150 | RECARGA DE TONER LEXMARK E 120 | 55,00 |
| 09 | 150 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 74 PRETO | 18,00 |
| 10 | 150 | RECARGA DE CARTUCHOS HP 75 COLORIDO | 18,00 |
| 11 | 200 | RECARGA DE TONER SAMSUNG 3250D | 55,00 |
| 12 | 200 | RECARGA DE TONER SAMSUNG ML2010 | 55,00 |
| 13 | 200 | RECARGA DE CARTUCHOS HP28 COLORIDO | 18,00 |
| 14 | 200 | RECARGA DE CARTUCHO HP 27 PRETO | 18,00 |
| 15 | 150 | RECARGA DE CARTUCHO HP662 PRETO | 18,00 |
| 16 | 100 | RECARGA DE CARTUCHO HP662 COLORIDO | 18,00 |
| 17 | 150 | RECARGA DE CARTUCHO HP 122 PRETO | 18,00 |
| 18 | 150 | RECARGA DE CARTUCHO HP 122 COLORIDO | 18,00 |

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SERVIÇO**

1.0. Este instrumento tem por objetivo a **Eventual Contratação de empresa especializada em Serviços de Recarga de Cartuchos e toners para impressoras das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal, conforme solicitações.**

**N**ão obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) serviços(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4.0. Os serviços/produtos deverão ser entregues no almoxarifado central desta Prefeitura Municipal ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do serviço contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, serviço desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA**

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. advertência,

13.1.2.2. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS**

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.0. A despesa decorrente do serviço desta licitação ocorrerá à conta da-Dotação Orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde.

05.001.10.301.5005.2072.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação.

06.001.12.361.5006.2033.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

09.001.15.452.5009.2060.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Gabinete da Secretaria Municipal de Ação Social.

07.001.08.244.5007.2048.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração.

03.001.04.122.5003.2007.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Gabinete do Prefeito.

02.001.04.122.5002.2002.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 019/2016 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 03 de Junho de 2016.

**Miguel Jose Brunetta**

Prefeito Municipal

Gerenciador

**Weverton Ancelmo P. de Sousa**

Pregoeiro

**KRUG & CIA LTDA – ME**

**CNPJ: 17.223.697/0001-62**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EXTRATOS DE CONTRATOS 2016**

**EXTRATO CONTRATO Nº 035/2016**

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de Empresa para Aquisição de combustíveis, espécie, Óleo Diesel S10 e Diesel S-500, carga fechada em TRR, do Pregão Presencial nº 016/2016, visando atender a frota de veículos do município de Santo Antonio do Leste.

Período: 20/05/2016 a 19/05/2017

Valor Global: R$ 944.200,00 (novecentos e quarenta e quatro mil e duzentos reais).

Data de Assinatura: 20/05/2016

Contratado: **ANDREIS COM. ATACADISTA DE COMBUSTÍVEIS LTDA**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

**EXTRATO CONTRATO Nº 036/2016**

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa destinada ao fornecimento de refeições (marmitex), para a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação, consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 020/2016

Período: 01/06/2016 a 30/05/2017

Valor Global: R$ 78.750,00 (setenta e oito mil e setecentos e cinqüenta reais).

Data de Assinatura: 01/06/2016

Contratado: **ROSANGELA GOMES PEREIRA**,

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

**EXTRATO CONTRATO Nº 037/2016**

Objeto: Este contrato tem por objetivo a Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em Serviços de Recarga de Cartuchos e toners de impressoras das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal, conforme solicitações. Consoante anexo I do edital de licitação Pregão Presencial nº 019/2016.

Período: 01/06/2016 a 30/05/2017

Valor Global: R$ 99.330,00 (noventa e nove mil e trezentos e trinta reais).

Data de Assinatura: 01/06/2016

Contratado: **KRUG & CIA LTDA - ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE**
**EXTRATO CONTRATO Nº 038/2016**

Objeto: Contratação de Empresa para execução de obra na **"Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Professor Vanderlei Cecatto",** CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, Planilha Orçamentária Padrão, cronograma físico-financeiro e Memorial Descritivo, constantes do Processo Licitatório TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016.

Período: 03/06/2016 a 30/11/2016

Valor Global: R$ 86.372,27 (oitenta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e sete centavos).

Data de Assinatura: 03/06/2016

Contratado: **CONSTRUTORA E INCORPORADORA GDN LTDA ME**

Contratante: **PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO LESTE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**
**/LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 017/2016, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS COM MOTORISTA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, O QUAL DISPONIBILIZARÁ 03 (TRÊS) CAMINHÕES PIPA, SENDO DOIS COM TANQUE DE CAPACIDADE DE 15.000 (QUINZE MIL) LITROS OU SUPERIOR, E OUTRO PARA ADAPTAÇÃO DE 01 (UM) TANQUE DE CAPACIDADE DE 10.000 (DEZ MIL) LITROS DE ÁGUA (TANQUE DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO) OS DOIS CAMINHÕES PIPA DE 15. 000 LITROS PARA UMEDECER AS RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS, E BAIRROS QUE FALTAM ÁGUA NO PERÍODO DE VERÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO. E OUTRO PARA ADAPTAÇÃO DE 01 (UM) TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 (DEZ MIL) LITROS DE ÁGUA (TANQUE DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO) PARA UMEDECER RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS E BAIRROS QUE FALTAM ÁGUA NO PERÍODO DE VERÃO NO DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE, NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) MESES. PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO.** Abertura de Sessão Publica para Disputa de Lances e entrega de Documentação será no dia **17 de Junho de 2016, às 15:30hmin**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal no horário de 13h00min as 18h00min ou pelo telefone FAX (66) 3522-2117 e e-mail – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

Em São Félix do Araguaia - MT, 03 de Junho de 2016.

**João Elias de Freitas de Neto**

**Pregoeiro**

**Portaria N. 326/2015**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016**

**EDITAL COMPLEMENTAR N° 03 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016**

**INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS CONTRA A RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS**

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, instituída pela Portaria nº 139, de 2 de maio de 2016, devidamente publicada no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), em 10/05/2016, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 2473 – ANO XI – Páginas 284-285, torna público o Edital Complementar nº 03, que tem por finalidade:

**1. Divulgar a existência de recurso contra a relação de candidatos inscritos** no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, em cumprimento ao cronograma previsto no anexo XVIII do Edital de Abertura, conforme abaixo:

1.1. A candidata **ALESSANDRA DOS SANTOS ARCANJO, Inscrição ESPI-008,** entrou com recurso alegando erro da Secretaria da Escola Aberto Nunes da Silveira, pois solicitara a inscrição como APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO, NÍVEL FUNDAMENTAL, e a Secretaria formalizou como PROFESSOR, NÍVEL MÉDIO.

1.1.1. A Comissão Organizadora, analisando a documentação da inscrição e ouvindo a Secretaria da Escola, promoveu as seguintes alterações na relação de Inscritos:

1.1.1.1. Na Inscrição ESPI-008, de ALESSANDRA DOS SANTOS ARCANJO, onde se lê PROFESSOR, leia-se APOIO-LIMPEZA E NUTRIÇÃO; e

1.1.1.2. Na Inscrição ESPI-008, de ALESSANDRA DOS SANTOS ARCANJO, onde se lê MÉDIO, leia-se FUNDAMENTAL.

**2. Homologar as inscrições** para o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, em cumprimento ao cronograma previsto no anexo XVIII do Edital de Abertura, divulgadas no Edital Complementar nº 02, expedido em 30 de maio de 2016 e publicado no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), em 31/05/2016, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 2487 – ANO XI – Páginas 393-423, com as alterações promovidas pelo item 1.1 e seus sub-itens deste Edital.

São Félix do Araguaia – MT, 2 de junho de 2016.

**DINALVA RIBEIRO DA SILVA**

**Presidente**

**De Acordo:**

**JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA**

**Prefeito Municipal**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT /LICITAÇÃO**
**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016**

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016**

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão na forma Presencial n° 012/2016, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA PELO PERÍODO DE (01) UM ANO, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Abertura de Sessão Publica para Disputa de Lances e entrega de Documentação será no dia 16**de Junho de 2016, às 14h00min**. Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal no horário de 13h00min as 18h00min ou pelo telefone FAX (66) 3522-2117 e e-mail licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

Em São Félix do Araguaia - MT, 03 de Junho de 2016.

**João Elias de Freitas de Neto**

**Pregoeiro**

**Portaria N. 326/2015**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO ADITIVO**

**I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DA SERVIDORA TEMPORÁRIA**

**Nº 024/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 024/2016 CELEBRADO EM 01 DE MARÇO DE 2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E **LEDA BORGES NATES**.

As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado ao Contrato de que trata a Cláusula Segunda, que o prazo de vigência do fica prorrogado por mais quatro (04) meses, sendo até o dia 01 de outubro de 2016, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art. 57 inciso 2º c/c parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA SEGUNDA** – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT; 30 de maio de 2016.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA LEDA BORGES NATES

Prefeito Municipal Contratada

Contratante

Testemunhas:

01 ..... 02.....
.....

Euripedes Garcia de Moura – CPF 304.028.321-91 Mirian Vieira Freire – CPF 003.017.861-43

_____

Rossilene Bitencourt Ianhes Barbosa

Assessoria Jurídica

***OAB Nº. 5181-MT***

# SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
# DECLARAÇÃO RELATÓRRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 2 BIMESTRE 2016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Receitas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 13.431.981,48 | 13.431.981,48 | 2.201.867,94 | 16,43 | 4.308.241,99 | 32,02 | 8.995.739,47 |
| RECEITAS CORRENTES | 13.359.030,21 | 13.359.030,21 | 2.001.054,98 | 15,35 | 4.305.409,43 | 32,00 | 9.034.121,79 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 573.185,00 | 573.185,00 | 46.472,95 | 8,63 | 91.825,14 | 16,02 | 481.359,86 |
| Impostos | 555.146,00 | 555.146,00 | 45.710,45 | 8,23 | 82.499,83 | 14,86 | 472.660,17 |
| Taxas | 18.039,00 | 18.039,00 | 762,50 | 20,86 | 9.359,31 | 51,83 | 8.679,69 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 341.432,00 | 341.432,00 | 28.850,32 | 8,44 | 101.592,18 | 29,75 | 239.931,82 |
| Contribuições Sociais | 307.500,00 | 307.500,00 | 23.854,95 | 7,76 | 65.575,09 | 27,85 | 221.924,92 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 33.932,00 | 33.932,00 | 4.995,37 | 14,43 | 16.355,13 | 48,20 | 17.576,87 |
| Contribuição de Iluminação Pública | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 827.231,21 | 827.231,21 | 222.671,15 | 26,92 | 394.843,40 | 47,73 | 432.387,11 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 827.231,21 | 827.231,21 | 222.671,15 | 26,92 | 394.843,40 | 47,73 | 432.387,11 |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | 0,00 |
| Compensações Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | 0,00 |
| Receita de Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria da Construção | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 156.200,00 | 156.200,00 | 22.604,92 | 14,47 | 45.839,01 | 29,34 | 110.360,99 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 11.397.080,32 | 11.397.080,32 | 1.719.644,59 | 15,09 | 3.704.882,05 | 32,51 | 7.692.918,27 |
| Transferências Intergovernamentais | 10.851.074,07 | 10.851.074,07 | 1.652.660,62 | 15,01 | 3.617.795,43 | 33,33 | 7.284.218,97 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 515.706,35 | 515.706,35 | 66.651,97 | 16,80 | 67.109,85 | 16,99 | 426.596,70 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 63.821,38 | 63.821,38 | 7.910,45 | 12,24 | 16.111,05 | 25,24 | 47.710,33 |
| Multas e Juros de Mora | 2.264,87 | 2.264,87 | 63,83 | 2,13 | 649,10 | 22,74 | 2.258,87 |
| Indenizações e Restituições | 300,00 | 300,00 | 315,93 | 105,31 | 410,57 | 136,86 | -110,57 |
| Receita da Dívida Ativa | 27.855,71 | 27.855,71 | 1.499,07 | 5,42 | 3.435,63 | 12,42 | 24.215,11 |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | 200,00 | 200,00 | | 0,00 | | 0,00 | 200,00 |
| Receitas Correntes Diversas | 32.918,20 | 32.918,20 | 5.894,62 | 18,09 | 11.615,78 | 35,40 | 21.302,22 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 42.451,26 | 42.451,26 | 150.833,59 | 355,31 | 150.833,59 | 355,31 | -108.382,31 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Receitas Orçamentárias | Estágios da Receita Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | 0,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 17.409,00 | 17.409,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.409,00 |
| Alienação de Bens Móveis | 17.409,00 | 17.409,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.409,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | 0,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 25.042,26 | 25.042,26 | 150.833,59 | 602,32 | 150.833,59 | 602,32 | -125.791,31 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências do Exterior | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 25.042,26 | 25.042,26 | 150.833,59 | 602,32 | 150.833,59 | 602,32 | -125.791,31 |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | 0,00 |
| Dív. Ativ. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Capital Diversas | | | | | | | 0,00 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.119.503,00 | 1.119.503,00 | 181.203,68 | 14,40 | 392.517,49 | 35,06 | 726.985,51 |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 14.521.484,48 | 14.521.484,48 | 2.383.071,62 | 16,27 | 4.866.759,48 | 33,73 | 9.622.724,98 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Mobiliária | | | | | | | 0,00 |
| Contratual | | | | | | | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) | 14.521.484,48 | 14.521.484,48 | 2.383.071,62 | 16,27 | 4.866.759,48 | 33,73 | 9.622.724,98 |
| DÉFICIT (VI) | | | | | | | |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | | | | | | | 4.866.759,48 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Superávit Financeiro | | | | | | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Despesas Orçamentárias | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g)=(e-f) | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (f)=(e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| Despesas Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII) | 14.521.484,48 | 14.440.103,48 | 2.402.709,62 | 6.229.710,99 | 8.227.004,49 | 1.745.484,72 | 5.454.403,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 13.359.030,21 | 13.430.554,21 | 2.402.709,62 | 6.229.710,99 | 7.200.843,22 | 1.745.484,72 | 5.454.403,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.199.987,67 | 7.044.059,67 | 1.172.193,34 | 2.150.339,66 | 4.893.720,01 | 1.171.871,44 | 2.151.191,43 | 0,00 | 4.893.679,01 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 60.800,00 | 60.800,00 | 9.284,64 | 14.058,97 | 46.741,03 | 9.284,64 | 14.058,97 | | 46.800,03 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 6.100.080,54 | 6.319.753,54 | 1.221.231,64 | 4.065.312,36 | 2.254.102,47 | 564.328,64 | 3.289.153,59 | 0,00 | 2.411.058,75 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 836.790,00 | 1.406.439,00 | 176.005,07 | 222.612,11 | 1.213.757,78 | 12.096,97 | 82.783,41 | 1.190.459,00 | | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 286.790,00 | 1.406.439,00 | 174.151,70 | 220.141,70 | 1.187.687,00 | 8.950,00 | 59.950,00 | 1.166.539,00 | | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Despesas Orçamentárias | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g)=(e-f) | Estágios da Despesa Orçamentária | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (f)=(e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 70.000,00 | 30.000,00 | 6.205,07 | 13.870,41 | 16.129,59 | 6.205,07 | 13.870,41 | 16.129,59 | | |
| RESERVA DO CONTINGÊNCIA | 186.790,00 | 120.650,80 | | | 120.650,80 | | | 120.650,80 | | |
| RESERVA DO RPPS | 469.000,00 | 460.000,00 | | | 460.000,00 | | | 460.000,00 | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (VII - IV) | 14.521.484,48 | 14.440.103,48 | 2.402.709,62 | 6.229.710,99 | 8.227.004,49 | 1.745.484,72 | 5.454.403,99 | 2.772.699,49 | | |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (IX) = (VIII + V) | 13.840.109,00 | 15.174.727,80 | 2.719.088,74 | 6.641.371,70 | 1.486.654,90 | 3.743.704,13 | 11.428.515,72 | 0,00 | | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| Outras Dívidas | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XI) = (X + IX) | 13.840.109,00 | 15.174.727,80 | 2.719.088,74 | 6.641.371,70 | 1.486.654,90 | 3.743.704,13 | 11.428.515,72 | 0,00 | | 0,00 |
| SUPERÁVIT (XII) = (V - XI) | | | | | | 1.344.233,97 | | | | |
| TOTAL (XIII) = (XI + XII) | 13.840.109,00 | 15.174.727,80 | 2.719.088,74 | 6.641.371,70 | 1.486.654,90 | 5.100.000,00 | | 0,00 | | 0,00 |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Receitas Intra Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 1.119.503,00 | 1.119.503,00 | 181.203,68 | 14,40 | 392.517,49 | 35,06 | 726.985,51 |
| RECEITAS CORRENTES | 1.119.503,00 | 1.119.503,00 | 181.203,68 | 14,40 | 392.517,49 | 35,06 | 726.985,51 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Impostos | | | | | | | 0,00 |
| Taxas | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Melhoria | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Contribuições Sociais | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | | | | | | 0,00 |
| Contribuição de Iluminação Pública | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.119.503,00 | 1.119.503,00 | 181.203,68 | 14,40 | 392.517,49 | 35,06 | 726.985,51 |
| Receitas Imobiliárias | | | | | | | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 1.119.503,00 | 1.119.503,00 | 181.203,68 | 14,40 | 392.517,49 | 35,06 | 726.985,51 |
| Receita de Concessões e Permissões | | | | | | | 0,00 |
| Compensações Financeiras | | | | | | | 0,00 |
| Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público | | | | | | | 0,00 |
| Receita de Cessão de Direitos | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Produção Vegetal | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Produção Animal e Derivados | | | | | | | 0,00 |
| Outras Receitas Agropecuárias | | | | | | | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Receita da Indústria Extrativa Mineral | | | | | | | 0,00 |
| Receita da Indústria de Transformação | | | | | | | 0,00 |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Receitas Intra Orçamentárias | Estágios da Receita Intra-Orçamentária | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a-c) |
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| Receita da Indústria da Construção | | | | | | | |
| Outras Receitas Industriais | | | | | | | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Multas e Juros de Mora | | | | | | | |
| Indenizações e Restituições | | | | | | | |
| Receita da Dívida Ativa | | | | | | | |
| Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS | | | | | | | |
| Receitas Correntes Diversas | | | | | | | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | | | | | | | |
| Operações de Crédito Externas | | | | | | | |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Alienação de Bens Móveis | | | | | | | |
| Alienação de Bens Imóveis | | | | | | | |
| AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS | | | | | | | |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Transferências Intergovernamentais | | | | | | | |
| Transferências de Instituições Privadas | | | | | | | |
| Transferências do Exterior | | | | | | | |
| Transferências de Pessoas | | | | | | | |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | | | | | | | |
| Transferências de Convênios | | | | | | | |
| Transferências para o Combate à Fome | | | | | | | |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | | 0,00 |
| Integralização do Capital Social | | | | | | | |
| Dív. Ativ. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ. | | | | | | | |
| Receitas de Capital Diversas | | | | | | | |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Despesas Intra Orçamentárias | Estágios da Despesa Intra-Orçamentária | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g)=(e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (f)=(e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| Despesas Intra Orçamentárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 666.000,00 | 666.000,00 | 116.911,22 | 282.865,80 | 406.599,20 | 120.000,00 | 241.100,07 | 440.899,93 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES | 666.000,00 | 666.000,00 | 116.911,22 | 282.865,80 | 401.599,20 | 120.000,00 | 241.100,07 | 442.899,93 | 0,00 | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 600.300,00 | 600.300,00 | 110.941,41 | 223.941,46 | 376.858,87 | 110.941,41 | 223.941,43 | 376.858,57 | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

| |
|---|
| **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)** |
| **CNPJ:** |
| **Exercício: 2016** |
| **Período de referência: 2º bimestre** |

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 30/04/2016 |
| **Notas Explicativas** | - |
| Fonte - Anexo 1 - Tabela 1.0 - RREO | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

| Despesas Intra-Orçamentárias | DOTAÇÃO INICIAL (a) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (b) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | Dotações ou Despesas Intra-Orçamentária DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 65.800,00 | 65.800,00 | 998,81 | 52.119,07 | 21.680,93 | 10.105,17 | 20.056,14 | 45.743,86 | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 4.000,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| INVESTIMENTOS | 4.000,00 | 4.000,00 | | | 4.000,00 | | | 4.000,00 | | |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | | | | | 0,00 | | | 0,00 | | |



Documento gerado em 02/06/2016 16:09:50 Página 6 de 14

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

| Função/Subfunção | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | Execução da Despesas DESPESAS EMPENHADAS | | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 12.849.600,00 | 12.615.435,00 | 2.822.766,02 | 5.203.713,84 | 100,00 | 7.411.721,16 | 1.729.484,73 | 3.224.433,05 | 100,00 | 12.333.611,29 | 0,00 |
| Legislativa | 897.000,00 | 897.000,00 | 69.997,00 | 347.940,00 | 6,69 | 549.060,00 | 69.127,00 | 199.714,73 | 6,19 | 697.285,00 | 0,00 |
| Administração | 897.000,00 | 897.000,00 | 69.997,00 | 347.940,00 | 6,69 | 549.060,00 | 69.127,00 | 199.714,73 | 6,19 | 697.285,00 | |
| Administração Geral | 897.000,00 | 897.000,00 | 69.997,00 | 347.940,00 | 6,69 | 549.060,00 | 69.127,00 | 199.714,73 | 6,19 | 697.285,00 | |
| Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Essencial à Justiça | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Representação Judicial e Extrajudicial | 9.000,00 | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração | 2.519.367,00 | 2.693.967,10 | 552.660,10 | 1.269.750,07 | 24,41 | 1.424.139,03 | 469.259,84 | 1.042.797,06 | 20,70 | 1.650.130,04 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 1.762.000,00 | 1.886.141,10 | 352.660,00 | 774.657,00 | 14,89 | 1.111.484,10 | 374.159,11 | 864.556,06 | 15,95 | 1.021.585,04 | |
| Administração Financeira | 9.000,00 | 9.000,00 | 999,00 | 999,00 | 0,01 | 8.184,00 | 999,00 | 999,00 | 0,01 | 8.184,00 | |
| Controle Interno | 211.000,00 | 198.500,00 | 5.210,00 | 20.279,04 | 0,39 | 140.921,00 | 11.220,00 | 122.557,00 | 2,31 | 175.942,96 | |
| Normalização e Fiscalização | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Tratamento de Ativos | 1.000,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | |
| Formação de Recursos Humanos | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração de Receitas | 514.000,00 | 627.670,00 | 144.171,10 | 263.667,99 | 5,07 | 363.002,01 | 103.128,26 | 173.532,06 | 3,35 | 454.142,11 | |
| Administração de Concessões | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Naval | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Terrestre | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Defesa Civil | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Informação e Inteligência | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Cooperação Internacional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência Social | 652.100,00 | 1.026.135,00 | 183.679,30 | 312.467,43 | 6,01 | 713.667,57 | 97.944,27 | 152.253,90 | 2,93 | 1.023.881,10 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | 17.000,00 | 17.000,00 | | | 0,00 | 17.000,00 | | | 0,00 | 17.000,00 | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 8.400,00 | 8.400,00 | | | 0,00 | 8.400,00 | | | 0,00 | 8.400,00 | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 226.600,00 | 254.135,00 | 74.135,78 | 114.174,78 | 2,17 | 119.960,22 | 59.353,29 | 45.057,99 | 1,00 | 189.391,81 | |
| Assistência Comunitária | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | 399.500,00 | 746.600,00 | 109.543,52 | 198.292,65 | 3,77 | 548.307,35 | 38.590,98 | 107.196,91 | 2,06 | 639.403,09 | |
| Previdência Social | 1.181.000,00 | 1.181.000,00 | 118.511,22 | 282.999,00 | 5,44 | 898.001,00 | 130.000,28 | 241.115,37 | 4,63 | 939.884,63 | 0,00 |
| Previdência Básica | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência do Regime Estatutário | 1.097.000,00 | 1.097.000,00 | 113.941,41 | 223.041,49 | 4,29 | 873.958,51 | 130.041,45 | 232.341,43 | 4,46 | 864.658,57 | |
| Previdência Complementar | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Previdência Especial | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 84.000,00 | 84.000,00 | 569,81 | 59.119,51 | 1,14 | 24.880,49 | 10.159,17 | 30.556,74 | 0,59 | 53.443,26 | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º bimestre

| Função/Subfunção | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | Execução da Despesas DESPESAS EMPENHADAS | | % (b/total b) | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | % (d/total d) | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | | | |
| Demais Subfunções | 2.472.401,00 | 2.661.267,00 | 564.747,56 | 1.152.473,77 | 21,61 | 1.508.525,43 | 400.312,71 | 791.956,34 | 21,77 | 1.869.356,91 | 0,00 |
| Atenção Básica | 797.964,00 | 646.023,00 | 73.818,04 | 223.429,70 | 4,21 | 422.593,30 | 69.991,00 | 179.340,72 | 3,90 | 467.074,28 | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 1.674.437,00 | 2.015.244,00 | 490.929,52 | 929.044,07 | 17,42 | 1.086.199,93 | 330.321,71 | 612.615,62 | 16,87 | 1.402.628,38 | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 32.164,00 | 24.854,00 | 2.342,40 | 4.342,40 | 0,08 | 20.511,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 24.854,00 | |
| Vigilância Sanitária | 6.600,00 | 7.828,53 | 5.812,60 | 5.812,60 | 0,11 | 1.815,93 | 2.810,52 | 6.310,52 | 0,18 | 1.517,07 | |
| Vigilância Epidemiológica | 61.124,00 | 140.911,00 | 4.760,00 | 23.054,30 | 0,44 | 117.856,70 | 3.189,50 | 6.910,20 | 0,20 | 133.990,81 | |
| Alimentação e Nutrição | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 300.600,00 | 306.835,00 | 45.087,00 | 61.656,00 | 0,00 | 241.179,00 | 49.859,00 | 69.821,20 | 0,00 | 236.999,80 | |
| Demais Subfunções | 13.750,00 | 8.450,00 | | | 0,00 | 8.450,00 | | | 0,00 | 8.450,00 | |
| Saúde | 119.750,00 | 119.750,00 | 0,00 | 119.101,06 | 2,16 | 648,94 | 14.953,24 | 29.953,88 | 0,86 | 89.845,27 | 0,00 |
| Função e Subfunção ao Trabalhador | 119.750,00 | 119.750,00 | | 119.101,06 | 2,16 | 648,94 | 14.953,24 | 29.953,88 | 0,86 | 89.845,27 | |
| Relações do Trabalho | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Empregabilidade | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Fiscalização do Trabalho | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação | 2.614.610,00 | 2.556.553,75 | 662.481,14 | 1.124.345,60 | 21,60 | 1.432.161,15 | 367.324,33 | 720.564,33 | 20,69 | 1.787.989,24 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | 1.529.000,00 | 2.125.241,75 | 659.699,01 | 1.049.344,60 | 20,17 | 1.075.897,15 | 364.541,33 | 643.737,46 | 18,48 | 1.481.504,29 | |
| Ensino Médio | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Profissional | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Ensino Superior | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Infantil | 287.000,00 | 287.000,00 | 21.314,00 | 61.320,14 | 1,18 | 199.851,81 | 37.314,00 | 47.339,00 | 1,36 | 239.646,40 | |
| Educação de Jovens e Adultos | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Especial | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Educação Básica | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | 1.000,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | |
| Demais Subfunções | 123.250,00 | 120.208,00 | 5.581,00 | 9.762,34 | 0,19 | 110.425,66 | 5.581,00 | 9.762,34 | 0,28 | 110.425,66 | |
| Cultura | 126.000,00 | 40.000,00 | 5.000,00 | 9.675,00 | 0,19 | 30.325,00 | 5.000,00 | 9.675,00 | 0,28 | 30.325,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Difusão Cultural | 126.000,00 | 40.000,00 | 5.000,00 | 9.675,00 | 0,19 | 30.325,00 | 5.000,00 | 9.675,00 | 0,28 | 30.325,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos da Cidadania | 7.350,00 | 7.350,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 0,05 | 4.690,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 0,08 | 4.690,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | 7.350,00 | 7.350,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 0,05 | 4.690,00 | 2.660,00 | 2.660,00 | 0,08 | 4.690,00 | |
| Urbanismo | 344.000,00 | 344.054,47 | 113.000,00 | 189.000,00 | 3,64 | 155.054,47 | 34.000,00 | 45.000,00 | 1,30 | 299.054,47 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | 1.000,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | | | 0,00 | 1.000,00 | |
| Serviços Urbanos | 343.000,00 | 343.054,47 | 113.000,00 | 189.000,00 | 3,64 | 154.054,47 | 34.000,00 | 45.000,00 | 1,30 | 298.054,47 | 0,00 |
| Transportes Coletivos Urbanos | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Habitação | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | 2.000,00 | 2.000,00 | | | 0,00 | 2.000,00 | | | 0,00 | 2.000,00 | |
| Habitação Urbana | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento | 186.000,00 | 181.409,28 | 34.441,00 | 49.629,28 | 0,95 | 131.471,78 | 33.216,28 | 37.287,28 | 0,75 | 144.122,01 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | 3.000,00 | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Saneamento Básico Urbano | 183.000,00 | 181.409,28 | 34.441,00 | 49.629,28 | 0,95 | 131.471,78 | 33.216,28 | 37.287,28 | 0,75 | 144.122,01 | |
| Administração Geral | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Controle Ambiental | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Hídricos | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Meteorologia | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total) | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | Saldo (e) = (a-d) | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Agricultura | 727.473,00 | 550.825,00 | 150.453,11 | 251.340,44 | 4,47 | 242.284,51 | 22,09% | 308.540,56 | 0,00 |
| Abastecimento | 500,00 | 500,00 | | | 0,00 | 500,00 | | 0,00 | |
| Extensão Rural | 159.973,00 | 160.125,00 | 150.453,11 | 251.340,44 | 4,47 | 242.284,51 | 22,09% | 308.540,56 | |
| Irrigação | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Defesa Agropecuária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Colonização | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Produção Industrial | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Mineração | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Propriedade Industrial | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Normalização e Qualidade | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Comércio e Serviços | 1.500,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Comercialização | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Comércio Exterior | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Serviços Financeiros | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Turismo | 1.500,00 | 1.500,00 | | | 0,00 | 1.500,00 | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Telecomunicações | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Energia | 46.500,00 | 50.600,00 | 0,00 | 50.600,00 | 0,87 | 5.600,00 | 0,00 | 24.413,75 | 0,00 |
| Conservação da Energia | 46.500,00 | 50.600,00 | | 50.600,00 | 0,87 | 5.600,00 | | 24.413,75 | |
| Energia Elétrica | 10.000,00 | 5.600,00 | | | 0,00 | 5.600,00 | | 0,00 | |
| Petróleo | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Biocombustível | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Transporte | 499.000,00 | 434.525,40 | 70.999,00 | 180.609,88 | 3,09 | 247.710,91 | 70.999,00 | 186.609,88 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Transporte Rodoviário | 499.000,00 | 434.525,40 | 70.999,00 | 180.609,88 | 3,09 | 247.710,91 | 70.999,00 | 186.609,88 | 0,00 |
| Transporte Ferroviário | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Transporte Hidroviário | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Transportes Especiais | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Desporto e Lazer | 55.100,00 | 55.100,00 | 1.002,00 | 2.102,00 | 0,04 | 52.998,00 | 1.002,00 | 2.102,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Desporto Comunitário | 55.100,00 | 55.100,00 | 1.002,00 | 2.102,00 | 0,04 | 52.998,00 | 1.002,00 | 2.102,00 | 0,00 |
| Lazer | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Administração Geral | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Demais Subfunções | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Encargos Especiais | 133.850,00 | 83.850,00 | 11.468,71 | 27.977,28 | 0,49 | 55.772,82 | 11.468,71 | 27.977,28 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total) | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | Saldo (e) = (a-d) | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | 133.850,00 | 83.850,00 | 11.468,71 | 27.977,28 | 0,49 | 55.772,82 | 11.468,71 | 27.977,28 | 0,00 |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Transferências | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Outras Encargos Especiais | | | | | 0,00 | | | 0,00 | |
| Reserva de Contingência | 156.750,00 | 120.659,60 | | | 0,00 | 120.659,60 | | 0,00 | 120.659,60 |
| Reserva do RPPS | 466.000,00 | 480.659,00 | | | 0,00 | 480.659,00 | | 0,00 | 480.659,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | | | | | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 12.946.600,00 | 13.910.454,60 | 2.832.788,82 | 6.259.710,99 | 100,00 | 6.201.703,96 | 1.759.053,73 | 6.934.653,59 | 120,00 | 10.120.651,20 | 0,00 |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

| Função/Subfunção - Intra | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total) | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | Saldo (e) = (a-d) | |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Legislativa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Legislativa | | | | | | | | | |
| Controle Externo | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Judiciária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ação Judiciária | | | | | | | | | |
| Defesa de Interesses Difusos no Processo Judiciário | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa da Ordem Jurídica | | | | | | | | | |
| Representação Judicial e Extrajudicial | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Administração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Planejamento e Orçamento | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Administração Financeira | | | | | | | | | |
| Controle Interno | | | | | | | | | |
| Normatização e Fiscalização | | | | | | | | | |
| Tecnologia da Informação | | | | | | | | | |
| Ordenamento Territorial | | | | | | | | | |
| Formação de Recursos Humanos | | | | | | | | | |
| Administração do Pessoal | | | | | | | | | |
| Comunicação Institucional | | | | | | | | | |
| Comunicação Social | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Defesa Aérea | | | | | | | | | |
| Defesa Naval | | | | | | | | | |
| Defesa Terrestre | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Policiamento | | | | | | | | | |
| Defesa Civil | | | | | | | | | |
| Informação e Inteligência | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Relações Diplomáticas | | | | | | | | | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total) | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | Saldo (e) = (a-d) | |
| Cooperação Internacional | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Assistência ao Idoso | | | | | | | | | |
| Assistência ao Portador de Deficiência | | | | | | | | | |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | | | | | | | | | |
| Assistência Comunitária | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdência Básica | | | | | | | | | |
| Previdência de Regime Estatutário | | | | | | | | | |
| Previdência Complementar | | | | | | | | | |
| Previdência Especial | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Atenção Básica | | | | | | | | | |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | | | | | | |
| Suporte Profilático e Terapêutico | | | | | | | | | |
| Vigilância Sanitária | | | | | | | | | |
| Vigilância Epidemiológica | | | | | | | | | |
| Alimentação e Nutrição | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Proteção e Benefícios ao Trabalhador | | | | | | | | | |
| Relações de Trabalho | | | | | | | | | |
| Empregabilidade | | | | | | | | | |
| Fomento ao Trabalho | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ensino Fundamental | | | | | | | | | |
| Ensino Médio | | | | | | | | | |
| Ensino Profissional | | | | | | | | | |
| Ensino Superior | | | | | | | | | |
| Educação Infantil | | | | | | | | | |
| Educação de Jovens e Adultos | | | | | | | | | |
| Educação Especial | | | | | | | | | |
| Educação Básica | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico | | | | | | | | | |
| Difusão Cultural | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Direitos da Cidadania | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Custódia e Reintegração Social | | | | | | | | | |
| Direitos Individuais Coletivos e Difusos | | | | | | | | | |
| Assistência aos Povos Indígenas | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Urbanismo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Infra-Estrutura Urbana | | | | | | | | | |
| Serviços Urbanos | | | | | | | | | |
| Transportes Coletivos Urbanos | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Habitação Rural | | | | | | | | | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária Simplificado**
**Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)**
**CNPJ:**
**Exercício: 2016**
**Período de referência: 2º bimestre**

| Função/Subfunção - Intra | Dotação Inicial | Dotação Atualizada (a) | Despesas Empenhadas | | | Despesas Liquidadas | | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total) | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | Saldo (e) = (a-d) | |
| Habitação Urbana | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Saneamento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Saneamento Básico Rural | | | | | | | | | |
| Saneamento Básico Urbano | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Gestão Ambiental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Preservação e Conservação Ambiental | | | | | | | | | |
| Controle Ambiental | | | | | | | | | |
| Recuperação de Áreas Degradadas | | | | | | | | | |
| Recursos Hídricos | | | | | | | | | |
| Meteorologia | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desenvolvimento Científico | | | | | | | | | |
| Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia | | | | | | | | | |
| Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Agricultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Abastecimento | | | | | | | | | |
| Extensão Rural | | | | | | | | | |
| Irrigação | | | | | | | | | |
| Promoção da Produção Agropecuária | | | | | | | | | |
| Defesa Agropecuária | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reforma Agrária | | | | | | | | | |
| Colonização | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Industrial | | | | | | | | | |
| Produção Industrial | | | | | | | | | |
| Mineração | | | | | | | | | |
| Propriedade Industrial | | | | | | | | | |
| Normalização e Qualidade | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Promoção Comercial | | | | | | | | | |
| Comercialização | | | | | | | | | |
| Comércio Exterior | | | | | | | | | |
| Serviços Financeiros | | | | | | | | | |
| Turismo | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações Postais | | | | | | | | | |
| Telecomunicações | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |
| Energia | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Conservação da Energia | | | | | | | | | |
| Energia Elétrica | | | | | | | | | |
| Petróleo | | | | | | | | | |
| Biocombustível | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | |

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

| |
|---|
| **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)** |
| **CNPJ:** |
| **Exercício: 2016** |
| **Período de referência: 2º bimestre** |

**Execução da Despesa - Intra**

| Função/Subfunção - Intra | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c)=(a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/total a) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | | |
| Transporte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Transporte Aéreo | | | | | | | | | | | |
| Transporte Rodoviário | | | | | | | | | | | |
| Transporte Ferroviário | | | | | | | | | | | |
| Transporte Hidroviário | | | | | | | | | | | |
| Transporte Urbano | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Desporto e Lazer | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Desporto de Rendimento | | | | | | | | | | | |
| Desporto Comunitário | | | | | | | | | | | |
| Lazer | | | | | | | | | | | |
| Administração Geral | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | 0,00 | 0,00 |
| Refinanciamento da Dívida Interna | | | | | | | | | | | |
| Refinanciamento da Dívida Externa | | | | | | | | | | | |
| Serviço da Dívida Interna | | | | | | | | | | | |
| Serviço da Dívida Externa | | | | | | | | | | | |
| Transferências | | | | | | | | | | | |
| Outros Encargos Especiais | | | | | | | | | | | |
| Transferências para a Educação Básica | | | | | | | | | | | |
| Demais Subfunções | | | | | | | | | | | |



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

| |
|---|
| **Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado** |
| **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)** |
| **CNPJ:** |
| **Exercício: 2016** |
| **Período de referência: 2º bimestre** |

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

| Notas Explicativas | Valores |
|---|---|
| | 30/04/2016 |
| Notas Explicativas | - |
| Notas Explicativas | |



## Lista de Assinaturas

| |
|---|
| **Assinatura: 1** |
| Digitally signed by ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA:35336501115<br>Date: 2016.06.02 15:13:34 AMT<br>Perfil: Titular do Poder Executivo<br>Instituição: Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT |
| **Assinatura: 2** |
| |
| **Assinatura: 3** |
| |
| **Assinatura: 4** |
| |
| **Assinatura: 5** |
| |

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

**Secretaria do Tesouro Nacional - STN**
**Ministério da Fazenda - MF**
**Recibo de Declaração Homologada**

A instituição **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

| | |
|---|---|
| **Instituição:** | Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT) |
| **Declaração:** | Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado |
| **Periodicidade:** | Bimestral |
| **Período:** | 2º bimestre |
| **Exercício:** | 2016 |
| **Assinatura(s):** | • Nome: ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA<br>*Titular do Poder Executivo*<br>CPF: 353.365.011-15<br>Data: 02/06/2016 16:14:06 |

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **02/06/2016, às 16:14:47** , é:

**00.XK.DF-H**

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 02/06/2016 16:14:47 Página 1 de 1

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2016**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA TORNA PÚBLICO QUE ESTARÁ REALIZANDO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2016 REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2014, SUBSIDIADA PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHEIRO CIVIL PARA FISCALIZAR OS SERVICOS NESSE MUNICIPIO E OUTROS SERVIÇOS QUE FOR DE SUA COMPETENCIA (COMO AUTORIZAR A HABITE SE, APROVAR PROJETOS ENTRE OS OUTROS), CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

NO Dia 16 de Junho de 2016 às 13:00. HORAS (HORÁRIO LOCAL).

LOCAL SALA DE LICITAÇÃO DA SALMEN HANZE, n.º 914, CENTRO. RUA SALMEM HANZE, SÃO JOSÉ DO POVO - MT CEP 78.773-000, RETIRADA DO EDITAL NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO OU ATRAVÉS DO SITE WWW.SAOJOSEDOPOVO.MT.GOV.BR OU PELO EMAIL: llgaguaviva@hotmail.com, MAIS INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (66) 34941137 OU NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO - SITUADA À RUA SALMEM HANZE, 924, DURANTE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO no horário das 12:00 às 17:00 horas.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT 03/06/2016.

_____

MARIA IRANDI DUARTE

Presidente da Comissão de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO Nº 27/2016 – RESULTADO DO JULGAMENTO**

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: EDER ROBERTO DE PAULA - ME, CNPJ 14.822.294/0001-41 com o valor de R$ 332.699,52. São José do Rio Claro – MT, 03 de Junho de 2016.

**Tatiana Dockhorn** – Pregoeira Oficial

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

**DECRETO Nº 039/2016.**

DECRETO Nº 039/2016.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora, **FERNANDA ALVES BEZERRA,** do cargo de Diretora de Departamento do Gabinete Municipal, de prestar serviços, junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

**PORTARIA Nº 150/2016**

**PORTARIA Nº 150/2016** São José do Xingu – MT, 01 de junho de 2016.

***" DISPÕE SOBRE ANOMEAÇÃO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL PARA A 1ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES NO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO XINGU-MT."***

A Prefeita Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais, resolve:

**Art.1º** Nomear os seguintes integrantes que constituirão a Comissão Preparatória Municipal para a 1ª Conferência das Cidades:

| SEGMENTO | TITULAR / ENTIDADE | SUPLENTE / ENTIDADE |
|---|---|---|

**Setor Publico Vilson Pacheco Aloizio Rodrigues da Silva**

**Setor Publico Tânia A. de C. Aguiar Eni Francisco M. Borges**

**Entidades Sindicais Naiara Barbosa Rodrigues Antônio Marcos Pereira Matos Rep. Governamental Antônio da Silva de Oliveira Tiago Vinício B. Simão**

Sociedade Civil Flávia Aguiar da Silva Daianne Alves de Jesus

**Sociedade Civil Adriano Ferreira Dias Pablo I. N. Ferreira Barroso**

**Acadêmicos Joselilda Siqueira de Carvalho Simone Rodrigues de Souza**

**Acadêmicos Maria de Jesus R. de S. Feitoza Luciana Neves Rodrigues**

**Art.2º** Nomear a Coordenação Executiva com os seguintes integrantes:

| SEGMENTO | TITULAR / ENTIDADE | SUPLENTE / ENTIDADE |
|---|---|---|

Setor Publico Tânia A. de C. Aguiar Eni Francisco M. Borges

**Art.3º** Nomear a Presidente, Flávia Aguiar da Silva, para presidir a Coordenação Executiva e a Comissão Preparatória e Vice Presidente, Daianne Alves de Jesus.

**Art.4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de junho de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e

Publique-se

Cumpra-se

**PORTARIA Nº. 149/2016**

PORTARIA Nº. 149/2016

DE 01 DE JUNHO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.**

PREFEITA MUNICIPAL de São José do Xingu - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, para exercer a função de fiscal do contrato correspondente aos processos licitatórios vigentes, observando para tanto o edital de licitação, seus anexos e seu respectivo contrato, como segue:

o **Jederson André dos Santos Santana**

Contratos Administrativos: § 016/2016

o **Morgana Leticia Rossi**

Contratos Administrativos: § 017/2016

o **Jacksiana de Souza Silva**

Contratos Administrativos: § 018/2016

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Denílson Antônio Pereira Melo Silva, matrícula funcional nº 9736, servidor publico de provimento efetivo em função gratificada no cargo de Dirigente de Setor da Prefeitura Municipal, que deverá atuar em caso de afastamentos por licenças e férias.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à

Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de junho de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

## PORTARIA Nº 148/2016

PORTARIA Nº 148/2016

São José do Xingu – MT, 01 de junho de 2016.

**"DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR DE UMA SECRETARIA PARA OUTRA".**

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª. RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 52 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve:

Art.1º - Redistribuir servidores de uma Secretaria para outra, conforme relacionados no anexo I, a esta **Portaria**:

ANEXO I

| ***NOME DO SERVIDOR*** | ***SECRETARIA DE ORIGEM*** | ***SECRETARIA DE DESTINO*** |
|---|---|---|
| *Ari Antônio Dias* | *Secretaria Mun. de Assistência Social* | *Secretaria Mun. de Administração* |
| *Marçal Pereira da Silva* | *Secretaria Mun. de Assistência Social* | *Secretaria Mun. de Saúde* |

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de junho de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e

Publique-se

Cumpra-se

## PORTARIA Nº 146/2016

PORTARIA Nº 146/2016

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JUNHO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 023/2016 QUE INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU- MT.**

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1º Fica instituído a COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, que será composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE – Aline Michelly Leoncini Vieira.

SECRETÁRIO – Marcos Rogerio Pereira Nunes

MEMBRO – Denílson Antônio Pereira Melo Silva.

Art. 2º - Os membros nomeados no artigo anterior integrarão a Comissão durante o Exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2016

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se publique-se

## PORTARIA Nº. 147/2016

PORTARIA Nº. 147/2016

DE 01 DE JUNHO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.**

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º e 2º, do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Premio a servidora, FERNANDA ALVES BEZERRA, lotada no Gabinete Municipal, exercendo o cargo de Auxiliar de Administração, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

EM, 01 DE JUNHO DE 2016.

RAQUEL CAMPOS COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

**DECRETO Nº 042/2016**

DECRETO Nº 042/2016

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JUNHO DE 2016.

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO**.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **LAIZE KÉVENY DE OLIVEIRA MOTA,** no cargo em Comissão de Secretária do Gabinete da Prefeita, junto a Gabinete Municipal, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 1. 187,30 (hum mil cento e oitenta e sete reais e trinta centavos).

**Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2016.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

**LEI MUNICIPAL Nº 652/2016**

**LEI MUNICIPAL Nº 652/2016 De 30 de maio de 2016**

***SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS***.

**RAQUEL CAMPOS COELHO, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGÚ, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

**I –** as metas fiscais;

**II –** as prioridades e metas da administração municipal serão extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

**III -** a estrutura dos orçamentos;

**IV –** as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

**V –** as disposições sobre dívida pública municipal;

**VI –** as disposições sobre despesas com pessoal;

**VII –** as disposições sobre alterações na legislação tributária;

**VIII –** as disposições gerais.

**CAPÍTULO I**

**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º –** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas nos Anexos que compõe esta Lei.

**Art. 3º –** O Poder Executivo cumprirá com todas as determinações do art. 63 da LRF e sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

**CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 4º.** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

**§ 1º –** A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

**§ 2º –** Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**Art. 5º**. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II - As despesas com o pagamento da Dívida Pública e de Pessoal e Encargos Sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

**CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 6º.** A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 7º**. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

**Art. 8º.** A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

**Art. 9º.** O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

**Art. 10º.** O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I – Situação econômica do Município

II – Demonstrativo da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III – Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I – Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II – Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII – Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX – Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI – Quadro de Detalhamento de Despesas.

**CAPÍTULO IV**

**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS**

**ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art.11º.** No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2017 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

**Art. 12. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:**

I – prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II – modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV – austeridade na gestão dos recursos públicos.

**Art. 13.** As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5°. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, até o limite de 30% do total da despesa, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2017 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 14. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 31 de julho de 2016, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 15. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2017, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de setembro de 2016.**

**CAPITULO V**

**DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 16.** As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

**Art. 17.** Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

**Art. 18.** É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

**Art. 19.** Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência do Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 62, da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 20.** O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

**Art. 21. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.**

**Art. 22.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2015 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 23. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente de no mínimo 0,50 % (meio por cento) da receita corrente líquida e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.**

**Art. 24**. As despesas deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

**Parágrafo único -** Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

**CAPITULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 25.** Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2016;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2017, fica autorizada a fixação de um índice de reajuste de vencimento dos servidores públicos, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a Receita Corrente Líquida, sem prejuízo à manutenção do equilíbrio fiscal.

**Art. 26 –** Na execução orçamentária de 2017, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

**I –** eliminação de vantagens concedidas a servidores;

**II –** eliminação das despesas com horas-extras;

**III –** exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

**IV –** demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**CAPÍTULO VII**

**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 27**. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

**CAPITULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 28**. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e demais informações, conforme determinações da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2017, e de fevereiro de 2018, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

**Art. 29.** O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2017, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. O chefe do Poder Executivo, conforme o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade administrativa terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 30. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2017, poderão ser expandidas em até 05%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2016 (art. 4º, § 2º da LRF).

**Art. 31**. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2016, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2017 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

**Art. 32**. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

**Art. 33**. Revogam-se as disposições em contrário.

**Raquel Campos Coelho**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO DE Nº. 095/2015

Contratante: PMSJQM - MT. Contratada: CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Prazo de vigência do Contrato e de Execução do Objeto, para mais 100 (Cem) dias, Vigência 31/08/2016**.** Fica designada a senhora Ana Paula Siqueira da Silva, Arquiteta e Urbanista, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

***CARLOS ROBERTO BIANCHI***

*Prefeito Municipal*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016.**

**Partes:** O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E MODELO ENGENHARIA LTDA - EPP**,** INSCRITA NOCNPJ N° 07.117.232/0001-7CONSTRUTORA EAC LTDA – ME, INSCRITA NO CNPJ Nº 17.224.869/0001-12.

**Objetivo:** CONSTRUÇÃO (AMPLIAÇÃO) OBRA INSTITUCIONAL INTITULADA “CASA DE PASSAGEM” NO MUNICÍPIO DE SAPEZAL – MT.

**VALOR:** R$ 127.059,01(Cento e vinte e sete mil e cinqüenta e nove reais e um centavo).

**Vigência do contrato**: O contrato terá 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura (até dia 29/10/2016).

**Vigência da obra:** Execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

**Modalidade**: Tomada de Preço n° 001/2016.

**Secretaria**: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

### II - RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 024/2016

O Município de Sapezal, a pedido da Secretaria Municipal de Saude, vem através de seu Pregoeiro Oficial, tornar público, a retificação do Edital do processo licitatório aberto através da modalidade de Pregão Presencial c/ SRP nº 024/2016, em seu Termo de Referencia – Anexo I, conforme segue: **Item nº 20** – onde se lê 500 caixas, leia-se 500 unidades; onde se lê caixa com 50 frascos, leia-se Amoxicilina + Clavulanato de Potássio Suspensão Oral 250 mg/5ml + 62,5 mg/5ml Pó para Suspensão Oral Adulto e Pediatrico, frasco 75ml; **Item nº 23 –** onde se lê 5.000 caixas, leia-se 5.000 unidades, onde se lê caixa com 200 ampolas, leia-se Água para Injeção 10ml – ampolas; **Item nº 96 -** onde se lê 40.000 caixas, leia-se 40.000 unidades, onde se lê caixa com 500 comp., leia-se Cloridrato de Ciprofloxacino 500 mg comprimido; **Item nº 99 -** onde se lê 10.000 caixas, leia-se 10.000 unidades, onde se lê caixa com 450 comp., leia-se Cetoconazol 200 mg comprimidos; **Item nº 300 -** onde se lê 1000 caixas, leia-se 1000 unidades; **Item nº 358 –** onde se lê 400 frascos, leia-se 400 unidades, onde se lê frascos de 100ml, leia-se Valproato de Sódio 250mg/5ml – xarope; **Item nº 400 -** onde se lê 300 caixas, leia-se 300 unidades, onde se lê caixa c/ 1 ampola, leia-se Palmitato de Pipotiasila 100mg/4ml; **Item nº 403 –** onde se lê caixa c/ 30 comprimidos, leia-se Montelucaste de Sódio 4mg – comprimidos mastigáveis; **Item nº 409 -** onde se lê 500 litros, leia-se 500 unidades, onde se lê Litro, leia-se Alcool 70% 1000ml; **Item nº 455 -** onde se lê 2000 pt, leia-se 2000 unidades, onde se lê pacote contendo o par, leia-se Luva Cirúrgica Estéril nº 7.0; **Item nº 456 -** onde se lê 200 pt, leia-se 200 unidades, onde se lê pacote contendo o par, leia-se Luva Cirúrgica Esteril nº 8.0; **Item nº 458 –** onde se lê 20.000 pa, leia-se 20.000 unidades, onde se lê o par, leia-se Luva Látex para Procedimentos Tamanho M; **Item nº 512 -** onde se lê 1.000 pa, leia-se 1.000 unidades. A data para realização da Sessão foi alterada para o dia **15 de junho de 2016, as 08:00 horas** (horário local). O edital com as devidas retificações esta à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Sapezal/MT – Site www.sapezal.mt.gov.br. Maiores informações 65 – 3383-4500 ou na sede da Prefeitura Municipal de Sapezal situada na Av. Antonio Andre Maggi, nº 1.400, *centro*.

Valdiney Gomes Paulino

Pregoeiro Oficial

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
### EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2015.

**EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2015.**

**Partes:** O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE SAPEZAL - ASCAMARES, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 21.529.734/0001-32.

**Objetivo:** Em conformidade com o art. 65, §1º da Lei 8.666/93, altera-se a Cláusula Segunda para adicionar ao contrato nº 050/2015 um acréscimo de aproximadamente 10,21% (dez vírgula vinte e um por cento), o que corresponde a quantia de R$ 10.780,00 (Dez mil setecentos e oitenta reais), passando a redação da do *caput*, §1º e alínea “a” da Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 050/2015**.**

**Justificativa**: justifica-se a prorrogação acima, devido à necessidade de viabilizar a continuidade dos serviços prestados pela empresa. O aditivo se justifica pela necessidade de viabilizar a continuidade da inclusão e fortalecimento da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Sapezal – ASCAMARES no processo de triagem, processamento, beneficiamento, e comercialização de materiais recicláveis, reutilizáveis e orgânicos, associada à implantação de sistema de coleta seletiva, sendo esta indispensável para o eficiente e correto gerenciamento dos resíduos sólidos, conforme estabelecido na Lei nº 11.445/07.

**Valor**: R$ 10.780,00.

**Vigência do contrato**: **O presente aditivo possui prazo de vigência a partir da data de sua assinatura (24/05/2016).**

**Modalidade**: Dispensa de Licitação nº 015/2015.

**Secretaria:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

### CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL

**PROCESSO Nº:** 010/2016

**OBJETO**: **"Contratação de empresa especializada para Aquisição de Licenças de uso, manutenção e consultoria técnica nos seguintes softwares: Orçamento, Tesouraria, Contabilidade Pública, RH e Folha de Pagamento, Compras, Licitação, Patrimônio, Protocolo, Almoxarifado, Controle de Frotas e Portal da Transparência, para atender a Administração da Câmara Municipal de Sinop/MT"**

Eu, Mauro Sergio Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso, após efetuar a análise do Processo Licitatório "Pregão Presencial nº 010/2016", e em cumprimento ao que estabelece a Lei nº 8. 666/93 e posteriores alterações, **HOMOLOGO** o referido processo licitatório para os devidos fins e direitos, acatando sem ressalvas a conclusão final da Comissão Permanente de Licitação, tendo como vencedora do certame a Empresa Licitante:

Dura-Lex Sistemas de Gestão Publica Ltda., CNPJ sob nº 86.952.587/ 0001-54

Sinop – MT, 03 de junho de 2016.

**MAURO GARCIA**

**Presidente**

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016 SRP 49/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP torna público que a abertura da licitação prevista para as 14h30min (horário de Brasília/DF) do dia 03/06/2016 foi prorrogada para as 14h30min (horário de Brasília/DF) do dia 23/06/2016, em razão de não terem comparecido interessados no horário aprazado para a realização da sessão. OBJETO: **Aquisição de Bancadas em Granito para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial. INTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/ 3520-7523.

SINOP/MT, 03 de junho de 2016.

**MARCELLO PAVAN**

**Pregoeiro - Portaria nº 168/2016**

### CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
### PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - REF. DECISÃO DE RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA.

Vistos etc.

**I – Das Preliminares**

**RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto, por meio do seu representante legal, pela empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**., devidamente qualificada na peça inicial, em face do resultado da licitação em epígrafe, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV E LV, "a", e 37, ambos da Constituição Federal e pela Lei nº. 8.666/93.

**a) Tempestividade:**

No Pregão Presencial, a manifestação da intenção de recorrer foi apresentada pelos participantes.

Desta feita, começa a partir daí a contagem do prazo legal para apresentação das razões que é de três dias, sendo igual o prazo para apresentação das contra-razões.

A Recorrente registrou sua intenção de recorrer, conforme preceitua a legislação e postou respectivo recurso no prazo concedido.

**b) Legitimidade:**

A empresa Recorrente participou das sessões públicas apresentando propostas de preços juntamente com documentação de habilitação. O provimento do recurso significa habilitação da mesma podendo sagrar-se vencedora do certame.

**II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

Em suma, alega que a não agiu com proporcionalidade no certame em questão, agindo com rigorismo em desabilitar a Recorrente pelo descumprimento de itens exigido em edital como requisito para comprovação de capacidade técnica e o atestado apresentado é suficiente para a comprovação de sua capacidade técnica na prestação do serviço objeto.

Após fazer um breve histórico de sua interpretação do processo, termina solicitando a comprovação de sua capacidade técnica pugnando pela revogação da decisão administrativa que inabilitou a Recorrente.

**III – DAS CONTRARRAZÕES**

Nas contrarrazões, a empresa **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA. EPP** rebateu, pontualmente, os questionamentos apresentados na peça recursal, pugnando pela mantença da decisão atacada.

É o breve relatório.

Decido.

**IV - DA ANÁLISE DO RECURSO**

Sem preliminares a examinar, avançamos no mérito para demonstrar, de forma insofismável, o acerto da decisão impugnada.

Alegar que exigência de comprovação de capacidade técnica contida no item 9.6.1 do edital: "validação de carga de APLIC 2016" seria "*inútil e desnecessária"*, pois caracterizaria caracterizando formalismo/rigorismo exarcebado, por si só, não é suficiente para rever a decisão de inabilitação da Recorrente.

Salientamos que o requisito do edital descumprido é condição primordial do objeto licitado, ademais o atestado de capacidade técnica apresentado pelo ora Recorrido **data do ano de 2014**!

Claramente conduz o artigo 4º, da Lei nº10.520/2002, *in verbis:*

*"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;*

*XV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;*

Assim, a decisão de desabilitar a Recorrente não se deu de modo desproporcional ou com rigorismo, uma vez que, requisito descumprido não extrapola o limite da comprovação de capacidade técnica pretendida na prestação do serviço licitado.

**V – CONCLUSÃO**

Concluímos que as razões de recorrer apresentadas não se mostraram suficientes para conduzir-nos a reforma da decisão atacada, seja para habilitar a Recorrente.

A exigência suscitada pela Recorrente é tudo que se espera do agente público: vinculação ao texto do edital. O rigor só é condenável se conduzir a decisões extremadas porquanto desamparadas de razoabilidade.

No presente caso, não pode a Administração prestigiar aquele que por um motivo ou outro descuidou-se das suas obrigações, desprestigiando aquele que foi diligente no seu cumprimento.

Ainda, a RECORRENTE não apresentou qualquer evidência que corroborasse suas alegações. Seu recurso apresenta-se muito mais como libelo acusatório do que como recurso propriamente dito. Destarte, não merece prosperar.

**VI – DECISÃO**

Por todo o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA**., mantendo a decisão final do pregão que pugnou pela classificação da empresa **DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA. EPP**. nos itens recorridos.

*Sinop-MT, 02 de junho de 2016*

***André Carlos Gobbato***

***Pregoeiro***

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**
**PORTARIA Nº 623/2016**

**DATA:** 01 de junho de 2016

**SÚMULA:** Dispõe sobre a composição da Câmara Julgadora de Processos Administrativos Tributários da Prefeitura Municipal de Sinop em 2ª instância.

**JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no inciso II do Artigo 81 da Lei Complementar n° 109/2014, de 19 de dezembro de 2014;

**R E S O L V E:**

Art. 1º. A Câmara Julgadora de Processos Administrativos Tributários em 2ª instância, será composta conforme segue:

I - Miguel Tavares Martucci – Assessor Jurídico;

II – Alberto Protácio da Silva – Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

III – Fabiana Gouveia de Assis– Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração;

IV – Vanusa Ires – Câmara de Dirigentes Lojistas de Sinop – CDL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificando os atos produzidos até então.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 376/2016, de 08 de abril de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de junho de 2016.

**JUAREZ COSTA**

**Prefeito Municipal**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**Pregão Presencial Nº 010/2016**

Tendo em vista a realização da sessão pública do Pregão Presencial nº 010/2016, destinado à **"Contratação de empresa especializada para Aquisição de Licenças de uso, manutenção e consultoria técnica nos seguintes softwares: Orçamento, Tesouraria, Contabilidade Pública, RH e Folha de Pagamento, Compras, Licitação, Patrimônio, Protocolo, Almoxarifado, Controle de Frotas e Portal da Transparência, para atender a Administração da Câmara Municipal de Sinop/MT",** tendo transcorridas as fases de lances e de análise dos documentos de habilitação, conforme Ata da Sessão Pública anexa; e observados os preceitos do Decreto n.º 3.555 de 08/08/2000 e da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002;

ADJUDICAMOS o objeto da licitação a empresa:

Dura-Lex Sistemas de Gestão Publica Ltda., CNPJ sob nº 86.952.587/0001-54, com preço global da proposta de R$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais).

Sinop, 03 de junho de 2016.

**MAURO GARCIA**

Presidente

**ANDRÉ CARLOS GOBBATO**

Pregoeiro – Portaria nº 003/2016

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº000200000048/2015/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/CONSTRUTORA TANGARA LTDA - EPP** /Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **90 (noventa) dias**, a Cláusula Décima Quinta, item 15.9, da vigência do **Contrato nº 048/ADM/2015** (objeto: *Contratação de empresa especializada para a implantação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico na Unidade Mista de Saúde, no Município de Tangará da Serra- MT*), passando a vigência de 21/05/2015 a 21/05/2016para **21/05/2015** a **19/08/2016/**Data de Assinatura: 11/05/2016.

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº 00020000007/2014/ADM/2014**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ CLARO S.A**/ Este Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, por **mais 12 (doze) meses**, a Cláusula Sexta – Do Prazo de Vigência, Item 6.1, do prazo de vigência do Contrato nº007/ADM/2014 *(objeto: Contratação de serviços de telecomunicação móvel pessoal, sendo 150 (cento e cinquenta) linhas móvel, 20 (vinte) modem 3G e 06 (seis) acessos ilimitados (internet) para aparelho 3G),* passando a vigência inicial de 06/01/2014 a 06/01/2016 para **06/01/2015 a 06/01/2017**/ E o valor total estimado para custear a presente prorrogação é de **R$120.772,80 (cento e vinte mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)/**DATA DE ASSINATURA : 30/12/2015.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE MAIO/2016**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE MAIO/2016**

**TERMO ADITIVO 109/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **184/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: ELIZANGELA DA SILVA BRANDÃO**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 20para 40horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DA FLAVIANE NUNES DE SOUZA (LICENÇA MATERNIDADE)

**Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.365.0034.2227 Manutenção do Educação Infantil - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB – Educação Infantil - Contratos).

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; ELIZANGELA DA SILVA BRANDÃO

**TERMO ADITIVO 110/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **355/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: GERALDO MIRANDA COSTA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 18para 36horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DE KÁTIA SEGURA (EM ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO)

**Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º**

**Carga Horária: 36 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; GERALDO MIRANDA COSTA

**TERMO ADITIVO 111/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **255/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: IZABEL BARROS DE MENDONÇA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 20para 26horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que ASSUMIU 6H/A LIVRES ATÉ POSSE DE CONCURSO PÚBLICO

**Cargo: PROF. ED. INF/EJA/ANOS INICIAIS**

**Carga Horária: 26 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; IZABEL BARROS DE MENDONÇA

**TERMO ADITIVO 112/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **228/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: LEANDRO NENEZOKAE**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 20para 40horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DE MARILZA GONÇALVES DA SILVA (RESCISÃO)

**Cargo: PROF. DO EF INDIGENA**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.023.0.0.12361.0032.2209 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA 3.1.90.04.00.00 0101000000 (ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO INDÍGENA - CONTRATOS)

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; LEANDRO NENEZOKAE

**TERMO ADITIVO 113/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **288/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: LUZIA GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 20para 40horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DE ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA (DEMISSÃO)

**Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.365.0034.2227 Manutenção do Educação Infantil - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB – Educação Infantil - Contratos).

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; LUZIA GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA

**TERMO ADITIVO 114/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **327/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: ROGELIA GRAGEL**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 16para 20horas semanais à partir de **01/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que ASSUMIU 4H/A EM ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO

**Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º**

**Carga Horária: 20 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 01/05/2016

**Vigência:** 01/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; ROGELIA GRAGEL

**TERMO ADITIVO 115/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **357/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JESSICA BERTO CORREA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 18para 36horas semanais à partir de **02/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que EM SUBSTITUIÇÃO DE RÓGINA MARIA DE MELO (DIRETORA)

**Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º**

**Carga Horária: 36 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 02/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; JESSICA BERTO CORREA

**TERMO ADITIVO 116/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **374/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: KISSILA PRISSILA CAMPOS**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 19para 28horas semanais à partir de **02/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que ASSUMIU 9H/A EM SUBSTITUIÇÃO DE TATIANE DA SILVA(DEIXOU AS AULAS)

**Cargo: PROF. LIN. PORTUG E ESTRANGEIRA**

**Carga Horária: 28 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 02/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; KISSILA PRISSILA CAMPOS

**TERMO ADITIVO 117/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **276/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: MARIA HELENA CENTURIÃO**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 20para 40horas semanais à partir de **02/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DE CRISTIANA SOUZA(LICENÇA PRÊMIO)

**Cargo: PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.365.0034.2227 Manutenção do Educação Infantil - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB – Educação Infantil - Contratos).

**Data da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 02/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; MARIA HELENA CENTURIÃO

**TERMO ADITIVO 118/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **368/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: TATIANE DA SILVA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 9para 10horas semanais à partir de **02/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que DEIXOU 9H/A NO ANTENOR SOARES E ASSUMIU 10H/A EM SUBSTITUIÇÃO DE EDILENE QUIRINO (DEMISSÃO)

**Cargo: PROF. LIN. PORTUG E ESTRANGEIRA**

**Carga Horária: 10 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 02/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; TATIANE DA SILVA

**TERMO ADITIVO 119/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **389/2015**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: ELI DOS SANTOS**

**Objeto:** O presente aditamento justifica-se pelo fato que Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 04/05/2016 à 03/05/2017. O presente aditamento e a alteração justificam-se tendo em vista que não houve concurso público para suprir as vagas disponíveis e os serviços de limpeza e organização na USF precisa ser realizado.

**Cargo: AJUD. SERVIÇOS GERAIS - PSF**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 03.03100.10.301.0013.2305 Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

**Data da Assinatura:** 04/05/2016

**Vigência:** 04/05/2016 a 03/05/2017

**Secretaria:** SAÚDE

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; ELI DOS SANTOS

**TERMO ADITIVO 120/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **396/2015**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: SILVANA DE ARAUJO DA SILVA**

**Objeto:** O presente aditamento justifica-se pelo fato que Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 04/05/2016 à 03/05/2017. O presente aditamento e a alteração justificam-se tendo em vista que não houve concurso público para suprir as vagas disponíveis e os serviços de limpeza e organização na USF precisa ser realizado.

**Cargo: AJUD. SERVIÇOS GERAIS - PSF**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 03.03100.10.301.0013.2305 Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

**Data da Assinatura:** 04/05/2016

**Vigência:** 04/05/2016 a 03/05/2017

**Secretaria:** SAÚDE

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; SILVANA DE ARAUJO DA SILVA

**TERMO ADITIVO 121/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **382/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: EDILENE GEOVANA RODRIGUES**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 18para 36horas semanais à partir de **06/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato EM SUBSTITUIÇÃO DE JESSICA BERTO CORREA (REMANEJADA)

**Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º**

**Carga Horária: 36 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 06/05/2016

**Vigência:** 06/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; EDILENE GEOVANA RODRIGUES

**TERMO ADITIVO 122/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **312/2016**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: ELY REGINA SILVA ARRUDA**

**Objeto:** Será alterada a carga horária de 18para 36horas semanais à partir de **11/05/2016.** O presente aditamento justifica-se pelo fato que ASSUMIU 18H/A EM SUBSTITUIÇÃO DE EDILSON LUIZ DA SILVA(DESVIO DE FUNÇÃO)

**Cargo: PROF. ANOS INICIAIS 1º AO 5º**

**Carga Horária: 36 Horas Semanais.**

**Dotação:** 02.026.0.0.12.361.0032.2230 Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 3.1.90.04.00.00 0118000000 Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental - Contratos).

**Data da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 11/05/2016 a 16/12/2016

**Secretaria:** EDUCAÇÃO

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; ELY REGINA SILVA ARRUDA

**TERMO ADITIVO 123/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **404/2015**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: MARIA DE LOURDES CARVALHO**

**Objeto:** O presente aditamento justifica-se pelo fato que Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 11/05/2016 à 10/05/2017. O presente aditamento justifica-se pela continuidade no atendimento ao Programa de Centro de Referência Setorizado – CRAS.

**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 08.08110.08.243.0007.2812 MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIAS SETORIZADOS - CRAS 3.1.90.04.00.00.0100000000 Contratação por tempo determinado.

**Data da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 11/05/2016 a 10/05/2017

**Secretaria:** ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; MARIA DE LOURDES CARVALHO

**TERMO ADITIVO 124/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **403/2015**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JOELMA APARECIDA FINOTTI TAVARES**

**Objeto:** O presente aditamento justifica-se pelo fato que Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 11/05/2016 à 10/05/2017. O presente aditamento justifica-se pela continuidade no atendimento ao Programa de Centro de Referência Setorizado – CRAS.

**Cargo: ASSISTENTE SOCIAL**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 08.08110.08.243.0007.2812 MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIAS SETORIZADOS - CRAS 3.1.90.04.00.00.0100000000 Contratação por tempo determinado.

**Data da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 11/05/2016 a 10/05/2017

**Secretaria:** ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; JOELMA APARECIDA FINOTTI TAVARES

**TERMO ADITIVO 125/2016**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **410/2015**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: MARIA JOSE SANTOS**

**Objeto:** O presente aditamento justifica-se pelo fato que Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 18/05/2016 à 17/05/2017. O presente aditamento e a alteração justificam-se tendo em vista que não houve concurso público para suprir as vagas disponíveis e necessita de Tecnico de Enfermagem para atuar nas USF.

**Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM**

**Carga Horária: 40 Horas Semanais.**

**Dotação:** 03.03100.10.301.0013.2305 Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

**Data da Assinatura:** 18/05/2016

**Vigência:** 18/05/2016 a 17/05/2017

**Secretaria:** SAÚDE

**Signatários:** FABIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; MARIA JOSE SANTOS

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº000100000145/2015/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CONSTRUTORA HABITAR – J.V. BUNGENSTAB & CIA LTDA** Este Termo Aditivo tem por objeto acrescentar o valor de **R$ 32.217,41 (Trinta e dois mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e um centavos)** ao Contrato Administrativo nº

145/ADM/2015 (*Objeto* **EMPREITADA DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, **OBRAS DE REFORMA DA NOVA SEDE DO SAMU/R$ 32. 217,41/**Data de Assinatura: 12/05/2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 314/GP/2016 DE 02/06/2016 - INSTITUI COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO P S 003/2016**

**PORTARIA Nº 314/GP/2016 DE 02/06/2016**

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

**RESOLVE**

**Art. 1º - INSTITUIR**, Comissão para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2016, destinado a contratações de Profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**

| MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 103047 | MARIA DAS GRAÇAS SOUTO | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |

**MEMBRO-REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

| MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 104712 | ALBERTO FERNANDO S. R AMBROSIO | ASSESSOR DE APOIO ADM. E LEGISLATIVO |

**MEMBROS-REPRESENTANTE DA SAD**

| MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 103905 | JOYCE KEILY GONÇALVES | AGENTE ADMINISTRATIVO II |
| 103061 | CRISTIANE DURAES DE OLIVEIRA | RECEPCIONISTA |

**MEMBROS-REPRESENTANTE DA SAÚDE**

| MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 001625 | JOANETE DA SILVA ALMEIDA | AG. ADMINISTRATIVO II |
| 101283 | JULIANA HERREIRO DA SILVA | ENFERMEIRA |
| 004530 | ELI AMBROSIO DO NASCIMENTO | MEDICO |

**MEMBROS-REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO**

| MATRÍCULA | NOME | CARGO |
|---|---|---|
| 103629 | KATIFANIA GIORDANI LOPES | AGENTE ADMINISTRATIVO II |
| 004574 | CLAUDIA FILIPPIN | RECEPCIONISTA |
| 001453 | SULINEIDY DE OLIVEIRA S. DALLABONA | PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS |

**MEMBRO-REPRESENTANTE SSERP**

| MATRÍCULA | NOME |
|---|---|
| 000868 | PEDRO DONIZETE FURQUIM |

**MEMBRO-REPRESENTANTE GESTORES**

| MATRÍCULA | NOME |
|---|---|
| 001448 | IVONE FERREIRA BARBOSA |

**MEMBRO-REPRESENTANTE DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO**

| NOME |
|---|
| GILMAR UTZIG |

**Art. 2º** - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, 40º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

**Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**MARIA DAS GRAÇAS SOUTO**

**Secretária Municipal de Administração**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2016**

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a abertura e as normas estabelecidas para a realização de Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O Processo Seletivo Simplificado realizar-se-á sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde, para os casos previstos na Lei Complementar nº. Lei Complementar nº 103/2006 de 09 de março de 2006.

**1.2** Para a Secretaria Municipal de Saúde, a seleção destina-se à contratação por tempo determinado de profissionais para atuarem no SAMU 192 de Tangará da Serra-MT e formação de cadastro de reserva de profissionais para substituir servidores efetivos que estão usufruindo de Licença para Tratar de Interesse Particular, Licença Maternidade e demais concessões previstas na Lei Complementar nº. 006/1994, vagas estas regulamentadas pelas Leis Municipais nº. 3340/2010.

**1.3** Para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a seleção destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para substituir os servidores efetivos que estão usufruindo de Licença para Tratar de Interesse Particular, Licença Maternidade e demais concessões previstas na Lei Complementar nº. 006/1994. Vagas estas regulamentadas pelas Leis Municipais Lei Complementar nº 159/2011 e Lei Complementar nº 182/2013.

**1.4** A seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório para os cargos/função vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

**1.5** A seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório e eliminatório e prova de títulos em caráter classificatório para os cargos/função vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**1.6** Por cadastro de reserva entendem-se o conjunto de candidatos aprovados e classificados relacionados na listagem que contém o resultado final da seleção. O cadastro de reserva somente será aproveitado mediante a abertura de novas vagas, ou substituições, nos respectivos cargos.

**1.7** Os horários mencionados no presente edital e nos demais a serem publicados para a seleção, obedecerão ao horário oficial local.

**1.8** O presente processo terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, para os cargos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde e para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura terá validade durante o ano letivo de 2016.

**2 DAS VAGAS, CARGOS, FORMAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS**

**2.1** Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

| Vagas | Ampla | PNE | Cargo | Formação | Zona | Carga Horária | Vencimentos R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor Ed. Infantil/ EJA I Segmento/Anos Iniciais | Licenciatura Plena em Pedagogia | Rural | De 20 até 40 horas aulas | 1.781,80a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor Anos Iniciais 1º ao 5º Ano | Licenciatura Plena em Pedagogia | Urbano | De 30 até 40 horas aulas | 2.672,70a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor da Sala Multifuncional**/Educação Especial** | Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia | Urbana e Rural | De 20 até 40 horas aulas | 1.781,80a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor da Sala Multifuncional**/Educação Especial – Brailler e Libras** | Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia **e** experiência mínima de 06 (seis) meses em braille e libras, comprovada através de declaração emitida por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC. | Urbana e Rural | De 20 até 40 horas aulas | 1.781,80a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor da Sala Multifuncional**/Educação Especial – Libras** | Licenciatura Plena em Pedagogia com especialização em Educação Especial ou Inclusiva ou Psicopedagogia **e formação em Libras comprovada através do Atesto expedido pelo CASIES e/ou Prolibras** | Urbana e Rural | De 20 até 40 horas aulas | 1.781,80a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor Geografia | Licenciatura Plena em Geografia | Urbana e Rural | De 3**0 até 40 horas aulas** | 2.672,70a 3.563,60 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena | Ensino Fundamental ou Ensino Médio ou Ensino Superior | Indígena | De 15 até 40 horas aulas | Tabela Abaixo Item 2.1.1 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Intérprete **de Libras** | Ensino Médio **e formação em Libras comprovada através do Atesto expedido pelo CASIES e/ou Prolibras** | Urbana e Rural | 40 horas semanais | 1.755,84 |
| Cadastro Reserva | --- | --- | Ajudantes de Serviços Gerais – indígenas | Ensino Fundamental Incompleto | Indígena | 40 horas semanais | 781,20 |
| Cadastro Reserva | | | Motorista – indígena | Ensino Fundamental com CNH categoria D | Indígena | 40 horas semanais | 995,90 |

**2.1.1** Para o cargo de Professor Séries Iniciais e Finais EF Indígena o salário será de acordo com o nível de escolaridade, conforme tabela abaixo:

| Carga Horária | Nível de Escolaridade | Salário (R$) |
|---|---|---|
| **De 15 até 40 horas aulas** | **Professor com Ensino Fundamental** | **522,82 a 1.394,23** |
| **De 15 até 40 horas aulas** | **Professor com Ensino Médio** | **658,67 a 1.755,88** |
| **De 15 até 40 horas aulas** | **Professor com Formação Magistério** | **771,17 a 2.047,42** |
| **De 15 até 40 horas aulas** | **Professor com Licenciatura Plena** | **1.336,51 a 3.563,72** |

**2.1.2** Para os cargos de ajudante de serviços gerais indígenas e professores indígenas, os candidatos deverão preencher o requisito do Art. 8º da Resolução nº 201/04 CEE/MT.

**2.1.3** Na hipótese da quantidade de classificados para as vagas da zona rural deste Município não ser suficiente para o preenchimento de todas as vagas disponíveis, poderão ser remanejados candidatos classificados das vagas da zona urbana para atendimento da demanda.

**2.2** Da Secretaria Municipal de Saúde:

| Lei nº. | Cargo/função | Formação | CH Semanal | Nº de Vagas | Ampla | PNE | Vencto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3340/ 2010 | Médico Regulador - Plantão | Curso Superior em Medicina e Registro Profissional - CRM | Plantão de 24h | 02 | 02 | 0 | 1. 710,81 |
| 3340/ 2010 | Médico Intervencionista - Plantão | Plantão de 24h | 02 | 02 | 0 | 1. 710,81 | |
| 3340/ 2010 | Técnico de Raio-X | Ensino Médio/Curso Técnico – Reg. No CRTR | 40h | CR | CR | CR | 1. 311,71 |
| 3340/ 2010 | Radio Operador | Ensino Fundamental Completo | 12x36 | CR | CR | 00 | 995,90 |
| Total | | | | 04 | 04 | 00 | |

Vencimento mais acréscimo de 30% de Adicional de Insalubridade, caso o ambiente de trabalho for insalubre de acordo com o Laudo Técnico de Condições de Ambiente de Trabalho – LTCAT.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO**

**3.1.** Para se inscrever o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra, preencher as condições para inscrição especificadas a seguir e cumprir as determinações deste Edital:

**a)** Ter na data de convocação idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

**b)** No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

**c)** Estar quite com a Justiça Eleitoral;

**d)** Possuir no ato da contratação, a habilitação exigida para o cargo conforme o item 2 e a documentação comprobatória determinada no item "DA CONTRATAÇÃO" constante neste edital;

**e)** Não ter respondido a processo criminal com condenação e sentença transitadas em julgado;

**f)** Não ter sofrido sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**g)** Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

**4 DA INSCRIÇÃO**

**4.1** A inscrição do Candidato implicará em conhecimento prévio e na tácita aceitação dasnormas estabelecidas neste Edital.

**4.2** A taxa de inscrição terá o valor discriminado na tabela abaixo:

| NÍVEL DE ESCOLARIDADE | VALOR DA INSCRIÇÃO R$ |
|---|---|
| Cargos de Nível Ensino Fundamental | **R$ 20,00 (vinte reais)** |
| Cargos de Nível Ensino Médio | **R$ 30,00 (vinte reais)** |
| Cargos de Nível Superior | **R$ 50,00 (cinquenta reais)** |

**4.3** As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela internet, no site www.tangaradaserra.mt.gov.br, durante o **período das 09:00h do dia 03 de junho de 2016, até às 14:00h do dia 13 de junho de 2016,** com vencimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal até o dia **13 de junho de 2016** que poderá ser pago em qualquer agência bancária.

**4.4** Após o horário de encerramento das inscrições citado no subitem anterior, a ficha de inscrição e o DAM não estarão mais disponíveis no site.

**4.5** Na impossibilidade de acesso particular à internet, o candidato poderá efetuar sua inscrição no terminal disponibilizado, no local e horários informados abaixo:

| LOCAL | ENDEREÇO | HORÁRIO |
|---|---|---|
| Biblioteca Municipal | Avenida Brasil nº 376-E Centro, Tangará da Serra – MT. | 09:00 às 17:00<br>Segunda a Sexta-feira |

**4.5.1** É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

**4.6** Para efetuar a inscrição, o candidato deverá:

a) Acessar o site **www.tangaradaserra.mt.gov.br,** durante o período de inscrição;

b) Localizar no site o "link" correlato à Seleção (Processo Seletivo SAÚDE/SEMEC);

c) Ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição nos moldes previstos neste Edital;

d) Imprimir o DAM – Documento de Arrecadação Municipal e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária.

**4.7** As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

**4.8** O candidato inscrito não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei.

**4.9** A Administração não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**4.10** O Candidato poderá inscrever-se somente para um cargo.

**4.11** Havendo inscrições do mesmo candidato em mais de um cargo será validada a última inscrição realizada no valor da taxa de inscrição efetivamente paga.

**5 DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO**

**5.1** Estarão isentos da taxa de inscrição os candidatos que:

**a)** Estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 1 e ½ salário mínimo vigente, conforme Lei 8.795/2008.

**5.2** Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato deverá:

a) efetuar a inscrição via internet no site da organizadora: **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

b) imprimir a ficha de inscrição;

c) preencher requerimento de isenção de taxa constante no **anexo IV;**

d) apresentar documentação comprobatória conforme item **5.3**, no período de **06 e 07 de junho de 2016,** no local e horários informados abaixo:

| LOCAL | ENDEREÇO | HORÁRIO/DIA |
|---|---|---|
| **Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra** | Av. Brasil nº. 2350-N Jardim Europa - Tangará da Serra -MT | 08:00h às 10:30h<br>13:00h às 16:00h<br>Segunda a Sexta-feira |

**5.3** São admitidos como documentos hábeis à isenção de taxa de inscrição:

**5.3.1** Aqueles que atenderem à condição do item 5.1– estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 1 e ½ salário mínimo vigente, conforme Lei 8.795/2008, devem apresentar:

**a)** se empregados de empresas privadas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), sendo das páginas que contenham fotografia, da página de identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente a que é em branco e cópia do contracheque referente ao mês de Abril/2016.

**b)** se servidores públicos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF, e cópia do contracheque referente ao mês de Abril/2016.

**c)** se pensionistas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício fornecido pela Instituição pagadora; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

**d)** se estagiários: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

**e)** se autônomos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato e da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

**f)** se desempregados: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho, da primeira página subsequente à que é em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

**g)** se empregado de pessoa física: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia; identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente à que é em branco.

**5.4** A cópia dos documentos comprobatórios relacionados no subitem anterior, deverão ser entregues no local e horário estabelecidos no item 5.2. d) pessoalmente ou por terceiro mediante procuração com firma reconhecida em cartório, até o último dia do período para o pedido de isenção da taxa de inscrição previsto no item 5.2, letra d.

**5.4.1** Não haverá prorrogação do período para a entrega ou envio da documentação.

**5.5** A relação contendo os pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos será publicada no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**, no dia 08 de junho de 2016.

## 6 DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E LOCAL DE PROVA

**6.1** O candidato deverá acessar o site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**, **a partir do dia 17 de junho de 2016**, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas e indeferidas.

**6.2** O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

**6.3** Considera-se indeferida a inscrição preliminar do candidato que:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição;

b) prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;

c) omitir dados ou preencher incorretamente a ficha de inscrição;

**d**) efetuar o pagamento do **DAM** após o prazo estabelecido.

**6.4** Os locais e horários de prova serão divulgados no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt a partir do dia 17 de junho de 2016.**

## 7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES

**7.1 Da inscrição para Portador de Necessidades Especiais**

**7.1.1** Ao candidato Portador de Necessidades Especiais serão reservados 10% (dez por cento) das vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme item 2deste edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo. As vagas serão preenchidas na forma do § 2º, do artigo 5.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no *Diário Oficial da União* de 12 de dezembro de 1990 e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

**7.1.1.1** Na aplicação deste percentual serão desconsideradas as partes decimais inferiores a 0,5 (*cinco décimos*) e arredondadas aquelas iguais ou superiores a tal valor;

**7.1.1.2** O candidato Portador de Necessidades Especiais deverá observar os cargos e vagas oferecidas para portadores de necessidades especiais. Caso venha a inscrever-se em cargos que não possuem vagas destinadas a portadores necessidades especiais, será automaticamente incluído na lista geral de candidatos.

**7.1.1.3**As vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação nesta Seleção ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

**7.1.1.4** Os portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participarão da Seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

**7.1.2** O candidato Portador de Necessidades Especiais poderá requerer, na forma do subitem **7.1.2.1** deste edital e no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1° e 2°, do Decreto n.° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no *Diário Oficial da União* de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n.° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no *Diário Oficial da União* de 3 de dezembro de 2004.

**7.1.2.1** Os Candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para arealização da prova, deverão solicitá-lo e preencher o Anexo III indicando a necessidade específica, encaminhando juntamente com o requerimento, a documentação necessária que comprove a necessidade, pessoalmente ou por procurador, no local estabelecido no **subitem** 5.2 d), até às **15h00 do dia 13 de junho de 2016**.

**7.2** O requerimento deve constar solicitação detalhada da condição especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, quando for o caso, bem como a qualificação completa do candidato e especificação do cargo para o qual está concorrendo.

**7.3** Os candidatos que não fizerem a solicitação da condição especial até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, não terão a condição atendida.

**7.4** A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade, razoabilidade e prévia comunicação.

## 8 DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

**8.1 Para a Secretaria Municipal de Saúde**, a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório abrangendo os conteúdos programático constantes do ANEXO II deste edital, e eliminatório.

| Prova Objetiva Eliminatória | Total |
|---|---|
| 100 pontos | 100 pontos |

**8.1.2** DA PROVA OBJETIVA, para os cargos/funções vinculados a Secretaria Municipal de Saúde a prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, terá **25 (vinte e cinco)** questões de múltipla escolha que versarão sobre o Conteúdo Programático constante no Anexo II deste Edital, sendo **10 (dez)** questões de Conhecimentos Específicos, valendo 4,0 (quatro) pontos cada questão e **10 (dez)** questões de Português, valendo 4,0 (quatro) pontos cada questão e 05 (cinco) questões sobre O Sistema Único de Saúde – SUS, valendo 4,0 (quatro) pontos cada questão, totalizando 100 (cem) pontos.

8.2 **Para Secretaria Municipal de Educação e Cultura** a seleção que trata este Edital compreenderá exame intelectual, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva em caráter classificatório abrangendo os conteúdos programático constantes do ANEXO I deste edital, e eliminatório.

| Prova de Títulos Somatórios | Prova Objetiva Eliminatória | Total |
|---|---|---|
| 20 pontos | 80 pontos | 100 pontos |

**8.2.1** DA PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório, terá **20 (vinte)** questões de múltipla escolha que versarão sobre o Conteúdo Programático constante no **anexo I** deste Edital, sendo **20 (vinte)** questões de Conhecimentos Gerais, língua portuguesa e/ou Específicos, valendo **4,0 (quatro pontos)** cada questão, totalizando 80 (oitenta) pontos.

**8.3 DA PROVA OBJETIVA, para Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

**8.3.1** Em cada questão de múltipla escolha constarão 04 (quatro) alternativas dentre as quais somente 01 (uma) estará correta.

**8.3.2** O tempo de duração da Prova Objetiva será de 03 (três) horas para todos os cargos, já incluído o tempo para preenchimento da folha de resposta.

**8.3.3** Caso haja questão anulada, será concedida a pontuação da referida questão a todos os candidatos.

**8.3.4** Serão considerados classificados os candidatos que atingirem 50% de acertos na Prova Objetiva.

**8.3.5** A prova Objetiva será realizada no dia **19 de junho de 2016**, com **início às 08h00 e término às 11h00** (horário local), em locais que serão divulgados a partir do dia **17 de junho de 2016** na internet, no *site*: www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e Mural da Sede Administrativa desta Municipalidade.

**8.3.6** Será vedada a realização das provas fora do local designado.

**8.3.7** Não será permitido o ingresso de candidatos no estabelecimento após o fechamento dos portões.

**8.3.8** O candidato poderá comparecer ao local designado para as provas com antecedência de meia hora, pois deverá estar dentro da sala de realização da prova no horário indicado no item **8.3.5**, munido de:

a) ficha de inscrição ou cópia do comprovante de pagamento da taxa;

b) original de documento de identidade pessoal, com foto;

c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

**8.3.9** São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Passaporte brasileiro; Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, Carteira de Trabalho, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

**8.3.10** A ficha de inscrição não terá validade como documento de identidade.

**8.3.11** Não serão aceitos protocolos, nem cópias dos documentos citados, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

**8.3.12** Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

**8.3.13** Nãoserá permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nema utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

**8.3.14** No dia de aplicação das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer nos locais das provas, com armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman,* agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador e outros). Caso o candidato leve alguma arma e/ou algum aparelho eletrônico, estes deverão ser entregues à Coordenação/Fiscais de sala. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

**8.3.15** A Administração não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

**8.3.16** Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

**8.3.17** No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova, a Comissãoprocederá à inclusão do referido candidato, com a apresentação de documento de identificação pessoal, e do comprovante de pagamento original.

**8.3.18** Poderá ser admitido o ingresso de Candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das Provas, apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de Candidatos afixada na entrada do local de Provas. Nestes casos, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, um documento de identificação.

**8.3.19** Sem a apresentação do documento de identificação o candidato não poderá realizar sua prova mesmo que seu nome conste na relação oficial de inscritos na seleção e apresente o comprovante de inscrição.

**8.3.20** O candidato deverá assinalar as respostas das questões objetivas na folha de respostas, preenchendo os alvéolos, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O preenchimento da folha de respostas, único documento válido para a correção da prova objetiva, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas, contidas na capa do caderno de prova e na folha de respostas.

**8.3.21** Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato.

**8.3.22** Os prejuízos advindos de marcações, feitas incorretamente na folha de respostas, serão de inteira responsabilidade do candidato.

**8.3.23** Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

**8.3.24** Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

**8.3.25** Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 01 (uma) hora do tempo da prova Objetiva, levando consigo o caderno de prova.

**8.3.26** Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.

**8.3.27** Será automaticamente excluído da Seleção o candidato que:

a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados;

b) não apresentar o documento de identidade exigido no subitem **8.3.9** deste Edital;

c) não comparecer para a realização da prova, seja qual for o motivo alegado;

d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;

e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou estiver utilizando livros, notas, impressos não permitidos e calculadoras;

f) estiver portando durante as provas qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas, seja qual for;

h) não devolver a folha de respostas;

i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou ser descortês com qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

j) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital.

**8.3.28** No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

**8.3.29** É proibido a utilização de aparelho celular e permanência do candidato nos locais de prova após o término e entrega do cartão de resposta.

**8.3.30** O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **21 de junho de 2016**, no mural da Sede Administrativa desta Municipalidade e nos sites www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

**8.3.31** A contagem de pontos da prova objetiva será divulgada a partir do dia **27 de junho de 2016**, no Edital de Classificação, publicado no mural da Sede Administrativa desta municipalidade e nos sites www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

**8.4 DA PROVA DE TÍTULOS**, para os cargos/função da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**8.4.1** A contagem de pontos dos títulos e certificados (**original e cópias**) será realizada no local indicado no item **4.5 – Biblioteca Municipal,** nos **dias 10 e 13 de junho de 2016, no horário das 08:00h às 17:00h.**

**8.4.2** O candidato deverá comparecer para a contagem de pontos dos títulos e certificados, munidos com cópia da ficha de inscrição, comprovante de pagamento e certificação escolar que comprove a escolaridade exigida para o respectivo cargo, pessoalmente ou por terceiro mediante procuração com firma reconhecida em cartório.

**8.4.3** Títulos e/ou Certificados válidos para contagem:

| | TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS | PONTOS |
|---|---|---|
| a) | Ensino Fundamental | 2,0 pontos; |
| b) | Ensino Médio | 4,0 pontos; |
| c) | Ensino Magistério | 5,0 pontos; |
| d) | Licenciatura Plena; | 6,0 pontos; |
| e) | Pós Graduação (Especialização); | 8,0 pontos; |
| f) | Mestrado | 10,0 pontos; |
| g) | Tempo de Serviço prestados para esta municipalidade na função para a qual está se inscrevendo; | 0,5 ponto por ano, sendo considerado 01 ano quando cumprido acima de 06 (seis) meses do contrato no ano de referência mediante documento de comprovação, com limite de 3,0 pontos; |
| h) | Cursos Certificados (devidamente registrados) na área de atuação a partir de 01/01/2013, exceto os itens i), j) e k); | 0,5 pontos para cada 40 horas com limite de 3,0 pontos; |
| i) | Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 003/2015/SEMEC) com participação de 75% a 100% para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. | 3,0 pontos; |
| j) | Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 003/2015/SEMEC) com participação de 50% a 74% para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. | 2,0 pontos; |
| k) | Formação Continuada no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no ano de 2015. | 1,0 pontos; |

**8.4.4** Para os cargos de Professores, Intérpretes, Ajudantes de Serviços Gerais – Indígena e Motorista Indígena, somente serão contados os certificados referentes à área de atuação nos respectivos cargos.

**8.4.5** Referente aos itens “a”; “b”; “c” e “d” do quadro **8.4.3** do presente Edital, contam-se pontos somente para a maior graduação acima da graduação exigida como requisito do cargo para o qual se inscreveu.

**8.4.6** Na hipótese de inscrição de candidato com formação em Doutorado, será acrescido 5,0 pontos ao (item f), respeitando o limite de pontuação máxima.

**8.4.7** A prova de títulos é de caráter somatório, sendo que a não apresentação dos títulos não elimina o(a) candidato(a) da seleção.

**8.4.8** Ficam a cargo da comissão do processo seletivo análise e conferência dos títulos apresentados pelo candidato.

## 09 DO DESEMPATE

**09.1** Em caso de empate, a Comissão de Processo Seletivo deverá decidir levando-se em conta os critérios de acordo com a ordem abaixo relacionada:

**a)** Maior idade (ano, mês, dia).

## 10 DO RESULTADO FINAL

**10.1** O Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo, será publicado **a partir do dia 30 de junho de 2016**, no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt** e em jornal de circulação diária.

## 11 DOS RECURSOS

**11.1** É assegurado ao candidato o direito a recursos quanto a homologação do edital, das inscrições, da taxa de isenção, do gabarito da prova objetiva e edital de classificação.

**1.1. 11.2 Os recursos deverão ser protocolados com o preenchimento do formulário para interposição de recurso conforme anexo V, com as devidas fundamentações, no setor de Protocolo Geral na sede da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, situada à Avenida Brasil nº 2350-N, Jardim Europa, das 08h00 às 10h30 e das 13h00 às 16h00.**

**11.3** O prazo recursal será de **02 (dois)** dias úteis, respeitando o horário de atendimento previsto no item **11.2**, a contar da publicação do edital do fato gerador do recurso.

## 12. DA CONVOCAÇÃO

**12.1** Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão convocados de acordo com sua classificação, através de Edital de Convocação, a ser divulgado no site **www.tangaradaserra.mt.gov.br** e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.**

**12.2** O candidato que não comparecer no prazo estipulado de **02 (dois)** dias úteis em Edital de Convocação, será automaticamente desclassificado.

**12.3** É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos Editais de Convocação.

**13 DA CONTRATAÇÃO**

**13.1** Existindo desistência/eliminação do candidato ou criação de novas vagas, o Município promoverá tantas convocações e contratações quanto forem necessárias.

**13.2** No ato da contratação o candidato deverá comparecer pessoalmente ou por terceiro mediante apresentação de procuração original com firma reconhecida em cartório;

**13.3** No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos **(originais e cópias)** abaixo relacionados:

**a)** Comprovante de Escolaridade;

**b)** Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

**c)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**d)** Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

**e)** Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

**f)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**g)** Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

**h)** Comprovante de residência;

**i)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**j)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

**k)** Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

**l)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

**m)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

**n)** CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

**o)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

**p)** Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

**q)** Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

**r)** Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

**s)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**t)** Para os cargos de motorista zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2;

**u)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria D, para o cargo de motorista indígena.

v) Atestado de Vacinação do candidato para os cargos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde

x) Carteira de registro profissional e certidão negativa do respectivo conselho de classe ao cargos vinculados a Secretaria Municipal de Saúde

y)Cópia do Cartão do SUS.

**13.4** No caso de inexecução contratual por responsabilidade do contratado este ficará impedido de participar de qualquer Processo Seletivo realizado por esta municipalidade durante dois anos.

**13.5** O Pessoal contratado submeter-se-á ao regime jurídico administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social.

**14. DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS**

**14.1** O processo de atribuição de aulas obedecerá à ordem de classificação dos candidatos de acordo com o Resultado Final da seleção, bem como, horário estabelecido em Edital de Convocação para comparecimento à atribuição de aulas.

**14.2** É facultado a administração municipal contratar os candidatos com carga horária inferior à prevista neste edital quando necessário para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**14.2.1** Aos candidatos que forem atribuídas carga horária inferior ao estabelecido neste Edital, a carga horária será complementada quando houver a necessidade, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

**14.2.2** O candidato contratado com carga horária inferior ao Estabelecido neste Edital deverá declarar no ato da contratação disponibilidade para complementação da carga horária caso seja necessário.

**14.3** Na hipótese do servidor efetivo retornar às suas funções, o candidato que estiver contratado para a substituição deste servidor, poderá ser remanejado para outra lotação existente no momento, desde que isto ocorra concomitantemente, formalizado através de Termo Aditivo do Contrato Pessoal ou ser rescindido antes do término da vigência do contrato nos termos do Item 15.1.

**15. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**15.1** O Contrato Temporário poderá ser extinto antecipadamente nas seguintes hipóteses:

**a)** Quando o contratado der justo motivo para sua rescisão, devidamente justificado pela Secretaria ordenadora da despesa;

**b)** A pedido do contratado, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias;

**c)** Pelo contratante quando insubsistente os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese de inadimplemento da cláusula ou condição contratual;

**d)** Na comprovação de terceirização das aulas para os cargos/funções da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

**e)** Na falta de 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias alternados, exceto nos casos previstos em lei;

**f)** Com o retorno de servidor efetivo afastado/licenciado ou convocação de candidato aprovado em concurso público;

**g)** Pelo término do prazo contratual;

**h)** Qualquer ato de inexecução contratual praticado pelo candidato, este ficará impedido de participar de qualquer processo seletivo realizado por esta municipalidade durante 02 (dois) anos.

**16. DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e Comissão definida pela Portaria nº 314/GP/2016.

**16.2** É de responsabilidade exclusiva do Candidato o acompanhamento das etapas deste Processo Seletivo através dos meios de divulgação acima citados.

Tangará da Serra – MT, 03 de junho de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Itamar Martins Bonfim**

**Secretaria Municipal de Saúde**

**Adriano Alves Fernandes**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

**ANEXO I**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO) E PROFESSOR ED. INFANTIL/ EJA I SEGMENTO/ANOS INICIAIS

1.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (atualizada), Fundeb, Parâmetros Curriculares Nacionais (anos iniciais do Ensino Fundamental); Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental; Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 009/2014 do Conselho Municipal de Educação; Projeto Político Pedagógico, Currículo, Planejamento, Projetos Didáticos Metodologia de Ensino e Prática Educativa, Sistema de Avaliação; Conteúdos Conceituais, Atitudinais e Procedimentais, As Tendências Pedagógicas, As Concepções de Aprendizagem, numa perspectiva sócio – interacionista, A Inteligência e o Desenvolvimento Humano, O processo de Alfabetização na perspectiva do letramento; As diferentes concepções do processo da leitura e da escola.

**1.2 CONHECIMENTOS GERAIS: LÍNGUA PORTUGUESA**: 1- ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipologias e Gêneros Textuais. Compreensão global do texto. Estrutura do texto e dos parágrafos. Ideias principais e secundárias. Elementos de coesão. Inferências. Efeitos de sentido. 2- VOCABULÁRIO: Significados de palavras e expressões no texto. Substituições de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Denotação e conotação. 3- ASPECTOS LINGUISTICOS: Ortografia: emprego de letras. Fonética: relações entre fonemas e letras; classificação dos fonemas; encontros consonantais e vocálicos; dígrafos. Acentuação gráfica. Emprego e flexão das classes gramaticais. Relações morfossintáticas. Vozes verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. **MATEMÁTICA:** 1- NÚMEROS E OPERAÇÕES: Sistema de numeração decimal: Compreensão das regras do Sistema de Numeração Decimal. Números Naturais: Operações (Adição, subtração, multiplicação e divisão); Ideias, algoritmo e resolução de problemas. Números Racionais: Diferentes representações: fracionária, percentual e decimal; Diferentes significados de um número escrito na forma fracionária; Operações com números racionais. 2- GRANDEZAS E MEDIDAS: Sistema de Medidas: Tempo, Comprimento, Massa, Capacidade, Superfície; Relações entre as unidades de medidas; Perímetro e Áreas. 3- ESPAÇO E FORMA: Localização, movimentação de objetos em mapas croquis e outras representações gráficas. Sólidos Geométricos: Poliedros e Corpos redondos: Conceitos, características, propriedades e planificações. Figuras geométricas planas: Ampliação e Redução; Quadriláteros: conceitos, classificação e propriedades. 4- TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: Leitura e interpretação de Tabelas e gráficos. **CONHECIMENTOS GERAIS:** Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

2.CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL .

**2.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:** Políticas Públicas Voltadas à Educação Inclusiva. Educação Especial no Sistema Educacional Brasileiro. A Educação Especial no Contexto da Inclusão Social. Natureza e Função dos Serviços e Apoios Especializados. Legislação Brasileira: O Contexto Atual. LDB e Educação Especial, Resolução CNE/CEB n. 02 de 11 de setembro de 2001. Resolução Nº 08/12/ CME O Currículo e a Educação Especial: Adaptações Curriculares. O Processo de Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais no Ensino Regular. Perfil Pedagógico do Professor do Ensino Especial. Plano Municipal de Ensino. O atendimento educacional especializado – AEE tecnologia assistiva - TA - Projeto Político Pedagógico. Planejamento participativo. Projetos didáticos – Educação e desenvolvimento. Exclusão X Participação do sujeito na Escola. As disciplinas como organizadoras dos conteúdos: diferentes graus de relacionamento. A prática Educativa – Como ensinar. Avaliação da Aprendizagem. As inteligências múltiplas. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Fundamental. Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental séries, Identidade, Cultura, Cidadania. Interdisciplinaridade no Ensino. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira _ LDB _ Lei 9394/96. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Avaliação da Aprendizagem. Revendo conceitos e posições – Currículo e identidade social. Tendências pedagógicas. O FUNDEB e seus efeitos redistributivos. Psicogênese da língua escrita. A trajetória da alfabetização. Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. A prática educativa. A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem; Graus de relações disciplinares: Como trabalhar a linguagem numa proposta sócio-construtiva. A inteligência e o desenvolvimento humano; **2.2 CONHECIMENTOS GERAIS - LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação de Texto, Alfabetização e Letramento, Classes gramaticais, Ortografia e Pontuação. **MATEMÁTICA:** Resolução de situações problemas envolvendo: O sistema de numeração decimal, porcentagens, e juros simples, regras de três, medidas (tempo, massa, volume, comprimento) e geometria. **CONHECIMENTOS GERAIS:** Geografia e História do Estado de Mato Grosso e do Município de Tangará da Serra. A Constituição de 1988; Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º, 7º, 8º e 9º ANOS).

3.1 CONHECIMENTOS GERAIS: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (atualizada), Fundeb, Parâmetros Curriculares Nacionais (anos finais do Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 009/2014 do Conselho Municipal de Educação; Projeto Político Pedagógico, Currículo, Planejamento, Sistema de Avaliação; Conteúdos Conceituais, Atitudinais e Procedimentais, As Concepções de Aprendizagem, numa perspectiva sócio – interacionista.

**3.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE GEOGRAFIA:** Evolução do pensamento geográfico e seus reflexos no contexto escolar – ensino fundamental; A Cartografia no Ensino Fundamental; Geografia Física (conceitos básicos): clima, solo, relevo, hidrografia, vegetação. O aproveitamento dos recursos naturais e o meio ambiente; Geografia política mundial: características da organização sócio espacial global; Os elementos da dinâmica populacional: Natalidade, Mortalidade, Migrações, Pirâmides etárias e o envelhecimento da população; O espaço agrário: Estrutura Fundiária, a luta pela terra, os assentamentos rurais em Mato Grosso; Espaço agroindustrial brasileiro: características e transformações recentes; As formas de colonização em Mato Grosso. Globalização da economia e MERCOSUL; Conhecimentos sobre fatos atuais do Estado de Mato Grosso adquirido através dos meios de comunicação; Aspectos geográficos de Mato Grosso: localização, limites, superfície, área, população, relevo, clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais; Aspectos econômicos de Mato Grosso: agricultura, pecuária, indústri

a, comércio, energia, transporte, turismo; Geografia do Município de Tangará da Serra: área, população, localização, limites, superfície, área, população, relevo, clima, vegetação, hidrografia e recursos naturais e aspectos econômicos. Metodologia de ensino aplicada a disciplina de Geografia.

**4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS EF INDÍGENA, AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS INDÍGENA E MOTORISTA INDÍGENA.**

**4.1 LÍNGUA PORTUGUESA:** Interpretação Textual (narrativas indígenas); Encontros vocálicos e consonantais; sinônimos e antônimos; ortografia; substantivos; pronomes; oração e sujeito; **MATEMÁTICA:** Noções sobre conjunto; sistema de numeração; operações fundamentais; resolução de problemas envolvendo as quatro operações; introdução à geometria; ponto; reta; plano; semi-reta; matemática Paresi (sistema de medidas, seqüência numérica). **CONHECIMENTOS GERAIS:** Demografia do município de Tangará da Serra e área Paresi; Vegetação, Relevo; Hidrografia do município de Tangará da Serra; Transporte, Localização do Brasil no Continente e no Mundo; Sistemas de produção; História do Povo Paresi; Organização social Paresi; As desigualdades sociais;Conhecimentos específicos de Língua Materna,

**5. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO: INTÉRPRETE DE LIBRAS.**

**5.1 CONHECIMENTO ESPECÍFICO:** Conhecimento específico da LIBRAS; Legislação específica da LIBRAS; Ética profissional do Tradutor / Intérprete da LIBRAS; Compreensão da LIBRAS. **LÍNGUA PORTUGUESA:** Estrutura de Linguagem, concordância verbal, concordância nominal, regência verbal, crase, verbos, pontuação, classes de palavras, acentuação gráfica interpretação e gramática, vocálicos e consonantais, sinônimos e antônimos, ortografia, substantivos, pronomes. **MATEMÁTICA:** raciocínio lógico, noções sobre conjunto, sistema de numeração, operações fundamentais, resolução de problemas envolvendo as quatro operações. **CONHECIMENTOS GERAIS:** Segurança no trabalho, noções de Ética no Trabalho, demografia do município de Tangará da Serra, Vegetação, Relevo; Hidrografia do município de Tangará da Serra;

**ANEXO II**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA PROVA OBJETIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**1.1 CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR –** Morfologia: estrutura e formação da palavra. Classes gramaticais; Sintaxe: Análise sintática – períodos simples e compostos. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Figuras e vícios de Linguagem. Interpretação de Textos.

**1.2 CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO** – Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Concordância Verbal, Concordância Nominal, Regência Verbal, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia, Encontros Vocálicos e consonantais e Acentuação Gráfica.

**1.3 CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS CARGOS DE FUNDAMENTAL -** Interpretação de Texto, Estrutura de Linguagem, Ortografia e Gramática, Crase, Verbos, Pontuação, Classes de Palavras, Ortografia e Acentuação Gráfica.

**2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**2.1 Para os cargos de Médico Regulador e Médico Intervencionista:** Aspectos legais da profissão. Atendimento Pré-Hospitalar de Urgência em: politraumatizados: traumatismos não-intencionais, violência e suicídio; trauma com múltiplas vítimas: triagem e prioridade de atendimento e transporte; primeiro atendimento: ABCDE do trauma; avaliação do coma; choque hipovolêmico e ressucitação hidroeletrolítica; queimaduras, intoxicações, envenenamentos, afogamentos, choque elétrico, mordedura e picada de animais peçonhentos, manejo das vias aéreas no paciente politraumatizado; traumas: torácico, abdominal, cranioencefálico, de coluna, músculo-esquelético, de face e pescoço e da pelve, fraturas em geral, principais fraturas, torções, luxações parada cardiorespiratorio, doenças cardiovasculares: sintomas mais comuns; insuficiência cardíaca; arritmias; cardiopatia isquêmica; hipertensão arterial sistêmica. Distúrbios ginecológicos e obstétricos: sangramento vaginal; gravidez ectópica; doença hipertensiva da gravidez; violência sexual; parto de emergência. Pediatria: acidentes; asma aguda; cetoacidose diabética; síndrome nefrítica; infecção urinária febril; distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos; meningites; crises convulsivas; dor abdominal aguda; urgências cardiológicas; choque; parada cardiorrespiratória básica; parada cardiorrespiratória avançada. – doenças psiquiátricas: depressão; ansiedade; dependências químicas. – distúrbios metabólicos: diabete mélito; distúrbios acido-básicos; doenças da eumatoi. – doenças respiratórias: infecção respiratória; asma brônquica; DPOC; insuficiência respiratória, tromboembolia pulmonar, Doenças do Sistema Nervoso: acidentes vasculares cerebrais, comas com e sem sinais de localização, convulsões, epilepsia, infecções do sistema nervoso; Convivência com os superiores, com os colegas de trabalhos e com o público. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho.

**2.2 Para o cargo de Radio Operador:** Relações Interpessoais; Relacionamento com o Público; Noções de Postura e Ética Profissional; Noções de informática, Conhecimento prático em telecomunicações e PABX; Qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento. Direitos dos Deficientes; A ética no serviço.

**2.3 Para o cargo Técnico em Raio-X**: Ética, Cidadania e Legislação Profissional;Conhecimentos básicos de Anatomia e Fisiologia; Fraturas, luxações, contusões, entorses e ferimentos em geral (procedimentos básicos específicos do técnico); Normas de biossegurança; Prestação de Primeiros Socorros Noções gerais de técnica radiológica, anatomia e fisiologia; Física das radiações; Técnicas radiológicas do crânio; Técnicas radiográficas dos ossos e articulações; Mamografia; Exames contrastados; Fatores radiológicos; Equipamento de radiodiagnóstico; Outros procedimentos e modalidades diagnósticas; Câmara escura; Câmara clara – seleção de exames, identificação; exames gerais e especializados em radiologia; Radioproteção; Princípios básicos e monitorização pessoal e ambiental; Políticas de Saúde; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (SUS).

**3. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**

**3.1 - CONTEÚDO DE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:** Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS e SISPACTO.

**3.2 - CONTEÚDO DE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:** Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Política de Humanização do SUS.

**3.3** - **- CONTEÚDO DE SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL:** Sistema Único de Saúde – SUS: conceitos, fundamentação legal, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde.

**ANEXO III**

**REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

No quadro a seguir, selecionar o tipo de prova e/ou o tratamento especial necessário(s).

( ) Outras _____

_____

_____

_____

Tangará da Serra, _____ de _____de 2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO IV**

**REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA**

Eu,_____, CPF nº _____, venho através deste, requerer Isenção da Taxa de Inscrição para o cargo de _____ referente ao Processo Seletivo nº 001/2016.

Tangará da Serra, _____ de _____de 2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO V**

**1.2. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (RECONSIDERAÇÃO) CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO.**

Eu _____, portador do CPF nº_____ inscrição de nº _____, para concorrer a uma vaga no cargo de _____, apresento pedido de reconsideração junto à Comissão do Processo Seleção. A decisão objeto de contestação é:

_____

_____
_____
_____ (explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:
_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:
_____
_____
____

Tangará da Serra, _____ de _____ de 2016.

_____

Assinatura do candidato

**ANEXO VI**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

| Data provável | Evento |
|---|---|
| 03/06/2016 | Publicação do Edital de Abertura |
| 03 e 06/06/2016 | Prazo de impugnação ao edital de abertura (anexo V) |
| 03 a 13/06/2016 | Período de Realização das inscrições |
| 03 a 13/06/2016 | Período de solicitação de prova especial (anexo III). |
| 06 e 07/06/2016 | Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição (anexo IV) |
| 08/06/2016 | Divulgação dos pedidos de isenção de taxa (deferidos e indeferidos) |
| 08 e 09/06/2016 | Período para interposição de recurso contra indeferimento do pedido de isenção de taxa (anexo V) |
| 10/06/2016 | Divulgação do resultado dos recursos da isenção de taxa |
| 10 e 13/06/2016 | Período da prova de título aos Cargos/função de Professor |
| 15/06/2016 | Homologação das inscrições deferidas e indeferidas |
| 15 e 16/06/2016 | Período para interposição de recurso contra indeferimento da inscrição (anexo V) |
| 17/06/2016 | Homologação das inscrições e Divulgação dos locais de realização das provas |
| 19/06/2016 | Realização da prova objetiva |
| 21/06/2016 | Divulgação do gabarito preliminar |
| 21 e 22/06/2016 | Período para interposição de recurso contra gabarito preliminar com fundamentação (anexo V) |
| 23/06/2016 | Divulgação do gabarito definitivo |
| 27/06/2016 | Divulgação da classificação preliminar e nota da Prova de Títulos |
| 27 e 28/06/2016 | Período para interposição de recurso contra classificação (anexo V) |
| 30/06/2016 | Divulgação do Resultado Geral para Homologação do executivo |

Tangará da Serra – MT, 03 de junho de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Itamar Martins Bonfim**

**Secretaria Municipal de Saúde**

**Adriano Alves Fernandes**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 29/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ TWI – EMPREENDIMENTO TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA -ME** /O presente Termo de Apostilamento tem por finalidadecorrigir em consonância ao Memorando nº447/2016 encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde à Dotação Orçamentária indicada na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA – ITEM 13.1, a seguir: 2301-33.90.39.00.000102000000 passando a vigorar da seguinte forma: "***CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – ITEM 13.1, a seguir:03- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 2305 -Manutenção da UBS-Unidades Básicas de Saúde 33.90.39.00.00.0102000000***/R$00,00/Data de Assinatura: 31/05/2016.

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº043/ADM/2016 - ADEMIR ZUFFO ME - GEO POÇOS ARTES**

| | |
|---|---|
| CONTRATO Nº 043/ADM/2016 | **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ ADEMIR ZUFFO ME – GEO POÇOS ARTES** /CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E CONTROLE AMBIENTAL DO SOLO, SUBSOLO E ÁGUA SUBTERRÂNEA NA ÁREA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ **R$42.564,48**/DATA DE ASSINATURA: 20/05/2016. |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL COMPLEMENTAR 074/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMEC**

**EDITAL COMPLEMENTAR 074/2016**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015**

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

**1.** Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

**I - Dia 06/06/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:**

| **660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Nº** | **Nome** | **Data Nasc.** | **Prova de Títulos** | **Prova Objetiva** | **Total** | **Resultado** |
| 78 | 389 | ROSINEIDE FERREIRA LIMA | 27/06/1973 | 15,50 | 48 | 63,50 | CLASSIFICADO |

**II.** Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **07/06/2016 e 08/06/2016** das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

**a)** Comprovante de Escolaridade;

**b)** Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

**c)** Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

**d)** Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

**e)** Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

**f)** Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

**g)** Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

**h)** Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

**i)** Comprovante de residência;

**j)** Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

**k)** Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangaradaserra.mt.gov.br**;

**l)** Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

**m)** Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

**n)** Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

**o)** CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

**p)** Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

**q)** Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

**r)** Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

**s)** Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

**t)** Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

**u)** Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

**2.** O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

**3.** Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 03 de Junho de 2016.

**Prof. Fábio Martins Junqueira**

**Prefeito Municipal**

**Maria das Graças Souto**

**Secretária Municipal de Administração**

**Adriano Alves Fernandes**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura**

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00020000033/2015/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ CONSTRUTORA HABITAR – J.V. BUNGENSTAB & CIA LTDA – /** Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **90 (Noventa) dias**, a Cláusula Segunda, item 2.1, da vigência do **Contrato nº 033/ADM/2015** (objeto: *Contratação de empresa especializada em Construção Civil para executar Serviço de Construção de Refeitório e Cozinha no Centro Municipal de Ensino Gentila Susin Muraro , no Município de Tangará da Serra-MT* **),** passando a vigência de 16/04/2015 a 10/04/2016para **16/04/2015** à **09/07/2016** /E promover também o acréscimo de **R$ 50.988,30 (Cinquenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e trinta centavos)**, no quantitativo doContrato Administrativo nº 033/ADM/2015, o que corresponde a 21,47% (vinte e um vírgula quarenta e sete por cento ) DATA DE ASSINATURA: **10/04/2016**.

**SERRAPREV**
**PORTARIA N.º 18/2016**

***"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Marisa de Paula Lanza."***

**O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV,** no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, c/c o Art. 95, incisos I, II, III e parágrafo único da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência do Município, Art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 150 de 08 de dezembro de 2010 que trata sobre a estabilidade financeira e Lei n.º 4. 215 de 28 de maio de 2014, e Municipal nº.4.418 de 01 de julho de 2015 e Lei nº. 4.601, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores públicos municipal do Poder Executivo e Autarquias;

**Resolve:**

**Art. 1º.** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora Sra. **Marisa de Paula Lanza**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 919.831 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 526.830.369-49, servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Laboratório, Classe "C", Nível "V", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **com proventos integrais,** conforme processo administrativo do SERRAPREV, n.º 2016.04.00061P**,** a partir da data de 01/06/2016,até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** retroagindo seus efeitos a **01/06/2016**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 01 de junho de 2016.

**HELITON LUIZ DE OLIVEIRA**

**Diretor Executivo do SERRAPREV**

**Homologo:**

**Prof.º FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**

**Prefeito Municipal**

**SAMAE**
**AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016/SAMAE**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2016/SAMAE - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016/SAMAE.**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2016/SAMAE,** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REUSO DE ÁGUAS DE LAVAGENS E DESAGUAMENTO DE LODO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO QUEIMA PÉ,** a empresa **CONSTRUTORA HABITANORTE LTDA – CNPJ: 00.323.873/0001-35.**

Tangará da Serra/MT, 03 de Junho de 2016.

**EDINÉIA GONÇALVES DE SOUZA VIEIRA**

**Coordenadora de Licitações – SAMAE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL DE MAIO/2016**

**EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL DE MAIO/2016**

**Contrato de Pessoal n°. 381/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 381/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: CLARETE APARECIDA MATURANO SOARES**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 19 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 29/04/2016

**Vigência:** 02/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; CLARETE APARECIDA MATURANO SOARES

**Contrato de Pessoal n°. 382/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 382/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: EDILENE GEOVANA RODRIGUES**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 18 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 29/04/2016

**Vigência:** 02/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; EDILENE GEOVANA RODRIGUES

**Contrato de Pessoal n°. 383/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 383/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4024/2013**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ENTREVISTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.243.0007.2815 - **MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO IGD** 3.1.90.04.00.00 0129056000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; DANIELA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA

**Contrato de Pessoal n°. 384/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 384/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: DIANA SILVA DE MELLO**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 20 horas semanais

**Dotação**: **02.026.0.0.12.365.0034.2227** Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB **3.1.90.04.00.00 0118000000** Contratação por Tempo Determinado (FUNDEB – Educação Infantil - Contratos)

**Data Da Assinatura:** 29/04/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; DIANA SILVA DE MELLO

**Contrato de Pessoal n°. 385/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 385/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JUNIOR PAULO DA SILVA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4024/2013**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ENTREVISTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.243.0007.2815 - **MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO IGD** 3.1.90.04.00.00 0129056000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; JUNIOR PAULO DA SILVA

**Contrato de Pessoal n°. 386/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 386/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: KEIDY KATTIUSCIA WIEDERKEHR GONÇALVES**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3672/2011**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ORIENTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.244.0008.2818 - **MANUTENÇÃO DO CREAS** 3.1.90.04.00.00 0129007000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; KEIDY KATTIUSCIA WIEDERKEHR GONÇALVES

**Contrato de Pessoal n°. 387/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 387/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: MAYCON JUNIOR OLIVEIRA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4024/2013**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ENTREVISTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.243.0007.2815 - **MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO IGD** 3.1.90.04.00.00 0129056000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; MAYCON JUNIOR OLIVEIRA

**Contrato de Pessoal n°. 388/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 388/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 3672/2011.

**Cargo:** PEDAGOGA - SEC. ASSISTENCIA SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.243.0007.2812 MANUTENÇÃO DOS CRAS3.1.90.04.00.00 0100000000 **– Contratação por tempo determinado.**

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; RITA DE CASSIA DEIJANI GOMES

**Contrato de Pessoal n°. 389/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 389/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: VINICIUS RODRIGUES OLIVEIRA DOS SANTOS**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4024/2013**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ENTREVISTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.243.0007.2815 - **MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO IGD** 3.1.90.04.00.00 0129056000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 03/05/2016 À 02/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; VINICIUS RODRIGUES OLIVEIRA DOS SANTOS

**Contrato de Pessoal n°. 390/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 390/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: ELVIRA ADELIA GOMES GONCALVES**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 26 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 04/04/2016

**Vigência:** 04/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; ELVIRA ADELIA GOMES GONCALVES

**Contrato de Pessoal n°. 391/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 391/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: DANIELA DE CARVALHO COIMBRA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 30 horas semanais

**Dotação**: 06.061.0.0.04.122..0002.2602 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES 3.1.90.04.00.00 0100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 04/05/2016

**Vigência:** 05/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Esportes

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; JOSÉ RICARDO TOGNON; DANIELA DE CARVALHO COIMBRA

**Contrato de Pessoal n°. 392/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 392/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: SIMONE VIANA CAETANO**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** AJUDANTE DE SERV. GERAIS SEMEC

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: **02.024.0.0.12365.0034.2222** MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL **3.1.90.04.00.00 0101000000** (Ensino Fundamental – Educação Infantil - Contratos).

**Data Da Assinatura:** 03/05/2016

**Vigência:** 05/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; SIMONE VIANA CAETANO

**Contrato de Pessoal n°. 393/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 393/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: VALQUIRIA DA SILVA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3672/2011**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** ORIENTADOR SOCIAL - SEC. ASSISTENCIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08110.08.244.0008.2818 - **MANUTENÇÃO DO CREAS** 3. 1.90.04.00.00 0129007000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

**Data Da Assinatura:** 02/05/2016

**Vigência:** 05/05/2016 À 04/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; VALQUIRIA DA SILVA

**Contrato de Pessoal n°. 394/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 394/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 200/2014.

**Cargo:** INSTRUTOR DE ARTES PLASTICAS, DESENHO E PINTURA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08.110.08.243.0007.2812 **MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIAS SETORIZADAS-CRAS** 3.1.90.04.00.00 **CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

**Data Da Assinatura:** 05/05/2016

**Vigência:** 09/05/2016 À 08/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; JAQUELINE SOARES BATISTA DE ALMEIDA

**Contrato de Pessoal n°. 395/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 395/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JULIANA LONGARETTI DE ALMEIDA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 18 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 06/05/2016

**Vigência:** 09/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; JULIANA LONGARETTI DE ALMEIDA

**Contrato de Pessoal n°. 396/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 396/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: QUEILA RAMOS BATISTA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº **3672/2011**.

**Cargo:** ORIENTADOR SOCIAL

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 08.08.110.08.243.0007.2812 **MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIAS SETORIZADAS-CRAS** 3.1.90.04.00.00 **CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.**

**Data Da Assinatura:** 05/05/2016

**Vigência:** 09/05/2016 À 08/05/2017

**Secretaria:** Assistência Social

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; AGUINALDO GARRIDO; QUEILA RAMOS BATISTA

**Contrato de Pessoal n°. 397/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 397/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: GISELE PEREIRA DA CUNHA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.**

**Cargo:** RECEPCIONISTA - PSF

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde** 3.1.90.04.00.000102000000 **Contratação por Tempo Determinado** 3.1.90.13.00.00.0102.0000 **Obrigações Patronais.**

**Data Da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; GISELE PEREIRA DA CUNHA

**Contrato de Pessoal n°. 398/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 398/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: GIULIANE HERNANDES CAVALARI**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; GIULIANE HERNANDES CAVALARI

**Contrato de Pessoal n°. 399/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 399/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JOHNATAN HARRISON COURA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.**

**Cargo:** RECEPCIONISTA - PSF

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: **03.03100.10.301.0013.2305** Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde **3.1.90.04.00.000102000000** Contratação por Tempo Determinado **3.1.90.13.00.00.0102.0000** Obrigações Patronais.

**Data Da Assinatura:** 16/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM ; JOHNATAN HARRISON COURA

**Contrato de Pessoal n°. 400/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 400/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JOYCE ANGELINE DA SILVA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.**

**Cargo:** RECEPCIONISTA - PSF

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.302.0015.2312 **Manutenção da Fisioterapia** 3.1.90.04.00.000102000000 **Contratação por Tempo Determinado** 3.1.90.13.00.00.0102.0000 **Obrigações Patronais.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; JOYCE ANGELINE DA SILVA

**Contrato de Pessoal n°. 401/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 401/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: LIDIANE ABRAO DA SILVA TEIXEIRA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2014 de 06 de Novembro de 2014, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.**

**Cargo:** RECEPCIONISTA - PSF

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.04.00.000102000000 **Contratação por Tempo Determinado** 3.1.90.13.00.00.0102.0000 **Obrigações Patronais.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; LIDIANE ABRAO DA SILVA TEIXEIRA

**Contrato de Pessoal n°. 402/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 402/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: NADIR SANDES ESPINDOLA**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **2653/2006**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

**Cargo:** TECNICO DE ENFERMAGEM -PSF

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **MANUTENÇÃO DAS UBS**3.1.90.04.00.00.0102 000000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; NADIR SANDES ESPINDOLA

**Contrato de Pessoal n°. 403/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 403/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: PATRICIA PEREIRA GOMES**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; PATRICIA PEREIRA GOMES

**Contrato de Pessoal n°. 404/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 404/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: PRISCILA YASMIN FLORIANO**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; PRISCILA YASMIN FLORIANO

**Contrato de Pessoal n°. 405/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 405/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/06/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA

**Contrato de Pessoal n°. 406/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 406/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 11/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; SONIA CRISTINA RODRIGUES RISSI

**Contrato de Pessoal n°. 407/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 407/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: UELIGTON FRANCISCO DA SILVA CORDEIRO**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ODONTOLOGO (DISTRITOS E ZONA RURAL)

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305**Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.04.00.000102000000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 12/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 15/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; UELIGTON FRANCISCO DA SILVA CORDEIRO

**Contrato de Pessoal n°. 408/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 408/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: VENICIUS APARECIDO DO NASCIMENTO**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na

Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 20 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 10/05/2016

**Vigência:** 16/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; VENICIUS APARECIDO DO NASCIMENTO

**Contrato de Pessoal n°. 409/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 409/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: CARMELITA JESUS DA SILVA LAMBERT**

**Objeto:** O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

**Cargo:** PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 18 horas semanais

**Dotação**: 02.026.0.0.12.361.0032.2230 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATOS)

**Data Da Assinatura:** 17/05/2016

**Vigência:** 19/05/2016 À 16/12/2016

**Secretaria:** Educação

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ADRIANO ALVES FERNANDES; CARMELITA JESUS DA SILVA LAMBERT

**Contrato de Pessoal n°. 410/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 410/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JEOVANIA MARCIA DE OLIVEIRA**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ODONTOLOGO (DISTRITOS E ZONA RURAL)

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.04.00.000102000000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 18/05/2016

**Vigência:** 23/05/2016 À 22/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; JEOVANIA MARCIA DE OLIVEIRA

**Contrato de Pessoal n°. 411/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 411/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: JOENY DE CAMPOS**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 4334/2014.**

**Cargo:** MEDICO CLINICO GERAL LEI 4334

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 12 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.302.0015.2309 **Manutenção do Hospital Municipal - 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado –** 3.1.90.13.00.00.0102000000 **Obrigações Patronais.**

**Data Da Assinatura:** 19/05/2016

**Vigência:** 23/05/2016 À 22/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; JOENY DE CAMPOS

**Contrato de Pessoal n°. 412/2016**

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 412/2016

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

**Contratado: MARCIA VALERIA GOULART WEGHER**

**Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter expecional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.**

**Cargo:** ENFERMEIRA-UMS CONTRATADA TEMPORARIA

**Carga Horária:** com jornada de trabalho de 40 horas semanais

**Dotação**: 03.03100.10.301.0013.2305 **Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde**3.1.90.040.000 114008000 **Contratação por Tempo Determinado.**

**Data Da Assinatura:** 19/05/2016

**Vigência:** 23/05/2016 À 22/05/2017

**Secretaria:** Saúde

**Signatários:** PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA; ITAMAR MARTINS BONFIM; MARCIA VALERIA GOULART WEGHER

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº000400000118/2012/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ HOTEL TANGARÁ CENTER LTDA - ME** /Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar, por **mais 12 (doze) meses**, a **Cláusula Terceira – Da Vigência**, em seu **Item 3.1,** do Contrato nº 118/ADM/2012 (Objeto:*locação de imóvel urbano localizado na Rua José Corsino, nº 1037-W, Bairro Parque das Mansões, neste município, com a finalidade de instalação e funcionamento da sede do Centro Municipal de Educação Infantil Tania Arantes Junqueira* PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato*)*, passando a vigência para **28/05/2012 a 29/05/**

**2017/** O valor do presente é de **R$ 265.521,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais),** referentes aos 12 (doze) meses de contratação,sendo o valor mensal de **R$ 22.126,75 (vinte e dois mil, cento e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos),** valor este reajustado pelo IGP-M./Data de Assinatura: 20/05/2016.

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 28/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ G & A CONSTRUÇÕES - GIUSTI & ANDRADE LTDA –ME** / O presente Termo de Apostilamento tem por objeto substituir a fiscal titular do contrato supramencionado, conforme memorando nº 460/SMS/2016, passando a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO, item 3.1** do TERMO DE ADITIVO Nº0001000073/2014/ADM/2016 , a vigorar da seguinte forma: **"CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO"** 3.1- O Município de Tangará da Serra por meio da *Secretaria Municipal de Saúde* através da **Portaria nº019/SMS/2016** indica os seguintes servidores para atuarem na fiscalização do contrato:**Supervisora do contrato: SANDRA DOS SANTOS PIMENTA, inscrita no CPF sob nº 558.652.241-15; Fiscal Titular do Contrato: LUCILEIA OLIVEIRA RODRIGUES, matrícula nº 101484, inscrito noCPF/MF sob nº 000.277.881.56; Fiscal Suplente: SERGIO ALVES CABRAL , matrícula nº 104388 inscrito no CPF sob nº 693.852.891-87, Fiscal do :Obra RICARDO NABOR VESPÚCIO, CPF nº046.177.008-38, Matrícula nº103634 ,representando em seus atos o contratante e terá as atribuições delegadas em ato específico e, ainda, as que se seguem** /R$00,00/Data de Assinatura: 25/05/2016.

**SETOR DE CONTRATOS**
**EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 27/ADM/2016**

**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ G & A CONSTRUÇÕES - GIUSTI & ANDRADE LTDA –ME** /O presente Termo de Apostilamento tem por objeto substituir a fiscal titular do contrato supramencionado, conforme memorando nº 461/SMS/2016, passando a **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO, item 3.1** do TERMO DE ADITIVO Nº0001000133/2014/ADM/2016, a vigorar da seguinte forma: **"CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO"** 3.1- O Município de Tangará da Serra por meio da *Secretaria Municipal de Saúde* através da **Portaria nº020/SMS/2016** indica os seguintes servidores para atuarem na fiscalização do contrato: **Supervisora do contrato: SANDRA DOS SANTOS PIMENTA, inscrita no CPF sob nº 558.652.241-15; Fiscal Titular do Contrato: LUCILEIA OLIVEIRA RODRIGUES, matrícula nº 101484, inscrito no CPF/MF sob nº 000.277.881.56; Fiscal Suplente: SERGIO ALVES CABRAL , matrícula nº 104388 inscrito no CPF sob nº 693.852.891-87 e por meio da Portaria nº004/2016 de 29 de janeiro de 2016 da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, os seguintes fiscais: Fiscal Titular da Obra: RICARDO NABOR VESPÚCIO, CPF nº046.177.008-38, Matrícula nº103634 e Fiscal Suplente da Obra: ALEX CAMPOS FERNANDES, CPF nº809.691-861-34 e Matrícula nº4221, representando em seus atos o contratante e terá as atribuições delegadas em ato específico e, ainda, as que se seguem**/R$00,00/Data de Assinatura: 25/05/2016.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 155/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 155/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT**

**CONTRATADO: LABORATORIO DE PESQ. CLINICAS P-RADO LTDA ME**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**VALOR: R$ 96.526,00**

**VIGÊNCIA 30/05/2016 A 31/12/2016**

**FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.**

**MILTON JOSE TONIAZZO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 156/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 156/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT**

**CONTRATADO: P.B DOS SANTOS & CIA LTDA ME**

**OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**VALOR: R$ 62.174,00**

**VIGÊNCIA 30/05/2016 A 31/12/2016**

**FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.**

**MILTON JOSE TONIAZZO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 157/2016**

**EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 157/2016**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT**

**CONTRATADO: ACÁCIA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AEREAS**

**VALOR: R$ 468,09**

**VIGÊNCIA 01/06/2016 A 21/08/2016**

**FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.**

**MILTON JOSE TONIAZZO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**PREVITER**
**PORTARIA N.º 005/2016**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício* Salário Maternidade *à*

*Servidora Srª. Julia Tereza Pereira Leite"*

A Diretora Executiva, gestora do PREVITER **- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERV. DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 da Lei n.º 876/2009, que rege a previdência municipal;**

Resolve:

Art. 1º **Conceder o benefício de SALÁRIO MATERNIDADE, ao servidora Srª**. JULIA TEREZA PEREIRA LEITE, **portador do RG n.º 08322350, SSP/MT e do CPF n.º 545.485.941-91, residente e domiciliada neste município, EFETIVA, no cargo de ADVOGADA, lotado na CÂMARA**

**MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, com vencimentos integrais, a partir de 11/02/20l6 e com término em 09/06/20l6, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º** 2016.08.00006P**.**

Art. 2º **A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da Servidora supra citada, será acrescida do 13° proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.**

Art. 3º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em**

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 19/02/2016.

IDA BASSANESI

**Diretora Executiva do PREVITER**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

**ADMINISTRATIVO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**EXTRATO DO CONTRATO 019/2016:**

| |
|---|
| **Extrato de Contrato: 019/2016** |
| **Contratado:DENTAL CENTRO OESTE LTDA** |
| **Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.** |
| **Vigência:20/05/2016 à 31/03/2017** |
| **Valor Global: R$100.022,06 (CEM MIL E VINTE E DOIS REAIS E SEIS CENTAVOS).** |
| **Data da Assinatura: 20/05/2016** |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

**SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 MENOR PREÇO POR ITEM**

A Pregoeira, por ordem do Prefeito Municipal em exercício, **Rafael Barilli Sá,** TORNA PÚBLICO que fará realizar no dia 16 de junho de 2016 às 09:00 horas (horário de Brasília), na sede da Prefeitura, à Rua XV de Novembro, 16 – Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a contratação de serviços Médicos de Clinica Geral, para atender ao PSF da zona rural do município, com carga de 40 horas semanais. O edital completo estará à disposição dos interessados na Prefeitura nos horários das 07 às 11 horas e no site: www.prefeituratorixoreu.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 03 de junho de 2016.

**EURICE DOS SANTOS DE FREITAS**

**Pregoeira**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2016 - (EXTRATO)**

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Teste Seletivo Público, designada mediante a Portaria nº 104/2016, de 01 de junho de 2016, autorizada pela Lei Municipal Lei Nº 616, de 23 de maio de 2016, torna público que fará realizar, no dia 30 de junho de 2016, Processo Seletivo Público sob Nº 01/2016, para contratação de servidores para os cargos de *Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE*.

As inscrições serão recebidas no período de 07 de junho de 2016 a 17 de junho de 2016 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário das 07:30 horas às 12:00 horas, na Recepção da Prefeitura Municipal de União do Sul, localizada na Av. Curitiba, nº 94, Centro, União do Sul – MT.

O Edital completo e eventuais alterações encontram-se afixados nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, bem como divulgados no site: www.uniaodosul.mt.gov.br, e publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (http://diariomunicipal.org/mt/amm).

União do Sul, 03 de junho de 2016.

EDILENE CAMPOS DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Teste Seletivo Público

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2016:

RELAÇÃO DOS CARGOS, LOCAL DE TRABALHO, ESCOLARIDADE, Nº DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO MENSAL:

| **NÍVEL: FUNDAMENTAL COMPLETO** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Cargo** | **Local de Atuação** | **Formação Escolaridade** | **Vagas** | **C/H/S** | **Piso Salarial Mensal** | | |
| | **A.C** | **P.N.E** | **Total** | | | | |
| Agente Comunitário de Saúde - ACS | Área do PSF I | Ensino Fundamental Completo | 02 | - | 02 | 40h | R$ 1.014,00 |
| Agente Comunitário de Saúde - ACS | Área do PSF II | Ensino Fundamental Completo | 01 | - | 01 | 40h | R$ 1.014,00 |
| Agente de Combate às Endemias - ACE | Sede do Município | Ensino Fundamental Completo | 01 | 01 | 02 | 40h | R$ 1.014,00 |
| **TOTAL DE VAGAS** | **04** | **01** | **05** | | | | |

LEGENDA:
**A.C. – Ampla Concorrência**
**P.N.E. – Portadores de Necessidades Especiais**
**C/H/S – Carga Horária Semanal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2016**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa PÓLO AR CONDICIONADO SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 06.021.988/0001-51. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no Artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/1993 com alterações introduzidas pela Lei n. 9.648/1993, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N.º 374101/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, o item 4.1 e 4.2 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e o

item 9.2 da CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, do Contrato nº. 01/2016, cujo objeto é a contratração da empresa especializada para instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, bem como, as demais Secretarias do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 455.143,05 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil cento e quarenta e três reais e cinco centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO**: 04.01.04.122.0101 – P/A: 2.203. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0002.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101. – P/A: 2.203. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.01.122.0002. – P/A: 2.165. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0001.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.01.122.0002. – P/A: 2.165. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ. FONTE 0001.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0001.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.00103. – P/A: 2.088. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 2.088. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0106. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ. FONTE 0001. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03.12.365.0104. – P/A: 2.089. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0106.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.03.12.361.0103. – P/A: 1.317. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ. FONTE 0102.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. – P/A: 1.317. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0102. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.04.13.392.0014. – P/A: 2.261. ND: 3.3.90.39.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.04.13.392.0014. – P/A: 2.261. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO**: 35.02.27.813.0033. – P/A: 2.256. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0999.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.02.27.813.0033. – P/A: 2.256. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. – P/A: 2.094. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. – P/A: 2.094. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. – P/A: 1.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0042. – P/A: 1.087. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.402. ND: 3.3.90.39.00.00.00 OST PJ FONTE 0302.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.402. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. – P/A: 2.112. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. – P/A: 2.112. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.304. ND: 3.3. 90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0307. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.304. ND: 3.3. 90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0307.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.214. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.234. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.234. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 2.146. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.02.08.243.0042. – P/A: 2.146. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0302.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 2.113. ND: 3.3. 90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 1.399. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 1.399. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.278. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0999.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.243.0042. – P/A: 1.278. ND: 3.3. 90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.213. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.213. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0302. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE 0999. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO**: 11.02.08.122.0002. – P/A: 2.213. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE 0302.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. – P/A: 2.035. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0002. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. – P/A: 2.035. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE 0207. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. – P/A: 2.035. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0002. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. – P/A: 2.035. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0207. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.041. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0002. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.041. ND: 3.3.90.39.00.00.00.

OST - PJ. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.041. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0002. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.041. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.098. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ. FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.098. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.098. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.098. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.100. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.100. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.105. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 2.105. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. – P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0304. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0003. – P/A: 2.168. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0203. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.301.0003. – P/A: 2.168. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0203.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.179. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.179.. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0205.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0003. – P/A: 2.191. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0203. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.301.0003. – P/A: 2.191. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0203.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.303.0020. – P/A: 2.228. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0206. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.303.0020. – P/A: 2.228. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST - PJ FONTE 0206. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.237. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.237. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0204**. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.238. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.238. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.239. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.239. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0204.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.240. ND: 3.3.90.39.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.240. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.241. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0205.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.305.0021. – P/A: 2.241. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0205. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.63. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0304.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.263. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST PJ FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.263. ND: 3.3.90.39.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO. FONTE 0304. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0004. – P/A: 2.263. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO**: 09.02.10.301.0004. – P/A: 1.307. ND: 3.3.90.39.00.00.00. OST – PJ. FONTE 0002.** UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.301.0004. – P/A: 1.307. ND: 3.3.90.30.00.00.00. MATERIAL DE CONSUMO FONTE 0204. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato é de 04 (quatro) meses contados a partir do seu vencimento (06/05/2016). FISCAL DO CONTRATO: Ficará designado para este ato, o servidor MOACIR TEIXEIRA JÚNIOR, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1028970-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 688.348.021-87, Matricula nº. 109073.

DATA DE ASSINATURA: 05.05.2016.

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretária Municipal de Administração – PMVG/MT

PÓLO AR CONDICIONADO SERVIÇOS E REFRIGERAÇÃO LTDA EPP

Contratada

**EXTRATO CONTRATO N. 041/2016**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Senhor LUCIANO LUIS BRESCOVICI, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 758.114.809-20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. 24, inciso X. Ressaltando a sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº 12.112/2009, pelo Ato de Dispensa de Licitação nº. 09/2016, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 373442/2016. OBJETO: Tem por objeto a locação de um imóvel urbano localizado no loteamento Parque das Nações, Rua Argentina, Lote 38, Quadra 11, Várzea Grande/MT, cuja área construída é de 128,37 m2 com destino único e exclusivo para o funcionamento das salas anexas – EMEB Irenice Godoy de Campos Silva. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor mensal de R$ 3.192,79 (três mil cento e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) no valor global de R$ 19.156,74 (dezenove mil cento e cinquenta e seis reais setenta e sete centavos). **UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.087. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF FONTE: 0106.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON portadora da cédula de identidade RG n°. 0986783-0 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 362.502.791-72, Matrícula 57631.

DATA DE ASSINATURA: 18.05.2016.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

LUCIANO LUIS BRESCOVICI

Locador

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

Matricula n° 2055

Servidor - ISADORA DE CAMPOS FRANÇA

Início - 02/06/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargos - Fiscal de corte

Salário base - 880,00

Finalidade do Contrato - prestação serviço

Amparo Legal - DECRETO 64/2014

Matricula n°2054

Servidor - ALINE CATARINA DA SILVA AMORIM

Início - 02/06/2016

Rescisão - 30/06/2016

Cargos - Fiscal de corte

Salário base - 880,00

Finalidade de contrato - prestação serviço

Amparo legal - DECRETO 64/2014

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande MT, 06 de Junho de 2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente DAE/VG.

**PORTARIA Nº 353/SAD/2016**

*APLICA a penalidade de ADVERTÊNCIA à servidora do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e dá outras providências.*

**A Secretária Municipal de Administração**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.164/1991 e Decreto nº 032/2010;

**CONSIDERANDO** os autos do Processo Administrativo nº 079/2015 instaurado para apurar irregularidades atribuídas a servidora **Miriam de Fátima Naschenveng Pinheiro**, de acordo com a Portaria nº 582/CPSPAD/SAD/2015,

**CONSIDERANDO** o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares e,

**CONSIDERANDO** o Julgamento Final desta autoridade instauradora;

**RESOLVE**:

**Art. 1° - APLICAR** a penalidade de **ADVERTÊNCIA** à servidora **MIRIAM DE FÁTIMA NASCHEVENG PINHEIRO,** Enfermeira, matrícula 35844, do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, baseada no Art. 137, inciso I, da Lei Municipal nº 1.164/1991, em decorrência da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 079/2015.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Registre-se, publique-se, cumpra-se.**

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 03 de junho de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

**Secretária Municipal de Administração**

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 069/2015**

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora MARIA DE LOURDES NASCIMENTO, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 138.912.861-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada no Artigo 65 § e Artigo 57 inc. II, ambos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas atualizações, no Edital e anexos do Pregão Presencial nº 18/2015, no Termo de Contratos nº. 069/2015, na devida justificativa exarada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 375440/2016. OBJETO: Tem por objeto aditar, o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES", o item 4.1 e 4.2 da "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", e o item 8.1 da "CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO", referente locação de um imóvel localizado no loteamento Jardim Potiguar, situada na Rua Brasília nº. 656, Várzea Grande/MT, com destino único e exclusivo para funcionamento do CRAS regional Norte. VALOR GLOBAL: O valor mensal será de R$ 3.123,12 (três mil cento e vinte e três reais e doze centavos), sendo o valor global no montante de R$ 18.738,72 (dezoito mil setecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos). UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Este Termo fica prorrogado por um período de 06 (seis) meses o prazo da vigência do Contrato principal, produzindo seu efeitos a partir do seu vencimento (1º/06/2016). FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para este ato, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA, portador da cédula de identidade RG n°. 503.087 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 23.05.2016.

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social PMVG/MT

MARIA DE LOURDES NASCIMENTO

Locatária

**PORTARIA N. º 35/2016/GAB/SMECEL/VG/MT**

"Prorroga o prazo para entrega de Certidões de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas emitidas pelo Município de Cuiabá/MT e do Estado de Mato Grosso, e cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria".

O Secretário Interino de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea-Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

**Resolve:**

**Artigo 1º- Prorrogar por mais 10 (Dez) dias, contados á partir da publicação desta portaria, a entrega das seguintes documentações:**

**a) Certidões de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas emitidas pelo Município de Cuiabá/MT e do Estado de Mato Grosso (item 12.5, alínea o.1 do edital nº01/2016); b) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório (item 12.15, alínea i do edital nº 01/2016)**."

Artigo 2º- Esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Várzea Grande - MT, 03 de junho de 2016.

**SILVIO APARECIDO FIDELIS**

**Secretário Interino de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

**Ato nº328/2016**

**CATARINA SENA BARROS DE TOLEDO**

**Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**

**Ato nº 338/2016**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 87/2016**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão, Thalissa da Silva Lisboa Menin, Auxiliar de Gabinete, do Gabinete do Ver. Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 86/2016**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão, Juan Carlos de Barros, Assistente de Gabinete, do Gabinete do Ver. Calistro Lemes do Nascimento.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

**ATO Nº. 355/2016**

**Lucimar Sacre de Campos**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

Considerando duplicidade do pedido de exoneração da servidora Luciene Tobias de Miranda, sendo que a servidora esta exonerada desde 06/01/16 conforme Ato nº 016/16, publicado em 19/01/16 no Jornal Oficial do Município – AMM;

**R E S O L V E:**

**Tornar sem efeito** a exoneração Ato nº 351/16 da servidora Luciene Tobias de Miranda, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, a partir de 30 de maio de 2016, publicado no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

**Registra- se, publica-se, cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 03 de junho de 2016.

**Adilson Luiz Costa de Arruda**

***Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo***

**Lucimar Sacre de Campos**

*Prefeita Municipal*

**ATO Nº. 356/2016**

**Lucimar Sacre de Campos**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR a pedido Edson Roberto Silva,** no cargo em comissão de Secretário Municipal - DNS 1, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 03 de junho de 2016.

***Registra- se, publica-se, cumpra-se.***

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de junho de 2016.

**Lucimar Sacre de Campos**

***Prefeita Municipal***

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Matricula n°1981

Servidor - MARIA APARECIDA DE SOUZA ALEKNOVIC

Início - 19/11/2015

Rescisão - 03/06/2016

Cargo - Técnica Superior Economista

Salário base - 1.707,83

Finalidade do Contrato - Prestação Serviço

Amparo legal - Decreto 64/2014

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande MT,03 de Junho de 2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente DAE/VG

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 07/2016-EDUCAÇÃO/PMVG/MT**

**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

**RESOLVE:** Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 001/2016-EDUCAÇÃO, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – ANEXO I

(**Comissão de Coordenação do Edital do ato convocatório)**

Endereço: Rua: João Libânio n° 122, Bairro: Jardim Aeroporto – Várzea Grande-MT.

**Horário: 08:00h às 12:00h. (O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER IMPRETERÍVELMENTE AS 08:00h, SOB PENA DE SER PRETERIDO NA ESCOLHA DA UNIDADE ONDE IRÁ SER LOTADO.)**

**Data da Entrega dos documentos: 09/06/2015 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**10700199 - TÉC. DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL / TÉC. DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 4012497-5 | REGIANE PAIM SORTICA | 12177040 | 40,4 | 101 |
| 4027832-8 | GIZELE REGINA ADAMI | 15179427 | 40,4 | 102 |
| 4027070-0 | MARCIELY MIRANDA DA CONCEICAO | 21056943 | 40,4 | 103 |
| 4010947-0 | JESSICA DA SILVA SANTOS | 28017919 | 40,4 | 104 |
| 4025073-3 | SIDNAYRA ANTONIA GADELHA DA CRUZ | 2379818-1 | 40,2 | 105 |
| 4023524-6 | GUILHERME ARANTES DA SILVA | 20875410 | 40,2 | 106 |
| 4004571-4 | BIANCA CRISTINA SILVA DE MORAES | 22169881 | 40,2 | 107 |
| 4001352-9 | JHENIFFER ROCHA DE GODOI RATTS | 2399913-6 | 40,2 | 108 |
| 4021485-0 | LUANA FIGUEIREDO BRUGNHAGO | 274554525 | 40,2 | 109 |
| 4015298-7 | IVONE DOS SANTOS SILVA | 832112 | 40 | 110 |
| 4005165-0 | ODAIZA CARMEM GUIMARAES | 18360050 | 40 | 111 |
| 4023145-3 | JESSIKA ALINE FERNANDES DIAS | 29496443 | 40 | 112 |
| 4024939-5 | JOSE BOSCO DE ALMEIDA SANTOS | 0894806-2 | 40 | 113 |
| 4010600-4 | ALAN MAIQUE RIBEIRO FERNANDES DA COSTA | 95858 | 40 | 114 |
| 4014999-4 | MARCIA COSTA LOBO | 16636635 | 39,8 | 115 |
| 4021313-7 | ANA PAULA FERREIRA DA SILVA | 7630735 | 39,8 | 116 |
| 4016646-5 | MARILIA DA SILVA FRANCA MOREIRA | 11725974 | 39,8 | 117 |
| 4016477-2 | MARIA RITA DOS SANTOS GONCALVES | 18364608 | 39,8 | 118 |
| 4000883-5 | VANESSA DA SILVA LEAL | 1866013-4 | 39,8 | 119 |
| 4015422-0 | DAYANE BALCONI | 19685939 | 39,6 | 120 |
| 4009131-7 | RENATA ALVES DE MOURA | 1462997-6 | 39,6 | 121 |
| 4010817-1 | CLAUDIA VASCONCELOS SANCHES | 2433182-1 | 39,6 | 122 |
| 4029422-6 | GILDA CAROLINE GOMES DE OLIVEIRA MORAES | 18496571 | 39,4 | 123 |
| 4010976-3 | CAROLINA SOUSA OLIVEIRA | 20552572 | 39,4 | 124 |
| 4027533-7 | VANIA PAULA NOBRE | 36 ANOS | 39,2 | 125 |
| 4007281-9 | JAQUELINE DA SILVA BARBOSA | 28305280 | 39,2 | 126 |
| 4029398-0 | LUCIMAR AMARO DE OLIVEIRA | 12038911 | 39,2 | 127 |
| 4017076-4 | BRUNA LAGUNA DE QUADROS DA SILVA | 25830902 | 39,2 | 128 |
| 4031729-3 | DURCILA MARIA CORDEIRO COSTA | 34164187X | 39 | 129 |
| 4021026-0 | ROSEMARY RODRIGUES DE ALMEIDA | 15894681 | 39 | 130 |
| 4024751-1 | JESSICA SILVA CAPPARELLI | 18683363 | 39 | 131 |
| 4027925-1 | CRISTINA MARIA SOARES DA SILVA | 11315598 | 38,8 | 132 |
| 4014512-3 | JOSCILAINE NUNES SALVATIERRA ALMEIDA | 1569946-3 | 38,8 | 133 |
| 4011373-6 | DANIELLE COSTA AQUINO | 1382528-3 | 38,8 | 134 |
| 4027638-4 | ANNE KARINE DAMIANE DA SILVA | 16458672 | 38,8 | 135 |
| 4026709-1 | JESSICA BARBOSA GUIMARAES | 2204760-3 | 38,6 | 136 |
| 4024141-6 | SILVANIA DE MORAES SILVA | 12608157 | 38,6 | 137 |
| 4027535-3 | ANDREA ALVES DA SILVA | 949963 | 38,4 | 138 |
| 4030735-2 | EFFERSON JOAO DA SILVA | 19121547 | 38,4 | 139 |
| 4027117-0 | MARCIQUELE MIRANDA DA CONCEICAO | 20693036 | 38,4 | 140 |
| 4018435-8 | YASNARA RIBEIRO ACOSTA | 2148031-1 | 38,4 | 141 |
| 4026435-1 | RAYANNE OLIVEIRA DE CERQUEIRA | 23219319 | 38,4 | 142 |
| 4029518-4 | CLEUSA JACINTO DE MORAIS | 875833-6 | 38,2 | 143 |
| 4029715-2 | VIVIANE EMANUELLE DA SILVA | 18899498 | 38,2 | 144 |
| 4018017-4 | MICHEELE MAYARA DE OLIVEIRA CALACA | 3169507 | 38,2 | 145 |

**ANEXO I**

**Conforme item 4.1.** - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

**a)** ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

**b)** estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

**c)** no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

**d)** ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

**e)** não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

**f)** estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

**g)** declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

**h)** possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

**ANEXO II**

**Conforme item 12.5.** Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:**

**a)** 01 (uma) foto 3x4;

**b)** Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

**c)** Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

**d)** Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

**e)** Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

**f)** Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

**g)** Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

**h)** Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

**i)** Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

**j)** Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

**k)** Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

**l)** Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

**m)** Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

**n)** Atestado Médico de admissão Original,

**o)** Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

**o.1)** Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

**p)** Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**q)** Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**r)** Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**s)** Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2016.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 08/2016-EDUCAÇÃO/PMVG/MT**

**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

**RESOLVE:** Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 001/2016-EDUCAÇÃO, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – ANEXO I

(**Comissão de Coordenação do Edital do ato convocatório)**

Endereço: Rua: João Libânio n° 122, Bairro: Jardim Aeroporto – Várzea Grande-MT.

**Horário: 14:00h às 18:00h. (O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER IMPRETERÍVELMENTE AS 14:00h, SOB PENA DE SER PRETERIDO NA ESCOLHA DA UNIDADE ONDE IRÁ SER LOTADO.)**

**Data da Entrega dos documentos: 09/06/2015 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**10700199 - TÉC. DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL / TÉC. DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 4014354-6 | ALCENIL DA SILVA LEITE | 15294633 | 38,2 | 146 |
| 4031745-5 | MARIA DE LOURDES MORALES LOPES | 2967491-3 | 38 | 147 |
| 4028463-8 | EDILEIA DUARTE DOS SANTOS SILVA | 1358027-2 | 38 | 148 |
| 4018452-8 | UYARA MAGALHAES DE MELO CABALLERO FIEL | 1289560-1 | 38 | 149 |
| 4028800-5 | DANIELLE FORTES DE BARROS ROMAO | 17181070 | 38 | 150 |
| 4021017-0 | NOEMI MARTINS DE SOUZA | 762703 | 38 | 151 |
| 4031368-9 | GISIELI TATHIANE DE MOURA | 18838936 | 38 | 152 |
| 4002020-7 | RAYANI DA COSTA PADILHA | 23956283 | 38 | 153 |
| 4027096-3 | MILENA CHAVES DOS SANTOS FERREIRA | 26062623 | 38 | 154 |
| 4000206-3 | MARILIA MERCADO CAPELLO ARRUDA | 18620892 | 37,8 | 155 |
| 4030545-7 | VEVIANNE DI PAULA DOS SANTOS MORAES | 18338224 | 37,8 | 156 |
| 4020927-0 | RAQUEL PEREIRA GUIMARAES | 18691676 | 37,8 | 157 |
| 4028962-1 | REJANE PATRICIA FERREIRA | 17688744 | 37,8 | 158 |
| 4006420-4 | ROSIANE GONCALVES DA CRUZ | 24519456 | 37,8 | 159 |
| 4018442-0 | YASMARA RIBEIRO ACOSTA | 2148040-0 | 37,8 | 160 |
| 4025853-0 | JOICE IZIDORA DE MORAIS | 25496700 | 37,8 | 161 |
| 4022834-7 | TATIANE KARINE DA SILVA CARMO | 26045737 | 37,8 | 162 |
| 4022348-5 | JUCINEIA DE OLIVEIRA ANDRADE DO NASCIMENTO | 16649710 | 37,6 | 163 |
| 4000808-8 | SULENIR LEONCIO DE ARRUDA | 5111628771 | 37,6 | 164 |
| 4004988-4 | LUCINEIA MENDES DA SILVA | 14781468 | 37,6 | 165 |
| 4018796-9 | MAURILIA DA SILVA SANTOS | 2016-489-0 | 37,6 | 166 |
| 4010851-1 | DEBORA FERREIRA DE CARVALHO | 19629079 | 37,6 | 167 |
| 4028062-4 | IAPISSARA DOS SANTOS SILVA | 13935127 | 37,6 | 168 |
| 4027202-8 | CRISTIANE MACIEL DOS SANTOS GALINDO | 2020380-2 | 37,4 | 169 |
| 4030976-2 | CARLENE PLACIDA DA SILVA | 1648503-3 | 37,4 | 170 |
| 4024917-4 | AVINNER AUGUSTO DA SILVA ALBINO | 2008015 | 37,4 | 171 |
| 4029188-0 | JOAO PAULO SILVA MARTINS | 1162140 | 37,4 | 172 |
| 4031060-4 | MARIANE FRANCISCA DA SILVA | 19792573 | 37,4 | 173 |
| 4027160-9 | DIORIANE RODRIGUES DA SILVA | 11993731 | 37,4 | 174 |
| 4002649-3 | ARIADNY MARA MOREIRA | 15184498 | 37,4 | 175 |
| 4007903-1 | NATALICE DE MEDEIROS GADELHA CRUZ | 2793233-8 | 37,2 | 176 |
| 4024150-5 | LUIZA VITORIA LIMA DE ARRUDA | 2209326-5 | 37,2 | 177 |
| 4020683-1 | LOHANDA MARTA OLIVEIRA | 18480357 | 37,2 | 178 |
| 4024722-8 | ROSANA MARIA PRADO CRUZ SERRA | 4879287 | 37,2 | 179 |
| 4012231-0 | GISELE DA SILVA ALBUQUERQUE | 722872 | 37,2 | 180 |
| 4024319-2 | CAROLINE FASSIONI | 16505140 | 37,2 | 181 |
| 4029334-3 | LAURA APARECIDA DE SOUZA | 11071826 | 37,2 | 182 |
| 4015721-0 | NARA DE LIMA POMPEU | 2484079 | 37,2 | 183 |
| 4011121-0 | ROBERSON FERREIRA DE JESUS | 1636855-0 | 37 | 184 |
| 4026484-0 | EMILIA SOUZA DE OLIVEIRA | 18066763 | 37 | 185 |
| 4016031-9 | LETICIA DANIELE PRADO DA CRUZ | 18094813 | 37 | 186 |
| 4000225-0 | JESSICA EVA DA COSTA SILVA SOUZA | 18064566 | 37 | 187 |

**ANEXO I**

**Conforme item 4.1.** - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

**a)** ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

**b)** estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

**c)** no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

**d)** ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

**e)** não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

**f)** estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

**g)** declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

**h)** possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

**ANEXO II**

**Conforme item 12.5.** Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:**

**a)** 01 (uma) foto 3x4;

**b)** Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

**c)** Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

**d)** Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

**e)** Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

**f)** Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

**g)** Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

**h)** Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

**i)** Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

**j)** Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

**k)** Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

**l)** Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

**m)** Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

**n)** Atestado Médico de admissão Original,

**o)** Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

**o.1)** Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

**p)** Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**q)** Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**r)** Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

**s)** Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 02 de junho de 2016.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

interino

**AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.28/2016**

Processo n. 372477/2016. O Município de Várzea Grande-MT, através da Pregoeira Oficial designada pela Portaria n. 022/2016, comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico n. 28/2016, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DAS UNIDADES DE ENSINO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E ANEXOS**, do tipo MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE, antes designado para o dia 13 de JUNHO de 2016, às 10hs, encontra-se SUSPENSO, para adequação do TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo site www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 03 de Junho de 2016. Dalciney Fidelis Nogueira, Pregoeira.

**PORTARIA Nº 297/2016**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta das Leis Complementares nº. 3.505/2010, 4.007/2014 e 4.093/2015, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e dá outras providências":

**RESOLVE:**

Enquadrar a servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

**PROFESSOR - NÍVEL SUPERIOR – ANEXO I**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | Rec/Averb. Todos Efei. | Afast. s/Ônus | C/H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MARLENE FRANCISCO DA SILVA | PROFESSOR V A VIII | PROFESSOR V A VIII | 18/08/1999 | - | - | 25H | C-05 |

**Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.**

**Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 02 de Junho de 2016.**

**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**

Prefeita Municipal

**COMUNICADO**

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Inscrita no CNPJ: 03.507.548/0001-10, estabelecida em Várzea Grande - MT, torna público que requereu junta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, o pedido de Renovação da Licença de Operação - LO, para atividade de Sistema de Abastecimento de água localizado no perímetro urbano da cidade de Várzea Grande-MT.

**COMUNICADO**

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Inscrita no CNPJ: 03.507.548/0001-10, estabelecida em Várzea Grande - MT, torna público que requereu junta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, o pedido de Renovação da Licença de Operação - LO, para atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto Maringá I do bairro Cristo Rei, em Várzea Grande-MT.

**COMUNICADO**

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Inscrita no CNPJ: 03.507.548/0001-10, estabelecida em Várzea Grande - MT, torna público que requereu junta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, o pedido de Licença de Operação - LO, para atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto do Conjunto Habitacional Vila São João, em Várzea Grande - MT.

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**
**ATO DE NOMEAÇÃO Nº 005/2016**

**Eduardo Abelaira Vizotto,** Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEIA**, com efeito, a partir de 03/06/2016, no cargo em comissão DGA, o (a) servidor (a) abaixo relacionada lotada no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

| | | |
|---|---|---|
| MARIA APARECIDA DE SOUZA ALEKNOVIC | GERENTE – PREGÃO | DGA – 6 |

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 03 de junho de 2016.

**EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO**

**DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG**

**TERMO DE CONVÊNIO N. 01/2016**

Interessado: A Prefeitura Municipal de Várzea Grande e Prefeitura Municipal de Cuiabá.

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande por meio da SMS/VG, inscrita no cadastro de CNPJ N.º 03.507.548/0001-10, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Luiz Antônio Vitorio Soares, portador do CPF sob o n.º 138.731.301-06 e RG n.º 019771–SSP/MT e, por outro lado Prefeitura Municipal de Cuiabá por meio da SMS/Cuiabá, inscrito no CNPJ N.º 15.084.338/0001-46, neste representado pelo Secretário Ary Soares de Souza Júnior**,** inscrito no CPF sob o n.º 378.624.721-87 e RG n.º 04165861–SSP/MT, firmam o presente instrumento de CONVÊNIO, devidamente autorizado e de acordo com a legislação municipal, o que o fazem de acordo com as seguintes clausulas e condições.

**PRIMEIRO – DO OBJETO**

1 - O presente Convênio tem por finalidade a cooperação técnica na cessão de servidores municipais do quadro de pessoal para prestarem serviços junto à entidade cessionária, com vistas à execução de tarefas de natureza técnica, administrativa e/ou em Comissão, no âmbito de suas competências e atribuições, podendo haver, quando necessário e conveniente, cessão mutua de servidores de acordo com o interesse e o assentimento de cada instituição, obedecida para todo o caso de legislação e vigor.

**SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2. - Como forma mutua de cooperação técnica e/ou administrativa, na execução do objeto previsto na clausula primeira, ficam os convenentes obrigados a atenderem as seguintes condições:

I – As partes, mediante apresentação de ofício entre os titulares das respectivas secretarias de saúde, representantes dos convenentes, solicitarão na conformidade de seus interesses e conveniências, servidores municipais, na condição de cedente ou cessionário, mediante acordo entre as partes.

II – O respectivo ato de cessão do servidor será publicado na Imprensa Oficial de ambos os municípios;

III – O CESSIONÁRIO devolverá o servidor cedido sem prejuízo ao CEDENTE de acordo entre as partes convenentes;

**TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3 – Este Convênio terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante a manifestações das partes.

**QUARTA – DA RESCISÃO**

4 – Este Convênio poderá ser rescindido automaticamente por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne formalmente inexeqüível.

4.1 – Este Convênio poderá ser denunciado pelas partes, observado aviso prévio de 30 (trinta) dias, findo os quais será publicada sua rescisão.

4.2 – Ocorrendo a denúncia ou na hipótese de rescisão ficam as duas partes responsáveis pelas obrigações correspondentes ao período em que o presente acordo teve vigência.

**QUINTO – DO FORO**

5 – Fica eleito o foro da comarca de Várzea Grande, para dirimir as questões oriundas desta avença que não forem resolvidas administrativamente entre as partes.

E, para a validade do pactuado pelas partes, firma-se este termo em 03 (três) vias de igual teor e forma para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea Grande, 10 de Março de 2016.

Luiz Soares

Secretário Municipal de Saúde de Várzea Grande

Ary Soares de Souza Júnior

Secretário Municipal de Saúde de Cuiabá

Jose Luiz de Oliveira

Técnico de Nível Superior SMS/VG

Clélia Amorim Correa

Gerente RH- SMS/VG

**PORTARIA Nº. 003/GEFAZ/2016.**

***PRORROGA A PORTARIA Nº 001/GEFAZ/2016, referente à TOMADA DE CONTAS a fim de "apurar os responsáveis e possíveis danos causados pelas irregularidades referentes aos registros contábeis da folha de pagamento descrita na irregularidade do subitem 87.6 (item 8.7), bem como a veracidade das nomeações dos servidores – Processo 55.719/2012 Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2012 - Acórdão 5.964/2013-TP", nomeia servidores para compor a comissão e dar outras providências;***

**LUCINÉIA DOS SANTOS RIBEIRO**, Subsecretária Municipal de Gestão Fazendária, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e ainda;

**CONSIDERANDO** o vencimento do prazo concedido aos membros da Comissão Especial de Tomada de Contas, por meio da Portaria nº 001/GEFAZ/2016, de 25 de abril de 2016**,** publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 26 de abril de 2016, objeto do Processo Tomada de Contas Especial referente a irregularidades no registro contábil da folha de pagamento, descrita na irregularidade do subitem 8.7.6, bem como, a veracidade das nomeações dos servidores – Processo nº. 55.719/2012 – Contas anuais de Gestão do Exercício de 2012 – Acórdão 5.964/2013-TP, através da referida portaria, para apurar os fatos e emitir Parecer Conclusivo no prazo de 30 dias, cujo prazo encerra em 25/05/2016.

**CONSIDERANDO** que o referido processo exige uma análise minuciosa dos fatos, tendo em vista a sua complexidade e coleta de dados em vários setores, fica prorrogado o prazo estipulado no Artigo 5º da PORTARIA Nº.

001/GEFAZ/2016, por 30 (trinta) dias, para conclusão e apuração dos fatos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”,Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 25 de maio de 2016.

**Edson Roberto da Silva**

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

**Lucinéia dos Santos Ribeiro**

Subsecretária Municipal de Gestão Fazendária

Em substituição ao Secretário Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 88/2016**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR dos cargos em comissão, do Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira, os servidores abaixo relacionados;

Abimael Elias Junior – Coordenador Geral de Gabinete

Leandro Buzzeti – Assessor Geral de Gabinete

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 89/2016**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão, Leandro Buzzetti, Coordenador Geral de Gabinete, no Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**ATO N.º 90/2016**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão, Marcia Cristina Martins de Bran, Auxiliar de Gabinete, no Gabinete do Ver. Benedito Francisco Curvo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**
**AVISO DE RESULTADO - CONVITE N. 04/2016**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: CONVITE Nº. 04/2016**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE – MT.**

**OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO.**

A Pregoeira Oficial da Câmara Municipal de Várzea Grande-MT., torna público aos interessados que na licitação modalidade Convite nº 04/2016, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cuja a abertura ocorreu no dia 02/06/2016, às 09:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, sagrou-se vencedora a empresa:

1) **ACPI-INFORMÁTICA LTDA-ME,** no valor total de R$ 49.875,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais);

Ressaltamos que o prazo para interposição de recurso será de 02 (dias) úteis, nos termos do Artigo 109, inciso I “b” e § 6º da Lei nº 8.666/93.

**SUELEN CRISTINA ALVES DE MORAES**

Pregoeira Oficial

**DECRETO Nº 40 DE 02 DE JUNHO DE 2016.**

Homologa e publica Resolução 001/2016 da Câmara Técnica, vinculada à Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, que concedeu incentivo fiscal ao CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.

**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e:

**CONSIDERANDO** o pedido de concessão de incentivos fiscais n.º 372.378/2016, protocolado via GESPRO em 22/04/2016;

**CONSIDERANDO** que as Leis Municipais ns.º 2.824/2005 e 2.851/2006 autorizam o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos a empreendimentos econômicos que venham a se estabelecer no município de Várzea Grande – MT;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Técnica, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, nos termos das Leis Municipais ns.º 4.042/2014 e 4.079/2015, e do Decreto Municipal n.º 24/2013, analisou, julgou e aprovou, **em parte**, os pedidos de incentivos fiscais;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Técnica, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, editou a Resolução 001/2016, concedendo, **em parte**, os pedidos de incentivos fiscais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a **Resolução n.º 001/2016** da Câmara Técnica, vinculada à Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, que após requerimento, análise, julgamento e aprovação, concedeu parcialmente incentivo fiscal a empresa **CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF n.º 21.600.988/0001-08.

**Art. 2º** - Fica concedido, nos termos da **Resolução 001/2016**, em anexo, o seguinte incentivo fiscal: *fixação da alíquota de ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza de 2% (dois por cento) para atividade descrita no CNAE: 66.13-4-00 – Administração de Cartões de Credito, pelo prazo inicial de fixado em 05 (cinco) anos prorrogável por igual período ficando mantida a alíquota, desde que haja pontualidade e regularidade quanto ao pagamento, devendo ser efetuado na data fixada em lei, sob pena, de perda do incentivo no caso de inadimplência por período superior a 90 (noventa) dias.*

**Art. 3º** - O não cumprimentos das condições e exigências legais, pós concessão, por parte da empresa beneficiada, previstas nas Leis Municipais ns.º 2.824/2005, 2.851/2006, 4.042/2014 e 4.079/2015, poderá ocasionar a perda, o cancelamento ou a suspenção do benefício concedido.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 02 de junho de 2016.

**LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**

Prefeita Municipal

**ADILSON LUIZ COSTA DE ARRUDA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

**ANEXO**

**Resolução nº 001/2016**

**Dispõe sobre incentivos fiscais concedidos à CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTÕES**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo de Várzea Grande por meio de sua Câmara Técnica, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei 4.042/2014,

Resolve:

Conceder à empresa CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTÕES os seguintes incentivos:

***• fixação da alíquota de ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza de 2% (dois por cento) para atividade descrita no CNAE: 66. 13-4-00 – Administração de Cartões de Credito, pelo prazo inicial de fixado em 05 (cinco) anos prorrogável por igual período ficando mantida a alíquota, desde que haja pontualidade e regularidade quanto ao pagamento, devendo ser efetuado na data fixada em lei, sob pena, de perda do incentivo no caso de inadimplência por período superior a 90 (noventa) dias.***

**ADILSON LUIZ COSTA DE ARRUDA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

### AVISO DO PREGÃO Nº 052/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº. 052/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA, INCLUINDO PERMISSÃO DO DIRETO DE USO DOS SOFTWARES, ACOMPANHAMENTO OPERACIONAL, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO PERMANENTE E ATUALIZAÇÕES. .**

CREDENCIAMENTO: **07:00 às 07:30 do dia 16/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 07:00** do dia **16/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

### AVISO DO PREGÃO Nº 057/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº. 057/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSENTAMENTO DE LAJOTAS E BLOCOS DE MEIO FIO PARA CALÇAMENTO DAS AVENIDAS E RUAS DO MUNICÍPIO.**

CREDENCIAMENTO: **11:30 às 12:00 do dia 17/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 11:30** do dia **17/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

### AVISO DO PREGÃO Nº 053/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº. 053/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LAJOTAS E BLOCOS DE MEIO FIO.**

CREDENCIAMENTO: **09:30 às 10:00 do dia 16/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 09:30** do dia **16/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

### AVISO DO PREGÃO Nº 054/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº. 054/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NOS MUNICÍPIOS DE CUIABÁ E CÁCERES, A VAREJO, PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS.**

CREDENCIAMENTO: **11:30 às 12:00 do dia 16/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 11:30** do dia **16/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

### AVISO DO PREGÃO Nº 056/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO Nº. 056/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, BONÉS E CRACHÁS.**

CREDENCIAMENTO: **9:30 às 10:00 do dia 17/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 09:30** do dia **17/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2016.**

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 045/2016**, tendo por objeto a aquisição de óleo lubrificante para veículos**,** resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **VICARI QUEIROZ E CIA LTDA - ME** com proposta no valor global de **R$ 401.500,60** (quatrocentos e um mil, quinhentos reais e sessenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 06 de junho de 2016.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 069/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

**"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 002/2006, CRIA VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".**

**ANDERSON GLAUCIO ANDRADE**, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal **APROVOU**, e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Ficam criadas, as vagas para os cargos já existentes:

**a)** Técnico de Desenvolvimento Infantil, 11(onze) vagas.

**§ 1º** - As vagas ora criadas serão inseridos no anexo I, da Lei Complementar nº 002/2006.

**§ 2º** - Os referidos Cargos terão o piso salarial e serão incluídos no anexo I – Lotacionograma do quadro de pessoal Efetivo – PCCV 2006/2010, assim descrito:

**VAGAS CRIADAS:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Técnico de Desenvolvimento Infantil | 217 NM | R$ 1.140,97 | N. Médio |

**Art. 2º** - As demais disposições inerentes ao quadro de servidores do Município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT permanecem inalteradas e em pleno vigor.

**Art. 3º -** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias do atual Orçamento Geral do Município, suplementadas no que couber e se fizer necessário.

**Art. 4º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.**

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

**PREFEITO MUNICIPAL**

**AVISO DO PREGÃO Nº 055/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO Nº. 055/2016** Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS (BRINQUEDOS).**

CREDENCIAMENTO: **07:30 às 08:00 do dia 17/06/2016.**

**INICIO DA SESSÃO: 07:30** do dia **17/06/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**SEC. ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N.º 160/2016 DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

***LUCIANO MARCOS ALENCAR*****,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**R E S O L V E:**

Art. 1º- **Exonerar a pedido** a Sr.ª **GILVANIA PIZZATTO B DE SOUZA,** portadora do CPF sob o nº 881.317.261-34 lotada na Secretaria de Saúde , matricula nº 130,**do** cargo de **Auxiliar de Consultório Dentário**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

**C U M P R A – S E**

Gabinete do Prefeito Municipal.

***Luciano Marcos Alencar***

Prefeito Municipal

## RREO - ANEXO 7 (LRF, ART. 53, INCISO V)

Municipio de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | Saldo Total (a+b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2015 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2015 | | | | | |
| **RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)** | 17.509,51 | 546.661,99 | 543.340,39 | - | 20.831,11 | 2.719.235,99 | 2.172.647,26 | 787.606,60 | 787.165,77 | - | 4.104.717,48 | 4.125.548,59 |
| **EXECUTIVO** | 17.509,51 | 546.661,99 | 543.340,39 | 0,00 | 20.831,11 | 2.719.235,99 | 2.172.647,26 | 787.606,60 | 787.165,77 | 0,00 | 4.104.717,48 | 4.125.548,59 |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 17.509,51 | 546.661,99 | 543.340,39 | 0,00 | 20.831,11 | 2.719.235,99 | 2.153.344,28 | 771.662,99 | 771.412,86 | 0,00 | 4.101.167,41 | 4.121.998,52 |
| GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 0,00 | 7.931,60 | 7.931,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 200,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUN DE CULTURA, DESPORTO E LA | 0,00 | 6.559,40 | 6.559,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 22.976,67 | 976,67 | 976,67 | 0,00 | 22.000,00 | 22.000,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL | 0,00 | 15.592,05 | 15.592,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15.199,29 | 14.171,57 | 14.144,10 | 0,00 | 1.055,19 | 1.055,19 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 57.916,64 | 53.916,64 | 0,00 | 4.000,00 | 491,11 | 227.665,91 | 182.470,74 | 182.415,74 | 0,00 | 45.741,28 | 49.741,28 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 0,00 | 23.548,90 | 23.548,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 785,86 | 785,86 | 785,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 103.287,82 | 103.287,82 | 0,00 | 0,00 | 1.791.736,64 | 738.892,81 | 82.600,43 | 82.600,43 | 0,00 | 2.448.029,02 | 2.448.029,02 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 34.617,49 | 34.617,49 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.204,63 | 65.747,38 | 65.747,38 | 0,00 | 104.457,25 | 104.457,25 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚ | 0,00 | 106.846,06 | 106.846,06 | 0,00 | 0,00 | 387.507,27 | 376.299,89 | 66.936,30 | 66.936,30 | 0,00 | 696.870,86 | 696.870,86 |
| SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 17.509,51 | 190.362,03 | 191.040,43 | 0,00 | 16.831,11 | 539.500,97 | 601.119,22 | 357.774,04 | 357.606,38 | 0,00 | 783.013,81 | 799.844,92 |
| INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE VILA R | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.302,98 | 15.943,61 | 15.752,91 | 0,00 | 3.550,07 | 3.550,07 |
| INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-I | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.302,98 | 15.943,61 | 15.752,91 | 0,00 | 3.550,07 | 3.550,07 |
| **RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)** | - | 126.779,38 | 126.769,38 | - | 10,00 | - | - | - | - | - | - | 10,00 |
| **EXECUTIVO** | 0,00 | 126.779,38 | 126.769,38 | 0,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 0,00 | 126.779,38 | 126.769,38 | 0,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 |
| GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL | 0,00 | 3.505,54 | 3.505,54 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUN DE CULTURA, DESPORTO E LA | 0,00 | 461,28 | 461,28 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL | 0,00 | 859,70 | 859,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 3.618,96 | 3.618,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 0,00 | 1.411,77 | 1.411,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 67.354,59 | 67.354,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 2.586,37 | 2.586,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OI | 0,00 | 176,79 | 166,79 | 0,00 | 10,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚ | 0,00 | 10.124,41 | 10.124,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 36.679,97 | 36.679,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL (III) = (I + II):** | **17.509,51** | **673.441,37** | **670.109,77** | **0,00** | **20.841,11** | **2.719.235,99** | **2.172.647,26** | **787.606,60** | **787.165,77** | **0,00** | **4.104.717,48** | **4.125.558,59** |

FONTE:

**RGF – ANEXO 4 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "D" E INCISO III ALÍNEA "C")**

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|---|---|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| **SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)** | **0,00** | **0,00** |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| **NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)** | **0,00** | **0,00** |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite | 0,00 | 0,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL** | **44.960.674,95** | — |
| **OPERAÇÕES VEDADAS** | **0,00** | **0,00** |
| **DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)** | **0,00** | **0,00** |
| **DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA** | **0,00** | **0,00** |
| **TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)** | **0,00** | **0,00** |
| **LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS** | **7.193.707,99** | **16,00** |
| **LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%** | **6.474.337,19** | **14,40** |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA** | **0,00** | **0,00** |
| **LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA** | **3.147.247,25** | **7,00** |
| **TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)** | **0,00** | **0,00** |

FONTE:

## RREO – ANEXO 3 (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | PREVISÃO ATUALIZADA 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mai/2015 | Jun/2015 | Jul/2015 | Ago/2015 | Set/2015 | Out/2015 | Nov/2015 | Dez/2015 | Jan/2016 | Fev/2016 | Mar/2016 | Abr/2016 | TOTAL (ÚLT. 12 MES.) | |
| **RECEITAS CORRENTES (I)** | **4.213.558,80** | **3.822.267,09** | **3.745.101,71** | **3.495.527,36** | **3.365.318,12** | **4.550.005,43** | **3.906.802,63** | **4.856.791,42** | **5.422.584,84** | **4.415.008,51** | **4.403.245,68** | **4.901.588,77** | **51.097.800,16** | **51.269.263,89** |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 379.107,21 | 454.463,16 | 438.152,14 | 442.295,25 | 350.911,45 | 478.257,99 | 420.777,75 | 423.325,95 | 560.372,11 | 578.270,59 | 699.569,01 | 592.994,67 | 5.818.497,28 | 5.066.302,82 |
| I.P.T.U. | 0,00 | 15.100,98 | 164.961,65 | 138.303,47 | 99.008,30 | 89.576,03 | 94.745,49 | 81.800,58 | 328,70 | 0,00 | 14.067,64 | 236.353,71 | 934.246,55 | 493.762,50 |
| I.R.R.F | 118.068,46 | 118.569,09 | 111.452,88 | 110.738,80 | 115.700,85 | 120.074,13 | 113.063,76 | 126.174,99 | 93.374,54 | 105.587,36 | 174.071,48 | 132.630,23 | 1.439.506,57 | 1.020.442,50 |
| I.S.S. | 147.920,53 | 173.049,31 | 106.497,86 | 108.642,90 | 96.675,18 | 173.389,60 | 156.992,65 | 109.487,78 | 304.141,12 | 147.806,49 | 359.012,42 | 114.830,51 | 1.998.446,35 | 1.222.336,50 |
| I.T.B.I. | 82.682,96 | 137.245,59 | 40.068,28 | 72.377,11 | 31.735,00 | 84.609,61 | 46.709,57 | 94.746,96 | 139.997,60 | 214.905,84 | 125.117,05 | 88.692,78 | 1.158.888,35 | 1.975.050,00 |
| Outras Receitas Tributárias | 30.435,26 | 10.498,19 | 15.171,47 | 12.232,97 | 7.792,12 | 10.608,62 | 9.266,28 | 11.115,64 | 22.530,15 | 109.970,90 | 27.300,42 | 20.487,44 | 287.409,46 | 354.711,32 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 123.869,11 | 141.922,74 | 134.641,76 | 141.154,45 | 120.411,23 | 154.427,22 | 143.614,83 | 141.894,55 | 153.255,13 | 141.463,19 | 147.335,99 | 132.542,64 | 1.676.532,84 | 4.500.370,88 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 293.554,58 | 146.388,87 | 245.864,54 | 116.004,72 | 117.295,19 | 244.268,13 | 223.145,00 | 237.085,27 | 441.590,49 | 331.803,48 | 580.723,14 | 578.778,54 | 3.556.501,95 | 460.845,00 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318,20 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 35.657,76 | 39.101,45 | 39.913,50 | 35.090,37 | 40.613,88 | 41.561,04 | 36.470,02 | 35.282,67 | 39.014,99 | 26.691,80 | 42.109,37 | 35.651,93 | 447.158,78 | 354.499,52 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.342.411,90 | 3.012.419,52 | 2.859.993,71 | 2.735.441,52 | 2.707.009,89 | 3.567.306,32 | 2.934.940,92 | 3.922.500,20 | 4.095.783,50 | 3.283.763,76 | 2.887.821,04 | 3.510.858,69 | 38.860.250,97 | 39.266.069,78 |
| Cota-Parte do F.P.M. | 1.127.694,52 | 981.208,55 | 859.506,29 | 849.755,91 | 708.446,78 | 806.329,84 | 910.409,70 | 1.539.442,76 | 1.157.132,09 | 1.447.945,04 | 878.633,71 | 1.044.506,80 | 12.311.011,99 | 12.947.550,00 |
| Cota-Parte do I.C.M.S. | 653.362,62 | 673.715,57 | 676.311,24 | 641.289,37 | 779.239,55 | 710.435,66 | 629.909,41 | 885.584,35 | 1.241.715,12 | 629.254,18 | 752.332,39 | 811.971,47 | 9.085.120,93 | 8.185.485,00 |
| Cota-Parte do I.P.V.A. | 91.492,26 | 92.356,61 | 83.408,99 | 55.546,18 | 38.926,29 | 26.273,62 | 25.569,00 | 28.900,81 | 36.522,41 | 105.594,60 | 91.728,46 | 98.115,99 | 774.435,22 | 658.350,00 |
| Cota-Parte do ITR. | 16.454,11 | 2.339,05 | 1.682,26 | 1.297,26 | 33.433,51 | 500.527,88 | 111.005,44 | 94.143,04 | 89.038,84 | 2.237,06 | 3.397,18 | 20.878,46 | 876.434,09 | 493.762,50 |
| Outras Transferências Correntes | 798.677,97 | 672.633,60 | 702.999,63 | 634.476,11 | 590.789,83 | 892.614,88 | 720.796,58 | 678.675,18 | 714.797,08 | 521.484,35 | 594.475,73 | 910.895,11 | 8.433.315,85 | 9.678.723,53 |
| Transferências da LC 61/1989 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências da LC 87/1996 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.437,88 | 3.716,61 | 3.716,61 | 3.716,61 | 3.716,61 | 42.369,48 | 60.348,75 |
| Transferências do FUNDEB | 651.292,54 | 586.728,26 | 532.647,42 | 549.638,81 | 552.736,05 | 627.686,76 | 533.812,91 | 692.316,18 | 852.861,35 | 573.531,92 | 563.536,96 | 620.774,25 | 7.337.563,41 | 7.241.850,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 38.958,04 | 27.971,35 | 26.536,06 | 25.541,05 | 29.076,48 | 64.184,73 | 147.854,11 | 96.702,78 | 132.568,62 | 53.015,69 | 45.687,13 | 50.762,30 | 738.858,34 | 1.620.857,69 |
| **DEDUÇÕES (II)** | **489.997,31** | **481.650,13** | **444.866,46** | **455.221,06** | **449.026,57** | **548.673,91** | **476.656,81** | **568.420,90** | **613.366,00** | **560.271,43** | **479.739,84** | **569.234,79** | **6.137.125,21** | **7.955.338,00** |
| Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor | 111.482,81 | 128.544,83 | 120.653,58 | 121.446,50 | 120.281,15 | 123.949,23 | 123.646,41 | 141.894,55 | 107.675,33 | 122.522,03 | 130.452,38 | 132.542,64 | 1.485.091,44 | 4.108.104,00 |
| Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB | 378.514,50 | 353.105,30 | 324.212,88 | 333.774,56 | 328.745,42 | 424.724,68 | 353.010,40 | 426.526,35 | 505.690,67 | 437.749,40 | 349.287,46 | 436.692,15 | 4.652.033,77 | 3.847.234,00 |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)** | **3.723.561,29** | **3.340.616,96** | **3.300.235,25** | **3.040.306,30** | **2.916.291,55** | **4.001.331,52** | **3.430.145,82** | **4.288.370,52** | **4.809.218,84** | **3.854.737,08** | **3.923.505,84** | **4.332.353,98** | **44.960.674,95** | **43.313.925,89** |

FONTE:

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" ) R$ 1,00

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | (c) = (a-b) | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | (e) = (a-d) |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | 51.624.872,01 | 58.062.332,30 | 7.649.818,31 | 13.741.916,27 | 95,23 | 44.320.416,03 | 7.226.915,16 | 12.051.019,31 | 94,60 | 46.011.312,99 |
| Legislativa | 2.084.100,00 | 2.084.100,00 | 310.571,87 | 603.844,43 | 4,18 | 1.480.255,57 | 306.757,12 | 555.070,91 | 4,36 | 1.529.029,09 |
| Ação Legislativa | 2.084.100,00 | 2.084.100,00 | 310.571,87 | 603.844,43 | 4,18 | 1.480.255,57 | 306.757,12 | 555.070,91 | 4,36 | 1.529.029,09 |
| Administração | 5.366.165,90 | 5.456.565,90 | 914.425,60 | 1.856.443,47 | 12,87 | 3.600.122,43 | 952.895,92 | 1.576.534,77 | 12,38 | 3.880.031,13 |
| Planejamento e Orçamento | 232.590,75 | 132.590,75 | 10.731,47 | 17.036,35 | 0,12 | 115.554,40 | 10.731,47 | 17.036,35 | 0,13 | 115.554,40 |
| Administração Geral | 3.439.783,40 | 3.380.183,40 | 637.635,35 | 1.252.463,97 | 8,68 | 2.127.719,43 | 688.302,85 | 1.110.455,54 | 8,72 | 2.269.727,86 |
| Administração Financeira | 1.583.027,25 | 1.833.027,25 | 244.744,83 | 545.311,90 | 3,78 | 1.287.715,35 | 232.547,65 | 407.411,63 | 3,20 | 1.425.615,62 |
| Controle Interno | 110.764,50 | 110.764,50 | 21.313,95 | 41.631,25 | 0,29 | 69.133,25 | 21.313,95 | 41.631,25 | 0,33 | 69.133,25 |
| Segurança Pública | 16.458,75 | 16.458,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.458,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.458,75 |
| Administração Geral | 16.458,75 | 16.458,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.458,75 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.458,75 |
| Assistência Social | 1.059.652,25 | 1.387.189,75 | 198.411,24 | 353.595,51 | 2,45 | 1.033.594,24 | 167.539,68 | 275.302,98 | 2,16 | 1.111.886,77 |
| Assistência ao Idoso | 37.431,25 | 3.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.300,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.300,00 |
| Assistência ao Portador de Deficiência | 91.596,25 | 60.610,00 | 15.000,00 | 30.000,00 | 0,21 | 30.610,00 | 15.000,00 | 20.000,00 | 0,16 | 40.610,00 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 79.376,25 | 36.023,00 | 1.800,00 | 4.300,00 | 0,03 | 31.723,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 0,02 | 33.523,00 |
| Assistência Comunitária | 851.248,50 | 1.287.256,75 | 181.611,24 | 319.295,51 | 2,21 | 967.961,24 | 150.039,68 | 252.802,98 | 1,98 | 1.034.453,77 |
| Previdência Social | 5.659.855,75 | 5.659.855,75 | 450.753,49 | 899.137,22 | 6,23 | 4.760.718,53 | 658.019,15 | 869.879,05 | 6,83 | 4.789.976,70 |
| Previdência do Regime Estatutário | 5.659.855,75 | 5.659.855,75 | 450.753,49 | 899.137,22 | 6,23 | 4.760.718,53 | 658.019,15 | 869.879,05 | 6,83 | 4.789.976,70 |
| Saúde | 12.104.079,28 | 13.274.579,28 | 1.920.935,28 | 3.380.563,86 | 23,43 | 9.894.015,42 | 1.556.251,41 | 2.795.960,91 | 21,95 | 10.478.618,37 |
| Administração Geral | 1.256.859,50 | 1.189.859,50 | 255.999,42 | 506.764,26 | 3,51 | 683.095,24 | 256.439,17 | 465.338,34 | 3,65 | 724.521,16 |
| Atenção Básica | 4.504.623,77 | 4.259.873,77 | 551.609,03 | 1.046.131,50 | 7,25 | 3.213.742,27 | 572.446,70 | 1.008.408,95 | 7,92 | 3.251.464,82 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 5.608.289,51 | 7.024.789,51 | 988.222,11 | 1.620.774,55 | 11,23 | 5.404.014,96 | 637.651,84 | 1.205.472,42 | 9,46 | 5.819.317,09 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 161.670,00 | 194.420,00 | 66.456,97 | 110.880,82 | 0,77 | 83.539,18 | 34.094,07 | 34.172,47 | 0,27 | 160.247,53 |
| Vigilância Sanitária | 204.699,50 | 241.699,50 | 39.278,75 | 63.074,02 | 0,44 | 178.625,48 | 39.914,63 | 62.600,02 | 0,49 | 179.099,48 |
| Vigilância Epidemiológica | 367.937,00 | 363.937,00 | 19.369,00 | 32.938,71 | 0,23 | 330.998,29 | 15.705,00 | 19.968,71 | 0,16 | 343.968,29 |
| Educação | 13.246.532,48 | 13.248.532,48 | 2.378.166,67 | 4.127.376,71 | 28,60 | 9.121.155,77 | 2.259.248,37 | 3.796.383,10 | 29,80 | 9.452.149,38 |
| Alimentação e Nutrição | 433.762,50 | 489.762,50 | 76.288,90 | 76.288,90 | 0,53 | 413.473,60 | 74.893,03 | 74.893,03 | 0,59 | 414.869,47 |
| Ensino Fundamental | 9.945.931,94 | 9.662.931,94 | 1.945.716,79 | 3.464.370,01 | 24,01 | 6.198.561,93 | 1.908.593,33 | 3.271.132,85 | 25,68 | 6.391.799,09 |
| Ensino Profissional | 31.945,00 | 31.945,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.945,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 31.945,00 |
| Ensino Superior | 333.382,50 | 525.382,50 | 142.685,58 | 216.772,83 | 1,50 | 308.609,67 | 62.667,61 | 81.752,14 | 0,64 | 443.630,36 |
| Educação Infantil | 2.501.510,54 | 2.538.510,54 | 213.475,40 | 369.944,97 | 2,56 | 2.168.565,57 | 213.094,40 | 368.605,08 | 2,89 | 2.169.905,46 |
| Cultura | 563.930,59 | 831.930,59 | 32.876,46 | 44.844,86 | 0,31 | 787.085,73 | 21.687,87 | 32.552,36 | 0,26 | 799.378,23 |
| Administração Geral | 12.000,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| Difusão Cultural | 551.930,59 | 819.930,59 | 32.876,46 | 44.844,86 | 0,31 | 775.085,73 | 21.687,87 | 32.552,36 | 0,26 | 787.378,23 |
| Urbanismo | 4.657.866,39 | 4.513.766,39 | 788.361,46 | 1.231.296,28 | 8,53 | 3.282.470,11 | 702.607,45 | 1.096.681,71 | 8,61 | 3.417.084,68 |
| Infra-Estrutura Urbana | 3.360.148,75 | 3.184.148,75 | 419.787,50 | 587.243,76 | 4,07 | 2.596.904,99 | 367.726,72 | 497.308,80 | 3,90 | 2.686.839,95 |
| Serviços Urbanos | 1.297.717,64 | 1.329.617,64 | 368.573,96 | 644.052,52 | 4,46 | 685.565,12 | 334.880,73 | 599.372,91 | 4,71 | 730.244,73 |
| Habitação | 162.198,50 | 162.198,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.198,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 162.198,50 |
| Habitação Urbana | 116.308,50 | 116.308,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.308,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 116.308,50 |
| Abastecimento | 45.890,00 | 45.890,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.890,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 45.890,00 |
| Saneamento | 1.685.748,75 | 6.764.709,04 | 141.973,73 | 332.632,17 | 2,31 | 6.432.076,87 | 162.182,32 | 301.190,02 | 2,36 | 6.463.519,02 |
| Saneamento Básico Urbano | 1.685.748,75 | 6.764.709,04 | 141.973,73 | 332.632,17 | 2,31 | 6.432.076,87 | 162.182,32 | 301.190,02 | 2,36 | 6.463.519,02 |
| Gestão Ambiental | 347.484,50 | 352.947,00 | 45.335,70 | 77.315,25 | 0,54 | 275.631,75 | 42.908,85 | 52.684,35 | 0,41 | 300.262,65 |
| Assistência Comunitária | 0,00 | 5.462,50 | 460,90 | 460,90 | 0,00 | 5.001,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.462,50 |

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | (c) = (a-b) | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | (e) = (a-d) |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | 51.624.872,01 | 58.062.332,30 | 7.649.818,31 | 13.741.916,27 | 95,23 | 44.320.416,03 | 7.226.915,16 | 12.051.019,31 | 94,60 | 46.011.312,99 |
| Gestão Ambiental | 347.484,50 | 352.947,00 | 45.335,70 | 77.315,25 | 0,54 | 275.631,75 | 42.908,85 | 52.684,35 | 0,41 | 300.262,65 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 334.512,00 | 334.512,00 | 44.874,80 | 76.854,35 | 0,53 | 257.657,65 | 42.908,85 | 52.684,35 | 0,41 | 281.827,65 |
| Recursos Hídricos | 12.972,50 | 12.972,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.972,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.972,50 |
| Agricultura | 1.173.103,16 | 1.030.103,16 | 128.960,88 | 260.300,93 | 1,80 | 769.802,23 | 131.627,18 | 220.222,00 | 1,73 | 809.881,16 |
| Administração Geral | 778.842,75 | 638.842,75 | 128.723,38 | 228.698,55 | 1,58 | 410.144,20 | 120.934,72 | 209.529,54 | 1,64 | 429.313,21 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 33.000,00 | 33.000,00 | 0,00 | 31.364,88 | 0,22 | 1.635,12 | 10.454,96 | 10.454,96 | 0,08 | 22.545,04 |
| Extensão Rural | 109.406,66 | 139.406,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 139.406,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 139.406,66 |
| Promoção da Produção Agropecuária | 251.853,75 | 218.853,75 | 237,50 | 237,50 | 0,00 | 218.616,25 | 237,50 | 237,50 | 0,00 | 218.616,25 |
| Indústria | 67.835,00 | 67.835,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.835,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.835,00 |
| Promoção Industrial | 67.835,00 | 67.835,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.835,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 67.835,00 |
| Comércio e Serviços | 71.321,25 | 71.321,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.321,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.321,25 |
| Promoção Comercial | 71.321,25 | 71.321,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.321,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 71.321,25 |
| Energia | 206.283,00 | 206.283,00 | 34.251,15 | 59.554,42 | 0,41 | 146.728,58 | 34.251,15 | 58.496,42 | 0,46 | 147.786,58 |
| Energia Elétrica | 206.283,00 | 206.283,00 | 34.251,15 | 59.554,42 | 0,41 | 146.728,58 | 34.251,15 | 58.496,42 | 0,46 | 147.786,58 |
| Transporte | 1.819.376,63 | 1.619.076,63 | 242.272,79 | 406.261,16 | 2,82 | 1.212.815,47 | 179.663,16 | 329.049,79 | 2,58 | 1.290.026,84 |
| Transporte Rodoviário | 1.819.376,63 | 1.619.076,63 | 242.272,79 | 406.261,16 | 2,82 | 1.212.815,47 | 179.663,16 | 329.049,79 | 2,58 | 1.290.026,84 |
| Desporto e Lazer | 878.966,16 | 860.966,16 | 62.521,99 | 108.750,00 | 0,75 | 752.216,16 | 51.275,53 | 91.010,94 | 0,71 | 769.955,22 |
| Administração Geral | 48.862,50 | 48.862,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.862,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 48.862,50 |
| Desporto Comunitário | 830.103,66 | 812.103,66 | 62.521,99 | 108.750,00 | 0,75 | 703.353,66 | 51.275,53 | 91.010,94 | 0,71 | 721.092,72 |
| Reserva de Contingência [1] | 453.913,67 | 453.913,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.913,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.913,67 |
| Administração Geral | 453.913,67 | 453.913,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.913,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 453.913,67 |
| **DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | 2.073.612,08 | 2.065.612,08 | 362.942,22 | 687.999,69 | 4,77 | 1.377.612,39 | 520.980,41 | 687.999,69 | 5,40 | 1.377.612,39 |
| Legislativa | 72.600,00 | 72.600,00 | 13.088,96 | 22.074,12 | 0,15 | 50.525,88 | 13.088,96 | 22.074,12 | 0,17 | 50.525,88 |
| Ação Legislativa | 72.600,00 | 72.600,00 | 13.088,96 | 22.074,12 | 0,15 | 50.525,88 | 13.088,96 | 22.074,12 | 0,17 | 50.525,88 |
| Administração | 247.017,00 | 241.017,00 | 24.852,31 | 45.882,79 | 0,32 | 195.134,21 | 35.565,67 | 45.882,79 | 0,36 | 195.134,21 |
| Planejamento e Orçamento | 5.512,50 | 5.512,50 | 558,78 | 892,36 | 0,01 | 4.620,14 | 725,57 | 892,36 | 0,01 | 4.620,14 |
| Administração Geral | 165.432,00 | 159.432,00 | 15.525,36 | 28.539,74 | 0,20 | 130.892,26 | 22.230,67 | 28.539,74 | 0,22 | 130.892,26 |
| Administração Financeira | 63.945,00 | 63.945,00 | 5.965,37 | 11.138,11 | 0,08 | 52.806,89 | 8.551,74 | 11.138,11 | 0,09 | 52.806,89 |
| Controle Interno | 12.127,50 | 12.127,50 | 2.802,80 | 5.312,58 | 0,04 | 6.814,92 | 4.057,69 | 5.312,58 | 0,04 | 6.814,92 |
| Assistência Social | 27.025,00 | 23.025,00 | 4.501,98 | 8.125,77 | 0,06 | 14.899,23 | 7.259,00 | 8.125,77 | 0,06 | 14.899,23 |
| Assistência Comunitária | 27.025,00 | 23.025,00 | 4.501,98 | 8.125,77 | 0,06 | 14.899,23 | 7.259,00 | 8.125,77 | 0,06 | 14.899,23 |
| Previdência Social | 9.635,00 | 9.635,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.635,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.635,00 |
| Previdência do Regime Estatutário | 9.635,00 | 9.635,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.635,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.635,00 |
| Saúde | 687.614,48 | 687.614,48 | 104.300,15 | 200.632,33 | 1,39 | 486.982,15 | 153.502,29 | 200.632,33 | 1,57 | 486.982,15 |
| Administração Geral | 66.200,00 | 46.200,00 | 11.991,06 | 22.132,32 | 0,15 | 24.067,68 | 17.073,56 | 22.132,32 | 0,17 | 24.067,68 |
| Atenção Básica | 218.874,48 | 216.374,48 | 50.065,83 | 93.441,16 | 0,65 | 122.933,32 | 71.747,19 | 93.441,16 | 0,73 | 122.933,32 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 365.080,00 | 399.580,00 | 39.556,44 | 79.973,53 | 0,55 | 319.606,47 | 60.791,76 | 79.973,53 | 0,63 | 319.606,47 |
| Vigilância Sanitária | 25.000,00 | 13.000,00 | 2.686,82 | 5.085,32 | 0,04 | 7.914,68 | 3.889,78 | 5.085,32 | 0,04 | 7.914,68 |
| Vigilância Epidemiológica | 12.460,00 | 12.460,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.460,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 12.460,00 |
| Educação | 934.401,85 | 930.401,85 | 182.601,55 | 347.303,49 | 2,41 | 583.098,36 | 263.068,09 | 347.303,49 | 2,73 | 583.098,36 |
| Ensino Fundamental | 793.971,85 | 792.971,85 | 161.180,15 | 304.810,94 | 2,11 | 488.160,91 | 231.207,22 | 304.810,94 | 2,39 | 488.160,91 |
| Ensino Superior | 2.205,00 | 6.205,00 | 2.056,50 | 4.568,41 | 0,03 | 1.636,59 | 2.977,09 | 4.568,41 | 0,04 | 1.636,59 |
| Educação Infantil | 138.225,00 | 131.225,00 | 19.364,90 | 37.924,14 | 0,26 | 93.300,86 | 28.883,78 | 37.924,14 | 0,30 | 93.300,86 |

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | (c) = (a-b) | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | (e) = (a-d) |
| **DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | 2.073.612,08 | 2.065.612,08 | 362.942,22 | 687.999,69 | 4,77 | 1.377.612,39 | 520.980,41 | 687.999,69 | 5,40 | 1.377.612,39 |
| Cultura | 1.102,50 | 1.102,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.102,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.102,50 |
| Difusão Cultural | 1.102,50 | 1.102,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.102,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.102,50 |
| Urbanismo | 58.122,50 | 64.122,50 | 26.086,73 | 48.568,88 | 0,34 | 15.553,62 | 37.333,63 | 48.568,88 | 0,38 | 15.553,62 |
| Serviços Urbanos | 58.122,50 | 64.122,50 | 26.086,73 | 48.568,88 | 0,34 | 15.553,62 | 37.333,63 | 48.568,88 | 0,38 | 15.553,62 |
| Saneamento | 16.800,00 | 16.800,00 | 2.825,78 | 5.349,15 | 0,04 | 11.450,85 | 4.161,55 | 5.349,15 | 0,04 | 11.450,85 |
| Saneamento Básico Urbano | 16.800,00 | 16.800,00 | 2.825,78 | 5.349,15 | 0,04 | 11.450,85 | 4.161,55 | 5.349,15 | 0,04 | 11.450,85 |
| Gestão Ambiental | 551,25 | 551,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551,25 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 551,25 | 551,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 551,25 |
| Agricultura | 11.025,00 | 11.025,00 | 3.904,90 | 8.324,60 | 0,06 | 2.700,40 | 5.857,89 | 8.324,60 | 0,07 | 2.700,40 |
| Administração Geral | 11.025,00 | 11.025,00 | 3.904,90 | 8.324,60 | 0,06 | 2.700,40 | 5.857,89 | 8.324,60 | 0,07 | 2.700,40 |
| Desporto e Lazer | 7.717,50 | 7.717,50 | 779,86 | 1.738,56 | 0,01 | 5.978,94 | 1.143,33 | 1.738,56 | 0,01 | 5.978,94 |
| Desporto Comunitário | 7.717,50 | 7.717,50 | 779,86 | 1.738,56 | 0,01 | 5.978,94 | 1.143,33 | 1.738,56 | 0,01 | 5.978,94 |
| TOTAL (III) = (I + II) | 53.698.484,09 | 60.127.944,38 | 8.012.760,53 | 14.429.915,96 | 100,00 | 45.698.028,42 | 7.747.895,57 | 12.739.019,00 | 100,00 | 47.388.925,38 |

FONTE:

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**RGF – ANEXO 3 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "C" E ART. 40, § 1º)**

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (I) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | **40.572.525,98** | **44.960.674,95** | **0,00** | **0,00** |
| **% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL** | **0,00** | **0,00** | | |
| **LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%** | **8.925.955,72** | **9.891.348,49** | **0,00** | **0,00** |
| **LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%** | **8.033.360,14** | **8.902.213,64** | **0,00** | **0,00** |

| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (V) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | **52.295.101,34** | **52.295.101,34** | **9.112.657,80** | **17,43** | **18.014.535,25** | **34,45** | **34.280.566,09** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **47.553.699,89** | **47.553.699,89** | **8.518.854,84** | **17,91** | **17.413.008,12** | **36,62** | **30.140.691,77** |
| RECEITA TRIBUTARIA | 5.066.302,82 | 5.066.302,82 | 1.250.592,42 | 24,68 | 2.389.169,38 | 47,16 | 2.677.133,44 |
| IMPOSTOS | 4.711.591,50 | 4.711.591,50 | 1.203.532,84 | 25,54 | 2.209.608,75 | 46,90 | 2.501.982,75 |
| TAXAS | 354.382,14 | 354.382,14 | 47.059,58 | 13,28 | 179.560,63 | 50,67 | 174.821,51 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 329,18 | 329,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 329,18 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 4.500.370,88 | 4.500.370,88 | 279.878,63 | 6,22 | 574.596,95 | 12,77 | 3.925.773,93 |
| CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 4.108.104,00 | 4.108.104,00 | 262.995,02 | 6,40 | 493.192,38 | 12,01 | 3.614.911,62 |
| COSIP - CONTRIB.P/ O CUST.DO SERV. ILUM.PÚBLICA | 392.266,88 | 392.266,88 | 16.883,61 | 4,30 | 81.404,57 | 20,75 | 310.862,31 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 460.845,00 | 460.845,00 | 1.159.501,68 | 251,60 | 1.932.895,65 | 419,42 | -1.472.050,65 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS | 460.845,00 | 460.845,00 | 1.159.501,68 | 251,60 | 1.932.895,65 | 419,42 | -1.472.050,65 |
| RECEITA AGROPECUARIA | 318,20 | 318,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318,20 |
| OUTRAS REC. AGROPECUÁRIAS | 318,20 | 318,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 318,20 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 354.499,52 | 354.499,52 | 77.761,30 | 21,94 | 143.468,09 | 40,47 | 211.031,43 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 35.550.505,78 | 35.550.505,78 | 5.656.880,36 | 15,91 | 12.093.053,29 | 34,02 | 23.457.452,49 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 35.550.505,78 | 35.550.505,78 | 5.655.188,33 | 15,91 | 12.090.454,05 | 34,01 | 23.460.051,73 |
| TRANSF. DE CONV. | 0,00 | 0,00 | 1.692,03 | 0,00 | 2.599,24 | 0,00 | -2.599,24 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.620.857,69 | 1.620.857,69 | 94.240,45 | 5,81 | 279.824,76 | 17,26 | 1.341.032,93 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 165.794,47 | 165.794,47 | 18.496,93 | 11,16 | 38.815,94 | 23,41 | 126.978,53 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 102.153,97 | 102.153,97 | 7.041,74 | 6,89 | 83.518,82 | 81,76 | 18.635,15 |
| RECEITA DA DIVIDA ATIVA | 1.298.046,75 | 1.298.046,75 | 64.918,93 | 5,00 | 151.437,36 | 11,67 | 1.146.609,39 |
| RECEITAS DIVERSAS | 54.862,50 | 54.862,50 | 3.782,85 | 6,90 | 6.052,64 | 11,03 | 48.809,86 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **4.741.401,45** | **4.741.401,45** | **593.802,96** | **12,52** | **601.527,13** | **12,69** | **4.139.874,32** |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 54.862,50 | 54.862,50 | 170.630,00 | 311,01 | 170.630,00 | 311,01 | -115.767,50 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | 54.862,50 | 54.862,50 | 170.630,00 | 311,01 | 170.630,00 | 311,01 | -115.767,50 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 4.686.538,95 | 4.686.538,95 | 423.172,96 | 9,03 | 430.897,13 | 9,19 | 4.255.641,82 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 488.276,25 | 488.276,25 | 9.972,96 | 2,04 | 17.697,13 | 3,62 | 470.579,12 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 4.198.262,70 | 4.198.262,70 | 413.200,00 | 9,84 | 413.200,00 | 9,84 | 3.785.062,70 |
| **RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | **1.403.382,75** | **1.403.382,75** | **341.462,62** | **24,33** | **637.163,88** | **45,40** | **766.218,87** |
| **SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)** | **53.698.484,09** | **53.698.484,09** | **9.454.120,42** | **17,61** | **18.651.699,13** | **34,73** | **35.046.784,96** |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)** | **53.698.484,09** | **53.698.484,09** | **9.454.120,42** | **17,61** | **18.651.699,13** | **34,73** | **35.046.784,96** |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | — | — | — |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 53.698.484,09 | 53.698.484,09 | 9.454.120,42 | 17,61 | 18.651.699,13 | 34,73 | 35.046.784,96 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |
| Superávit Financeiro | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 0,00 | — | — | 0,00 | — | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)** | **51.624.872,01** | **58.062.332,30** | **7.649.818,31** | **13.741.916,27** | **44.320.416,03** | **7.226.915,16** | **12.051.019,31** | **46.011.312,99** | **11.484.508,03** |
| **DESPESAS CORRENTES** | **36.973.507,56** | **38.035.707,56** | **7.524.883,10** | **13.537.284,62** | **24.498.422,94** | **7.145.014,60** | **11.900.227,26** | **26.135.480,30** | **11.334.285,98** |
| PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS | 21.809.286,94 | 21.732.286,94 | 4.180.619,02 | 7.565.071,05 | 14.167.215,89 | 4.237.611,59 | 7.560.527,38 | 14.171.759,56 | 7.487.037,08 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 15.164.220,62 | 16.303.420,62 | 3.344.264,08 | 5.972.213,57 | 10.331.207,05 | 2.907.403,01 | 4.339.699,88 | 11.963.720,74 | 3.847.248,90 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **9.970.843,78** | **15.396.104,07** | **124.935,21** | **204.631,65** | **15.191.472,42** | **81.900,56** | **150.792,05** | **15.245.312,02** | **150.222,05** |
| INVESTIMENTOS | 9.900.843,78 | 15.326.104,07 | 121.096,57 | 196.954,37 | 15.129.149,70 | 78.061,92 | 143.114,77 | 15.182.989,30 | 142.544,77 |
| AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA | 70.000,00 | 70.000,00 | 3.838,64 | 7.677,28 | 62.322,72 | 3.838,64 | 7.677,28 | 62.322,72 | 7.677,28 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **4.680.520,67** | **4.630.520,67** | **0,00** | **0,00** | **4.630.520,67** | **0,00** | **0,00** | **4.630.520,67** | **0,00** |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 4.680.520,67 | 4.630.520,67 | 0,00 | 0,00 | 4.630.520,67 | 0,00 | 0,00 | 4.630.520,67 | 0,00 |
| **RESERVA DO RPPS** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)** | **2.073.612,08** | **2.065.612,08** | **362.942,22** | **687.999,69** | **1.377.612,39** | **520.980,41** | **687.999,69** | **1.377.612,39** | **517.209,21** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)** | **53.698.484,09** | **60.127.944,38** | **8.012.760,53** | **14.429.915,96** | **45.698.028,42** | **7.747.895,57** | **12.739.019,00** | **47.388.925,38** | **12.001.717,24** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)** | **53.698.484,09** | **60.127.944,38** | **8.012.760,53** | **14.429.915,96** | **45.698.028,42** | **7.747.895,57** | **12.739.019,00** | **47.388.925,38** | **12.001.717,24** |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | — | — | — | 5.912.680,13 | — | — |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 53.698.484,09 | 60.127.944,38 | 8.012.760,53 | 14.429.915,96 | — | 7.747.895,57 | 18.651.699,13 | — | 12.001.717,24 |

| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO (a - c) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| **Receitas (Intra-Orçamentárias)** | **1.403.382,75** | **1.403.382,75** | **341.462,62** | **24,33** | **637.163,88** | **45,40** | **766.218,87** |
| **RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | **1.403.382,75** | **1.403.382,75** | **341.462,62** | **24,33** | **637.163,88** | **45,40** | **766.218,87** |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 1.403.382,75 | 1.403.382,75 | 341.462,62 | 24,33 | 637.163,88 | 45,40 | 766.218,87 |
| Contribuições Sociais | 1.403.382,75 | 1.403.382,75 | 341.462,62 | 24,33 | 637.163,88 | 45,40 | 766.218,87 |

| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| | (d) | (e) | | (f) | (g) = (e-f) | | (h) | (i) = (e-h) | (j) |
| **Despesas Intra-Orçamentárias** | **2.073.612,08** | **2.065.612,08** | **362.942,22** | **687.999,69** | **1.377.612,39** | **520.980,41** | **687.999,69** | **1.377.612,39** | **517.209,21** |
| PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS | 2.073.612,08 | 2.065.612,08 | 362.942,22 | 687.999,69 | 1.377.612,39 | 520.980,41 | 687.999,69 | 1.377.612,39 | 517.209,21 |

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R$ 493.192,38

## RREO - ANEXO 6 (LRF, ART 53, INCISO III)

Município de VILA RICA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)** | **48.496.237,64** | **16.117.276,35** | **12.836.761,42** |
| Receita Tributária | 5.066.302,82 | 2.389.169,38 | 1.536.534,13 |
| I.P.T.U. | 493.762,50 | 208.713,05 | 0,00 |
| I.S.S. | 1.222.336,50 | 925.790,54 | 579.786,65 |
| I.T.B.I. | 1.975.050,00 | 568.713,27 | 339.588,31 |
| I.R.R.F. | 1.020.442,50 | 505.663,61 | 438.282,73 |
| Outras Receitas Tributárias | 354.711,32 | 180.288,91 | 178.876,44 |
| Receita de Contribuição | 5.903.753,63 | 1.211.760,83 | 1.138.975,60 |
| Receitas Previdenciárias | 4.108.104,00 | 493.192,38 | 454.152,85 |
| Outras Contribuições | 1.795.649,63 | 718.568,45 | 684.822,75 |
| Receita Patrimonial Líquida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 460.845,00 | 1.932.895,65 | 761.994,43 |
| (-) Aplicações Financeiras | 460.845,00 | 1.932.895,65 | 761.994,43 |
| Transferências Correntes | 35.550.505,78 | 12.093.053,29 | 9.908.433,76 |
| F.P.M. | 10.817.210,00 | 3.622.574,21 | 3.260.879,63 |
| I.P.V.A | 542.450,00 | 265.569,28 | 238.854,05 |
| I.C.M.S. | 6.681.198,00 | 2.748.218,61 | 2.029.668,31 |
| Convênios | 0,00 | 2.599,24 | 54.221,04 |
| Outras Transferências Correntes | 17.509.647,78 | 5.454.091,95 | 4.324.810,73 |
| Demais Receitas Correntes | 1.975.675,41 | 423.292,85 | 252.817,93 |
| Dívida Ativa | 1.298.046,75 | 151.437,36 | 57.933,81 |
| Diversas Receitas Correntes | 677.628,66 | 271.855,49 | 194.884,12 |
| **RECEITAS DE CAPITAL (II)** | **4.741.401,45** | **601.527,13** | **1.057.397,13** |
| Operações de Crédito (III) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos (V) | 54.862,50 | 170.630,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 4.686.538,95 | 430.897,13 | 1.057.397,13 |
| Convênios | 4.198.262,70 | 413.200,00 | 51.005,08 |
| Outras Transferências de Capital | 488.276,25 | 17.697,13 | 1.006.392,05 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)** | **4.686.538,95** | **430.897,13** | **1.057.397,13** |
| **RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)** | **53.182.776,59** | **16.548.173,48** | **13.894.158,55** |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2016 | Até o Bimestre/ 2015 |
| **DESPESAS CORRENTES (VIII)** | **40.101.319,64** | **14.225.284,31** | **12.722.494,16** | **12.588.226,95** | **10.874.410,72** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 23.797.899,02 | 8.253.070,74 | 7.607.560,57 | 8.248.527,07 | 7.368.513,84 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas Correntes | 16.303.420,62 | 5.972.213,57 | 5.114.933,59 | 4.339.699,88 | 3.505.896,88 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)** | **40.101.319,64** | **14.225.284,31** | **12.722.494,16** | **12.588.226,95** | **10.874.410,72** |
| **DESPESAS DE CAPITAL (XI)** | **15.396.104,07** | **204.631,65** | **838.806,01** | **150.792,05** | **131.390,66** |
| Investimentos | 15.326.104,07 | 196.954,37 | 819.414,13 | 143.114,77 | 111.998,78 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 70.000,00 | 7.677,28 | 19.391,88 | 7.677,28 | 19.391,88 |
| **DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)** | **15.326.104,07** | **196.954,37** | **819.414,13** | **143.114,77** | **111.998,78** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)** | **4.630.520,67** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)** | **60.057.944,38** | **14.422.238,68** | **13.541.908,29** | **12.731.341,72** | **10.986.409,50** |
| **RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)** | **-6.875.167,79** | **2.125.934,80** | **352.250,26** | **3.816.831,76** | **2.907.749,05** |
| **SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** | **-** | **-** | **-** | **0,00** | **0,00** |
| Superávit Financeiro | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | 0,00 | 0,00 |

| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA** | **4.252.593,17** |

**RREO – ANEXO 5 (LRF, ART 53, INCISO III)**

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA | SALDO | | |
|---|---|---|---|
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 29 Fev 2016 (B) | Em 30 Abr 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 6.426.316,76 | 9.324.009,52 | 9.495.794,88 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.117.267,64 | 9.972.983,21 | 10.254.378,58 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 690.950,88 | 648.973,69 | 758.583,70 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -6.426.316,76 | -9.324.009,52 | -9.495.794,88 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)** | **-6.426.316,76** | **-9.324.009,52** | **-9.495.794,88** |

| RESULTADO NOMINAL | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | No Bimestre (C - B) | Jan a Abr 2016 (C - A) |
| **VALOR** | **-171.785,36** | **-3.069.478,12** |

| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
|---|---|
| **META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA** | **474.000,00** |

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA | SALDO | | |
|---|---|---|---|
| | Em 31 Dez 2015 (A) | Em 29 Fev 2016 (B) | Em 30 Abr 2016 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (VIII) | 18.733.854,24 | 19.686.750,34 | 20.855.748,87 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 19.133,33 | 299.613,65 |
| Investimentos | 18.733.854,24 | 19.667.617,01 | 20.556.135,22 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) | -18.733.854,24 | -19.686.750,34 | -20.855.748,87 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)** | **-18.733.854,24** | **-19.686.750,34** | **-20.855.748,87** |

FONTE:

**RREO - ANEXO 9 (LRF, ART.53, § 1º, INCISO I)**

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b) |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| DESPESAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS (e) | DESPESAS LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e) |
|---|---|---|---|---|---|
| DESPESAS DE CAPITAL | 15.396.104,07 | 204.631,65 | 150.792,05 | 0,00 | 15.191.472,42 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financei | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Incentivos Fiscais a Contribuintes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):** | **15.396.104,07** | **204.631,65** | **150.792,05** | **0,00** | **15.191.472,42** |
| **RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)** | **-15.396.104,07** | **-204.631,65** | **-** | **-** | **-15.191.472,42** |

FONTE:

Município de VILA RICA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) — R$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 4.108.104,00 | 4.108.104,00 | 493.192,38 | 454.152,85 |
| RECEITAS CORRENTES | 4.108.104,00 | 4.108.104,00 | 493.192,38 | 454.152,85 |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 4.108.104,00 | 4.108.104,00 | 493.192,38 | 454.152,85 |
| Pessoal Civil | 4.108.104,00 | 4.108.104,00 | 493.192,38 | 454.152,85 |
| Ativo | 1.277.199,00 | 1.277.199,00 | 489.817,20 | 450.955,10 |
| Inativo | 2.830.905,00 | 2.830.905,00 | 3.375,18 | 3.197,75 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)** | **4.108.104,00** | **4.108.104,00** | **493.192,38** | **454.152,85** |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 765.570,85 | 0,00 | 728.462,30 |
| ADMINISTRAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 546.811,24 | 0,00 | 509.702,69 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 546.811,24 | 0,00 | 509.702,69 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 218.759,61 | 0,00 | 218.759,61 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 218.759,61 | 0,00 | 218.759,61 |
| Aposentadorias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.456,00 | 0,00 | 9.456,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 55.124,53 | 0,00 | 55.124,53 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 154.179,08 | 0,00 | 154.179,08 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/3

Município de VILA RICA - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| Outras Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Despesas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **765.570,85** | **0,00** | **728.462,30** |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)** | **4.108.104,00** | **4.108.104,00** | **-** | **-** | **493.192,38** | **(274.309,45)** |

| APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR | APORTES REALIZADOS |
|---|---|
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS | 0,00 |
| Plano Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras | 0,00 |
| Recursos para Formação de Reserva | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |
| Plano Previdenciário | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro | 0,00 |
| Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial | 0,00 |
| Outros Aportes para o RPPS | 0,00 |

| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS | PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA |
|---|---|
| Valor | 0,00 |

| BENS E DIREITOS DO RPPS | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|---|---|---|
| | 2016 | 2015 |
| Caixa | 0,00 | 0,00 |
| Bancos Conta Movimento | 299.613,65 | 148.425,00 |
| Investimentos | 20.556.135,22 | 16.998.476,22 |
| Outros Bens e Direitos | 0,00 | 0,00 |

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Contribuições Patronais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Civil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Ativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Pensionista | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Para Cobertura de Défict Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Em Regime de Débitos e Parcelamentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/3



Assinado Digitalmente

Município de VILA RICA - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

| RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| Outras Receitas de Contribuições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Patrimonial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receitas de Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

| DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 | Até o Bimestre/2016 | Até o Bimestre/2015 |
| DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS | - | - | - | - | - | - |
| ADMINISTRAÇÃO (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

FONTE:

**RGF – ANEXO 1 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")**

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 24.436.033,49 | 4.000,00 |
| Pessoal Ativo | 24.428.765,24 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 7.268,25 | 4.000,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 0,00 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| **DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)** | **24.436.033,49** | **4.000,00** |
| **APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL** | **VALOR** | **% SOBRE A RCL** |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)** | **44.960.674,95** | **-** |
| **DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)** | **24.440.033,49** | **54,36** |
| **LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)** | **26.976.404,97** | **60,00** |
| **LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)** | **25.627.584,72** | **57,00** |
| **LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)** | **24.278.764,47** | **54,00** |

**FONTE:**

## RGF – ANEXO 2 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "B")

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

| DÍVIDA CONSOLIDADA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DEDUÇÕES (II)** | **6.426.316,76** | **9.495.794,88** | **—** | **—** |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 7.117.267,64 | 10.254.378,58 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 690.950,88 | 758.583,70 | 0,00 | 0,00 |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)** | **-6.426.316,76** | **-9.495.794,88** | **0,00** | **0,00** |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL** | **40.572.525,98** | **44.960.674,95** | **0,00** | **0,00** |
| **% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]** | **0,00%** | **0,00%** | | |
| **% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]** | **-15,84%** | **-21,12%** | | **0,00%** |
| **LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%** | **48.687.031,18** | **53.952.809,94** | **0,00** | **0,00** |
| **LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%** | **43.818.328,06** | **48.557.528,95** | **0,00** | **0,00** |

| DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA DE PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 19.896,75 | 88.029,93 | 0,00 | 0,00 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 4.872.580,27 | 5.762.556,07 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VILA RICA - MT
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

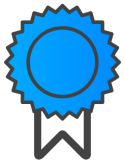
**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016 | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **DEDUÇÕES (V)** | **18.733.854,24** | **20.855.748,87** | **0,00** | **0,00** |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 299.613,65 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 18.733.854,24 | 20.556.135,22 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a pagar processados (exceto precatórios) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC** | **170.896,60** | **202.695,24** | **0,00** | **0,00** |
| **DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)** | **-18.733.854,24** | **-20.855.748,87** | **0,00** | **0,00** |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Esse documento foi assinado por

| | | |
|---|---|---|
|  | **Signatário** | CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Data/Hora** | Sun Jun 05 22:31:41 UTC 2016 |
| | **Emissor do Certificado** | CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR |
| | **Número Serial.** | 1170115676103352402 |
| | **Método** | urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature) |